

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/12/2020 a 31/12/2020

Indexação: "Coronavírus" or "COVID"

Documento 1/513

| | | |
|--|---------------------------|------------------------------------|
| 29.2020.B | Sessão Outro Evento | 02/12/2020-13:12 |
| Publ.: DCD - 03/12/2020 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Derrota do Presidente Jair Bolsonaro nas eleições municipais de 2020. Importância de aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 499, de 2020, para sustação dos efeitos da Portaria nº 1.030, de 2020, do Ministério da Educação, acerca do retorno do alunato às aulas presenciais. Apresentação do Projeto de Decreto Legislativo nº 498, de 2020, para sustação dos efeitos da Portaria Interministerial nº 3, de 2020, acerca da alteração dos parâmetros operacionais do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB para o exercício de 2020.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Deputada Presidental! É um prazer vê-la nessa cadeira.

Pergunto se me ouvem.

A SRA. PRESIDENTE (Paula Belmonte. CIDADANIA - DF) - Ouvimos sim.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) - Sra. Deputada, após as eleições e o segundo turno, podemos verificar que o Brasil falou de maneira clara que não aceita qualquer tipo de ação da extrema direita como elemento nuclear da política nacional. O grande derrotado das eleições foi o Sr. Presidente Jair Bolsonaro, um negacionista que ignora a pandemia e que ignora que o Brasil vive esta segunda onda, sem ter vencido a primeira, perdendo mais de 170 mil vidas para a COVID-19.

Neste momento, em que se afirma a necessidade de uma ampla frente para derrotar Bolsonaro, precisamos costurar unidade em torno de pautas de interesse do Brasil. A pauta da educação, por exemplo, deve unificar a Esquerda e o Centro, que são responsáveis, que avaliam e que lutam para que a política tenha valor, porque o grande derrotado

prega a antipolítica.

Hoje mesmo, nós estamos diante de uma nova portaria ministerial, que impõe a volta das aulas nas universidades federais no dia 21 de janeiro de 2021, sem que a vacina tenha chegado, sem que as universidades tenham tido recursos para se adequarem à nova etiqueta respiratória, à nova etiqueta sanitária, porque só houve cortes, em uma ação absolutamente desorganizada dos Ministros de plantão. O penúltimo, por exemplo, sai pela porta dos fundos e busca exílio nos Estados Unidos, e o atual precisa dizer a que veio. Não é possível impor um retorno sem discutir esse retorno, sem garantir a segurança sanitária para alunos, professores, servidores e técnicos das instituições federais de ensino superior.

Sou coautora de um PDL assinado pela Deputada Maria do Rosário para que possamos derrubar essa portaria ministerial. Apelo a esta Câmara dos Deputados para que possamos fazer isso ainda esta semana.

Também ontem dei entrada a outro projeto de decreto legislativo para derrubar a Portaria Interministerial nº 3, de 2020, que muda as regras constitutivas do FUNDEB. O Bolsonaro perdeu a eleição do FUNDEB e não se conformou. Ontem, em uma portaria interministerial, acabou por congelar o piso salarial nacional do professor - sou uma das autoras, com muito orgulho, do projeto do piso salarial. Nunca houve esse congelamento! Também impõe ao FUNDEB a devolução para Prefeitos e Governadores de um recurso, porque reduz os recursos em 7,8% de repasse para o FUNDEB e impõe a devolução, o que será uma tragédia para as redes municipais e estaduais de ensino.

Alterar as regras do FUNDEB com o jogo em andamento é prejudicar a educação, é arrochar salário de professores, é infelizmente tentar esvaziar o texto que nós aprovamos nesta Câmara, numa grande vitória para a educação brasileira. Por isso, dois PDLs.

E fora, Bolsonaro!

Documento 2/513

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 29.2020.B | Sessão Outro Evento | 02/12/2020-13:28 |
| Publ.: DCD - 03/12/2020 - ARLINDO CHINAGLIA-PT -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Suspensão pela França das importações de soja do Brasil, diante de novo

recorde nos índices de desmatamento. Omissão do Governo Federal sobre o agravamento do desemprego no País. Anúncio de reajuste das tarifas de energia elétrica. Vinculação entre a ocorrência de 170 mil mortes no País provocadas pela Covid-19, e a não realização de testes para detecção da doença. Responsabilidade do Governo Jair Bolsonaro pela perda da validade de 7 milhões de testes de coronavírus.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sra. Presidente. Ao cumprimentá-la, cumprimento todas as Sras. Parlamentares e os Srs. Parlamentares.

O Brasil teve duas notícias muito ruins seguidas. No dia 30, os números provaram que o Brasil bateu o recorde de desmatamento mais uma vez. No dia seguinte, o Ministro do Desenvolvimento Agrário da França anunciou um programa que eles vão desenvolver para que não importem mais soja, e os países que mais fornecem soja para a França são o Brasil e os Estados Unidos. Portanto, o Brasil já está perdendo mercado. A importação francesa é de mais de 3 milhões de sacas por ano.

Segundo comentário, o Brasil também bate o recorde de desemprego. Alguém pode argumentar, com razão: "*Mas a pandemia tem responsabilidade também nisso*". Tem, mas o problema é outro. Antes da pandemia, o Brasil já caminhava para este desemprego brutal, e o Governo, até o presente momento, não anunciou nada que permitisse esperar que o desemprego seja bem combatido.

O terceiro ponto que também quero abordar, de forma muito breve, é que a ANEEL, em reunião extraordinária, no final de novembro, anuncia que vai haver reajuste tarifário da energia elétrica e que vão voltar as bandeiras tarifárias, inclusive a bandeira vermelha, que é a aquela, digamos, que mais aumenta o preço para o consumidor.

O Presidente da República, em seu habitual estilo, diz: "*Isto é para evitar um apagão*". Engana-me que eu gosto! Apagão é consequência da falta de investimento. Falta de investimento tem basicamente dois motivos. O primeiríssimo é privilegiar o lucro das empresas privadas, em detrimento do investimento, o lucro dos acionistas. E o outro elemento, bem menor, mas que este Governo precisa ouvir, é a falta de planejamento, é a incapacidade.

Finalmente, com referência à COVID, que não é o aspecto menos importante, é o mais importante, já morreram mais de 170 mil brasileiros, e um dos motivos foi não ter feito testes para rastrear contatos. E o Brasil está perdendo quase 7 milhões de testes, inclusive aquele que é o padrão ouro, o PCR. Pois bem, além do custo financeiro, existe o custo de vidas humanas, porque a taxa de contágio,

na semana passada, estava igual à de maio. Portanto, é um erro grave, que mata.

Documento 3/513

| | | |
|--|---------------------------|------------------------------------|
| 29.2020.B | Sessão Outro Evento | 02/12/2020-13:44 |
| Publ.: DCD - 03/12/2020 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Homenagem à Deputada Soraya Santos. Retorno do orador à Casa após tratamento da Covid-19. Apelo ao Presidente Rodrigo Maia de votação dos Projetos de Lei de nºs 1.479, de 2020, sobre a suspensão da cobrança de empréstimos consignados; e 4.367, de 2020, acerca da criação do 14º salário para aposentados e pensionistas.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Deputada Soraya Santos. Registro a minha homenagem a V.Exa., uma mulher lutadora, guerreira, que nos preside e nos orienta. V.Exa. é mulher da educação e do saber e carioca da gema. Receba o meu carinho e a minha homenagem também.

Volto à Casa, Sra. Presidente, depois de 8 meses. Há 8 meses eu não pisava o chão deste plenário. Eu estava com uma saudade! Trouxe de volta aqui meu lenço maragato missioneiro, com muita honra e com muito orgulho, para falar com o povo gaúcho e com o povo brasileiro.

Passei pela COVID-19. Fiquei 12 dias num hospital. Sei que a vida é só um sopro, e ninguém aguenta mais outro. O tempo passa ligeiro. É preciso compreender a vida e dar valor a ela, porque a vida só tem valor se nós soubermos respeitar os propósitos meus e teus. A vida só tem importância se nós estivermos nos planos de Deus.

Eu estava e estou aqui porque isso está exatamente nos planos do Criador. Voltei a esta Casa. E me honra muito esta oportunidade que o povo gaúcho me deu. Abro aqui o meu coração para dizer que nós temos não só que nos cuidar e nos proteger, mas temos também que fazer a nossa parte para enfrentar o vírus.

Agora a vacina está chegando. E nós não podemos negar o vírus, não podemos negar a vacina, não podemos negar os remédios. Nós temos que fazer todas as ações necessárias para dar o suporte de que o povo precisa.



Sra. Presidente, quero fazer um pedido a V.Exa. neste curto espaço de tempo. Tenho dois projetos de lei que me trouxeram hoje a Brasília para brigar por eles. Falo do PL 1.479/20, um dos primeiros projetos que suspende por 120 dias o pagamento do consignado de aposentados, e do PL 4.367/20, que cria o 14º salário para os aposentados.

Nós não queremos que as pessoas morram por causa do coronavírus, mas também não queremos que as pessoas morram de fome. Os aposentados neste País foram aqueles que, ao longo da história, levaram o Rio de Janeiro, o meu Rio Grande do Sul, enfim, o Brasil ao patamar onde estamos. Então, precisamos respeitar os aposentados. E eles não receberam nada do Governo nem de ninguém. O que eles ganharam foi a antecipação do 13º salário para maio. Agora chegou dezembro, e o dinheiro acabou, sumiu. O coronavírus comeu o 13º salário do aposentado. Por isso, eles precisam do 14º salário neste ano. Essa é a maneira de eles poderem respirar. Essa é a maneira de eles poderem fazer a ceia de Natal, botar o pão na mesa.

O 14º salário vai dar dignidade ao aposentado, vai dar qualidade de vida a ele. E nós vamos distribuir renda e vamos fazer justiça a quem carregou o Brasil nas costas até hoje.

Os aposentados trouxeram o Brasil até aqui. Se nós somos o que somos, é porque alguém, antes de nós, fez a parte que precisava ser feita.

A mesma coisa quanto ao consignado, Sra. Presidente. Os bancos podem esperar. Ninguém vai negar conta. A conta vai para o final das contas. E a conta será paga lá na ponta.

Ninguém está negando a conta. E essas migalhas para os bancos são o pão na mesa do aposentado, a boia no prato.

O filho do aposentado está desempregado, o neto não tem renda, e o homem aposentado e a mulher aposentada estão bancando a família. Então, eu quero fazer este apelo choroso, lamentando: nós precisamos aprovar esses projetos a favor dos aposentados do Brasil.

Por favor, Presidente Rodrigo Maia, coloque esses projetos em votação. Esse é o apelo. Eu vim a Brasília para fazer esse pedido pessoalmente. Por favor, olhe pelos aposentados do Brasil.

Muito obrigado.



29.2020.B

Sessão Outro Evento

02/12/2020-14:00

Publ.: DCD - 03/12/2020 - PADRE JOÃO-PT -MG

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Transcurso dos 300 anos de criação do Estado de Minas Gerais. Repúdio à Portaria nº 1.030, de 2020, acerca do retorno às aulas presenciais. Tentativa do Governador Romeu Zema de desestruturação do setor educacional por meio do Projeto de Lei nº 2.150, de 2020, sobre o estabelecimento de normas para contratação por tempo determinado, com vista ao atendimento à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 22 da Constituição do Estado de Minas Gerais. Protesto contra a redução do valor do auxílio pecuniário emergencial, concedido a trabalhadores e famílias em situação de vulnerabilidade diante da epidemia de coronavírus.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Nossas saudações à Sra. Presidente, a Deputada Soraya.

Quero cumprimentar o povo mineiro. Hoje, Minas Gerais celebra 300 anos. Quero saudar o povo mineiro, que, neste momento de pandemia, quando nós deveríamos encontrar apoio dos governos, seja do Governo Federal, seja do Governo do Estado, vem sendo abandonado, vem sendo, de certa forma, castigado.

A portaria a que o Deputado Joseildo fez referência, a Portaria nº 1.030, de 2020, coloca o povo brasileiro como um todo numa situação vulnerável, numa situação de morte. A pandemia se estende. Nós estamos numa onda de contaminação e de mortes. Aí, o Governo Federal como que presenteia o povo, fazendo-o passar o Natal e o Ano-Novo numa situação, de certa forma, calamitosa, sem nenhum respeito, porque o ensino presencial é uma ameaça a todos, crianças e idosos. A portaria não contempla a diversidade brasileira, ignora as equipes de saúde, as equipes sanitárias dos Estados e das microrregiões.

Nós viemos falar dos 300 anos de Minas Gerais, Estado contemplado com ouro, com tanta riqueza, a riqueza do seu povo. Mas o Governador também ameaça a vida desse povo, através do Projeto de Lei nº 2.150, de 2020, que desestrutura a educação.

É impressionante como esses Governos atacam a educação, num desrespeito ao povo, aos estudantes, aos trabalhadores e trabalhadoras da educação. Acham que estão fazendo algo pela educação, mas estão agindo, na verdade, pela não educação. É dessa

forma que eles buscam o controle do povo.

Quero saudar Minas Gerais e o povo mineiro por sua riqueza, mas, encerrando esta saudação, quero dizer que nós temos muitas lutas a fazer, para resgatar o Estado brasileiro, recuperar o Estado, as políticas públicas, os programas que vão ao encontro do povo, garantindo dignidade.

Lamento essa redução do auxílio emergencial. É muito triste o que nós estamos para iniciar, que é a negação do auxílio emergencial, a negação da vida e da saúde.

Documento 5/513

| | | |
|---|----------------------------|------------------------------------|
| 29.2020.B | Sessão Outro Evento | 02/12/2020-14:00 |
| Publ.: DCD - 03/12/2020 - CAMILO CAPIBERIBE-PSB -AP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Não restabelecimento do fornecimento de energia elétrica em municipalidades interioranas e bairros de Macapá e Santana, Estado do Amapá. Inexistência de plano governamental para contenção do avanço da Covid-19 no Estado. Não qualificação do Ministro da Saúde para o exercício das funções pertinentes à pasta. Apelo ao Presidente Rodrigo Maia de votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, com vista à retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias em situação de vulnerabilidade, diante da crise gerada pelo coronavírus.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, quero cumprimentar todos que acompanham esta sessão e dizer à Nação neste momento que o Amapá acabou de viver um apagão terrível. Foram 21 dias sem energia.

O Governo Federal vem gastando dinheiro para fazer propaganda na televisão e nas redes sociais dizendo que o problema está resolvido. Não está resolvido. O Presidente esteve aqui no Amapá para ligar os geradores que vieram para o Estado como uma medida paliativa, mas, na hora em que ele acionou os geradores, vários Municípios do Estado que estavam sem luz assim permaneceram. Estamos ainda enfrentando falta de energia em Municípios do interior, assim como em bairros de Macapá e Santana, como foi o caso de *(falha na transmissão)*. O problema não está resolvido. Nós ainda vamos tratar muito deste tema nos meses que virão.

Mas eu queria dizer, Sra. Presidente, da nossa preocupação aqui, no Amapá, com o aumento desmedido dos casos de COVID-19. Nós já tivemos aqui 810 pessoas que perderam suas vidas e 59.423 casos de pessoas infectadas pela doença. Infelizmente, nem o Governo do Estado, nem a Prefeitura e muito menos o Governo Federal têm um plano para a nossa população.

Nosso grande receio aqui, no Amapá, é que aconteça como aconteceu em São Paulo, onde o Governador esperou as eleições passarem para anunciar um endurecimento, cometendo um verdadeiro estelionato eleitoral. Nós estamos vendo isso acontecer. Neste momento, pessoas próximas de nós estão sendo infectadas e estão perdendo suas vidas.

Lamentamos que estejamos durante este período todo, tão crítico para a vida e a saúde no mundo inteiro e no Brasil, sem um Ministro da Saúde. O cargo está ocupado por uma pessoa que não é da área, que não consegue entregar sequer os exames RT-PCR, que são os exames padrão ouro. Não há uma política para prevenir a doença, isolar as pessoas. Eu quero repudiar a atitude, neste caso, das três esferas de poder, que estão falhando com o povo do Amapá.

Finalmente, eu queria também me posicionar a respeito de outro assunto. Por que não é pautada a Medida Provisória nº 1.000, que põe em votação a extensão do auxílio emergencial? Eu sou autor de duas emendas: uma para que se estabeleçam 4 meses de auxílio emergencial e outra para que o valor volte para 600 reais. Mais de 8 milhões de pessoas foram empurradas para a pobreza em função da decisão do Presidente Jair Bolsonaro e do Governo de cortar pela metade o auxílio emergencial. É injusto com aqueles que mais precisam, é injusto com o Brasil neste momento de pandemia, é injusto com a parcela do povo do meu Estado que pôde se beneficiar desse auxílio.

Vamos lutar. Eu peço ao Presidente Rodrigo Maia que pautar a Medida Provisória nº 1.000, para que a votemos e façamos o valor voltar para 600 reais, em quatro novas parcelas, enquanto instituímos uma renda mensal.

Sra. Presidente, manifesto meu repúdio ao negacionismo da ciência e a todos aqueles que estão colocando a vida do povo brasileiro em risco.

Sumário

Aumento do desemprego e elevação dos índices de desmatamento no País. Desestruturação dos órgãos de proteção do meio ambiente. Retomada dos índices inflacionários. Reajuste nas tarifas de energia elétrica. Defesa de manutenção do auxílio emergencial de 600 reais, concedido a trabalhadores e famílias carentes diante da crise provocada pelo coronavírus. Autoritarismo do Governo Jair Bolsonaro. Necessidade de votação pela Casa de proposições para revogação de ações abusivas do Governo Federal. Caráter racista do Presidente da Fundação Cultural Palmares. Contrariedade à pretendida privatização da Companhia Energética de Brasília - CEB.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Presidenta, nós estamos vivenciando um momento muito trágico da história brasileira. Nós estamos vivenciando o aumento do desemprego, o aumento do desmatamento, o aumento da destruição no meio ambiente. Ao mesmo tempo, há uma diminuição das multas que foram estabelecidas para quem provoca crimes ambientais e uma desestruturação que o Governo tenta estabelecer nos órgãos que deveriam enfrentar os crimes ambientais. Nós estamos vivenciando o aumento da inflação, e a inflação que atinge os alimentos, que chega a quase 12%, é extremamente cruel, particularmente para a população mais pobre deste País. Há o aumento da tarifa de energia elétrica. Portanto, o Brasil vivencia um momento extremamente trágico.

Nesse quadro, o Governo acena que não quer mais pagar o auxílio emergencial e reduz esse auxílio para 300 reais. Nós temos a obrigação com a Nação, com o povo brasileiro, de manter o auxílio emergencial em 600 reais e de assegurar que ele possa fazer parte da vida do povo brasileiro, porque pessoas estão isoladas e afastadas do mercado de trabalho.

Para além disso, nós vemos um Governo que é extremamente autoritário e que está revogando a Constituição, aos pedaços, e a própria legislação através de instrumentos infralegais, através de resoluções, de portarias, de decretos. Dessa forma, ele está mexendo com o FUNDEB, com a educação inclusiva, com as leis ambientais e, portanto, desrespeitando este Parlamento. Então, este Parlamento tem a obrigação com a Nação de pautar diversos projetos e decretos legislativos para sustar os abusos que um Governo que estufa o peito com autoritarismo quer impor a esta Nação.

Nós estamos vivenciando um momento extremamente trágico, e o que vemos é uma postura negacionista. Se se nega à pandemia a sua gravidade, se despreza a dor de familiares de mais de 170 mil pessoas;

se se nega o racismo, está se perenizando um racismo estrutural, está se desprezando e ignorando a dor das pessoas que são vítimas de racismo.

Aliás, temos um racista na Fundação Palmares, alguém que está colocando em risco todo o acervo da Fundação Palmares, obras valiosíssimas, presentes que foram dados a este País por Nelson Mandela, cartas de alforria. Tudo isso corre risco porque o Presidente quer arrancar do peito, arrancar da alma do povo brasileiro a memória de luta da negritude neste País. Por isso, estamos vivenciando um momento muito trágico.

Neste momento trágico, existe uma sanha privatista que significa aprofundar todo o descalabro que o País vivencia, que atinge também o Distrito Federal. Concluo, Deputada Soraya, apenas dizendo que o Governador do Distrito Federal quer privatizar a CEB sem passar pelo Poder Legislativo, ferindo a própria lei.

Documento 7/513

| | | |
|--|---------------------------|------------------------------------|
| 29.2020.B | Sessão Outro Evento | 02/12/2020-14:12 |
| Publ.: DCD - 03/12/2020 - ADRIANA VENTURA-NOVO -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Apelo aos Governadores Estaduais, aos Prefeitos Municipais e Secretários de Educação por retomada das aulas presenciais, adotados os protocolos sanitários de combate ao coronavírus.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Sem revisão da oradora.)
- Obrigada, Deputada Soraya. É um prazer vê-la na cadeira da Presidência.

Caros colegas, é um prazer estar aqui.

Hoje quero falar sobre educação, que este ano está tão sofrida, que é um direito básico garantido pela nossa Constituição que não foi cumprido este ano. Na minha visão - é isso o que quero falar com todos os Parlamentares aqui -, não podemos fazer vista grossa. Não estou falando aqui só da primeira infância, quando as crianças pequenas precisam de estímulo para aprender, de experiências, de atividades, estou falando também daquelas crianças que precisam de alfabetização, daquelas crianças que não foram alfabetizadas e que não têm *tablet* para aprender; estou falando também do ensino

fundamental, em que a alfabetização é consolidada. Ninguém aprende na frente da TV. Nós não conseguimos medir a aprendizagem pelo que é feito na frente de *tablet*, de computador. Há muitas crianças que não têm computador, que não têm rede, que não têm tutor, que não têm mentor. Então, este foi um ano sem educação.

Poderíamos tratar aqui também do ensino fundamental II, em que temos muitas crianças que precisam aprender com um professor - criança não aprende sozinha, isolada -, sem contar o ensino médio, que já tem uma evasão enorme. Os danos causados pela distância são irreversíveis.

Nós precisamos assumir que, nesse 1 ano sem educação, as nossas crianças não aprenderam, e nós nem teremos dados para medir essa falta de aprendizagem. Não podemos permitir que a educação, que é um direito fundamental, seja subtraída das nossas crianças.

Hoje saiu uma portaria do MEC que recomendou a volta às aulas presenciais no ensino superior. Então, estou aqui para fazer um apelo aos nossos prefeitos, governadores, secretários de educação: tomem as providências necessárias para o próximo ano eletivo, discutam esse assunto, coloquem-no na mesa. Nós temos na Casa, inclusive, projetos que discutem isso, como o da Deputada Professora Dorinha. Nós precisamos trazer esse assunto para a mesa. Precisamos ter um plano efetivo de retomada de aula presencial.

Chega de vista grossa! Chega de interesse comercial acima de educação! Tudo foi reaberto, *shopping*, comércio, bar, restaurante, menos escola. Que prioridade é essa? Chega de interesse político! A eleição já passou. Precisamos tomar decisões, fazer acontecer.

No Estado de São Paulo, apesar de autorização do Governo de reabertura das escolas, muitas que nem tiveram casos de COVID-19 permaneceram fechadas. Isso é uma vergonha!

Referindo-me apenas a algumas consequências graves, além da perda de aprendizagem, está aumentando a desigualdade entre a rede pública e a privada e está havendo perda de saúde, pois muitas crianças só se alimentam na escola - essa situação está aumentando muito.

Vamos fazer com que as aulas presenciais retornem, principalmente nas escolas públicas, com a adoção de protocolos sanitários.

Muito obrigada.



29.2020.B

Sessão Outro Evento

02/12/2020-14:20

Publ.: DCD - 03/12/2020 - GERVÁSIO MAIA-PSB -PB

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Apelo ao Presidente Rodrigo Maia e aos Líderes partidários por imediata votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para a retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes, diante da crise provocada pela Covid-19.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sra. Presidente, Deputada Soraya Santos. Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados. Boa tarde, Brasil.

Eu venho dividir com a Casa do Povo, a Câmara dos Deputados, a nossa preocupação com a demora na votação da Medida Provisória nº 1.000, 2020. Nós sabemos da importância dessa pauta. Aliás, esse tema foi debatido com muita profundidade. O Poder Executivo não queria o Auxílio Emergencial no valor que o Congresso Nacional aprovou - 600 reais -, que podia chegar a mil reais. Mas o fato é que nós acertamos e precisamos acertar novamente.

Quem conhece sobretudo os lugares mais pobres, as regiões que enfrentam mais dificuldades, como o Norte e o Nordeste do País; quem conhece a paralisia, a interrupção de diversos setores da classe trabalhadora entende, sim, que é preciso que a Casa do Povo haja com a maior rapidez possível na votação da prorrogação do Auxílio Emergencial.

Eu quero, Deputada Soraya Santos, fazer um apelo à Mesa Diretora para que insistamos nesse tema, com a união de todos os Líderes da Casa, para chegarmos a um bom termo e, efetivamente, avançarmos nessa pauta tão importante. Aliás, se não fosse o Congresso Nacional, eu não sei o que seria do nosso País: 90% dos temas inerentes à pandemia foram enfrentados, com muita coragem, com muita determinação, pelo Congresso Nacional, o Senado e a Câmara dos Deputados.

Então, neste pós-eleição, eu faço esse apelo - na verdade, insistência -, porque temos visto muitos trabalhadores parados, aflitos, sem perspectiva, enquanto a vacina não chega.

A normalidade, Deputada Soraya Santos, Sras. e Srs. Deputados, só vai ocorrer quando, de fato, tivermos a vacina sendo aplicada pelo mundo todo. O mundo inteiro anda muito preocupado. Basta

observamos - já estou encerrando minha breve fala - os aeroportos fechados em países da Europa e nos Estados Unidos.

Nós temos muito o que pautar ainda sobre esse tema da pandemia da COVID-19, mas essa pauta precisa ser tratada com a maior urgência possível. E eu faço, mais uma vez, um apelo ao Presidente da Casa, o Deputado Rodrigo Maia, para que, junto com todos os Líderes, avalie a inclusão dessa matéria na pauta o mais rápido possível.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Documento 9/513

| | | |
|--|---------------------------|------------------------------------|
| 29.2020.B | Sessão Outro Evento | 02/12/2020-14:36 |
| Publ.: DCD - 03/12/2020 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Agravamento da epidemia de coronavírus no País. Inexistência, no âmbito do Governo Jair Bolsonaro, de plano de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Elevado índice de devastação da Mata Atlântica. Necessidade de votação pela Casa da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para a retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes, diante da crise gerada pelo coronavírus. Corte de recursos da área social no Orçamento Geral da União de 2021. Redução do custo aluno-ano no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Fato comprobatório do caráter político da prisão do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Prática de estelionato eleitoral pelo Governo Jair Bolsonaro. Elevado contingente de trabalhadores brasileiros desempregados. Necessidade de afastamento do Presidente da República.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Deputada Soraya, eu agradeço, portanto, a palavra que vou ter agora. Estou preocupado porque terminamos as eleições municipais e parece que já se anuncia no Brasil um verdadeiro estelionato eleitoral.

As medidas que estão sendo anunciadas pelo Governo Federal são terríveis para este resto de ano e, principalmente, para o ano que vem. A COVID aumenta; agora, nós vimos aumento das internações em quase todos os hospitais do Rio de Janeiro, superlotados, e de São Paulo. Isso caminha também para Minas Gerais e para o restante do Brasil.

Ao mesmo tempo, o Governo não tem ainda uma expectativa de vacinas, embora em relação à primeira vacina, do Reino Unido, tenha havido uma tentativa de negociação com o Brasil, a que o Governo Bolsonaro sequer respondeu, como estão hoje as denúncias no jornal.

Portanto, o problema que o Governo Bolsonaro tem com as vacinas se assemelha a um verdadeiro homicídio em massa no Brasil, pela negativa de fazer com que essas vacinas sejam, de fato, implementadas no País, transformando essa pandemia em algo tão terrível. Nós temos mais de 170 mil mortos. Agora, pós-eleições, ficamos sabendo que a situação apenas se agrava.

Quanto à situação da Amazônia, o próprio Vice-Presidente vai agora concordar finalmente com aquilo que é a realidade: quase 20% da Mata Atlântica já está destruída, e esse é um número preocupante para o Brasil e para o mundo.

O fim do Auxílio Emergencial está se tornando uma realidade, e o Presidente Rodrigo Maia não coloca em votação, como já foi pedido aqui, a MP nº 1.000, de 2020, para garantirmos esses 600 reais neste momento tão difícil para o nosso povo.

Os cortes no Orçamento do ano que vem estão aí anunciados. A educação vai ter quase 2 bilhões de corte.

Na semana retrasada, o Presidente da República decretou uma portaria pela qual diminuiu o custo aluno-ano do FUNDEB em 8,5%, o que vai provocar mais arrocho na educação pública brasileira.

Hoje, o MEC adiantou uma portaria para as aulas começarem, contra a autonomia universitária, em 4 de janeiro; e agora à tarde já mudou de ideia de novo. Esse é um Governo errático.

Em contrapartida a tudo isso, nós vemos cada vez ficar mais claro que no Brasil foi dado um golpe e que esse golpe tinha como objetivo prender o Presidente Lula para que ele não fosse candidato. O Juiz Sergio Moro, o Ministro do Bolsonaro que levou a cabo aquela prisão, agora assume um cargo numa agência onde ele vai ganhar milhões e milhões de reais. Essa agência havia dito claramente que não eram do Lula os tais apartamentos, e sim da OAS. O Juiz Moro vai ganhar dinheiro depois dessa falência que abriu, e nós não instalamos a Comissão Parlamentar de Inquérito da Lava-Jato até hoje.

Portanto, Sra. Presidente, esse estelionato eleitoral parece que está avançando no Brasil, e ainda querem dizer que a culpa disso é da Esquerda, etc. Não! Fica cada vez mais claro que as ações do Governo Bolsonaro feitas no pós-golpe que destituiu a Presidenta Dilma

Rousseff estão fazendo muito mal para o Brasil.

Eu espero que nós possamos, a partir do ano que vem, ter muitas ações do nosso povo brasileiro questionando esse Governo e indo às ruas para pedir que se coloque um programa claro para melhorar a vida do nosso povo.

Esqueci de dizer antes e aqui termino: há mais de 14 milhões de desempregados. Esse é o quadro que teremos ao entrar no ano que vem, e, o pior, sem um orçamento definido por um Governo caótico, que não consegue ter sequer uma base de sustentação real no Congresso Nacional.

O "*Fora, Bolsonaro!*" passa a ser, portanto, não apenas uma palavra de ordem, mas uma necessidade do Brasil e também a defesa pela liberdade real do Presidente Lula, para que ele readquira os seus direitos políticos, usurpados por Moro, Bolsonaro, Cunha e outros que infelizmente fizeram com que o Brasil passasse a ter um Governo desse tipo.

Muito obrigado.

Documento 10/513

| | | |
|---|----------------------------|------------------------------------|
| 29.2020.B | Sessão Outro Evento | 02/12/2020-14:44 |
| Publ.: DCD - 03/12/2020 - FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Responsabilidade do Governo Jair Bolsonaro pela perda do prazo de validade de 7 milhões de testes de coronavírus. Necessidade de manifestação do Congresso Nacional a respeito do assunto. Importância de votação pela Casa da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para a retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes, diante da crise provocada pela Covid-19. Alcance do patamar de 14 milhões de trabalhadores desempregados no País. Não implementação da reforma agrária. Inexistência de política agrícola destinada aos trabalhadores assentados. Descaso do Governo Jair Bolsonaro com as áreas de educação e saúde, com a população negra brasileira e remanescentes de quilombos.

O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, todos os brasileiros que nos assistem e nos acompanham nesses Breves Comunicados, eu quero registrar a vergonha nacional do Governo

Bolsonaro, que deixou que 7 mil testes da COVID-19 perdessem a validade, sem que tenha sido feita a apuração do fato, nesse problema tão sério que é a COVID-19. Não é possível que esse Governo continue indiferente ao sofrimento do povo, sem apresentar nenhuma proposta para, de fato, resolver o problema do coronavírus. Faz-se necessário que o Congresso Nacional se posicione frente a isso, porque é um prejuízo de aproximadamente de 290 milhões de reais, dinheiro perdido em situação de pandemia como essa que estamos vivenciando.

Outra coisa, Sr. Presidente, é a questão do auxílio emergencial. A Medida Provisória nº 1.000, de 2020, já deveria ter sido votada, a fim de auxiliar os pobres deste Brasil, principalmente os da Região Nordeste. Temos visto filas nos bancos para receber 300 reais, o que, diante da pandemia, não está valendo muita coisa, e o Governo não está nem aí. O Governo brinca com a realidade e não leva a sério a situação que nós estamos vivendo.

O próprio Governo reconhece que já são mais de 14 milhões de desempregados no Brasil. E aí, o que vamos fazer daqui para frente?

Não se tem reforma agrária, não se tem política agrícola para os assentamentos da reforma agrária. Só se tem um Governo que não leva a sério a saúde, a educação e a questão da negritude, tanto é que destina apenas 2% do Orçamento para o combate à criminalidade, no tocante à questão dos negros, dos quilombolas. Então, precisamos tomar uma posição frente a essa situação.

Passadas as eleições, nós do Congresso Nacional precisamos investir para mudar essa realidade, porque, do contrário, a miséria, a pobreza e o sofrimento do nosso povo vão continuar.

Documento 11/513

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 29.2020.B | Sessão Outro Evento | 02/12/2020-14:52 |
| Publ.: DCD - 03/12/2020 - REGINALDO LOPES-PT -MG | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Pedido de instalação de Comissão Mista para debate da Portaria nº 1.030, de 2020, do Ministério da Educação, a respeito do retorno às aulas presenciais. Inadmissibilidade de extinção do auxílio pecuniário emergencial, concedido a trabalhadores e famílias vulneráveis para enfrentamento da crise provocada pela Covid-19. Inexistência, no âmbito do Governo Federal, de plano nacional

de imunização do povo brasileiro contra o coronavírus.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, quero tratar de três temas que são extremamente importantes.

O primeiro deles é a portaria autoritária publicada pelo Ministro da Educação, que, de forma irresponsável também do ponto de vista sanitário, porque, de fato, fere a autonomia universitária, propõe a volta às aulas. E nós temos a compreensão de que é fundamental tratar desse tema de forma democrática, respeitando a autonomia universitária.

Portanto, estamos apresentando, junto com a Deputada Maria do Rosário, o pedido de instalação de uma Comissão Mista, composta por membros da Câmara e do Senado, para debater o acesso dos nossos estudantes à educação superior, à escola técnica, ou seja, ao ensino em instituições de âmbito federal. Nós precisamos discutir as diretrizes, os protocolos e a acessibilidade, ou seja, precisamos garantir os equipamentos e as condições para que todos e todas tenham acesso ao ensino no País. Isso é de responsabilidade do Governo Federal e é também do Parlamento brasileiro, o Congresso Nacional.

A segunda questão que é extremamente importante é esse debate sobre o auxílio financeiro. É imoral, mesmo para aqueles de pensamento liberal, para os neoliberais, defender, a qualquer custo, o ajuste fiscal. Eu sou favorável ao equilíbrio fiscal, mas não a qualquer custo, porque há várias formas de buscar o maior equilíbrio fiscal do Brasil, fazendo os ajustes que são necessários, pelo lado das receitas inclusive. É imoral também discutir o fim do auxílio financeiro baseado no equilíbrio fiscal, sem falar do tamanho da imoralidade que são os auxílios aos empresários deste País, os incentivos fiscais deste País.

O Congresso constituiu uma comissão de estudos, a Câmara, melhor dizendo, e nós precisamos dar continuidade a ela. Não dá mais para conviver num País onde nós temos 15% de desempregados, 64 milhões no SPC sem acesso a crédito, milhões de brasileiros desocupados com renda inferior a 400 reais, mais de 100 milhões de brasileiros e brasileiras, e o País gastando em bolsa empresário mais de 400 bilhões por ano. Ao mesmo tempo, discute-se que o País não tem condições de prorrogar esse apoio aos trabalhadores e trabalhadoras vítimas de uma pandemia e de uma política equivocada do ponto de vista econômico, que não gera oportunidade de trabalho e emprego para a nossa população. É muito simples: se não há trabalho, é obrigação do Estado brasileiro garantir renda para o povo brasileiro.

Por último, quero dizer que hoje nós fizemos uma audiência com o

Ministro da Saúde. É lamentável que esse Governo não tenha responsabilidade, não tenha uma diretriz federativa até agora com os Estados e os Municípios sobre o Plano Nacional de Imunizações. Não há transparência, e sim negacionismo. É um absurdo! Temos que romper com esse fanatismo. O fundamentalismo é pensar no povo brasileiro, porque nós precisamos enfrentar a pandemia.

Então, é isso.

Obrigado, Presidente.

Documento 12/513

| | | |
|---|---------------------------|------------------------------------|
| 29.2020.B | Sessão Outro Evento | 02/12/2020-15:08 |
| Publ.: DCD - 03/12/2020 - FERNANDO RODOLFO-PL -PE | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Pedido aos Líderes partidários e ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Davi Alcolumbre, de inclusão na pauta do Veto Parcial nº 48, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, sobre o disciplinamento de acordo estabelecido com credores para o pagamento, com desconto, de precatórios federais e de acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública, e a destinação dos recursos deles oriundos para o combate à Covid-19. Apelo ao Presidente Jair Bolsonaro de revogação da Portaria Interministerial nº 3, de 2020, relativa à alteração dos parâmetros operacionais do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB para o exercício de 2020.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de fazer um apelo ao Presidente do Congresso Nacional, o Senador Davi Alcolumbre: que pautar para a próxima sessão, que será realizada no dia 16 deste mês, o Veto nº 48. É o veto que trata, entre outras questões, do rateio dos precatórios do FUNDEF para os professores brasileiros. O Presidente da República vetou esse trecho da lei no mês de setembro, nós já estamos em dezembro, e até agora nada de o Presidente Davi Alcolumbre pautar o Veto 48.

Nós fazemos esse pedido em nome dos professores. Isso é uma questão de justiça, é uma questão de reconhecimento de um direito dos professores brasileiros, o direito ao acesso a esse dinheiro dos precatórios do FUNDEF. É uma luta que travamos aqui na Câmara dos Deputados desde o início do nosso mandato. Pedimos, portanto, aos

Líderes partidários da Câmara e do Senado e ao Presidente Davi Alcolumbre sensibilidade em relação a isso e que pautem o Veto 48 para a próxima sessão, a sessão do dia 16.

Eu gostaria também de fazer um apelo ao Presidente da República, Jair Bolsonaro: que suste os efeitos da Portaria Interministerial nº 3. Essa portaria é mais uma grande covardia contra os professores brasileiros. A portaria acaba gerando um prejuízo para o professor, haja vista que zera o reajuste anual para 2021. O professor brasileiro já ganha muito pouco. O piso salarial da categoria neste País é de R\$ 2.886,00. Isso mostra a desigualdade existente no nosso Brasil entre os servidores públicos. Nós temos aqui no Brasil servidores públicos que ganham altos salários e que nem de longe têm os prejuízos que os professores brasileiros têm, provocados por políticas governamentais do Presidente Bolsonaro. Por isso pedimos sensibilidade ao Presidente da República também. Se não houver a revogação, que o Congresso suste, através de um decreto legislativo, os efeitos dessa portaria, que, repito, é mais uma grande covardia contra o professor brasileiro.

Gostaria que este discurso fosse registrado no programa *A Voz do Brasil*, Sr. Presidente.

Meu muito obrigado.

Documento 13/513

| | | |
|-------------------------------|-------------------------------|------------------------------------|
| 118.2020 | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa 02/12/2020-15:16 |
| Publ.: DCD 03/12/2020 - 25 | - DANIEL ALMEIDA-PCDOB -BA | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Imediata votação pela Casa da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para garantia da retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias vulneráveis, diante da epidemia de coronavírus.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, venho mais uma vez cobrar que pautemos a Medida Provisória nº 1.000, que trata do auxílio emergencial, da renda emergencial. Isso é absolutamente fundamental. Nós a aprovamos. Foi esta Casa, o Congresso Nacional, que instituiu a renda emergencial de 600 reais. Ela deveria vigorar até 31 de dezembro. O Governo a cortou pela metade com a Medida Provisória

nº 1.000.

É necessário que nós continuemos a tratar desse assunto, para manter a renda emergencial - e mantê-la no patamar de 600 reais. A realidade produzida pela pandemia não se alterou, infelizmente. Os dados estão aí. O desemprego é crescente. Os últimos dados do IBGE revelam que 14,1% dos brasileiros e brasileiras estão desempregados - são cerca de 14 milhões de pessoas. Há os desalentados, que nem sequer procuram empregos. A renda emergencial foi a grande alternativa que encontramos para salvar inclusive a economia, para dar fôlego à atividade econômica. Imaginem sem a renda emergencial um Estado como a Bahia, o meu Estado. Mais de 5 milhões de baianos receberam esse auxílio, e ele produziu impacto nos Municípios pequenos. Foi uma renda que garantiu alimento na mesa das pessoas. Agora mais do que nunca, quando o desemprego continua elevado, ela é necessário.

Os preços da cesta básica estão absolutamente inacessíveis. O preço do arroz, do feijão, da carne, da cesta básica está alto. A inflação está voltando a este País. A economia não se recuperou. E a pandemia está retornando, infelizmente, ao patamar do seu início, dos meses de abril e maio, quando atingiu o pico, porque o Governo não tomou as medidas adequadas e porque o distanciamento social foi relaxado. É preciso tomar iniciativas, medidas firmes para enfrentar a pandemia enquanto a vacina não chega. É preciso ter um plano de imunização das pessoas, mas o Governo não adota providências.

Então, mais do que nunca, nós precisamos tratar da Medida Provisória 1.000, para retomar a garantia da renda emergencial. Não é possível que cheguemos ao dia 31 de dezembro, e o povo brasileiro fique sem a possibilidade da renda emergencial. Que ela possa ser retomada no patamar dos 600 reais. Todas as justificativas estão dadas para que nós tratemos dessa matéria com urgência. Há outros temas relevantes, há o Orçamento, do qual precisamos tratar, há vários temas que precisam vir para a Ordem do Dia, mas o povo brasileiro espera, cobra - e tem este direito - que tratemos dessa questão, da garantia da renda emergencial a partir do dia 1º de janeiro.

Documento 14/513

118.2020 Sessão Deliberativa Extraordinária - 02/12/2020-
CD 15:20

Publ.: DCD - 03/12/2020 - LEO DE BRITO-PT -AC
35

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Suspensão, pelo PT, da obstrução das votações da Medida Provisória nº 994, de 2020, sobre a abertura de crédito extraordinário em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 9.444,373,172,00, para a produção e disponibilização de possível vacina contra a Covid-19.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Presidente, dada a importância da votação desta medida provisória, porque já estamos nos últimos dias e sabemos da importância da concessão desse crédito, porque entendemos que foi muito importante o desenvolvimento da vacina para a COVID-19 e, agora, a incorporação das tecnologias relacionadas à vacina, o Partido dos Trabalhadores retira o *kit* obstrução, para que nós possamos dar celeridade à votação.

Documento 15/513

| | | |
|---------------------------------|--|------------------------|
| 118.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 02/12/2020- CD | 15:20 |
| Publ.: DCD - 03/12/2020 - 36 | ALESSANDRO MOLON-PSB -RJ | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Retirada, pelo PSB, de requerimentos de obstrução das votações da Medida Provisória nº 994, de 2020, sobre a abertura de crédito extraordinário em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 9.444,373,172,00, para a produção e disponibilização de possível vacina contra a Covid-19.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós retiramos os nossos requerimentos. Somos oposição ao Governo, mas entendemos que esta medida provisória é importante, porque queremos garantir vacinas para o povo brasileiro. Considerando o objeto da medida provisória, retiramos todos os nossos requerimentos de obstrução. Queremos votar a Medida Provisória nº 994.

Oposição ao Governo, não ao País, oposição com responsabilidade.

Obrigado, Presidente.

Documento 16/513

| | |
|----------|--|
| 118.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 02/12/2020- |
|----------|--|

Sumário

Anseio das populações brasileira e mundial pela produção de vacina contra a Covid-19. Agradecimento a Parlamentares; aos membros da Comissão Externa de Combate à Covid-19 e à Presidenta da Fundação Oswaldo Cruz- FIOCRUZ, Nísia Trindade Lima. Emissão de parecer à Medida Provisória nº 994, de 2020, sobre a abertura de crédito extraordinário em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 9.444,373,172,00, para a produção e disponibilização de possível vacina contra a Covid-19; e às Emendas de nºs 1 a 3, apresentadas conforme o caput do art. 3º do Ato Conjunto nº 1, de 2020, editado pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

A SRA. MARIANA CARVALHO (PSDB - RO. Para proferir parecer. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente Rodrigo Maia.

Quero cumprimentar todos os Deputados e agradecer ao Deputado Leo de Brito e ao Deputado Alessandro Molon pela retirada dos requerimentos e por entenderem que neste momento esta discussão é muito maior, pelo nosso País e pelos brasileiros.

A vacina é realmente algo que traz esperança à população, algo esperado há muito tempo, não só pelo Brasil e pelos brasileiros, mas também por todo o mundo. Hoje posso dizer que estamos votando uma medida provisória que traz a esperança da renovação, de que possamos voltar a nos abraçar, a ter uma convivência e, principalmente, de que teremos a condição de salvar vidas no nosso País. Acredito muito nesse reconhecimento.

Quero agradecer ao Presidente Rodrigo Maia e ao Líder do meu partido, o Deputado Carlos Sampaio, por esta indicação. É uma honra poder estar à frente desta relatoria.

Eu gostaria também de fazer um agradecimento muito especial à Comissão Externa de combate ao coronavírus. Aqui hoje, neste plenário, está o querido amigo Deputado General Peternelli.

A Comissão atuou muito durante este período da pandemia, desde o dia 11 de fevereiro, antes de começarmos a discutir e a imaginar o tamanho desse vírus, o que poderia causar em termos de mortes, de perda de pessoas, de desemprego, o que traria para este momento pelo qual o mundo passa. Quero deixar meu reconhecimento a todos os que trabalharam na Comissão, a todos os Deputados, na pessoa do



nosso Presidente, o Deputado Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr., o Dr. Luizinho, e da nossa Relatora, a Deputada Carmen Zanotto. Na Comissão, tivemos a oportunidade de realizar mais de 91 audiências públicas, com mais de 400 convidados. Muitas das discussões foram em torno das vacinas que estão sendo desenvolvidas no mundo e no nosso País. Tivemos a oportunidade, no final do mês de julho, de ir com a Comissão ao Estado do Rio de Janeiro para fazer uma visita à Bio-Manguinhos e conhecer o local em que seria feita a produção. Trouxemos essa demanda e a apresentamos ao Governo Federal, ao Ministro da Saúde. Dessa forma, eles tiveram o entendimento da necessidade de liberação deste crédito de quase 2 bilhões de reais, para a produção das vacinas. Teremos a oportunidade de fazer com que 100 milhões de doses sejam produzidas com esse recurso.

Gostaria de fazer um agradecimento aos membros da Comissão: Deputada Dra. Soraya Manato; Deputado Delegado Pablo; Deputado Alexandre Padilha; Deputado Jorge Solla; Deputado Capitão Fábio Abreu; Deputado Marcelo Ramos; Deputado Hiran Gonçalves; Deputado Pedro Westphalen; Deputado Dr. Luizinho, o nosso Presidente; Deputado João Roma; Deputado Alexandre Serfiotis; Deputado Aliel Machado; Deputado Rodrigo Coelho; Deputado Chico d'Angelo; Deputado Hélio Leite; Deputado Dr. Zacharias Calil; Deputada Carla Dickson; Deputada Carmen Zanotto, a nossa Relatora; Deputada Paula Belmonte; Deputada Leandre; e a todos os Deputados que participaram, que fizeram parte das audiências desta Comissão, que tiveram a oportunidade de fazer com que algo que parecia tão distante se tornasse hoje realidade, as vacinas.

Tivemos a oportunidade de empenhar grande parcela desses recursos, faltando apenas 400 milhões de reais. O Governo Federal, através do Ministério da Saúde, já está fazendo o plano de imunização, escolhendo as fases, as etapas e, principalmente, organizando vacinas, agulhas e meios de transporte para a cobertura vacinal. O Brasil sempre desenvolveu essas campanhas e tem institutos importantes. Não podemos esquecer isso.

É preciso também fazer um reconhecimento muito especial à nossa querida Dra. Nísia, que está à frente da FIOCRUZ, por ter trabalhado muito e ter mostrado potencial, força, muita determinação e preocupação com a população brasileira.

É uma honra estar aqui hoje para fazer a leitura deste parecer e fazer este reconhecimento ao nosso País. Poderemos, com esta vacina, salvar muitas vidas. Fico extremamente grata por fazer parte desta história e deste momento, porque vamos conseguir uma vacina tão esperada e tão importante.

É claro que não podemos deixar de lembrar, Presidente, que a ANVISA



será a responsável por reconhecer a segurança da vacina, de uma vacina que seja eficaz, que seja segura e que, principalmente, passe confiança para a população brasileira. Em outros institutos, outras vacinas também estão sendo estudadas. Esperamos ter o apoio e a parceria do Governo Federal, do Ministério da Saúde, para que consigamos vacinar o maior número de brasileiros, tendo em vista que serão necessárias duas vacinas por pessoa.

Assim, eu gostaria de passar diretamente ao voto e à conclusão do nosso relatório, se V.Exa. permitir, em reconhecimento a todos aqueles que tornaram possível conseguirmos chegar a esta tarde e trazer esperança ao Brasil. Deixo o nosso reconhecimento a todos os outros institutos, em especial ao Instituto Butantan, ao qual tivemos a oportunidade de, junto com a Comissão, visitar e entender sua extrema importância e capacidade, uma vez que hoje é o responsável por muitas vacinas a serem distribuídas no País.

Quero fazer uma saudação especial ao querido Deputado Samuel Moreira, que hoje representa a Liderança do nosso partido, com quem estive conversando muito sobre como fazer para que essas vacinas possam chegar o mais rapidamente possível a nossa população.

Seguindo para a conclusão do nosso voto e do nosso relatório, agradeço a todos que fizeram parte deste momento.

"Diante das razões expostas, votamos:

I - pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da Medida Provisória nº 994, de 2020, bem como pelo atendimento dos pressupostos de urgência, relevância e imprevisibilidade, que devem orientar sua adoção;

II - pelo atendimento dos requisitos constitucionais e legais afetos à adequação orçamentária e financeira, devendo a Medida Provisória nº 994, de 2020, ser considerada compatível e adequada;

III - no sentido de que as Emendas de nºs 001, 002 e 003 sejam inadmitidas por não atenderem aos requisitos da Resolução nº 01/2006-CN e o disposto na Constituição; e

IV - pela aprovação da Medida Provisória nº 994, de 2020, nos termos propostos pelo Poder Executivo."

Quero agradecer a todos os Deputados e ao Governo de São Paulo pela grandeza de entenderem que neste momento não caberia admitir essas emendas para atender ao Instituto Butantan. Precisamos encontrar outros caminhos. Mas, em reconhecimento à FIOCRUZ, entendendo que esse valor vem para atender a uma parcela da

produção dessas vacinas, com esse crédito, teremos que buscar outros meios. A população brasileira não quer saber se é vacina A, B ou C. Queremos uma vacina eficaz e, principalmente, que traga segurança à população. Não temos que entrar em briga política. A nossa briga, sim, é para salvar vidas e fazer com que cada vez mais esse vírus seja uma história do passado, e não do presente.

Meu muito obrigada, Sr. Presidente. E seguimos firmes e fortes para que possamos ter segurança com a nossa vacina.

Documento 17/513

118.2020 Sessão Deliberativa Extraordinária - 02/12/2020-
CD 15:28

Publ.: DCD - 03/12/2020 - BIBO NUNES-PSL -RS
38

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO
DISCURSO

Sumário

Discussão da Medida Provisória nº 994, de 2020, sobre a abertura de crédito extraordinário em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 9.444,373,172,00, para a produção e disponibilização de possível vacina contra a Covid-19. Concessão, pelo Governo Federal, de auxílio emergencial a trabalhadores e famílias carentes para enfrentamento da crise provocada pelo coronavírus. Regozijo com a anunciada visita do Presidente Jair Bolsonaro a Porto Alegre, em companhia do Ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, para inauguração de ponte sobre o Rio Guaíba. Contentamento com a eleição do candidato Sebastião Melo à Prefeitura da Capital do Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, sou favorável à MP 994/20, porque temos que é da maior importância a vacina neste momento. Sou favorável à vacina de qualquer lugar do mundo, contando que seja aprovada pela ANVISA. Não temos que provocar discussões geopolíticas neste momento. O que importa é a vacina, para o bem de todos nós brasileiros. Temos que nos livrar, o quanto antes, desta pandemia, que está prejudicando muito o Brasil. Felizmente, os auxílios emergenciais do Governo têm ajudado muito a nossa economia. Caso precise, tenho certeza de que o Governo estará, por mais 2 ou 3 meses, concedendo novamente o auxílio emergencial, porque ele pensa, acima de tudo, no bem de todos os brasileiros. E, neste momento, nada é mais importante do que a saúde de toda a população.

Aproveito o momento para dizer da minha alegria pela vinda do

Presidente Bolsonaro a Porto Alegre, nos próximos 10 dias, para inaugurar a nova ponte sobre o Guaíba. Essa ponte será um cartão postal. É, atualmente, a maior obra de Governo no País. Quando o Ministro Tarcísio de Freitas assumiu essa obra, conseguiu uma economia de 170 milhões de reais, o que agilizou muito esse processo.

Estou muito feliz! Bem-vindos, Presidente e Ministro Tarcísio, ao Rio Grande do Sul! Para nós gaúchos é de extrema importância a inauguração dessa ponte. A ponte antiga também continuará funcionando para melhorar o tráfego na chegada e saída de Porto Alegre. Estou muito feliz, repito!

Agradeço também ao eleitorado de Porto Alegre pela excelente vitória, e estamos comemorando até hoje. Vencemos, em Porto Alegre, o comunismo, o PT e o PSOL, e ainda os institutos de pesquisa. Estamos muito honrados. Quero dizer à Oposição e à extrema-esquerda que fiquem tranquilas, porque o Prefeito Melo vai governar para todos os porto-alegrenses. Acabou a eleição e a preocupação é com toda a população porto-alegrense e gaúcha. É assim que se faz um Governo sério, democrático e preocupado com o bem-estar de toda a população.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 18/513

118.2020 Sessão Deliberativa Extraordinária - 02/12/2020-
CD 15:32

Publ.: DCD - 03/12/2020 - EROS BIONDINI-PROS -MG
39

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Apresentação de balanço sobre a realidade das drogas no País, na condição de Presidente da Frente Parlamentar em Defesa das Comunidades Terapêuticas. Ampliação do consumo de substâncias psicotrópicas no seio familiar, em meio à epidemia de coronavírus. Relevância dos trabalhos realizados pela Fazenda Esperança na recuperação de dependentes químicos. Pedido aos Parlamentares de destinação de recursos de emendas orçamentárias para o combate às drogas. Maior atenção do poder público para com as comunidades terapêuticas. Pedido ao Relator do Orçamento Geral da União de 2021 de alocação de recursos para a ampliação de vagas em instituições destinadas à recuperação de dependentes químicos.

O SR. EROS BIONDINI (Bloco/PROS - MG. Como Líder. Sem revisão



do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como Presidente da Frente Parlamentar em Defesa das Comunidades Terapêuticas, essas tão importantes instituições que se dedicam a recuperar os jovens dependentes químicos no Brasil, venho hoje novamente fazer um balanço deste ano em relação à realidade das drogas no País.

A pandemia trouxe o fenômeno do agravamento da utilização das drogas por jovens, mulheres, homens, adolescentes. Isso nos preocupa bastante. É bem verdade que neste Governo nós ampliamos o número de vagas sociais para todos os Estados do Brasil. Assim, muitos dependentes químicos e as famílias estão tendo a oportunidade de se recuperar. Mas essa medida ainda é insuficiente.

Por isso, eu hoje venho aqui dar essa notícia e fazer esse balanço para dizer da importância dessas instituições. Não existe nenhum Parlamentar na Casa que não tenha, em seu Estado, uma instituição que recupere os dependentes químicos. Esse é um apelo que cabe a todos os Parlamentares, às Sras. e aos Srs. Deputados.

Para se ter uma ideia, Sr. Presidente, a Fazenda da Esperança, do nosso querido Frei Hans, tem 96 unidades no Brasil. Quem não conhece a Fazenda da Esperança? E, fora do Brasil, 22 países já copiaram o nosso modelo de recuperação. Existem Fazendas da Esperança na África, na Europa, na Rússia, na Alemanha, no Paraguai, na Argentina, no Uruguai, na Guatemala, em Moçambique, e assim por diante. O nosso modelo de recuperação de dependentes químicos é eficaz e hoje referência mundial. Por isso, é muito importante o nosso apoio.

Neste momento em que vamos discutir o Orçamento, eu gostaria de sugerir e, ao mesmo tempo, solicitar aos Parlamentares que destinassem parte de suas emendas também para essa finalidade, através da SENAPRED, do Ministério da Cidadania. V.Exas. estarão ajudando diretamente as famílias a salvar os filhos. Duvido que os Parlamentares não conheçam pelo menos uma família nessa situação ou que não tenham um parente que esteja passando pelo problema do vício em drogas. Também sabemos que, investindo na recuperação de dependentes químicos, impactamos positivamente a saúde - hoje muitos leitos são utilizados por causa de *overdose* -, a evasão escolar, a segurança e a criminalidade. Esse é um investimento que amplia, que se difunde, que se multiplica.

Por isso, falando como Líder, eu gostaria de pedir que tivéssemos um olhar mais carinhoso e cuidadoso para com as comunidades terapêuticas do Brasil. Da minha parte, cabe trazer os resultados. Por um lado, a pandemia agravou no seio familiar a utilização de substâncias psicoativas, não só de antidepressivos, mas também de

maconha, *crack*, cocaína. Isso nos preocupa imensamente.

Sr. Presidente, para terminar, quero aproveitar e fazer um apelo ao Relator do Orçamento. Peço a S.Exa. um Orçamento que seja capaz de ser cumprido em 2021 na ampliação das vagas para a recuperação dos nossos jovens. Esse apelo eu faço em nome das famílias do Brasil que têm os filhos enfrentando esse grave problema. Faço esse apelo também em nome das comunidades terapêuticas e de todo o segmento, que presta um grande serviço à Nação e é exemplo para todo o mundo no índice de recuperação e reinserção dos nossos jovens.

Aqui fica o meu recado e o meu agradecimento a V.Exas. pela boa vontade que tiveram com a Frente Parlamentar durante este ano. Fica também o meu agradecimento ao Governo Federal, que teve um olhar atencioso para essa causa. Deixo o meu abraço a todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 19/513

| | | |
|---------------------------------|--|------------------------|
| 118.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 02/12/2020- CD | 15:40 |
| Publ.: DCD - 03/12/2020 - 40 | SAMUEL MOREIRA-PSDB -SP | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Relevância dos trabalhos realizados pela Comissão Externa de Combate à Covid-19. Posicionamento do orador favorável à aprovação da Medida Provisória nº 994, de 2020, sobre a abertura de crédito extraordinário em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 9.444,373,172,00, para a produção e disponibilização de possível vacina contra a Covid-19. Importância da avaliação, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, da eficácia de vacinas contra o coronavírus. Perplexidade ante a determinação ao Ministro da Saúde, pelo Presidente da República, de não inclusão de determinadas vacinas contra a Covid-19 no plano nacional de imunização.

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero começar cumprimentando V.Exa. pela iniciativa de criar a Comissão Externa de Enfrentamento à COVID-19, presidida pelo Deputado Dr. Luizinho e relatada pela Deputada Carmen Zanotto. Eu quero cumprimentar especialmente a Relatora da Medida Provisória nº 994, Deputada Mariana Carvalho, pelo trabalho que desenvolveu e por ser uma pessoa atuante nessa Comissão de

Enfrentamento à COVID. Aliás, foi graças a uma visita da Comissão à FIOCRUZ que houve a sensibilidade de ir ao Governo e o Governo enviou uma medida provisória para dar apoio ao desenvolvimento da vacina junto à FIOCRUZ. Parabéns, Deputada Mariana, pelo trabalho, e parabéns a toda a Comissão!

Eu queria também dizer que a vacina é o assunto que gera maior expectativa e o mais preocupante para toda a humanidade. É um assunto global, de interesse internacional, o mais importante do momento. Por isso, deve ser tratado de maneira adequada. Nós vamos fazer o encaminhamento favorável à medida provisória que abre o crédito de 1,9 bilhão de reais para a FIOCRUZ, porque entendemos que é importante todo o trabalho feito. Aliás, já há praticamente 11 estudos em desenvolvimento, com teste em pessoas. Há estudos avançados, muitos deles já na terceira fase, de vacinas de várias nacionalidades. O Governo do Paraná fez contrato com uma empresa da Rússia para desenvolver a vacina Sputnik. Se essa vacina for comprovadamente eficiente, por que não usá-la? Porque ela é da Rússia?

A discussão da vacina tem que ser sobre sua eficácia, ela precisa resolver. Nós precisamos confiar nas instituições. E a ANVISA tem que ser tratada como uma agência, porque é ela que vai aprovar as vacinas, é ela que vai avaliar a eficácia das vacinas. Nós precisamos fazer com que a ANVISA seja sempre uma agência de Estado, e não de Governo. A ANVISA é uma agência que não deve ser subordinada ao Governo, e não o é, até porque os seus diretores têm mandato. Deve ser uma agência de Estado, de toda a sociedade.

Nós esperamos que a ANVISA tenha toda a competência para avaliar a eficácia das vacinas, seja da FIOCRUZ, com Oxford, seja a Coronovac, do Governo de São Paulo com a empresa chinesa, seja a Sputnik, seja qual for a vacina.

Nós precisamos fazer com que o fluxo do dinheiro público seja direcionado para onde haja oferta da vacina. Oferta significa ser aquela vacina que esteja qualificada para atender à população, independentemente de qual seja a sua nacionalidade. É importante que o fluxo do dinheiro público seja para satisfazer uma demanda que é imensa na sociedade e até difícil de ser atendida na sua totalidade. Se existe a demanda, nós precisamos que o fluxo do dinheiro do Governo Federal vá para a vacina que esteja ofertada à sociedade, que esteja qualificada para ser adquirida naquele momento e ser utilizada. Portanto, todas as vacinas que estão em estudo que gerarem eficácia devem ser contempladas com os recursos do Governo Federal. É esse o apelo que nós fazemos.

Presidente, nós vamos votar nesta medida provisória recursos para a

FIOCRUZ. Mas há outra, a Medida Provisória nº 1.003, de 2020. Aliás, por meio dela, abriu-se um crédito extraordinário de 2,5 bilhões de reais para atender as vacinas, para o País poder entrar num processo global, internacional inclusive, de aquisição e de desenvolvimento de vacinas para a sociedade. Então, nós queremos debater essa medida provisória, incluindo nela recursos para as vacinas que gerarem eficácia para a sociedade. A sociedade não pode mais esperar. Nós precisamos da vacina.

Portanto, não há cabimento. Vejam se há cabimento! Com todo o respeito, o Ministro da Saúde faz uma reunião, Presidente, com os Governadores. Diz que vai incluir determinadas vacinas no plano de atendimento à vacinação, e depois ele é desautorizado pelo Presidente da República. Ele foi desautorizado publicamente, inclusive depois de ter enviado carta aos Governadores.

É evidente que esse tipo de atitude gera preocupação. Nós precisamos que o Presidente da República compreenda que a vacina é importante. Se ela for eficaz, tem de ser fornecida para toda a sociedade. Esse é um esforço que não deve ser só do Brasil. Nós precisamos das relações internacionais, voltar às atividades econômicas não só no Brasil, mas com todo o mundo. A economia é globalizada. Nós precisamos nos inserir nisso. Não podemos ficar aqui brigando, obstruindo um processo de desenvolvimento de vacina.

Presidente, nós queremos fazer um apelo. É necessário que nós todos desta Casa, que brilhantemente criou a Comissão Externa para fazer esse trabalho, defendamos a inserção no programa de imunização nacional e que possa haver uma coordenação nacional, no sentido de que as vacinas sejam ofertadas para a população. É lógico que, até lá, vamos continuar todos tomando os nossos cuidados: álcool em gel, máscara, distância entre as pessoas, enfim, redobrando os esforços. Mas a esperança é única: a vacina.

Presidente, eu queria deixar registrado, em nome da nossa bancada, que nós vamos aprovar esta medida provisória para a FIOCRUZ. O Instituto Butantan é competente, a FIOCRUZ é competente, todos são competentes. Nós confiamos neles. Mas nós queremos, na próxima medida provisória, inserir esse contexto de imunização nacional, para que o dinheiro possa ter um fluxo, indo diretamente à oferta da vacina, independentemente da nacionalidade ou do Governo de Estado.

Muito obrigado.



Publ.: DCD - 03/12/2020 - RUBENS BUENO-CIDADANIA -PR
42

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Apoio do Cidadania à Medida Provisória nº 994, de 2020, sobre a abertura de crédito extraordinário em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 9.444,373,172,00, para a produção e disponibilização de possível vacina contra a Covid-19. Transcurso do cinquentenário de fundação da Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda - COAMA. Trajetória de sucesso da cooperativa agrícola.

O SR. RUBENS BUENO (CIDADANIA - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em nome do Cidadania, nós vamos votar favoravelmente a essa medida, que é de suma importância para o Brasil, sempre em defesa da vida.

Mas eu quero aproveitar este momento, Sr. Presidente, para fazer o registro dos 50 anos de fundação da Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda., a COAMO, um exemplo para o País da união de trabalhadores e da excelência de nossos homens do campo na produção de alimentos para o Brasil e para o mundo.

A iniciativa, que surgiu modesta, mas já sonhando grande, em 28 de novembro de 1970, na região de Campo Mourão, no centro-oeste paranaense, hoje se transformou em uma megaoperação que reúne 63 entrepostos espalhados por Municípios do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul.

Após 5 décadas da sua fundação, os volumes de recebimento da COAMO vêm aumentando ano após ano, perfazendo cerca de 3,5% de toda a produção nacional de grãos e fibras e 17% da safra paranaense.

A história da COAMO nasce dos primeiros experimentos do engenheiro agrônomo José Aroldo Gallassini com a produção de trigo na região de Campo Mourão, no período de abril a setembro de 1969. Na sequência foi a vez da soja. Com o sucesso das pesquisas, os agricultores passaram a ter outra preocupação: para quem venderiam a produção? Foi assim que começou a ganhar força a ideia de se montar uma cooperativa de produtores rurais.

Tarefa difícil, pois a região contava com terras impróprias para a exploração devido à acidez do solo e os agricultores desconheciam a tecnologia agrícola. Tratores, por exemplo, só existiam cinco na região. Pelos campos, apenas algumas lavouras manuais de arroz, milho e algodão. Não por menos, a região era conhecida como terra dos "três



S": sapé, samambaia e saúva.

Mas o engenheiro agrônomo José Aroldo Gallassini, enviado a Campo Mourão com a missão de levantar a realidade rural da região, uniu-se a Fioravante João Ferri, um madeireiro que tinha conhecimento de uma cooperativa de madeiras no Rio Grande do Sul, que foi escolhido como Presidente da COAMO devido ao prestígio na comunidade e intocável idoneidade. Ele aceitou o desafio com a condição de que Gallassini fosse seu gerente-geral. Foram identificadas as lideranças do setor e iniciou-se uma série de reuniões e encontros para debater o assunto. E assim, em 28 de novembro de 1970, nasceu a Cooperativa Agropecuária Mourãoense LTDA., cuja sigla COAMO foi sugerida pelo cooperado, e posteriormente Vice-Presidente, Gelindo Stefanuto.

A cooperativa nasceu com 79 agricultores associados que subscreveram a ata de fundação e um capital social de 37 mil e 540 cruzeiros. A primeira sede foi um escritório com 50 metros quadrados. Em 1971, já havia sobras do exercício, o que se tornou uma tradição na cooperativa, e, no ano seguinte, saiu o primeiro armazém próprio. Em 1974, foi aprovada a construção dos primeiros entrepostos, em Engenheiro Beltrão e Mamborê.

No final de 1974, o Presidente Fioravante João Ferri faleceu e o Vice-Presidente, Gelindo Stefanuto, administrou a cooperativa até o término do mandato. Em janeiro de 1975, o engenheiro agrônomo José Aroldo Gallassini assume o seu primeiro mandato à frente da administração da COAMO. Era o reconhecimento de um trabalho pioneiro e que mudou a realidade da região.

Estava definitivamente plantada a semente do cooperativismo. No Paraná, o cooperativismo possui mais de 100 mil vínculos empregatícios, sendo a maioria nas cooperativas agropecuárias. No Brasil, são 14 milhões de cooperados e 425 mil empregos diretos, sendo que somente na agricultura as cooperativas respondem por 48% de toda a produção. No mundo inteiro, são hoje 3 milhões de cooperativas em 107 países - 1 a cada 7 pessoas no mundo é cooperada.

Mas voltemos à história da COAMO, que também faz parte da minha história desde a juventude e que muito ajudou no desenvolvimento da região.

Como Prefeito de Campo Mourão entre 1993 e 1996, fui testemunha do afinco e da competência dos que comandam esse conglomerado de sucesso. Em 1975, a COAMO instalou a sua fazenda experimental, a loja de peças e implantou o seu moinho de trigo, primeira indústria da história da COAMO. Porém, foi a partir dos anos 80 que o setor agroindustrial registrou grande impulso com o surgimento de outras

indústrias, como as de óleo de soja e fiação de algodão. Em 2000, foi inaugurada a fábrica de margarina.

Com o passar dos anos, a COAMO e seus cooperados cresceram e se desenvolveram. Hoje, ela é a maior cooperativa agrícola do Brasil e da América Latina e uma das maiores empresas do País.

Quero manifestar todo o meu reconhecimento à direção, aos cooperados, aos funcionários e a todos os envolvidos com essa grande família, que dedica os seus dias a produzir alimentos que chegam até as mesas de milhares de outras famílias mundo afora.

Mesmo com a pandemia, a COAMO, ao completar 50 anos, tem motivos de sobra para comemorar. O faturamento deste ano deve crescer 40% em relação ao de 2019, vai passar de 18 bilhões de reais, o melhor ano de toda sua história. Que venham muitos e muitos mais!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 21/513

| | | |
|---------------------------------|--|-----------------------|
| 118.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 02/12/2020- CD | 15:52 |
| Publ.: DCD - 03/12/2020 - 44 | ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCUSSÃO DISCURSO |

Sumário

Obstrução das votações na Casa pela Oposição em protesto contra a não votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Inadmissibilidade de redução do auxílio emergencial de 600 reais, concedido a trabalhadores a famílias carentes diante da crise provocada pelo coronavírus. Não reconhecimento, pelo Presidente Jair Bolsonaro, da vitória do democrata Joe Biden nas recentes eleições presidenciais realizadas nos Estados Unidos da América. Candidatura do Presidente da República à reeleição. Discussão da Medida Provisória nº 994, de 2020, sobre a abertura de crédito extraordinário em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 9.444,373,172,00, para a produção e disponibilização de possível vacina contra a Covid-19. Saudações à Presidenta da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, Nísia Trindade Lima, e aos pesquisadores da instituição.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) -



Sr. Presidente, é um prazer renovado revê-lo.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nós demos conhecimento à Nação brasileira de que a Oposição realiza uma obstrução com um objetivo fundamental, que é a garantia da aprovação da Medida Provisória nº 1.000 - ou da sua desaprovação, porque o Governo Bolsonaro não tem justificativa para ter reduzido à metade o valor do auxílio emergencial.

Diga-se de passagem que o Presidente desastrado, que até o momento não reconheceu a vitória do candidato Biden nos Estados Unidos, tem verbalizado a sua prévia vacina neste caso, em relação às próximas eleições, porque é candidato à reeleição, não obstante tivesse dito a vida inteira que discordava da tese da reeleição.

Ele efetivamente reduz à metade o valor de 600 reais, que manteve boa parte da população minimamente alimentada. E ele surfou, ganhando popularidade, em algo a que ele era contra. O Congresso Nacional aprovou, esta Câmara aprovou esse auxílio emergencial.

Nós temos clareza de que a obstrução tem o seu papel regimental e político. No entanto, neste momento, de maneira muito consciente, votamos a favor desta medida provisória, porque ela preconiza recursos para a FIOCRUZ, para o encaminhamento da vacina, vacina que o Presidente Bolsonaro defende que não seja obrigatória, desconhecendo a virulência do novo coronavírus, o seu alto índice de contágio. O Brasil não pode ficar à mercê de imunidade de manada, como se gado fosse, esperando que cada um, de acordo com suas resistências e sua imunidade, resolva o problema do enfrentamento dessa doença, que mata, Sr. Presidente - V.Exa. sofreu os rigores da COVID-19. Não obstante, ele tem escondido isso da Nação brasileira.

Nós compreendemos, portanto, que é necessário votar esta matéria, porque a FIOCRUZ é uma instituição da maior relevância no Brasil.

A FIOCRUZ tem técnicos que são reconhecidos mundialmente. A FIOCRUZ está imersa na tentativa de fazer com que os brasileiros e brasileiras como um todo, *in totum*, recebam uma ou mais doses dessa vacina, quantas sejam necessárias, para que haja a imunização e se detenha a expansão desse mal, que continua matando, não obstante seja ignorado pelo Presidente Bolsonaro.

Nós vamos votar a favor da medida provisória. Nós estamos, de maneira pontual, suspendendo a obstrução relativamente a esta matéria, porque ela é de interesse do povo brasileiro, é de interesse da saúde pública, é de interesse da vida. A Oposição, o bloco da Minoria, com toda a altivez e firmeza, durante todo esse período de trabalho remoto, soube se posicionar em defesa da vida, em defesa de todas e de todos que são vulneráveis, em defesa daqueles que mais precisam,

e com a garantia de que o Sistema Único de Saúde seja fortalecido.

A FIOCRUZ faz parte dessa cadeia de proteção à saúde pública. Quero abraçar a Dra. Nísia, todo o corpo técnico-científico da Fundação Oswaldo Cruz, meus colegas farmacêuticos e bioquímicos da FIOCRUZ, todos os pesquisadores. Saúdo, aqui na Bahia, a Dra. Marilda.

A Oposição se perfila para acelerar a vacina, que será, sem dúvida, a proteção maior que teremos, além de toda a nova etiqueta respiratória, para defender a saúde pública em nosso País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 22/513

| | | |
|---------------------------------|--|-----------------------|
| 118.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 02/12/2020- CD | 15:56 |
| Publ.: DCD - 03/12/2020 - 45 | - MARCELO FREIXO-PSOL -RJ | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCUSSÃO DISCURSO |

Sumário

Discussão da Medida Provisória nº 994, de 2020, sobre a abertura de crédito extraordinário em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 9.444,373,172,00, para a produção e disponibilização de possível vacina contra a Covid-19. Avanço do coronavírus no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Homenagem à Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ. Importância da destinação de recursos à entidade para a produção de vacina contra a Covid-19. Repúdio ao posicionamento do Presidente da República contrário a imunização da população brasileira.

O SR. MARCELO FREIXO (PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, senhoras e senhores, é evidente que o PSOL, assim como todos os outros partidos da Oposição, tem responsabilidade com a vida - não é o que acontece por parte do Presidente da República. Nós vamos votar favoravelmente à Medida Provisória nº 994, que garante mais recursos para a produção de vacinas. Isso mostra uma oposição com responsabilidade.

Presidente, é importante dizer neste momento, em que vemos que mais uma vez é crescente o número de contaminados - principalmente na nossa cidade, Presidente Rodrigo Maia, a situação é muito grave, pois 100% dos leitos para COVID já estão ocupados - que efetivamente, não há mais dúvida, nunca houve, não é caso de

gripezinha, como afirmou, de maneira irresponsável e criminosa, o Presidente da República.

Na hora de votar mais recursos para a produção de vacina e recursos que serão destinados à FIOCRUZ, aqui fica a minha homenagem à FIOCRUZ, que realiza, ao longo de toda a sua existência, um trabalho excepcional. Neste momento, em que o Brasil mais precisa da FIOCRUZ, ela está presente com seu trabalho de pesquisa, com seu trabalho de produção científica muito grande.

Nós temos um Governo Federal que nega a ciência, nós temos um Governo Federal que é negacionista. E o mundo inteiro - o mundo inteiro - está investindo em vacina, entende que vacina é o que vai salvar vidas, é o que vai salvar este planeta, é o que vai fazer com que haja a retomada da normalidade da vida.

Em diversos Governos, profissionais de saúde, ao longo do seu trabalho, fizeram com que o Brasil se tornasse uma referência mundial na utilização de vacinas e no tratamento de endemias. No entanto, vários desses profissionais foram afastados e demitidos do Ministério da Saúde.

O Presidente chegou a dizer, através do seu Ministro da Saúde, que as vacinas não serão obrigatórias. E o que nós vimos foi que diversas doenças já erradicadas voltaram a atingir a população brasileira.

Então, é um Governo irresponsável, um governo negacionista, um governo que nega a ciência. Traz um prejuízo muito grave à vida dos brasileiros.

Nós vamos votar favoravelmente. Não aceitamos que se considere normal que 170 mil brasileiros tenham morrido por causa dessa doença. Não é normal. Nós queremos essa vacina. E é possível que essa vacina tenha que ser aplicada todos os anos, porque já há casos de recontaminação identificados. É possível que todo ano tenhamos que tomar essa vacina. Que uma política pública de saúde que respeite a vida seja retomada neste País!

O PSOL, portanto, vai votar "sim" a esta medida provisória, porque respeita a vida dos brasileiros e os profissionais de saúde.

Documento 23/513

| | |
|---------------------------------|---|
| 118.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária -02/12/2020- CD 16:00 |
| Publ.: DCD - 03/12/2020 - 46 | ROGÉRIO CORREIA-PT -MG |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA |
| | DISCUSSÃO |

Sumário

Discussão da Medida Provisória nº 994, de 2020, sobre a abertura de crédito extraordinário em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 9.444,373,172,00, para a produção e disponibilização de possível vacina contra a Covid-19. Repúdio ao posicionamento do Presidente Jair Bolsonaro contrário à vacinação dos brasileiros. Contrariedade à privatização de unidades básicas de saúde. Agradecimento ao Presidente Rodrigo Maia pela criação de Comissão Externa destinada ao exame do acordo firmado entre a Vale e o Governo do Estado de Minas Gerais a respeito do pagamento, pela empresa, de indenização por prejuízos materiais e humanos decorrentes da tragédia socioambiental ocorrida no Município de Brumadinho.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, como é sabido, nós estamos também fazendo obstrução, o Partido dos Trabalhadores e os partidos de oposição. Suspendemos a obstrução exatamente para votar a favor desta medida provisória, porque somos a favor da vacina.

Em relação a vacina, não pode haver ideologia. Só mesmo um Presidente como Jair Bolsonaro para ideologizar uma vacina! Salvar vidas é a razão de existir da vacina, e o Presidente faz um debate ideológico, quer saber se a vacina é chinesa, se é russa, se é comunista, se é socialista, se é fascista. Só mesmo um Presidente energúmeno, como é Jair Bolsonaro, trata as coisas dessa forma.

É óbvio que votaremos a favor desta medida provisória.

É preciso dizer também que este é um Governo errático. Em plena crise decorrente desta pandemia, ele chegou a editar uma portaria sobre privatização das unidades básicas de saúde, do SUS. Todos nós nos lembramos disso. Houve uma revolta nacional contra a portaria. Ele acabou tendo que abrir mão dela, foi derrotado pela pressão popular. Em plena pandemia, falar em privatizar o Sistema Único de Saúde, em especial as unidades básicas de saúde, pegou muito mal no Brasil e no mundo, escancarou o que é, na prática, o Governo Bolsonaro, o que faz em relação à pandemia no Brasil e ao Sistema Único de Saúde, ao qual ele não tem o menor apreço. Então, é preciso que façamos essa denúncia.

Ao votarmos esta medida provisória, como disse o meu colega Deputado Freixo, nós precisamos dar um recado muito claro, o de que a vacina precisa ser instituída. Aliás, houve hoje uma denúncia, a de que uma dessas vacinas, a do Reino Unido, foi oferecida ao Brasil, e o Governo Bolsonaro não deu a menor resposta ao laboratório responsável por essa vacina. Isso é grave. A previsão é de que a

vacinação no Reino Unido tenha início na semana que vem. E o Brasil não topou incluir essa vacina nas negociações possíveis. Essa é uma denúncia séria, que mostra a relação deste Governo com o negacionismo.

Presidente Maia, é claro que votaremos a favor desta medida provisória.

Aproveito a oportunidade para lhe agradecer a formação da Comissão Externa que está analisando o acordo entre a Vale e o Governo de Minas Gerais sobre a tragédia criminosa de Brumadinho.

A Vale continua querendo não fazer o pagamento daquilo que ela deve ao povo de Minas, algo em torno de 54 bilhões de reais, segundo os cálculos. Por isso, nós seguimos em luta, para fazer prevalecer, sim, aquilo que é direito do povo que, em Minas Gerais, foi atingido por rompimentos de barragens.

Eu lhe agradeço mais uma vez, Presidente Maia, pela formação da Comissão Externa, na qual estamos trabalhando. Amanhã vamos realizar uma audiência pública com os atingidos.

Muito obrigado.

Documento 24/513

118.2020 Sessão Deliberativa Extraordinária - 02/12/2020-
CD 16:04

Publ.: DCD - 03/12/2020 - VICENTINHO-PT -SP
47

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA DISCUSSÃO
DISCURSO

Sumário

Agradecimento à Presidência pela criação de Comissão Externa destinada ao acompanhamento, em Porto Alegre, das investigações do assassinato do soldador João Alberto Silveira Freitas por seguranças do Supermercado Carrefour. Discussão da Medida Provisória nº 994, de 2020, sobre a abertura de crédito extraordinário em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 9.444,373,172,00, para a produção e disponibilização de possível vacina contra a Covid-19. Repúdio ao posicionamento do Presidente Jair Bolsonaro contrário à vacinação do povo brasileiro contra o coronavírus.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Presidente Rodrigo Maia, em primeiro lugar, quero agradecer a V.Exa. pela criação da Comissão Externa que nos permitiu ir até o Rio Grande do



Sul, a Porto Alegre, sob a liderança do nosso Deputado Damião Feliciano. Já fizemos o relato. O Deputado Damião vai conversar com V.Exa. Certamente nós queremos o seu compromisso quanto à aprovação de projetos que tratem não somente do caso do Carrefour, das empresas de segurança, mas também de políticas públicas preventivas que assegurem que qualquer ser humano seja tratado adequadamente, considerando-se o caráter da pessoa e não a cor da sua pele. Vidas negras importam. Esse foi o recado claro que adotamos nessa importante missão, seja no encontro com o Seu João Batista, pai de João Alberto, seja no encontro com o Governador e toda a cúpula da segurança pública no Estado.

Em segundo lugar, quanto à Medida Provisória nº 994, Sr. Presidente, eu achei muito estranho esse diálogo ao longo desse período de desenvolvimento das vacinas. Quando o Governo Doria - temos divergências, evidentemente - anunciou a possibilidade de adoção da vacina da China, o Governo Bolsonaro começou uma briga ideológica, sem se preocupar com vidas. Meu Deus! Quando o Doria anunciou que a vacina seria produzida em convênio com o Butantan, a minha primeira reação foi de alívio, foi de esperança, independentemente do autor da iniciativa. Esta medida provisória nos ajuda, porque nos dá autonomia para a criação.

Mas, pelo amor de Deus, não é possível que tenhamos dirigentes no País da qualidade de Bolsonaro, que dá risada com o falecimento, com a morte dos outros! No dia em que aconteceu a morte de um cidadão que estava participando dos testes da vacina, morte que não teve nenhuma relação causal com a vacina, Bolsonaro deu risada e disse: "*Essa eu ganhei do Doria*". Ganhou o quê, cara pálida? Nós temos que cuidar da vida! Nós temos que cuidar dos seres humanos, dos milhares de famílias que estão perdendo seus entes queridos! É por isso que essa vacina é de extrema importância. Que ganhe a vida! Que ganhe a sociedade, seja de onde for essa vacina! Se for fabricada no Brasil, melhor ainda.

Vidas importam, em todos os sentidos. Vidas importam. É para garantir o direito e a dignidade que o papel do Estado será cumprido nesse sentido.

Obrigado, Presidente.

Documento 25/513

118.2020

Sessão Deliberativa Extraordinária - 02/12/2020-
CD 16:08

Publ.: DCD - 03/12/2020 - LEO DE BRITO-PT -AC
48

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO

Sumário

Discussão da Medida Provisória nº 994, de 2020, sobre a abertura de crédito extraordinário em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 9.444,373,172,00, para a produção e disponibilização de possível vacina contra a Covid-19. Solidariedade aos familiares das vítimas da doença. Descaso do Presidente Jair Bolsonaro com a epidemia de coronavírus.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós da bancada do Partido dos Trabalhadores, no início desta sessão deliberativa, anunciamos a nossa retirada do *kit* obstrução, por entendermos a relevância desta medida provisória, sobre concessão de crédito extraordinário à FIOCRUZ, instituição que parabenizamos neste momento.

Quero aqui me solidarizar com as mais de 174 mil famílias que perderam entes queridos por conta da pandemia do novo coronavírus. Deputada Perpétua, vimos a forma irresponsável com que o Governo Bolsonaro, sobretudo o Presidente da República, conduziu esse enfrentamento, um enfrentamento que é necessário e requer união de todos nós, Deputado Florence.

O Presidente da República tratou essa questão como uma questão de segundo plano, como uma gripezinha, inclusive dando maus exemplos, muitos maus exemplos, ao longo desse período, em que já foram perdidas centenas de milhares de vidas.

No momento em que aprovarmos esse crédito extraordinário, estaremos premiando a ciência, premiando aqueles que estão fazendo o trabalho que deve ser feito - é o caso da FIOCRUZ, em parceria com a Universidade de Oxford e a AstraZeneca - para que tenhamos a tão esperada vacina.

O povo quer a vacina, e o Governo apresenta um plano de imunização que não contempla, no nosso entender, a população. Queremos que haja a obrigatoriedade da imunização, queremos que toda a população seja imunizada. O risco de contaminação é muito alto. Sabemos que a COVID-19 se apresenta de maneira diferenciada, inclusive em pessoas jovens. Queremos que haja essa imunização, mas, infelizmente, o Governo tem tratado esse assunto, mais uma vez, de maneira irresponsável, não quer ter gastos maiores no que diz respeito a essa situação.

Em várias sessões, no Congresso Nacional, temos obstruído os trabalhos, pedindo a votação da Medida Provisória nº 1.000 - deve vigorar até que tenhamos a vacina, porque a população está

padecendo, inclusive por conta da redução do valor do auxílio emergencial, de 600 para 300 reais -, mas, neste momento, como eu disse no início, nós retiramos o *kit* obstrução para que seja votada esta matéria tão importante.

Obrigado, Presidente.

Documento 26/513

| | | |
|---------------------------------|--|-----------------------|
| 118.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 02/12/2020- CD | 16:12 |
| Publ.: DCD - 03/12/2020 - 49 | JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCUSSÃO DISCURSO |

Sumário

Discussão da Medida Provisória nº 994, de 2020, sobre a abertura de crédito extraordinário em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 9.444,373,172,00, para a produção e disponibilização de possível vacina contra a Covid-19. Vinculação entre a postura do Presidente Jair Bolsonaro diante da epidemia de coronavírus e a derrota dos seus candidatos nas recentes eleições municipais. Apoio à Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ na produção de vacina contra a Covid-19. Reiteração do pedido de votação emergencial do Projeto de Lei nº 4.078, de 2020, sobre a extensão dos prazos de aplicação dos recursos federais transferidos aos demais entes da federação, com fundamento em atos infralegais dos recursos vinculados à execução de ações de enfrentamento e mitigação dos efeitos sociais adversos da epidemia da Covid-19.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Sem revisão da oradora.) - Presidente, quero ressaltar a importância desta medida provisória. Ela é fruto de muito trabalho, é fruto da valorização de uma instituição de Estado, a Fundação Oswaldo Cruz, é fruto do trabalho da Comissão Externa. Eu era Líder da Minoria quando essa Comissão foi montada. Por isso, meu nome não consta ali formalmente. Mas tenho atuado diretamente nessa Comissão com muita assiduidade. Eu pude visitar a planta de fabricação da Fundação Oswaldo Cruz.

Penso que esta medida provisória é fruto desse esforço de uma fundação que tem uma dimensão absurda, uma dimensão na formação, uma dimensão na inovação tecnológica, na ciência. Existe a possibilidade real de o Brasil ser hoje, pela FIOCRUZ, uma referência na Organização Mundial da Saúde nas Américas. É uma instituição de Estado, é uma instituição que atua na formação e na assistência, é uma instituição que nos dá a credibilidade a respeito de todo o

processo hoje da vacina da Universidade de Oxford e da AstraZeneca. Tem acompanhado, com muita eficácia, com muita acuidade, a produção dessa vacina, que já está na fase 3.

Portanto, ela pode trazer ao Brasil uma vacina absolutamente segura para a população brasileira.

Acredito, como muitos Parlamentares que já falaram neste plenário, neste momento, que nós não podemos abrir mão de nenhuma vacina, independente da origem e da possibilidade de produção.

Nós precisamos fazer o que a FIOCRUZ está fazendo, o que o Instituto Butantan está fazendo: a transferência de tecnologia, para que tenhamos autonomia de produção. Para isso, nós precisamos de recursos. Precisamos de uma estratégia para termos independência de produção aqui no Brasil. É o que fazem hoje a FIOCRUZ e o Instituto Butantan. Nós não podemos ter nenhuma atitude errática. Nós não podemos ter nenhum risco de desestimulação da população. Ela não pode ter qualquer receio de uma vacina no Brasil.

O Governo brasileiro não pode desautorizar Ministro da Saúde. O Governo brasileiro não pode passar à sociedade qualquer temor a uma vacina que passará pela agência regulatória do País. Nós só teremos para a população uma vacina que tenha eficácia e que tenha segurança. E é exatamente esse comportamento errático, esse mau comportamento diante da pandemia que leva o Sr. Bolsonaro à derrota nas eleições brasileiras. O que ficou flagrante nas eleições de 2020 foi a derrota dele, a rejeição e a repulsa da população brasileira a ele.

Nós votaremos essa medida provisória com muita convicção, para que a FIOCRUZ possa produzir as suas vacinas, mas precisaremos de mais recursos em 2021, recursos para o SUS, recursos para Estados e Municípios.

Por isso, Sr. Presidente, eu concluo solicitando, mais uma vez, que votemos com urgência o PL que veio do Senado, o Projeto de Lei nº 4.078, de 2020, para não paralisarmos a transferência de recursos para Estados e Municípios em todas as áreas - saúde, assistência, cultura - até 2021. Se for preciso, que possamos esticar por emenda constitucional os recursos para a COVID - nós vamos precisar - e fazer medidas provisórias ou novas leis para darmos mais recursos à Fundação Oswaldo Cruz e ao Instituto Butantan, se necessário. E a FIOCRUZ precisará de recursos para a produção de mais 100 milhões de doses no segundo semestre de 2021.

A população precisa de vacina. A pandemia não acabou, não tem prazo para acabar. A população brasileira vai precisar de vacina.

Viva a FIOCRUZ! Viva o Instituto Butantan!

Nós votaremos a favor da Medida Provisória nº 994, de 2020.

Obrigada, Presidente.

Documento 27/513

| | | |
|---------------------------------|--|------------------------|
| 118.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 02/12/2020- CD | 16:16 |
| Publ.: DCD - 03/12/2020 - 50 | IVAN VALENTE-PSOL -SP | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Regozijo com a eleição do Deputado Edmilson Rodrigues para o cargo de Prefeito Municipal de Belém, Estado do Pará. Desempenho da chapa Boulos/Erundina nas eleições à Prefeitura Municipal de São Paulo, Estado de São Paulo. Atuação insatisfatória dos Ministros da Educação e Saúde. Vinculação entre a retomada da economia brasileira e a vacinação contra a Covid-19. Defesa de votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para garantia da retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes diante da epidemia de coronavírus.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero cumprimentar todos os Parlamentares e dizer da nossa alegria de poder saudar desta tribuna o nosso companheiro, amigo de 40 anos, Deputado Edmilson Rodrigues, eleito Prefeito de Belém. Ele já foi o melhor Prefeito que Belém já teve. Foi reconhecidamente a melhor administração. Sempre chegou ao segundo turno, mesmo com pouco tempo de TV e sem recursos. Nós queremos desejar ao Edmilson uma excelente gestão. Ele vai demonstrar o modo PSOL de governar: com o povo e para o povo.

Eu quero saudar também o desempenho aqui em São Paulo da chapa Boulos e Erundina, que, com as condições dadas -- 17 segundos de TV, eliminação de todos os debates e muito menos recursos --, empolgou a juventude e o povo de São Paulo, foi ao segundo turno, conseguiu mais de 40% dos votos e despontou uma liderança nacional, o Guilherme Boulos, que combateu preconceitos, ódio e intolerância. Assim como o Deputado Edmilson, no Pará, que derrotou o ódio e a intolerância, aqui em São Paulo, discutiram a enganação, a defesa do serviço público e do Estado brasileiro, a desigualdade social e o

combate aos preconceitos. Tudo isso foi discutido aqui em São Paulo.

Eu quero ressaltar o papel essencial da nossa companheira Luiza Erundina. Com a sua idade, com fibra, com garra, essa companheira teve um papel essencial. Enquanto o Prefeito eleito escondia o seu vice, Luiza Erundina estava dentro do "Erundinamóvel", protegendo-se, com os protocolos sanitários, fazendo campanha de rua, animando a população e a juventude. Guilherme Boulos e Luiza Erundina estão de parabéns!

Fiquei sabendo agora que o Ministério da Educação, que queria fazer as aulas nas universidades voltarem obrigatoriamente no dia 4 de janeiro, acaba de revogar essa medida. Ele não discute com a ANDIFES, não discute com os professores, não discute com ninguém e volta atrás. Não há Ministro da Educação. Também não há Ministro da Saúde. Qualquer Ministro da Saúde e qualquer governo sério, neste momento, diriam que nós precisamos ir atrás de todas as vacinas. Nós temos que estimular que as vacinas, independentemente de onde venham, SINOVAC, de Oxford, ou qualquer outra, cheguem rapidamente ao povo brasileiro, para retomar a economia brasileira.

Há aqueles que acham que tem que se retomar a economia. É preciso retomá-la, mas isso só será possível com a vacina. E nós sabemos que há, sim, uma incapacidade, uma incompetência, um andar para trás, que nós não podemos mais aceitar. A saúde do povo brasileiro está em primeiro lugar. E é isso que vai tirar o País do buraco, porque o desemprego não vai acabar de repente. O auxílio emergencial já se esgotou. E o Governo quer continuar com a política de ajuste fiscal.

Então, nós pedimos aqui a votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, que vence em fevereiro. Nós queremos que o povo brasileiro esteja preparado antes da vacina para aguentar esse tranco; para que a pobreza, a miséria e as mortes que estão sendo causadas pela pandemia tenham resposta. O povo brasileiro é que deve determinar os rumos desta Nação contra o autoritarismo, contra a política ultraliberal, que esmaga os seus direitos.

Muito obrigado.

Documento 28/513

| | | |
|---------------------------------|--|------------------------|
| 118.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 02/12/2020- CD | 16:24 |
| Publ.: DCD - 03/12/2020 - 52 | LEO DE BRITO-PT -AC | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 994, de 2020, sobre a abertura de crédito extraordinário em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 9.444,373,172,00, para a produção e disponibilização de possível vacina contra a Covid-19. Importância de votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para a retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes diante da epidemia de coronavírus.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós, do Partido dos Trabalhadores, entendemos que a concessão desse crédito extraordinário é urgente e relevante.

O País clama pela vacina, pela vacina que venha de qualquer que seja o país, porque nós queremos imunizar a nossa população. Nossa população que é sofrida, inclusive, agora, sofre com a redução do auxílio emergencial - nós queremos votar a Medida Provisória nº 1.000 para repor os 600 reais - e com a perda dos seus entes queridos. O País precisa voltar à normalidade.

Parabenizo a FIOCRUZ e parabenizo a Comissão Externa pelo trabalho que foi feito. E nós, com certeza, longe desses desmandos do Governo Bolsonaro, somos a favor da aprovação desta medida provisória, porque quem vai ganhar é a população.

O PT vota "sim".

Documento 29/513

| | | |
|---------------------------------|--|------------------------|
| 118.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 02/12/2020- CD | 16:36 |
| Publ.: DCD - 03/12/2020 - 57 | JOENIA WAPICHANA-REDE -RR | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 994, de 2020, sobre a abertura de crédito extraordinário em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 9.444,373,172,00, para a produção e disponibilização de possível vacina contra a Covid-19. Necessidade de execução da Lei nº 14.021, de 2020,

sobre as medidas de proteção social para prevenção do contágio e disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas; a criação do Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígenas; a adoção de medidas de apoio às comunidades quilombolas, aos pescadores artesanais e aos demais povos e comunidades tradicionais para enfrentamento à Covid-19; e a alteração da Lei nº 8.080, de 1990, com vista à garantia do aporte de recursos adicionais em situações emergenciais e de calamidade pública.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Sr. Presidente. Quero cumprimentá-lo.

Eu gostaria de reforçar que esta medida provisória é umas das medidas necessárias neste contexto. Nós estamos vivendo uma segunda onda da COVID-19, e justamente ela vem numa hora em que devemos garantir ações necessárias à produção e à disponibilização de possíveis vacinas, seguras e eficazes, para a imunização da população brasileira contra a COVID-19.

A REDE vai orientar "sim", devido à importância dessa medida e principalmente porque nós temos de ter medidas necessárias de prevenção para toda a população.

Faço aqui o reforço em relação à população indígena do nosso País, que ainda necessita da implementação da Lei nº 14.021, de 2020, que nós aprovamos aqui, nesta Câmara, justamente para somar a outras medidas que estamos aprovando no dia de hoje.

Documento 30/513

118.2020

Sessão Deliberativa Extraordinária - 02/12/2020-
CD 16:40

Publ.: DCD - 03/12/2020 -
58

AFONSO FLORENCE-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 994, de 2020, sobre a abertura de crédito extraordinário em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 9.444,373,172,00, para a produção e disponibilização de possível vacina contra a Covid-19. Defesa de votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para garantia do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a

trabalhadores e famílias vulneráveis diante da epidemia de coronavírus.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, os partidos da Minoria e o Líder da Minoria, Deputado José Guimarães, orientam o voto "sim" aos pressupostos de urgência e à constitucionalidade da Medida Provisória nº 994, de 2020.

Queremos também registrar a posição dos partidos da Minoria contra a intenção de Bolsonaro de cortar pela metade a renda emergencial das brasileiras e dos brasileiros. Muita gente está passando fome agora, e a culpa é do Governo Bolsonaro!

Nós da Minoria obstruímos as sessões por muitos dias porque queremos votar a Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para garantir os 600 reais. Vamos lutar pela prorrogação da renda emergencial no ano de 2021, para matar a fome do povo brasileiro.

A orientação da Minoria é "sim", Presidente.

Obrigado.

Documento 31/513

| | | |
|---------------------------------|--|------------------------|
| 118.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 02/12/2020- CD | 16:40 |
| Publ.: DCD - 03/12/2020 - 59 | EVAIR VIEIRA DE MELO-PP -ES | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 994, de 2020, sobre a abertura de crédito extraordinário em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 9.444,373,172,00, para a produção e disponibilização de possível vacina contra a Covid-19. Relevância dos trabalhos realizados pela Comissão Externa de Enfrentamento à Covid-19.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Governo orienta "sim".

Pela Liderança do Governo, eu quero enaltecer o trabalho que a Comissão Externa de Enfrentamento à COVID-19 faz. Na pessoa do nobre Deputado Luizinho, na pessoa da Deputada Carmen Zanotto,

nossa Relatora na Comissão, que nos acompanha aqui em plenário, na pessoa da nossa Relatora do texto, quero agradecer pela responsabilidade e pelo discernimento com que trataram a matéria.

Precisamos conversar com os brasileiros e mostrar que isso é recurso público. É claro que o Governo tem a intenção e a disposição de fazer muito mais por todos, mas é preciso ter responsabilidade com as contas públicas, que precisam ser bem administradas. Acima de tudo, é preciso respeitar o Parlamento.

Quero, de novo, enaltecer os colegas que trabalharam esse texto, em especial a nossa Relatora e os colegas da Comissão.

Deputada Mariana Carvalho, V.Exas. trataram o conteúdo com responsabilidade, para que houvesse entendimento com o Governo. Esta medida provisória é uma vitória coletiva.

O Governo orienta "sim" e agradece aos Parlamentares que, acima de tudo, tiveram responsabilidade com a vida e com o dinheiro público brasileiro.

Documento 32/513

| | | |
|---------------------------------|--|------------------------|
| 118.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 02/12/2020- CD | 16:48 |
| Publ.: DCD - 03/12/2020 - 62 | POMPEO DE MATTOS-PDT -RS | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Repúdio à postura adotada pelo Presidente Jair Bolsonaro com relação ao combate à epidemia de coronavírus. Apoio do PDT à vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero reafirmar aqui o nosso compromisso com a ciência, com o conhecimento, com a tecnologia, com a vida.

O Brasil enfrentou essa pandemia com o negacionismo do Presidente da República, que infelizmente negava o vírus, não o aceitava, não o reconhecia, não o respeitava, enfim, não deu boas orientações. O próprio Ministério da Saúde ficou muito tempo sem Ministro da Saúde, trocou de Ministro, enfim, houve todo aquele cenário. Passamos por tudo isso. Os próprios testes da vacina ficaram em caminhões

frigoríficos em São Paulo. Então, nós enfrentamos adversidades.

Depois, o Presidente estava negando a vacina, dizendo que o povo não seria vacinado em massa, como precisa ser vacinado. Mas, felizmente, água mole em pedra dura tanto bate até que fura. Houve insistência, persistência, apelos.

Nós da bancada do PDT temos orgulho de dizer que estamos do lado da ciência, do lado da vida, do lado das famílias brasileiras, do povo brasileiro, que precisa da vacina. A FIOCRUZ vai nos representar com ciência, conhecimento, experiência, *know how*, trazendo os insumos. Esse recurso no valor de 2 bilhões de reais é fundamental, nessa hora, para termos o suporte necessário e uma vacina para salvar o povo brasileiro do coronavírus.

Eu posso falar, Sr. Presidente, porque passei por isso. Fiquei 12 dias no hospital. Eu fui lá aos pés da gateada, mas, graças a Deus, estou no lombo do tordilho. Eu passei um perrengue, como muitos desta Casa passaram, como o Presidente Rodrigo Maia passou.

A vacina vem para darmos uma resposta. O povo brasileiro vai ter essa resposta. A Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional estão dando essa resposta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 33/513

| | | |
|---------------------------------|--|------------------------|
| 118.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 02/12/2020- CD | 16:56 |
| Publ.: DCD - 03/12/2020 - 64 | JOENIA WAPICHANA-REDE -RR | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Importância de aprovação da Medida Provisória nº 994, de 2020, sobre a abertura de crédito extraordinário em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 9.444,373,172,00, para a produção e disponibilização de possível vacina contra a Covid-19. Repúdio à Portaria nº 1.030, de 2020, do Ministério da Educação, acerca da retomada das aulas presenciais no sistema federal de ensino.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, novamente a REDE quer confirmar o que eu já falei: a Medida Provisória nº 994, de 2020, é de suma importância

para o País.

Justamente neste momento em que pandemia ainda não cessou, nós precisamos ter as garantias de que o Governo vai proporcionar às instituições, como a FIOCRUZ, as devidas ações necessárias para que possam investir em pesquisa, para que possam realmente oferecer a vacina à população. O que estamos precisando hoje é combater o coronavírus.

Eu quero deixar registrada a minha indignação com uma iniciativa do Governo, que editou uma portaria determinando o retorno das aulas nas instituições de ensino superior. Depois, refletiu sobre isso, percebeu o absurdo, o autoritarismo que se vê, e retirou a portaria.

Esta MP 994/20 é justamente uma ação positiva para proteger a vida da população brasileira.

Documento 34/513

| | | | |
|-------------------------------|-------------------------------|---------------------------------------|----|
| 118.2020 | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa 02/12/2020-17:04 | |
| Publ.: DCD 03/12/2020 - 68 | LEO DE BRITO-PT -AC | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO | DE |

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.199, de 2020, acerca da instituição do Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem - BR do Mar. Obstrução das votações pelo PT em protesto contra a não inclusão na pauta da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Defesa de retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes, diante da crise gerada pela epidemia de coronavírus.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós, da bancada do Partido dos Trabalhadores e também da Oposição, somos a favor da retirada de pauta desse projeto porque, primeiro, por mais que entendamos a importância da cabotagem em nosso País, inclusive a importância de tal atividade econômica em termos de sustentabilidade, nós entendemos que esse projeto de lei prejudica a indústria nacional, precariza a relação com os trabalhadores, faz com que as grandes

empresas ganhem no processo, pois reduz a competitividade, e certamente também aumentará os preços, por conta da redução dessa competitividade.

Contudo, é importante dizer que, mesmo que nós tenhamos retirado a obstrução na última matéria, referente à vacina do Instituto FIOCRUZ - refiro-me ao crédito extraordinário, que foi aprovado por unanimidade por esta Casa -, nós temos uma questão de fundo: a obstrução que estamos fazendo ao longo desses meses, por conta da redução do auxílio emergencial, a redução do auxílio emergencial que foi feita pelo Governo Bolsonaro, de 600 reais para 300 reais.

Quem anda no dia a dia pelas cidades do Brasil e conversa com as pessoas tem percebido que muitas pessoas têm passado por grandes necessidades, por conta dessa redução. Os comerciantes também têm visto o movimento nos seus comércios reduzir, tem circulado menos dinheiro na economia, e nós ainda não temos a imunização plena, não temos vacina plena. Portanto, essas pessoas ainda se encontram expostas.

O que nós queremos, e por isso nós vamos obstruir esta matéria, é justamente que seja pautada, Sr. Presidente Rodrigo Maia - dirijo-me a V.Exa., que está aqui à mesa -, a votação da MP 1.000, para que nós possamos restabelecer o valor de 600 reais e, assim, dar um mínimo de dignidade a essas pessoas neste momento, em que ainda passamos por uma pandemia.

Portanto, nós estamos querendo a retirada de pauta desse PL. Nós estamos em obstrução. O *kit* obstrução volta, mais uma vez, para a mesa. Ao longo desse tempo, vamos fazer a obstrução desse projeto de lei, porque nós também não temos acordo, sobretudo, em relação a esses pontos que foram colocados no início da minha fala.

Obrigado, Presidente.

Documento 35/513

| | | |
|---------------------------------|--|------------------------|
| 118.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 02/12/2020- CD | 17:08 |
| Publ.: DCD - 03/12/2020 - 69 | LEO DE BRITO-PT -AC | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.199, de 2020, acerca da instituição do Programa de

Estímulo ao Transporte por Cabotagem - BR do Mar. Obstrução das votações pelo PT em protesto contra a não inclusão na pauta da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Defesa de retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes, diante da crise provocada pela Covid-19.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos restabelecendo o *kit* obstrução. Entendemos que é prioritário para o povo brasileiro, neste momento de pandemia, que sejam restabelecidos os 600 reais do auxílio emergencial, que foi reduzido para 300 reais, mesmo tendo sido aprovado o crédito extraordinário referente à vacina.

Obviamente, temos problemas sérios com esse PL da cabotagem, sobretudo em relação à concentração nas grandes empresas, aos interesses internacionais que estão em jogo e à precarização das relações de trabalho. Por isso, nós consideramos importante que esse projeto seja retirado de pauta e que seja trazido à pauta, sim, aquilo que é necessário e urgente para o povo brasileiro: a votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020.

Espero que o Governo Bolsonaro, que se mostrou tão insensível ao longo desta pandemia, tenha a sensibilidade de olhar para o povo, que está sofrendo muito, neste momento, com a questão do auxílio emergencial.

Nosso voto é obstrução, Sr. Presidente.

Documento 36/513

| | | |
|---------------------------------|--|------------------------|
| 118.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 02/12/2020- CD | 17:08 |
| Publ.: DCD - 03/12/2020 - 70 | POMPEO DE MATTOS-PDT -RS | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Obstrução das votações pelo PDT em protesto contra a não inclusão na pauta da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Defesa de retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e

famílias carentes, diante da crise provocada pela Covid-19.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na verdade, esse é o projeto de lei da cabotagem. O PDT, quando for votar esse projeto, terá lá suas restrições, mas, via de regra, é um projeto importante para o País. Neste momento, contudo, nós estamos em obstrução, porque o que o PDT deseja -- e é o que nós do partido do campo da esquerda queremos, Sr. Presidente - é que seja votada a Medida Provisória nº 1.000, de 2020.

Aliás, é um número emblemático o nº 1.000, que trata exatamente da renovação do auxílio emergencial. O auxílio, que era de 600 reais por 3 meses, foi renovado por meio dessa medida provisória, mas para 300 reais, ou seja, um pitoco, a metade do valor. O povo brasileiro não tem a metade da fome, não tem a metade da necessidade. A pandemia não está pela metade. A pandemia está atacando, por inteiro, a economia, a saúde, a vida das pessoas. Nós queremos votar essa medida provisória, para que o valor seja de 600 reais, como foi nos primeiros 3 meses.

Por isso, nós estamos em obstrução, para que não se vote outra matéria sem antes votarmos essa Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para que nós possamos, nesta Casa, discutir e ver quem está do lado do povo, quem está a favor dos 600 reais, na hora da pandemia, e quem está a favor dos 300 reais. Temos que dar nome aos bois e ver quem é quem.

Para isso, essa medida provisória tem que ser colocada em votação. A maneira de pressionarmos para que seja votada prioritariamente é esta: nós obstruirmos todas as outras matérias. Assim, nós votaremos a medida provisória.

Aliás, um apelo que eu e o PDT fazemos a V.Exa. é que nós votemos a Medida Provisória nº 1.000, de 2020, em favor do povo trabalhador, que precisa, necessita, merece e tem direito a receber os 600 reais.

Muito obrigado.

Documento 37/513

118.2020

Sessão Deliberativa Extraordinária - 02/12/2020-
CD 17:12

Publ.: DCD - 03/12/2020 -
71

GLAUBER BRAGA-PSOL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Obstrução dos trabalhos no plenário pelo PSOL e pelos demais partidos opositores até a votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, e consequente recomposição do valor do auxílio emergencial, concedido a trabalhadores e famílias vulneráveis diante da crise gerada pela epidemia de coronavírus.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL está em obstrução, junto com os demais partidos de Oposição, na expectativa de que seja colocada em votação a Medida Provisória nº 1.000, de 2020.

Essa é uma batalha que já dura alguns meses, mas infelizmente ainda não veio a ser apreciada pelo Plenário. Nós queremos recompor aquele que era o valor original, que foi diminuído pelo Governo de Jair Bolsonaro, e reavaliar também os cortes que foram feitos, porque é fundamental garantir renda para a maioria das famílias brasileiras, que estão passando por muita dificuldade já neste momento.

Por esse motivo, nós estamos em obstrução e não queremos que outras matérias venham a ser deliberadas antes da Medida Provisória nº 1.000, de 2020.

O PSOL está em obstrução.

Documento 38/513

| | | |
|---------------------------------|--|------------------------|
| 118.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 02/12/2020- CD | 17:12 |
| Publ.: DCD - 03/12/2020 - 72 | DANIEL ALMEIDA-PCDOB -BA | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Prioridade da Casa na votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Imediata retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais, concedido a trabalhadores e famílias carentes, em face da crise gerada pela Covid-19. Apoio à retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.199, de 2020, acerca da instituição do Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem - BR do Mar.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PCdoB considera que a prioridade de deliberação nesta Casa é a Medida Provisória nº 1.000, de 2020, que estende o auxílio emergencial de 600 reais para além de 31 de dezembro. Isso é absolutamente fundamental e indispensável. Essa é a prioridade, essa é a urgência de que - é o que queremos - o Plenário deve tratar.

E também, Sr. Presidente, esse projeto de lei precisa ser retirado de pauta porque não há razão para a urgência. Esse é um tema denso, de grande interesse nacional. Precisa ser melhor debatido. O conteúdo precisa ser apreciado com atenção e cuidado, para que não se estimule que a indústria naval brasileira afunde ainda mais. Já está quase destruída. Esse projeto estimula o aluguel de embarcações por subsidiárias estrangeiras, prejudicando a indústria naval e a preservação de direitos nacionais.

Documento 39/513

| | | |
|---------------------------------|--|------------------------|
| 118.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 02/12/2020- CD | 17:36 |
| Publ.: DCD - 03/12/2020 - 79 | - DELEGADO MARCELO FREITAS-PSL -MG | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Transcurso do terceiro centenário da autonomia político-administrativa do Estado de Minas Gerais. Redução do número de óbitos e contaminados por coronavírus no Estado. Competência da polícia mineira.

O SR. DELEGADO MARCELO FREITAS (Bloco/PSL - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, agradeço a oportunidade que me é ofertada neste momento e quero somar coro às palavras do meu amigo, Deputado Federal Charles Evangelista.

O dia 2 de dezembro de 2020 nos faz rememorar o dia 2 de dezembro de 1720, quando D. João V, de fato, concedeu a emancipação administrativa ao nosso querido Estado de Minas Gerais.

Hoje, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é dia de comemorar a existência administrativa do nosso querido Estado de Minas Gerais.

Sabemos das enormes dificuldades pelas quais passamos, mas temos

inúmeras conquistas que gostaríamos de dividir com o povo mineiro. Especialmente no enfrentamento à pandemia do coronavírus, nós temos tido, a cada dia, queda no número de casos e no número de óbitos.

Gostaríamos também de dividir que, como disse meu amigo Charlles Evangelista, Minas Gerais é um dos Estados mais seguros de nosso País. Temos a gloriosa Polícia Militar, a Polícia Civil, a Polícia Federal atuante, o que nos faz acreditar cada vez mais que Minas tende a continuar no caminho do crescimento e da prosperidade.

Aos mineiros, o nosso sincero recado nesses 300 anos das nossas queridas Minas Gerais, no sentido de que não lhes faltará trabalho honesto e íntegro para que a população mineira seja cada vez mais bem atendida, especialmente pelo Governo Federal e pelo nosso Governador Romeu Zema.

Parabéns, povo mineiro, especialmente pelos 300 anos de fundação de Minas Gerais!

Presidente, queria aproveitar estes 2 minutos que me restam e passar a palavra ao Deputado Delegado Pablo.

Obrigado.

Documento 40/513

| | | |
|---------------------------------|--|------------------------|
| 118.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 02/12/2020- CD | 17:40 |
| Publ.: DCD - 03/12/2020 - 79 | DELEGADO PABLO-PSL -AM | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Reexame, pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, do reajuste de tarifas de energia elétrica. Expectativa de vacinação do povo brasileiro contra o coronavírus.

O SR. DELEGADO PABLO (Bloco/PSL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, muito obrigado pela oportunidade.

Quero dirigir minha fala ao povo do Estado do Amazonas, que demonstra a mesma preocupação mencionada aqui pelos Deputados Charlles Evangelista e Delegado Marcelo Freitas com a questão do

aumento da tarifa de energia elétrica.

Agora que se avizinha o fim de ano, justamente no momento em que as famílias vão comemorar as festas, celebrar o Natal e o Ano-Novo, nós recebemos a notícia do aumento da tarifa de energia elétrica pela mudança da bandeira tarifária. Isso é injusto.

Eu apresentei uma indicação ao Governo Federal, aprovada aqui junto com a Medida Provisória nº 950, sugerindo que as pessoas de baixa renda, em tempos de COVID, ficassem isentas do pagamento da tarifa social. Isso foi reconhecido pelo Governo Federal, mas parece que ele se esqueceu desse fato. A pandemia continua aí. E justamente neste momento as pessoas precisam desse bem de necessidade básica que é a energia elétrica.

Já entramos com um pedido na ANEEL para que ela reveja isso, a fim de que nós possamos estabelecer uma tarifa justa para os brasileiros neste momento muito difícil de pandemia.

Quero dividir minha fala, Presidente, para falar também sobre a vacinação contra a COVID-19. Eu participo da Comissão Externa da COVID-19. Recebemos notícias da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, no sentido de que o Brasil vai ter a possibilidade de vacinar 100 milhões de brasileiros no primeiro semestre de 2021 e mais 110 milhões de brasileiros no segundo semestre do ano que vem. O preço da vacina será de pouco mais de 3 dólares, valor bastante acessível e que vai ser 100% custeado pelo Governo Federal. Esse é um grande passo para o Brasil no enfrentamento desta pandemia e um momento único para a população brasileira.

Deixo aqui meu abraço ao Estado do Amazonas.

Muito obrigado, Presidente, pela palavra.

Documento 41/513

| | | |
|---------------------------------|--|------------------------|
| 118.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 02/12/2020- CD | 18:00 |
| Publ.: DCD - 03/12/2020 - 85 | MARCELO RAMOS-PL -AM | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Importância do papel desenvolvido pelo setor de telecomunicações junto à sociedade brasileira, notadamente diante da epidemia de coronavírus. Defesa da participação de empresas chinesas de telecomunicações no processo



licitatório para a implantação da tecnologia 5G no País. Agradecimento ao Relator Isnaldo Bulhões Jr. pelo acolhimento da emenda sobre o estabelecimento de regras ao Regime Especial Tributário, apresentada pelo orador à Medida Provisória nº 996, de 2020, acerca da instituição do Programa Casa Verde e Amarela. Celebração de acordo com o Governo Federal para aprimoramento do Projeto de Lei nº 4.199, de 2020, sobre a instituição do Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem - BR do Mar, e a alteração das Leis de nºs 5.474, de 1968; 9.432, de 1997; 10.233, de 2001; e 10.893, de 2004. Agradecimento ao Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, André Pepitone, pela inclusão de famílias amazonenses na Tarifa Social de Energia Elétrica.

O SR. MARCELO RAMOS (Bloco/PL - AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores que acompanham esta sessão pela *TV Câmara*, há tempos as telecomunicações tomaram centralidade nas nossas vidas. Hoje, quando se fala de telecomunicação, de conectividade, não se está falando só da possibilidade de as pessoas se relacionarem socialmente a distância. Quando se fala de telecomunicação, de conectividade, está-se falando de educação, com as teleaulas; de saúde, com a telemedicina; de negócios, com a simples emissão de uma nota fiscal eletrônica ou uma operação por maquininha de cartão de crédito; de meio ambiente, com o controle em tempo real do desmatamento e das queimadas; de regularização fundiária; da questão agrária, com a possibilidade de vistoria remota e do controle de ocupações irregulares País afora; de transporte coletivo, com tecnologia embarcada, para que se possa controlar melhor o tráfego e a operação do sistema de transporte coletivo. Portanto, as telecomunicações entraram na nossa vida de forma transversal, para não mais sair.

A atual situação sanitária, sem precedentes desde a crise da gripe espanhola no começo do século XX, ressaltou ainda mais essa centralidade dos serviços de telecomunicações. O que seria das nossas relações familiares, pessoais e de trabalho sem a resiliência que as redes de telecomunicação demonstraram? Sem elas, não haveria o acesso à Internet, o conforto pessoal das redes sociais, a possibilidade do trabalho remoto, garantidor de empregos e de atividade econômica no nosso País neste período de pandemia, e, mais que tudo, a possibilidade de nossas crianças e jovens, pelo menos uma parcela significativa deles, darem continuidade ao seu processo de formação educacional.

É por isso, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, que venho hoje chamar atenção para a proximidade de uma decisão política fundamental do Poder Executivo, que poderá resultar, se não tomada apenas com os olhos e a perspectiva do verdadeiro interesse nacional, em um grande



dano para as telecomunicações brasileiras, num momento em que elas chegam a mais um revolucionário patamar tecnológico, o da adoção da tecnologia 5G para comunicações móveis. A hipótese de o Governo brasileiro ceder à pressão política de uma potência estrangeira - no caso, os Estados Unidos - e decidir que esta ou aquela empresa não poderá participar do processo licitatório de atualização tecnológica de nossas redes móveis de telecomunicação certamente resultará em um prejuízo irreparável para o País.

Esta é uma decisão que cabe ao Brasil tomar. O apelo que faço a este Parlamento é que não se omita diante dos riscos que já estamos correndo. A decisão tem que ser baseada em critérios essencialmente técnicos, econômicos e estratégicos. A tecnologia não tem ideologia.

Terá que ser uma decisão que não nos submeta a interferências políticas indevidas, que, em prazo muito curto, podem nos levar a oferecer, por exemplo, serviços essenciais de conectividade mais caros, logo, mais inacessíveis, logo, mais distantes da população, em especial das populações carentes, como as do interior do meu Estado do Amazonas, e podem representar uma perda geopolítica significativa por não termos sabido preservar e fortalecer nossa soberania como Nação.

Vejam só, há uma tendência ou um discurso do Governo Federal de impedir a participação de tecnologia chinesa no leilão do 5G. Ora, o 3G usa tecnologia chinesa, o 4G usa tecnologia chinesa. Vai se impedir a tecnologia chinesa de concorrer na licitação, e a memória do celular é feita na China. Isso é uma brincadeira! Isso parece até um gracejo com o interesse maior do País! Os critérios do leilão do 5G devem ser única e exclusivamente preço e qualidade do serviço oferecido à população brasileira. Não dá para carimbar ideologicamente quem vem concorrer no nosso País.

A China ocupa vários setores da economia do nosso País. A China hoje está no 3G, no 4G, no *chip* de memória do celular, no *chip* de memória de vários outros aparelhos eletrônicos. E, de repente, num discurso de natureza meramente ideológica, sem nenhum fundamento técnico, o Governo ensaia dirigir a licitação do 5G e impedir a participação de quem primeiro surgiu como grande desenvolvedor dessa tecnologia.

Então, faço um apelo para que esta Casa cumpra o seu papel de fiscalizadora, garanta competitividade e garanta que o resultado final do leilão do 5G seja uma Internet, uma telefonia de melhor qualidade, mais barata e que chegue mais longe no nosso País.

Quero agora, Sr. Presidente, tratar pontualmente de três temas. Primeiro, faço um agradecimento especial ao Deputado Isnaldo

Bulhões Jr. por acatar emenda minha que estabelece regras do Regime Especial Tributário para o Programa Casa Verde e Amarela, que será a garantia de execução e conclusão de obras para pessoas de baixa renda.

Segundo, em relação à BR do Mar, quero repetir o que disse em diálogo com o Governo. Há um acordo com o Governo para tirar do projeto de lei da BR do Mar toda matéria que seja relativa à navegação interna. O PL da BR do Mar é um projeto para regular cabotagem e não para regular navegação interna, por rios. Vamos fazer depois a BR dos rios, e aí poderemos discutir o adicional de frete tanto para grãos como para líquidos. Não vamos admitir que se use o PL da BR do Mar para empurrar esse jabuti, que significa mexer no Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM. Tenho certeza de que o novo Relator irá garantir o acordo, que já está consumado com o Governo, de confirmação de dois destaques nossos.

Por fim, Sr. Presidente, quero agradecer ao Diretor-Geral da ANEEL, o Dr. André Pepitone, que acatou uma solicitação nossa que permitirá a inclusão como beneficiário da Tarifa Social de quem está inscrito no Cadastro Único, mas não conseguiu fazer a renovação, por conta da Portaria nº 443, do Ministério da Cidadania. Assim, 65 mil famílias amazonenses terão possibilidade de ser incluídas na Tarifa Social. Quero agradecer à Agência Nacional de Energia Elétrica o gesto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 42/513

118.2020 Sessão Deliberativa Extraordinária - 02/12/2020-
CD 18:08

Publ.: DCD - 03/12/2020 - ZÉ NETO-PT -BA
88

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Necessidade de fortalecimento de medidas sanitárias para contenção da segunda onda da epidemia de coronavírus no Brasil. Acerto da aprovação pela Casa da Medida Provisória nº 994, de 2020, sobre a abertura de crédito extraordinário em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 9.444,373,172,00, para a produção e disponibilização de possível vacina contra a Covid-19. Denúncia de uso da máquina pública e disseminação de fake news no segundo turno nas recentes eleições municipais realizadas em Feira de Santana, Estado da Bahia. Defesa de aprovação pelo Congresso Nacional de medidas rigorosas de combate às fake news. Apelo à Casa de aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 230, de 2020, acerca da destinação de recursos

financeiros do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST, para a compra de equipamentos de informática e de acesso à rede mundial de computadores aos alunos carentes da rede de ensino público, atingidos pela epidemia de coronavírus.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vou tirar a máscara, mas estou higienizado e mantendo a distância. Lembro que estamos vivendo um momento de crescimento da contaminação por coronavírus. Então, precisamos recompor todas as medidas necessárias para deter a segunda onda de COVID-19.

Esta Casa, inclusive, hoje, tomou uma medida muito providencial, a aprovação de crédito de 1,9 bilhões de reais para a compra de vacinas. Isso mostra ao Poder Executivo que é preciso fazer com que tenhamos condições reais para o enfrentamento que o País espera.

Sr. Presidente, eu queria, nesta primeira sessão após o momento eleitoral, tratar de um tema muito importante sobre o qual precisamos refletir.

Eu fui candidato em Feira de Santana. Cheguei ao segundo turno. Vencemos o primeiro turno na nossa cidade e, no segundo turno, tivemos uma votação expressiva, alcançando 45% dos votos. Disso, ficaram algumas lições. E hoje, conversando com lideranças do Brasil inteiro, com muitos Deputados, com muitas Deputadas, aqui no cafezinho, sobre como se deu esse processo eleitoral, cheguei à conclusão de que várias respostas precisam ser dadas à população do nosso País.

O uso da máquina pública que vimos nesta campanha foi algo extremamente irresponsável. Sr. Presidente e Plenário, não dá mais para suportar fazer política assistindo a um processo degradante de compra de votos, de distribuição de cestas básicas, de uso indevido, inclusive, dos recursos para enfrentamento do coronavírus.

Na minha cidade, desde o dia 5 de setembro, a Justiça exigiu que houvesse uma prestação de contas adequada do uso dos recursos enviados para o combate à pandemia do coronavírus. Infelizmente, até agora, não só lá mas no Brasil inteiro, essa prestação de contas não tem sido feita adequadamente. Isso macula qualquer eleição, qualquer pleito, qualquer democracia.

Nós vimos, nos últimos 2 dias da eleição, uma situação absurda! Sem contar que há um descontrole na contratação de pessoal principalmente por empresas terceirizadas e cooperativas, o que é uma prática em todo o País.



Na nossa cidade, no mês de março, já com as aulas encerradas, 390 pessoas foram contratadas para trabalhar na educação, que estava parada. Ao mesmo tempo, nós víamos corte de salário de professores, corte de salário de estagiários, inadimplência. Por mais de 6 meses, o auxílio-alimentação não foi entregue para os estudantes do Município, mas por cooperativas foram contratadas 390 pessoas com salário de 3.500 reais cada uma - na prática, essas pessoas recebiam menos de 900 reais, um hábito em todo o País.

Por que eu estou trazendo isso a plenário? Por que essa reflexão tem que ser feita nesta Casa? Porque nos cabe fazer essas reflexões aqui e dar respostas à sociedade.

As *fake news*, Sr. Presidente, mais uma vez foram utilizadas de forma absurda! Lá na minha cidade, foi atacada a minha família, o meu pai, a minha vida pessoal. Voltou novamente, não só em minha cidade mas em todas as cidades do País, aquela história do *kit gay*, do anti-Cristo, do fechamento de igrejas, e por aí vai. É tudo mentira! Inclusive, todas essas questões estão sendo judicializadas lá na minha cidade. No Brasil, tudo isso tem sido tratado em âmbito judicial, que deve responder a essas questões.

Mas nós nesta Casa devemos, até o fim do ano, recompor o debate sobre as *fake news*. Nós não encerramos nesta Casa, Sr. Presidente, esse debate. Nós precisamos de normas mais rigorosas. Nós precisamos de eficiência nesse combate. Está em risco a democracia. Está em risco a disputa democrática. Está em risco a honra e a vitalidade das nossas instituições e dos nossos campos de disputa política. Se nós deixarmos as coisas caminharem como estão caminhando, infelizmente vamos assistir à barbárie. E nós queremos, sim, a democracia, o Estado de Direito, o bom senso. Queremos a disputa que possa realmente fazer com que chegue às urnas o voto transparente, o voto da vontade popular, o voto que possa mudar para melhor a história da minha Feira de Santana, dos nossos Municípios, do nosso País.

Sr. Presidente, eu quero trazer aqui um outro tema, que para mim é por demais relevante. Inclusive V.Exa., que é do NOVO, não deve discordar do que eu vou dizer aqui, agora. Nós temos um projeto de lei nesta Casa que trata da utilização do FUST - Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, para a compra de computadores para toda a rede pública de ensino, municipal, estadual e federal, incluindo cursos técnicos, e para a garantia de Internet de qualidade, com a finalidade de termos no ensino público do nosso País uma ferramenta que realmente possibilite a reconstrução do ensino, da educação.

Nós não vamos sair desta pandemia, Sr. Presidente, de uma hora para



outra. O ensino também não vai voltar a ser presencial de uma hora para outra. Eu tenho duas filhas que estudam em escola particular. Todas as escolas particulares do País estão funcionando. Eu pergunto: e o ensino público? Não vai funcionar ou vai funcionar inadequadamente? E quando o ensino público começar a funcionar, quem vai dar a ele condição de funcionamento adequado? Esse funcionamento adequado passa por tecnologia, passa pela necessidade de garantirmos neste momento computadores para as nossas crianças, para os nossos jovens. As famílias carentes não vão conseguir ter esses computadores em casa, como também as dos grandes rincões deste País, das cidades do interior.

Agora há pouco, eu ouvi o Deputado Marcelo dizendo da necessidade de essa questão tecnológica ser tratada com mais independência; eu diria, com menos picuinha e com menos ideologia.

É fundamental, neste momento, esse projeto que está na Casa, com mais de 360 assinaturas de representações partidárias e Deputados, para uso desse recurso do FUST, que hoje, Sr. Presidente, é de mais de 23 bilhões. O que custa agora nós fazermos com que esse fundo seja utilizado para isso? Se nós não fizermos esse dever de casa, que educação vamos entregar para o nosso País, que justiça social vamos fazer? Como é que os nossos estudantes de escola pública vão estudar, se não voltarão para a sala de aula tão cedo? E se vier a vacina, nós vamos passar 6 meses para imunizar este País inteiro, sem contar que temos um processo gradativo. Agora, mais do que nunca, nós vimos que a utilização das tecnologias, principalmente do computador e da Internet, é fundamental para que o aprendizado se dê.

Portanto, eu quero fazer um apelo a esta Casa. Nós estamos falando em nome do Brasil. Nós estamos falando aqui em darmos competitividade aos mais pobres, aos mais carentes, aos que estão na escola pública. Neste instante, nós precisamos aprovar um projeto de lei que garanta não só o computador, mas também a Internet de qualidade.

Sr. Presidente, eu moro numa cidade de quase 600 mil habitantes. Vi de perto o quanto as escolas públicas vão precisar de computadores e de Internet de qualidade. Grande parte da periferia da minha cidade e dos oito distritos não têm sequer sinal de celular.

Precisamos aprovar nesta Casa esse projeto, que é de minha autoria. Existem outros, e nós poderíamos reunir esses projetos para fazer uma corrente nesta Casa a fim de garantir justiça social, garantir que os recursos do FUST, que já são de mais de 23 bilhões, possam realmente fazer frente à compra de computadores e à instalação de Internet de qualidade em todo o País, para que as escolas públicas

federais, estaduais e municipais possam ter a garantia de que vão estar inclusas nesse contexto da educação, que, na pandemia e no pós-pandemia, vai precisar da aula semipresencial, vai precisar da Internet, vai precisar do computador.

É preciso fazer justiça social, inclusão social, inclusão tecnológica e garantir, principalmente, que as famílias mais humildes tenham condições de ver seus filhos e filhas novamente estudando, podendo competir no mercado, podendo ter um aprendizado adequado.

Fica registrado aqui o meu apelo a todos os partidos, a todas as Deputadas e a todos os Deputados para que aproveemos este projeto de lei que garante computadores e Internet de qualidade em todos os lares brasileiros.

Documento 43/513

| | | |
|---------------------------------|--|------------------------|
| 118.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 02/12/2020- CD | 18:36 |
| Publ.: DCD - 03/12/2020 - 94 | EVAIR VIEIRA DE MELO-PP -ES | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Agradecimento à Casa pela aprovação da Medida Provisória nº 994, de 2020, sobre a abertura de crédito extraordinário em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 9.444,373,172,00, para a produção e disponibilização de possível vacina contra a Covid-19.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje foi um dia, para mim, especialmente, de muita felicidade. Na condição de Vice-Líder do Governo, estive neste Plenário fazendo a defesa, a orientação - e conseguimos aprovar - da medida provisória que destinará quase 2 bilhões para o desenvolvimento da vacina contra a COVID.

Quero dizer da importância e da seriedade com que o Governo, tecnicamente, tratou esse tema. A parceria constituída com a Universidade de Oxford, com certeza, traz seriedade. No segmento das pesquisas, Oxford é uma referência que tem esse prestígio, e essa nossa parceria com esse laboratório vai permitir, inclusive, projetarmos e darmos avanços para que possamos, já no próximo ano, ter mais de 100 milhões de doses para serem distribuídas pelo SUS a todos os

brasileiros que necessitarem.

Quero ainda dizer que esse valor vem de recursos públicos.

Queremos também agradecer, em nome do Governo, à Comissão que tratou do tema, agradecer aos Parlamentares que acompanharam o Governo, que nos permitiu esse passo importante. São recursos públicos, caro Deputado Marcel, destinados a uma causa merecida, digna, tecnicamente com muita responsabilidade. Tenho certeza de que essa é uma entrega de todos os brasileiros.

Ao Governo coube a serenidade, o entendimento, coube fazer o encaminhamento, coube a responsabilidade nos procedimentos legais e burocráticos. E essa parceria com a Universidade de Oxford e com a Fundação Oswaldo Cruz, a nossa FIOCRUZ, permite-nos sonhar que todos nós tenhamos o mais breve possível essa vacina, que será distribuída pelo SUS a mais de 100 milhões de brasileiros já no próximo ano.

Muito obrigado a todos os Parlamentares que nos acompanharam.

Falo aqui em nome da Liderança do Governo.

Documento 44/513

| | | |
|---------------------------------|--|------------------------|
| 118.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 02/12/2020- CD | 18:40 |
| Publ.: DCD - 03/12/2020 - 96 | PAULO GANIME-NOVO -RJ | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Importância da aprovação da Medida Provisória nº 994, de 2020, sobre a abertura de crédito extraordinário em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 9.444,373,172,00, para a produção e disponibilização de possível vacina contra a Covid-19. Protesto contra a paralisação das votações na Câmara dos Deputados, em face da obstrução promovida pelos partidos da Oposição e da base governista e pela disputa de poder no âmbito da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Evair, é uma honra vê-lo presidindo agora a nossa sessão. Inicialmente, volto ao tema que V.Exa. mencionou em relação à MP que vai permitir que tenhamos vacinação. Esta vacinação virá, entre outras também, através da FIOCRUZ, o que é muito importante.

Nós todos esperamos com muita ansiedade por isso.

Porém eu quero dizer que é uma pena que, no dia 2 de dezembro de 2020, estejamos tratando apenas de um tema ligado à pandemia. Esperávamos neste momento estar tratando ou já ter tratado, ao longo deste ano, de temas como a reforma tributária, a reforma administrativa, a prisão em segunda instância, o foro privilegiado e os supersalários.

Vários temas estão parados por conta da pandemia - é verdade -, mas também por conta da obstrução provocada, em parte pela Oposição e em parte por parcela relevante da base do Governo, Presidente Evair. A Casa está praticamente parada há quase 2 meses por conta dessas obstruções causadas por falta de entendimento e, inclusive, por um briga de poder na CMO.

E aí nós nos lembramos de mais um ponto gravíssimo: temos chances de votar a LDO daqui a 2 semanas, sem que a matéria passe pela Comissão Mista de Orçamento, o que não é só uma questão regimental, é uma questão constitucional.

Então, não estamos falando aqui mais de questões de COVID, de pandemia, de isolamento. Estamos falando aqui de brigas de poder que estão fazendo com que o Brasil fique parado, que pautas relevantes deste Congresso Nacional, desta Câmara dos Deputados fiquem paradas. E há mais uma briga de poder que pode provocar o STF a autorizar algo que também é inconstitucional: a reeleição para a Presidência desta Casa e a da Casa ao lado, o Senado Federal.

Eu espero que os líderes deste País, sejam eles do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, trabalhem a favor do Brasil e dos brasileiros, e não pelo interesse próprio e pelas brigas de poder, que estão parando o País neste momento.

Era este o meu pronunciamento.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 45/513

118.2020 Sessão Deliberativa Extraordinária - 02/12/2020-
CD 18:44

Publ.: DCD - 03/12/2020 - MARCEL VAN HATTEM-NOVO -RS
98

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO



Sumário

Protesto contra o impedimento, pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, da realização da cerimônia de posse da nova Presidenta do Instituto de Estudos Empresariais - IEE, Júlia Evangelista Tavares. Apelo ao Governador Eduardo Leite de reexame de medidas contra a proliferação do coronavírus. Inconsistência de denúncia sobre a ocorrência de aglomerações no gabinete parlamentar do orador.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa. coloca a barra muito alta para o meu pronunciamento agora. Talvez a expectativa de quem está ouvindo vá além daquilo que eu possa desempenhar. Ainda assim, agradeço a gentileza das palavras de V.Exa. e o parabenizo pela condução dos trabalhos neste momento, Deputado Evair, que também tem feito um trabalho exemplar, não só nesta legislatura como na anterior, e que vem demonstrando como o povo capixaba pode ser bem representado no Congresso Nacional.

Eu quero aqui, meus colegas, dizer que estou - e quero dirigir-me em particular ao meu colega do Rio Grande do Sul, o Deputado Sanderson - tristemente surpreso com a mensagem que recebi da Presidente do Instituto de Estudos Empresariais, do Rio Grande do Sul, sobre a cerimônia de sua posse que estava organizada para a próxima segunda-feira em Porto Alegre. Aliás, esta cerimônia foi adiada, no início da pandemia, mas seria realizada na segunda-feira. Minha presença estava confirmada, inclusive representando a Presidência desta Casa Legislativa no evento. E, hoje, nesta quarta-feira, a 5 dias da realização do evento, recebo pelo WhatsApp a mensagem da Presidente Júlia Tavares, dizendo que lamentavelmente o evento está cancelado e adiado para uma data ainda não conhecida. Como a diretoria tem apenas 1 ano de mandato, culminando com a realização do fórum em abril do próximo ano, não sabemos se ainda será possível realizar a cerimônia de posse.

É uma vergonha, Sr. Presidente, porque, quando se lê o conteúdo da mensagem enviada pela Presidente Júlia, fica-se ainda mais estupefato com a falta de sensibilidade do Governo do Estado, pois foi o Governo do Estado que impediu o evento de acontecer. Diz a mensagem: *"Apresentamos todos os protocolos que estavam sendo adotados, que são muito mais rigorosos do que os exigidos, garantindo medidas como o distanciamento entre os participantes, a circulação de ar no ambiente e a higienização do local, mas o Governo do Estado foi irreduzível"*.

A situação lamentavelmente é pior, porque não está atingindo apenas o IEE, o que já é horrível, mas está atingindo também toda a sociedade gaúcha. Estamos voltando no tempo. Parece que estamos no início da

pandemia, pois não se aprendeu nada com o que aconteceu nesses meses todos.

No Rio Grande do Sul, Deputado Sanderson, pelas próximas 2 semanas, não se pode mais ir às praias. Quantas pessoas agora no mês de dezembro dependem justamente do afluxo de pessoas ao litoral gaúcho, durante esses meses, para o seu ganha-pão! Mais preocupante do que isso, é o Governador - e lamento ter que falar isso na tribuna, porque eu gostaria que o diálogo fosse maior - escolher fazer desta maneira: anunciar suas decisões, sem dialogar antes. Foi ele quem decidiu acabar com o sistema de cogestão pelas próximas 2 semanas e ainda disse que, pelo menos, estava dando aos Prefeitos a condição de, em conjunto com uma região, tomar as atitudes adequadas, com segurança, mas que garantissem as atividades mais fundamentais e essenciais.

A suspensão de eventos e de festas de fim de ano agora também interfere nas organizações dos próprios moradores, em condomínios fechados. Não é possível, Sr. Presidente, estarmos vendo isso acontecer a esta altura do campeonato, quando saímos de uma campanha eleitoral em que os políticos - e também Deputados, eu vi fotos por aí - abraçavam os eleitores, palestravam, faziam comícios em palanques, diante de dezenas ou centenas de pessoas. E agora, 1 dia, 2 dias, 3 dias depois das eleições, nós vemos a divulgação dessas medidas restritivas que vão muito além daquilo que deveria ser considerado sensato.

Portanto, Sr. Presidente, eu quero aqui lamentar o que está acontecendo e pedir ao Sr. Governador que tenha sensibilidade, em nome de todos aqueles que se prepararam durante a pandemia, e reveja essas decisões. Nós não podemos repetir os erros cometidos nos últimos meses. Nós precisamos avançar.

Antes de encerrar, quero dizer que eu recebi uma denúncia, meu Líder Paulo Ganime, um memorando endereçado ao meu gabinete, solicitando que fossem - estou abrindo aqui a denúncia anônima por sinal - fornecidas informações sobre supostas aglomerações de pessoas no meu gabinete. Quem está no meu gabinete está trabalhando com toda segurança. Desde o início da pandemia, sempre foi dada aos colaboradores do gabinete a opção de trabalharem em casa ou no gabinete, sempre com toda segurança. As visitas são feitas com toda segurança. Nós não podemos parar o País. Nós não podemos parar esta Câmara. Nós precisamos voltar ao trabalho. No meu gabinete, trabalha-se. No meu gabinete, respeita-se o dinheiro do pagador de impostos. É por isso que nós recebemos essa denúncia?

Então, que me denunciem mais vezes. Mas, por favor, digam quem está fazendo essa denúncia, porque eu não quero imaginar que

alguém que talvez não esteja trabalhando esteja com inveja daqueles que estão aqui ralando no dia a dia, respeitando o dinheiro do pagador de impostos.

Desculpe-me por me exceder, Sr. Presidente. Agradeço a tolerância do tempo e peço apenas que minha fala seja veiculada também nos órgãos de comunicação desta Casa, porque esta pandemia talvez não esteja tão perto de acabar, mas as arbitrariedades precisam ter fim logo, já.

Documento 46/513

| | | |
|----------------------------------|--|------------------------|
| 118.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 02/12/2020- CD | 18:52 |
| Publ.: DCD - 03/12/2020 - 100 | SANDERSON-PSL -RS | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Apoio ao pronunciamento do Deputado Marcel Van Hattem a respeito das medidas adotadas pelo Governador Eduardo Leite, para enfrentamento da epidemia de coronavírus no Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. SANDERSON (Bloco/PSL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Evair Vieira de Melo, permita-me fazer uma consideração na mesma senda colocada pelo Deputado Marcel van Hattem. V.Exa. falava não só sobre a qualidade de fala do Deputado Marcel van Hattem, mas também do conteúdo. É o Deputado Federal mais bem votado do Rio Grande do Sul. Temos o orgulho de tê-lo no nosso rol de amigos.

Eu quero hipotecar absoluto apoio a essa mensagem do Deputado Federal Marcel van Hattem. Nós temos lá, infelizmente, e falamos isto com tristeza, um Governador de Estado, chamado Eduardo Leite, que quer ser mais realista que o rei, usando aquela expressão portuguesa. Nem mesmo a sociedade gaúcha, o povo riograndense, quer que ele faça essa defesa tirada da sua própria mente. Ninguém o autorizou a adotar medidas tão duras e drásticas como as que está adotando; por isso, é mais realista que o rei. Se ele está demandando contra a sociedade gaúcha, ele está cometendo, na minha observação, improbidade administrativa. Ele não pode restringir a vida das pessoas, como tem restringido, sem amparo legal - não tem amparo legal para isso -, sem consultar as forças vivas da sociedade gaúcha, riograndense, entrando, como o Deputado Marcel van Hattem muito bem disse, na esfera privada, em condomínios não só verticais, mas

também horizontais, dizendo como as pessoas devem se portar dentro das suas próprias casas.

Isso é um absurdo! Nós não podemos aceitar.

Estamos nos encaminhando para o fim do ano de 2020, um ano desastroso para todos nós, um ano, nesse aspecto, para não lembrarmos mais de forma alguma. Mas precisamos, sim, de modo positivo, fechar o ano com algo aprendido, com algo bom de ensinamento, que é o ensinamento que me parece que o Governador do Estado não obteve até o momento ao adotar as mesmas medidas que foram adotadas no Brasil afora em fevereiro e março deste ano. Agora, em dezembro de 2020, não há a menor razão para esse tipo de exagero, esse tipo de intolerância, que não leva a lugar nenhum. E, se todos nós queremos o mesmo, ou seja, se queremos a preservação da vida, da saúde do povo brasileiro, não serão com medidas intolerantes como essas que teremos um resultado e um bom termo para a sociedade brasileira.

Mais uma vez, Deputado Marcel van Hattem, eu me solidarizo com V.Exa. Contem comigo!

Obrigado pela oportunidade, mais uma vez, meu amigo, Deputado Evair Vieira de Melo, que tem nos ensinado. Afinal de contas, eu cheguei aqui, Deputado Marcel van Hattem, Deputado Paulo Ganime, novo, não tinha experiência nenhuma em Parlamento, e o Deputado Evair Vieira de Melo nos ensinou e nos ensina todos os dias, seja no procedimento, seja no encaminhamento de medidas. Obrigado. Conte sempre com a nossa amizade lá no Rio Grande do Sul.

Documento 47/513

| | | |
|----------------------------------|--|------------------------|
| 118.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 02/12/2020- CD | 19:00 |
| Publ.: DCD - 03/12/2020 - 101 | PAULO GANIME-NOVO -RJ | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Descumprimento, por Deputados na campanha a Prefeito Municipal, de medidas sanitárias contra a proliferação da Covid-19. Imobilismo do grupo de trabalho destinado à definição de protocolo para a retomada dos trabalhos presenciais na Câmara dos Deputados. Apoio do partido Novo à retomada das atividades legislativas da Casa.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como eu fui mencionado por V.Exa. e sou alvo da sugestão, eu gostaria de dizer duas coisas. Primeira: somos muito favoráveis a uma discussão como esta. Porém, ao analisar o que aconteceu nesta Casa nos últimos meses, desde o início da pandemia, quando começamos muito bem votando temas de forma coesa, com consenso entre partidos da Oposição, partidos da base, partidos independentes, como o NOVO, hoje vejo que diversos Deputados que pregaram durante meses que ficássemos em casa, que parássemos tudo, ficaram durante 45 dias ou mais nas ruas abraçados, fazendo campanha.

Segunda: esta Casa, conforme definido pelo Presidente Rodrigo Maia, instituiu um grupo de trabalho bem pequeno, composto por Líderes partidários. Eu faço parte até hoje deste grupo que visa a definir um protocolo para a retomada das atividades desta Casa - como retomar e de que forma. Esse grupo de trabalho se reuniu uma vez e não saiu nenhum consenso dali.

Então, sua sugestão é magnânima em todos os sentidos, mas não vejo nesta Casa muito otimismo para chegarmos a alguma coisa que seja consensual, porque valem muito mais as narrativas, os discursos ideológicos. E, ainda assim, retoma, porque foi este o motivo de não ter avançado muito a discussão do grupo de trabalho sobre esta Casa, a briga de poder, mais do que o interesse da sociedade, o interesse coletivo.

Eu acho que estamos muito dispostos a fazer isso. Coloco-me à disposição, coloco o Partido Novo à disposição para ajudar nesse debate, mas o que vemos aqui é um desânimo com relação a isso. Não que eu queira ser um Líder desanimado, longe disso, eu acho que temos que dar o exemplo e tentar retomar.

Se V.Exa., na cadeira da Presidência desta sessão, tomar a iniciativa, conte com o meu apoio. Vamos trabalhar firmes para isso. Mas eu lhe trago o cenário - que para mim é um cenário realmente bem ruim - do que aconteceu nesses casos que mencionei dentro desta Casa e da política brasileira nesses últimos meses.

Documento 48/513

| | | |
|----------------------------------|--|------------------------|
| 118.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 02/12/2020- CD | 19:00 |
| Publ.: DCD - 03/12/2020 - 102 | MARCEL VAN HATTEM-NOVO -RS | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Apoio aos pronunciamentos dos Deputados Sanderson e Paulo Ganime. Expectativa de rejeição, pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, de medidas de enfrentamento da epidemia de coronavírus adotadas pelo Governador Eduardo Leite.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Fui contemplado, Sr. Presidente. Apenas gostaria de acrescentar que V.Exa. foi brilhante na proposição e que o Deputado Paulo Ganime também o foi na ponderação. Creio que os Parlamentos em geral no Brasil, infelizmente, apequenaram-se nessa discussão, inclusive no próprio Rio Grande do Sul, com exceção do Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Ernani Polo, que organizou um fórum para tentar reabrir os negócios com segurança, trouxe alguns Deputados para o seu lado, inclusive os nossos, do NOVO, e pouco interesse nós vimos em haver um debate em contraposição às medidas do Governador.

Eu creio que é justamente por atitudes como essa de V.Exa. que se engrandece o Parlamento. E espero que lá na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul sintam-se motivados, em razão de sua manifestação, a se contraporem a essas medidas que foram mais uma vez anunciadas de supetão pelo Governador Eduardo Leite, sem antes ter consultado a sociedade de forma adequada, como muito bem lembrou o Deputado Sanderson.

Muitíssimo obrigado.

Tenha uma boa noite.

Documento 49/513

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 30.2020.B | Sessão Outro Evento | 03/12/2020-09:08 |
| Publ.: DCD - 04/12/2020 - ERIKA KOKAY-PT -DF | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Desrespeito do Presidente da República à Constituição Federal, ao setor educacional e às mulheres. Natureza arbitrária de resoluções e decretos editados pelo Presidente Jair Bolsonaro. Atribuição ao Chefe da Nação da responsabilidade por mortes decorrentes da Covid-19.



A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Na verdade, eu penso que nós temos que realmente respeitar a Constituição. E quem mais desrespeita a Constituição neste País é o Presidente da República. O Presidente da República todos os dias açoita a Constituição e desrespeita, inclusive, o Poder Legislativo, ao tentar legislar através de portarias, de resoluções, de decretos. Portanto, o Presidente busca atingir o FUNDEB, aprovado por esta Casa, não se conformando com a derrota de quem tem um completo desprezo pela educação, porque sabe que a educação desenvolve consciência crítica, e consciência crítica é fundamental para o exercício da condição de sujeito.

Mas não é só isso, desrespeita os direitos das mulheres quando estabelece portarias dificultando que as mulheres vítimas de violência sexual possam se utilizar da própria legislação. Desrespeita as pessoas com deficiência ao atacar a educação inclusiva. Agora, com a decisão do Supremo, se restabelece a inclusão para as pessoas com deficiência nas nossas escolas. Vai desrespeitando, fazendo uma verdadeira farra, com decretos e resoluções. Atinge os planos de saúde, de autogestão dos servidores e servidoras, empregados e empregadas, ou seja, está tentando legislar, calar e cercear. É um arbítrio.

O arbítrio não consegue lidar com a diversidade. O arbítrio, que ostenta a faixa presidencial, é cheio de misoginia, de LGBTfobia, de racismo. Ao negar a existência de racismo, pereniza esse racismo estrutural que vai arrancando vidas neste País, que substitui o ferro dos grilhões das senzalas pelo aço das balas que atingem sempre os mesmos corpos de jovens negros.

Por isso que este Governo, que está envolto em arbítrio, tem o desprazer de se utilizar de 2,7 milhões de reais, quase 3 milhões de reais, para monitorar influenciadores nas redes sociais, para monitorar aqueles que lidam com a liberdade de emitir suas próprias opiniões. Há que se estabelecer aqui, sim, a CPI dos detratores, esses que estão sendo perseguidos, na mais nítida expressão do arbítrio de quem desrespeita a Constituição, tira e coloca a democracia para dançar na beira do abismo e esconde, inclusive, testes.

Há mais de 174 mil mortos no Brasil, mortos pela incompetência, pelo desprezo da Presidência da República. E nós temos quase 7 milhões de testes que foram jogados em galpões ou no subterrâneo de um Ministério da Saúde que está sendo ocupado por alguém que apenas diz "sim" e nega a ciência, nega a solidariedade e nega a função precípua do Ministério da Saúde, que é assegurar que nós tenhamos o povo brasileiro sem conviver com a morte e com esta necropolítica todos os dias.

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 30.2020.B | Sessão Outro Evento | 03/12/2020-09:16 |
| Publ.: DCD - 04/12/2020 - PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Falta de assistência pedagógica ao alunato das camadas menos favorecidas durante a epidemia de coronavírus. Atuação insatisfatória do Ministro da Educação. Necessidade de articulação e planejamento da educação brasileira. Necessidade de regulamentação da Emenda Constitucional nº 108, de 2020, relativa ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Sem revisão da oradora.) - Bom dia, Sr. Presidente e demais pares.

Venho à tribuna desta Casa - tribuna virtual - falar um pouco de nossa educação, talvez a política pública que mereça maior atenção neste momento.

Com a pandemia, a política da educação foi a mais prejudicada. Os estudantes, especialmente aqueles de menor poder aquisitivo, ficaram fora das escolas e, na sua grande maioria, sem atendimento necessário. O Brasil não tem as condições ideais para que um estudante da classe popular possa receber remotamente informações. Eles, em sua maioria, ficaram em suas casas. Em alguns Estados, houve aproximação das escolas, que levaram material e atenção. Em outros tantos rincões deste País, as crianças ficaram sozinhas, uma vez que seus pais não têm condições efetivas de fazer a orientação pedagógica dos seus filhos por falta de formação. Enfim, as crianças passaram 1 ano sem a devida atenção. Imaginem o que significa os nossos estudantes de classe popular ficarem 1 ano sem a devida atenção do seu professor, figura essencial para formação escolar das nossas crianças.

Ademais, o Ministério da Educação não chamou para si a responsabilidade da articulação entre os entes federados: Governos Federal, Estadual e Municipal. Há quase 1 ano não existe um projeto para entender o que será em 2021. O Ministro dorme num dia, acorda no outro dia e resolve publicar uma portaria convocando as universidades para aulas presenciais. Depois, percebendo a mobilização, recua.

Então, temos um país onde a educação está entre idas e vindas, avanços e recuos. E o Ministro da Educação, que é a pessoa responsável, não se pronuncia, não chama para si a responsabilidade.

Da pré-escola à pós-graduação, precisamos articular fortemente como será a educação brasileira em 2012.

Sr. Presidente, ainda temos o FUNDEB que precisa ser regulamentado por esta Casa. Estamos em reuniões constantes com o Relator, o Deputado Felipe Rigoni, e esperamos que na próxima semana a Casa possa regulamentá-lo. Não é hora de fazer as inovações sonhadas por muitos, é hora de fazer o dever de casa na regulamentação do FUNDEB e nas articulações.

Os novos Prefeitos estão chegando e precisam encontrar a Casa organizada para que a educação possa, em 2021, fortalecer em cada criança, em cada adolescente e em cada jovem deste País o direito à educação.

Por isso, Sr. Presidente, nós desta Casa precisamos nos debruçar sobre a política pública mais importante, que é a política da educação e que não tem tido o acolhimento necessário no Governo Federal.

Muito obrigada.

Documento 51/513

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 30.2020.B | Sessão Outro Evento | 03/12/2020-09:20 |
| Publ.: DCD - 04/12/2020 - ADRIANA VENTURA-NOVO -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Pedido ao Presidente do Senado Federal, Senador Davi Alcolumbre, de reinstalação da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, e de votação do Projeto de Lei nº 1.485, de 2020, sobre a alteração do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 (Código Penal), com vista à duplicação de penas impostas aos crimes praticados contra a administração pública em situações de calamidade. Posicionamento da oradora contrário à reeleição do Presidente Davi Alcolumbre.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Sem revisão da oradora.)
- Muito obrigada, Sr. Presidente.

Hoje, caros colegas, eu gostaria de conversar com o Presidente do



Congresso Nacional, o Senador Davi Alcolumbre. Eu gostaria de explorar três pontos com o Sr. Presidente Davi Alcolumbre. O primeiro deles é sobre um projeto de lei que foi aprovado nesta Casa há exatos 3 meses. No dia 1º de setembro deste ano, a ampla maioria desta Casa, 421 Parlamentares, aprovou o projeto que duplica as penas para os crimes de corrupção durante o estado de calamidade pública, nos casos de recursos desviados da saúde. E, infelizmente, até o momento, o projeto não foi colocado em pauta.

Eu já falei pessoalmente com o Senador Davi Alcolumbre e estou no aguardo. Daqui a pouco a pandemia vai passar, o estado de calamidade vai passar, e nada foi feito. Se o projeto já tivesse sido aprovado, no último caso do Senador com dinheiro na cueca desviado da saúde já teria sido aplicada essa legislação. Então, peço encarecidamente ao Senador Davi Alcolumbre que paute o projeto. Causou-me muita estranheza que tenha sido pautado outro projeto penal na semana passada, o PL nº 2.810, e o senhor simplesmente não colocou em pauta o PL nº 1.485, apesar dos constantes pedidos do Senador Alvaro Dias, do Senador Eduardo Girão e do Senador Lasier Martins, que inclusive têm projetos semelhantes. Então, eu peço a sua atenção.

O segundo ponto que eu gostaria também de trazer aqui, que já foi tratado ontem pelo meu colega de bancada, o Deputado Marcel van Hattem, trata da reeleição. O Brasil aguarda uma posição clara de que não está em trâmite um golpe explícito para a reeleição. A Constituição é clara: é vedada a recondução para o mesmo cargo. O Regimento Interno do Senado, em seu art. 59, também diz claramente: "*Os membros da Mesa serão eleitos para mandato de dois anos, vedada a reeleição para o período imediatamente subsequente*". Presidente Davi, não deixe dúvidas, deixe claro que o senhor respeita a Constituição e que o senhor respeita o Regimento Interno do Senado Federal. Declare categoricamente que essa possibilidade não existe.

O meu terceiro e último pedido é para o senhor também, Presidente Davi, que é Presidente do Congresso Nacional: instale a Comissão Mista de Orçamentos.

Estive presente nas duas tentativas frustradas de instalação. Nós temos clareza de que o art. 166 da Constituição Federal determina que algumas matérias obrigatoriamente só podem ser discutidas e votadas na CMO. Então, peço encarecidamente que, se não há acordo sobre a Presidência, faça uma votação. Já temos os membros designados.

Fiquei pasma com o tuíte do senhor, quando disse que no dia 16 será trazida para plenário a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Isso é descabido! Isso é inconstitucional!

Então, eu peço ao senhor que não deixe essa ilegalidade acontecer. E somente a sua decisão pode determinar que a CMO seja instalada, como prevê a Constituição Federal. Agradeço imensamente, Presidente Davi Alcolumbre. Aguardo, como cidadã e Parlamentar, resposta para esses três questionamentos. Muito obrigada.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 52/513

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 30.2020.B | Sessão Outro Evento | 03/12/2020-09:24 |
| Publ.: DCD - 04/12/2020 - ARLINDO CHINAGLIA-PT -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Ocorrência da segunda onda da Covid-19 no País. Falta de comando central para contenção do avanço da doença no Brasil. Despreparo do Governo Federal para vacinação do povo brasileiro contra o coronavírus.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Deputado Luis Miranda, que preside esta sessão, quem não estava presente era o aplicativo, e a orientação de V.Exa. nos ajudou. Agradeço.

Eu quero, mais uma vez, falar sobre a pandemia da COVID-19 e o que está acontecendo no País e no restante do planeta.

Primeiro, sem termos vencido a chamada primeira onda, nós agora estamos ou na segunda onda ou na retomada da primeira onda, como queiram. O fato concreto é que, no Estado de São Paulo, os testes que deram positivo retomam o auge da pandemia, além de o número de internações ser em tal monta que os leitos em hospitais privados estão quase todos ocupados, bem como no Sistema Único de Saúde. Há Estados piores, é verdade, como o Rio de Janeiro. Mas o fato é que não há comando no combate à COVID-19 no Brasil.

Eu não tenho como não fazer aqui uma consideração, ainda que da maneira mais respeitosa possível. Como nós temos um general como Ministro da Saúde, o que se esperava de um militar treinado para a guerra é que ele tivesse alguma estratégia. Desgraçadamente, não a tem, nem ele nem o Governo. Eu vou exemplificar. Os Estados Unidos da América, que o Brasil acompanha neste triste campeonato, tem hoje mais de 100 mil pacientes internados pela COVID, o que significa praticamente o dobro do número de internados de quando estava no

auge da pandemia. O que nos leva a acreditar que no Brasil nós não teremos problemas, inclusive de vagas, mais uma vez? Isso foi antecipado, por exemplo, pela ABRASCO, por cientistas, professores e pesquisadores. Então, não há planejamento, não há compromisso. E, de disputa em disputa, estão morrendo pessoas.

Vamos agora para as vacinas. Até novembro, foram compradas 9 bilhões e 800 milhões de doses de vacina; destas, 7 bilhões em contratos definitivos. A grande contratação está na mão de poucos países, como Canadá, Estados Unidos e Reino Unido. O Canadá, por exemplo, comprou 600% de doses a mais em relação a sua população; os Estados Unidos, 450%. Isso significa que estará nas mãos de poucos a capacidade de vacinar as populações.

O Brasil está no resto, porque nós compramos pouco mais de 900 milhões de doses. Vai faltar vacina no planeta. A Pfizer acabou de pedir autorização, na Argentina, para fazer a vacinação do povo argentino. No Brasil, não há condições, porque o Governo não se preparou.

Obrigado.

Documento 53/513

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 30.2020.B | Sessão Outro Evento | 03/12/2020-09:36 |
| Publ.: DCD - 04/12/2020 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Falta de comando central para combate à epidemia de coronavírus no País. Aplausos à Ordem dos Advogados do Brasil - OAB pela decisão contrária à prestação, pelo ex-Juiz Federal Sérgio Moro, de serviços de assessoria jurídica a empresa acusada de prática de corrupção, envolvendo o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Pedido ao Presidente Rodrigo Maia de instalação da CPI da Lava-Jato. Reiteração do agradecimento ao Presidente da Casa pela criação da Comissão Externa, destinada à investigação de acordo entre a Vale e o Governo do Estado de Minas Gerais acerca do pagamento, pela empresa, de indenização pecuniária às vítimas da tragédia socioambiental ocorrida no Município de Brumadinho.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu escutei atentamente a fala do Deputado Arlindo Chinaglia, a quem parabeno pela análise que fez. De fato, o povo brasileiro está assustado, porque estamos sem rumo num momento de

pandemia que se agrava. O Ministro da Saúde nada entende do assunto, não quer entender e não deixa quem entende dar opinião. Portanto, vai aterrorizando o povo brasileiro, como se fosse normal a perda de vidas e a ampliação dos malefícios da pandemia. O Brasil está à deriva nesse campo. No caso das vacinas, não temos tranquilidade nenhuma sobre o que o Governo fará. Ontem aprovamos nesta Casa 1 bilhão e 200 milhões de reais para a ANVISA, mas sabe-se lá como o Governo usará isso, e se usará. O Deputado Arlindo fez uma análise muito importante. Mostra que o País está à deriva e que o povo brasileiro precisa reagir.

No campo moral, é impressionante o que acontece neste País. O ex-juiz Sergio Moro quer ficar milionário agora, e, para conseguir isso, vai dar assessoria a uma empresa que foi acusada de prática de corrupção. Ele aceitou a denúncia, e levou essa empresa à falência, para poder prender o Presidente Lula e não permitir que ele, Lula, fosse candidato. Agora esse ex-juiz Sergio Moro quer simplesmente advogar para uma assessoria dessa empresa, ganhar milhões, debochando da cara do povo brasileiro.

Eu queria parabenizar a Ordem dos Advogados do Brasil, que tomou uma decisão no sentido de que ele não pode fazer isso.

Solicito ao Presidente Rodrigo Maia que instale a CPI da Lava-Jato. Já existem assinaturas suficientes. Eu propus outra CPI e peço aos Deputados que assinem também o requerimento. Precisamos passar o País a limpo e ver o que aconteceu. Esse agora ex-juiz, chamado de juiz ladrão, está se revelando de fato como tal. A imoralidade está fazendo no Brasil algo inexplicável, está desmoralizando o nosso País, deixando-o à deriva.

Queria aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente, para agradecer mais uma vez ao Presidente Rodrigo Maia a instalação da Comissão Externa que verificará se o acordo da Vale com o Governo de Minas Gerais acerca da tragédia criminosa de Brumadinho está em pleno vigor.

A empresa Vale, privatizada, que lucrou 15 bilhões no último trimestre, simplesmente não quer fazer um acordo justo para indenizar as vítimas de Brumadinho e resolver os inúmeros problemas que causou com aquela tragédia criminosa.

Sr. Presidente, a Vale quer pechinchar. Em vez de pagar 54 bilhões, quer pagar apenas 16 bilhões. Nós estamos na Comissão Externa tensionando e fazendo denúncias. Peço à Câmara Federal que acompanhe isso com muito cuidado, com muito zelo, para não permitir que o crime da Vale compense. Até agora ninguém foi punido, nem pelo crime de Mariana nem pelo crime de Brumadinho. Estamos

atentos.

Hoje a Comissão Externa vai escutar os atingidos, para que eles nos demonstrem que não estão participando de um acordo que permitirá que o povo de Minas Gerais seja mais uma vez passado para trás pelos dirigentes da Vale.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 54/513

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 30.2020.B | Sessão Outro Evento | 03/12/2020-09:40 |
| Publ.: DCD - 04/12/2020 - PEDRO UCZAI-PT -SC | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Urgente necessidade de rejeição do Veto Parcial nº 46, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 735, de 2020, sobre as medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e sobre a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018. Defesa de rejeição do Veto Parcial nº 30, de 2020, aposto ao art. 16 do Projeto de Lei nº 4.162, de 2019, a respeito da atualização do marco legal do saneamento básico.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, no final de 2019, tivemos uma estiagem na Região Sul do Brasil, nos Estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná. Depois, veio a pandemia. E, a partir desse casamento entre estiagem, seca e pandemia, construiu-se no Congresso Nacional, por iniciativa de entidades e movimentos sociais do campo e da agricultura familiar e camponesa, o Projeto de Lei nº 735, de 2020. O Deputado Heitor Schuch, Presidente da Frente Parlamentar da Agricultura Familiar, acompanhou todo esse processo de construção junto com tantos Parlamentares e Lideranças.

Agora, no final de 2020, vivenciamos mais uma seca profunda na Região Sul, onde, quando começam momentos de chuva, temos granizo e tempestades com mais destruição.

O Presidente Bolsonaro, irresponsável no trato com a pandemia, irresponsável no trato com a questão da seca e da estiagem - houve duas estiagens no sul do Brasil, em 1 ano -, vetou o Projeto de Lei nº

735. Portanto, o campo está abandonado.

Os camponeses, os assentados, os agricultores familiares precisam renegociar suas dívidas, precisam de crédito emergencial, de programa de recuperação. Com a pandemia e as estiagens no sul do País, nós precisamos urgentemente mobilizar todas as entidades brasileiras para derrubar o veto ao PL 735, com votação prevista para o dia 16 de dezembro. Para isso, precisamos de mobilização nacional e de mobilização das entidades.

Os Deputados e Senadores têm que mostrar sensibilidade política com o campo, com os agricultores, com aqueles que produzem 70% do alimento consumido no Brasil. Bolsonaro é irresponsável e criminoso em relação à pandemia e criminoso em relação aos agricultores familiares. Portanto, derrubar o veto é imperativo moral e político para defender aqueles que colocam 70% do alimento na mesa dos brasileiros.

Precisamos também derrubar o veto ao art. 16 da Lei do Saneamento. Não é possível avançar de forma criminosa na privatização da água e do saneamento brasileiros. Temos que derrubar o veto ao art. 16. Todas as companhias estaduais e diferentes partidos políticos se opõem a esse veto. Vamos derrubar o veto ao art. 16 da Lei do Saneamento e, aí sim, concluir o ano pelo menos dando esperança aos agricultores e com a defesa da água e do saneamento públicos, direito do povo brasileiro.

Precisamos derrubar esses vetos, derrotar o Governo Bolsonaro e recuperar a dignidade e a esperança de ter uma política pública para água e saneamento e uma política pública para os nossos agricultores e camponeses.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 55/513

| | | |
|---------------------------|------------------------|---------------------|
| 30.2020.B | Sessão Outro Evento | 03/12/2020-09:48 |
| Publ.: DCD - 04/12/2020 - | ALINE SLEUTJES-PSL -PR | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | BREVES COMUNICAÇÕES | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Saudações aos Vereadores e Prefeitos Municipais eleitos pelo PSL no Estado do Paraná. Visita do Presidente Jair Bolsonaro às obras da nova Ponte Brasil-Paraguai. Realização de investimentos na área de infraestrutura pela empresa Itaipu Binacional. Transcurso dos 700 dias do Governo Jair Bolsonaro. Desempenho dos Ministros da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, e da

Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina. Frustração da oradora com a Câmara dos Deputados pela não retomada das atividades presenciais. Repúdio às declarações de Secretário de Estado do Paraná, favoráveis à retomada das medidas preventivas da Covid-19.

A SRA. ALINE SLEUTJES (Bloco/PSL - PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Bom dia, Presidente Luis Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Luis Miranda. DEM - DF) - Bom dia, Deputada.

A SRA. ALINE SLEUTJES (Bloco/PSL - PR) - Bom dia a toda a Câmara.

Eu gostaria de utilizar estes 3 minutos para falar sobre vários temas importantes.

Primeiro, quero prestigiar todos os nossos parceiros do Paraná, prefeitos e vereadores de quem eu tive a grata satisfação de estar ao lado nessa jornada eleitoral, em uma campanha difícil, uma campanha atípica, uma campanha que nos desgastou muito, porque tivemos que reinventar a forma de trabalhar, a forma de fazer campanha. Mas tivemos sucesso, graças a Deus, e conseguimos eleger mais de 60 prefeitos e mais de 130 vereadores.

A todos vocês o meu carinho, a minha parceria! Contem comigo e com a minha equipe para continuarmos trabalhando para atender o Estado do Paraná.

Em um segundo momento, quero parabenizar o nosso Presidente Bolsonaro. Estivemos, na terça-feira, em Foz do Iguaçu para observar a obra da nova ponte Brasil-Paraguai, uma obra fantástica, que está trazendo benefícios, emprego, geração de renda, e que vai possibilitar a aproximação ainda maior com o nosso não só vizinho mas também irmão Paraguai, aumentando a disponibilidade de recursos, as negociações, o turismo, a empregabilidade e o desenvolvimento tanto para o lado brasileiro quanto para o lado paraguaio.

Quero parabenizar a nossa Itaipu, que está fazendo história. Por muito tempo, não vimos essa binacional fazendo a sua parte nos investimentos, nas construções. Hoje vemos dezenas de projetos acontecendo: melhoria do aeroporto, melhoria e duplicação de estradas, várias obras, construção dessa ponte maravilhosa, que será mais um acesso importante para o país vizinho, obras na Estrada Boiadeira. Nós vemos Itaipu na sua grandeza trazendo os resultados para o Estado do Paraná e, conseqüentemente, para o nosso País.

Parabenizo o Governo Bolsonaro também pelos 700 dias de

dedicação, de comprometimento, de amor por este País - basta olhar os números e tudo o que foi feito principalmente em relação às obras inacabadas.

O Ministro Tarcísio de Freitas tem trabalhado com força, com coragem, com determinação. O nosso Ministério da Agricultura tem demonstrado coragem e determinação em um momento de pandemia, superando recordes, fazendo com que o povo brasileiro realmente tenha fé, tenha coragem e continue forte, principalmente o homem e a mulher do campo.

Eu também gostaria de registrar a minha frustração em relação à Câmara dos Deputados, que até hoje não teve coragem de retornar aos trabalhos presencialmente. Precisamos, sim, discutir esse tema. A Frente Parlamentar da Agropecuária - FPA, inclusive, fez uma nota com o apoio de todos os Parlamentares que fazem parte dessa grande Frente, solicitando que nós voltemos ao trabalho presencial, porque nós temos que dar o exemplo. Se a Câmara voltar, possivelmente voltarão as outras funções nos Estados, nos Municípios, as escolas, e o mundo voltará a girar.

O Brasil precisa resgatar a sua economia, precisa resgatar a credibilidade em suas ações. Infelizmente, nós teremos essa COVID para sempre. Então, não podemos mais ficar nos escondendo. Precisamos, sim, adotar protocolos sérios, de responsabilidade, dentro da saúde, mas precisamos que a vida volte, porque infelizmente os empregos estão sendo ceifados, as pessoas estão sendo prejudicadas, o nosso País está sofrendo muito. Nós precisamos ter essa sensibilidade e esse equilíbrio. Precisamos ter saúde, ter atenção à economia e ter a vida das pessoas preservada.

Nesse sentido, eu gostaria de manifestar o meu repúdio ao Secretário de Estado do Paraná que, nesta semana, fez um vídeo falando sobre toque de recolher, sobre fechamento de parques e espaços públicos e sobre a volta de todo o funcionamento do Estado ao *home office*.

Ora, Secretário, muito dinheiro foi investido! O Governo Federal mandou muitos recursos, equipamentos, aparelhagem. Tivemos quase 1 ano para estruturar o nosso atendimento de saúde ao povo paraense. Não é hora de fechar portas, é hora de abri-las. É hora de mostrar ao povo paranaense, povo trabalhador e honesto, que temos condições de enfrentar este problema e fazer a diferença no nosso País, fazer a diferença no nosso Estado. Vamos enfrentar este problema com os nossos ombros abertos, com o nosso peito aberto. Nós temos condições, sim, de enfrentar esta situação. Não podemos recuar novamente. Nossos empresários, nossos produtores, nossos empreendedores, nossos assalariados, nossos funcionários não podem mais fechar as portas. Nós precisamos continuar trabalhando e

enfrentando este problema de frente. A saúde é a porta da frente. Nós precisamos ter coragem, oferecer estrutura e dar condições aos médicos, enfermeiros e às equipes, para atenderem a população paranaense.

O SR. PRESIDENTE (Luis Miranda. DEM - DF) - Peço que conclua, Deputada, por favor.

A SRA. ALINE SLEUTJES (Bloco/PSL - PR) - Vou finalizar, Sr. Presidente.

Portanto, precisamos, sim, de um protocolo adaptado e coerente, que já existe e está salvando vidas, para melhorar a estrutura de atendimento da saúde sem fechar as portas novamente, Sr. Secretário de Estado do Paraná.

Sr. Presidente, eu gostaria que a minha fala fosse divulgada no programa *A Voz do Brasil*.

Agradeço mais uma vez a oportunidade.

Documento 56/513

| | | |
|--|---------------------------|------------------------------------|
| 30.2020.B | Sessão Outro Evento | 03/12/2020-09:52 |
| Publ.: DCD - 04/12/2020 - NILTO TATTO-PT -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Vinculação entre a escalada da miséria e do desemprego no País, e a inexistência de política econômica condizente com as demandas da população brasileira. Importância de rejeição do Veto Parcial nº 46, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 735, de 2020, (Projeto Assis Carvalho), sobre as medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e sobre a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018. Reajuste nas tarifas de energia elétrica. Urgente necessidade de votação pela Casa da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para a retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias vulneráveis, diante da crise provocada pela Covid-19.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Presidente. Bom dia, caros colegas Parlamentares.

Todos nós estamos assistindo ao aumento do desemprego, ao

aumento da miséria. Uma das razões principais tem a ver com a falta de uma política econômica de interesse da maioria do povo brasileiro tocada pelo Governo Bolsonaro.

A própria pandemia aguça o desemprego, o aumento da miséria e o aumento da concentração de renda, porque falta apoio para aqueles setores, para aquelas cadeias produtivas que mais precisam, neste momento, dessa ajuda, inclusive para retomarem as atividades econômicas essenciais.

Aqui eu quero falar claramente sobre a agricultura. O Deputado Pedro Uczai relatou o sofrimento e o desespero dos agricultores da Região Sul do País, em especial dos Estados de Santa Catarina e do Paraná. Nós votamos, nesta Casa, um projeto de lei de apoio emergencial à agricultura familiar, que foi vetado pelo Governo Bolsonaro, devido à sua insensibilidade e irresponsabilidade. Os vetos estão aí para serem avaliados nos dias 16 e 17.

Neste momento, só a agricultura de produção de *commodities* para exportação recebe apoio do Governo Federal. Aqueles que produzem os alimentos que chegam à mesa dos brasileiros não têm esse apoio. Muitos deles inclusive não estão conseguindo produzir, porque não têm condições para isso.

Por isso, é importante que esta Casa dê uma resposta à sociedade e derrube os vetos ao Projeto de Lei nº 735, de 2020, conhecido como Lei Assis Carvalho, para apoiar a agricultura, apoiar a produção de alimentos,

até para atacar outra coisa que está desesperando também boa parte da população, que é a inflação sobre os alimentos. Do Governo Bolsonaro não dá para esperar nada. Então, esta Casa precisa dar uma resposta. O que o povo espera do Governo Bolsonaro é aquilo que ele está fazendo agora. Por exemplo, aumento da tarifa energética, também por irresponsabilidade e por falta de planejamento.

Quero fazer coro com quem pediu a esta Casa que faça todo o esforço no sentido de colocar urgentemente para votar a Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para restabelecer a ajuda emergencial de 600 reais. Se um governo não apoia a produção de alimentos, provoca a inflação sobre os alimentos, provoca o aumento da tarifa energética, como pode justificar a diminuição pela metade da ajuda emergencial, neste momento em que boa parte da população brasileira precisa desses 600 reais? Então, esta Casa pode, sim, dar a resposta, quando temos um governo irresponsável, que não cuida da saúde, não cuida da economia, não cuida do povo brasileiro.

Obrigado, Presidente.

Documento 57/513

| | | |
|---|----------------------------|------------------------------------|
| 30.2020.B | Sessão Outro Evento | 03/12/2020-10:00 |
| Publ.: DCD - 04/12/2020 - JOSEILDO RAMOS-PT -BA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Elevado número de óbitos e de pessoas contaminadas pelo coronavírus nos Estados Unidos da América. Inexistência de sistema público de saúde naquele país. Inviabilização do Sistema Único de Saúde - SUS pelo Governo Jair Bolsonaro. Desconhecimento pelo Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, das estatísticas sobre a Covid-19 no País.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu aproveito esta oportunidade de fala para fazer um paralelo com o que está acontecendo nos Estados Unidos da América, o país mais rico, o maior reino do capitalismo do mundo.

Observe que nos Estados Unidos, hoje, mais de 100 mil pessoas estão internadas. Ontem faleceram, por causa da COVID-19, mais de 3 mil pessoas.

Naquele país, naquela república, não deveria faltar dinheiro - e não falta -, e tecnologia há de sobra. Talvez seja o país do mundo que tem mais cientistas. No entanto, o sistema de saúde é privado. Lá existe uma coisa que nós temos: a desigualdade. É um país que não consegue hierarquizar seu sistema de saúde - é cada um por si - e onde não existem centros de referência, como os que existem aqui no nosso País. Lá há muita riqueza, muita tecnologia e pouca solidariedade. Aqui nós temos um sistema totalmente público, que foi influenciado pelo sistema também público da Inglaterra, mas o atual Governo está inviabilizando a capacidade de resposta do Sistema Único de Saúde. O SUS é admirado em todo o mundo. Somos ainda um país em desenvolvimento, mas daquilo que nós temos de melhor estamos tirando recursos - da saúde, da educação.

É uma triste fala a que eu faço hoje, mas quero alertar a todos que nos ouvem no Parlamento brasileiro, os colegas e as colegas Deputadas, para que isso nos sirva de lição. De que adianta, no capitalismo, ter dinheiro, tecnologia e riqueza, se os mais pobres não têm acesso?

Entre nós, já avançamos. E este Governo agora, a julgar pelo que

disse ontem o Ministro da Saúde sobre as eleições, nas quais houve muita aglomeração, diz que praticamente não mudou nada. Ele não está sequer lendo a estatística da COVID-19 em nosso País, que é o terceiro colocado. Nesse *ranking*, o Brasil não precisava estar presente.

O *ranking* em que o Brasil poderia estar presente era no de valorizar o SUS, para que todos viessem beber da nossa fonte. Nós temos um grande sistema, mas, infelizmente, os governantes não trabalham observando o interesse público, o interesse nacional. É uma pena, Sr. Presidente!

Esse lamento que faço aqui não é um alerta, e sim um sentimento profundo de indignação de um Deputado que está fazendo essa comparação, simplesmente, por um dever de ofício.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

Documento 58/513

| | | |
|--|---------------------------|------------------------------------|
| 30.2020.B | Sessão Outro Evento | 03/12/2020-10:04 |
| Publ.: DCD - 04/12/2020 - ZECA DIRCEU-PT -PR | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Reajuste nas tarifas de energia elétrica e nos preços de combustíveis e do Gás Liquefeito de Petróleo - GLP, o gás de cozinha. Decisão do Governo Federal de extinção do auxílio emergencial, concedido a trabalhadores e famílias carentes em face da crise gerada pela Covid-19. Descaso do Presidente da República com a população brasileira diante da epidemia de coronavírus. Politização da vacina contra a doença pelo Presidente Jair Bolsonaro. Necessidade de mobilização do povo brasileiro contra desmandos do Presidente da República. Congratulações à Procuradoria-Geral Eleitoral pela reabertura de processo investigatório contra a chapa Bolsonaro/Mourão.

O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR. Sem revisão do orador.) - Saúdo o Presidente, bem como as Sras. Deputadas, os Srs. Deputados e todos os que nos assistem pela *TV Câmara* e nos ouvem pela *Rádio Câmara*.

Nós estamos a pouco mais de 20 dias do Natal. Infelizmente, os presentes que Bolsonaro prepara e entrega à nossa população são com requintes de crueldade: aumento no custo da energia elétrica; aumento de 5% no valor do gás, o que foi autorizado hoje pelo

Governo; e aumento no preço dos combustíveis.

O Governo não poupa a população em momento algum e prepara presentes de Natal que são intragáveis, inaceitáveis. Soma-se a isso a decisão de Bolsonaro de acabar com o auxílio emergencial.

É evidente que o País tem reservas internacionais. É evidente que o País suporta pagar o auxílio emergencial. Entretanto, Bolsonaro faz a opção que agrada ao mercado financeiro, faz a opção que agrada a Paulo Guedes e aos seus poucos seguidores. Vai acabar com o auxílio emergencial agora em dezembro. Esse será o presente de Natal e o presente de ano-novo de Bolsonaro. Isso vai impactar, já no início de 2021, a economia do nosso País. O comércio, a indústria e a agricultura vão sentir a queda no consumo.

É claro que vai haver consequências do ponto de vista social e, eu diria, até do ponto de vista humanitário. Todos nós sabemos, e isto está evidente também, que a pandemia não terminou. A pandemia não vai terminar, por incompetência, inclusive, do Bolsonaro e do Governo Federal, que ainda mantêm profissionais de saúde trabalhando sem material de proteção, de segurança.

É um País que ainda não conseguiu utilizar os seus testes para COVID-19. É um País que continua deixando a sua população sem respiradores, sendo que nós cumprimos nosso papel como Congresso e liberamos os recursos necessários.

O Brasil começa a perceber - e este é outro presente de Natal e de ano-novo de Bolsonaro - que a vacinação em massa não virá.

Enquanto vários países do mundo, mais ricos, mais pobres, mais desenvolvidos e menos desenvolvidos do que o Brasil, já começam a vacinar a sua população e já programam vacinações em massa para dezembro e janeiro, o Brasil - Bolsonaro, principalmente - prefere polemizar, prefere fazer política com a morte, prefere fazer política com a vida das pessoas. É lamentável!

O Congresso tem que reagir. Nós vamos continuar lutando e denunciando essas insanidades que Bolsonaro vem cometendo e, principalmente, as consequências que isso tem trazido para o desemprego, para o funcionamento da saúde e para o enfrentamento da pandemia. O Brasil, infelizmente, figura entre as piores posições, em todo o mundo, em vários aspectos. Haverá muita luta, haverá muita resistência e haverá muita ação da nossa parte. Que o povo se mobilize, que a população reaja e não permita que Bolsonaro continue fazendo tantas insanidades.

Eu parablenizo aqui a Procuradoria-Geral Eleitoral, que reabriu o

processo de investigação da chapa vitoriosa em 2018, Bolsonaro e Mourão, que, todos nós sabemos, abusou de dinheiro ilegal e abusou de *fake news*.

Obrigado, Presidente, pela tolerância.

Documento 59/513

| | | |
|---|----------------------------|------------------------------------|
| 30.2020.B | Sessão Outro Evento | 03/12/2020-10:12 |
| Publ.: DCD - 04/12/2020 - MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Repúdio à postura adotada pelo Presidente Jair Bolsonaro no tocante à epidemia de coronavírus. Despreparo do Ministro da Saúde para o exercício das funções pertinentes à sua pasta. Visita de Comissão Externa da Casa a Porto Alegre, para acompanhamento das investigações do assassinato do soldador negro, João Alberto Silveira Freitas, por seguranças do Supermercado Carrefour. Repúdio à declaração do Presidente Jair Bolsonaro sobre a inexistência de racismo no Brasil. Liberação, pelo Presidente da República, do uso de armamento pesado no País. Disseminação de *face news* contra candidaturas femininas nas eleições municipais de 2020, a partir do gabinete do ódio apoiado pelo Palácio do Planalto. Necessidade de abertura, pela Câmara dos Deputados, de processo de impeachment contra o Presidente da República.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu me pronuncio nesta tribuna nesta data para registrar alguns aspectos.

O primeiro é que vivemos a era do negacionismo, uma palavra que passou a fazer parte do nosso cotidiano. Negacionismo por parte deste Governo, que negou a pandemia. O negacionismo do Governo diante da pandemia nos trouxe o resultado de 173 mil óbitos.

O período mais difícil que estamos vivendo agora, o de uma retomada, o de uma segunda onda não é apenas um novo momento, mas a continuidade dos ataques à saúde pública, do desmonte da saúde pública. Se por um lado há o heroísmo dos profissionais da saúde das diferentes áreas, que procuram salvar vidas, por outro lado há o Governo, que não tem um comando nacional para o Sistema Único de Saúde. O Ministério da Saúde hoje é dirigido por quem não conhece a área, e assim o é propositalmente por parte de quem nega a pandemia e se encontra no Palácio do Planalto. Não há testes ou eles são

desperdiçados. Não há plano para a vacinação. Vidas estão sendo colocadas em risco.

Não é apenas este negacionismo a que me refiro, é também ao negacionismo do racismo. Nesta semana, Sr. Presidente, o Deputado Damião Feliciano, a Deputada Benedita da Silva, o Deputado Vicentinho, o Deputado Orlando Silva e o Deputado Bira do Pindaré estiveram em Porto Alegre, onde trabalhamos com a Comissão Externa para tratar do assassinato de João Alberto no Carrefour - um crime de racismo, um crime de ódio.

E o Governo fez questão de falar, negando que existe racismo no Brasil, o mesmo Governo que fomenta mortes de jovens negros; o mesmo Governo que libera armamento pesado, até bem pouco tempo restrito às Forças Armadas, às forças policiais. Este mesmo armamento hoje está livre, totalmente livre para a bandidagem utilizar.

Não se separa o legal do ilegal, quando se trata de bandidos usando armas contra a população, como aconteceu em Criciúma e como acontece em muitos lugares do País.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Governo é um negacionismo em si também, e lá dentro há um "gabinete do ódio".

E eu concludo, porque é pouco o nosso tempo, mas foram grandes as *fake news*, sobretudo contra as mulheres. As mulheres que disputaram as eleições municipais este ano vivenciaram o que é, mais uma vez, o "gabinete do ódio", "o escritório do crime", a partir do apoio do Palácio do Planalto.

Nós não podemos conviver com um Governo corrupto, um Governo cujo um ex-Ministro agora é funcionário de empresas que ele quebrou - Moro agora trabalha para os Estados Unidos, a quem sempre serviu -, um Governo que ataca os parceiros comerciais do Brasil, como a China.

Sr. Presidente, o negacionismo precisa ser retirado da Presidência da República, e é de responsabilidade da Câmara dos Deputados o *impeachment*. É disto que o Brasil precisa: dar fim a Bolsonaro no Governo, tirar Bolsonaro do Governo, para haver saúde e respeito à população e termos Constituição.

Muito obrigada, Sr. Presidente.



Publ.: DCD - 04/12/2020 - AFONSO FLORENCE-PT -BA

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Posicionamento do PT contrário à votação e aprovação da Medida Provisória nº 996, de 2020, sobre a instituição do Programa Casa Verde e Amarela destinado à aquisição da casa própria. Não prorrogação, pelo Governo Jair Bolsonaro, do auxílio emergencial de 600 reais concedido a famílias carentes e trabalhadores para enfrentamento da crise gerada pela Covid-19. Saudações à Central de Movimentos Populares; ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST e à União Nacional por Moradia Popular. Defesa pelo PT da implantação de nova política habitacional no País.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Luis Miranda, Sras. e Srs. Parlamentares, povo brasileiro que nos assiste, esta é a sessão em que nós estamos apreciando a MP 996/20, que institui o chamado Programa Casa Verde e Amarela. Nós do PT e da Oposição temos obstruído sessões, na luta pela oportunidade de votarmos a MP 1.000/20, que cortou pela metade a renda emergencial das brasileiras e dos brasileiros que mais precisam.

O Governo Bolsonaro poderia ter prorrogado o auxílio emergencial de 600 reais, mas editou uma medida provisória, e a base de Bolsonaro não quer votá-la, para não colocar digital nessa redução do poder aquisitivo das famílias que mais precisam.

Isso está aumentando a fome no Brasil, o número de famílias na faixa da extrema pobreza.

Nessas semanas em que estamos, a Oposição obstrui a votação da MP 1.000/20, obstrui os trabalhos do Plenário da Câmara dos Deputados, e entra na pauta a MP 996/20, chamada de Verde e Amarela. Podemos dizer que é a forma como o Governo Bolsonaro trata as cores, a bandeira, a população, vilipendiando os direitos mais fundamentais do povo brasileiro.

O Casa Verde e Amarela trata fundamentalmente da extinção do Minha Casa, Minha Vida. Colocam o Minha Casa, Minha Vida dentro do Casa Verde e Amarela e extinguem o financiamento para unidades habitacionais de famílias até a faixa de 1.800 reais, as famílias da chamada Faixa 1, que, durante o período de contratação nos Governos Lula e Dilma, atingia aproximadamente 50% das famílias. Havia um número muito expressivo dessa produção na chamada "produção por

entidades".

Eu quero saudar aqui os movimentos de luta pela moradia, a Central de Movimentos Populares, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST, a União Nacional por Moradia Popular, o conjunto de cooperativas da agricultura familiar que executaram o Minha Casa, Minha Vida Rural.

O que nós vimos foi que, com o golpe de 2016, o Governo Temer fez uma seleção, mas suspendeu os desembolsos. E o Governo Bolsonaro não contratou os empreendimentos selecionados durante o Governo Temer. O que nós temos, então, é o crescimento do déficit habitacional e o aumento da pobreza.

Para se ter ideia do que estamos falando, em termos de investimentos, no ano de 2015 aproximadamente 25 bilhões de reais foram executados no Minha Casa, Minha Vida; já no ano de 2020, 1 bilhão de reais. Não estão sendo feitas as contratações dos projetos selecionados, dos empreendimentos selecionados durante o Governo Temer; há um percentual muito grande de obras paralisadas; o déficit habitacional cresce; e o Casa Verde e Amarela não prevê financiamento na Faixa 1.

Por isso, nós do PT, os movimentos de luta pela moradia e o povo brasileiro que precisa de uma política habitacional somos contra o Casa Verde e Amarela. Somos a favor de que essa MP perca a sua vigência, e que o Minha Casa, Minha Vida fique de pé. Vamos nos associar à luta dos movimentos por moradia, ao setor de construção civil, que tanto ganhou com o Minha Casa, Minha Vida, para retomarmos os investimentos.

Há uma série de empreendimentos precisando de desembolso no Brasil todo. Cito aqui o Residencial Zulmira, na Bahia, liderado pela União por Moradia Popular.

Esse Casa Verde e Amarela tem a nossa obstrução - vamos obstruir, vamos votar contra. Queremos derrotar mais essa vez, nesta oportunidade, o Governo Bolsonaro.

Obrigado, Presidente.

Documento 61/513

30.2020.B

Sessão Outro Evento

03/12/2020-10:24

Publ.: DCD - 04/12/2020 - PAULÃO-PT -AL

CÂMARA
DEPUTADOS

DOSBREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Expectativa de aprovação pela Casa do Projeto de Decreto Legislativo nº 490, de 2020, para a sustação da Portaria Interministerial nº 3, de 2020, assinado pelos Ministros da Educação, Milton Ribeiro, e da Economia, Paulo Guedes, sobre a alteração dos parâmetros operacionais do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, com vista à redução do valor anual mínimo nacional por aluno. Visão negacionista do Presidente Jair Bolsonaro no tocante à vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Continuidade da obstrução dos trabalhos no plenário até a votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, e consequente retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes, diante da crise provocada pela epidemia de coronavírus.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de cumprimentá-lo, os meus pares e os internautas brasileiros.

Há mais uma portaria nociva que prejudica o povo brasileiro feita pelo Presidente Bolsonaro. Essa portaria ataca mais uma vez a educação. Bolsonaro está se tornando o Presidente inimigo da educação. A portaria que ele expediu estabelece uma redução de 8,7% no valor anual estimado do aluno da rede pública, e isso terá consequência para os Estados e Municípios. Será um verdadeiro caos. Nós esperamos que o nosso Congresso, principalmente a Câmara, tenha coragem e altivez no sentido de evitar mais uma portaria nociva contra uma das principais políticas públicas do Brasil.

A outra situação, Sr. Presidente, e não poderia ficar inerte, é essa visão negacionista do Presidente Bolsonaro em relação à vacina, que o mundo todo está discutindo, inclusive a possibilidade de uma segunda onda da COVID-19. As vacinas estão num processo avançado, e é preciso que esta Casa escute, como fez ontem, ao aprovar recursos para a vacinação em massa.

Nós percebemos ex-presidentes americanos, presidentes atuais europeus, todos preocupados com essa nova onda da COVID-19, apostando numa vacina para a rapidez no processo, e o Presidente Bolsonaro, que se transformou num anjo da morte, continua apostando numa visão negacionista.

Por último, é necessário esta Casa continuar em obstrução, para que a Medida Provisória nº 1.000, de 2020, que institui que o auxílio emergencial tem que continuar, seja aprovada. Se o auxílio emergencial, como quer Bolsonaro e o Ministro Paulo Guedes, for cortado a partir deste mês, o último pagamento, vamos ter consequências sociais profundas no Brasil, principalmente na Região

Nordeste e na Região Norte. Na Região Nordeste há uma das maiores densidades demográficas e também uma contradição social enorme. Esta Casa não pode permitir isso. É necessário priorizar e votar a MP 1.000, para dar continuidade ao auxílio emergencial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 62/513

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 30.2020.B | Sessão Outro Evento | 03/12/2020-10:28 |
| Publ.: DCD - 04/12/2020 - MARCEL VAN HATTEM-NOVO -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Natureza demagógica das novas medidas de combate ao coronavírus, impostas pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Ocorrência de aglomerações e contaminação de políticos pela Covid-19 na campanha eleitoral do recente pleito municipal realizado no País. Importância de observância do bom senso nas ações de prevenção da doença.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, caros colegas Deputados, quero voltar ao assunto que me trouxe à tribuna ontem: as novas restrições impostas no Estado do Rio Grande do Sul e também em outros Estados brasileiros, 1 dia ou poucos dias após as eleições, às atividades comerciais e aos direitos mais fundamentais dos indivíduos em vista da pandemia do coronavírus.

Quero iniciar dizendo, aliás, que uma coisa é ser negacionista, outra coisa é ser demagogo ou hipócrita, e uma terceira coisa é ter bom senso. Nesta terceira categoria, em que me incluo, estão aqueles que sabem que esse vírus é letal, que é preciso desenvolver com rapidez os meios mais eficazes para evitar a sua proliferação, mas que, ao mesmo tempo, entendem que todas as atividades precisam seguir, com todos os cuidados e com segurança. Não é possível continuar com essa hipocrisia, essa demagogia, essa histeria que alguns estão impondo sobre a nossa sociedade; nem, de outro lado, com o negacionismo daqueles que dizem que não é nada, que não é um vírus letal e assim por diante. Existem grupos de risco e pessoas que precisam, sim, ser protegidas.

Mas também precisamos lembrar que durante esses últimos meses, durante a campanha eleitoral, os políticos demonstraram, mais uma vez, como dizia Thomas Sowell, economista, que a sua prioridade é a

eleição, a segunda prioridade é a reeleição e qualquer outra que seja a terceira prioridade está muito abaixo na lista. O que nós vimos durante a campanha eleitoral foram aglomerações, foi libera geral e políticos sendo infectados. Talvez o exemplo mais claro de todos tenha sido o do Boulos, candidato a Prefeito de São Paulo, que, mesmo sabendo que esteve com uma pessoa infectada pelo coronavírus, esteve em sete eventos; ele que é do "fica em casa", ele que é da demagogia e do populismo que temos visto por aí, acabando com muitos negócios, acabando com empreendimentos, acabando com a vida de muitas pessoas.

Nós precisamos restabelecer o bom senso, Sr. Presidente. Por isso, eu quero voltar a fazer um apelo ao Sr. Governador do Estado, Eduardo Leite, que não ouviu a sociedade e mais uma vez tomou medidas draconianas, fechando o litoral do Rio Grande do Sul e proibindo eventos privados, fazendo tudo aquilo que nós, aqui no plenário, lá atrás, alertamos que aconteceria a depender das atitudes individuais - e muitas ditatoriais - de governantes e que acabaram se revelando, de fato, realidade nesses últimos dias.

Por isso, Sr. Presidente - quero saudar aqui o Deputado Rodrigo Maia, que entra no plenário e vai assumir a sessão de trabalhos -, quero fazer um apelo ao bom senso. É preciso tratar o vírus, sim, com seriedade, mas nós não podemos voltar no tempo, nós não podemos ser irresponsáveis com ninguém, nem na área da saúde, nem na economia. Durante a eleição, tudo pôde, e agora não? Quer dizer que quem estava durante a campanha eleitoral, Deputado Evair de Melo, contraiu o vírus no comércio local ou num restaurante após às 11 horas da noite? Agora estão sendo de novo limitadas as participações das pessoas em uma série de atividades, aglomerando-as afinal de contas? Caso os horários sejam estendidos, há mais possibilidades de as pessoas irem a diferentes locais sem precisar se encontrar.

Nós precisamos aprender com o que aconteceu no passado recente e não retroagir. Não é hora de retrocesso, não é hora de negacionismo, não é hora de hipocrisia ou de demagogia. É hora de bom senso.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 63/513

119.2020

Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/12/2020-
CD 10:40

Publ.: DCD - 04/12/2020 -
51

POMPEO DE MATTOS-PDT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 996, de 2020, sobre a instituição do Programa Casa Verde e Amarela, destinado à aquisição da casa própria para famílias residentes nas áreas rural e urbana. Necessidade de votação pela Casa da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para a retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes, diante da crise gerada pelo coronavírus.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PDT também está em processo de obstrução. Nós entendemos que há outras pautas, mais importantes, para serem votadas, por exemplo a Medida Provisória nº 1.000, de 2020, que trata do auxílio emergencial. Todos sabem que o auxílio seria de 600 reais, por 3 meses. Então, o Presidente Jair Bolsonaro, passado esse período, apresentou essa medida provisória, para baixar o auxílio de 600 reais para 300 reais, como se, no curso da pandemia, as pessoas pudessem reduzir à metade a alimentação, todos os gastos, como se passassem a ser meias pessoas, meias famílias, meia gente - acho que meio bicho também.

Portanto, diminuir pela metade o recurso emergencial não é justo, não é correto. Estamos em obstrução, pedindo que se vote, antes de tudo, a Medida Provisória nº 1.000, a mais importante para que o cidadão brasileiro tenha dignidade na pandemia. Ele precisa voltar a receber integralmente os 600 reais.

Nós estamos em obstrução.

Documento 64/513

| | | |
|---------------------------------|--|------------------------|
| 119.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/12/2020- CD | 11:32 |
| Publ.: DCD - 04/12/2020 - 69 | ALCEU MOREIRA-MDB -RS | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Saudações aos Deputados do MDB e ao Presidente em exercício dos trabalhos, Deputado Marcel van Hattem. Aprovação pela Casa da Medida Provisória nº 994, de 2020, sobre a liberação de crédito extraordinário em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 9.444,373,172,00, para a produção e disponibilização de possível vacina contra a Covid-19. Contrariedade à politização da vacina contra o coronavírus. Indignação do orador com a não

votação de proposições de relevante interesse da economia brasileira. Apoio à realização das reformas tributária e administrativa. Regozijo com o desempenho do MDB nas eleições municipais realizadas no Estado do Rio Grande do Sul em 2020. Eleição do candidato do partido, Sebastião Melo, para o cargo de Prefeito Municipal de Porto Alegre. Necessidade de qualificação do trabalhador brasileiro para domínio de tecnologias digitais. Manipulação de pesquisas eleitorais pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística - IBOPE.

O SR. ALCEU MOREIRA (MDB - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, confesso que tenho saudade desta tribuna, porque aqui fizemos alguns pronunciamentos que marcaram inclusive os nossos traços de pensamento sobre a política do Brasil.

Eu queria saudar os meus companheiros do MDB que estão aqui no plenário e o meu querido irmão capixaba Deputado Evair, que está aqui, mas quero fazer uma saudação especial ao Deputado Marcel van Hattem, que está presidindo esta Mesa e que é um líder político. O Rio Grande tem orgulho dos seus posicionamentos. Isso não quer dizer que tenhamos que ter concordância prévia em qualquer das suas posições, mas sim que ter alguém com posição política clara, absolutamente destemida, qualificada e profunda é certamente algo que melhora muito o quadro do debate intelectual da política no Brasil.

Eu queria chamar a atenção para duas questões. A primeira é que quero parabenizar esta Casa, que ontem votou a liberação dos recursos para a vacina, o que certamente foi um grande feito. Se há algo deplorável neste momento, é nós querermos politizar a vacina. É algo que não deve ser politizado. A população tem direito de tirar esta máscara, que agora, por causa da distância, eu posso tirar para falar ao microfone. A população tem que ter o direito de se ver livre disso.

Então, o que nós queremos na verdade é ter, do ponto de vista científico, a absoluta convicção de que a vacina que teremos disponível é a vacina correta e adequada para imunizar o nosso povo, para que um dia eu possa abraçar e beijar o meu neto de novo, para que eu possa chegar à minha casa, jantar com meus amigos, conversar com eles e andar sem máscara. Eu queria ter esse direito. Eu queria que isso fosse despolitizado.

A segunda questão, meu querido amigo Deputado van Hattem, é a seguinte: esta Casa, em alguns momentos, parece que age como se estivesse num processo de chantagem contra o desenvolvimento do Brasil.

Há projetos aqui nesta Casa para serem votados, e a não votação



deles é algo que representa para nós a ditadura de minoria, em que 120 Deputados da Oposição dizem o que vai e o que não vai para a pauta. E assim nós ficamos em cima da conectividade o ano inteiro, assim está a Lei do Gás, assim está a Lei do Mar, assim está a questão dos defensivos agrícolas, assim está o licenciamento ambiental, assim estão as APPs.

Esses projetos disruptivos da economia, que liberarão bilhões e bilhões de reais e gerarão muito emprego e renda, infelizmente, não são votados, porque sempre o trem trompa no grão de açúcar, e aqui nesta Casa, como o sistema é presidencialista, o Presidente decide que não vota, não vota e não vota. Cada vez que nos reunimos, ele me trata muito bem. Aliás, o Presidente Rodrigo é uma pessoa educadíssima, um *gentleman*, passa-me a mão na cabeça, mas não vota absolutamente nada do que nós queremos. E o País vai ficando atrasado.

Nós precisaríamos ter votado a reforma tributária e já estar discutindo e votando a reforma administrativa. E a reforma administrativa, que trata do tamanho do Estado, não é uma questão de natureza ideológica, e sim tecnológica. Os gabinetes dos Ministérios já não têm mais máquina de datilografia há muito tempo, já não têm mais fac-símile há muito tempo. No canto da tela de um computador, resolve-se em fração de segundos o que se levava dias e dias datilografando com o barulho das teclas. Pois é, mas as salas dos Ministérios estão todas com as luzes acesas. O que não falta em Brasília é prédio alugado por 4 milhões, 5 milhões de reais. São gaiolas de ouro pagas para alguém fazer uma atividade que a inteligência artificial poderia fazer, com sobradas razões, com mais qualidade do que se faz hoje. Mas nós não conseguimos fazer isso.

Eu também queria dizer para V.Exas. o seguinte: lá no meu Rio Grande do Sul, fiquei muito feliz com a eleição. O meu MDB, que durante um bom tempo era um partido com a contestação nacional, saiu com 136 Prefeitos, 227 Vice-Prefeitos, 1.054 Vereadores, e ganhamos a Capital do Estado com Sebastião Melo. E não é porque o MDB ganhou, mas porque ganhou um quadro político que nos dá muito orgulho: Sebastião Melo, que tem uma história política linda, alguém que é capaz de conciliar o empreendedorismo com a inclusão social, capaz de ver os dois lados da moeda e utilizar a coisa pública como ferramenta de solução de vida para as pessoas, governar com qualidade, competência, eficácia, eficiência, mas com respeito às pessoas. Devemos perceber que o grande ativo de uma sociedade, meu ilustre Deputado van Hattem, são as pessoas.

De vez em quando eu ouço, meus queridos Deputados, uma referência: "*Temos tantos desempregados*". E esses desempregados são caixas de ovos? Eles não têm CPF? Eles não têm endereço, não

têm nome, não têm sobrenome? Eles têm sim. Muitos deles estão sentados sobre o calcanhar na frente de casa, sem trabalho. Por quê? Porque as mãos não conseguem construir o que a cabeça não conhece.

O Estado brasileiro precisa readequar as pessoas para aproveitar a sua capacidade produtiva. O Estado brasileiro precisa perceber que, se não botar conhecimento no cérebro e nas mãos das pessoas, elas não se reabilitam profissionalmente. Nós estamos fazendo a travessia rápida de um mundo analógico para um mundo digital. Essas pessoas, milhões de desempregados, precisam ser reabilitados para entrar no mundo produtivo e gerar sua própria dignidade. A máquina de fazer sucesso na economia do País é um homem e uma mulher com nome e sobrenome em algum endereço.

É lá que nós temos que agir, é com essas pessoas. Elas é que mudam a plataforma produtiva. Elas é que tornam o Estado competitivo. Elas é que geram a capacidade de consumo e produção. Elas é que fazem a razão da vida política e das cidades como equipamentos.

Mas eu não podia terminar o meu tempo, sem falar do assunto principal. Meus amigos, eu queria falar de um clube de larápios e vigaristas. Vou falar especificamente do IBOPE, porque eu não estou falando de um instituto de pesquisa que faz enquete, que é desqualificado e não tem condições de fazer bem feito. Não, eu estou falando de um instituto de pesquisa que tem todas as condições de fazer uma pesquisa bem feita, mas eles vieram para eleição, e não é de agora, para macular o processo democrático, para induzir eleitor, para mudar resultado, para entregar encomenda. Nós vamos entrar na Justiça contra esses vigaristas que, depois de fazer o que fizeram no Rio Grande do Sul, vêm, com uma cara de pau que só falta cair cupim, pedir desculpas. Então, é como se eu assassinasse um cara a sangue frio e fosse pedir desculpas para a viúva. É assim? Não, não será assim!

Lá em Fortaleza, por exemplo, publicaram, 2 dias antes, que o candidato que eles queriam que perdesse tinha 36% dos votos, e o cavalo do comissário tinha 54%, aquele que eles queriam que ganhasse. Era a encomenda. Sabem como foi a eleição? Foi de 1,5% a diferença. Como seria a eleição se esses vigaristas não tivessem publicado essa pesquisa? Quantos eleitores não foram votar e foram para a praia, porque não adiantava nada, era de quase 20 pontos percentuais a diferença? Lá em Fortaleza, temos o resultado da eleição da democracia maculada. Lá se elegeu alguém que talvez não se elegeria se não houvesse a intervenção de um instituto de pesquisa patrocinado por vigaristas.

Na minha cidade de Porto Alegre, 1 dia antes da eleição, ele anunciava

que haveria a grande virada. A candidata Manuela, candidata comunista, aquela que vive em um bairro nobre, o Moinhos de Vento, mas diz que adora os pobres, aquela que pediu roupa emprestada para enganar as pessoas com a cor da sua campanha, tirou foice, tirou martelo, escondeu o PT, trocou de roupa, tirou cor, tirou tudo, despersonalizou-se. Não! Não é possível despersonalizar quem não tem personalidade. É generoso demais da minha parte dizer isso. Mas o instituto de pesquisa disse que haveria uma virada, que ela tinha passado 2 pontos percentuais do nosso candidato - pasmem! Sabem como foi a eleição? Foram quase 10 pontos percentuais a nosso favor!

Na eleição passada para Governador, a 2 dias da eleição, ele disse que Sartori estava 18% atrás do Eduardo Leite, que ganhou a eleição. Sabem como foi a eleição? Foi de 3 pontos percentuais a diferença.

O SR. PRESIDENTE (Marcel Van Hattem. NOVO - RS) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. ALCEU MOREIRA (MDB - RS) - Eu quero concluir dizendo o seguinte: a democracia brasileira é tenra, porque é o tempo democrático que nós temos. Ela precisa de maturação, responsabilidade e honestidade. Tem que ser extirpado do meio de nós esse bando de vigaristas, esses canalhas, que entregam pesquisas para vilipendiar, macular a democracia, modificar resultado! Isso é nojento, porque maltrata uma conquista gigantesca, que é ter um país democrático.

Eu quero deixar aqui o meu protesto. E não me venham pedir desculpas, porque lugar de vigarista e larápio é na cadeia, não é pedindo desculpa para qualquer um.

Um grande abraço.

Documento 65/513

| | | | |
|-------------------------------|-------------------------------|--------------------------------------|----|
| 119.2020 | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa 03/12/2020-12:08 | |
| Publ.: DCD 04/12/2020 - 81 | - JOENIA WAPICHANA-REDE -RR | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | REPRESENTANTE PARTIDO DISCURSO | DO |

Sumário

Visão negacionista do Presidente Jair Bolsonaro no tocante à epidemia de coronavírus. Repúdio à Portaria nº 1.030, de 2020, do Ministério da Educação, acerca da retomada das aulas presenciais no sistema federal de ensino.

Agradecimento aos Presidentes da Câmara dos Deputados, Deputado Rodrigo Maia, e do Senado Federal, Senador Davi Alcolumbre, pela autorização da projeção de imagens da campanha de retirada de garimpeiros da Terra Indígena Ianomâmi, no Estado de Roraima. Avanço da Covid-19 entre o povo ianomâmi. Necessidade de execução da Lei nº 14.021, de 2020, sobre as medidas de proteção social para prevenção do contágio e disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas; a criação do Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígenas; a adoção de medidas de apoio às comunidades quilombolas, aos pescadores artesanais e aos demais povos e comunidades tradicionais para enfrentamento à Covid-19; e a alteração da Lei nº 8.080, de 1990, com vista à garantia do aporte de recursos adicionais em situações emergenciais e de calamidade pública. Reunião sob o tema mineração e ameaça à vida dos povos indígenas, promovida pela Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas em parceria com a Frente Parlamentar Ambientalista.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Como Representante. Sem revisão da oradora.) - Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares que aqui nos assistem, demais membros desta Casa, população brasileira, em primeiro lugar, quero registrar minha indignação com a postura negacionista do atual Governo na condução desta pandemia. Esta falta de planejamento e de organização já contribuiu para a morte de mais de 170 mil brasileiros.

O descaso com a vida da população ficou demonstrado mais uma vez no dia de ontem, quando o Governo publicou uma portaria em que obriga as instituições de ensino superior a retomarem as atividades presenciais a partir de janeiro, sem um protocolo claro de segurança. Pela manhã, apresentamos um projeto de decreto legislativo e pedimos a derrubada desse decreto do Poder Executivo. Pela tarde, diante da forte pressão da própria sociedade brasileira, o Governo recuou na medida.

A retomada de qualquer atividade antes da imunização da população através de vacina contra o coronavírus somente pode ser feita com muito cuidado, com muito estudo, com muita pesquisa, com muito diálogo e com protocolos claros de segurança sanitária.

Aproveito este momento para agradecer ao Sr. Presidente Rodrigo Maia e também à Presidência do Senado por autorizarem a projeção de imagens de campanha ianomâmi, para que a sociedade e o Governo visualizem o pedido de retirada de mais de 20 mil garimpeiros que se encontram na terra indígena ianomâmi. A projeção será feita hoje, a partir das 19 horas, na cúpula do prédio do Congresso Nacional. Todos estão convidados a acompanhar pelas redes sociais

do meu mandato, da Hutukara Associação Yanomami e do Instituto Socioambiental.

Há anos os povos indígenas ianomâmis têm alertado o Governo sobre o aumento do número de garimpeiros ilegais em terras indígenas. A nossa Constituição proíbe o garimpo e a mineração em terras indígenas. Um estudo realizado em 2016, conduzido pela Fundação Oswaldo Cruz, em parceria com o Instituto Socioambiental, mostra uma contínua invasão ilegal de garimpeiros nos territórios ianomâmis, o que tem trazido graves consequências. Algumas comunidades chegam a ter 92% das pessoas examinadas contaminadas por mercúrio. De acordo com o relatório *Xawara: rastros da Covid-19 na Terra Indígena Yanomami e a omissão do Estado*, lançado neste mês de novembro e elaborado pela Rede Pró-Yanomami e Ye'kwana e pelo Fórum de Lideranças da Terra Indígena Yanomami, o número de casos confirmados no território saltou de 335 para 1.202 entre agosto e outubro, um aumento de mais de 250% de casos nos últimos 3 meses. Segundo o monitoramento da Rede Pró-Yanomami, até o final de outubro já se somaram 23 óbitos por COVID-19, entre confirmados e suspeitos.

Neste momento, essas pessoas, esses garimpeiros - e muitos são financiados por grandes empresas, porque, para bancar o garimpo, é preciso ter uma estrutura muito grande - estão levando a COVID-19 para as terras indígenas. Precisamos urgentemente fazer valer a Lei nº 14.021, aprovada por esta Casa, para protegê-los.

Está sendo realizada agora, na Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, em parceria com a Frente Parlamentar Ambientalista, uma reunião sobre o tema *Mineração e ameaça à vida dos povos indígenas*, na qual representantes dos povos ianomâmi, caiapó e mundurucus vão nos entregar -- a nós, Parlamentares do Congresso Nacional - um abaixo-assinado, um documento que resulta de uma campanha pela retirada dos garimpeiros, com mais de 431 mil assinaturas, justamente um apelo para que haja providências imediatas para a retirada dessa ilegalidade de dentro das suas terras. Estão participando dessa reunião diferentes lideranças indígenas, diferentes Parlamentares, diferentes instituições e a sociedade brasileira. Temos vivenciado as denúncias e visto em vários jornais o quanto está grave a situação. Temos que tomar providências contra a presença de garimpo ilegal dentro das terras indígenas.

Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. pelo tempo e peço que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada.

| | | |
|----------------------------------|--|------------------------|
| 119.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/12/2020- CD | 13:28 |
| Publ.: DCD - 04/12/2020 - 106 | PAULÃO-PT -AL | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Solidariedade à bancada feminina na Câmara dos Deputados, diante de discurso proferido por Deputado do partido Novo. Pedido de retirada do pronunciamento do Parlamentar dos Anais da Casa. Subscrição pelo orador do requerimento de criação da CPI dos Detratores. Monitoramento de Parlamentares da Oposição pelo Governo Jair Bolsonaro. Repúdio à Portaria Interministerial nº 3, de 2020, assinada pelos Ministros da Educação, Milton Ribeiro, e da Economia, Paulo Guedes, a respeito da alteração dos parâmetros operacionais do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, com vista à redução do valor anual mínimo nacional por aluno. Visão negacionista do Presidente Jair Bolsonaro no tocante à vacinação do povo brasileiro contra o coronavírus. Defesa de imunização em massa dos brasileiros, desprezadas às discussões de cunho ideológico e econômico. Relevância dos trabalhos realizados pela Comissão Externa de Enfrentamento à Covid-19, criada pelo Presidente Rodrigo Maia. Necessidade de votação pela Casa da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para a retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes, diante da crise gerada pela Covid-19. Defesa de realização da reforma tributária, com ênfase na taxação de grandes fortunas. Questionamento ao Presidente Rodrigo Maia sobre as razões da não votação de pedido de impeachment do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colega e xará Deputado Paulo Ganime, grande debatedor, nossa divergência é no campo das ideias. Isso é importante na democracia.

O espectro ideológico é o segredo da democracia.

Sr. Presidente, eu gostaria de prestar solidariedade a toda a bancada feminina da Câmara Federal. Digo isso referindo-me à fala do Deputado do seu partido, do NOVO do Rio Grande do Sul, Deputado Paulo Ganime. Nós temos divergências no campo das ideias, mas V.Exa. sempre é prudente. Dessa forma, eu gostaria que a fala do seu colega do NOVO do Rio Grande do Sul fosse retirada dos Anais da

Câmara Federal. O que foi dito não nos engrandece.

Além de prestar solidariedade às Deputadas, quero ressaltar principalmente as falas das Deputadas Sâmia Bomfim, do PSOL de São Paulo, e Jandira Feghali, do PCdoB do Rio de Janeiro. As duas Deputadas usaram a tribuna para falar dessa terminologia que não engrandece o debate. Elas terão todo o meu respaldo e a minha solidariedade se for necessário representar ao Conselho de Ética.

A outra questão que também quero tratar diz respeito a uma informação da Deputada Jandira Feghali, que me antecedeu. Eu já subscrevi a CPI dos Detratores. O Brasil tem um novo SNI - Serviço Nacional de Informações, assim como ocorreu no período de 1964 a 1985. Não queremos mais esse período em que não tínhamos liberdade de expressão. Inclusive, quero dizer que o meu nome foi citado. Do Estado de Alagoas, que tem uma bancada de nove Deputados Federais e três Senadores, foram citados o meu nome, que estava sendo monitorado, e o nome do Senador Renan Calheiros, também de Alagoas.

É lamentável a postura do Governo Bolsonaro, que tenta criar mecanismos para calar a voz da oposição. Isso não vai ocorrer. Como disse a nossa líder da luta da Revolução Espanhola: não passarão!

Sr. Presidente, eu vou utilizar o tempo de Líder para falar a respeito de uma portaria do Presidente Bolsonaro em relação à educação. Bolsonaro está se caracterizando como o Presidente inimigo número 1 da educação brasileira. Ele estabelece que haverá um corte de 8,7% no valor anual dos alunos da rede pública. Isso vai ter uma consequência nefasta, principalmente para os Municípios e os Estados brasileiros.

Nós temos que fazer um processo de reação. Essa luta extrapola o campo ideológico. V.Exa., Sr. Presidente, é um dos Líderes do Partido Novo. Esperamos, neste momento, ter uma unidade de ação para derrubar essa portaria, que vai de encontro a um dos principais pilares das políticas públicas do Brasil, que é a nossa educação.

Outro ponto que é fundamental discutirmos é o processo de vacinação.

Eu elogio o processo quando ele está sendo realizado de forma clara. Em São Paulo, o PT faz oposição ao Governador João Doria. Eu também faço essa oposição, como parte da bancada.

Mas é preciso destacar a visão civilizatória do Estado de São Paulo ao trabalhar o processo da vacina, que inclusive já tem metas definidas para ser aplicada no Brasil em convênio com o laboratório chinês.

Neste momento, a luta contra a COVID não pode ter ideologia, não pode ser como o Presidente Bolsonaro está fazendo, com essa visão que nega a ciência, que defende o terraplanismo. Ele está na contramão da história.

Eu queria destacar que, nos Estados Unidos, há um posicionamento de Presidentes de partidos diferentes, a exemplo de George Bush, do Partido Republicano, que é conservador; do Clinton, do Partido Democrata; e do Presidente Obama. Se você tiver acesso à grande imprensa internacional - e houve repercussão no Brasil -, verá que Obama, Clinton e George Bush estão lutando e contribuindo para achar a vacina com celeridade.

Mas não é só achar a vacina. O processo dessa vacina deve ser internacional, para toda a população. Aqui no Brasil, há uma luta que nós temos que fazer: não basta termos a vacina. É preciso que a aplicação da vacina seja feita de forma maciça, sem discussão ideológica e, principalmente, econômica.

Eu queria destacar também a importância de uma Comissão criada pelo Presidente Rodrigo Maia: a Comissão Externa de Enfrentamento à COVID-19, que conta com a participação de todos os partidos e faz um belo trabalho. É importante esta Casa aprofundar esse debate, como fez ontem ao garantir recursos a fim de que tenhamos a vacina para combater a COVID.

Infelizmente, o Presidente Bolsonaro está dando as costas à ciência. Hoje praticamente é *persona non grata* no mundo, principalmente na Organização Mundial da Saúde. Ele está fazendo um desserviço. Esse comportamento dele, Sr. Presidente, inclusive é motivo de *impeachment*, porque ele está jogando contra saúde do povo brasileiro. Fica aqui o meu registro sobre isso também.

Outro assunto fundamental é a necessidade de se pautar a Medida Provisória nº 1.000, de 2020.

Em tempos de pandemia, esta Casa teve o protagonismo ao criar o auxílio emergencial, que tem uma temporalidade e vai até o fim deste mês. Bolsonaro, junto com o seu Ministro da Economia, disse que vai fazer um corte. Esta Casa praticamente aprovou o auxílio emergencial. É necessário que o Presidente Rodrigo Maia coloque em pauta a Medida Provisória 1.000, sob pena de termos uma convulsão social. Imaginem o que ocorrerá se, a partir do dia 1º de janeiro, principalmente nas Regiões Norte e Nordeste, onde as contradições sociais são maiores, não houver o alento de uma renda básica para sobreviver! Repito: é para sobreviver, não para viver.

Então, é importante o Presidente Rodrigo Maia pautar a Medida

Provisória 1.000. Isso é fundamental.

Para compensar a discussão do ponto de vista econômico, vamos discutir a reforma tributária, vamos buscar um consenso nesta Casa.

No Brasil, como o fato gerador é o consumo, quem paga tributos, primeiro, é o pobre; depois, a classe trabalhadora; e, por fim, a classe média.

A elite brasileira não paga tributos.

Na hora em que eu compro um carro ou uma bicicleta, eu pago tributos. Se eu comprar um iate, eu não pago tributos. Se eu aplicar em um pequeno ou médio negócio, tenho a tributação alta. Se eu aplicar no rentismo, não tenho tributação. O Brasil está praticamente isolado nesse modelo tributário.

É necessário encontrar uma forma de tributar as grandes fortunas. Se você tributa 40 bilionários no Brasil, num percentual de 3%, você arrecada mais de 60 bilhões de reais para atender, inclusive, as políticas públicas necessárias. Esse é o exemplo que vemos na Medida Provisória 1.000.

Para finalizar, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que há vários pedidos de *impeachment*, de impedimento - são mais de 30 pedidos! - nas mãos do Presidente Rodrigo Maia.

Há uma pergunta que não quer calar: Presidente Rodrigo Maia, o que está faltando para V.Exa. colocar em pauta o processo de impedimento, de *impeachment* desse Presidente negacionista, um Presidente antipovo, um Presidente que não respeita a vida e que terá agora um novo título - o anjo da morte? Presidente Rodrigo Maia, o povo brasileiro pede a V.Exa. que coloque em pauta o *impeachment* deste Presidente que nega a vida.

Muito obrigado.

Documento 67/513

| | | |
|----------------------------------|--|------------------------|
| 119.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/12/2020- CD | 14:12 |
| Publ.: DCD - 04/12/2020 - 119 | MARCEL VAN HATTEM-NOVO -RS | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Repúdio às medidas contra a propagação do coronavírus, impostas pelo Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Deputado Paulo Ganime, quero voltar ao tema que já me trouxe à tribuna duas vezes, uma ontem e uma hoje: as novas medidas restritivas impostas pelo Governador Eduardo Leite no Estado do Rio Grande do Sul.

Cada vez vem novidade. E uma delas - acabei de ser informado - é que sequer tele-entrega vai ser permitido na bandeira vermelha no Estado do Rio Grande do Sul depois das 23 horas. É um absurdo! É um absurdo! Os restaurantes e os bares, muitos deles já quebraram. Aqueles que ainda continuam funcionando encontraram na tele-entrega, no *drive thru* e no pegue e leve justamente a salvação dos seus negócios. As pessoas que precisam de comida em casa não vão poder, depois das 23 horas, sequer pedir que a comida seja entregue pelo sistema de tele-entrega, de pegue e leve, ou de *drive thru*.

Isso é um absurdo! Isso é toque de recolher disfarçado. Nós não podemos permitir que isso prospere.

Governador Eduardo Leite, estou convicto de que essas medidas que foram tomadas não avaliaram a realidade dos últimos meses. Não podemos voltar no tempo e cometer os mesmos excessos que já não deram resultado lá atrás.

Durante a campanha eleitoral, tudo podia. Agora, passado o período eleitoral, inclusive esse tipo de atitude, que vai quebrar ainda mais negócios, é tomado.

Sinceramente, precisamos ter bom senso. Não precisamos nem de negacionismo, nem de demagogia, nem de populismo. Bom senso é tudo que pedimos.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 68/513

| | | |
|----------------------------------|--|------------------------|
| 119.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/12/2020- CD | 14:40 |
| Publ.: DCD - 04/12/2020 - 129 | PAULÃO-PT -AL | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de votação, artigo por artigo, da Medida Provisória nº 996, de 2020, sobre a instituição do Programa Casa Verde e Amarela, destinado à aquisição da casa própria para famílias residentes nas áreas rural e urbana. Defesa de votação do Veto Parcial nº 48, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, sobre o disciplinamento de acordo com credores para pagamento com desconto de precatórios federais, e de acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; a destinação dos recursos deles oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e a alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991. Pedido ao Presidente Rodrigo Maia de votação de pedido de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Somos favoráveis ao requerimento, Sr. Presidente, entendendo que é importante a democracia.

Agora aproveito o ensejo para dizer que tramita nesta Casa matéria sobre os chamados precatórios do FUNDEF, que foi aprovada nesta Casa. Houve o veto do Presidente Bolsonaro. Até agora, nesta Casa, o Presidente Rodrigo Maia não pautou a matéria. É fundamental que seja pautada, pois dá um prejuízo significativo aos trabalhadores da educação.

Portanto, nós solicitamos ao Presidente Rodrigo Maia que paute os precatórios do antigo FUNDEF - nós não entendemos o porquê da demora - e paute também os mais de 30 processos de impedimento contra aquele Presidente que é contrário à vida, o chamado "anjo da morte", o Presidente Bolsonaro.

Documento 69/513

| | | | |
|--------------------------------|-------------------------------|---|------------------|
| 119.2020 | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa | 03/12/2020-15:00 |
| Publ.: DCD 04/12/2020 - 137 | - PAULÃO-PT -AL | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO | DE |

Sumário

Encaminhamento da votação da Medida Provisória nº 996, de 2020, sobre a instituição do Programa Casa Verde e Amarela, destinado à aquisição da casa própria para famílias residentes nas áreas rural e urbana.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, este projeto não deveria ser votado se esta Casa tivesse mais prudência, mas querem votá-lo de modo açodado.

Sabemos a importância que tem um programa de moradia popular, mas infelizmente há alguns eixos fundamentais para que este projeto não seja aprovado. E eu insisto sempre neles.

Primeiro, o projeto estabelece que se priorize quem tem rendimentos de até 2 mil reais. No entanto, não define o limite para o pagamento da prestação, diferentemente do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Este projeto coloca na lata do lixo toda uma luta que houve, principalmente a respeito da discussão sobre qual cidade queremos -- que foi o Estatuto da Cidade, um projeto fundamental de controle social que tinha os Municípios, os Estados, os Poderes, o Legislativo, de forma geral, e a sociedade civil --, porque esta nova medida provisória do Bolsonaro não tem escuta, consulta popular.

Portanto, o Estatuto da Cidade, que foi fruto de uma importante luta, é colocado de lado.

Segundo, faço um destaque relativo aos imóveis da União, que são muitos. Agora, ele vai repassá-los de forma célere para a iniciativa privada, sem discutir o seu objeto, quando eles poderiam ser prioritários para as moradias populares. Portanto, consideramos este projeto extemporâneo.

E há quem diga que ele está fazendo a defesa do Brasil, de que Brasil? Do Brasil de alguns? O Brasil do segmento que precisa de moradia não está sendo escutado. O Brasil que não tem casa não vai ter o limite de pagamento da sua prestação. Portanto, consideramos um desserviço este projeto.

Além do mais, no mês de agosto, o Programa Minha Casa, Minha Vida, com tudo o que ele tinha de positivo, será extinto. Portanto, consideramos inapropriada esta discussão, e o Partido dos Trabalhadores se mantém em obstrução a exemplo dos partidos que fazem oposição nesta Casa.

Deveríamos priorizar outra pauta. Cadê a Medida Provisória nº 1.000? Ela vai acabar no final do mês, e, até agora, o Presidente da Casa não a pautou. Isso vai gerar uma convulsão social.

Por isso, Sr. Presidente, nos mantemos em obstrução.

119.2020

Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/12/2020-
CD 15:16

Publ.: DCD - 04/12/2020 -
142

BOHN GASS-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Elevado contingente de brasileiros desempregados no País. Defesa de retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes para enfrentamento da crise provocada pela Covid-19. Pedido à Casa de aprovação do Projeto de Lei nº 3.618, de 2020, sobre a adoção de medidas temporárias em relação ao seguro-desemprego constante na Lei nº 7.998, de 1990, para enfrentamento do estado de calamidade reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, e da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Deputado Marcel van Hattem, que está presidindo os trabalhos neste momento.

Eu pedi esse 1 minuto para dizer que nós estamos vivendo, colegas Deputados, uma situação de altíssimo desemprego. Mais do que o desemprego que já passa da faixa de 14 milhões, existem ainda as pessoas que estão totalmente no desalento ou que, devido à pandemia, agora também não procuram emprego. Quem foi demitido pega o seguro-desemprego, mas esse benefício também já acabou; a pessoa para quem já acabou o seguro-desemprego não consegue emprego, não tem mais a parcela e não consegue sequer a renda emergencial, que nós queremos que fique em 600 reais, e não em 300, como diminuiu pela metade o Bolsonaro.

Então qual é a minha proposta, que já está protocolada em um projeto de lei? Mais duas parcelas do seguro-desemprego nesta época difícil.

Esse projeto, Deputado Marcel van Hattem e colegas Deputados, já está na Casa. Trata-se do Projeto de Lei nº 3.618, de 2020, protocolado com minha autoria, que foi debatido com o movimento sindical. Aliás, as centrais sindicais querem votar isso no CODEFAT, mas o Governo não concorda.

Então nós precisamos ter dois movimentos. Primeiro, que no CODEFAT o Governo concorde com as centrais sindicais para que se alcancem mais duas parcelas de seguro-desemprego. As pessoas não têm nada: não conseguem emprego, não têm a renda emergencial, e

terminou a parcela do seguro-desemprego. Segundo, que coloquemos em votação - e é esse o pedido que eu faço nesta sessão - o PL 3.618, para que haja mais duas parcelas do seguro-desemprego, tão importantes para o trabalhador.

Era esse o recado.

Deputado Marcel van Hattem, muito obrigado pela oportunidade, neste momento, nesta sessão, para insistir que isso seja aprovado no CODEFAT, ou então que votemos esse projeto aqui na Câmara.

Documento 71/513

| | | |
|----------------------------------|--|------------------------|
| 119.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/12/2020- CD | 15:28 |
| Publ.: DCD - 04/12/2020 - 147 | ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de votação em globo da admissibilidade dos destaques simples apresentados à Medida Provisória nº 996, de 2020, sobre a instituição do Programa Casa Verde e Amarela, destinado à aquisição da casa própria para famílias residentes nas áreas rural e urbana. Exigência ao Ministério da Saúde pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, da apresentação de cronograma de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, já apresentamos os motivos pelos quais estamos em obstrução: inconsistência, indefinição sobre subvenções e descaso com a faixa mais pobre da população brasileira.

Quero aproveitar os minutos que restam desta sessão para dizer que hoje o Ministro Barroso, do Supremo Tribunal Federal, exige um cronograma do Ministério da Saúde sobre a vacinação no Brasil.

A União Europeia iniciará a vacinação de emergência agora, ainda no mês de dezembro. E nós, brasileiros e brasileiras, precisamos saber o que pretende o Sr. Ministro Pazuello, o Ministro General do Sr. Bolsonaro. O que pretende o Governo Federal com a subida dos casos de COVID-19, que já ceifaram a vida de mais de 170 mil brasileiros? O repique, neste momento, é nacional, porque a testagem parou no período eleitoral. As aglomerações são inerentes ao período eleitoral,

que foi mantido, adiado por 45 dias.

Isso evidentemente é algo urgente, pois nada é mais importante para este Congresso Nacional, para esta Câmara dos Deputados, do que a definição desse calendário, do que o fim da guerra política acerca da vacina. Vacina é direito e é obrigação do Estado, e tem que ser gratuita para a população. Vacina não é remédio, é prevenção, é uma necessidade efetiva para a garantia da vida.

O PCdoB está em obstrução, na exigência do cronograma de vacinação da população brasileira.

Documento 72/513

| | | |
|----------------------------------|--|------------------------|
| 119.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/12/2020- CD | 15:32 |
| Publ.: DCD - 04/12/2020 - 148 | ERIKA KOKAY-PT -DF | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de votação em globo da admissibilidade dos destaques simples apresentados à Medida Provisória nº 996, de 2020, sobre a instituição do Programa Casa Verde e Amarela, destinado à aquisição da casa própria para famílias residentes nas áreas rural e urbana. Descaso do Presidente Jair Bolsonaro com as necessidades do povo brasileiro. Não reconhecimento, pelo Presidente da República, da gravidade da epidemia de coronavírus no País. Indignação da oradora com a extinção do programa de saúde mental pelo Ministério da Saúde. Caráter ditatorial do Governo Jair Bolsonaro.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a Minoria continua em obstrução, porque entende que é uma farsa que se está querendo impor à Nação.

É a farsa de um Presidente que só se preocupa com ele mesmo, em proteger a sua própria família - são palavras dele. Ele devia proteger não só a sua família e os seus amigos, mas proteger o povo brasileiro, o povo brasileiro que chora as mortes, que chora as mais de 174 mil mortes.

É a farsa de um Presidente que negou a gravidade da COVID-19 e que fez uma intervenção no Ministério da Saúde. No Ministério da Saúde, há a destruição de programas que são muito caros para a população brasileira, como por exemplo o programa de saúde mental. O Ministério

da Saúde está querendo financiar choques elétricos no País de Nise da Silveira. O Ministério da Saúde tem um titular ou um Ministro que diz que obedece. Não, não, não! Ele tem que atentar para as evidências científicas. Este é o anseio. Esta Nação quer evidências científicas, porque prima pela democracia e não quer os arroubos de um Presidente que joga a democracia para ficar sempre na corda bamba, para ficar sempre dançando na beira do abismo, porque se forma, e é formado, com uma estrutura ditatorial, uma estrutura de quem vai perseguir, de quem elege detratores. O Brasil está vivenciando isso.

Eu comecei minha vida enfrentando a ditadura militar, e nós estamos vivendo de novo esta realidade: a realidade dos dossiês, a realidade das escutas, a realidade do monitoramento das opiniões e, ao mesmo tempo, o desprezo com o Poder Legislativo. O Poder Legislativo está sendo açoiado, como está sendo açoiada a democracia.

A Minoria obstrui.

Documento 73/513

| | | |
|----------------------------------|--|------------------------|
| 119.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/12/2020- CD | 15:36 |
| Publ.: DCD - 04/12/2020 - 149 | KIM KATAGUIRI-DEM -SP | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Descumprimento pelo Ministro a Economia, Paulo Guedes, das promessas de privatização de empresas estatais, de ativos imobiliários e de realização da reforma tributária. Protesto contra o pretendido aumento da carga tributária imposta aos contribuintes brasileiros, em meio à epidemia de coronavírus. Manutenção, pela proposta governamental de reforma administrativa, de privilégios concedidos à elite dos servidores públicos. Abdicação, pelo orador, de benefícios recebidos no exercício do mandato parlamentar. Gestão desastrosa, pelo Governo Jair Bolsonaro, de vultosos recursos aprovados pelo Congresso Nacional para enfrentamento da crise provocada pela epidemia de coronavírus. Regozijo com o descumprimento pelo Ministro da economia, Paulo Guedes, da promessa de criação do Peso Real, fusão da moeda brasileira com a moeda argentina. Defesa de renúncia do Ministro Paulo Guedes.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, subo a esta tribuna hoje para falar sobre mais uma promessa do nosso Ministro da Economia, o nosso querido liberal de Taubaté, o Ministro Paulo Guedes. Ele disse

desta vez que vai entregar nove grandes privatizações em 2021.

Justamente para fazermos uma análise sobre essa nova proposta do Ministro, eu trouxe aqui um pequeno histórico sobre o que já foi prometido e o que já foi entregue pelo nosso Ministro da Economia. Paraphrasing o filósofo pós-socrático Saga de Gêmeos, quero dizer que um golpe não funciona duas vezes com o mesmo cavaleiro.

Primeiro, o Ministro Paulo Guedes disse que iria zerar o déficit primário em 1 ano. Em 2018, ele dizia que era uma meta factível. No início de 2019, disse que ia executar a meta. O resultado foi que fechamos o ano de 2019 com um rombo de 95,1 bilhões de reais.

A segunda promessa foram as privatizações. Assim como essa nova promessa, em maio de 2019, Guedes afirmou - abre aspas -: "*Daqui a pouco o Governo começará a privatizar peixes grandes*" - fecha aspas. Em agosto, o Governo divulgou uma lista com 17 estatais a serem vendidas ainda em 2019. Qual foi o resultado? Em 2019, o Governo não só não privatizou nenhuma das 17 empresas como criou uma empresa estatal, a NAV Brasil. Ou seja, o Governo Bolsonaro, sob a batuta do Ministro Paulo Guedes, criou mais estatais do que se criou no segundo mandato do Governo Dilma, que não criou nenhuma. O Governo Bolsonaro até agora não fez nenhuma privatização e criou uma estatal.

Há mais uma promessa de privatização. Vamos lembrar que, em 6 de julho deste ano, Paulo Guedes disse o seguinte - aspas -: "*Nós vamos fazer quatro grandes privatizações nos próximos 30, 60, 90 dias*". Resultado: outubro passou, novembro passou, estamos em dezembro, e absolutamente nenhuma privatização foi nem sequer apresentada, quanto mais articulada dentro do Congresso Nacional por parte do Governo ou de Paulo Guedes.

Outra promessa: 1 trilhão de reais em imóveis. O nosso Ministro disse - aspas -: "*Temos uma dívida de 4 trilhões de reais e quase 2 trilhões de reais em ativos. Se acelerarmos as privatizações e a venda de imóveis, também podemos reduzir a dívida*". Resultado: absolutamente nenhum imóvel desse 1,3 trilhão de reais em ativos imobiliários foi privatizado.

Outra promessa foi a reforma tributária. Em novembro de 2019, Paulo Guedes disse que enviaria para cá a proposta de reforma em 1 ou 2 semanas. Resultado: a primeira parte da reforma só foi entregue em 21 de julho deste ano. O Governo atrasou a reforma tributária em 1 ano e não mandou tudo até agora, só mandou um terço da reforma. E ainda disse que vai mandar CPMF, taxaço de PIX e taxaço de livros. Que liberal é esse que promove novos impostos num momento de crise?

Mais do que isso, há a reforma administrativa. Paulo Guedes disse que

a mandaria em novembro de 2019. Em 7 de fevereiro, ele disse que viria na - aspas - "*semana que vem*".

Em 9 de março, ele disse que mandaria - aspas - "nesta semana". Mas só foi enviada no dia 3 de setembro de 2020, sem incluir nenhum Deputado, Juiz, Senador, ninguém da elite do funcionalismo público. A reforma administrativa é reforma só para a base, não mexe com o privilégio de nenhum servidor atual, de nenhum mandatário atual, de nenhum Juiz atual, de nenhum Ministro de Estado atual. Vamos lembrar que o Governo Bolsonaro é o Governo do jetons. Temos Ministros de Estado recebendo 100 mil, 200 mil, 300 mil, 400 mil reais por participarem de conselhos de estatais e, muitas vezes, acumulando os cargos de Ministro de Estado com cargos nas Forças Armadas. Mais do que isso, o Governo também não mexeu um milímetro em nenhum privilégio de Ministro do Supremo Tribunal Federal e do STJ, de Juiz, de Promotor.

E que moral eu tenho para falar sobre isso, sendo Deputado? Bom, tenho moral para falar porque sou um Deputado que abriu mão de carro oficial, de casa, de auxílio-moradia, que doa parte do salário todos os meses, que cortou metade da verba de gabinete, que não usa cota parlamentar para gasolina, não usa cota parlamentar para comida, não usa cota parlamentar para divulgação do mandato, enfim, não usa cota parlamentar para absolutamente nada. E, justamente por isso, posso exigir do Governo a postura de combate a privilégios que foi prometida e que, porém, não foi entregue pelo Ministro Paulo Guedes.

Para finalizar, Sr. Presidente, tivemos a promessa do Ministro Paulo Guedes, já no meio da pandemia, em março, de que - aspas -: "*Com 4 bilhões ou 5 bilhões de reais a gente aniquila o coronavírus*".

Este Parlamento já aprovou 600 bilhões de reais para o Governo combater a pandemia, e o Governo fez a pior gestão possível desses recursos. Nós nem salvamos a economia, nem salvamos vidas. Em vez de promovermos inicialmente um *lockdown* de 14 dias para conter superlotação dos hospitais, para aprendermos mais sobre o vírus, diminuirmos a taxa de letalidade e então retomarmos as atividades econômicas, com máscara, com álcool em gel, com distanciamento social, com as regras com as quais nós estamos vivendo agora, nós não fizemos nem *lockdown*, nem distanciamento, nem preservamos a economia. Ficamos com o pior dos dois mundos, graças à gestão desastrosa da economia tanto do falso liberal Paulo Guedes como do Presidente Jair Bolsonaro.

Ah, eu já ia me esquecendo de outra coisa! Houve uma promessa do Ministro Paulo Guedes de implementar o peso real, de fundir a nossa moeda com a moeda argentina, como se fosse um bom negócio. Onde já se viu um monetarista da escola de Chicago promover a fusão da

moeda do seu país com a moeda de um país que está mais fraco, com uma moeda que está mais desvalorizada do que a do seu país? É um realmente um monetarista de Taubaté, não é da escola de Chicago. Isso não existe! Ele prometeu, mas, felizmente, essa promessa eu fico feliz e digo com orgulho que o Ministro Paulo Guedes não cumpriu.

Portanto, eu faço uma pequena convocação ao Ministro Paulo Guedes: se ainda tiver algum pingo de dignidade, algum apreço pela própria carreira, ou se quiser, em algum momento, em alguma nota de rodapé da história, ser lembrado como liberal com alguma dignidade, que renuncie ao cargo.

O liberalismo, Ministro Paulo Guedes, não é uma palestra que você dá ao mercado financeiro para tentar animar a bolsa em um dia. O liberalismo, Sr. Paulo Guedes, não é um pano de luxo que você utiliza para limpar um Governo corrupto e estatista.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 74/513

| | | |
|----------------------------------|--|------------------------|
| 119.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/12/2020- CD | 15:40 |
| Publ.: DCD - 04/12/2020 - 152 | RICARDO SILVA-PSB -SP | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Apelo ao Presidente Rodrigo Maia por imediata votação da Medida Provisória nº 1.006, de 2020, sobre a ampliação da margem de crédito consignado dos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão, mantidos pelo Regime Geral de Previdência Social, durante a epidemia da Covid-19.

O SR. RICARDO SILVA (PSB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, obrigado pelo espaço e parabéns pelo trabalho.

Colegas Deputados e Deputadas, eu subo a esta tribuna para pedir ao Presidente Rodrigo Maia que paute rápido uma medida provisória que é do povo brasileiro: a MP 1.006.

Nós temos, Sr. Presidente, a nossa economia combalida. O aposentado teve o seu 13º salário antecipado e já o gastou porque está alimentando o filho, o sobrinho, aumentando os gastos. Na verdade, um 14º salário seria uma recomposição do 13º salário diante da crise.

Isso é mais do que fundamental.

A suspensão do consignado neste momento de crise também se faz mais do que necessária. O banco tem caixa e vai cobrar isso no fim do contrato. Não é calote em ninguém. Esses são temas fundamentais para o povo brasileiro.

Estão aqui nesta Casa do Povo três jovens lutadores. O Dr. Sandro Lúcio Gonçalves está aqui, assim como o Felipe Brito e o Milton Dantunes. Eles estão atuando muito pelas redes sociais, com mensagens para todo o povo brasileiro. E, desta tribuna da Câmara Federal, eu reafirmo o meu compromisso de que o meu gabinete, o de nº 904, no Anexo IV, está aberto para o aposentado e escancarado para o pensionista. Esse trio está fazendo história e merece o registro e o reconhecimento deste Parlamento.

Eu peço à Presidência que faça constar a minha fala em defesa da MP 1.006 no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 75/513

| | | |
|----------------------------------|--|------------------------|
| 119.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/12/2020- CD | 15:44 |
| Publ.: DCD - 04/12/2020 - 153 | FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Gravidade da ocorrência de manifestações machistas no plenário da Câmara dos Deputados. Obstrução dos trabalhos no plenário pelo PSOL em protesto contra a não votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Deputado Marcel, quero primeiro registrar que vou orientar pela Liderança do PSOL a partir de agora até um pouco mais tarde, organizando aqui as orientações pelo nosso partido.

Quero dizer que liberdade de expressão não é liberdade de opressão. Acho muito grave que se aceite como natural a reprodução do machismo aqui no plenário da Câmara.

Estamos em obstrução por duas razões: primeiro porque queremos a votação da Medida Provisória nº 1.000. Não é possível que, pela caneta, Bolsonaro decrete a redução do auxílio emergencial. E, na prática, se a Câmara não votar a Medida Provisória nº 1.000, aumentando este valor e garantindo que ele se estenda para 2021, significará a extinção desse direito do povo brasileiro, nestes tempos tão graves que estamos vivendo. Então, a obstrução é por isso e também porque esse programa é um verdadeiro engodo, pois acaba com um programa habitacional para as famílias de mais baixa renda e retira a participação das entidades. Portanto, vamos discutir política habitacional de forma séria.

O PSOL segue em obstrução.

Documento 76/513

| | | |
|----------------------------------|--|------------------------|
| 119.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/12/2020- CD | 16:00 |
| Publ.: DCD - 04/12/2020 - 158 | ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida pelo Relator da Comissão Mista, à Medida Provisória nº 996, de 2020, sobre a instituição do Programa Casa Verde e Amarela, destinado à aquisição da casa própria para famílias residentes nas áreas rural e urbana, ressaltados os destaques. Visão negacionista do Presidente Jair Bolsonaro no tocante à epidemia de coronavírus.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Estamos na décima votação nominal da apreciação da Medida Provisória nº 996. Trata-se da análise da admissibilidade dos destaques simples, da sua votação em globo.

Votar uma medida provisória, evidentemente, é algo extremamente estranho. Aqueles que estão acompanhando a *TV Câmara* devem compreender, primeiro, que o Parlamento brasileiro é instado a analisar medidas provisórias que já estão vigendo. As medidas provisórias têm força de lei, e o Parlamento, em geral, as analisa às vésperas da sua caducidade. Evidentemente, ao se denegar qualquer emenda, qualquer destaque, é o Poder Executivo quem manda.

Então, nós vivemos uma hipertrofia do Poder Executivo no Brasil. Essa hipertrofia ainda é mais acentuada quando temos um algoz do povo à

frente da Nação, um negociante, alguém que chamou a COVID-19 de "gripezinha" e, depois que sofreu os rigores, tentou esconder o fato. Trata-se de uma verdadeira loucura: mostra exame, não mostra exame; o exame é agora, o exame foi antes, com pseudônimo.

O SR. PRESIDENTE (Marcel Van Hattem. NOVO - RS) - Deputada Alice Portugal, peço que encerre.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) - Sr. Presidente, vamos manter a obstrução, pelos completos desvios de procedimentos em relação a esta matéria.

Documento 77/513

| | | | |
|----------------------------------|-------------------------------|------------------|------------------|
| 119.2020 | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa | 03/12/2020-16:12 |
| Publ.: DCD - 04/12/2020 - 165 | FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | QUESTÃO ORDEM | DE |
| | | QUESTÃO ORDEM | DE |

Sumário

Questão de ordem sobre o imediato encerramento da sessão. Obstrução dos trabalhos no plenário pelo PSOL até a votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, e consequente retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes, para enfrentamento da crise gerada pela Covid-19.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Para uma questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - O art. 72 do Regimento Interno diz claramente que o esgotamento da hora não interrompe o processo de votação - portanto, segue-se de onde se parou -, nem do requerimento de prorrogação obstado pelo surgimento de questões de ordem.

Quanto a esta palavra que V.Exa. disse que incluiu, a palavra "item", não vejo nenhum respaldo no Regimento para que se possa seguir a votação descumprindo a determinação. Já se passaram mais de 5 horas. Esta sessão tem que ser encerrada imediatamente, Presidente.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) - Presidente, o Plenário é soberano e já deliberou sobre este tema.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS) - Não, é que o

Presidente disse que incluiu...

O SR. PRESIDENTE (Marcel Van Hattem. NOVO - RS) - Pode deixar a Deputada terminar.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS) - ... a palavra "item", para, de fato, criar um tipo novo na Câmara e fazer com que sigamos votando à revelia da decisão, inclusive da obstrução e da posição dos partidos da Oposição.

O senhor fala, por exemplo, da nossa obstrução...

Eu sei que tenho 3 minutos para a minha questão de ordem. Se V.Exa. quiser, pode marcar o tempo. Eu tenho direito regimental e, obviamente, vou usá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Marcel Van Hattem. NOVO - RS) - V.Exa. tem mais 1 minuto para concluir. Já se passaram 2 minutos.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS) - Mas eu não estou vendo o tempo andar.

O SR. PRESIDENTE (Marcel Van Hattem. NOVO - RS) - Não, mas eu estou fazendo o controle dele aqui. Já se passaram 2 minutos.

Podem colocar o último minuto para a Deputada, por gentileza.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS) - Nós estamos fazendo obstrução porque faz mais de 2 meses que a Medida Provisória nº 1.000, de 2020, não é votada, e a população está recebendo apenas 300 reais.

Nós queremos, sim, programas habitacionais. Aliás, o PSOL, que tem no seu DNA a luta pelo cumprimento do Estatuto da Cidade, pelo cumprimento da Constituição Federal, é um dos partidos que mais batalham pelo direito à moradia digna para a população mais pobre. O que acontece é que este programa do Governo, na verdade, acaba com a política habitacional para a população mais pobre, acaba com a participação social, criando um modelo voltado só para os interesses das empreiteiras.

Então, não se trata de obstrução por obstrução. Quem obstrui o País é este Governo obscurantista, que não olha para a maioria do povo. É uma pena que a Câmara dos Deputados passe um trator por cima da Oposição e tente votar esta matéria na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Marcel Van Hattem. NOVO - RS) - Deputada Fernanda Melchionna, mais uma vez, ressaltando as divergências que

temos, quero parabenizá-la pela obstrução, que vem sendo feita de forma extremamente respeitosa até aqui. Que continue sendo desta maneira.

É direito da Oposição fazer obstrução, em que pese a minha contrariedade pessoal, justamente porque entendo que esta Casa não tem votado há muito tempo e precisa deliberar sobre uma série de itens, não apenas esta MP 996/2020, que será votada hoje, junto com os seus destaques. Pelo menos, é assim que está planejado na própria convocação, que traz, de forma garrafal, em letras maiúsculas, como item único - item único, repito -, a Medida Provisória nº 996, de 2020. Todos nós Parlamentares estamos acostumados com convocações de sessões, extraordinárias ou não, em que constam itens da agenda, e neste caso constava um item único.

Portanto, está indeferida a questão de ordem, com a devida vênia à Deputada Fernanda Melchionna.

Passo a palavra ao Deputado Evair Vieira de Melo, para que use a palavra por 1 minuto.

Documento 78/513

| | | |
|----------------------------------|--|------------------------|
| 119.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/12/2020- CD | 16:40 |
| Publ.: DCD - 04/12/2020 - 174 | EVAIR VIEIRA DE MELO-PP -ES | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Transcurso do 1º aniversário de criação da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Comércio Internacional e do Investimento - FRENCOMEX. Relevância das ações promovidas pela frente parlamentar. Agradecimento ao Presidente Jair Bolsonaro, a Ministros de Estado, aos Presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e a Parlamentares pelo apoio à ampliação da plataforma de comércio exterior e de investimentos. Relevância da parceria estabelecida pela FRENCOMEX com outras frentes parlamentares. Necessidade de votação pela Casa da proposta de autonomia do Banco Central; de realização da reforma tributária e de outras reformas essenciais.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Caros amigos e amigas Parlamentares e trabalhadores do setor produtivo do Brasil, meus cumprimentos a todos.

É com imensa satisfação que, na qualidade de Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Comércio Internacional e do Investimento - FRENCOMEX, celebro 1 ano da criação da primeira Frente Parlamentar da história do Congresso Nacional destinada a discutir e melhorar as políticas de comércio exterior, além de trabalhar para atrair investimentos, por meio da melhoria do ambiente de negócios, e incrementar a atuação brasileira no exterior. Hoje a Frente é composta e assinada por 207 Deputados e inúmeros Senadores. A Vice-Presidência da Frente na Câmara dos Deputados está sob o comando do nosso 1º Vice-Presidente da Casa, o Deputado Marcos Pereira, do Republicanos de São Paulo, e a Vice-Presidência da Frente no Senado Federal está sob o comando da Senadora Soraya Thronicke.

Ao longo desse 1 ano, a FRENCOMEX, com o apoio de importantes parceiros que exercem a secretaria da Frente Parlamentar, pôde debater aqui no Parlamento, junto com o Poder Executivo, diversas propostas que buscavam desburocratizar e abrir o mercado brasileiro para maiores investimentos, além de impulsionar o setor produtivo brasileiro para melhor desempenho no comércio internacional.

Entre as diversas ações realizadas pela FRENCOMEX no decorrer do primeiro ano de atuação, destaco, em especial, o debate promovido pela Frente sobre a reforma do sistema de defesa comercial do Brasil; a articulação e o engajamento da Frente para a aprovação, neste plenário, de uma série de projetos e decretos legislativos que tinham por objetivo evitar a evasão fiscal, entre eles projeto que acabou com a dupla incidência de impostos sobre a renda de pessoas físicas e jurídicas proprietárias de empresas em países que firmaram acordo comercial com o Brasil; a criação do Comitê de Crise COVID-19 no âmbito da FRENCOMEX, para reforçar o enfrentamento realizado pelos órgãos do Governo à emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus; a construção, através do constante diálogo, de um planejamento estratégico para o período pós-pandemia; a mobilização para aprovação da Medida Provisória nº 960, que estendeu o período para o cumprimento de regime de *drawback* das empresas brasileiras; além de constante busca por facilitação do clima de negócios para investidores estrangeiros e por maior agilidade nas negociações de acordos comerciais através de constante diálogo com setor produtivo, Legislativo e Executivo.

Aproveito, enfim, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para deixar publicamente os meus agradecimentos ao Presidente Jair Bolsonaro; ao Ministro Paulo Guedes e a toda a sua equipe; à nossa querida, competente e comprometida Ministra da Agricultura, Tereza Cristina; ao Ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas; ao Ministério das Relações Exteriores, que sempre nos atendeu de portas abertas; ao Presidente desta Casa, a toda a Mesa e aos demais colegas

Parlamentares - em nome deles, faço uma saudação ao Presidente Rodrigo Maia; ao Presidente do Senado, o Senador Davi Alcolumbre, e a todos os demais companheiros de plenário do Senado; e a todos os Ministros e agentes deste Governo. Através de uma interlocução contínua e constante, estamos, cada dia mais, ampliando a plataforma de comércio exterior e investimentos para o Brasil.

Sabemos que ainda temos muitos desafios pela frente. Destaco a discussão da ampliação da previsão orçamentária para o Programa de Financiamento às Exportações - PROEX, modalidade Equalização, para o ano 2021, além da suplementação de menos de 400 milhões de reais para o programa ainda este ano.

Já para o ano que vem, enxergamos como desafios a manutenção da agenda de liberalização comercial, com a discussão de uma reforma tributária externa comum, em conjunto com os setores produtivos nacionais e o Poder Executivo, e o aprofundamento da discussão de padrões regulatórios do MERCOSUL; avanços nas negociações dos acordos comerciais com México, Canadá e Coreia do Sul; adesão do Brasil à OCDE; e adesão ao Acordo de Compras Governamentais da OMC. Não menos importante é o reforço das relações com nossos principais parceiros comerciais como forma de impulsionar ainda mais o agronegócio brasileiro. E trago novamente o destaque da importância do acordo entre União Europeia e MERCOSUL, que precisa ser aperfeiçoado e implementado como fonte oportunidade para nossos povos.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, nada é tão simples como se espera que seja. Trata-se aqui de equilibrar anseios liberais com a nova realidade que nos pesa. Mas temos a certeza de que a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Comércio Internacional e do Investimento - FRENCOMEX continuará trabalhando arduamente para uma maior competitividade do setor brasileiro frente ao comércio internacional e, conseqüentemente, uma maior atração de investimento estrangeiro para o nosso País.

Finalizo dizendo que essas realizações e desafios futuros não seriam possíveis sem as parcerias com as diversas Frentes que nos auxiliam. Destaco a Frente Parlamentar do Cooperativismo, a Frente Parlamentar da Agropecuária e a Frente Parlamentar do Café.

Deixo meus agradecimentos a todos os Deputados signatários que nos ajudam a compor essa pauta urgente, também ao meu partido, o Progressistas, e à Liderança do Governo na Câmara dos Deputados.

Deixo abertas a todos as portas do nosso gabinete, do Instituto de Comércio Internacional do Brasil e da BMJ Consultores Associados, que sempre nos atenderam e estão de portas abertas, permitindo um



diálogo tecnicamente muito correto, nos princípios da legalidade, com a elegância necessária para que possamos ter ambiente e avançarmos nos nossos negócios. Que possamos, assim, com esses anseios, debater o setor produtivo, debater as nossas pautas e fazer da atuação da nossa Frente realmente a grande janela de oportunidade para o Brasil.

É necessário neste momento também nos voltarmos aqui para a Casa e olharmos as pautas que estão sobre a mesa, sob a responsabilidade da Mesa. Que elas sejam apresentadas ao Plenário e, assim, possamos avançar e ampliar a nossa janela de oportunidades.

Destaco aqui, por exemplo, a autonomia do Banco Central, as nossas regulações cambiais, as nossas modernizações do sistema financeiro. Em nome do Governo, já disse que o Governo quer e precisa votar a reforma tributária. Que a Mesa da Câmara possa apresentá-la ao Plenário o mais rápido possível. Que possamos também avançar em pautas como a desafiadora modernização da cabotagem, que vai ser tão importante para o nosso comércio exterior. Também temos que avançar em reformas essenciais como a do saneamento, ainda travada nesta Casa para apreciação de alguns vetos, que precisam ser mantidos. A falta do saneamento é um problema, brasileiros estão no esgoto. Precisamos fazer dele uma plataforma para atrair investimentos, criando uma solução social econômica e sustentável.

Portanto, após esse 1 ano da FRENCOMEX, orgulhosamente, com os meus Parlamentares, eu presto contas. Agradeço a todos que confiaram em nós. Que o Brasil fique de pé, sabendo que há aqui Parlamentares comprometidos em olhar para o Brasil, para os brasileiros, para essa plataforma internacional e fazer a desburocratização necessária, a fim de que cada vez mais o Brasil possa ampliar as suas oportunidades, as suas relações, de uma forma democrática e transparente, e, assim, tecnologia, produtos, matéria-prima, todos os artigos por nós exportados sejam para nós uma entrada de divisas.

Espero, naturalmente, que o Brasil também possa fazer a apresentação da sua plataforma no setor de agropecuária, de rochas ornamentais, de mineração, de tecnologia. O Brasil também tem muito a oferecer ao mundo. Com certeza, essas relações precisam passar por esta Casa, e nossa Frente está determinada a fazer com que isso ocorra.

Agradeço aos colegas Parlamentares.

Quero dizer que, após esse 1 ano da FRENCOMEX, estamos muito animados - como se fala lá na roça, estamos com sangue no olho - para trabalhar a fim de que o Brasil possa ampliar as relações

comerciais, atrair investimento e, assim, trazer mais dignidade aos brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 79/513

| | | | |
|----------------------------------|-------------------------------|--------------------------------------|------------------|
| 119.2020 | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa | 03/12/2020-16:52 |
| Publ.: DCD - 04/12/2020 - 179 | FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | QUESTÃO ORDEM QUESTÃO ORDEM | DE DE |

Sumário

Questão de ordem sobre a inexistência de acordo para a inclusão de matéria na pauta e sobre o imediato encerramento da sessão.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Para uma questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Ela está baseada na Resolução nº 14, de 2020, que instituiu o Sistema de Deliberação Remota.

Presidente, V.Exa. falou que havia consultado os demais sobre a votação e a prorrogação da sessão até a votação do item. Levando em consideração o seu requerimento - estou aqui com o seu requerimento, que o Léo prontamente nos entregou -, quero colocar que V.Exa. não poderia sequer ter feito essa solicitação de prorrogação, porque a medida provisória e a pauta não foram construídas com acordo da Liderança da Minoria, da Oposição e de dois terços da Casa, o que, segundo o art. 4º, é fundamental.

Quero lembrá-lo de que o art. 4º, § 3º, da Resolução nº 14 é muito claro:

§ 3º Matérias que contem com a manifestação favorável de Líderes que representem 2/3 (dois terços) dos membros da Casa e das Lideranças do Governo, da Maioria, da Minoria e da Oposição poderão, mediante requerimento, ser incluídas (...).

O senhor usou, de fato, o art. 4º da Resolução nº 14, mas desconsiderou o § 3º e desconsiderou que, quando nós instituímos o Sistema de Deliberação Remota, o fizemos justamente para matérias que de fato tivessem acordo, no sentido de enfrentar a pandemia.

Nós, inclusive, em muitas sessões, votamos sem fazer obstrução. Na verdade, quem obstruiu boa parte da pauta para combater a pandemia no País foi o Governo Bolsonaro e seus representantes na Câmara dos Deputados. Temos muita tranquilidade para fazer este debate sobre o papel da Oposição, que tem sido o de apresentar caminhos ao País, enquanto Bolsonaro é o descaminho.

Presidente Deputado Marcel van Hattem, lembro que V.Exa. não poderia ter sugerido a prorrogação deste item da pauta sobre o qual não houve sequer acordo. Nós não chegamos a um acordo. Os partidos da Oposição que representam mais de 140 Deputados desta Casa não chegaram a um acordo sobre a inclusão desta matéria na pauta. A sua consulta não foi feita conforme a Resolução nº 14, de 2020. Nós seguimos insistindo que esta sessão tem que ser encerrada imediatamente, de acordo com o Regimento Interno da Casa.

A Resolução nº 14 não interfere nesse processo. Nem sequer a ideia de votar este item, até a sua conclusão - como V.Exa. falou, e estou com as notas taquigráficas -, poderia ter sido submetido por V.Exa., já que o item foi incluído na pauta sem acordo da maioria dos partidos, descumprindo a determinação da Resolução nº 14, que instituiu o Sistema de Deliberação Remota na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Marcel Van Hattem. NOVO - RS) - Deputada Fernanda Melchionna, em que pese essa ter sido a prática ao longo de todo o período da pandemia, inclusive com o acordo de todos os partidos e do próprio PSOL, em outras ocasiões, em outras votações, em que houve esse mesmo procedimento de prorrogação da sessão, eu vou deliberar junto com a Assessoria da Mesa para podermos dar andamento ou não à sessão, em respeito à questão de ordem feita por V.Exa. Mas reitero que o que foi feito aqui nada mais foi do que aquilo que já tem sido comumente feito ao longo de todo esse período de prorrogação.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS) - Quando há acordo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcel Van Hattem. NOVO - RS) - Mas foi o que aconteceu.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS) - Aqui não há acordo.

O SR. PRESIDENTE (Marcel Van Hattem. NOVO - RS) - Houve uma consulta, no momento adequado, e ninguém se opôs a ela. O Plenário é soberano.

Eu fico numa situação muito difícil, Deputada Fernanda Melchionna,

porque estou aqui como Presidente dos trabalhos desta sessão, representando os Parlamentares que estão em plenário e fora, via remota. Eu preciso obviamente dar continuidade às decisões, tanto desta sessão como das anteriores. Reforço que, em respeito à questão de ordem feita por V.Exa., que tem toda legitimidade para isso, consultarei a Mesa. Enquanto isso, damos andamento a esse destaque.

Documento 80/513

| | | |
|----------------------------------|--|------------------------|
| 119.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/12/2020- CD | 18:00 |
| Publ.: DCD - 04/12/2020 - 204 | SÂMIA BOMFIM-PSOL -SP | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Comissão nº 137, apresentada à Medida Provisória nº 996, de 2020, sobre a instituição do Programa Casa Verde e Amarela, destinado à aquisição da casa própria para famílias residentes nas áreas rural e urbana. Transcurso do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência. Não inclusão de portadores de deficiência no programa nacional de imunização apresentado pelo Ministério da Saúde. Regozijo com a revogação, pelo Supremo Tribunal Federal, de portaria presidencial a respeito da extinção do ensino inclusivo.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PSOL é favorável à emenda apresentada pelo PDT que visa contemplar as famílias mais vulneráveis, de mais baixa renda, com possibilidade de financiamento em um programa habitacional.

Mas eu também quero aproveitar para lembrar que hoje é o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência. Infelizmente, quando foi apresentado o programa de vacinação pelo Ministério da Saúde em suas quatro etapas, em nenhuma delas as pessoas com deficiência foram contempladas, sendo que a LBI - Lei Brasileira de Inclusão estipula que esse segmento da população precisa ser priorizado no atendimento à saúde e na garantia de todos os tipos de prevenções.

Também quero celebrar a decisão que foi tomada pelo Supremo Tribunal Federal, que derrubou a portaria absurda do Governo Bolsonaro, que ia retroceder na lei nacional de inclusão escolar e que

agora precisa ser mantida pelo Pleno do Supremo.

Documento 81/513

| | | |
|----------------------------------|--|------------------------|
| 119.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/12/2020- CD | 19:28 |
| Publ.: DCD - 04/12/2020 - 239 | EVAIR VIEIRA DE MELO-PP -ES | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Atualização do sistema habitacional brasileiro. Aprovação pela Casa da Medida Provisória nº 994, de 2020, sobre a abertura de crédito extraordinário em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 9.444,373,172,00, para a produção e disponibilização de possível vacina contra a Covid-19. Competência do sistema nacional de defesa sanitária para enfrentamento de pandemias a céu aberto. Defesa de votação do Projeto de Lei nº 4.199, de 2020, sobre a instituição do Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem - BR do Mar, e a alteração das Leis de nºs 5.474, de 1968; 9.432, de 1997; 10.233 de 2001, e 10.893, de 2004. Qualificação do Ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas. Pedido de votação e manutenção do Veto Parcial nº 30, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 4.162, de 2019, sobre a atualização do marco legal do saneamento básico. Propósito do Governo Federal de realização da reforma tributária. Pedido ao Relator da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a alteração do Sistema Tributário Nacional, de encaminhamento do seu parecer à Mesa Diretora da Casa. Apelo ao Relator do Projeto de Lei nº 4.372, de 2020, sobre a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, por apresentação de parecer à proposição. Importância da aprovação da Medida Provisória nº 996, de 2020, sobre a instituição do Programa Casa Verde e Amarela, destinado à aquisição da casa própria para famílias residentes nas áreas rural e urbana.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos quase no encerramento dos trabalhos nesta noite de quinta-feira, dia 3 de dezembro. Na condição de Vice-Líder do Governo, estou no plenário hoje ladeado pelo meu amigo Parlamentar General Peternelli, um homem digno e à altura do Parlamento brasileiro. Tivemos a honra e a oportunidade de, através do Governo, liderar este debate para que pudéssemos realmente ter um texto atualizado e moderno na tão necessária reformulação do sistema habitacional brasileiro.

Quero deixar registrada aqui toda a importância da Secretaria Nacional de Habitação, pelo Ministério do nosso colega e também Parlamentar



Rogério Marinho, hoje Ministro do Desenvolvimento Regional, do Ministério da Cidadania, do Ministério da Economia. O tema habitacional dialoga com toda a plataforma do Governo, tendo em vista as suas entregas.

Também temos que ressaltar que, na noite de ontem, este Parlamento teve a oportunidade de aprovar nesta Casa 2 bilhões de reais para que pudéssemos dar um passo adiante e importante para que, com segurança técnica, jurídica, orçamentária e financeira, em breve possa chegar às nossas portas, oportunizada pelo Sistema Único de Saúde, a vacina para o enfrentamento da COVID. Isso é muito oportuno, porque, de certa forma, fez-se e tentou-se fazer um debate irresponsável, achando que a vacina da COVID seriam gotículas de milagre que iriam descer sob as nuvens e pairar sobre as pessoas, e assim todos nós estaríamos protegidos. Não é assim que a coisa funciona. Esse primeiro passo feito com a Universidade de Oxford com certeza nos traz uma segurança, dada sua credibilidade e currículo, mas eu tenho certeza de que outras companhias e outros laboratórios do mundo também estão trabalhando.

O Governo Federal, sob essa responsabilidade, fez, então, um encaminhamento para esta Casa, e nós aprovamos a medida provisória que destinou 2 bilhões de reais. Mas eu vi a imprensa hoje criticando o Sr. Presidente, colegas Parlamentares, porque a decisão é de vacinar os grupos de risco. Sabe-se que não há vacina para todo mundo no primeiro momento. O Governo tem que ter responsabilidade. A vacinação será pelo sistema público, e isso dá uma clara demonstração da responsabilidade do Governo, prestigiando o SUS, a porta operacional, e, naturalmente, os mais carentes, os mais necessitados e os grupos de risco. É assim que se faz imunização.

Eu venho da área agrícola, da área técnica do campo, e temos a vivência de enfrentar pandemias a céu aberto.

Eu já tratei desse tema aqui e às vezes fui até mal interpretado, mas não tenho dificuldade com isso. O Brasil só está de pé nos dias de hoje, quanto à economia, à alimentação, em função de ter um sistema de defesa sanitária técnico e muito competente no enfrentamento de pandemias a céu aberto. Cito, por exemplo, a gripe aviária, a peste suína, a febre aftosa, a vaca louca. Isso não é por acaso. Vejam o Brasil, com essa quantidade enorme de fronteiras, com uma produção agropecuária desse porte, e esses vírus batem à nossa porta. Sr. Presidente, se tivéssemos seguido as orientações da agropecuária brasileira com o que ela já tem de *expertise* em defesa sanitária, com certeza teria sido uma boa escola para definirmos as estratégias de proteção e segurança e mantermos o ciclo produtivo. Isso faz muita diferença.



Mas o Governo fez ontem esse encaminhamento para esta Casa. Quero agradecer aos Parlamentares que nos acompanharam pela responsabilidade de terem feito isso com segurança técnica, jurídica e política, para que realmente pudéssemos votar esse texto. São 2 bilhões de reais para a vacina da COVID-19, pelo sistema público, em respeito ao SUS e reconhecimento a sua competência, e, naturalmente, pela opção clara que foi tomada. É assim que se faz imunização de rebanho: trata-se primeiro dos grupos de risco; depois vai se avançando de tal forma que, num passo mais à frente, se possa ampliar a abrangência. E o termo é esse mesmo. Muita gente, às vezes, ignorante quanto ao tema, achou que era pejorativo dizer "imunização de rebanho", que era errado. Fala isso quem não entende nada de questão sanitária. Esse é o termo usado na Academia, na própria ciência. É assim que se faz esse enfrentamento. Quando se faz dessa forma, reduzem-se os grupos de risco, reduzem-se os focos, e há um avanço.

Portanto, o Governo acertou na estratégia, e isso foi determinante no Orçamento. O mais importante é que esses 2 bilhões de reais são dinheiro público, Deputado General Peternelli. Não é hora de jogar dinheiro no ralo. Hoje houve um reconhecimento aqui. As Prefeituras deste País, os Estados, os hospitais e as Santas Casas sabem que este Parlamento autorizou, mas o Governo é que foi determinante para que as nossas unidades de saúde e os hospitais estaduais públicos e filantrópicos tivessem condições plenas de dar atendimento com recursos e equipamentos. Os Prefeitos que estão encerrando seus mandatos sabem que para a saúde não está faltando recursos, principalmente para o enfrentamento à COVID-19. Isso mostra, de novo, visão estratégica. Mesmo que tenham tentado criar tumulto, o Ministério seguiu essa orientação em linha reta. Seguiu em marcha, General Peternelli, como se fala. Seguiu em frente, fez o enfrentamento, e a resposta está aí. O Brasil só está de pé graças também a essa determinação do Governo Federal.

Porém, a nossa vida não para por aqui. Quero trazer a este Parlamento, em nome do Governo, como já manifestei, a necessidade de votarmos na semana que vem e superarmos a BR do Mar, referente à cabotagem. Esse é um enfrentamento de ruptura. Sabemos que, numa ruptura, claro, nem todo mundo vai ficar satisfeito. Mas é um novo olhar, um novo cenário. A cabotagem vai trazer esse diálogo, o que foi feito com os caminhoneiros, com os embarcadores, com o sistema de carga. Ela vai trazer agilidade a este País, cujo sistema de logística foi abandonado há muitos anos, e agora está sendo retomado.

Quero ressaltar aqui o brilhante e competente trabalho realizado pelo atual Ministro Tarcísio de Freitas, que, com muito orgulho, é consultor desta Casa, servidor concursado efetivo. Nós que estávamos aqui no mandato anterior sabemos que Tarcísio sempre foi muito atuante na

consultoria, na assessoria da Casa em organização logística. É uma felicidade o Governo ter um quadro como esse, tão qualificado e conhecedor da burocracia, porque esteve no Tribunal de Contas, da legislação e, naturalmente, da engenharia, devido à sua formação.

Hoje a BR do Mar está construída. Parabéns ao Secretário Diogo Piloni por esse texto, que dialoga com o Brasil de ruptura e de oportunidade! Isso vai encurtar distâncias e permitir o deslocamento em pequenos trechos, o que vai aumentar muito a qualidade de vida. Trata-se de menos de 5% da carga brasileira. Esse cenário será redesenhado para novos negócios, para novas cidades, e as retroáreas dos nossos portos serão muito mais bem utilizadas.

Quero fazer um apelo aos Parlamentares para que, na segunda-feira, estejamos de plantão. Que nesse plantão possamos aprovar e, se for necessário, superar todo o *kit* obstrução que sabemos será feito em defesa das corporações! Porém, é um direito, é regimental. Nós estaremos aqui a postos para fazer esse enfrentamento e, no final do dia, entregar um texto moderno da cabotagem brasileira.

O Governo manifesta-se também. Nós pedimos que, na próxima sessão do Congresso, possamos votar e finalizar o debate sobre o saneamento básico. O Novo Marco de Saneamento foi um avanço importante, e já tivemos dois resultados extraordinários em Maceió e em Cariacica, no Espírito Santo. Essa nova modelagem já permitiu - um, com outorgas, e outros, não - um avanço importante. Isso mostra que ele realmente é efetivo, dado o interesse de o setor privado participar do processo para trazer dignidade aos brasileiros.

Temos ainda que acabar com esta falácia de que a água é um serviço cobrado. É importante ter um serviço de qualidade. Isso vai impactar a vida das pessoas.

Mais uma vez, quero manifestar que o Governo quer votar a reforma tributária. Ele está pronto para fazê-la. Faço um apelo ao Relator da reforma tributária para que apresente o texto. Desse modo, esta Mesa poderá pensar na apreciação. Também faço um apelo para que o Relator da regulamentação do FUNDEB - e o Deputado General Peternelli está por dentro do texto -, possa apresentar o texto já na próxima semana.

O Governo quer votar o mais rapidamente possível o PL sobre a cabotagem, a reforma tributária, a regulamentação do FUNDEB, a manutenção dos vetos do saneamento e, com certeza, fazer as entregas de que o Brasil precisa e merece neste final de ano. Apesar desta pandemia, o Governo não perdeu o foco, não perdeu a direção. Ele quer construir um novo Brasil: mais leve, mais suave, mais proativo, em resposta aos brasileiros que trabalham, produzem e

acordam cedo.

Mais uma vez, muito obrigado aos Parlamentares que estiveram a postos no dia de hoje. Já estamos com quase 8 horas de trabalho, mas, com certeza, estamos dando uma resposta importante com a entrega da medida provisória do Programa Casa Verde e Amarela, que dá dignidade habitacional a todos.

Em nome do Governo, muito obrigado aos Parlamentares que acompanharam a nossa orientação.

Documento 82/513

| | | |
|---|---------------------------|------------------------------------|
| 31.2020.B | Sessão Outro Evento | 07/12/2020-14:00 |
| Publ.: DCD - 08/12/2020 - MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Elevação dos índices de desemprego e de extrema pobreza no País. Descaso do Governo Jair Bolsonaro com a vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Inauguração no Brasil, pelo Presidente Jair Bolsonaro, da era do ódio, das fake news e da falta de moral. Apoio à aprovação de pedido de impeachment contra o Presidente da República.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Sr. Presidente.

Boa tarde, colegas Parlamentares.

Nós estamos diante de uma grave situação no Brasil. O meu pronunciamento, nesta tarde, vem reforçar aqueles pedidos nascidos no meio do povo brasileiro que não aguenta o que está ocorrendo no Brasil, diante do desgoverno, da ausência...

O SR. PRESIDENTE (Julio Cesar Ribeiro. REPUBLICANOS - DF) - Deputada Maria do Rosário...

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Julio Cesar Ribeiro. REPUBLICANOS - DF) - Quero só avisar à senhora que a sua câmara está posicionada de maneira errada. (*Pausa.*)

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Resolvido, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Julio Cesar Ribeiro. REPUBLICANOS - DF) - Tudo certo.

Eu volto a conceder 3 minutos a V.Exa.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Agradeço, Sr. Presidente. Muito obrigada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu uso a palavra nesta tarde na Câmara para registrar o sentimento de uma população que se encontra abandonada por quem deveria cuidá-la, por quem assumiu a responsabilidade de atender às necessidades do povo brasileiro e gerenciar o Estado com esse único e superior objetivo, cumprindo a Constituição.

Trata-se de não termos Governo no Brasil quando já ultrapassamos a barreira de 14 milhões de desempregados e desempregadas; de termos 40 milhões de pessoas sem uma ocupação que tenha o mínimo de proteção; de não termos testagem para a COVID; e, o pior de tudo, de termos um Governo na República que não nos passa sequer a esperança da vacina.

Os fundamentalistas da extrema-direita que governam o Brasil odeiam a população. O Sr. Jair Bolsonaro e os Deputados que o apoiam odeiam tanto a população que não trabalham para que o Brasil tenha a vacina.

A vacina não tem ideologia. A vacina não é da China, da Inglaterra ou dos Estados Unidos. Ela é da ciência. O que nós queremos no Brasil é um plano emergencial que garanta a vacina para todos os brasileiros e para todas as brasileiras como direito. Não basta o País ter deixado de investir em ciência e tecnologia, atacando suas universidades? Agora ataca diretamente a população.

Nesta semana, Sr. Presidente, em meio a esta situação muito difícil, com a redução do auxílio emergencial para 300 reais, já ultrapassamos a marca de 9 milhões de pessoas em condições em extrema pobreza no Brasil, de acordo com aferição internacional e nacional, com critérios internacionais. São pessoas que não comem! Não comem porque não há salário, porque não há emprego, porque este Governo faliu o Brasil. Este Governo faliu o Brasil! Não, não é a pandemia!

Alguns se escondem atrás do vírus para não mostrar que, diferentemente de outras nações no mundo, no Brasil, como não há Governo, não há preparação. Não há preparação para defender a população. No que diz respeito à saúde pública, o Governo é genocida.

Não há preparação para que as pessoas tenham direito a alimentação, a salário, a dignidade. A única coisa que o Estado brasileiro hoje oferece, a dar e vender, é a violência, é o ódio. O Governo Jair Bolsonaro inaugurou no Brasil a era do ódio, das *fake news*, do gabinete do ódio dos decrépitos, a era daqueles que não têm moral, dos imorais que governam o Brasil e que o defendem tantas e tantas vezes aqui.

V.Exas. sabem que, quando eu digo que é imoral, eu digo por ter condenado este senhor também por danos morais.

O SR. PRESIDENTE (Julio Cesar Ribeiro. REPUBLICANOS - DF) - Peço que encerre, Deputada.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Então, eu utilizo esta palavra com o poder legítimo da decisão judicial contra um condenado por danos morais, que eu espero ver condenado pelo povo brasileiro pelo genocídio que comete contra a população.

O SR. PRESIDENTE (Julio Cesar Ribeiro. REPUBLICANOS - DF) - Obrigado, Deputada.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Sr. Presidente, concluo reafirmando que o Brasil deve ter o *impeachment*, que o Brasil deve colocar para fora do Governo o bolsonarismo, que é o ódio transformado em política. O Brasil precisa retomar o caminho da Constituição e da democracia.

Falo isso em nome dos meus eleitores e eleitoras, do povo brasileiro, que respeito, admiro e amo.

Muito obrigada.

Documento 83/513

| | | |
|--|---------------------------|------------------------------------|
| 31.2020.B | Sessão Outro Evento | 07/12/2020-14:20 |
| Publ.: DCD - 08/12/2020 - LÍDICE DA MATA-PSB -BA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Anúncio de revogação pelo Ministério da Saúde de portarias pertinentes à saúde mental, editadas por governos anteriores. Responsabilidade do Governo Jair Bolsonaro por 170 mil mortes decorrentes da Covid-19. Necessidade de reação da Casa contra a desestruturação do Sistema Único de Saúde - SUS. Morte das menores Emily Victoria e Rebecca Beatriz atingidas por bala



perdida, no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Assassinato do Cabo da Polícia Militar, Derinaldo Cardoso dos Santos, por assaltantes no Município de Mesquita. Necessidade de adoção, pelas autoridades competentes, de medidas em prol da preservação da vida de crianças vulneráveis no Rio de Janeiro e no País.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Presidente.

Boa tarde a todos os companheiros, Deputados e Deputadas.

Sr. Presidente, eu quero registrar, mais uma vez, um novo descalabro do Governo Federal.

Desta feita, o Ministério da Saúde prepara, como já foi divulgado, um "revogação" de cerca de cem portarias sobre saúde mental editadas entre 1991 e 2014, ameaçando diversos programas e serviços do setor.

No momento em que o mundo todo passa por uma pandemia; em que outros tipos de doença se espalham também no Brasil; em que a saúde mental, de forma especial, também é uma preocupação, porque as pessoas estão sob muita tensão, muita pressão, é isso o que faz o Governo Federal.

Aliás, a preocupação das pessoas se estende a um Governo que tem responsabilidade por mais de 170 mil mortes neste País, devido a uma mistura de desprezo pela vida do povo brasileiro e pela adoção de políticas e orientação correta, fazendo com que apodreçam testes dentro das instituições, sem que ninguém saiba que tipo de medida vai ser adotada para garantir a vacina a todo o povo brasileiro, quando todos os países do mundo, hoje, discutem sobre isso.

Portanto, Sr. Presidente, quero chamar a atenção desta Casa para a necessidade de resistirmos fortemente a esse tipo de desmonte do SUS e do acesso aos usuários aos serviços do SUS para a saúde mental.

Também não posso deixar de registrar essa tragédia que se abateu no Brasil neste fim de semana, com essas três mortes, esses três assassinatos.

Como muito bem disse o Deputado Pompeo, essa não é uma questão do Rio de Janeiro, é uma questão do Brasil. Não é possível, não podemos continuar assistindo todos os fins de semana a essa tragédia se repetir, não só no Rio de Janeiro, mas também em todo o País. Grandes vítimas dessa situação são as crianças, as detentoras da

maior inocência. Crianças vulneráveis, nas portas de suas casas ou até mesmo dentro de suas casas, têm sido assassinadas de uma maneira absolutamente estúpida. É inadmissível que o Brasil não reaja, que este Congresso Nacional não reaja e não exija explicações do Governo do Rio de Janeiro.

Quero me solidarizar com as famílias dessas crianças assassinadas, Emilly e Rebeca, e também com a família do policial Derinaldo Cardoso dos Santos. Não é possível que permanentemente nós assistamos à morte de policiais e de pessoas no Brasil. É como se estivéssemos numa guerra, pois aqui se mata mais do que na maioria dos países que se encontram em guerra.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 84/513

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 31.2020.B | Sessão Outro Evento | 07/12/2020-14:24 |
| Publ.: DCD - 08/12/2020 - ARLINDO CHINAGLIA-PT -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Alcance do patamar de 177 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Repúdio à atuação do Presidente Jair Bolsonaro e do Ministério da Saúde no combate à doença. Equívoco praticado pelo Governo Federal com relação à escolha da vacina contra a Covid-19. Imediata conclusão, pelo Supremo Tribunal Federal, do julgamento da ação sobre a adoção, pelo Governo Jair Bolsonaro, de plano nacional de vacinação contra o coronavírus.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Presidente; boa tarde, Sras. e Srs. Parlamentares.

Eu quero me concentrar neste momento, exclusivamente, no tema da COVID-19. Não há nada mais grave e mais trágico do que vem ocorrendo no Brasil. Hoje nós já passamos dos 177 mil mortos. Temos mais mortes do que a Índia, que tem uma população praticamente 7 vezes maior do que a nossa. Além disso, nós sequer utilizamos os testes disponíveis, tivemos o boicote ao isolamento social a partir do próprio Presidente da República, e nem os profissionais de saúde têm a devida proteção, com os chamados EPIs.

Para piorar, a instituição que representa as empresas que fabricam equipamentos médicos, como seringas, informou que o Governo brasileiro solicitou 300 milhões de seringas. Essa mesma instituição

afirmou que as empresas levarão 7 meses para disponibilizar essa quantidade de seringas. Nós temos um Governo Federal e um Ministério da Saúde que não são capazes de planejar nem um passo de uma maneira minimamente inteligente. É uma aberração!

Há ainda um terceiro ponto. O Brasil fez uma aposta, que se revela suicida, em uma única vacina - e estou falando do Governo Federal. A aposta é na vacina desenvolvida pela Universidade de Oxford e a empresa AstraZeneca. Por terem saído na frente, sem dúvida, isso gerou expectativa, esperança.

No entanto, depois da descoberta casual de que, na primeira de duas doses, quando se diminuiu pela metade a primeira dose, a eficácia da vacina foi maior do que se tivessem dado a dose toda, tiveram que refazer todo o estudo. E hoje a eficácia está estipulada em apenas 62%. Por que eu digo apenas? Porque se nós pegarmos as vacinas desenvolvidas por duas empresas norte-americanas, a Pfizer e a Moderna, veremos que os estudos demonstram que a eficácia é de 95%, em média.

O Brasil está ficando para trás, por ter apostado somente em uma vacina, por estar também de maneira, eu diria, completamente primária e equivocada, rejeitando outras vacinas, por exemplo a desenvolvida pela Sinovac em parceria com o Instituto Butantan, a partir do acordo firmado pelo Governo de São Paulo.

O resultado é que, primeiro, o Brasil tende a ficar para trás para obter vacinas; segundo, pode obter vacinas de baixa eficácia, comparativamente; e, terceiro, só para confirmar, a Pfizer já está fornecendo a vacina, e a vacinação vai começar ou já começou no Reino Unido, nos Estados Unidos, no Japão e até na América Latina, mas não no Brasil.

Portanto, nós temos que pressionar o Governo e apelar ao Supremo Tribunal Federal, para que conclua o julgamento sobre o plano de vacinação, senão vai morrer muito mais gente, por pura incompetência.

Documento 85/513

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 31.2020.B | Sessão Outro Evento | 07/12/2020-14:44 |
| Publ.: DCD - 08/12/2020 - BOHN GASS-PT -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Inexistência, no âmbito do Governo Jair Bolsonaro, de projetos destinados ao

combate à fome e ao desemprego no País. Vinculação entre a falta de apoio governamental à agricultura familiar e a elevação dos preços de alimentos. Riscos impostos à saúde e à vida do povo brasileiro diante da politização, pelo Presidente Jair Bolsonaro, da vacina contra a Covid-19.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente e colegas Deputados.

A pergunta que não quer calar é esta: qual é o Brasil que hoje se apresenta para 2021, para o ano que vem?

O que vejo é um Brasil sem emprego, com mais da metade da população economicamente ativa sem trabalho.

Quais são as ações do Governo Bolsonaro que combatem de fato o desemprego? Do que vejo, nenhuma.

Mas o segundo Brasil que se apresenta para nós em 2021 é o Brasil sem comida. Alimentos básicos estão cada vez mais caros. As famílias já não conseguem nem mesmo garantir o arroz e o feijão nosso de cada dia, porque, se comprarem arroz e feijão, faltará dinheiro para o óleo de soja ou o gás, que aliás mais uma vez ficou mais caro. O que o Bolsonaro faz para apoiar a agricultura familiar, que é quem produz 70% da comida consumida pelo brasileiro? Nada. O resultado disso se vê nos próprios dados oficiais. A fome voltou e já atinge milhões outra vez.

Por fim, o Brasil de 2021 também se anuncia como um país sem vacina. Essa combinação de incompetência e preconceito ideológico pode custar muito mais vidas ainda, além das 180 mil que já foram perdidas para a pandemia. Enquanto alguns países já começaram a vacinar sua população, o Governo do Brasil se perde em debates sobre se a vacina é da China ou do Doria. Qual é o plano de imunização do Brasil? Quantas vacinas teremos? Quando elas chegarão ao País? Do que se tem até agora, nem a quantidade necessária de seringas este Governo consegue garantir. Aliás, ouvir isso do Governo, de parte do Governo, até agora, soa como anúncio de morte, de que não teremos vacina para todo o povo brasileiro no ano de 2021.

Eu não quero ser um profeta do caos, mas o Brasil que vejo para o ano que vem é um Brasil sem emprego, sem comida e sem vacina. Penso que a Câmara dos Deputados não pode fingir que não vê esses sinais, porque eles estão aí, e o que está em jogo é a vida do povo brasileiro.

Sr. Presidente, eu peço que sejam transcritas nos Anais da Casa e divulgadas no programa *A Voz do Brasil* essas preocupações.

Muito obrigado.

Documento 86/513

| | | |
|---|----------------------------|------------------------------------|
| 31.2020.B | Sessão Outro Evento | 07/12/2020-14:52 |
| Publ.: DCD - 08/12/2020 - MARCON-PT -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Efeitos da estiagem sobre o setor agropecuário no Estado do Rio Grande do Sul. Descaso dos Governos Jair Bolsonaro e Eduardo Leite com a agricultura familiar. Obrigatoriedade do Governo Federal de vacinação do povo brasileiro contra o coronavírus.

O SR. MARCON (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde a todos os colegas.

Para nós é uma alegria estar aqui hoje falando com o Brasil. Quero tratar de dois assuntos: a questão da seca que nós tivemos no Rio Grande do Sul e a audiência que houve semana retrasada com a Ministra da Agricultura, Tereza Cristina, juntamente com as entidades que organizam o povo no meio rural.

A audiência com a Ministra mostra mais uma vez que o Governo Bolsonaro não tem compromisso com a agricultura familiar. Estavam lá a FETRAF, a Via Campesina, a FETAG, mas não houve um ponto sequer da pauta que olhasse para os nossos agricultores.

Com a seca que houve aqui, mesmo chovendo agora, os agricultores não têm comida para tratar o rebanho de leite no Rio Grande do Sul.

Falta água no meio rural. Também falta financiamento para que os agricultores consigam plantar de novo o milho. Isso mostra que o Governo Bolsonaro não tem compromisso com a agricultura familiar. Nem o Governo Bolsonaro nem o Governo do Estado têm compromisso. O Governo Eduardo Leite virou as costas para muitas dessas questões. Muitas vezes, quem tem que resolver essa questão da água são os Municípios, cuja arrecadação caiu este ano, devido à questão econômica.

Vou falar agora sobre a pandemia. Eu, como cidadão brasileiro, sou da opinião de que o Governo Federal e o Governo do Estado têm que comprar a vacina para toda a população. Eu, como cidadão, estarei na fila do posto de saúde para ser vacinado. Eu quero ser vacinado,

porque só podemos suspender esse problema da pandemia de coronavírus quando houver a vacinação. Por isso, o Governo Bolsonaro tem que mudar o discurso, tem que defender a população e não fazer um discurso ideológico, como temos visto neste ano de 2020. Precisamos vacinar a nossa população. Prefeitos aqui no Rio Grande do Sul, independentemente de sigla partidária, estão indo ao encontro da vacina, para vacinar a população.

O que tem esse Presidente da República? Esse Presidente não quer vacinar a população porque ele sabe que quem tem dinheiro vai resolver o seu problema, e quem não tem vai morrer nas filas dos hospitais. As UTIs estão lotadas, a população está com medo, a economia está quebrando, e o Presidente da República não faz nada para resolver esses problemas. A solução imediata é vacinar a população.

Manifesto aqui a nossa indignação.

Muito obrigado.

Documento 87/513

| | | |
|---|----------------------------|------------------------------------|
| 31.2020.B | Sessão Outro Evento | 07/12/2020-14:56 |
| Publ.: DCD - 08/12/2020 - PAULÃO-PT -AL | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Transcurso do 205º aniversário de fundação de Maceió, Capital do Estado de Alagoas. Realização, por entidades sindicais, estudantis e da sociedade civil, de ato público em protesto contra a nomeação de forma arbitrária, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de Reitores de instituições federais de ensino. Exigência de estabelecimento, pelo Governo Federal, de plano de vacinação em massa da população brasileira contra o coronavírus.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente.

Cumprimento os colegas e também, de forma destacada, os internautas que nos assistem.

Sr. Presidente, queria ressaltar que a nossa querida Maceió, Capital de Alagoas, aniversariou, completou 205 anos nesta semana. É um fato importante, histórico para a nossa Capital.

Abordo agora um assunto que está sendo veiculado no Brasil. Amanhã, dia 8, às 18h30min, de forma virtual, será realizado um ato dos sindicatos da categoria educacional, das entidades estudantis, de entidades da sociedade em geral, contrário a decisão do Presidente Bolsonaro, que, a cada dia que passa, se mostra mais como um inimigo da educação. Esse ato acontecerá em defesa dos institutos federais de educação.

Mesmo tendo havido uma consulta prévia aos institutos federais, o Presidente Bolsonaro não respeitou a consulta pública à comunidade acadêmica. Dezenove reitores que não atenderam aos pré-requisitos da comunidade acadêmica foram nomeados por Bolsonaro. Esse é o motivo pelo qual haverá esse ato amanhã, terça-feira, às 18h30min, em que a sociedade fará cobranças a respeito de mais esse acinte, mais esse desprezo contra a política pública de educação, uma das mais importantes do Brasil.

Como já fizeram outros colegas aqui, destaco também a falta de compromisso do Presidente Bolsonaro com a vida. Ele não tem uma política estratégica, não só ele mas também o Ministro General, que, a cada dia que passa, merece mais o adjetivo de incompetente, pois coloca na vala da morte a população brasileira. Não define estratégia. Não faz uma articulação com os Estados e Municípios no sentido de discutir o processo de vacinação em massa no Brasil. Outros países, os cientistas no mundo já estão atuando em relação a uma segunda onda de COVID.

É necessário um grande movimento não só dos Poderes constituídos mas também da população brasileira, no sentido de trabalhar e cobrar deste Presidente insano, deste anjo da morte, um plano de vacinação para o povo brasileiro, plano que ele não quer estabelecer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 88/513

| | | |
|---|----------------------------|------------------------------------|
| 31.2020.B | Sessão Outro Evento | 07/12/2020-15:04 |
| Publ.: DCD - 08/12/2020 - MERLONG SOLANO-PT -PI | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Indiferença do Presidente Jair Bolsonaro diante das 176 mil mortes registradas no País em decorrência da Covid-19. Politização da vacina contra a doença pelo Presidente da República. Inobservância de critérios técnicos na nomeação de novos diretores da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

Necessidade de convocação, pelo Congresso Nacional, da nova diretoria da ANVISA para esclarecimento dos procedimentos adotados na aquisição de vacinas, bem como do Ministro da Saúde para informações sobre o plano nacional de imunização contra a Covid-19.

O SR. MERLONG SOLANO (PT - PI. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados.

O mundo vê com preocupação a segunda onda da COVID-19 se expandir em diversos países, mas ao mesmo tempo vê a esperança. Muitos países já estão anunciando a data de início de suas campanhas de vacinação contra a COVID-19. Em alguns países a campanha já começou, como na Rússia. O Reino Unido já anunciou o início da vacinação ainda para esta semana.

Enquanto isso, nós aqui no Brasil, que também vemos o crescimento no número de casos de contaminação e de morte, que já passaram de 176 mil, não percebemos uma mudança de atitude do Presidente Bolsonaro e do seu Governo em relação à gravidade da COVID-19. Desde o início, o Governo adotou uma postura negacionista, chamando a COVID-19 de gripezinha e trabalhando contra o uso da máscara, contra o isolamento social e contra o distanciamento em eventos - em muitos dos quais o próprio Presidente participou.

Essa ação irresponsável continua, por exemplo, quando o Governo praticamente se debruça sobre uma única alternativa, a vacina da AstraZeneca, politizando outras opções, como o caso da Coronavac. Até agora a ANVISA não explicou as razões que a levaram a suspender os testes clínicos que vêm sendo feitos pelo Instituto Butantan, no Estado de São Paulo. Vemos ainda, neste momento, o Presidente da República intervindo na ANVISA, colocando pessoas que não têm o preparo técnico que sempre caracterizou diretores e diretoras escolhidos em sucessivos Governos para ocupar essas importantes funções da ANVISA.

Diante de uma situação como essa, Sr. Presidente, prezados Deputados, prezadas Deputadas, povo brasileiro que nos assiste pelos meios de comunicação da Casa, afirmo que o Congresso Nacional não pode ficar omissivo. Até hoje o Congresso foi protagonista em relação à COVID-19, tendo adotado uma série de posturas importantes que ajudaram o Brasil a enfrentar com menos sofrimento esta grave crise econômica, social e humanitária. Agora é hora de seguirmos nesse trabalho.

Precisamos chamar ao Congresso Nacional a ANVISA, para que explique os seus procedimentos em relação à Coronavac e em relação a qualquer outra vacina que venha a ser registrada ou faça pedido de

autorização para ser aplicada no Brasil.

Precisamos também chamar a esta Casa, Sr. Presidente, o Ministro da Saúde, para que explique o plano nacional de vacinação contra a COVID-19. O Brasil precisa realizar a maior campanha de vacinação da sua história, reunindo Governo Federal, Governos Estaduais e Municipais, empresas, igrejas, clubes. Todos os segmentos da sociedade precisam ser chamados, sob a coordenação do Governo Federal, para fazer a sua parte na campanha de vacinação contra a COVID-19.

Peço que este pronunciamento seja registrado nos Anais da Casa e divulgado pelos seus meios de comunicação.

Muito obrigado.

Documento 89/513

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 31.2020.B | Sessão Outro Evento | 07/12/2020-15:08 |
| Publ.: DCD - 08/12/2020 - VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Acerto da decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a inconstitucionalidade da reeleição dos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Defesa de avocação, pelo Congresso Nacional, da responsabilidade pela vacinação da população brasileira contra o coronavírus, em face da omissão do Governo Jair Bolsonaro.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho aqui parabenizar o Supremo Tribunal Federal por sua decisão, quando leu o art. 57 da Constituição Federal, que veda a reeleição do Presidente da Câmara dos Deputados e a do Presidente Senado Federal na mesma legislatura. Acredito que o Supremo Tribunal Federal tenha cumprido seu papel fundamental de guardião da Constituição. Foi isso que o Supremo Tribunal Federal fez.

Quem tem o poder de legislar são os Parlamentares. Alguém, se quer a reeleição do Presidente da Câmara ou do Presidente do Senado, tem que apresentar uma PEC para que Deputados e Senadores debatam e aprovem. Do contrário, não há reeleição na Câmara dos Deputados e no Senado.

Eu espero, Sr. Presidente, que o Supremo possa criar, com essa decisão, uma modulação que sirva para as Assembleias Legislativas e também para as Câmaras de Vereadores, porque isso significa fortalecer cada vez mais o Legislativo e a nossa democracia.

Sr. Presidente, há outro assunto importante que quero tratar. É sobre a vacina. Bolsonaro tratou o vírus com desdém e da mesma forma está tratando a questão da vacina. O mundo inteiro está apresentando planejamento e ações. Em outros lugares do mundo, como no Reino Unido, a partir de amanhã já vai ser feita a vacinação da população, e nós aqui no Brasil não temos planejamento nem ação alguma.

É preciso que a Câmara dos Deputados assuma a dianteira no que se refere à vacinação, porque precisamos adquirir vacina para vacinar a população brasileira, porque temos que cuidar da vida das pessoas. O Parlamento brasileiro tem que ser responsável pela população. Bolsonaro não tem zelo pelo País, não gosta do povo brasileiro, não cuida das pessoas.

Por isso, ele desdenha. Por isso, ele não tem um plano para atender à população. Por isso, até agora, ele não se posicionou firmemente em defesa da aquisição das vacinas.

Se ele não faz isso, o Parlamento brasileiro deve fazê-lo, porque este tem responsabilidade com a população brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Documento 90/513

| | | |
|---|----------------------------|------------------------------------|
| 31.2020.B | Sessão Outro Evento | 07/12/2020-15:12 |
| Publ.: DCD - 08/12/2020 - AIRTON FALEIRO-PT -PA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Posicionamento do PT contrário à reeleição dos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Vinculação entre o aumento do número de casos de coronavírus e o relaxamento das medidas de prevenção à doença durante o período eleitoral.

O SR. AIRTON FALEIRO (PT - PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, quero concordar com o meu colega Deputado Valmir Assunção, da Bahia. Não cabe ao Judiciário estabelecer se é possível ou não a reeleição dos Presidentes

da Câmara e do Senado. Essa é uma matéria que cabe ao Congresso brasileiro, ou seja, à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal. Como disse o meu colega, o Judiciário não pode substituir o Poder Legislativo, tem que ser o guardião da Constituição.

A nossa expectativa e o posicionamento político da nossa bancada são contrários a essa deliberação que, de forma temporária e de forma inconstitucional, busca aprovar a reeleição. Portanto, deixo aqui o nosso posicionamento, acompanhando o posicionamento da nossa bancada.

Quero aproveitar a oportunidade para tratar dessa temática relacionada à COVID-19, a essa pandemia. É claro que, diante do posicionamento equivocado do Chefe da Nação, que é o Presidente da República - que, desde o início, desdenhou dessa realidade e incentivou as práticas sociais para não ajudar no combate, não jogou peso para ajudar os Municípios e os Estados a cuidarem da COVID-19 -, é natural que o Brasil esteja entre os países com os piores índices tanto de contaminação quanto de morte. Nesse sentido, nós sabemos que, depois dessa onda das eleições, inclusive, em que o distanciamento social perde forças, o Brasil é atravessado, mais uma vez, por uma onda de crescimento de morte e de contaminação. Quero dar um exemplo prático de coisas que condenamos.

Aqui na minha cidade de Santarém, no Pará, por exemplo, houve segundo turno.

Os índices já eram alarmantes, do ponto de vista de contaminação e também de mortes. Contudo, decidiu-se esperar. Por interesses político-eleitorais, o Prefeito deixou passar o segundo turno, para depois estabelecer regras de restrições. Isso não ajuda. A saúde tem que estar em primeiro lugar!

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 91/513

| | | |
|---|----------------------------|------------------------------------|
| 31.2020.B | Sessão Outro Evento | 07/12/2020-15:20 |
| Publ.: DCD - 08/12/2020 - BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Cumprimento pelo Supremo Tribunal Federal do papel de guardião da Constituição Federal, revelado em recente decisão adotada pelo colegiado. Repúdio à gestão do Presidente Jair Bolsonaro. Descaso do Presidente da

República com a vacinação do povo brasileiro contra o coronavírus.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Presidente, boa tarde a todas e todos.

Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu queria comentar também essa decisão do Supremo Tribunal Federal. Considero que foi uma decisão acertada. Não poderia ser outra, porque isso significa defender a Constituição, aquilo que está escrito com todas as letras. Não havia outra possibilidade neste momento que não fosse a de confirmar o texto da Constituição.

Nós podemos ter as mais diversas opiniões políticas. E isso é normal, é natural na democracia. O que nós não podemos é utilizar de casuísmos para resolver qualquer que seja a pendência política que há entre nós. Não é assim que nós vamos consertar o País.

Por isso, eu entendo que o Supremo Tribunal Federal acertou na sua decisão. Foi coerente. Comportou-se como guardião da Constituição. Nós não esperamos nada mais, nada menos do Supremo do que isto: que ele seja sempre e cumpra o papel de guardião da Constituição Federal.

Quero aqui inclusive destacar que o meu partido, o PSB, manifestou-se publicamente contra qualquer medida que não confirmasse aquilo que está previsto na nossa Constituição Federal.

Portanto, eu entendo que foi uma decisão acertada. É uma decisão que, embora possa ter toda a sua complexidade, do ponto de vista da construção política, é o caminho que deve ser seguido para que o Brasil possa, de alguma forma, encontrar um rumo de superação das dificuldades que ele enfrenta neste momento, inclusive o enfrentamento à pandemia.

Esta, sim, é uma pauta que exige respostas imediatas e à altura. Mas, infelizmente, nós temos um Governo que vira as costas para o sofrimento do povo e não toma as providências necessárias. Isso tem sido desde o início da gestão do Presidente que está aí, o Presidente Bolsonaro.

Ele tem se comportado assim. Disse que a pandemia era uma gripezinha. Desdenhou, ignorou a força e o potencial destrutivo desse vírus no Brasil e no mundo. E a resposta à situação é a que está aí. Hoje, há vários laboratórios mundiais que já têm inclusive vacinas prontas - alguns países já vão iniciar amanhã as suas campanhas de vacinação -, e o Brasil não tem sequer um plano para vacinar a sua

população.

Não tem sequer acordos firmados para garantir o fornecimento dos diversos laboratórios.

E aqui eu faço questão de estabelecer uma ressalva, porque para vacinar o povo e garantir a vida das pessoas, a proteção à vida dos brasileiros e das brasileiras, nós não podemos exigir atestado ideológico de nenhum fornecedor de vacina. Nós temos que receber a vacina de onde ela estiver, com a cobertura necessária e as garantias da vigilância sanitária, para poder cumprir com o seu objetivo, com a sua finalidade, que é garantir a vida de brasileiros e de brasileiras e derrotar esse vírus maldito.

Portanto, Sr. Presidente, essas são as nossas palavras, esperando que o País tenha juízo e que nós garantamos a vacina para todo o povo brasileiro.

Muito obrigado.

Documento 92/513

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 31.2020.B | Sessão Outro Evento | 07/12/2020-15:24 |
| Publ.: DCD - 08/12/2020 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Ocorrência da segunda onda da Covid-19 no Brasil. Inexistência de cronograma de vacinação do povo brasileiro contra a doença. Ataques do Presidente Jair Bolsonaro à política nacional de saúde mental. Necessidade de votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para garantia da retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes, diante da crise gerada pela Covid-19.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) -
Muito boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Primeiramente, Sr. Presidente, ontem o Brasil estabeleceu a meta de 586 mortos por dia pelo novo coronavírus. Nós estamos em um novo pico dessa doença, essa doença desconhecida, e no Brasil ainda não existe previsão de vacinação em massa do nosso povo. Hoje, o Reino Unido inicia a vacinação da sua população; e no Brasil nós não temos ainda um calendário de vacinação, o estabelecimento de critérios de vacinação. Hoje, também, a Caixa Econômica Federal paga a última

parcela, já dividida, reduzida pela metade, do auxílio emergencial.

Eu pergunto, Srs. Parlamentares, agora que todos saíram das eleições municipais: a pandemia acabou? Acabaram as mortes pelo novo coronavírus? Acabaram as internações com alto adocimento de muita, muita gente no Brasil? Não, não acabaram. As coisas continuam muito sérias, muito graves; e nós precisamos garantir, no auge do desemprego, no maior índice de desemprego dos últimos 30 anos, o auxílio emergencial para que as famílias comam, para que as famílias vivam, e, sem dúvida, retomar as medidas de distanciamento social, as medidas da nova etiqueta respiratória, do uso obrigatório de máscara, porque isso está vigendo no Brasil. Suspender as festas; suspender o *réveillon*, como aqui na Bahia, onde já temos uma série de decisões nessa direção; suspender o próprio carnaval. É preciso que se generalize isso, para que não voltemos àqueles índices alarmantes, que põem o Brasil no topo do *ranking* mundial de vidas perdidas pela COVID-19.

O Sr. Presidente da República, infelizmente um negacionista, alguém que não tem responsabilidade com a vida do povo, não estabelece esse retorno. Ao mesmo tempo, toma medidas desastrosas em uma série de áreas da vida do Brasil, como em relação aos parâmetros de acolhimento aos portadores de qualquer tipo de transtorno mental. É um absurdo que depois da luta da reforma sanitária, que acabou com os manicômios e constituiu a assistência preventiva, o hospital/dia, os CAPS em todo o País, agora haja um novo ataque a essa forma avançada e elogiada, no mundo inteiro, de tratamento humanizado dos que possuem doença mental.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós precisamos exigir a votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para a garantia do auxílio emergencial integral, conforme deliberamos nesta Casa.

Segundo, nós precisamos de um calendário e do estabelecimento de regras para a vacinação da população brasileira. Do contrário, estaremos submetidos à negação da doença, à barbárie em relação ao desemprego e à fome que retornam a muitos lares brasileiros e, infelizmente, à desordem estrutural que o Brasil vive com este desgoverno que lamentavelmente hoje ocupa o Palácio do Planalto.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

Publ.: DCD - 08/12/2020 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Realização, pela Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família, de reunião plenária para debate da redução dos recursos do Sistema Único de Saúde - SUS. Inexistência de perspectiva de vacinação em massa do povo brasileiro contra a Covid-19. Repúdio à agenda econômica implementada por Bolsonaro/Guedes.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Sem revisão da oradora.) -
Boa tarde, Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores que nos ouvem, eu gostaria, em primeiro lugar, de registrar neste Plenário que teremos hoje, às 17 horas, uma plenária bastante grande da Frente em Defesa da Vida, e o centro do debate é o que vai acontecer daqui a alguns dias na votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que induz perda de 40 bilhões de reais no Sistema Único de Saúde, fora outras perdas, como a perda no Censo Demográfico do IBGE, o que será um desastre para a análise da realidade econômica e social do País, e outras perdas que nós já conhecemos.

No entanto, Presidente, nós temos no Brasil uma pandemia em curso, como vários colegas que me antecederam registraram, um pandemia em curva ascendente, com mortes em crescimento, número de contaminados em crescimento e sem uma perspectiva ainda de prazo determinado para a vacinação massiva no Brasil.

Nós temos uma perspectiva de desemprego e de desenvolvimento econômico no Brasil tenebrosa, porque não há, no Governo Bolsonaro e na agenda Bolsonaro-Guedes, nenhuma perspectiva de investimento do Estado brasileiro. Ao contrário, a agenda que nós estamos vendo hoje na pauta, com o projeto BR do Mar; com a chamada PEC emergencial no Senado, algo desastroso para o Brasil, porque coloca toda a economia refém do capital financeiro e a serviço dele; e também com o teto de gastos é impeditiva do investimento público. E não há nenhuma hipótese de um país como o nosso ter um projeto de desenvolvimento nacional sem investir em emprego e renda e em desenvolvimento industrial, e isso não acontece sem que nós tenhamos investimento público. Aliás, o mundo inteiro já disse isso.

Então, neste momento, nós precisamos parar de falar aqui em reformas que inviabilizem o Estado, como a PEC emergencial que está no Senado, essa Agenda Guedes. Nós precisamos destinar dinheiro

público para garantir o desenvolvimento deste País, colocar dinheiro no SUS para garantir a vacinação em massa da população, porque temos que ter acesso universal à vacina, fazer com que o Governo apresente um plano para usar esse dinheiro e defender o SUS, a fim de que tenhamos vacinas imediatamente no Brasil, planos de vacinação claros no Brasil e que o Governo apresente os editais de licitação de compra de seringas, porque nem isso o Governo brasileiro conseguiu fazer para aplicar a vacina na população.

Presidente, eu como médica, como profissional de saúde, fico de fato estarelecida com a inoperância, com a falta de preocupação com o povo brasileiro. É preciso que a indústria nacional produza as seringas que serão utilizadas na vacinação do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Julio Cesar Ribeiro. REPUBLICANOS - DF) - Conclua, Deputada.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Para isso, o Governo brasileiro tem que comprar as seringas. E nós precisamos acelerar a produção de vacinas, venham de onde vierem, seja a Coronavac, produzida no Butantã, seja a da AstraZeneca, produzida na FIOCRUZ, seja qualquer outra vacina que tenha eficácia, segurança, regulação pela ANVISA, e vacinar universalmente a população, seguindo as etapas prioritárias e estratégicas que precisam ser apresentadas ao povo brasileiro.

Obrigada, Presidente.

Documento 94/513

| | | |
|--|---------------------------|------------------------------------|
| 31.2020.B | Sessão Outro Evento | 07/12/2020-15:32 |
| Publ.: DCD - 08/12/2020 - PEDRO UCZAI-PT -SC | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Defesa de rejeição dos Vetos Parciais de nºs 30 e 46, de 2020, apostos, respectivamente, ao Projeto de Lei nº 4.162, de 2019, acerca da atualização do marco legal do saneamento básico; e ao Projeto de Lei nº 735, de 2020, sobre as medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018. Defesa de rejeição do parecer apresentado pelo Relator Felipe Rigoni ao Projeto de Lei nº 4.372, de 2020, a respeito da regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.



O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, nesta semana e na próxima, o Congresso Nacional tem que se voltar para pautas importantes. E entre essas pautas importantes está a derrubada do veto ao PL 735, porque esse veto deixou à margem dos debates sobre a pandemia e as estiagens os agricultores e as agricultoras do nosso País. O sul do Brasil viveu duas estiagens, em 2019 e agora em 2020. Pela derrubada desse veto, convocamos o Congresso. Além disso, queremos a derrubada também do veto ao art. 16 da Lei do Saneamento.

A segunda pauta sobre a qual não podemos deixar de deliberar antes de irmos para o recesso, mas temos que deliberar dentro do conceito produzido por esta Casa, é sobre o novo FUNDEB. A PEC 15/15 transformou o FUNDEB num grande instrumento de fortalecimento da educação pública básica, e ela não pode agora ser desconfigurada na regulamentação com o relatório preliminar apresentado pelo Deputado Rigoni. Esse relatório incentiva privatizações, incentiva transferência de dinheiro público para o setor privado, destrói o conceito de profissionais de educação, a quem são destinados 70% dos recursos do FUNDEB, como também destrói a perspectiva e o conceito de qualidade educacional, do custo aluno-qualidade, e a perspectiva democrática das escolas públicas deste País, introduzindo conceitos de meritocracia e de resultados na aprendizagem ou na gestão escolar.

Portanto, o que foi derrotado nas discussões sobre o novo FUNDEB, na proposta de emenda à Constituição, não pode ser objeto de regulamentação, neste momento, pela Câmara dos Deputados, pelo Congresso Nacional. A mobilização de professores e professoras no Brasil inteiro, de educadores, das entidades educacionais se volta agora para a regulamentação do novo FUNDEB. Mas o que se quer é a regulamentação à luz do que foi aprovado democraticamente pelo Congresso Nacional.

"Não" à privatização do dinheiro do FUNDEB! É um absurdo imaginar que dinheiro do FUNDEB seja transferido para entidades privadas, para o setor privado, para organizações sociais, entidades filantrópicas confessionais ou comunitárias e para o Sistema S, que já tem hoje receita pública para movimentar seu processo educacional.

O FUNDEB é para a educação infantil pública.

O SR. PRESIDENTE (Julio Cesar Ribeiro. REPUBLICANOS - DF) - Peça que encerre, Deputado.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC) - O FUNDEB é para o ensino fundamental público. O FUNDEB é para o ensino médio público. O

FUNDEB é para a educação de jovens e adultos pública.

Essa foi a vitória da ampla maioria do Congresso Nacional, que colocou na Constituição brasileira esses preceitos.

Portanto, não vamos aceitar um relatório privatista, que transfere dinheiro público para setores privados e introduz o setor privado nas escolas públicas, desmontando a autonomia, desmontando a democracia e desmontando os conceitos aprovados na proposta do novo FUNDEB e introduzidos no texto constitucional.

Vamos realizar um grande seminário, na próxima sexta-feira, reunindo várias frentes parlamentares, para que, nesse seminário, possamos explicitar o que é fundamental na regulamentação e fazer as críticas necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Julio Cesar Ribeiro. REPUBLICANOS - DF) - Deputado, peço que encerre.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC) - Gostaríamos muito que o Relator Rigoni participasse do seminário para que possamos destacar o que é estratégico, o que está de acordo com a Constituição e o que é antagônico a ela.

Por isso, vamos movimentar, em época de intervenção de Governo Federal na autonomia das universidades, em relação à nomeação de reitores...

(O microfone é desligado.)

Documento 95/513

| | | |
|---|----------------------------|------------------------------------|
| 31.2020.B | Sessão Outro Evento | 07/12/2020-15:36 |
| Publ.: DCD - 08/12/2020 - IVAN VALENTE-PSOL -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Descaso do Governo Jair Bolsonaro com a vacinação do povo brasileiro contra o coronavírus, não obstante o alcance do patamar de 177 mil mortes no País em decorrência da doença. Protesto contra a anunciada revisão da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS (Lei nº 10.216, de 2001). Realização, por setores

da sociedade civil, de grande manifestação pela preservação da RAPS.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria tratar de duas questões muito graves que estão acontecendo no nosso País.

A primeira é a incapacidade, a incúria e a desídia do Governo Federal no cuidado com a saúde do povo brasileiro, no tocante à vacina, que já se espalha por todo o mundo. Vão ser vacinados todos os ingleses a partir de hoje. Os russos já começaram a vacinar. Toda a Europa vai ser vacinada no mês de janeiro, com vistas a garantir a saúde pública, a saúde cidadã, e a economia. Enquanto isso, aqui no Brasil, nem se procurou tomar as providências básicas mínimas, como fazer licitação para comprar agulhas e seringas aos milhões. Não fizeram isso! Não há concorrência pública para isso ainda e não há vacina. E o Governo ainda faz luta ideológica contra algumas vacinas. Não, nós queremos todas as vacinas aqui para garantir a saúde do povo brasileiro, a fim de que o povo brasileiro possa sair dessa pandemia com saúde e nós não tenhamos mais 177 mil mortes! A corresponsabilidade disso é do Governo Bolsonaro, é do Bolsonaro, que acha que o coronavírus é uma gripezinha.

Nós exigimos que o povo brasileiro tenha direito à saúde e à vacina e que este Governo saia ou abra caminho para a competência e a capacidade dos institutos de pesquisa, dos laboratórios que produzem a vacina, de modo que possamos vacinar em massa no Brasil.

A segunda questão é o nosso repúdio a essa revisão da chamada Rede de Atenção Psicossocial - RAPS, que é uma revogação informal da Lei nº 10.216, de 2001, da reforma psiquiátrica no nosso País, que libertou este País dos manicômios, da violência, do sofrimento humano relacionado à saúde mental. Neste momento, nós temos que fazer exatamente o contrário, dizendo "não" aos hospitais psiquiátricos e "sim" ao cuidado, à liberdade; "não" ao recolhimento e "sim" ao acolhimento. Manicômio nunca mais!

Por isso, está havendo uma grande manifestação, uma grande organização de todos os setores da sociedade civil. Que os setores médicos que estão embarcando nisso para dar legitimidade se redimam dessa política que causa mais sofrimento. A quem interessa isso? A setores que querem ganhar dinheiro com a saúde mental, a setores religiosos que querem se apropriar disso, a clínicas particulares. Isso não interessa ao cuidado com a saúde mental no nosso País. Então, está havendo uma grande mobilização, uma grande articulação para repudiar isso.

O SR. PRESIDENTE (Julio Cesar Ribeiro. REPUBLICANOS - DF) -

Peço que conclua, Deputado.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Estamos próximos de apresentar algum projeto de decreto legislativo para revogar esse tipo de política imediatamente.

Dizemos "não" a essa revisão da reforma psiquiátrica, que foi um grande avanço contra os manicômios. Vamos cuidar da saúde mental do nosso povo.

Este é um governo antipovo, antissaúde pública, e não pode ter continuidade.

Obrigado, Presidente.

Documento 96/513

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 31.2020.B | Sessão Outro Evento | 07/12/2020-15:44 |
| Publ.: DCD - 08/12/2020 - JOÃO DANIEL-PT -SE | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Reunião da bancada federal do Estado de Sergipe com o Governador Belivaldo Chagas e a Vice-Governadora Eliane Aquino, para debate da situação econômica do País. Necessidade de implantação de projeto de desenvolvimento nacional. Propósito do Governo Jair Bolsonaro de extinção do Programa Minha Casa, Minha Vida. Elevado contingente de trabalhadores desempregados no País. Comprometimento do Governo Federal com o sistema financeiro. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais para trabalhadores e famílias em situação de vulnerabilidade, diante da epidemia de coronavírus.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, nós estivemos hoje, pela manhã, numa reunião da bancada federal do Estado de Sergipe com o Governador Belivaldo Chagas e a Vice-Governadora Eliane Aquino. Nós - a nossa bancada de Sergipe e a nossa bancada federal do Partido dos Trabalhadores - estamos preocupados com a situação econômica do nosso País. Nós precisamos retomar um projeto de desenvolvimento nacional.

Não podemos continuar tendo um programa e um projeto que vem desde o Governo Temer, após a derrubada da Presidenta Dilma, a retirada do Governo democrático legítimo da Presidenta Dilma. Este

Governo não muda a política econômica para uma política de desenvolvimento nacional, e nós estamos vendo, com todos os movimentos sindicais populares do Brasil, a crise e o desemprego aumentando.

O Governo muda o Programa Minha Casa, Minha Vida para tirar a possibilidade de os trabalhadores e as pessoas mais pobres terem um programa de habitação. Com este Programa Casa Verde e Amarela, no fundo, o Governo Bolsonaro quer apenas extinguir o Programa Minha Casa, Minha Vida, que fez tantas moradias por este Brasil afora, dando a possibilidade de homens e mulheres terem uma moradia popular.

Por isso, nós precisamos fazer um grande debate, e não é qualquer debate, é o debate dos rumos deste País, um país que tem as melhores terras agricultáveis, um país que tem as maiores reservas de água potável do planeta, um país que descobriu, graças ao Presidente Lula e à empresa PETROBRAS, as maiores reservas de petróleo. Este País não pode chegar a mais de 14 milhões de desempregados e a quase 8 milhões de pessoas que não procuram mais emprego porque já estão numa fase de falta de esperança. Isso ocorre porque o Governo Federal está completamente comprometido com os interesses dos bancos, com os interesses financeiros, deixando milhões de desempregados, deixando o povo brasileiro sem perspectiva.

O SR. PRESIDENTE (Julio Cesar Ribeiro. REPUBLICANOS - DF) - Obrigado, Deputado.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE) - É preciso garantir que o auxílio emergencial de 600 reais seja pago, retomar, com muita clareza, a garantia do programa de auxílio emergencial, enquanto não houver a vacina.

O SR. PRESIDENTE (Julio Cesar Ribeiro. REPUBLICANOS - DF) - Obrigado, Deputado.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE) - Nós estamos vendo milhões de brasileiros migrarem para a miséria neste País. Aumentou o número de pessoas pedintes nas ruas porque voltou a miséria. Este País não pode voltar para a miséria.

O SR. PRESIDENTE (Julio Cesar Ribeiro. REPUBLICANOS - DF) - Obrigado, Deputado. Já acabou o seu tempo.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE) - Para encerrar, este País não pode ter gente passando fome. Este País tem que voltar ao caminho do desenvolvimento, com um projeto democrático e popular, que gere emprego para toda a nossa população.

Era isso, Sr. Presidente.

Documento 97/513

| | | |
|-------------------------------|-------------------------------|---|
| 120.2020 | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa 07/12/2020-15:56 |
| Publ.: DCD 08/12/2020 - 38 | - SÂMIA BOMFIM-PSOL -SP | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO |

Sumário

Obstrução das votações na Casa pelos partidos opositoristas. Natureza arbitrária da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Urgente necessidade de adoção, pelo Governo Federal, de plano nacional de vacinação contra o coronavírus. Politização da vacina contra a Covid-19 pelo Governador do Estado de São Paulo, João Dória.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP. Sem revisão da oradora.) - Nós do PSOL estamos em obstrução há algumas semanas, juntamente com o restante da Oposição.

Não é possível um estado de normalidade do Congresso Nacional diante do fato de que, através de uma medida provisória arbitrária, a Medida Provisória nº 1.000, de 2020, foi reduzido pela metade o valor do auxílio emergencial, impactando demais as famílias mais vulneráveis, justamente no momento em que mais precisam, porque a crise da pandemia da COVID-19 trouxe aspectos sanitários profundos, causando muitas mortes no nosso País, mas também aspectos econômicos para a população mais pobre, que precisa desse dinheiro para sobreviver. A economia brasileira também precisa desse dinheiro para crescer e se movimentar.

Além desse aspecto da necessidade de uma política de renda robusta para a população brasileira, é muito importante dizer que estamos às vésperas de assistir ao mundo inteiro tendo a possibilidade de imunização da população contra a COVID-19.

Há muito tempo esperamos, com bastante ansiedade e expectativa, a formulação de vacinas capazes de combater, de fato, a COVID-19. Felizmente, graças à ciência e ao talento diverso de cientistas do mundo inteiro, chegou-se a algumas vacinas. Acontece que o Governo Bolsonaro não tem nenhum plano pensado de acesso à vacina e de

distribuição. Tivemos notícia de que, inclusive, não há seringas e agulhas suficientes no País. E o Governo não moveu uma palha para abrir um processo mínimo de licitação de compra, para garantir que todos os Estados brasileiros possam fazer o processo de imunização.

Ao mesmo tempo, vemos o Governador do Estado de São Paulo evidentemente apoiando o Instituto Butantan, que está desenvolvendo a vacina, mas também instrumentalizando politicamente essa questão, já adiantando uma disputa política que tem que ficar para 2022. Não podemos aceitar que um tema tão sério como o direito à imunização no enfrentamento à COVID-19 seja utilizado como peça de disputa política, como o Governador do Estado de São Paulo, o Sr. João Doria, vem fazendo.

A nossa reivindicação é uma só: é urgente que o Governo brasileiro produza, juntamente com o Ministério da Saúde, o Congresso Nacional e os cientistas, um plano de imunização com acesso universal à vacina, sem a possibilidade de que haja diferenças de região, de classe, de renda. Defendemos que toda a população brasileira possa ser protegida.

Por ora, só vemos a política do obscurantismo, do negacionismo, que precisa ser derrotada. É a vida de milhões de brasileiros que está em jogo. Essa é a possibilidade de enfrentarmos esta fase e derrotarmos esse vírus tão terrível que já tirou tantas vidas e que já prejudicou tanto a situação social e econômica do País e do mundo.

É isso.

Documento 98/513

| | | |
|---------------------------------|--|------------------------|
| 120.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/12/2020- CD | 17:04 |
| Publ.: DCD - 08/12/2020 - 60 | AFONSO FLORENCE-PT -BA | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Solicitação à Presidência de inclusão na pauta do Requerimento nº 2.161, de 2020, para apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 4.113, de 2020, sobre a implantação de normas de caráter transitório aplicáveis a parcerias celebradas pela administração pública, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do

orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Líderes, gostaria de solicitar a inclusão na pauta da urgência do PL 4.113/20. Ele é de interesse nacional e foi construído na Frente Parlamentar Mista em Defesa das Organizações da Sociedade Civil e com a participação de muitas Frentes Parlamentares e de Deputados, podemos dizer, de todos os partidos desta Casa.

O PL 4.113/20 dá segurança jurídica, com base na Lei nº 13.019, de 2014, para que Governo central, Estados e Municípios possam, em função da pandemia, negociar os seus termos de colaboração, termos de fomento com organizações da sociedade civil, sejam elas filantrópicas ou não. Isso é fundamental para dar ao Governo segurança jurídica para fechar o ano. São bilhões de reais investidos e milhões de pessoas atendidas por essas organizações.

Peço que possamos votar a urgência do PL 4.113/20.

Obrigado, Presidente.

Documento 99/513

| | | |
|---------------------------------|--|------------------------|
| 120.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/12/2020- CD | 17:20 |
| Publ.: DCD - 08/12/2020 - 65 | ARNALDO JARDIM-CIDADANIA -SP | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação da bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da discussão do Projeto de Lei nº 4.199, de 2020, sobre a instituição do Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem - BR do Mar, e a alteração das Leis de nºs 5.474, de 1968; 9.432, de 1997; 10.233, de 2001, e 10.893, de 2004. Defesa de votação pela Casa da Medida Provisória nº 1.003, de 2020, acerca da autorização ao Poder Executivo Federal para adesão ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility, administrado pela Aliança Gavi (Gavi Alliance), com vista à obtenção de vacinas contra a Covid-19.

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Cidadania vota "não" ao requerimento, mas eu me permito agregar um comentário. Na semana passada, nós deliberamos sobre uma medida provisória importante, a que viabilizou recursos para a FIOCRUZ desenvolver seus esforços na pesquisa e na aprovação da vacina. Nós fizemos um acordo, até porque havia emendas, duas delas de minha autoria, que propuseram

uma visão mais abrangente do tema. Isso poderá ser tratado na Medida Provisória nº 1.003, de 2020, que versará sobre a questão da vacina, com mais destinação de recursos.

Eu estou fazendo esse alerta, Sr. Presidente, porque todos nós sabemos da importância que isso tem, (*falha na transmissão*) particularmente para analisar a proposta apresentada pelo Instituto Butantan, de São Paulo, de análise da vacina chamada CoronaVac, com a qual nós estamos muito entusiasmados e que poderá ser uma alternativa muito importante para a vacinação do povo brasileiro.

Votamos "não" ao requerimento, Sr. Presidente.

Documento 100/513

| | | |
|---------------------------------|--|------------------------|
| 120.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/12/2020- CD | 17:20 |
| Publ.: DCD - 08/12/2020 - 66 | - AFONSO FLORENCE-PT -BA | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação da bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da discussão do Projeto de Lei nº 4.199, de 2020, sobre a instituição do Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem - BR do Mar, e a alteração das Leis de nºs 5.474, de 1968; 9.432, de 1997; 10.233, de 2001, e 10.893, de 2004. Defesa de votação e rejeição do Veto Parcial nº 46, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 735, de 2020, (Projeto Assis Carvalho), sobre a adoção de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares para a mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Minoria está em obstrução, porque quer adiar a discussão. O PL 4.199/20 é muito importante, mas não pode tramitar em urgência constitucional. O Governo Bolsonaro tem pressa em aprovar este projeto, mas vetou o PL 735/20, a Lei Assis Carvalho. Hoje o Brasil tem carestia de alimentos, e a culpa é de Bolsonaro, que acabou com o PRONAF. Não há o Programa de Aquisição de Alimentos, não há o Programa de Alimentação Escolar, não há política de reforma agrária. Quem produz alimentos no Brasil é a agricultura familiar.

O Governo Bolsonaro vetou a Lei Assis Carvalho, o PL 735/20, e nós

queremos derrubar o veto. No entanto, a base do Governo segura a sessão do Congresso Nacional, para que não seja pautado esse veto e também outros vetos. A derrubada desses vetos é importante para o Brasil. Bolsonaro já antecipou o Natal do povo brasileiro e o que ele oferece é sofrimento, pobreza e carestia.

Por isso estamos em obstrução, Presidente.

Obrigado.

Documento 101/513

| | | |
|---------------------------------|--|------------------------|
| 120.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/12/2020- CD | 17:24 |
| Publ.: DCD - 08/12/2020 - 66 | PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Atuação insatisfatória dos Ministros da Economia, Paulo Guedes; da Educação, Milton Ribeiro, e da Saúde, general Eduardo Pazuello. Gestão desastrosa do Presidente Jair Bolsonaro. Inexistência, no âmbito do Governo Federal, de plano para vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, o Brasil parece um grande Titanic, sob o comando de Bolsonaro.

Vejam, nós não temos Ministro da Economia, porque o Ministro Guedes parece um zumbi, não tem um plano de recuperação para a economia do País. O desemprego aumenta, a fome se alastra, a carestia impede que brasileiros comprem a carne, o arroz e o feijão. E agora, com o aumento do gás de cozinha, já trocam o fogão a gás pelo fogão a lenha.

O Brasil também não tem Ministro da Educação. Os estudantes brasileiros vão ficando para trás, sem um programa de estudos, para recompor o prejuízo na aprendizagem durante a pandemia. A grande maioria dos estudantes brasileiros não tem como estudar porque não tem acesso à Internet.

O Brasil também não tem Ministro da Saúde. O Ministro da Saúde não se coloca à frente dos cuidados da saúde da população. Junto com Bolsonaro, é incapaz de apresentar um plano de enfrentamento a esta

segunda onda de COVID. Estamos entregues à nossa própria sorte.

O Brasil - o que é pior ainda - não tem Presidente da República. Bolsonaro é pequeno, é mesquinho, não unifica o País, joga pela divisão dos brasileiros, contribuindo para uma desorientação nacional.

Estamos assistindo aos demais países do mundo se organizarem para vacinar o seu povo; e nós, nada!

Temos um Presidente negacionista que aposta no "quanto pior, melhor", torce para as vacinas darem errado e já diz: *"Se tiver efeito colateral, não vão cobrar de mim!"*

O Reino Unido e a Rússia já iniciaram um plano de vacinação. Os Estados Unidos, Canadá e a União Europeia já possuem acordos para adquirir todas as vacinas necessárias para vacinação em massa da sua população.

E o Brasil não tem decisão de aquisição da vacina, para imunizar a nossa população. Até a possibilidade de faltar seringas já se cogita, porque o Governo, até agora, não tem um plano, não chamou a indústria para se organizar e se preparar, a fim de oferecer os insumos necessários para a vacinação em massa.

Os brasileiros de São Paulo já têm um plano, segundo o Governador Doria, já que o Butantan está em parceria na fabricação da CoronaVac. E os demais brasileiros, Presidente Bolsonaro? Como ficará o processo de imunização dos nossos brasileiros? Quem pode até já planeja tirar férias em São Paulo ou no exterior, no chamado "turismo da vacina". Se a grande maioria dos brasileiros não tem condições de sair do seu lugar e está com dificuldade de comprar carne, arroz e feijão, imagine se vai ter condições de comprar passagem para ir atrás de vacina, para se imunizar.

A incompetência e a paralisia do Governo Bolsonaro e do Ministério da Saúde estão atrapalhando o Brasil. A incompetência e a paralisia do Presidente Bolsonaro estão colocando em risco a saúde dos brasileiros. Basta de Bolsonaro! O País precisa de um Presidente que cuide da Nação.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 102/513

120.2020

Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/12/2020-
CD 17:28

Publ.: DCD - 08/12/2020 -
68

PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 4.199, de 2020, sobre a instituição do Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem - BR do Mar, e a alteração das Leis de nºs 5.474, de 1968; 9.432, de 1997; 10.233, de 2001, e 10.893, de 2004. Exigência, pelo PCdoB, de votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, acerca da instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020, e consequente retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Sem revisão da oradora.) - Já estou aqui. E aqui já fico, Sr. Presidente.

Eu quero aproveitar a presença do Líder do Governo, que tem buscado sempre conversar conosco da Oposição sobre a pauta desta Casa. Contudo, é muito preocupante que um projeto que poderia ser importante para o País traga um problema para várias entidades, empresas e categorias.

Imaginem que os caminhoneiros são completamente contra o projeto, porque não houve uma discussão com eles. Imaginem que a indústria nacional, pegando como referência a indústria naval, também é contra esse projeto da cabotagem. É o tiro de misericórdia na indústria naval, que está paralisada no Governo Bolsonaro. E o pior: abre espaço e oportunidades para indústrias estrangeiras e abre espaço e oportunidades para terceiros, que podem operar sem ter um único navio.

E o mais grave dessa situação é que os trabalhadores ficam numa total situação de insegurança. Como vai ficar mesmo? Qual é a legislação que servirá para os trabalhadores brasileiros, que têm uma CLT? Mesmo que já esteja desgastada e desmontada pelo Governo Bolsonaro, há uma CLT em vigor neste País. Eles vão entrar num navio estrangeiro, e pode ser que um navio desses não cumpra nenhuma regra trabalhista. Então, lá vão esses brasileiros se submeter a regras estrangeiras, num total prejuízo, em detrimento das vantagens trabalhistas que eles receberiam no Brasil.

Não dá para concordarmos com isso. Não dá para aceitarmos que um projeto como esse, que prejudica a indústria nacional, que prejudica os trabalhadores, que prejudica empresas importantes e o movimento sindical, seja votado nesta Casa.

Então, o PCdoB, além de se manter em obstrução, porque nós não

concordamos com este projeto, também não aceita que não se vote aqui a Medida Provisória nº 1.000, de 2020. A situação da pandemia só piora, e o povo brasileiro não tem perspectiva. E como fica a situação daqueles que estavam recebendo auxílio emergencial? Alguns deles já pararam de receber, não têm perspectivas, e o desemprego só aumenta.

Não dá para concordar com um projeto como este, que só traz mais prejuízos aos brasileiros.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 103/513

| | | |
|---------------------------------|--|-----------------------|
| 120.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/12/2020- CD | 18:00 |
| Publ.: DCD - 08/12/2020 - 77 | BIA KICIS-PSL -DF | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCUSSÃO DISCURSO |

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 4.199, de 2020, sobre a instituição do Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem - BR do Mar, e a alteração das Leis de nºs 5.474, de 1968; 9.432, de 1997; 10.233, de 2001, e 10.893, de 2004. Assinatura, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de portaria acerca da destinação de verbas para o programa de incentivo ao aleitamento materno. Redução do número de óbitos de gestantes contaminadas pela Covid-19. Aplausos ao Presidente Jair Bolsonaro e ao Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, pela atenção dispensada à primeira infância. Adoção de medidas governamentais de modernização das políticas públicas de saúde mental.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PSL - DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, caros colegas, esse projeto está pedindo para ser aprovado porque o Brasil precisa se modernizar e incrementar a oferta, a qualidade de transporte por cabotagem. Isso vai ser muito importante para diminuir preço, modernizar, incentivar a concorrência, a competitividade na prestação do serviço de transporte por cabotagem. Isso vai ampliar a disponibilidade de frota também no território nacional. São inúmeras as vantagens.

Aqui se tem falado que com essa medida não se alcançará atender a indústria de cabotagem, a indústria nacional, mas isso não é verdade. Também se fala em desemprego.

Essa medida proposta é equilibrada e, inclusive, propõe, estipula a

quantidade de trabalhadores brasileiros. Ela traz bastante equilíbrio. É preciso sim investirmos e modernizarmos o sistema, o mercado de cabotagem no Brasil.

Outra questão sobre a qual se tem falado é a saúde no Brasil. Quero dizer que hoje, para a nossa alegria, a alegria das mulheres, das mães, das crianças, foi assinada uma portaria que destina verbas para a medicina, para a saúde, para a atenção primária, principalmente, para o aleitamento materno e para a alimentação complementar de crianças até os 2 anos de idade.

O Governo está cuidando da saúde de toda a família de uma forma nova, desde a mais tenra idade da criança. O programa de incentivo ao aleitamento materno vem em ótima hora e vai trazer resultados excelentes para as nossas crianças.

Em outros projetos de saúde, o percentual de gestantes que estão morrendo, por conta da COVID, teve uma redução drástica. O Brasil, o Governo do Presidente Jair Bolsonaro, do nosso Ministro Pazuello, está de parabéns por toda a atenção primária dada às crianças, às pessoas que mais necessitam. A saúde está chegando para aquelas pessoas que não têm recursos.

Com relação à questão da saúde mental, novas medidas estão sendo adotadas, medidas que vão tratar as pessoas com doenças, com problemas mentais, que vão inclusive envolver o tratamento de toda a família. É uma modernização, e não uma política que pretende tratar com normalidade, sem o devido cuidado, aquelas pessoas que realmente precisam de cuidados mentais.

Muito obrigada, Presidente.

Documento 104/513

| | | |
|---------------------------------|--|------------------------|
| 120.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/12/2020- CD | 19:12 |
| Publ.: DCD - 08/12/2020 - 96 | AFONSO FLORENCE-PT -BA | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por duas sessões, da votação do Projeto de Lei nº 4.199, de 2020, sobre a instituição do Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem - BR do Mar, e a alteração das Leis de nºs 5.474, de 1968; 9.432, de 1997; 10.233, de 2001, e 10.893, de 2004. Manutenção da obstrução das votações até a inclusão na pauta

da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, acerca da instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Defesa da votação do Projeto de Lei nº 4.086, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 10.836, de 2004, relativa à criação do Programa Bolsa Família, e da Lei nº 8.742, de 1993, acerca da organização da Assistência Social.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, a Minoria quer adiar por duas sessões esta matéria, para que se tenha a oportunidade de aprofundar o debate sobre o PL 4.199. Os partidos da Minoria se colocam em obstrução.

Estamos fazendo uma obstrução política. O Governo Bolsonaro insiste no desmonte de políticas sociais. Cortou pela metade a renda emergencial. Queremos votar a MP 1.000 e a base do Governo não deixou. Agora noticiaram que o Governo, por meio de um projeto do Senador Jereissati, quer extinguir o Bolsa Família.

Tramita nesta Casa o PL 4.086, que significa mais bolsa-família. Vamos aumentar o valor do Bolsa Família! Vamos melhorar os condicionantes, levar criança para a vacinação e para a escola!

Por isso, esta é a orientação da Minoria: obstrução.

Obrigado, Presidente.

Documento 105/513

| | | |
|----------------------------------|---|------------------------|
| 120.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária -07/12/2020- CD | 19:24 |
| Publ.: DCD - 08/12/2020 - 101 | IVAN VALENTE-PSOL -SP | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da votação do Projeto de Lei nº 4.199, de 2020, sobre a instituição do Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem - BR do Mar, e a alteração das Leis de nºs 5.474, de 1968; 9.432, de 1997; 10.233, de 2001, e 10.893, de 2004. Pedido ao Presidente Rodrigo Maia para inclusão de projeto de decreto legislativo na pauta, no caso de revogação de portarias pertinentes à política de saúde mental. Sugestão à Presidência de paralisação dos trabalhos na Casa até à apresentação, pelo Governo Federal, de plano nacional de vacinação contra a Covid-19. Necessidade de votação da Medida Provisória nº

1.000, de 2020, para garantia da retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes, diante da crise gerada pela epidemia de coronavírus.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL é contra esta matéria, Presidente, porque ela é oligopolista. Não cabe votar matéria desta gravidade neste momento, sem discussão, sem nenhum tipo de debate profundo. Ela serve só para alienação da soberania, retirada de direitos e assim por diante.

Eu queria fazer um pedido a V.Exa., que deixará a Presidência em pouco tempo. Nós estamos diante de um "revogaço" do sistema de saúde mental, que foi um avanço civilizatório no nosso País. Eu queria que houvesse este compromisso de V.Exa., Presidente Rodrigo Maia. Se forem revogadas essas cem portarias, V.Exa. pautaria um PDL no dia seguinte, para liquidarmos isso.

Apresento ainda esta sugestão. Enquanto um plano nacional de vacinação não for apresentado pelo Governo, nós deveríamos paralisar a Câmara. Vamos ficar discutindo Casa Verde e Amarela e retrocessos? E precisamos votar a MP 1.000, para garantir que os trabalhadores não morram de fome. Valeria logo a partir de janeiro. Querem matar o povo com a pandemia e com a miséria, o desemprego e a fome.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Obrigado, Líder.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Então, antes de V.Exa. deixar o cargo, com dignidade e com responsabilidade, nós deveríamos impedir a política insana de Bolsonaro e do seu general "sim, senhor", uma política que vai contra a vida do povo brasileiro.

Obrigado.

Documento 106/513

| | | | |
|--------------------------------|--------------------------------|---------------------------------------|----|
| 120.2020 | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa 07/12/2020-19:40 | |
| Publ.: DCD 08/12/2020 - 107 | - FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO | DE |

Sumário

Descaso do Presidente Jair Bolsonaro com a implementação de plano nacional



de vacinação contra a Covid-19. Perda, pelo Ministério da Saúde, de testes de HIV/AIDS e hepatite. Anúncio, pelo Presidente da República, de revogação de portarias atinentes à política de saúde mental. Compromisso do Presidente Rodrigo Maia de votação de projeto de decreto legislativo, no caso de revogação de tais portarias. Atuação desastrosa do Presidente Jair Bolsonaro. Despreparo do Ministro da Saúde para o exercício das funções pertinentes à sua pasta. Fracasso dos candidatos apoiados pelo Presidente da República nas eleições municipais de 2020. Posicionamento do PSOL favorável ao adiamento da votação do Projeto de Lei nº 4.199, de 2020, sobre a instituição do Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem - BR do Mar, e a alteração das Leis de nºs 5.474, de 1968; 9.432, de 1997; 10.233, de 2001, e 10.893, de 2004.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Sem revisão da oradora.) - Realmente, Deputado Kim, enquanto o Brasil assiste a 176 mil pessoas perderem a vida por COVID-19 e a vários países do mundo organizarem um plano concreto de vacinação diante das vacinas que têm sido liberadas ou que estão em fase de liberação, em último estágio de testagem, é lamentável que nós tenhamos um Presidente da República que, em vez de pautar na Câmara um plano concreto de vacinação, uma política que permita garantir a centralização, via Sistema Único de Saúde, dos insumos necessários para vacinar toda a população o mais rápido possível, esteja inaugurando - eu nem sei o que dizer! - um museu das roupas usadas por ele e pela Primeira-Dama na posse dele. Isso é escandaloso! Trata-se de um deboche à inteligência do povo brasileiro. E isso não é só um raio no céu azul. O Presidente tem feito política, na prática, para que não haja vacinação.

Infelizmente, as vozes terraplanistas, as vozes que duvidam da ciência, tentam de novo desmontar que haja um sistema de vacinação, quando vários países ou quase todos já anunciaram pelo menos um cronograma. São Paulo já anunciou uma data.

Nós vimos um Ministério da Saúde que deixou vencer um contrato e se perderam testes para a população com HIV/AIDS e hepatite no nosso País. Vimos um Presidente da República que anunciou um "revogaço" para que voltem as torturas nos manicômios, na tentativa de desmontar uma conquista de 3 décadas de toda a luta sanitária e de toda a luta dos profissionais em defesa da saúde mental numa lógica diferente, numa lógica inclusiva, numa lógica antimanicomial.

Felizmente, existe uma mobilização contra isso. Ficamos muito contentes - e nós cobraremos - que o Presidente Rodrigo Maia tenha assumido o compromisso de botar para votar um PDL caso esse genocida criminoso, que lamentavelmente está no Palácio do Planalto, use a sua caneta para tentar revogar as conquistas do povo brasileiro

na saúde mental.

Tudo isso ocorre nesse contexto de inflação, desemprego, arrocho salarial, informalidade, 176 mil vidas perdidas, uma segunda onda da COVID, que emenda numa primeira, num País que não teve centralização - não teve centralização! O Ministro da Saúde é um paraquedista. Com todo o respeito a sua carreira no Exército, ele não tem nenhuma na formação técnica na área da saúde. Além disso, nós ficamos 3 meses sem Ministro da Saúde, porque era interino, e trocamos 2 Ministros da Saúde porque queriam seguir a ciência e não o lunatismo de Bolsonaro.

Nosso País lamentavelmente tem um Presidente que jogou com o negacionismo e com o obscurantismo durante todo esse tempo. Por isso, nós estamos emendando a segunda onda na primeira onda. Felizmente, no processo eleitoral, isso foi eleitoralmente derrotado. Bolsonaro foi muito derrotado na eleição, mas precisa ser politicamente derrotado, porque é a vida do nosso povo que está sendo perdida.

Por isso, nós do PSOL seguiremos na linha do "Fora, Bolsonaro!" e também queremos adiar esta votação, porque certamente um projeto que dá benefício para grandes empresas estrangeiras para estrangular a indústria naval não é prioridade numa situação tão catastrófica como a que estamos vivendo.

Obrigada, Deputado Kim.

Documento 107/513

| | | |
|----------------------------------|--|------------------------|
| 120.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/12/2020- CD | 19:56 |
| Publ.: DCD - 08/12/2020 - 112 | - FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de votação, artigo por artigo, do Projeto de Lei nº 4.199, de 2020, sobre a instituição do Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem - BR do Mar, e a alteração das Leis de nºs 5.474, de 1968; 9.432, de 1997; 10.233, de 2001, e 10.893, de 2004. Necessidade de votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para a retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias em situação de vulnerabilidade, diante da crise gerada pela epidemia de coronavírus.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, nós do PSOL seguimos em obstrução. Seguimos em obstrução porque certamente a prioridade do País neste momento seria enfrentar a Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para reverter o canetaço que o Bolsonaro fez reduzindo o auxílio emergencial em 300 reais. Aliás, esse auxílio emergencial ele e o Paulo Guedes nunca quiseram dar, mas precisa, para ser derrotado, ser pautado pela Câmara dos Deputados.

Para que nós façamos um debate sério, vale a pena lembrar que esse projeto de lei não passou por Comissão Especial. É um tema muito importante a cabotagem, mas a medida que garante que empresas estrangeiras tenham incentivos fiscais, na prática, pode liquidar uma indústria naval já comalida no País. Nós achamos que a Câmara dos Deputados deveria estar, com centralidade, discutindo uma política nacional de vacinação, porque isso não virá da mão do Bolsonaro. Ele terá que ser derrotado mais uma vez para garantirmos que o povo brasileiro tenha direito à vida e à vacinação adequada.

Portanto, o PSOL segue em obstrução.

Documento 108/513

| | | |
|----------------------------------|--|------------------------|
| 120.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/12/2020- CD | 19:56 |
| Publ.: DCD - 08/12/2020 - 113 | - PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Necessidade de reação do Congresso Nacional contra o descaso do Governo Jair Bolsonaro com a vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, enquanto o Presidente Bolsonaro inaugurava hoje uma vitrine de loja de roupas dele e da esposa dele, o Governo de São Paulo anunciava um programa de imunização contra a COVID a partir de janeiro para todos os paulistanos. Em seguida, a ANVISA soltou nota dizendo que terá dificuldades de ajudar a cumprir o calendário do Governo de São Paulo porque pode ser que até lá ainda não esteja autorizada a vacina. Isso significa que, mais uma vez, a ANVISA, sob ordens de Bolsonaro, vai atrapalhar a saúde da população.

Num país sério, isso exigiria punição.

O Parlamento não pode assistir calado ao Governo Bolsonaro atrapalhar o povo brasileiro, que tem direito a uma vacina.

Documento 109/513

| | | |
|----------------------------------|--|------------------------|
| 120.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/12/2020- CD | 20:16 |
| Publ.: DCD - 08/12/2020 - 121 | - FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de votação em globo da admissibilidade dos destaques simples apresentados ao Projeto de Lei nº 4.199, de 2020, sobre a instituição do Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem - BR do Mar, e a alteração das Leis de nºs 5.474, de 1968; 9.432, de 1997; 10.233, de 2001, e 10.893, de 2004. Críticas ao Presidente Jair Bolsonaro pela não apresentação de plano de vacinação contra a Covid-19, e pela ameaça de revogação de portarias pertinentes à política de saúde mental. Contestação ao pronunciamento de Deputado sobre a obstrução das votações pelos partidos opositoristas.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSOL segue em obstrução, Deputado Kim.

É óbvio que não só é um direito regimental como uma obrigação política neste momento histórico obstruir uma pauta que, sinceramente, só beneficia as empresas estrangeiras, ou beneficia muito as empresas estrangeiras, combatindo ainda mais a indústria naval brasileira, que não contou com discussão suficiente e que está longe de ser central. Num País onde 176 mil vidas foram perdidas, um criminoso segue na Presidência da República, não apresenta um plano de vacinação e, aliás, ameaça revogar as conquistas do movimento de saúde mental.

Portanto, eu quero responder aos Deputados e a um Deputado específico que criticou a obstrução da Oposição: nós temos muito orgulho de ter sido a linha de frente da defesa do povo brasileiro, inclusive desde o início da pandemia até aqui, lutando para haver o auxílio emergencial, lutando para haver garantia para os profissionais de saúde, lutando para haver ajuda para Estados e Municípios.

Quem atrapalha e obstrui o País é o Governo Bolsonaro. Parece que o Bolsonaro só acerta quando volta atrás. Espero que volte atrás nessas

declarações irresponsáveis sobre a vacina, ou melhor, sobre a não política para a vacinação em massa da nossa população.

Que o Brasil apresente um plano que salve vidas! Não virá do Governo Bolsonaro. Ele terá que ser derrotado.

Documento 110/513

| | | |
|----------------------------------|--|------------------------|
| 120.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/12/2020- CD | 20:16 |
| Publ.: DCD - 08/12/2020 - 121 | PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Não apresentação, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de plano de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Manutenção, pelo Presidente da República, do posicionamento contrário à concessão do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes para enfrentamento da crise gerada pela Covid-19, não obstante o aumento do desemprego, da fome e do custo de vida no País. Orientação de bancada na votação do requerimento de votação em globo da admissibilidade dos destaques simples apresentados ao Projeto de Lei nº 4.199, de 2020, sobre a instituição do Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem - BR do Mar, e a alteração das Leis de nºs 5.474, de 1968; 9.432, de 1997; 10.233, de 2001, e 10.893, de 2004.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nós, do PCdoB, insistimos em que o Governo Bolsonaro esqueça esse negócio de inauguração de vitrine de lojas para vender as roupas dele e venha cuidar do País, e venha cuidar da população.

Enquanto a grande maioria dos países do mundo já tem um plano de vacinação, inclusive a própria União Europeia já definiu, com outros países daquela região, quando começará a vacina, o Presidente Bolsonaro usa a ANVISA para boicotar uma possível liberação imediata de um plano de vacinação da população de São Paulo. Isso é muito grave.

Enquanto o desemprego aumenta e a fome se alastra pelo País, inclusive com aumento no preço do combustível, do gás de cozinha, do arroz e do feijão, o Presidente nega a votação do auxílio emergencial para a população que depende do auxílio.

Portanto, continuamos em obstrução.

Documento 111/513

| | | |
|----------------------------------|--|------------------------|
| 120.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/12/2020- CD | 20:20 |
| Publ.: DCD - 08/12/2020 - 123 | AFONSO FLORENCE-PT -BA | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de votação em globo da admissibilidade dos destaques simples apresentados ao Projeto de Lei nº 4.199, de 2020, sobre a instituição do Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem - BR do Mar, e a alteração das Leis de nºs 5.474, de 1968; 9.432, de 1997; 10.233, de 2001, e 10.893, de 2004. Denúncia de utilização política da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. Tentativa, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de obstrução do processo de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Defesa da abertura de processo investigatório contra o Presidente da República pela prática de crimes contra a saúde pública.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Minoria mantém a obstrução.

E nós queremos denunciar o uso político da ANVISA. Se a ANVISA exige procedimentos para liberação da vacinação em São Paulo, isso é um procedimento administrativo, não é a divulgação de uma posição, que deveria ser tratada no padrão da ciência e na linha da facilitação.

Portanto, o Presidente Bolsonaro, que já cometeu tantos crimes de responsabilidade no que diz respeito à saúde do povo brasileiro, patrocinando aglomeração, sendo contra o isolamento e o distanciamento social, não financiando a estruturação do SUS, agora está tentando obstruir o processo de vacinação. Nós temos que abrir um processo de investigação dos crimes de Bolsonaro. São mais de 50 pedidos aqui na Casa.

Estamos em obstrução.

Fora, Bolsonaro!

Obrigado, Presidente.

Documento 112/513

120.2020 Sessão Deliberativa 07/12/2020-20:28
Extraordinária - CD

Publ.: DCD
08/12/2020 - 124 - PAULÃO-PT -AL

CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação da admissibilidade dos requerimentos de destaques simples apresentados ao Projeto de Lei nº 4.199, de 2020, sobre a instituição do Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem - BR do Mar, e a alteração das Leis de nºs 5.474, de 1968; 9.432, de 1997; 10.233, de 2001, e 10.893, de 2004. Defesa de votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para a retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes, diante da crise gerada pela epidemia de coronavírus. Necessidade de realização da reforma tributária.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT mantém a obstrução, entendendo que esse projeto não deveria ser prioridade em relação a pautas tão importantes, a exemplo da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, que extingue agora o auxílio emergencial. Não temos perspectiva nenhuma. Isso vai gerar um caos econômico e social. E há a reforma tributária, que é fundamental. Por tudo isso, mantemos a obstrução, entendendo que esse projeto, sobre o qual deveria haver maior debate, não respeitou a soberania nacional. É um projeto da lavra do Ministro Paulo Guedes que traz total dependência e aproximação a empresas internacionais, independentemente de se manter a empresa naval nacional, que é reconhecida pelo povo.

Portanto, orientamos "obstrução".

Documento 113/513

120.2020 Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/12/2020-
CD 20:32

Publ.: DCD - 08/12/2020 - SÂMIA BOMFIM-PSOL -SP
126

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da admissibilidade dos requerimentos de destaques simples apresentados ao Projeto de Lei nº 4.199, de 2020, sobre a

instituição do Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem - BR do Mar, e a alteração das Leis de nºs 5.474, de 1968; 9.432, de 1997; 10.233, de 2001, e 10.893, de 2004. Desinteresse do Presidente Jair Bolsonaro na adoção de plano nacional de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSOL segue em obstrução, Sr. Presidente.

Isso não significa travar ou impedir o País de ir para a frente. Pelo contrário, quem trava o País, quem impede a nossa possibilidade de enfrentamento da pandemia da COVID-19, desde o início, é o Governo Bolsonaro. E agora, que poderíamos chegar a uma etapa muito importante, de acesso e distribuição universal da vacina, à possibilidade de imunização, mais uma vez vemos uma postura obscurantista, irresponsável, com uma mistura de incompetência, que é de praxe do Governo Bolsonaro, que não tem condição de apresentar um plano nacional de imunização, e, o que é pior, que instrumentaliza a ANVISA, mais uma vez, para tentar deslegitimar o que institutos de pesquisa renomados estão há meses desenvolvendo para tentar salvar a vida da população brasileira.

Por isso nós seguimos em obstrução, porque esta matéria é muito temerária e não deveria ser prioridade neste momento, e porque a situação do País é muito grave.

Documento 114/513

| | | |
|----------------------------------|--|------------------------|
| 121.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/12/2020- CD | 22:04 |
| Publ.: DCD - 08/12/2020 - 213 | PAULÃO-PT -AL | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 64, apresentada ao Projeto de Lei nº 4.199, de 2020, sobre a instituição do Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem - BR do Mar, e a alteração das Leis de nºs 5.474, de 1968; 9.432, de 1997; 10.233, de 2001, e 10.893, de 2004. Ideologização do debate sobre a epidemia de coronavírus. Anúncio, pelo Governador do Estado de São Paulo, João Doria, de cumprimento do cronograma de vacinação contra a Covid-19, segundo artigo do colunista Ricardo Kotscho, publicado pelo jornal Folha de S.Paulo. Defesa de vacinação gratuita do povo brasileiro contra o coronavírus. Visão negacionista do Presidente Jair Bolsonaro com relação à doença. Suspensão, por Bolsonaro/Pazuello, da realização dos exames de HIV/AIDS e

hepatite C pelo Sistema Único de Saúde - SUS. Inércia da Casa diante de desmandos do Presidente da República. Atraso na retomada dos trabalhos da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Falta de estratégia do Presidente Jair Bolsonaro para enfrentamento da Covid-19.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta emenda que o PT apresenta é uma emenda que o Deputado Marcelo Ramos vem discutindo com muita propriedade. Ela busca garantir que as embarcações destinadas à cabotagem do petróleo e derivados e ao transporte de gases não possam ser fretadas fora do País, permitindo o fortalecimento da indústria naval brasileira. Então, eu queria que os Parlamentares, independentemente da polarização entre os que são do Governo e os que não são, analisassem a questão com carinho, porque isso é uma *expertise*, isso é um processo que começou com a construção, na época, desde a década de 40, da nossa PETROBRAS, da FRONAPE, da TRANSPETRO.

Há uma singularidade principalmente na Região Norte e na Região Nordeste. O Nordeste tem alta densidade demográfica, e o Norte tem uma densidade menor, mas são Regiões com um grau de exclusão muito complexo, muito grave.

Então, é importante fortalecermos as empresas nacionais.

Portanto, solicito dos pares o voto "sim" à emenda.

Agreguei o tempo de Liderança para dizer que há muito tempo estamos percebendo neste País um debate ideológico, incitado pelo Presidente Bolsonaro, sobre a pandemia da COVID-19, algo que não deveria ocorrer. Bolsonaro, que nega a ciência, que é terraplanista, que não respeita o que preconiza a Organização Mundial da Saúde, já realizou várias falas nesse sentido. Se fôssemos falar aqui sobre isso, mesmo sem as Lideranças, computado o somatório de outros partidos, atravessaríamos a noite.

Agora eu gostaria de destacar um artigo do jornalista Ricardo Kotscho publicado na *Folha de S.Paulo*. Nele o jornalista diz que João Doria, do PSDB, Governador de São Paulo, ao qual o PT faz Oposição, anuncia que, a partir do dia 25 de janeiro, começará a cumprir um cronograma de vacinação, que contará inicialmente com 9 milhões de vacinas Coronavac, que têm um processo de estabelecimento, do ponto de vista de pesquisa, com a China - ele entende o processo ideológico de oposição à China e, por isso, não o reconhece.

Ora, neste momento que o mundo atravessa, em que não se conseguiu controlar o combate a esse vírus maldito, a COVID-19, não importa de

onde a vacina vem, pode ser de qualquer país, o importante é que tenha eficácia. E há mais um detalhe: é necessário que a vacina seja pública, seja distribuída de graça para a população.

Então, se há o protagonismo do Estado de São Paulo, que é o mais rico da Federação, essa é uma iniciativa que temos que louvar. É aí que temos que ter a grandeza política de reconhecer, mesmo num processo de polarização como este, uma iniciativa do Governador. Se ele estiver fazendo média, ele vai pagar o preço em relação à história. Nós queremos fazer esse destaque.

O que eu não posso aceitar - e o bom senso dos pares não deveria deixá-los aceitar isso - é que, além de o Presidente Bolsonaro negar uma vacina, o Ministério da Saúde, por meio do General-Ministro, que tem uma *expertise* na área de logística, mas cuja equipe praticamente não tem conhecimento em relação à área de saúde, polarize sobre isso.

O Ministério da Saúde apresentou hoje um processo de compra de 70 milhões de vacinas da Pfizer, uma grande multinacional americana. Ora, isso também não é problema. O ideal seria que houvesse uma articulação.

Se tivéssemos um Presidente com estatura política, que pudesse compreender a questão, como fez o Primeiro-Ministro da Inglaterra, seria bom. Mesmo o Primeiro-Ministro sendo do Partido Conservador, mesmo negando, num primeiro momento, o processo da COVID-19, do isolamento social - inclusive, ele foi acometido pela doença; fez o reconhecimento, a autocrítica; foi para um hospital público, porque na Inglaterra funciona o modelo de saúde pública -, ele não só pediu o processo de isolamento como também providenciou todas as tratativas sanitárias necessárias. O Presidente brasileiro atual, porém, continua negando a doença, permanece dizendo que é uma gripezinha.

O Presidente prossegue com o desmonte quando suspende todos os exames que definem o tratamento de pessoas com HIV. Ora, esse tratamento também tem um papel fundamental. Eu cito, do ponto de vista histórico, que se estabeleceu a quebra de patentes de remédios caríssimos para HIV quando o Presidente era Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, e o Ministro da Saúde era José Serra. Com isso, conseguiu-se fazer um tratamento que é referência para o mundo. E hoje não há essa cobertura. Também não há cobertura para a hepatite C. Vejam a gravidade do que o Ministro-General da Saúde e o Presidente estão fazendo. Não estabelecer o processo preventivo do HIV, não estabelecer o processo preventivo da hepatite C e não reconhecer o avanço que há entre a ciência do Estado de São Paulo e, no caso, os cientistas chineses é lamentável!

Esta Casa tinha que colocar essa pauta. Se tivéssemos compromisso com o povo brasileiro, o projeto da cabotagem - digo isso com todo o respeito e sem querer entrar no mérito - deveria ser paralisado para discutirmos essa situação. Isso poderia ser motivo de um processo de *impeachment*. Mas o que nós percebemos é uma inércia nesta Casa, um debate rebaixado, cabisbaixo e que não respeita o povo brasileiro.

O Presidente está sendo rotulado hoje como um anjo da morte. Ele não tem credibilidade nas agências multilaterais, a exemplo da OMS. Hoje, ele é referência de chacota. Ninguém leva a sério o Presidente da República. Isso é gravíssimo!

O que nós estamos discutindo é o quantitativo de pessoas que estão sendo acometidas pela COVID-19 no Brasil por várias razões. O que falta é uma articulação maior. Se nós tivéssemos um Presidente com liderança - independente do seu espectro ideológico -, ele teria feito, desde o começo, uma articulação para coordenar os Estados e os Municípios; para fortalecer o Conselho Nacional de Saúde; para criar capilaridade com os conselhos estaduais e municipais, com os gestores das universidades, com as Santas Casas, enfim, com toda a sociedade.

Os verdadeiros heróis do Brasil não são os heróis que, muitas vezes, aprendemos no desenrolar da história, que são os heróis de farda. Os heróis do Brasil são pessoas que têm jaleco branco, que saem de suas casas, vão para um hospital e não sabem se vão ser contaminadas ao tratar um paciente que não conhecem.

Esses são os verdadeiros heróis, os heróis de jaleco branco.

Esta Casa até agora não discutiu a instalação da Comissão Mista de Orçamento, da qual eu faço parte. É a primeira vez, desde a República, que ocorre isso. Nós já estamos no mês de dezembro, e, devido a uma disputa insana, até agora não foi instalada a Comissão Mista de Orçamento.

Agora vejam os senhores: as Forças Armadas têm quase 150 bilhões de reais para o seu orçamento; conseguem fazer um míssil de lançamento, conseguem discutir um projeto de submarino nuclear, conseguem fazer um processo, que é um evento, com os melhores caças do mundo, exportam armamento, mas não têm capacidade de fazer um respirador artificial. O é isso? Falta de estratégia do Presidente. Esse modelo de controle é do Executivo. Foi necessário que esta Casa, a Câmara Federal, apresentasse os primeiros passos, desde o auxílio emergencial, desde a recuperação de Municípios e Estados, desde o fortalecimento de pequenas e médias empresas, para manter aquecida a economia e garantir recursos, principalmente

para a saúde.

Então, Sr. Presidente, esta Casa deveria discutir essa temática. O Presidente dá as costas ao povo brasileiro quando não reconhece a vacina em São Paulo, quando não tem uma estratégia para enfrentar a COVID-19. É o verdadeiro anjo da morte.

Muito obrigado.

Documento 115/513

| | | |
|----------------------------------|--|------------------------|
| 121.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/12/2020- CD | 22:24 |
| Publ.: DCD - 08/12/2020 - 219 | MAURO BENEVIDES FILHO-PDT -CE | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Defesa da aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 101, de 2020, sobre o estabelecimento do Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal; do Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal, e a alteração de diplomas legais. Importância do Projeto de Lei Complementar nº 137, de 2020, acerca da criação de fonte de recursos para o enfrentamento de calamidade pública decorrente da epidemia de coronavírus, reconhecida pelo Congresso Nacional.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Agradeço este momento, Sr. Presidente.

Eu gostaria apenas de registrar que, após a votação desse Marco Legal da Cabotagem, nós teremos vários projetos relevantes aqui nesta Casa para discussão. Eu quero registrar dois deles, que, para mim, são fundamentais.

O primeiro deles trata da redefinição da gestão fiscal dos Estados e Municípios brasileiros. É o PLP 101, de origem do Deputado Pedro Paulo, mas que está cabendo a mim, Deputado Mauro Benevides Filho, relatar. E trata de endividamento, de gestão fiscal, do manejo financeiro, enfim, de todo um regramento no que diz respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal.

O segundo projeto, este, sim, de minha autoria, é o PLP 137/20, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que desvincula recursos de vários fundos federais. Diferentemente da PEC dos Fundos, lá no Senado, que extingue esses fundos, esse PLP, Sr. Presidente, não afeta absolutamente nada. Ele somente recorre ao saldo de 31 de dezembro

de 2019, e esses valores são desvinculados para não permitir que o Governo Federal diga para todos nós que não há dinheiro para pagar as ações de combate à pandemia da COVID-19, ou seja, o Auxílio Emergencial, o auxílio a Estados e Municípios, a ampliação dos gastos com saúde e a manutenção do emprego e da renda, aqui refletidos pelas medidas provisórias, várias delas, pelo PRONAMPE, e assim por diante.

Por fim, Sr. Presidente, mantendo aqui o tempo que me foi designado, esse projeto vai diminuir a velocidade de crescimento da dívida pública brasileira. Ele vai ensejar uma maior confiança dos investidores, sejam eles nacionais, sejam eles internacionais, para que isso possa fazer a economia crescer e gerar empregos, que é o nosso objetivo.

Esse é um projeto, portanto, Sr. Presidente, de envergadura, um projeto que a Câmara dos Deputados, liderada pelo Presidente Rodrigo Maia, oferece ao País neste momento, para que a nossa economia, realmente, possa fazer toda uma reavaliação deste momento que estamos vivendo no País.

Era só, Sr. Presidente.

Eu agradeço aqui a oportunidade.

Documento 116/513

| | | |
|----------------------------------|--|------------------------|
| 121.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/12/2020- CD | 22:24 |
| Publ.: DCD - 08/12/2020 - 220 | JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Descaso do Presidente Jair Bolsonaro com a epidemia de coronavírus e com a imunização do povo brasileiro contra a doença. Inadmissibilidade de redução de recursos orçamentários destinados ao Sistema Único de Saúde - SUS. Morte das menores Emily Victoria e Rebecca Beatriz provocada por bala perdida, e assassinato de policial militar no exercício de suas funções, no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Assassinato de trabalhador por seguranças do Supermercado Carrefour, em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Anúncio, pelo Governo Jair Bolsonaro, de revogação de portarias pertinentes à política de saúde mental e de suspensão de exames de HIV/AIDS e hepatices C pelo Sistema Único de Saúde - SUS. Descompasso entre a situação por que passa o País e a inauguração, pelo Presidente Jair Bolsonaro em companhia da Primeira-Dama, Michelle Bolsonaro, de vitrines com suas roupas de posse. Necessidade de adoção, pelo Governo Federal, de plano nacional de vacinação

contra a Covid-19. Perspectiva de queda do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro. Elevação dos índices de desemprego no País. Encerramento das atividades de elevado número de microempresas por falta de apoio do Governo Federal. Necessidade de reação do Congresso Nacional contra a política econômica adotada por Bolsonaro/Guedes. Contrariedade à privatização de empresas estatais.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu me inscrevi, durante o percurso da votação, pela Liderança da Minoria, porque há alguns registros importantes para fazermos neste plenário na noite de hoje.

Nós vimos acumulando algumas notícias que são extremamente preocupantes. Nós já temos quase 180 mil vidas perdidas na pandemia, temos uma curva ascendente de contaminados e também de óbitos, e temos a notícia de que a vacinação começa no exterior, a vacina da Pfizer. E aqui no Brasil há a possibilidade, na votação da LDO, de perda de 40 bilhões no orçamento do Sistema Único de Saúde.

Tivemos a declaração de representação da indústria nacional de que sequer o edital para licitação de compra de seringas para vacinar a população brasileira foi feito.

Tivemos também a notícia da morte de duas crianças, a Emily e a Rebeca, na Baixada Fluminense, Rio de Janeiro. Aliás, a Baixada Fluminense é quase um mundo à parte, tamanha a orfandade de políticas públicas nessa região. Lá a população é pobre, é maior do que a população do Uruguai, é muito órfã de políticas públicas e é majoritariamente negra.

Também tivemos a morte de um policial num supermercado.

Quero aqui expressar a minha solidariedade à família da Emily e da Rebeca e também à família desse policial, que foi assassinado em pleno exercício de suas funções.

Também sabemos que, dentro de todo esse processo de luta que o povo brasileiro faz, há notícias da possibilidade da interrupção de uma política de saúde mental construída há muitos anos, como ainda o corte de exames para HIV e hepatite no SUS. Esses pontos que estou registrando parecem desconectados, mas não o são. São simplesmente políticas desastrosas do Governo Federal que vão se acumulando, e um comportamento de omissão do Governo Federal - omissão, porque eu não ouvi uma palavra sequer do Governo Federal sobre nada disso.

Ao mesmo tempo, eu fiquei absolutamente assustada, para não dizer chocada, com o que eu vi hoje. Enquanto tudo isso acontece, tudo isso, o Presidente Jair Bolsonaro e a Primeira-Dama foram inaugurar vitrines com suas roupas de posse, o terno e o vestido, como se fosse um fato histórico fenomenal expor as roupas da posse do Presidente e da Primeira-Dama, num momento em que o País vive tudo isso - tudo isso.

Não há sequer uma palavra de solidariedade para as famílias que perderam seus entes queridos na pandemia, para a família da Emily e da Rebeca e para a família do policial que morreu no exercício de suas funções. Não há sequer uma palavra sobre a situação da saúde mental, que, ao que tudo indica, está ameaçada. Não se explica o porquê da inexistência de exames de hepatite e HIV, entre outros, que podem sumir do SUS. Não ouvimos nenhuma resposta sobre a não licitação de seringas para as vacinas.

Sabemos que há possibilidade de a vacinação começar a acontecer em São Paulo em janeiro, mas nós precisamos que haja uma coordenação nacional para a vacinação de todo o povo brasileiro, e não apenas da população de São Paulo. Nós precisamos de notícias sobre a real possibilidade da vacinação do povo brasileiro neste momento.

Nós queremos saber por que na LDO haverá um corte de 40 bilhões de reais do Sistema Único de Saúde. Nós precisamos reverter isso! Há possibilidade de corte de mais recursos do censo demográfico. Nós precisamos de dados da realidade econômica e social do País! Que LDO é essa que tira dinheiro do censo e que tira 40 bilhões do Sistema Único de Saúde em plena pandemia? Que medidas serão tomadas? Que medida será tomada sobre o auxílio emergencial? Quais os recursos para o ano que vem?

Teremos ou não renda básica? Quais serão as políticas macroeconômica, econômica e microeconômica para o ano que vem? O que será do País em 2021? Nós não sabemos nada!

Não há uma palavra deste Governo sobre o que vai acontecer com o País. A perspectiva de queda do PIB é desastrosa! Nós não temos Governo! O que nós teremos para o ano que vem? O desemprego só cresce; a perspectiva é tenebrosa! E o que nós temos são políticas de desmonte do Estado, de não investimento, de PEC emergencial, que nos coloca reféns do capital financeiro, que coloca a saúde, a educação e toda a política pública reféns da dívida pública.

As chamadas reformas estruturais não são para beneficiar a maioria da população brasileira, que precisa de Estado, que precisa de política pública. O mundo inteiro colocou trilhões de euros, de libras, de dólares

para o Estado investir, para recuperar suas economias. Setecentas mil microempresas fecharam as portas no País, porque não conseguiram um empréstimo real para que acontecesse seu soerguimento e sua sobrevivência.

Então, o que é mesmo o Brasil para o povo brasileiro? O que será este Governo para o povo brasileiro? Não temos uma palavra sequer de solidariedade, quiçá do que será o Estado no ano que vem!

Portanto, eu expresso aqui a minha indignação e o meu choque: diante disso tudo, o Presidente da República vem falar da marca do seu terno e inaugurar uma vitrine para colocar o vestido e o terno da posse! Isso é acintoso, é violento, é agressivo, é bizarro, é chocante! O Brasil precisando de uma palavra sobre a pandemia, sobre a vacina, sobre as seringas, sobre o orçamento, sobre a perspectiva de emprego, e o Presidente rindo, debochando da cara do povo e fazendo esse tipo de evento. Sinceramente, não é possível!

E nós aqui no plenário votando contra a cabotagem brasileira, contra os empregos. Querem votar o quê? Querem votar a PEC de emergência do Senado, pela qual a saúde retira dinheiro da educação e a educação retira dinheiro da saúde? Colocam até as decisões judiciais à mercê de pagar a dívida pública brasileira. Alguém aqui já leu as PECs 186, 187 e 188? Por favor, leiam! Elas acabam com todos os fundos públicos, inclusive da ciência e tecnologia, quando a ciência é o que pode salvar este País. Colocam como centro a ideia de acabar com os pisos da saúde e da educação.

O que é mesmo que este Governo quer para o Brasil? O que é mesmo que o Congresso vai fazer diante disso? Nós vamos continuar seguindo que nem cordeiros essa política Bolsonaro/Guedes? É isso mesmo que nós vamos fazer? Vamos cometer um crime contra este País? Sinceramente, não quero crer que este Parlamento continuará sendo capaz de seguir de cabeça baixa essa política.

Neste momento, nós precisamos ver como colocaremos mais dinheiro no Sistema Único de Saúde, como nós colocaremos mais dinheiro na educação para suprir o déficit educacional deste ano, como vamos investir dinheiro público para gerar emprego no País, para gerar infraestrutura, para gerar mais empregos na indústria. Nós vamos privatizar, pegar toda a nossa estratégia e dar para as estatais de outros países? A PETROBRAS, a ELETROBRAS, os Correios?

Vamos entregar o que esse povo construiu com o seu suor, trabalho e inteligência brasileira? Entregar para quem? Para os Estados Unidos, para a União Europeia, para a Noruega, para as estatais desses países? É isso mesmo? Com o falso discurso de gerar

competitividade? Pelo amor de Deus!

Isso tudo para mim é *fake news*. Isso é hipocrisia. Isso é discurso falso para nos submeter. Nós vamos virar o quê? Colônia de novo? Vamos virar um "paiseço", uma República do quê? De exportar *commodity* para importar o que os outros países fazem para comprarmos mais caro? Igual à política de preços que nós fizemos com os combustíveis? Acabamos com o refino para comprar tudo dolarizado. É isso mesmo? Para os caminhoneiros comprarem combustíveis com o preço na altura em que está? Ah, por favor! Vamos virar de fato um País, uma Nação, que é isso que nós estamos precisando hoje.

Eu estou indignada mesmo. É com esta indignação que estou falando aqui para este Plenário e para quem ainda neste horário consegue nos ouvir.

Obrigada, Presidente.

Documento 117/513

| | | |
|----------------------------------|--|------------------------|
| 121.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/12/2020- CD | 22:40 |
| Publ.: DCD - 08/12/2020 - 225 | CHICO D'ANGELO-PDT -RJ | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 10, constante no substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 4.199, de 2020, sobre a instituição do Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem - BR do Mar e a alteração das Leis de nºs 5.474, de 1968; 9.432, de 1997; 10.233, de 2001, e 10.893, de 2004. Ocupação máxima dos leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI por pacientes de coronavírus, no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Descompasso entre a inauguração, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de vitrines com seus trajes de posse e a grave crise sanitária por que passa o País.

O SR. CHICO D'ANGELO (PDT - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PDT acompanha o PCdoB nessa votação e, portanto, vota "não".

Eu queria dar o meu depoimento sobre a minha perplexidade enquanto médico e morador do Rio de Janeiro. Hoje, o Município do Rio de Janeiro tem 100% dos seus leitos de UTI ocupados com pacientes

acometidos de COVID-19.

Nós estamos vivendo no Brasil todo um momento dramático, com milhares de pessoas com PCR positivo para COVID, algumas internadas, outras em CTI. E vemos hoje o Presidente Bolsonaro fazendo, na verdade, um deboch c ,.ll]

nnjhjmke com o povo brasileiro ao ir ao Palácio inaugurar uma exposição de trajes. Quer dizer, isso é uma coisa inimaginável e até desumana e desrespeitosa. Não se trata de uma pessoa com boa sanidade. Quer dizer, é um irresponsável esse Presidente da República. Na verdade, ele trabalha com anticiência e com charlatanismo o tempo todo.

O SR. PRESIDENTE (João Roma. REPUBLICANOS - BA) - Como vota o PDT, Deputado Chico d'Angelo?

O SR. CHICO D'ANGELO (PDT - RJ) - O PDT vai acompanhar o PCdoB e, por isso, vota "não".

Mas é muito importante que a população brasileira veja o que a maior figura da República está fazendo neste momento dramático.

Documento 118/513

| | | |
|----------------------------------|--|------------------------|
| 121.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/12/2020- CD | 23:52 |
| Publ.: DCD - 08/12/2020 - 251 | PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 123, apresentada ao Projeto de Lei nº 4.199, de 2020, sobre a instituição do Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem - BR do Mar, e a alteração das Leis de nºs 5.474, de 1968; 9.432, de 1997; 10.233, de 2001, e 10.893, de 2004. Politização da vacina contra a Covid-19 pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nós vamos acompanhar a emenda do PDT.

Eu queria aqui retomar um assunto de que tratei em vários momentos da sessão de hoje, esta longa sessão que já chega à meia-noite e, na

minha opinião, desnecessária para a noite de hoje.

Eu queria insistir aqui no comportamento politiquero da ANVISA ao atender aos interesses do Presidente Bolsonaro, que joga contra as vacinas e, conseqüentemente, joga contra a saúde dos brasileiros. O comportamento da ANVISA semanas atrás e o comportamento da ANVISA hoje, ao dizer que pode ser que não atenda ao calendário do povo de São Paulo, logo depois que o Governo de São Paulo anunciou a possibilidade de começar a vacinar os paulistas em janeiro, cria uma preocupação para nós, porque a ANVISA está tocando de forma ideológica os assuntos de interesse nacional.

É preciso dar um basta nesse comportamento da ANVISA, que deveria tratar a saúde dos brasileiros como um assunto técnico.

Documento 119/513

| | | |
|---------------------------------|--|------------------------|
| 122.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 08/12/2020- CD | 14:56 |
| Publ.: DCD - 09/12/2020 - 42 | FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Necessidade de combate à violência política contra as mulheres. Repúdio aos reiterados ataques de Parlamentar extremista contra Deputadas no plenário. Defesa de votação e rejeição da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para a retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias vulneráveis, diante da crise gerada pela epidemia de coronavírus. Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.199, de 2020, sobre a instituição do Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem - BR do Mar, e a alteração das Leis de nºs 5.474, de 1968; 9.432, de 1997; 10.233, de 2001, e 10.893, de 2004.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Por nós, Presidente, V.Exa. poderia seguir a ordem do painel, sem problema. O que nós queremos é o combate à violência política contra as mulheres, que infelizmente tem sido cometida nesta Câmara, de forma reiterada, por um Deputado extremista. Deixo feito este registro, Presidente Marcos Pereira.

Nós seguimos em obstrução, porque este PL, que trata de uma matéria que, obviamente, deveria ser discutida por este País, porque a cabotagem é fundamental, ele não passou por Comissão Especial. Embora haja alguns avanços para os trabalhadores marítimos, o

projeto abre uma concorrência desleal que facilita a vida das empresas estrangeiras e dificulta bastante a vida da indústria naval brasileira, que passa por tanta dificuldade.

Além disso, nós queremos discutir a Medida Provisória nº 1.000, de 2020, Presidente, que, num canetaço, faz com que vejamos o povo passar a receber metade do auxílio emergencial. A Câmara não enfrenta essa MP, para garantir a ampliação do benefício que o Bolsonaro, de maneira cruel, diminuiu.

Portanto, o PSOL está em obstrução.

Documento 120/513

| | | |
|---------------------------------|--|------------------------|
| 122.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 08/12/2020- CD | 15:00 |
| Publ.: DCD - 09/12/2020 - 44 | JOSÉ GUIMARÃES-PT -CE | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Suspeita de violação de princípios éticos na votação do Projeto de Lei nº 4.199, de 2020, sobre a instituição do Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem - BR do Mar, e a alteração das Leis de nºs 5.474, de 1968; 9.432, de 1997; 10.233, de 2001, e 10.893, de 2004. Indignação do orador com o não acolhimento, por parte da Presidência e das Lideranças do Governo, de graves denúncias de irregularidades na votação da propositura. Protesto contra a votação da proposição, em detrimento da apreciação de matérias destinadas ao combate à epidemia de coronavírus. Apelo aos Líderes partidários opositoristas de votação do Projeto de Lei nº 4.372, de 2020, sobre a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Descaso do Presidente da República com a imunização do povo brasileiro contra a Covid-19, não obstante o avanço da doença no País. Posicionamento do Governo Federal contrário à votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, e à prorrogação do auxílio emergencial concedido a trabalhadores e famílias carentes diante da crise gerada pela epidemia de coronavírus. Agravamento do desemprego no País. Inexistência, no âmbito do Governo Jair Bolsonaro, de projeto destinado à retomada do crescimento econômico brasileiro.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, logo que eu terminar a minha fala, espere um pouco, porque eu exercerei o direito de voto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ontem, embora estivesse

em outro compromisso político, uma reunião do meu partido, o PT, eu acompanhei as sessões até quase 2 horas da madrugada.

Na sessão ontem, foram feitas gravíssimas denúncias acerca dos interesses econômicos que estariam por trás daqueles que, a todo custo, nas caladas da noite, garantiram a votação deste PL.

Como disse a Líder Perpétua Almeida, do PCdoB, eu não vou nem dizer que este projeto arrebenta algo muito grave, que ele desconstitui o fortalecimento da indústria naval brasileira. Isto é fato.

O problema é que foram levantadas suspeitas de violação do princípio ético na votação de uma matéria tão relevante como esta. E o silêncio do Governo, das Lideranças do Governo, foi votar a qualquer custo, e lá pelas 2 da madrugada foi encerrada a sessão.

Isso não pode passar em branco aí na Câmara! Isso não pode passar alheio às preocupações daqueles que efetivamente têm compromisso com a seriedade e com a condução, de forma transparente, das votações da Câmara.

Fica, portanto, o registro da nossa repulsa ao não acolhimento, por parte dos que estavam presidindo a sessão da Câmara, das Lideranças do Governo, de graves denúncias que foram feitas ontem sobre a votação deste projeto.

Também me espanta, Sr. Presidente - nós estamos iniciando a sessão, e ao final vou fazer uma proposta de encaminhamento -, nós termos matérias muito relevantes para o enfrentamento da pandemia, matérias que precisavam ser votadas, como a Câmara estava votando, mas em vez delas estarmos votando este projeto da cabotagem. Alguns dizem que ele irá fortalecer da indústria nacional, que ele significa abertura de capital, mas na verdade o BR do Mar entrega mais um pedaço da riqueza nacional para os grandes conglomerados internacionais.

Por mim nem se faria mais obstrução, mas eu acho que nós deveríamos, na tarde de hoje - vou levantar uma questão que é muito relevante -, Líder Enio, Líderes do PSB, do PDT, do PCdoB, da REDE, do PSOL, enfim, todos nós que fazemos oposição, deveríamos, terminada a votação dos cinco destaques, passar imediatamente à votação do Projeto de Lei nº 4.372, de 2020, que regulamenta o FUNDEB. Este é o apelo que faço a V.Exas., Líder Enio.

A próxima semana será corrida para nós, com votação da LDO e de outras pautas mais. Nós não podemos permitir que a regulamentação do FUNDEB deixe de ser votada imediatamente por esta Casa. O FUNDEB foi uma conquista da sociedade e desta Casa. O Governo Bolsonaro tentou de todas as formas, com aquela emenda,



desconstituir, quebrar a espinha dorsal da PEC que nós aprovamos, relatada pela Deputada Dorinha com concurso de várias Parlamentares, como a Deputada Rosa Neide, do PT, as Parlamentares do PSOL, como a Deputada Fernanda, do PCdoB, do PSB, do PDT, mulheres que se engajaram com a Deputada Dorinha e deram ao País um texto constitucional que consagra talvez uma das maiores conquistas da educação pública brasileira, que é o FUNDEB, no qual agora ninguém pode mais mexer. Deram a ele força constitucional, quase a de uma cláusula pétrea, uma lei que é uma conquista de todo o Brasil.

Eu penso que nós deveríamos - faço um apelo a todos os Líderes - encerrar imediatamente a discussão destes destaques e passar à regulamentação do FUNDEB, porque há risco, sim, de ele não ser regulamentado, o que seria um grande prejuízo para o País.

Quanto aos demais itens da pauta, a MP 998 seria retirada de pauta e os PLPs 101 e 137 seriam transferidos para amanhã à tarde. Hoje, dedicaríamos a tarde à votação do FUNDEB, ao PL 4.372, de autoria da Deputada Dorinha e de vários outros Parlamentares, homens e mulheres, que compõem o núcleo da educação desta Casa.

Esta é a matéria mais relevante que temos para discutir nesta tarde.

Dirijo a V.Exa., Deputado Enio Verri, Líder do PT, um apelo para que nós sigamos esse caminho. Faço o mesmo apelo ao PSB e às demais bancadas: vamos deixar os dois projetos de lei complementar para amanhã e vamos encerrar esta discussão. O Governo já empacotou o Congresso neste PL da cabotagem. Não ouviu as denúncias que foram feitas, não ouviu nenhuma ponderação. Eu penso que é uma pauta do Brasil, uma pauta nossa, daqueles que têm compromisso com a educação pública, a votação do FUNDEB neste momento.

Então, em primeiro lugar, eu queria levantar essa questão e fazer um apelo a todos, para que pudéssemos, imediatamente após a votação destes destaques, sem obstrução, passar à discussão da regulamentação do FUNDEB, esta sim uma matéria que interessa ao País e a esta Casa. Todos nós temos interesse em regulamentar essa lei, que foi a PEC que nós aprovamos, relatada por todos aqueles que compõem a Comissão de Educação desta Casa, sob a relatoria da Deputada Dorinha.

Dito isso, Sr. Presidente, quero abordar outro tema. Antes de vir para esta sessão, eu tive o cuidado de acompanhar o noticiário. Vi que o Brasil caminha para o agravamento das condições sanitárias relativas à pandemia. Vi numa reportagem que 100% dos leitos do Rio de Janeiro estão ocupados e que em mais de 12 Estados o índice de letalidade da pandemia atingiu níveis altíssimos, assim como também o de

contaminações. E sabe qual a resposta que o Governo dá para o Brasil? Ele não está preocupado em adquirir a vacina, não está preocupado em tratar a vida como uma questão fundamental que deve ser encarada por todos nós. Enquanto Estados Unidos, União Europeia, vários países do mundo se dedicam exclusivamente a buscar a vacina e encaminhá-la para salvar vidas, o Governo brasileiro caminha no mesmo silêncio que norteou estes quase 12 meses de pandemia, o silêncio perverso e cruel com que as autoridades do Governo trataram uma crise desta dimensão. O Brasil já caminha para 180 mil pessoas mortas, pessoas que deixaram seus entes queridos. Isso é uma agressão! Não há como não dizer que este Governo comete crime de genocídio.

Se a vacina não vier para o Brasil, se o Governo brasileiro não desenvolver esforços, ao lado das entidades sanitárias do País e da Organização Mundial da Saúde, nós vamos ter o pior: um agravamento ainda maior desta crise. A crise sanitária se avoluma, e virá outra crise, com nova dimensão, que é a crise econômica. Mas o Governo silencia: não vota a Medida Provisória nº 1.000, não prorroga o auxílio emergencial para o próximo ano, não diz nada.

O desemprego atinge taxas que assustam o Brasil. Não há projeto nenhum de retomada do crescimento, nenhuma medida anticíclica, nada. É o silêncio, é o desdém, é a irresponsabilidade, marcas deste Governo.

Não é possível nós na Câmara silenciarmos diante de tamanha tragédia social e humana. Pelo menos nós deveríamos fazer a nossa parte, nós Líderes partidários, e encaminhar a discussão nesta tarde, Presidente.

Eu faço este encaminhamento priorizando a questão do FUNDEB porque ela está sob a nossa responsabilidade. Nós deveríamos entregar ao País, de hoje para amanhã, o FUNDEB regulamentado, numa demonstração do compromisso do Parlamento com a educação pública brasileira.

Era só, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Documento 121/513

122.2020 Sessão Deliberativa Extraordinária - 08/12/2020-
CD 15:28

Publ.: DCD - 09/12/2020 - JOSÉ NELTO-PODE -GO
53

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO



Sumário

Necessidade de votação do Orçamento Geral da União de 2021. Inexistência, no âmbito do Parlamento brasileiro e do Governo Federal, de articulações para a prorrogação do auxílio emergencial de 300 reais, concedido a trabalhadores e famílias carentes diante da crise gerada pela epidemia de coronavírus. Destinação de percentual dos rendimentos do orador para o auxílio emergencial.

O SR. JOSÉ NELTO (PODE - GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Marcos Pereira, Srs. Parlamentares, imprensa brasileira, eu trago nesta tarde um assunto de extrema preocupação para a Nação brasileira. No dia 31 de dezembro termina o auxílio emergencial. E aí nós perguntamos: como ficarão 8 milhões de brasileiros sem o auxílio emergencial de 300 reais? Qual a resposta que esta Casa dará para 8 milhões de brasileiros que não terão o que comer a partir de janeiro? Qual resposta dará o Governo brasileiro, o Ministro Paulo Guedes? Paulo Guedes será responsabilizado, porque é o Ministro da Economia! Eu pergunto aos Srs. Parlamentares: como nós vamos entrar em recesso sabendo que 8 milhões de brasileiros irão passar necessidade? Eles não terão arroz, feijão, macarrão, farinha - nem falamos nesta tribuna de carne e frango.

Eu tenho chamado a atenção deste Parlamento. O Parlamento brasileiro não poderia entrar em recesso, porque ainda não votamos o Orçamento da União. Isso é grave. Nós iremos pagar caro por esta omissão.

Para todo o povo brasileiro, o que é que salvou a economia? A economia foi salva graças aos 600 reais, que o cidadão desempregado usou no pequeno e no médio comércio, na pequena indústria, e os reflexos chegaram à grande indústria. A grande indústria brasileira ganhou dinheiro e não quebrou porque houve o auxílio emergencial de 600 reais. A pandemia continua, nós estamos na segunda onda, e eu não vejo nenhuma ação governamental, principalmente da parte do Ministro Paulo Guedes, ou desta Casa.

Eu não quero entrar em recesso e quero chamar a atenção da imprensa brasileira para que cobre essa atitude do Congresso Nacional. Nós Congressistas temos a obrigação de dar uma solução que garanta os 300 reais por mais 6 meses ou mais 1 ano, para que nenhum irmão brasileiro nosso possa passar fome ou falta de medicamentos.

Nós estamos na segunda onda da pandemia, com hospitais sendo lotados em todo o Brasil, e a economia já está sendo afetada. A fome chegará, e, aí, virá o caos social. Quem será responsabilizado? O nosso partido, o Podemos, não será responsabilizado, porque nós

alertamos os Srs. Parlamentares e apresentamos propostas. Fizemos propostas para a queda de juros, por meio de projeto do Senador Álvaro Dias. Apresentamos um PL com apostas e propostas para tirar um pouco de renda dos bilionários, dos ricos.

Alguém pergunta: "*Deputado, o senhor tem algo contra os ricos, os bilionários do País?*" Pelo contrário. E eu estou dando exemplo. O meu Imposto de Renda, Deputada Bia Kicis, é de milionário.

(Durante o discurso do Sr. José Nelto, o Sr. Marcos Pereira, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Roma, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (João Roma. REPUBLICANOS - BA) - Deputado, conclua, por favor.

O SR. JOSÉ NELTO (PODE - GO) - Eu ganho acima de 1 milhão de reais, e eu quero contribuir com o País pagando 1% do que ganho, para que esse dinheiro, essa verba, Sr. Presidente, possa ajudar no auxílio emergencial, ajudar no social, ajudar em uma melhor distribuição de renda, porque a violência, já concluindo, Sr. Presidente, está aumentando em nosso País.

Deputada Bia Kicis, há aumento da violência por todo lado, no ambiente familiar e nas ruas. E, quando acabar o auxílio de 300 reais, quem vai dar comida para 8 milhões de brasileiros?

Este Congresso Nacional, se tiver responsabilidade com o Brasil e com o povo brasileiro, não deverá entrar de recesso sem resolver o Orçamento e a extensão dos 300 reais por mais 6 meses, até que chegue a vacina, ocorra a imunização do povo brasileiro e a economia volte a crescer.

Sr. Presidente, peço que conste no programa *A Voz do Brasil* o nosso pronunciamento.

Muito obrigado.

Documento 122/513

| | | |
|---------------------------------|--|------------------------|
| 122.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 08/12/2020- CD | 15:44 |
| Publ.: DCD - 09/12/2020 - 59 | ZÉ NETO-PT -BA | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Conveniência de suspensão do recesso parlamentar, para definição do pagamento do auxílio pecuniário emergencial e do plano de vacinação contra a Covid-19.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu estava ali conversando com os Deputados e as Deputadas. Há uma preocupação muito grande com o fato de o Brasil neste momento ainda não ter definido qual será a sua política para a vacinação, mas há também um fato que não pode passar despercebido por esta Casa: o fim do auxílio emergencial vai fazer com que o País entre em uma profunda crise econômica, e rapidamente, muito rapidamente.

O que deu suporte e oxigênio para a nossa economia, sem nenhuma dúvida, foi a decisão desta Casa, pois, diga-se de passagem, o Governo Federal queria 200 reais de ajuda por 2 meses ou 3 meses, que era o que se pensava. Esta Casa decidiu avançar, e chegamos a um meio-termo com relação ao auxílio emergencial.

À época, inclusive, havia uma proposta de ser de 1.140 reais. Aí, eles recuaram, chegaram a 500 reais, foram a 600 reais, mas esta Casa teve um papel importante.

Eu acho que não é momento, inclusive, de termos recesso. Nós não temos condição nesta Casa de ter recesso. Nós temos que decidir nesta Casa situações que precisam ser implementadas com relação à vacinação, que ainda está muito tênue, e ninguém sabe exatamente qual é o rumo do Governo, o Governo está sem rumo, e a situação do auxílio emergencial, que, na minha visão, é um dos fatores que politicamente... Todos sabem que o recurso para combater o coronavírus chegou muito por causa da campanha política, como aconteceu em minha cidade, com compra de cesta básica, entregas ilegais e outras coisas tantas, que estão lá sem prestação de contas.

Então, esta Casa tem o dever, neste processo que está vivendo o Brasil, nesta situação crítica, de avançar no sentido de não termos o recesso e decidirmos essas pautas aqui, dialogando e podendo fazer com que o Parlamento, mais uma vez, Sr. Presidente, possa dar uma importante contribuição para o nosso País, para o nosso povo e para este momento de crise.

Sumário

Não elaboração, pelo Governo Federal, de plano de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Indiferença do Presidente da República diante da epidemia de coronavírus. Necessidade de punição dos responsáveis pelo assassinato da Vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Pedro Gomes, ocorrido no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Transcurso do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência. Pedido à Presidência de inclusão na pauta de proposições a respeito do Estatuto do Intérprete de Libras e da acessibilidade dos portadores de necessidades especiais.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nós temos a impressão de que estamos neste País sem uma política que possa assegurar o direito à vida.

Nós temos um Governo que não se preparou para um processo de vacinação, que contribuiu sobremaneira para negar a existência da doença, por isso pereniza a gravidade da COVID-19, que foi negada inúmeras vezes. Aliás, esse é um Presidente autocentrado, como são todos os ditadores, como também são os psicopatas, que não conseguem perceber a dor do outro. Estamos caminhando para 180 mil mortes. É como se essas famílias, o seu lamento, o seu choro, não fossem percebidas pelo Presidente da República.

No dia de hoje nós temos a absoluta convicção de que é preciso caminhar para fazer justiça a Marielle e a Anderson, porque senão vai ser uma noite sem fim, noite sem fim essa noite em que Marielle foi assassinada brutalmente, como se quisessem calar as suas ideias, que todos os dias aparecem. São mil marielles que nascem todos os dias com ânsia de justiça e de construirmos uma sociedade mais justa.

Eu me inscrevo, e pedi este tempo também, Presidente, para lembrar um compromisso que foi feito na semana que concentra o Dia de Luta das Pessoas com Deficiência, em setembro. Naquela ocasião, estava presidindo a Câmara o Deputado Marcos Pereira. E o Deputado comprometeu-se a colocar em pauta três proposições de defesa dos direitos da pessoa com deficiência. Uma proposição é a que veio da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência; outra, é a da Deputada Rejane Dias; e uma terceira é a da Deputada Tereza Nelma. Todas dizem respeito à acessibilidade. A que veio da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência diz respeito ao Estatuto do Intérprete de LIBRAS, que é fundamental para assegurar a acessibilidade dos que conseguem falar pelas mãos e que conseguem

escutar pelos olhos.

Então, nesse sentido, Presidente, como houve o trancamento da pauta em função do projeto da cabotagem, ou melhor, da sabotagem à indústria nacional, e agora nós estamos analisando essa proposição, esse projeto, portanto a pauta será destrancada, eu gostaria de reafirmar a necessidade da apreciação dessas três proposições.

À época, em setembro, uma já tinha urgência. Para as outras duas foi aprovada a urgência, para que pudessem entrar em pauta. Chegaram a entrar em pauta, e saíram da pauta depois do seu trancamento, em função do projeto que estamos ora apreciando.

Portanto, eu gostaria apenas de que incluíssemos na pauta aquilo que foi acordado naquele dia de luta das pessoas com deficiência, em setembro, fazendo uma homenagem também à luta de todas e de todos que querem romper com o capacitismo, que caminha lado a lado com o sexismo, com o racismo e com o adultocentrismo. Lembramos também que, no último dia 3 de dezembro, o Dia da Pessoa com Deficiência. Portanto, Sr. Presidente, eu gostaria de resgatar esse compromisso feito à época pelo Presidente da Casa em exercício, o Deputado Marcos Pereira, e solicitar que, tão logo se destranque a pauta, esses projetos possam retornar para serem apreciados, para que se faça justiça e se assegure a elevação dos direitos da pessoa com deficiência.

Documento 124/513

| | | |
|---------------------------------|--|------------------------|
| 122.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 08/12/2020- CD | 16:00 |
| Publ.: DCD - 09/12/2020 - 63 | PAULÃO-PT -AL | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 24 da Subemenda Substitutiva Global, apresentada ao Projeto de Lei nº 4.199, de 2020, sobre a instituição do Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem - BR do Mar, e a alteração das Leis de nºs 5.474, de 1968; 9.432, de 1997; 10.233, de 2001, e 10.893, de 2004. Elevação dos índices inflacionários no País. Necessidade de votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para retomada do pagamento do auxílio emergencial concedido a trabalhadores e famílias vulneráveis, diante da crise provocada pela Covid-19.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, o PT vota "sim" ao texto e "não" à emenda do NOVO.

A essência da emenda do NOVO, Sr. Presidente, é o grande debate, sem entrar no mérito, que o Deputado Fausto Pinato fez ontem nesta Casa. Esse destaque que o NOVO apresenta ataca de forma frontal os caminhoneiros no Brasil. Portanto, nós votamos "sim" ao texto.

Aproveitando o ensejo, Sr. Presidente, quero dizer que foi anunciado o processo de inflação, e a inflação brasileira é a mais alta nesses últimos 5 anos. E não vimos ação nenhuma do Governo Bolsonaro, muito menos do Ministro Guedes. Enquanto isso, só até este mês o auxílio emergencial está mantido. Quando iremos pautar a Medida Provisória nº 1.000, de 2020, que é fundamental para a população mais pobre do Brasil?

Muito obrigado.

Documento 125/513

| | | |
|---------------------------------|--|------------------------|
| 122.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 08/12/2020- CD | 16:04 |
| Publ.: DCD - 09/12/2020 - 64 | FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 24 da Subemenda Substitutiva Global, apresentada ao Projeto de Lei nº 4.199, de 2020, sobre a instituição do Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem - BR do Mar, e a alteração das Leis de nºs 5.474, de 1968; 9.432, de 1997; 10.233, de 2001, e 10.893, de 2004. Protesto contra a votação da propositura, em detrimento da discussão do plano nacional de vacinação do povo brasileiro contra o coronavírus.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSOL vota "sim".

Evidentemente, esse destaque do NOVO quer, na verdade, suprimir uma proteção das empresas que atuam no ramo da cabotagem e em outros, não deixando que o mercado se feche com empresas que atuam em outros ramos. Por isso, sugerimos o voto "sim", contrário ao destaque do NOVO.

Eu gostaria de lembrar que estamos vendo aqui, por um lado, um projeto que cria uma série de facilidades para grandes empresas

estrangeiras, com benefícios na prática fiscal e com a possibilidade de destruição das empresas da indústria naval brasileira. Isso já está no bojo do projeto. É óbvio que num projeto que garante e implementa uma política para a cabotagem é preciso, sim, também preservar os nossos trabalhadores caminhoneiros, a nossa política rodoviária e ferroviária.

Quero apenas deixar este registro: achamos que o Congresso deveria estar debruçado hoje, Presidente João Roma, em como fazer um plano nacional para as vacinas para toda a população e enfrentar a politização da ANVISA que o Governo genocida e criminoso do Bolsonaro está fazendo. Infelizmente, estamos votando este projeto, que não passou pelas Comissões Especiais e que tem muitas coisas ruins.

Documento 126/513

| | | |
|---------------------------------|--|------------------------|
| 122.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 08/12/2020- CD | 16:08 |
| Publ.: DCD - 09/12/2020 - 66 | PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 24 da Subemenda Substitutiva Global, apresentada ao Projeto de Lei nº 4.199, de 2020, sobre a instituição do Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem - BR do Mar, e a alteração das Leis de nºs 5.474, de 1968; 9.432, de 1997; 10.233, de 2001, e 10.893, de 2004. Descompasso entre a inauguração, pelo Presidente Jair Bolsonaro e a Primeira-Dama Michelle Bolsonaro, de vitrine de suas roupas e a crise sanitária por que passa o País. Inexistência de perspectiva de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PCdoB vota "sim".

Mas quero também dizer que ontem, inclusive no plenário desta Casa, não pudemos acreditar quando vimos, em pleno aumento da pandemia, já numa segunda onda, o Presidente Bolsonaro, que até hoje não disse como vai vacinar o povo brasileiro e que já assiste a outros países fazerem a vacinação, e sua Primeira-Dama inaugurarem uma vitrine de lojas com roupas deles. É uma futilidade que ninguém consegue acreditar!

Como o Chefe de um País que tem mais de 170 mil pessoas mortas

por COVID, sem nenhuma expectativa de vacina, está preocupado com roupas da moda, ele e sua senhora, e o povo brasileiro morrendo de fome, com o aumento do preço do gás de cozinha, da carne, do arroz, do feijão, e sem perspectiva de emprego, porque o desemprego passou de 14 milhões de brasileiros? Então o Presidente da República não cuida do País, não cuida dos brasileiros.

Documento 127/513

| | | |
|---------------------------------|--|------------------------|
| 122.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 08/12/2020- CD | 16:08 |
| Publ.: DCD - 09/12/2020 - 66 | LEO DE BRITO-PT -AC | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 24 da Subemenda Substitutiva Global, apresentada ao Projeto de Lei nº 4.199, de 2020, sobre a instituição do Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem - BR do Mar, e a alteração das Leis de nºs 5.474, de 1968; 9.432, de 1997; 10.233, de 2001, e 10.893, de 2004. Gravidade da denúncia apresentada pelo Deputado Fausto Pinato sobre a inserção no texto da proposição de dispositivos em benefício de empresas internacionais. Defesa de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Protesto contra o reajuste das tarifas de energia elétrica e do Gás Liquefeito de Petróleo - GLP, o gás de cozinha.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, os partidos que compõem a Minoria votam "sim" ao texto. Todos nós acompanhamos, no dia de ontem, as denúncias gravíssimas que foram feitas aqui pelo Deputado Fausto Pinato exatamente relacionadas a essas empresas que monopolizam o sistema de cabotagem no Brasil. São denúncias muito graves. Este destaque só favorece essa situação. Por isso somos "sim" ao texto.

Mas eu quero dizer, Sr. Presidente, que hoje se iniciou a vacinação no Reino Unido, e vários outros países estão anunciando a vacinação. Aqui no Brasil nós queremos vacina para todos. Temos defendido isso, mas queremos muito mais: queremos comida na mesa e que cesse esta carestia de gás de cozinha, de aumento de energia. É um presente de grego de Natal que o Presidente Jair Bolsonaro tem dado ao povo sofrido brasileiro.

O voto é "sim", Presidente.

| | | |
|---------------------------------|--|------------------------|
| 122.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 08/12/2020- CD | 16:12 |
| Publ.: DCD - 09/12/2020 - 67 | AFONSO FLORENCE-PT -BA | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Natureza temerária da pretendida captação, pelo Governo brasileiro, de empréstimos internacionais para financiamento de programas de combate à Covid-19.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o Presidente Bolsonaro enviou ao Senado uma série de pedidos de autorização para o Governo brasileiro contrair empréstimos internacionais, obviamente com instituições financeiras multilaterais, para financiar programas de combate à COVID. São operações de crédito junto ao banco dos BRICS, à Agência Francesa de Desenvolvimento e à Corporação Andina de Fomento.

De acordo com o próprio Governo, nessa comunicação ao Senado Federal, o objetivo é captar recursos para assegurar níveis mínimos de qualidade de vida às pessoas que têm sofrido com os efeitos da pandemia.

O objetivo é honrar o Bolsa Família, a renda emergencial, aquela compensação da redução salarial ou da ação do Governo, para cobrir parte das demissões. Essas operações de crédito serão para reembolsar despesas da União na realização desses programas. São recursos que serão destinados ao pagamento de ações governamentais concorridas.

O que o Governo vai ter que fazer? Usar o recurso de empréstimo, digamos assim, para despesa corrente num ano em que há o "orçamento de guerra". Poderia emitir papel-moeda, por exemplo. O Governo está fazendo operação equivocada, numa má gestão do Ministro Guedes. Ele vai ter que operar no mercado interno com operações compromissadas para captar no mercado e pagar. Então ele está pegando dólar para pagar ações realizadas tendo o "orçamento de guerra". Ele vai ter que jogar papel do Governo no mercado e remunerar. Ele poderia simplesmente emitir papel-moeda. A emissão

de papel-moeda, nessa situação de depressão econômica, não levaria a um problema de inflação ou a um aumento de dívida. Ele está aumentando a dívida externa e a dívida interna com títulos de curto prazo, no momento em que o mercado é desfavorável para essas operações.

Então, a conclusão a que nós chegamos é: ou é uma operação de mercado incompetente, ou é uma operação temerária. Há gente ganhando muito, dezenas, centenas de milhões de reais nessas operações.

Esse Governo faz uma gestão macroeconômica temerária e está botando o Brasil na beira do abismo. Por isso, esse é mais um crime de responsabilidade. Há mais de cinquenta processos com pedidos de investigação. Por isso, cresce na sociedade brasileira a expectativa de que esse Governo seja impedido.

Peço a divulgação nos Anais da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado, Presidente.

Documento 129/513

| | | |
|---------------------------------|--|------------------------|
| 122.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 08/12/2020- CD | 16:16 |
| Publ.: DCD - 09/12/2020 - 69 | CARLOS VERAS-PT -PE | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Necessidade de votação e rejeição do Veto Parcial nº 46, aposto ao Projeto de Lei nº 735, de 2020, (Projeto Assis Carvalho), sobre as medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração da Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018. Importância do fortalecimento da agricultura familiar.

O SR. CARLOS VERAS (PT - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo, cumprimentar toda esta Casa e pedir ao Congresso Nacional, a todos os colegas, para termos um olhar diferenciado para a agricultura familiar.

Nós precisamos na próxima sessão do Congresso derrubar os vetos do Projeto de Lei 735. Mas muito mais do que derrubar os vetos, nós precisamos ajudar e construir ações para que a agricultura familiar

possa sobreviver durante esta pandemia.

São muitos os ataques desde que se fechou o MDA. O INCRA tem muitas dificuldades nas políticas públicas para a agricultura familiar, na assistência técnica e na construção de cisternas; na questão do crédito, os trabalhadores têm dificuldade de pagar as duas parcelas, de pagar seus empréstimos.

Nós precisamos fortalecer a agricultura familiar. Precisamos ter um olhar voltado para a soberania alimentar. Por isso, é muito importante não só derrubarmos os vetos, mas, mais do que isso, termos aqui nesta Casa um olhar muito mais diferenciado para a agricultura familiar, que garanta a soberania alimentar neste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 130/513

| | | |
|---------------------------------|--|------------------------|
| 122.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 08/12/2020- CD | 16:32 |
| Publ.: DCD - 09/12/2020 - 74 | ENIO VERRI-PT -PR | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Divulgação de denúncias de negociatas no processo de votação e aprovação do Projeto de Lei nº 4.199, de 2020, sobre a instituição do Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem - BR do Mar, e a alteração das Leis de nºs 5.474, de 1968; 9.432, de 1997; 10.233, de 2001, e 10.893, de 2004. Incompetência do Ministro da Economia, Paulo Guedes, na condução da política econômica brasileira. Obstrução, pelo PT, dos trabalhos no plenário para votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, e consequente retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes, diante da crise provocada pela Covid-19. Caráter falacioso do discurso governamental sobre a recuperação da economia brasileira. Agravamento da miséria e reajuste nos preços de alimentos no País. Desenvolvimento socioeconômico do Brasil no governo petista. Gestão desastrosa do Presidente Jair Bolsonaro. Solidariedade aos Parlamentares do PSOL, ao ensejo do transcurso dos mil dias do assassinato da Vereadora Marielle Franco, no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Expectativa de votação pela Casa do Projeto de Decreto Legislativo nº 861, de 2017, a respeito da aprovação do texto da Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, adotada na Guatemala, por ocasião da 43ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, em 05 de junho de 2013.

O SR. ENIO VERRI (PT - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente. É um grande prazer falar com V.Exa. na Presidência da Casa e me dirigir a todos os colegas Parlamentares num dia importante como este.

Quando eu vejo todas as bancadas, não só as do PT e da Oposição, mas também as de todos os partidos da Câmara votando este projeto chamado BR do Mar, com as denúncias que estão ao redor disso, eu fico pensando na vida do povo brasileiro e no que está para acontecer.

Vejam só: no ano de 2019, a economia cresceu 1,1% por conta da péssima gestão da economia gerenciada por Paulo Guedes, que já demonstrou a sua incompetência em olhar o Brasil como um todo, apoiado por Bolsonaro. Com a chegada da pandemia, nós passamos a ter a COVID-19 mais a incompetência, como *policymaker*, como pessoa que faz a política econômica, de Paulo Guedes, e os resultados só pioram. É por isso que a nossa bancada tem obstruído, com muita frequência, as sessões da Câmara dos Deputados, exigindo a votação da Medida Provisória nº 1.000. Imaginem uma política econômica perdida, equivocada e única no mundo, desastrosa, somada à COVID-19 e à necessidade do afastamento social. Isso é o que nós vivemos hoje.

É por isso que denunciamos a importância de votar a Medida Provisória nº 1.000. Se hoje a população do País vive a fome, a miséria e o desespero, mesmo com o auxílio emergencial de 600 reais, imaginem o que acontecerá a partir de agora, com o auxílio emergencial em 300 reais se encerrando neste mês de dezembro. E foi reduzido em milhões o número de pessoas que tiveram acesso a esses 300 reais.

A população mais pobre teve uma redução de 50% no auxílio emergencial. Some-se a isso uma inflação altíssima para quem ganha até três salários mínimos, afinal de contas o que mais subiu foram os preços dos alimentos. Conseqüentemente, a população teve sua renda cortada pela metade e ainda reduzida pela alta dos preços naquilo de que ela mais precisa para sobreviver. Esse é o quadro do Brasil hoje.

Ao mesmo tempo, o Governo vem dizer que a economia está se recuperando e que o crescimento de 7% do PIB mostra que ele está se recuperando.

Colegas Deputados e Deputadas, se V.Exas. têm 1 real no bolso e acham mais 1 real, isso representará um crescimento de 100% nos seus recursos. Ou seja, é um absurdo dizer que a economia cresceu. Ela não cresceu nada! Se você tem 1 real, e esse valor é acrescido de mais 1 real, isso aponta um crescimento de 100%, mas você continua



passando fome.

Portanto, a economia não está crescendo de fato, a parcela da população na miséria vem aumentando e vem aumentando também o preço daquilo que ela vai comer.

O Governo tem uma política econômica de desprezo à população brasileira. E essa política pode ter como marca o lucro dos bancos, as vantagens oferecidas pelas políticas desenvolvidas por Paulo Guedes, como aquela que o Deputado Afonso Florence denunciou há pouco, numa situação em que o Governo poderia simplesmente emitir moeda, mas não faz isso. Ele vai para a operação com títulos, para favorecer os bancos e os amigos de Paulo Guedes.

Some-se a isso e se coloque como símbolo a votação que estamos fazendo hoje. Na verdade, a votação deste projeto diminui a possibilidade de microempresas trabalharem nos portos, diminui a capacidade de participação do capital nacional no setor e privilegia duas ou três empresas multinacionais, atendendo a interesses de poucos, pouquíssimos, que irão ganhar cada vez mais.

É isso que nós temos que denunciar neste País. Temos que denunciar que nós temos um Governo que não tem a mínima responsabilidade com a vida do povo.

E ainda somos obrigados a ouvir verdadeiras besteiras de Parlamentares. Eu ouvi, no início desta sessão, um Parlamentar da base do Governo que normalmente não fala em público, porque não tem capacidade para falar por mais do que 3 minutos - eu o conheço há muitos anos -, e ele ficava se perguntando o que a Esquerda tem na cabeça. Quando ele fez essa pergunta, eu me lembrei de uma história de um antigo líder político do Estado do Paraná, que dizia que determinado Parlamentar não pensava bem porque, quando era garoto, caiu, bateu a cabeça e nunca mais voltou ao normal. Talvez esse Parlamentar que perguntou o que a Esquerda tem na cabeça possa se perguntar o que há na dele. Será que foi ele que bateu a cabeça? A preocupação com a vida das pessoas, o compromisso com o Estado brasileiro, a preocupação com a construção de uma Nação onde todos tenham direitos, onde a justiça social atinja a todos, onde as pessoas possam sonhar com o futuro e ter a certeza de que seus filhos terão uma vida mais digna e mais justa, essa tem que ser a marca de construção de um Governo voltado ao povo brasileiro.

Isso não é questão de direita nem de esquerda, não. Isso é sensibilidade social. Nós podemos ter aqui na Câmara dos Deputados divergências. No meu caso, sou mais estatizante; um colega Deputado pode ser mais liberal. Quanto a isso não há problema. Mas a defesa da vida, o respeito ao próximo e à Constituição e o fortalecimento da

República tinham que ser políticas que nos unem.

Portanto, não é com palavras vagas de Parlamentares que têm um conhecimento da extensão de um oceano, mas da profundidade de um pires, que se pode fazer qualquer acusação àqueles que defendem a proposta do campo da Esquerda.

Quero lembrar que nos 13 anos em que nós dirigimos o Brasil, este País construiu a inclusão social de mais de 40 milhões de pessoas. Nós eliminamos a dívida externa do Brasil. Nós fizemos com que as empresas ganhassem mais, gerassem mais empregos, e principalmente que a economia circulasse a favor de todos, ao contrário daqueles que defendem o Governo Bolsonaro.

E quero mostrar aqui outro símbolo. Sem dúvida, ontem tivemos um símbolo marcante: a população, na fila da Caixa Econômica, correndo o risco de ser contaminada, para obter os seus últimos 300 reais, sem emprego, num País com mais de 15 milhões de desempregados, sem expectativa nenhuma, e o Presidente inaugurando uma vitrine com as roupas que ele e sua esposa usaram na posse. Isso é de uma insensibilidade social, isso é de uma superficialidade e de uma irresponsabilidade com a vida do povo jamais vista em nossa história. Ouso dizer que nem na ditadura militar tivemos um Governo tão insensível e irresponsável. E não só ele, mas também seus Ministros fazem do Brasil um país hoje que se torna um pária internacional, porque não temos o respeito que tínhamos, não conseguimos trabalhar como trabalhávamos.

Basta ver a situação da nossa relação comercial com a China. Se perdermos nossa relação comercial com a China, os primeiros que apoiaram Bolsonaro, que foram os membros lá do negócio, serão os primeiros a perder. E como eles estão? Com medo, mas calados, porque não têm coragem de denunciar este Governo que está destruindo nosso País.

Por fim, Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, faço aqui minha homenagem aos mil dias da denúncia da morte da Marielle. Quero aqui saudar minhas companheiras e companheiros do PSOL, mas eu entendo que a luta pela verdade de quem mandou matar Marielle é uma luta em defesa da democracia do Estado brasileiro; não é uma luta só do PSOL, do PT e de outros partidos. Fico admirado de algumas pessoas falarem contra isso. Nós temos que defender que qualquer tipo de assassinato seja julgado e que o culpado pague o preço que a sociedade exige.

Nós temos, sim, que denunciar o racismo, temos que denunciar todo ataque contra as minorias, porque não se constrói uma sociedade democrática desrespeitando as minorias, desrespeitando os mais

pobres e principalmente aqueles que constroem a riqueza deste País. Não dá mais para suportar um país elitista e mal dirigido, como é o nosso caso hoje.

Por fim, Sr. Presidente João Roma, temos a expectativa de que hoje nós votemos também, logo após esta pauta, o PDC 861/2017, que trata de uma convenção contra o racismo. O Deputado Paulão foi o Relator. Será uma homenagem à nossa luta contra o racismo e os assassinatos que com tanta frequência ocorrem, em desrespeito à vida daqueles que pagam um preço altíssimo por não terem a pele da mesma cor que outros. Temos que acabar com isso. Não existe democracia com desrespeito à população, indiferentemente de raça, orientação sexual, religião ou qualquer outro detalhe, porque, por dentro, nós somos todos iguais.

Viva o Brasil! Viva a classe trabalhadora!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 131/513

| | | |
|---------------------------------|--|------------------------|
| 122.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 08/12/2020- CD | 16:44 |
| Publ.: DCD - 09/12/2020 - 79 | FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 88, apresentada ao Projeto de Lei nº 4.199, de 2020, sobre a instituição do Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem - BR do Mar, e a alteração das Leis de nºs 5.474, de 1968; 9.432, de 1997; 10.233, de 2001, e 10.893, de 2004. Necessidade de mobilização nacional diante da resistência do Presidente Jair Bolsonaro à vacinação do povo brasileiro contra o coronavírus.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSOL orienta o voto "não", por achar que não há nenhuma justificativa para a inclusão dessa emenda.

Quero dizer, Presidente, que nós estamos numa campanha nacional. Uma luta nacional precisa ser feita por todos aqueles que não são negacionistas. Todos aqueles e aquelas que colocam a ciência e a vida num posto de mando precisam fazer uma luta nacional para que o Governo Federal cumpra a sua responsabilidade, que é não

instrumentalizar a ANVISA e garantir a liberação de toda e qualquer vacina comprovada cientificamente, dando condições para que o Sistema Único de Saúde comece a estruturar os insumos e a rede para a vacinação de toda a nossa população.

Infelizmente, o Bolsonaro está jogando com a vida das pessoas. Nós não aceitamos jogo político com aquilo que é central: a preservação das vidas. Mas, para que isso aconteça, é fundamental que haja essa unidade de ação, essa luta nacional, e, ao mesmo tempo, que derrotemos o Governo genocida do Bolsonaro.

Documento 132/513

| | | |
|---------------------------------|--|------------------------|
| 122.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 08/12/2020- CD | 16:52 |
| Publ.: DCD - 09/12/2020 - 81 | FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Obstrução, pelo PSOL, dos trabalhos no plenário em protesto contra a não votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio residual emergencial para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Defesa de votação do Projeto de Lei nº 4.372, de 2020, sobre a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Retrocesso do parecer apresentado à proposição pelo Deputado Felipe Rigoni. Defesa de aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 861, de 2020, sobre a aprovação do texto da Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, adotada na Guatemala, por ocasião da 43ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, em 05 de junho de 2013.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Só quero registrar aqui que nós estamos - e é importante que o Deputado Rigoni esteja aqui no plenário - numa obstrução pela Medida Provisória 1.000, mas também para discutir o relatório final do FUNDEB. Na nossa opinião, o relatório apresentado é um contrassenso com muito do que foi conquistado com a constitucionalização do FUNDEB. Mas está na pauta o PDL que nós queremos que tenha caráter constitucional, que coloca vários temas importantes para a Comissão Externa, para a bancada negra e para a sociedade brasileira no combate ao racismo.

Por isso e, evidentemente, pelo pedido que foi feito, nós permitimos que a votação seja simbólica, para que possamos avançar nesta matéria.

Documento 133/513

| | | |
|---------------------------------|--|------------------------|
| 122.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 08/12/2020- CD | 17:32 |
| Publ.: DCD - 09/12/2020 - 95 | PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Necessidade de aquisição, pelo Governo Federal, de vacinas contra a Covid-19 para imunização do povo brasileiro.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Presidente.

Eu queria trazer uma preocupação ao Plenário desta Casa e fazer uma retrospectiva, porque todos lembram que, no dia 20 de outubro, o Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, reuniu-se com os Governadores do Brasil e assumiu o compromisso da compra de vacinas para que a população brasileira fosse vacinada em massa. E foi anunciado, inclusive naquele momento e na imprensa no dia seguinte, que o Governo iria investir 1 bilhão e 900 milhões em lotes da vacina nesse primeiro momento. E o Ministro Pazuello também anunciou que disponibilizaria algo em torno de 90 milhões para ajudar o Butantan a melhorar suas estruturas. Isso foi anunciado pela imprensa no dia seguinte. Acontece que, naquela mesma semana, o Presidente Bolsonaro disse que quem mandava no País era ele e que a caneta era dele. Inclusive, ele disse que o Brasil não iria comprar vacinas.

Naqueles dias, o Ministro Pazuello foi acometido pela COVID, ficou em casa e foi internado. Por pelo menos 15 dias ou 20 dias, ele ficou fora de circulação. Mas recebeu a visita do Presidente Bolsonaro, e ele mesmo chegou a dizer que *"um manda e o outro obedece"*, quando, então, ele recuou da decisão e do acordo que fez para garantir vacinas aos Governadores para que pudessem vacinar em todos os Estados do Brasil.

E o que vimos, pelo menos, 15, 20 dias depois, foi aquela atrapalhada, inclusive condenada pela maioria dos Parlamentares desta Casa, pelo Presidente da ANVISA, que, por uma situação que não tinha nada a ver com as experiências e os experimentos da vacina, suspendeu a

pesquisa da CoronaVac, dizendo que uma morte teria relação com a vacina, mas que, depois, comprovou-se que não era verdade o que estava sendo dito.

Então, Sr. Presidente, há problemas aí com relação ao comportamento do Ministério da Saúde, ao comportamento do Presidente da ANVISA e à falta de vacina no Brasil.

Os brasileiros estão assistindo o mundo inteiro se programando, anunciando vacinação em massa. Inclusive, a Inglaterra esta semana já começou a vacinar sua população, e vários outros países já se programam para comprar vacina.

No Brasil, se decidíssemos isso hoje, poderíamos não ter nem seringas, porque não houve uma conversa do Governo Federal e do Ministério da Saúde com o empresariado nacional, pedindo que iniciassem a fabricação de implementos necessários para que nós pudéssemos ter a vacina.

Há uma situação que precisa de explicação por parte da ANVISA, que se comporta de forma politqueira, ideológica; do Ministério da Saúde, e inclusive do Presidente da República, que tem negado constantemente a compra de vacinas em massa. Isso está levando os Governadores mais uma vez ao desespero, porque a população está cobrando que seus Governadores anunciem recursos para a compra de vacinas.

Mais uma vez, o Brasil não age de forma unitária. Mais uma vez, o Brasil se atrasa em um momento importante, em que a população brasileira e a população mundial querem ser imunizadas e evitar novas mortes.

Será que 170 mil pessoas mortas por coronavírus não são vidas já suficientes para estancar a dor dos brasileiros, evitar novas mortes e anunciar a compra de vacinas no Brasil, seja a CoronaVac, sejam todas as demais que forem inclusive registradas no País? O Brasil quer tomar vacina. O povo tem o direito de ser atendido na sua saúde. E é preciso este Parlamento questionar a ANVISA e o Ministério da Saúde sobre seus comportamentos e o Governo Federal, que nega ao povo brasileiro o direito à saúde, o direito à vida.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sumário

Agradecimento aos Parlamentares pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.199, de 2020, sobre a instituição do Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem - BR do Mar, e a alteração das Leis de nºs 5.474, de 1968; 9.432, de 1997; 10.233, de 2001, e 10.893, de 2004. Importância da votação da Medida Provisória nº 998, de 2020, sobre a alteração de leis e a transferência, para a União, das ações de titularidade da Comissão Nacional de Energia Nuclear representativas do capital social das Indústrias Nucleares do Brasil S/A e da Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A; bem como do Projeto de Lei Complementar nº 137, de 2020, acerca da criação de fonte de recursos para o enfrentamento de calamidade pública decorrente de epidemia da Covid-19, reconhecida pelo Congresso Nacional; e do Projeto de Lei Complementar nº 101, de 2020, a respeito o estabelecimento do Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal; do Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal, e da alteração de diplomas legais.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Não, quero apenas fazer um agradecimento à base do Governo e aos Srs. Parlamentares pela aprovação do Programa BR do Mar.

O projeto da cabotagem foi muito melhorado aqui na Câmara, com a aprovação de destaques e de emendas, e, certamente, vai para o Senado bem melhor do que aqui chegou do Executivo.

Este é o papel do Legislativo: construir consensos e exercitar a democracia.

Então, deixo aqui o meu agradecimento a todos que contribuíram para a votação desse projeto.

Para hoje ainda temos importantes projetos, como a Medida Provisória nº 998, do setor elétrico; o PLP 137, do superávit dos fundos públicos; e várias outras urgências que estamos votando, especialmente o PLP 101, que trata do apoio a Estados e Municípios. Toda a pauta que havíamos solicitado, o Presidente Maia tem atendido e colocado para votação.

Também agradeço ao Presidente Rodrigo Maia por nos ter permitido nesta semana avançar muito. E eu tenho certeza de que ainda vamos entregar mais avanços para a sociedade brasileira com o trabalho e o apoio de todos os Parlamentares.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 135/513

| | | |
|--------------------------------|-------------------------------|--|
| 122.2020 | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa 08/12/2020-18:00 |
| Publ.: DCD 09/12/2020 - 106 | - BIBO NUNES-PSL -RS | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO |

Sumário

Importância da realização de investimentos estrangeiros no País. Empenho do Governo Jair Bolsonaro na compra de vacinas contra a Covid-19. Posicionamento do orador favorável ao isolamento vertical. Contrariedade à politização da saúde.

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Nobre Presidente, nobres colegas, falando com relação ao que discutimos há pouco, o estrangeiro investir no Brasil é fundamental. Nós vivemos hoje a globalização econômica. Quanto mais pessoas investirem no Brasil, mais progresso para o nosso País.

O mesmo serve para o que está se discutindo aqui com relação às vacinas. Eu vejo Deputados, Deputadas principalmente, criticando muito o Governo, dizendo que o Governo não tem interesse algum nas vacinas. É uma grande inverdade! Em todos os jornais, televisões, rádios, hoje se ouve que a prioridade do Governo Bolsonaro é justamente priorizar a vacina, e não somente pelo lado da saúde como também pelo lado econômico. Temos que ficar atentos à importância da vacina não só para a saúde como também para a economia.

Por isso, o Governo Bolsonaro está muito empenhado em trazer vacinas e comprar o máximo possível para que todos os brasileiros tenham acesso à vacina. Sputnik, a primeira, a vacina russa, já está sendo usada. Hoje, o Reino Unido começou a aplicar a sua vacina.

Em breve, nós brasileiros teremos acesso.

Eu vejo algumas Deputadas preocupadas, com medo de não haver a vacina. Calma, nobres Deputadas! Se for o caso, eu sei dar vacina, sei dar injeção. Se for o caso, eu me disponho até a vacinar vocês, mas não se preocupem. O Governo quer o melhor para todos os brasileiros, inclusive para os de oposição, mesmo sendo aquela oposição "contra tudo e a favor de nada", do "quanto pior, melhor". Nós queremos salvar

todos, todos os brasileiros, indistintamente. E não vamos medir esforços em trazer as melhores seringas, as melhores vacinas.

Alguns se precipitam em querer imediatamente a vacina. Primeiro, precisamos da liberação pela ANVISA. Dou um exemplo: nos Estados Unidos, se a FDA não aprovar, o americano também não vai tomar a vacina.

Calma! O Governo está preocupado em trazer o melhor, como sempre esteve. Vamos também acelerar a vacinação, para que as pessoas possam continuar trabalhando. A economia não pode morrer. Eu sempre fui a favor do isolamento vertical, pessoas com comorbidade, doentes ou idosos devem ficar em casa, os que têm saúde e condições que venham para a rua.

Isso vai ser a grande vantagem da vacina que, acredito, em fevereiro, no máximo março, nós brasileiros teremos acesso. O Governo está fazendo de tudo. Nós Deputados, independentemente de bandeira ou cor ideológica, queremos a melhor saúde para todos os brasileiros. Politizar a saúde não é uma solução.

Muito obrigado, nobre Presidente Marcel.

Documento 136/513

| | | |
|----------------------------------|---|------------------------|
| 122.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária -08/12/2020- CD | 18:12 |
| Publ.: DCD - 09/12/2020 - 110 | ARNALDO JARDIM-CIDADANIA -SP | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Defesa de aprovação dos requerimentos de tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 4.023, de 2020, originário do Senado Federal, sobre a alteração da Lei nº 13.979, de 2020, acerca das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, com vista à fixação das diretrizes norteadoras da distribuição de vacinas contra a covid-19; e do Projeto de Lei nº 5.191, de 2020, de autoria do orador, a respeito da criação dos Fundos de Investimento para o Setor Agropecuário. Aprovação pela Casa da Medida Provisória nº 994, de 2020, sobre a abertura de crédito extraordinário no valor de R\$ 1.994.960.005,00, em favor do Ministério da Saúde, para garantia da produção e disponibilização de possível vacina contra o coronavírus; e da Medida Provisória nº 1.003, de 2020, acerca da autorização ao Poder Executivo Federal de adesão ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility.

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente Marcel van Hattem.

Sras. e Srs. Parlamentares, o nosso recado é rápido, mas tem coerência com o momento em que vivemos de debater urgências.

A definição de urgências é importante, porque elas vão priorizar as matérias que poderemos tratar, espero eu ainda este ano.

Está conduzindo a nossa bancada, com todo o nosso apoio e o nosso aplauso, a Deputada Paula Belmonte. Eu quero me referir a duas urgências que gostaria de ver aprovadas, Sr. Presidente.

Na primeira, eu peço apoio dos Líderes, por ser uma matéria que chegou hoje a esta Casa, oriunda do Senado Federal, de iniciativa do Senador Alessandro Vieira, do Cidadania de Sergipe. Aprovou o Senado Federal, em votação unânime, o texto que propõe a universalização da vacina. Nós achamos isso muito importante. Esse tema foi recorrente na discussão de hoje, razão pela qual pedimos o apoio para que, votada amanhã essa urgência, possamos ter esse tema, que, repito, já foi objeto de deliberação no Senado, apreciado pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

Outro tema para o qual pedimos apoio - esse já temos número que transcende o da maioria exigida, portanto o número regular de apoio - é o Projeto de Lei nº 5.191, de 2020, de minha autoria, que institui os Fundos de Investimento para o Setor Agropecuário.

É uma matéria prioritária da Frente Parlamentar da Agropecuária, foi por nós tratada como extensão de um debate que se fez amplo nesta Casa sobre o crédito agrícola.

Libera, portanto, aqueles juros, que são juros controlados do Plano Safra, para que possam ficar focados na agricultura familiar e no pequeno agricultor.

Em trato com o Presidente desta Casa, ficou acordado que ele deverá colocar amanhã este requerimento em pauta, repito, já com o número formal de apoio necessário, para que possamos aprovar a urgência do Projeto de Lei nº 5.191, de 2020, Fundos de Investimento para o Setor Agropecuário.

Reitero o pedido também de questão de urgência do projeto que veio do Senado, de iniciativa do Senador Alessandro Vieira, do Cidadania de Sergipe, que institui o procedimento para universalização da vacina. Apoiamos, na semana passada, e aprovamos a medida provisória que destinou recursos para a FIOCRUZ e a Medida Provisória nº 1.003, de

2020, que equaliza isso para outras instituições, como o Instituto Butantan, de São Paulo, a fim de que receba o apoio necessário para a produção de vacinas.

Tenho certeza de que todos estaremos nos somando a esses esforços.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 137/513

| | | |
|----------------------------------|--|------------------------|
| 122.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 08/12/2020- CD | 18:40 |
| Publ.: DCD - 09/12/2020 - 119 | FELIPE CARRERAS-PSB -PE | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Solicitação ao Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, pelo Governador do Estado de Pernambuco, Paulo Câmara, de informações sobre o cronograma de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Encaminhamento ao Ministério da Saúde do Requerimento de Informações nº 1.616, de 2020, a respeito do assunto.

O SR. FELIPE CARRERAS (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje o Governador de Pernambuco, Paulo Câmara, esteve com o Ministro Pazuello. Na reunião, o Governador de Pernambuco quis saber do Ministério da Saúde o que todo o povo brasileiro quer saber: qual é o cronograma de vacinação? Quando as vacinas vão chegar ao Brasil? Quais vacinas serão utilizadas e quando nós começaremos a vacinação?

Eu acho que o exemplo que o Brasil deu no início da pandemia, em março, numa ação desarticulada por parte do Governo Federal e dos Governos Estaduais não pode repetir-se na vacinação. Têm que estar integrados Governo Federal, Estados e Municípios. É esse o apelo que nós fazemos.

E o Parlamento tem que acompanhar esse processo. Hoje, nós encaminhamos um pedido de informação ao Ministro Pazuello, o Requerimento de Informação nº 1.616, de 2020, para que nós possamos ter, o mais rapidamente possível, a divulgação do cronograma e o início da vacinação, o que vai colaborar para cessar essa ansiedade do povo brasileiro e amenizar o sofrimento que estamos passando.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 138/513

| | | |
|----------------------------------|--|------------------------|
| 122.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 08/12/2020- CD | 18:40 |
| Publ.: DCD - 09/12/2020 - 119 | EDUARDO BISMARCK-PDT -CE | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Anúncio de votação pela Casa do Projeto de Lei Complementar nº 137, de 2020, sobre a criação de fonte de recursos para enfrentamento da calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19, reconhecida pelo Congresso Nacional. Apresentação à propositura, pelo orador, da Emenda nº 5 sobre a destinação de percentual de recursos para a conectividade e informatização de escolas públicas.

O SR. EDUARDO BISMARCK (PDT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria reforçar aqui que nós temos hoje na pauta o Projeto de Lei Complementar nº 137, de 2020, que cria fontes de recursos para o enfrentamento da calamidade, vindas dos fundos constitucionais.

Eu apresentei ao projeto a Emenda nº 5, que pretende destinar 10% desses recursos obrigatoriamente para investimento em conectividade, informatização e equipamentos tecnológicos, para a criação e fomento de parques tecnológicos nas escolas públicas do nosso Brasil.

Nós vimos, com as aulas *on-line*, neste ano de 2020, o quanto é importante nós informatizarmos as escolas públicas do Brasil. Essa emenda não se choca, de maneira alguma, com o Projeto de Lei nº 3.477, de 2020, para o qual nós votamos a urgência, e do qual também sou coautor. Muito pelo contrário, ela o complementa em termos de recursos. É uma oportunidade única para nós, em 2021, injetarmos um grande montante de recursos para escolas públicas levando, portanto, em outras palavras, *chips* com Internet, *tablets* e lousas digitais para todas as escolas.

Documento 139/513

| | | |
|---------------------------|--|-------|
| 122.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 08/12/2020- CD | 18:52 |
| Publ.: DCD - 09/12/2020 - | ZÉ SILVA-SOLIDARIEDADE -MG | |

Sumário

Conclamação aos Parlamentares para votação e rejeição do Veto Parcial nº 46, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 735, de 2020, (Projeto Assis Carvalho), sobre as medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018. Importância do apoio governamental à agricultura familiar. Transcurso do 72º aniversário de criação do Serviço Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural.

O SR. ZÉ SILVA (Bloco/SOLIDARIEDADE - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, nós estamos chegando ao final de um ano que parece muito mais um filme de ficção científica. Essa sombria pandemia colocou todos nós à prova, mas especialmente a agricultura familiar, o único setor da economia brasileira que, dentre as medidas que nós aprovamos aqui no Congresso Nacional -- medidas do Poder Executivo, da Presidência da República, dos Ministérios --, não teve uma ação concreta de apoio nesse período de pandemia. Foram poucas ações.

Esta Casa cumpriu o seu papel. Quase metade dos Parlamentares apresentaram 26 proposições apensadas ao PL 735/20, de autoria do Deputado Enio Verri, do Partido dos Trabalhadores.

Foi uma engenharia de consenso, em que ouvimos todas as organizações dos agricultores, dos produtores rurais, dos trabalhadores. No meu substitutivo, nós colocamos cinco medidas concretas simples e precisamos, na próxima semana, na sessão do Congresso Nacional, derrubar os vetos do Presidente da República.

Uma dessas medidas é o auxílio emergencial para o meio rural, para o agricultor familiar, para os trabalhadores rurais, já que quase 2,4 milhões de trabalhadores rurais acessaram o benefício que não era para eles, era para os trabalhadores da cidade. Se não fosse o nosso substitutivo, essa proposição, eles perderiam a condição de segurados especiais e não poderiam se aposentar.

Outra medida é uma linha de crédito especial de 10 mil reais com condições diferenciadas para o protagonismo da mulher na agricultura familiar. Outra matéria é um projeto de fomento produtivo, já que a agricultura familiar representa 84% do número de produtores rurais do nosso País. Esse fomento tem também um quesito especial para o protagonismo da mulher. Outra medida é o apoio à comercialização, já que, no período de pandemia, aqueles momentos sagrados em que o

campo e a cidade se encontram, que são as feiras livres, foram prejudicados, porque muitos agricultores não tinham e não têm como comercializar sua produção. Também será um recurso com condições diferenciadas para o protagonismo das mulheres do campo.

E há uma última medida, que é a renegociação das dívidas da agricultura familiar, já que eles tiveram prejudicada a produção, a comercialização. Então, como eles vão conseguir pagar os seus financiamentos?

Mas, infelizmente, a maioria desses quesitos foram vetados. Restou principalmente o quesito de não permitir que aqueles que acessaram o auxílio emergencial para os trabalhadores urbanos perdessem a condição de segurado especial e um outro também, o de que aqueles que têm a cédula de produtor rural, com garantia do produto, possam pagar essa cédula de produtor rural com a própria produção.

Por isso, eu estou conclamando todos os colegas Parlamentares, Deputados e Senadores, para que, na próxima semana, numa sessão do Congresso, nós venhamos todos, num movimento de todo o Parlamento brasileiro, para a derrubada dos vetos. A agricultura familiar deve ser respeitada como ela merece, e essas cinco medidas serão fundamentais para a retomada da economia. Elas não são só para ajudar a agricultura familiar, não, são para ajudar principalmente as pessoas que moram na cidade, que representam 85% da nossa população, já que a agricultura familiar produz principalmente os produtos da nossa cesta básica. Então, apoiar a agricultura familiar é também garantir que a inflação não será retomada, é garantir a retomada da economia, especialmente a economia agrícola brasileira, que leva não só a produção, mas também a história das nossas comunidades.

Quero aqui, Presidente, agradecer a todos aqueles que, nessa engenharia de consenso, aprovaram aqui, nos últimos 30 anos, o conjunto de medidas tão fundamentais para a agricultura familiar.

Precisamos garantir a derrubada dos vetos e a agricultura familiar, que teve, nos quesitos, a valorização do protagonismo da mulher e, como porta de entrada, a Assistência Técnica e Extensão Rural, que nesta semana, completou 7 décadas de existência. Foi iniciada lá na minha Minas Gerais a primeira EMATER do Brasil, a EMATER de Minas Gerais.

Presidente, agradeço aqui esta oportunidade e conclamo os colegas Líderes, os colegas Deputados, os colegas Senadores para, nas próximas semanas, na sessão do Congresso, derrubarmos os vetos e garantirmos as medidas necessárias de apoio à agricultura familiar, à assistência técnica, ao protagonismo das mulheres do campo e à

retomada da economia brasileira.

Documento 140/513

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 32.2020.B | Sessão Outro Evento | 08/12/2020-13:00 |
| Publ.: DCD - 09/12/2020 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Descaso do Presidente Jair Bolsonaro com a epidemia de coronavírus. Apelo ao Presidente da República por vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero cumprimentar V.Exa., todos os colegas Parlamentares, e dizer da preocupação que nós gaúchos, brasileiros, temos com a vacina.

Lamentavelmente, em um período o Governo não reconheceu a vacina chinesa, nem a japonesa, nem a russa, nem a americana, enfim, o Governo não deu importância à vacina. Aliás, seguiu a mesma linha que adotou em relação ao próprio vírus, pois também nunca admitiu a existência dele, não reconheceu sua letalidade, enfim, era uma gripezinha. Mais do que isso, o Governo permitiu que ficassem em São Paulo, aos milhões, em caminhões frigoríficos, testes para detectar o vírus - mais de 6 milhões! Ou seja, tratou a questão da COVID-19, do coronavírus, com desdém.

E, agora, que está aí a vacina, que os ingleses começaram a aplicar a vacina, o Governo parece uma barata tonta, não sabe o que fazer: briga com Dória, em São Paulo, por conta da Coronavac; quer a Pfizer, a vacina inglesa que ele não tem condições de distribuir; acha que não pode ser a americana, porque não dá. O Governo está mais perdido do que cego em tiroteio, Presidente.

Eu preciso dizer muito claramente que nós precisamos tomar um norte, um rumo, uma direção. A vacina, não importa se é chinesa, se é americana, se é russa, se é a Sputnik, se é a Moderna, se é a Coronavac, se é inglesa, não importa, mas ela tem que vir para o Brasil para atender o povo brasileiro. *"Ah, mas algumas são caras."* Quem puder pagar, paga; quem não puder, o Governo banca. O nosso povo precisa ser vacinado, Presidente, e o Governo tem que criar meios para isso. Nós aprovamos aqui um projeto que destina 2 bilhões de reais em recursos para os insumos, a fim de que a FIOCRUZ

desenvolva a vacina no Brasil. Mas não é suficiente.

É preciso deixar muito claro que nós não temos que ter preconceito ideológico. A vacina não é nem de direita nem de esquerda, assim como o vírus não é nem de direita nem de esquerda. O vírus é morte, e a vacina é vida, é salvação da vida. É isso o que desejamos, Presidente.

Como eu digo, não importa o pelo do gato, o importante é que ele cace o rato. Não importa de qual país venha a vacina ou em qual laboratório ela seja feita, o importante é que ela funcione, tenha testagem, tenha segurança imunológica, para que ela seja administrada nas pessoas. Como eu disse, e repito, o importante é que o gato cace o rato, o importante é que a vacina tenha efeito, não importa qual a marca da vacina, de qual país ela venha. Nós não temos que tratar disso com ideologia. Nós temos que olhar para isso como saúde, como vida para o cidadão brasileiro.

Por isso, faço o apelo, Sr. Presidente, em favor da vida, da saúde, da vacina contra o coronavírus, da vida com intensidade, com felicidade, com qualidade, para o povo gaúcho, para o povo brasileiro, em favor da vacina para salvar a vida do nosso povo. Esse apelo eu faço a V.Exa., aos colegas Parlamentares, ao Congresso Nacional, ao Ministério da Saúde e ao Presidente Bolsonaro. Não é possível que fiquemos discutindo assuntos menores, e, enquanto isso, a doença vá matando gente e a vacina não venha. Vacina já! É disso que o Brasil precisa e é isso que se espera do Congresso Nacional e, principalmente, do Governo Federal.

Documento 141/513

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 32.2020.B | Sessão Outro Evento | 08/12/2020-13:04 |
| Publ.: DCD - 09/12/2020 - BIBO NUNES-PSL -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Congratulações ao Presidente Jair Bolsonaro pela garantia de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Digníssimo Presidente, nobres colegas, é com satisfação que participo desta sessão remota. Quero dizer da minha alegria em ver a preocupação do Governo, dos Ministros, dos Deputados da base, que estão na torcida para que chegue o quanto antes a vacina para todos

nós brasileiros.

O Presidente Bolsonaro já disse que vai distribuir gratuitamente a vacina e de forma não obrigatória. E os urubus de plantão, com olhos na nuca, contra tudo e a favor de nada, chegam a debochar: "*Como de graça? Nada é de graça*". Gostariam de pagar? O bom seria se pagassem? É isso? Você paga os seus impostos, tem outros compromissos, não há problema algum. Mas por "de graça" se entende o seguinte: você não vai gastar um centavo a mais.

Eu, de minha parte, tomo qualquer vacina, da China, da Tanzânia, da Bulgária, de onde vier, porque todos os países são responsáveis, todos têm seus órgãos de validação da vacina. Nós temos a ANVISA, os Estados Unidos têm a FDA.

Quero cumprimentar o Governo, por meio do Ministério da Saúde, por estar tão preocupado em garantir o abastecimento de vacinas para todo o povo brasileiro, indiferentemente das marcas e das nações na quais sejam produzidas.

Eu dou preferência à que está sendo produzida pela FIOCRUZ, até porque é feita em solo brasileiro. Toda vacina passa por testes e tem seu rito. Quando chega ao mercado, é porque foi aprovada pela ANVISA. Nenhuma vacina no Brasil será permitida sem a aprovação ou homologação da ANVISA. Então, vamos parar de criar problema onde não há.

A saúde não tem ideologia, a saúde é apartidária. Por isso, quem defende um partido deve, no mínimo, defender também a educação para todo o povo brasileiro. Espero que não se fique, em momento algum, torcendo para que venha uma vacina que dê problema para quererem culpar o Governo Bolsonaro. Temos que ser solidários! O que mais vale na vida não é dinheiro. O que mais vale na vida é saúde. É o momento de mandarmos embora o quanto antes essa famigerada pandemia que tanto tumultuou o ano de 2020. Mesmo assim, o nosso Governo foi em frente. O melhor está por chegar.

Uma boa vacina para todos os brasileiros e saúde para todos!

Muito obrigado, nobre Presidente.

Documento 142/513

| | | |
|---|---------------------------|------------------------------------|
| 32.2020.B | Sessão Outro Evento | 08/12/2020-13:40 |
| Publ.: DCD - 09/12/2020 - JOSEILDO RAMOS-PT -BA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Denúncia de irregularidades no processo de aprovação do Projeto de Lei nº 4.199, de 2020, acerca da instituição do Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem - BR do Mar, e a alteração das Leis de nºs 5.474, de 1968; 9.432, de 1997; 10.233, de 2001, e 10.893, de 2004. Possibilidade de judicialização da propositura. Apreensão do orador ante a politização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, tendo em vista o seu papel do processo de liberação de vacina contra a Covid-19.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, eu gostaria de fazer um alerta, principalmente ao Deputado que estava presidindo esta sessão há pouco, já que ontem presenciou a denúncia, que durante muito tempo transcorreu naquela sessão na madrugada, inclusive com a possibilidade de judicialização, de crimes que aconteceram, de vícios que aconteceram no Projeto de Lei nº 4.199, de 2020, que ainda continuaremos a votar.

As notas taquigráficas estão aí. É preciso dar respostas, porque a população precisa dessa prestação de contas.

Também neste pronunciamento eu quero manifestar-me sobre a tomada de assalto em torno da ANVISA. A ANVISA enquanto órgão regulador vai responder por algo muito importante neste momento da pandemia no Brasil. É essa agência que vai consolidar a liberação das vacinas que serão postas à disposição do povo brasileiro.

Entretanto, a ANVISA agora está cheia de militares. Parece que é a antessala da politização da agência, que é um instrumento, que é uma ferramenta de Estado. Ela não pode estar ao sabor de qualquer governante de plantão, muito menos esse, que é negacionista, que não acredita em vacina e que não tem contribuído, sob qualquer hipótese, para trazer a população para perto da responsabilidade coletiva, que deveria estar movendo o nosso País em torno do combate à pandemia.

É um alerta que faço por conta do ambiente de judicialização que se aproxima em torno do PL 4.199 e também com relação à ANVISA, que está sendo sitiada, verdadeiramente sitiada, a fim de que possa ser politicamente manipulada, contrariando os interesses primeiros da sociedade brasileira no combate à pandemia, já que a vacina, de fato, é o único agente, o agente imunológico que pode nos livrar dessa peste que assola todo o País e todo o mundo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 32.2020.B | Sessão Outro Evento | 08/12/2020-13:56 |
| Publ.: DCD - 09/12/2020 - JORGE SOLLA-PT -BA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Consternação com a ocorrência de 177.388 mil mortes no País provocadas pela Covid-19. Postura irresponsável do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Defesa de vacinação do povo brasileiro contra o coronavírus. Suspensão de exames de HIV/AIDS e hepatite pelo Sistema Único de Saúde - SUS, em face da omissão do Ministério da Saúde na renovação de contratos. Anúncio de corte dos recursos orçamentários destinados à Pasta. Apresentação de medida judicial contra a anunciada revogação, pelo Governo Jair Bolsonaro, de portarias pertinentes à saúde mental. Denúncia do Deputado Fausto Pinato, da base governista, sobre irregularidades no processo de aprovação do Projeto de Lei nº 4.199, de 2020, acerca da instituição do Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem - BR do Mar, e a alteração das Leis de nºs 5.474, de 1968; 9.432, de 1997; 10.233, de 2001, e 10.893, de 2004.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Presidente e todos que nos acompanham.

Em primeiro lugar, não posso deixar de registrar mais uma vez o nosso pesar pelas 177.388 vítimas da pandemia da COVID-19. As mortes não teriam sido desta monta se este Governo não fosse tão irresponsável, se o Presidente Bolsonaro não fosse o maior aliado do vírus.

Queremos manifestar aqui a nossa posição em defesa de que não devemos e não podemos aceitar - esta Casa não pode aceitar, Sr. Presidente - essa proposta ridícula do Ministério da Saúde de levar todo o ano de 2021 para alcançar menos de 50% da população brasileira no que diz respeito à vacinação.

Não podemos excluir vacina pela sua origem. Esses que falam tanto de ideologia e de pátria são os maiores vendilhões e os maiores ideólogos. Querem vetar a vacina de origem chinesa. Isso vai impedir o alcance necessário.

É bom lembrar que Bolsonaro, quando era Deputado, disse que o Governo não devia gastar 1 real com diagnóstico e tratamento de HIV/AIDS. Agora, como Presidente, ele faz isso na prática. Deixaram o contrato vencer. Vou repetir: deixaram o contrato vencer. Com isso, estão suspensos os exames de HIV/AIDS e hepatite. Esse é mais um

crime de responsabilidade e um crime sanitário que esse Presidente pratica.

Outro crime é o corte de 35 bilhões que eles querem fazer no orçamento do Ministério da Saúde, apresentado na LDO, que vai entrar em votação nesta Casa. Eu espero que os Parlamentares não sejam cúmplices desse corte criminoso.

Outro crime é o desmonte que querem fazer em relação à área de saúde mental. Já apresentei medida judicial para buscar uma cautelar que impeça que o Ministério da Saúde destrua uma política pública tão importante, tão bem-sucedida. Até as escolas do Sistema Único da Saúde nos Estados estão sendo excluídas do Ministério da Saúde. Essa é uma ação perniciosa, um ataque à saúde, ampliando as mortes por COVID, acabando com o diagnóstico de DST-AIDS, destruindo o orçamento do Ministério da Saúde, destruindo a área de saúde mental.

Antes de concluir, não posso deixar de registrar a nossa indignação com o que aconteceu ontem aqui à noite. Esse projeto da cabotagem é o projeto da sabotagem. É da sabotagem, porque eles vão acabar de destruir o resto da indústria naval. A parte da indústria naval que não foi destruída por Moro e pela turma da Lava-Jato vai ser agora destruída por esse projeto da cabotagem, que é o projeto da sabotagem. Mais destruição de direitos trabalhistas! Mais ataques ao poder de consumo da população, especialmente no Norte e no Nordeste!

Ontem, quem fez denúncia não foi a Oposição, não, Presidente, foi o Deputado Pinato, do PP, que veio aqui e chamou o Ministro de mentiroso. Falou de *lobby*, falou de armação, falou de fraudes em relatórios do CADE, falou de conluio para beneficiar três empresas com esse projeto da cabotagem, que é o projeto da sabotagem. É sabotagem contra a indústria naval, é sabotagem contra a economia brasileira, é sabotagem contra direitos trabalhistas. Tudo virou negócio neste Governo, desses senhores que estão ocupando o Palácio do Planalto.

Documento 144/513

| | | |
|---|----------------------------|------------------------------------|
| 32.2020.B | Sessão Outro Evento | 08/12/2020-14:04 |
| Publ.: DCD - 09/12/2020 - JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO-PT -CE | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Homenagem à memória do ex-Deputado Federal e ex-Prefeito Cesário Barreto

Lima, do Município de Sobral, Estado do Ceará. Apelo à Casa de votação do Projeto de Lei nº 1.328, de 2020, acerca da suspensão, por 120 dias, do pagamento das obrigações de operações de créditos consignados em remunerações, salários, proventos, pensões e benefícios previdenciários, de servidores e empregados, públicos e privados, ativos e inativos, bem como de pensionistas.

O SR. JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO (PT - CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero fazer um registro muito importante, sobre o centenário de nascimento de Cesário Barreto Lima, de uma família tradicional da política da região norte do Ceará, líder político por 4 décadas em Sobral, filho do comerciante Chagas Barreto e da dona de casa Cesarina Lopes Barreto, um dos fundadores do famoso time de futebol Guarany, de Sobral, em 1938.

Sr. Presidente, na transmissão, a minha imagem não está aparecendo.

O SR. PRESIDENTE (Marcel van Hattem. NOVO - RS) - É fato. Nós não estamos vendo V.Exa., Deputado.

V.Exa. deve acionar o vídeo no seu aplicativo.

O SR. JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO (PT - CE) - Sr. Presidente, eu queria fazer este registro sobre o centenário de nascimento de Cesário Barreto Lima, um grande político da região de Sobral, aqui no Ceará.

Cesário foi Prefeito de Sobral de 1963 a 1967 e foi Deputado Federal e nosso colega na Câmara dos Deputados de 1978 a 1982. Trata-se de uma das figuras mais importantes e ímpolutas da história de Sobral.

Eu tenho o privilégio de contar com a amizade do nosso querido César Barreto, filho do saudoso Cesário Barreto, uma figura renomada e conhecida no Ceará, um dos maiores poetas cearenses, o Poeta do Becco, uma figura extraordinária.

Quero parabenizar todos os sobralenses e todos os admiradores da família Barreto Lima.

Cesário tem história e se tornou um dos políticos mais renomados, com ética, seriedade e compromisso com a causa pública.

Fica registrada aqui a minha homenagem ao centenário de nascimento de Cesário Barreto Lima, no dia 6 de dezembro de 1920. Ele foi uma grande figura sobralense.

Quero aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente, para também fazer um apelo a esta Casa, a fim de que seja pautado o Projeto de Lei nº

1.328, de 2020, do Senado Federal, do Senador Otto Alencar, que aprovou a suspensão do pagamento dos empréstimos consignados durante 4 meses.

Nós sabemos da importância dessa suspensão para os servidores públicos do País como um todo. Neste momento de crise que nós estamos vivenciando, os servidores públicos têm cumprido um papel relevante e decisivo na história do nosso País. É justo que, neste momento de crise e de dificuldade financeira, possamos suspender o pagamento dos empréstimos consignados durante 4 meses, conforme foi aprovado no Senado Federal

Estamos solicitando que seja pautado esse projeto, ao qual estão apensados outros projetos - inclusive, um do Deputado José Guimarães, outro de minha autoria -, pedindo a suspensão do pagamento dos empréstimos consignados.

Faço esse apelo e solicito a esta Casa que pautе essa matéria muito relevante para os servidores públicos do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 145/513

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 32.2020.B | Sessão Outro Evento | 08/12/2020-14:12 |
| Publ.: DCD - 09/12/2020 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Necessidade de suspensão das votações do Projeto de Lei nº 4.199, de 2020, sobre a instituição do Programa de Estímulo à Navegação por Cabotagem - BR do Mar, e a alteração das Leis de nºs 5.474, de 1968; 9.432, de 1997; 10.233, de 2001 e 10.893, de 2004, tendo em vista à denúncia do Deputado Fausto Pinato sobre a realização de negociações fraudulentas para a aprovação da proposição. Indignação da oradora com a participação do Presidente Jair Bolsonaro em brechó de suas vestes, diante da ocorrência de 170 mil mortes no País pela Covid-19. Inexistência, no âmbito do Governo Federal, de plano de imunização do povo brasileiro contra o coronavírus. Necessidade de aprovação do Projeto de Lei nº 4.372, de 2020, sobre a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Inadmissibilidade de migração de recursos do FUNDEB para instituições privadas de ensino.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós terminamos a sessão na madrugada de ontem num sobressalto.

Primeiro, houve um açodamento para votar modificações radicais no planejamento da navegação de cabotagem brasileira, favorecendo, de maneira direta, sem disfarces, a indústria náutica internacional. Isso nos causou espécie. Mas, no meio da madrugada, o Deputado Fausto Pinato denuncia um esquema, denuncia armações, denuncia fraudes.

É preciso que essa votação seja interrompida, porque não foi terminada. É preciso apurar o que aconteceu nos bastidores dessa votação na calada da noite. Isso não pode se repetir na Câmara dos Deputados. É necessário que a discussão passe por Comissões Especiais. É necessário que os setores sejam mobilizados para a discussão de modificações tão radicais.

É dessa forma que V.Exas. querem entregar ao mercado a agenda das privatizações? É entregando o Brasil? Que nacionalismo é esse, tão propalado pelo Presidente da República, que agora resolve fazer vitrines dos seus trajes, enquanto mais de 170 mil pessoas perdem a vida no País, em função da COVID-19, sem que haja um plano de imunização? Enquanto estamos observando, de forma até invejosa, os britânicos serem vacinados, nós não sabemos se, em meados de 2021, teremos metade da população brasileira imunizada. É necessária uma posição séria e enérgica do Congresso Nacional, desta Câmara dos Deputados, para exigir um plano nacional de imunização.

Hoje, Sr. Presidente, teremos a votação da regulamentação do FUNDEB. Será a prova dos nozes! Como houve uma mobilização gigantesca da educação brasileira, em especial dos professores, dos funcionários das escolas, dos alunos, houve a impossibilidade de, antes das eleições, Deputados colocarem a digital contra o FUNDEB. Mas, se não o regulamentarmos hoje, igualmente teremos um apagão em 2021 em relação ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

É necessária a aprovação. É necessário dizer que nós não aceitaremos a migração de recursos públicos para o ensino médio profissional - é isso o que Paulo Guedes quer e, por isso, colocam Ministros da Educação mudos, a partir dos gritos, dos uivos escandalosos e desvairados do fugitivo Weintraub. É necessário dizer que verba pública é para educação pública.

Por isso, pedimos o voto para o relatório do novo FUNDEB.



Publ.: DCD - 09/12/2020 - CARLOS VERAS-PT -PE

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Associação à luta da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE e dos sindicatos dos professores, em defesa de votação e rejeição do Veto Parcial nº 48, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, acerca do disciplinamento do acordo com credores para pagamento com desconto de precatórios federais; do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; da destinação dos recursos deles oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de nºs Lei nº 7.689, de 1988, 8.212, de 1991. Indagação sobre a autoria do assassinato da Vereadora Marielle Franco, ocorrido no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O SR. CARLOS VERAS (PT - PE. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Ainda que a população brasileira de maneira geral esteja vivendo momentos difíceis por conta da COVID-19, por conta dos ataques e da falta de cuidado e de compromisso com ela, eu não poderia deixar de vir a Brasília para, desta tribuna, dizer que me somo à luta da CNTE, dos sindicatos de professores e professoras, para que na próxima sessão do Congresso Nacional nós possamos incluir na pauta o veto aos precatórios do FUNDEF. Não é possível que um Governo vete algo tão importante para o conjunto dos professores e professoras!

E nós precisamos lutar para que vá à pauta o veto aos precatórios, de modo que possamos derrubá-lo, porque reconhecimento e valorização não se vetam. Há Deputados e Deputadas que, às vezes, nas bases fazem um discurso fácil, dizendo que defendem os professores e professoras, mas, na hora de votar muitos projetos, acabam votando contra a classe trabalhadora.

É importante que todos os Deputados e Deputadas, em especial os que são da base do Governo Bolsonaro, pressionem os Líderes partidários para que possamos colocar o veto aos precatórios do FUNDEF na pauta e possamos derrubá-lo, porque, repito, valorização e reconhecimento não se vetam.

E quero dizer aos professores e professoras que nós estamos juntos nessa luta.

Precisamos também mobilizar este Parlamento para que uma conquista tão importante como o novo FUNDEB, o financiamento

permanente da educação básica pública no País, não seja destruída. Nós precisamos, sim, ainda este ano, regulamentar o novo FUNDEB, mas não podemos abrir mão das conquistas que tivemos. Nós precisamos garantir que, a partir de janeiro, a educação básica pública tenha esse orçamento e esses recursos para pagar os professores e professoras, para garantir um ensino de qualidade neste País, mas sem abrir mão de nenhum direito conquistado em uma luta árdua, em uma mobilização intensa de toda a sociedade brasileira, em especial dos professores e professoras.

Encerro fazendo uma pergunta de todos nós que defendemos a liberdade e a democracia; que defendemos a vida - porque vidas importam, e importam muito; que ouvimos, às vezes, alguns discursos populistas, fascistas querendo banalizar as coisas, escondendo fatos reais. Por isso, encerro perguntando: quem mandou matar Marielle Franco? Quem mandou matar Marielle Franco? O Brasil quer saber, senhores e senhoras.

Documento 147/513

| | | |
|---|---------------------------|------------------------------------|
| 32.2020.B | Sessão Outro Evento | 08/12/2020-14:32 |
| Publ.: DCD - 09/12/2020 - CORONEL TADEU-PSL -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Natureza fictícia e fantasiosa da campanha divulgada pelo Governador João Doria, para vacinação em massa da população do Estado de São Paulo contra a Covid-19. Responsabilidade, franqueza e sinceridade do Governo Jair Bolsonaro na condução das ações de combate ao coronavírus.

O SR. CORONEL TADEU (Bloco/PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde a todos os colegas.

No momento em que o Governo Bolsonaro, a partir do Ministério da Saúde, vem tomando todas as precauções, com toda a responsabilidade necessária, para que nós possamos promover, no início do ano que vem, uma campanha de vacinação contra a COVID-19, nós estamos vendo Governantes, que eu posso chamar de irresponsáveis, verdadeiros artistas da política, que, em vez de se preocuparem com a população, estão muito mais preocupados com a sua própria imagem.

Este recado tem destino certo: é ao Governador do Estado de São Paulo, o Governador João Doria, que vem anunciando que vai iniciar a

campanha de vacinação no Estado, no início do mês. Eu pergunto: com que vacina? Essa vacina foi testada? Essa vacina já foi comprada? A que preço? Essa vacina já foi autorizada pelo órgão oficial brasileiro, que é a ANVISA? A nenhuma dessas perguntas eu consigo responder "sim". No entanto, esse sujeito, como eu já disse, de forma irresponsável - por que não dizer um verdadeiro maluco? -, está querendo submeter a população do Estado de São Paulo a uma campanha fictícia, a uma campanha fantasiosa.

Com vidas nós não podemos brincar. As vacinas demoram a ser construídas e também homologadas. É preciso que o povo brasileiro saiba que há um maluco no meio de 27 Governadores. É preciso saber que o povo brasileiro não pode se sujeitar a um autoritarismo, a uma ditadura provincial que se instalou no Estado de São Paulo. O povo brasileiro vai saber disso. É de tamanha irresponsabilidade querer se protagonizar de forma midiática, através de um *marketing* pessoal (*falha na transmissão*) pelos órgãos oficiais.

Eu continuo insistindo para que todos os brasileiros acompanhem as notícias e possam observar a responsabilidade, a franqueza e a sinceridade com que o Governo brasileiro, o Governo Bolsonaro, vem tratando a COVID-19.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 148/513

| | | |
|---|---------------------------|------------------------------------|
| 32.2020.B | Sessão Outro Evento | 08/12/2020-14:36 |
| Publ.: DCD - 09/12/2020 - CAMILO CAPIBERIBE-PSB -AP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Falta de clareza do Presidente Jair Bolsonaro com relação à vacina contra a Covid-19. Postura irresponsável do Presidente da República no tocante ao enfrentamento da epidemia de coronavírus. Utilização, pelo Governo do Estado de São Paulo, da Covid-19 para fins eleitoreiros. Atribuição à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL da responsabilidade pelo recente blecaute ocorrido no Estado do Amapá. Pedido de inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 5.161, de 2020, a respeito da alteração da Lei nº 9.986, de 2000, com vista à destituição de membro do conselho diretor ou de diretoria colegiada de agências reguladoras. Atuação irresponsável da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Sem revisão do orador.) -



Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde a todos os que acompanham esta sessão. Eu gostaria de dizer da nossa preocupação com a falta de política clara do Presidente Jair Bolsonaro em relação à questão da vacina contra a COVID-19. Nós vimos que, na Inglaterra, essa vacinação já se iniciou, enquanto, no nosso País, o Brasil, há uma grande confusão entre o Governo Federal e o Governo de São Paulo. Acabamos de acompanhar o discurso de um Deputado bolsonarista, fazendo política com a questão da saúde pública. Nós não podemos ficar como estamos, infelizmente, dentro dessa disputa do Governo Federal, que tem agido de maneira irresponsável durante toda essa pandemia, e também do Governo de São Paulo, que tenta tirar proveito político e se cacifar. Mas isso só acontece porque existe um vácuo de gestão política dessa grave crise que o Brasil está vivendo.

E eu gostaria de dizer que essa questão que é de falta de liderança e também de excesso de oportunismo - infelizmente, estamos nessa condição - ainda envolveu as agências reguladoras. O Amapá acabou de viver uma situação terrível de um apagão, graças à falha da Agência Nacional de Energia Elétrica. A ANEEL falhou em fiscalizar uma empresa irresponsável que não tomou as medidas básicas para garantir que um sistema complexo, como é um sistema de rebaixamento de energia elétrica, pudesse estar assegurado. E o Amapá ficou 21 dias sem energia, graças a esse esvaziamento da estrutura do Governo Federal. Isso nunca tinha acontecido. A ANEEL foi de uma irresponsabilidade com o nosso povo do Amapá difícil de descrever.

Eu apresentei, Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 5.161, de 2020, para que, a partir da Câmara dos Deputados e do Senado, a requerimento aprovado por maioria simples de qualquer uma das duas Casas, o Senado seja provocado a dar um voto de censura - ele pode censurar ou não - e destituir os diretores das agências reguladoras.

A ANVISA, que foi aparelhada pelo Governo Jair Bolsonaro, vem agindo de maneira irresponsável com a população, da mesma maneira que a ANEEL. Chega dessa blindagem absurda concedida a essas agências! Até o Presidente pode ser afastado, mas os diretores de agência são blindados para defender os interesses do mercado.

Vamos pautar o PL 5.161/20 para devolver ao poder político a capacidade de destituir as direções das agências reguladoras quando elas forem irresponsáveis, omissas ou negligentes.

Sr. Presidente, peço que esse meu pronunciamento seja divulgado nos órgãos de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 32.2020.B | Sessão Outro Evento | 08/12/2020-14:40 |
| Publ.: DCD - 09/12/2020 - EDUARDO BISMARCK-PDT -CE | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Agradecimento aos eleitores cearenses pela eleição de Sarto Nogueira para o cargo de Prefeito Municipal de Fortaleza, e pela recondução de Bismark Maia à Prefeitura Municipal de Aracati. Agradecimento à empresa Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A pela inauguração de voo entre São Paulo e Aracati. Atrações turísticas e belezas naturais da municipalidade. Anúncio de votação pela Casa do Projeto de Lei Complementar nº 137, de 2020, sobre a criação de fonte de recursos para enfrentamento da calamidade pública decorrente da Covid-19, reconhecida pelo Congresso Nacional. Apelo aos Parlamentares de aprovação da Emenda nº 5 oferecida à proposição, para destinação de percentual de recursos ao setor escolar para conectividade e aquisição de equipamentos tecnológicos.

O SR. EDUARDO BISMARCK (PDT - CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas aqui presentes, gostaria de dizer da minha alegria de estar aqui de volta presencialmente após esse período de eleições, em que as urnas foram extremamente generosas com nosso partido, o PDT, no nosso querido Estado do Ceará e também com muitos outros projetos que estão voltados, ligados às pessoas que mais precisam. Então, faço esse agradecimento a todos os meus conterrâneos cearenses, especialmente aos da nossa querida Fortaleza, que elegeram o Prefeito Sarto, e também aos do meu querido Município de Aracati, que reconheceram o trabalho do Prefeito Bismarck Maia e o reelegeram para mais 4 anos.

Na esteira do que estou falando, o nosso querido Município de Aracati desenvolveu-se a passos largos nos últimos 4 anos. Gostaria de fazer um breve registro e também um agradecimento à companhia aérea Azul, que colocou o voo de um jato, com mais de 100 passageiros, ligando São Paulo ao nosso Município de Aracati, que, para quem não sabe, é onde se localiza a praia de Canoa Quebrada. Lá também temos muitas belezas tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN nos casarios portugueses da nossa Rua Coronel Alexanzito.

Queria dizer também da nossa grande alegria de poder receber esse fluxo de turistas no polo da nossa Canoa Quebrada, nas Praias de Quixaba, Majorlândia, Lagoa do Mato, Retirinho, Cumbe. Muito além

disso, vai trazer muito progresso e desenvolvimento um voo como esse. Quero agradecer os esforços do nosso Governador Camilo Santana e também do Prefeito Bismarck Maia, que não mediram nenhum tipo de esforço para que esse voo pudesse acontecer. A partir do próximo dia 17, quinta-feira, será um voo regular, e não um *charter*.

Sr. Presidente, nós votaremos aqui nesta Casa o Projeto de Lei Complementar nº 137, de 2020, que está na pauta. O projeto retira dinheiro de diversos fundos constitucionais para ajudar no combate à pandemia. Com todo respeito a meu colega Deputado Mauro Benevides Filho, por quem eu tenho uma grande admiração, apresentei uma emenda no sentido de ajudar. E aí eu queria fazer um apelo às bancadas ligadas à educação -- o nosso partido, o PDT, tem a pauta educação como bandeira -- e a todas as frentes parlamentares ligadas à educação, para que destinemos 10% desses recursos que estão previstos para o ano que vem para o fomento do desenvolvimento do parque tecnológico das escolas e também para a conectividade. Por que isso? Qual foi a maior dificuldade que vimos nas escolas públicas? O aluno que nela está não tem nem o *chip* nem o equipamento para poder assistir à aula *on-line*.

Agora, isso será uma nova realidade.

Portanto, eu peço o apoio dos colegas para a aprovação da Emenda nº 5 ao Projeto de Lei Complementar nº 137, para a destinação de recursos para a educação, para a aquisição de equipamentos tecnológicos e *chips*.

Sr. Presidente, peço que, se possível, este pronunciamento referente ao Município de Aracati seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado a todos.

Documento 150/513

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 33.2020.B | Sessão Outro Evento | 09/12/2020-13:00 |
| Publ.: DCD - 10/12/2020 - CARLOS JORDY-PSL -RJ | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Política da epidemia de coronavírus. Propósito do Governador do Estado de São Paulo, João Doria, de importação de vacina não registrada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.



O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PSL - RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, cidadãos que nos assistem em casa, nós chegamos ao auge da politização desta pandemia.

Primeiro, nós observamos, no início da pandemia, toda a politização em torno do *lockdown*: "*Fecha tudo. Fique em casa. A economia nós vemos depois*". E isso sempre com o argumento de salvar vidas. Vidas não foram salvas e, pelo contrário, a economia quase foi pelo ralo, quase entrou em colapso - só não foi graças às ações do Governo Federal.

Depois, politizou-se um medicamento conceituado de muitos anos no mercado, a cloroquina, que serve para o tratamento precoce da doença. E o fizeram dizendo que não havia respaldo científico para utilizá-la no tratamento precoce, não permitindo o uso dela - muitos Governadores e Prefeitos, e até alguns médicos. Houve uma verdadeira guerra contra o Governo Federal e pessoas que aconselhavam o seu uso.

Agora, há uma politização em torno do plano de imunização, que é federal. E aí aparecem diversos charlatões, como bem disse o Governador Caiado, querendo assumir essa pauta como se fossem os heróis da Pátria, já fazendo campanha à Presidência. Quer-se vender ao Brasil uma vacina - a chinesa - que sequer teve a eficácia comprovada cientificamente por interesses escusos, que não são do interesse público, mas, sim, do interesse político.

Obviamente, estamos falando do Governador Doria, que, lamentavelmente, vem a todo o momento querer empurrar essa vacina, sem comprovação científica, sem registro da ANVISA, para que as pessoas sejam verdadeiros ratos de laboratórios, já que não há a comprovação científica dos seus efeitos na população.

Talvez, se a cloroquina fosse chinesa, tanto a imprensa quanto alguns Governadores já estariam difundindo os efeitos verdadeiramente práticos do tratamento precoce, fazendo campanha, divulgando casos de pessoas recuperadas. Mas, como não é, nós vemos a politização da pandemia por parte de pessoas que não têm interesse na saúde pública, que não têm interesse em salvar vidas, mas, sim, interesses políticos.

Eu digo a V.Exas. que o Governador Doria e outras pessoas que têm interesse na vacina chinesa - vacina que ainda não teve a eficácia comprovada - e que quer que ela seja aplicada na população, que façam o uso antes, para que, depois, a população, se quiser, possa fazê-lo. Mas, no Governo Bolsonaro, ninguém será obrigado a se vacinar.

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 33.2020.B | Sessão Outro Evento | 09/12/2020-13:04 |
| Publ.: DCD - 10/12/2020 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Visão negacionista do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Desqualificação do Presidente da República. Exigência de lançamento de plano nacional de imunização contra a Covid-19. Apelo ao Plenário de não votação do relatório oferecido pelo Deputado Felipe Rigoni ao Projeto de Lei nº 4.372, de 2020, sobre a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) -
Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Primeiro, quero dizer que já estamos perto de 180 mil vidas perdidas para a COVID-19. E não houve qualquer alarmismo nem politização. O que houve foi o negacionismo do Governo Federal, um Governo que não se importa com a vida, que não emitiu uma nota de condolências às famílias enlutadas, que não se coloca na linha de frente para fazer um plano nacional de imunização.

Por isso, o último orador precisaria rever a posição dele, porque, na verdade, quem politiza é quem nega a pandemia; quem politiza é quem tenta ser representante de medicamentos, como foi o Sr. Jair Bolsonaro com a cloroquina e a hidroxicloroquina. As Forças Armadas terão que dizer ao Brasil porque gastaram tanto em relação à produção dessa medicação, ótima para lúpus eritematoso, malária e outras doenças autoimunes, mas jamais para a COVID-19. Isso é que é experimentalismo, isso é que é fazer a população de cobaia. É agir como Trump - que perdeu vergonhosamente as eleições nos Estados Unidos da América do Norte -, que sugeriu à população que bebesse detergente e desinfetante.

Então, senhores, vamos ter coerência, vamos ter respeito para com a população. Charlatão é o Ministro General, que se submete a ordens de um Presidente desqualificado. Mas é isso, e exigimos o plano nacional de imunização, porque vacina é direito.

Segundo, Sr. Presidente, eu gostaria, nesse 1 minuto e 13 segundos que me restam, de rogar ao Plenário desta Câmara dos Deputados,

aos Srs. Líderes, para que não votemos a regulamentação do FUNDEB com o relatório na condição em que se encontra.

O Relator, o Deputado Felipe Rigoni, reuniu-se na manhã de hoje com Deputados que têm interesse na educação e militam na área. Já fez duas inflexões importantes. Uma se refere a convênio com o Sistema S apenas, e a outra se refere à questão dos trabalhadores em educação, à incorporação de psicólogos e assistentes sociais. Mas não se abre um leque de incorporações, de convênios e de contratações de outros profissionais, multiprofissionais, na área de educação, o que poderia gerar uma redução gigante no piso salarial e na remuneração dos trabalhadores em educação.

Ainda há muitos pontos a serem tratados. Propomos que a pauta das mulheres venha hoje para a pauta do Plenário e que nós possamos ter esse tempo de negociação para que o relatório não divirja do que está na Constituição, a partir da PEC do novo FUNDEB.

Falo em meu nome e também em nome de milhões de profissionais de educação que esperam desta Câmara coerência e firmeza na defesa do texto constitucional, na defesa do novo FUNDEB. Os professores estão observando a Câmara na tarde de hoje.

Muito obrigada, Presidente.

Documento 152/513

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 33.2020.B | Sessão Outro Evento | 09/12/2020-13:12 |
| Publ.: DCD - 10/12/2020 - ARLINDO CHINAGLIA-PT -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Pedido à Presidência de inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 5.413, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.979, de 2020, com vista à importação de vacinas, independente de autorização da autoridade sanitária.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Presidente.

Eu gostaria que ficasse visível o relógio, para que eu não ultrapasse o tempo.

Vou falar novamente sobre a COVID, porque o Brasil, que tem 210 milhões de habitantes, é o segundo país com o maior número de

mortes causadas por essa doença, está atrás apenas dos Estados Unidos, e estamos assistindo a declarações contraditórias, dia após dia, do Ministro da Saúde, o que demonstra falta de planejamento e absoluta insegurança quanto ao que vai ocorrer em relação a vacinas.

Tenho visto um debate que mostra, acima de tudo, desinformação. O Ministro da Saúde, que não fala em nome da ANVISA formalmente, declarou ontem que é de 2 meses a demora para liberação de uma vacina. Então, se dependermos do parecer da ANVISA, e dependemos, enfrentaremos graves dificuldades quanto à liberação de qualquer tipo de vacina. É verdade que a ANVISA, de acordo com a Lei nº 14.006, de 28 de maio de 2020, que alterou a redação original da Lei nº 13.979, tem 72 horas para responder, conforme as condições ali estabelecidas. E se ela disser não?

Considerando essa possibilidade, nós apresentamos há 2 dias o Projeto de Lei nº 5.413, junto com o Deputado Nilto Tatto, para fazer com que se cumpram requisitos previstos pela Lei nº 13.979, no sentido de que, de forma temporária, emergencial, não dependamos dessa autorização da ANVISA, desde que autoridades sanitárias do Japão, dos Estados Unidos, da União Europeia, da China, do Canadá já tenham feito a liberação. São esses países, são cientistas desses países, são empresas desses países que estão fornecendo vacinas ao mundo inteiro, e o Brasil está dramaticamente atrasado.

Vou dar apenas dois exemplos. Até agora, o Brasil apostou praticamente todas as suas fichas na vacina produzida pela Universidade de Oxford e pela empresa AstraZeneca. Ocorre que, casualmente, se descobriu que a eficácia é de 62%. Na média, 70% - não dá para explicar agora. E existe um consórcio mundial, organizado pela OMS, o Covax. O Brasil poderia ter comprado até 50% de doses para atender a população brasileira, mas, para piorar, comprou 10%.

Solicito então ao Presidente da Câmara que paute o Projeto de Lei nº 5.413, de 2020, para salvarmos vidas. Peço o apoio de todos os pares a esse projeto.

Obrigado, Presidente.

Documento 153/513

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 33.2020.B | Sessão Outro Evento | 09/12/2020-13:20 |
| Publ.: DCD - 10/12/2020 - LÍDICE DA MATA-PSB -BA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |



Sumário

Descompasso entre a concessão, pelo Governo Jair Bolsonaro, de isenção tributária nas importações de armas de fogo e as dificuldades impostas para aquisição de vacina contra a Covid-19. Pedido à Presidência de adiamento da votação do parecer oferecido pelo Deputado Felipe Rigoni ao Projeto de Lei nº 4.372, de 2020, a respeito da regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Não é possível deixar de registrar duas questões hoje.

Primeiro, quero falar da facilitação que o Governo vem programando para a compra de armas no Brasil. O Governo promove aquilo que causa morte.

Além disso, o Governo vem dificultando o diálogo com governadores, com autoridades responsáveis pelas regiões deste País, para adquirirmos e prepararmos o Brasil para um período de vacinação. Diante de mais de 170 mil mortes, o Governo continua com uma postura de falta de empatia com a dor do povo brasileiro, com falta de misericórdia, expressão usada pelos cristãos para essa situação.

É indispensável que possamos debater essa questão neste Parlamento. Não é possível assistirmos ao Brasil caminhando para o aumento da contaminação e do número de mortes, enquanto diversos países do mundo já começam a vacinar sua população. Seria um absurdo! Se o Governo insistir nisso, esta Câmara terá a obrigação de pôr na pauta as dezenas de processos de *impeachment* do Presidente da República.

A vida do povo brasileiro é mais importante do qualquer outro assunto que esta Câmara possa tratar. A proteção à vida está sendo permanentemente negada pelo Presidente da República, o Sr. Jair Bolsonaro.

Tenho um segundo ponto importante a registrar. Tenho participado desse esforço para buscarmos um ponto de unificação com o Deputado Felipe Rigoni, para que possamos votar a regulamentação do FUNDEB da mesma maneira que votamos o FUNDEB: por unanimidade. Precisamos entregar ao País, aos Municípios, aos Estados e, principalmente, às crianças, aos jovens e aos adolescentes do Brasil a oportunidade de ter uma educação de qualidade, com financiamento garantido, para que seja assegurado o futuro da população brasileira e das crianças brasileiras. Eu acabei de participar

de uma reunião com o Deputado.

Portanto, peço ao Presidente da Casa e ao Deputado Rigoni que façamos o esforço de não votarmos agora, para ganharmos esse tempo de hoje, a fim de unificarmos o texto e, amanhã, por unanimidade, votarmos o novo FUNDEB.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 154/513

| | | |
|---|----------------------------|------------------------------------|
| 33.2020.B | Sessão Outro Evento | 09/12/2020-13:36 |
| Publ.: DCD - 10/12/2020 - LEO DE BRITO-PT -AC | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Descaso do Presidente Jair Bolsonaro com o clamor do povo brasileiro pela vacina contra a Covid-19. Comemoração pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, do fim do auxílio emergencial concedido a trabalhadores e famílias carentes diante da crise provocada pelo coronavírus. Elevação dos preços de alimentos e reajuste das tarifas de energia elétrica no País. Questionamento sobre as razões do aumento nas contas de energia no Estado do Acre, autorizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, público que nos assiste pela *TV Câmara*.

Eu ouvi atentamente a fala de um Deputado do PSL sobre notícias de Natal.

Infelizmente, a maior notícia de Natal vem do Governo que ele defende. O verdadeiro presente de grego de Natal ao povo brasileiro é representado por esse desgoverno que é o Governo Jair Bolsonaro.

Nós estamos vendo o povo clamando por vacina no momento em que as UTIs estão enchendo, o número de mortos está crescendo, o número de pessoas infectadas está aumentando, e o Ministério da Saúde encontra-se simplesmente perdido.

Como se não bastasse isso, nós estamos vendo essa crise social imensa que está vivendo a nossa população. Hoje, o Ministro Paulo Guedes vem à imprensa comemorar o fim do auxílio emergencial.

Vejam que presente de grego foi apresentado à nossa população.

Como se não bastasse a alta dos preços dos alimentos - carne, arroz, óleo de soja - e do gás de cozinha, agora vemos o aumento das tarifas de energia.

Eu quero falar especificamente sobre a energia, porque é algo que nos preocupa muito. Vimos recentemente a crise no Amapá, com os processos de privatização, e a incompetência do Governo Federal em lidar com essa crise. Tenho uma preocupação também em relação ao meu Estado do Acre.

Recentemente, o Ministro de Minas e Energia disse que, provavelmente, um dos Estados que poderia passar pelo apagão seria o Estado do Acre, mas hoje o povo do meu Estado está se deparando com todos esses problemas, com toda essa carestia, e, agora, com o fim do auxílio emergencial, teve mais uma péssima notícia. Além do aumento de energia já anunciado, recentemente a ANEEL fez uma revisão de tarifas e - pasmem - no Estado de Rondônia houve uma redução de tarifas de 11,29% e no Estado do Acre, um aumento de 2,95%.

Eu quero saber qual foi o critério utilizado pela ANEEL para que dois Estados próximos, amazônicos, da Região Norte, muito parecidos, tenham tido tratamento tão diferente: em um, houve uma redução drástica na tarifa, enquanto no outro, um Estado pobre, onde há apagões, onde têm acontecido problemas sérios nas redes, em vários bairros, em vários Municípios, e, ainda, os investimentos que estavam previstos, como um linha para Cruzeiro do Sul, não foram feitos, nós temos esse problema das tarifas, que já vêm desde a privatização da energia.

Nós estamos pedindo explicações.

O SR. PRESIDENTE (Julio Cesar Ribeiro. REPUBLICANOS - DF) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC) - Sim, Sr. Presidente.

Nós estamos pedindo providências.

O povo do Acre não pode continuar sofrendo, nem o setor produtivo do Estado, com essas tarifas altíssimas de energia que tanto prejudicam a nossa população.

Peço que meu pronunciamento seja registrado pelos órgãos de comunicação da Casa e também divulgado no programa *A Voz do*

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 33.2020.B | Sessão Outro Evento | 09/12/2020-13:40 |
| Publ.: DCD - 10/12/2020 - MÁRCIO JERRY-PCDOB -MA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Negligência do Governo Jair Bolsonaro nas medidas de combate à epidemia de coronavírus. Imediata adoção de plano nacional de vacinação contra a Covid-19. Necessidade de votação pela Casa do Projeto de Lei nº 4.372, de 2020, a respeito da regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, mantidos os acordos estabelecidos em votações anteriores. Conclamação aos Parlamentares para votação dos projetos relativos à Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2020/2021 e à Lei Orçamentária Anual de 2021. Fortalecimento das dotações orçamentárias do Sistema Único de Saúde - SUS.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Presidente Julio Cesar Ribeiro. É um prazer falar, neste momento, sob sua presidência.

Tratarei de três assuntos breves, neste momento, igualmente importantes.

O primeiro deles é aquele que hoje assusta novamente o Brasil pelo grau de irresponsabilidade, negligência, perversidade do Presidente Bolsonaro.

O Presidente, no começo da pandemia, desdenhou da doença, dizendo que era uma gripezinha, um resfriadinho e negligenciou as medidas sanitárias no País, negligenciou todas as tomadas de atitudes necessárias ao comando da União para que os efeitos da pandemia fossem enfrentados corretamente. Não tomou nem sequer uma iniciativa no sentido de juntar os entes federados - a União, os Estados e os Municípios - para fazer face à gravidade da situação.

Agora, ante a possibilidade concreta da vacina que a ciência, graças a Deus, nos possibilita, o que faz o Presidente da República Jair Bolsonaro? Novamente é ele a marca da negligência, da irresponsabilidade e da perversidade, que só é possível existir num coração genocida - que parece, cada vez mais, ser o do Presidente da

República.

É hora de nós todos dizermos ao Brasil: vacina para todos!

É um absurdo! É absolutamente incompreensível que neste momento não tenhamos ainda um plano elaborado de vacinação em nosso País!

É preciso, pois, que nós fiquemos atentos a essa questão e, uma vez mais, possamos cobrar, no Parlamento, a responsabilidade do Governo Federal.

O segundo assunto, Sr. Presidente, de que vou tratar é igualmente importante. Trata-se da educação, do FUNDEB.

Nós precisamos votar a regulamentação do FUNDEB, mas não podemos fazer dessa votação a aprovação de determinadas pedadinhas que retrocedem a temas e a pautas já superadas neste plenário e no Senado, pelo Congresso Nacional.

Nós precisamos, sim, aprovar muito rapidamente a regulamentação do FUNDEB para assegurar essa tão importante e indispensável política pública de educação em nosso País.

Agora, é importante que, ao fazê-lo, respeitemos o acerto aqui já feito, as tratativas aqui já realizadas quando nós debatemos e aprovamos o novo FUNDEB. É isso que esperamos desta Casa, e é por isso que nós lutaremos.

Concluo, Sr. Presidente, fazendo também uma conclamação muito importante a esta Casa sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias e sobre a Lei Orçamentária Anual. Nós precisamos avançar nesse debate. Eu chamo a atenção, na condição de Presidente da Frente Parlamentar Mista pelo Fortalecimento do SUS, a Frente SUS, para a importância que de nós termos a garantia do fortalecimento do SUS com a ampliação de recursos, e não com a diminuição de recursos, como intenta fazer o Governo Federal.

Agradeço aos que nos acompanham neste momento em todo o Brasil.

Muito obrigado, Presidente, por sua atenção.

Peço que minha fala seja veiculada pelos órgãos de comunicação da Casa.

Boa tarde.

33.2020.B Sessão Outro Evento 09/12/2020-13:44

Publ.: DCD - 10/12/2020 - GENERAL PETERNELLI-PSL -SP

CÂMARA
DEPUTADOS

DOSBREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Discussão do plano nacional de vacinação contra a Covid-19. Importância da Lei nº 14.006, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.979, de 2020, com vista à autorização pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no prazo de setenta e duas horas, da importação e distribuição de quaisquer materiais, medicamentos, equipamentos e insumos da área de saúde, registrados por autoridade sanitária estrangeira e autorizados à distribuição comercial em seus respectivos países.

O SR. GENERAL PETERNELLI (Bloco/PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Presidente.

Exatamente no momento em que V.Exa. me chamou, eu estava presente na Comissão Externa do Coronavírus, em cuja reunião o tema era o Plano Nacional de Imunização.

Na discussão havida naquela reunião se pode perceber que todos estamos envolvidos no mesmo projeto, que é o combate à COVID-19, é a vacinação da população brasileira.

É importante ressaltar a já aprovada Lei nº 14.006, de 2020, que diz, sobre toda medicação para a COVID-19 aprovada nas agências internacionais, que a ANVISA tem 72 horas para aprovar a vinda desse remédio também para o Brasil. Isso também se estende para as vacinas.

Então, vamos ter tranquilidade e vamos tranquilizar a população brasileira. Na entrevista que o Ministro Pazuello deu hoje pela manhã, ele próprio ressaltou a importância do Plano Nacional de Imunização, que visa a vacinar as pessoas contra a COVID-19.

Temos que estar atentos, acreditar nas instituições, acreditar na ANVISA, no Ministério da Saúde, no Instituto Butantan, na FIOCRUZ. Eu tenho certeza de que todos nós, reunidos, vamos vencer a COVID-19.

Parabéns aos profissionais da saúde! Parabéns ao Ministério da Saúde! Parabéns ao Congresso Nacional, que tem dado exemplo de como vencer isso, muito bem traduzido pela Lei 14.006/20.

Muito obrigado.

Vamos em frente!

Documento 157/513

| | | |
|---|----------------------------|------------------------------------|
| 33.2020.B | Sessão Outro Evento | 09/12/2020-13:52 |
| Publ.: DCD - 10/12/2020 - JOSEILDO RAMOS-PT -BA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Irresponsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro no tocante ao enfrentamento da epidemia de coronavírus. Detecção pelo Tribunal de Contas da União - TCU da ausência, no âmbito do Ministério da Saúde, de diretrizes estratégicas para combate à doença. Manifestação irresponsável do Ministro das Comunicações, Fábio Faria, a respeito da vacinação contra a Covid-19.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos que nos acompanham neste momento, eu quero me manifestar sobre a oportunidade que o Brasil teve de ser eficaz no combate à pandemia. A contaminação da COVID só chegou ao Brasil depois de 1 mês e meio do alastramento do vírus no mundo. Bolsonaro, desde então, manteve-se totalmente distante de sua responsabilidade no combate à pandemia. Ele fez aglomeração, ele estimulou manifestações antidemocráticas, ele criou o "gabinete do ódio", pagando funcionários com dinheiro público, ele estimulou a disseminação de *fake news*.

Eu lembro bem que o TCU apontou graves situações no Ministério da Saúde, alertando para o perigo de uma tragédia anunciada, tal qual a que estamos vivenciado hoje, com mais de 6,6 milhões de brasileiros contaminados e mais de 178 mil mortes, ante um vazio de solidariedade e de empatia por parte de Bolsonaro, que preferiu ficar distante do sentimento dos familiares de entes queridos que se foram, inclusive de milhares de mortes que poderiam ter sido evitadas. O TCU apontou a ausência de definição das diretrizes estratégicas no combate à pandemia, apontou a ausência de coordenação e de alinhamento de conteúdo na comunicação oficial do Ministério, ferramenta inalienável no diálogo com o nosso povo, trazendo-o como aliado maior no combate à doença, apontou a ausência de rotinas preestabelecidas de supervisão e de monitoramento de metas no Ministério da Saúde, ou seja, a fragilidade na governança do Ministério da Saúde, principalmente pelo esvaziamento deliberado do Centro de Operações

de Emergência em Saúde Pública. Foi uma atitude criminosa.

Esse Presidente negacionista desdenhou da doença, disse que era uma gripezinha, demitiu dois Ministros médicos em menos de 1 mês em plena pandemia, colocou no Ministério um militar sem formação em saúde, apenas porque seria uma marionete à disposição de um Presidente irresponsável, causando constrangimento às Forças Armadas brasileiras. Encheu o Ministério da Saúde de militares e agora toma de assalto a ANVISA, entregando sua direção a um contra-almirante, além de indicar um tenente-coronel reformado do Exército como diretor da agência.

Para completar, Bolsonaro fez deboche da doença, falando fino, imaginem, em vídeo que está viralizado, ridicularizando, escrachando quem é contaminado, além do desrespeito com o povo brasileiro, com o sentimento de perda que está entranhado no seio do nosso povo.

O SR. PRESIDENTE (Julio Cesar Ribeiro. REPUBLICANOS - DF) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA) - Concluo, Sr. Presidente, dizendo que agora entra em cena o Ministro das Comunicações, o Deputado Fábio Faria, que está à frente de uma Pasta crucial no diálogo com a sociedade em tempos de pandemia, manifestando-se de maneira irresponsável sobre a vacinação no Brasil. Imaginem o que esperar de alguém que não tem senso de informação no meio da nossa sociedade.

Obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

Documento 158/513

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 33.2020.B | Sessão Outro Evento | 09/12/2020-13:52 |
| Publ.: DCD - 10/12/2020 - BOHN GASS-PT -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Imediata apresentação, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de plano nacional de vacinação contra a Covid-19.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente, colegas Deputados.

Ontem o Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio

Grande do Sul disse que a economia só vai retomar o crescimento, com a chegada da vacina. Eu entendo essa fala como um recado direto ao Presidente da República. É isso mesmo! Mexa-se, Bolsonaro! É isto que está sendo dito: mexa-se, Bolsonaro! Se não sabe o que fazer, escute o conselho do Lula: convoque o Ministro, a direção da ANVISA, chame quem for preciso e diga que não temos como esperar mais 60 dias. A vida não pode esperar mais! A economia não pode esperar mais!

Quero lembrar-te, Bolsonaro, de que foi em nome da economia que desdenhaste desta doença mortal, mas agora já passou da hora de admitires que tu e teu Governo erraram. E erraram feio, porque 180 mil brasileiros já morreram e porque a nossa economia está em frangalhos. Admite isso, Bolsonaro, antes que seja tarde demais, e apresenta um plano de vacinação.

Alguns países já estão vacinando as pessoas, e nós sequer temos seringas suficientes, Bolsonaro. Ora, Reino Unido, México, Alemanha, Estados Unidos, Bélgica, Finlândia e vários outros países já têm este plano e anunciaram o início da imunização ainda este ano ou, no máximo, no início do ano que vem. E o Brasil, Bolsonaro? Não, não tente usar a desculpa de que falta dinheiro. Nós Deputados, no Congresso, já aprovamos e vamos aprovar tudo que for necessário se o objetivo for imunizar o povo brasileiro.

Então, mexa-se, Bolsonaro! Compre todas as vacinas que estiverem disponíveis. Agilize as liberações. Qualifique, remunere, amplie a ANVISA se for preciso, mas faça acontecer. Quanto mais demorar, mais difícil vai ficar. Os laboratórios já estão comprometendo a capacidade de produção de vacinas com as encomendas de outros países.

Tu já comprometeste demais as vidas e a economia do povo brasileiro, Bolsonaro! Chega! Por fim, quero te dizer o seguinte: tu já cometeste muitos crimes, Bolsonaro, mas, se negares o acesso à população a uma vacina, a qualquer vacina, a qualquer preço, este terá sido o pior de todos os teus crimes. Não o cometas, Bolsonaro! Mexe-te!

Eu peço, Presidente, que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa. Faça este apelo para que o Bolsonaro se mexa, não deixe o povo ainda mais doente e evite mais mortes.

Obrigado, Presidente.



Publ.: DCD - 10/12/2020 - ERIKA KOKAY-PT -DF

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Contrassenso entre o alcance do patamar de 180 mil mortes no País em decorrência da Covid-19 e a inauguração, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de exposição com os trajes de sua posse. Elevação dos índices inflacionários no País. Reajuste das tarifas de energia elétrica e nos preços do Gás Liquefeito de Petróleo - GLP, o gás de cozinha. Retirada do 13º salário dos beneficiários do Programa Bolsa Família e redução, para 300 reais, do auxílio emergencial concedido a trabalhadores e famílias carentes, diante da crise gerada pelo coronavírus. Omissão do Presidente Jair Bolsonaro na resposta às indagações sobre as razões da efetuação, pelo ex-assessor parlamentar Fabrício José Carlos de Queiroz, do depósito de 89 mil reais da conta bancária da Primeira-Dama, Michelle Bolsonaro. Descaso do Presidente da República com a vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Anúncio de revogação, pelo Ministério da Saúde, de portarias pertinentes à política de saúde mental.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu penso que Bolsonaro prepara um dos piores Natais que o Brasil já vivenciou. Nós caminhamos rapidamente para 180 mil mortes, e o Presidente da República, enquanto isso, inaugura a exposição, em uma vitrine, dos trajes usados por ele e por sua esposa durante a solenidade de posse, dizendo que isso é um fato histórico.

Nós estamos caminhando para uma inflação que chega, no que diz respeito aos alimentos, a 16% nos últimos 12 meses. É a maior inflação dos últimos 5 anos - a maior! Se considerarmos a inflação, nos últimos 12 meses, da soja, do milho e do minério de ferro, o índice chega a 68%. O aumento do preço do gás está fazendo com que as pessoas tenham que cozinhar os seus alimentos com lenha. É a volta à pré-história. Há ainda o aumento da energia elétrica. Portanto, temos uma inflação que, por ser concentrada nos alimentos, vai penalizar mais a população pobre.

E o Presidente Jair Bolsonaro retira o décimo terceiro do Bolsa Família. Além de retirar o décimo terceiro, que foi instituído no ano anterior, em 2019, ele reduz o auxílio emergencial à metade, a 300 reais, e não há perspectiva de continuidade no próximo ano. Este é o Natal que Jair Bolsonaro está ofertando ao povo brasileiro. É a própria expressão de um Governo que busca apenas defender os seus familiares de todas as investigações. Aliás, é um Presidente que não consegue responder por que sua esposa recebeu 89 mil reais da conta de Queiroz.

É um Presidente que despreza a população. Nós estamos vendo as

peças serem vacinadas na Rússia, na Grã-Bretanha, em todo o mundo, enquanto aqui no Brasil o Presidente não comprou nem seringas para o Ministério da Saúde.

Tomado por uma porção de paraquedistas que não têm nenhuma experiência com as políticas de saúde, o Ministério da Saúde, segundo notícias, deve revogar uma série de portarias que estruturam a política de saúde mental, buscando fazer o luto dos manicômios e dos hospícios.

Portanto, este é o Natal que Jair Bolsonaro quer implementar. Enquanto isso, ele sorri da desgraça do povo brasileiro e inaugura uma vitrine com as suas roupas, com a roupa que ele utilizou na sua posse, uma posse que tem feito o Brasil sofrer de forma extremamente cruel.

Por isso este Natal que Jair Bolsonaro quer ofertar ao povo brasileiro é um Natal de muita crueldade.

Documento 160/513

| | | |
|---------------------------|------------------------|---------------------|
| 33.2020.B | Sessão Outro Evento | 09/12/2020-14:00 |
| Publ.: DCD - 10/12/2020 - | REGINALDO LOPES-PT -MG | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | BREVES COMUNICAÇÕES | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Imediata apresentação, pelo Governo Jair Bolsonaro, de plano nacional de vacinação contra a Covid-19. Defesa de votação pela Casa de pedido de impeachment contra o Presidente da República. Exigência de apreciação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, a respeito da concessão de auxílio pecuniário emergencial. Defesa da prorrogação do pagamento do auxílio emergencial até o fim da imunização do povo brasileiro contra a Covid-19. Apoio à concessão de renda básica aos brasileiros e à ampliação do Programa Bolsa Família.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero também me somar àqueles que, com muita indignação, estão cobrando do Presidente da República uma ação objetiva, efetiva para a imunização do povo brasileiro.

Eu acredito que o Parlamento brasileiro deveria dar ao Presidente da República mais 10 dias para que ele possa apresentar imediatamente os acordos comerciais com as empresas que já produziram vacinas. O mundo todo já está, os principais países, com calendário de

imunização de vacinação do seu povo.

É lamentável que o Governo se comporte de maneira ideológica, com fanatismo, negando a ciência, como ele se comportou em todo o momento de enfrentamento à pandemia. É bom dizer que ele tratou a pandemia como uma gripezinha. E hoje nós estamos aí enlutados com mais de 180 mil famílias que perderam um ente querido.

Este Parlamento tem que falar alto, tem que representar de fato o povo brasileiro, tem que cobrar desse Presidente e da sua equipe, um Governo irresponsável, um Governo de improviso, um planejamento imediato. Eu acho que não pode passar de 10 dias, caso contrário, o Parlamento brasileiro deveria pedir o *impeachment*, o afastamento dele. Não dá mais para o Brasil conviver com esse Governo irresponsável. Já se foram 180 mil vidas.

Portanto, eu quero dizer que nós temos que cobrar do Governo que apresente os acordos comerciais com as empresas e também um plano nacional de imunização para o nosso povo e para o País.

Do ponto de vista sanitário, do ponto de vista da saúde, também é importante que o Parlamento aprove um outro projeto, ou que exija do Governo uma nova medida provisória, ou, então, que aprecie a Medida Provisória nº 1.000, que trata do auxílio financeiro.

É fundamental que o Parlamento e o Governo Federal assumam sua responsabilidade de prorrogar o auxílio financeiro até o fim da imunização do povo brasileiro contra a COVID-19. Eu acho que isso é extremamente importante para a economia brasileira e para economia popular. E, a partir daí, até o processo de imunização do povo brasileiro na sua totalidade, nós temos que conviver com o auxílio financeiro e apoiá-lo.

Durante esse período, nós precisamos fazer uma grande concertação neste País para garantir a todos e todas, brasileiros e brasileiras, o direito a uma renda básica. É fundamental que o Bolsa Família seja ampliado na perspectiva de atender a todos que não têm uma colocação no mundo do trabalho, uma colocação com garantia de renda e ocupação. O Estado deve assumir essa responsabilidade até a volta de um processo econômico capaz de gerar oportunidade de trabalho, emprego e renda.

Então, quero aqui fazer essa afirmação.

Sr. Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

33.2020.B Sessão Outro Evento 09/12/2020-14:08

Publ.: DCD - 10/12/2020 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ

CÂMARA
DEPUTADOS

DOSBREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Debate do plano nacional de imunização pela Comissão Externa de Enfrentamento à Covid-19. Redução das dotações orçamentárias do Sistema Único de Saúde - SUS. Clamor dos Governadores Estaduais, dos Prefeitos Municipais e da sociedade brasileira, por não politização da vacina contra o coronavírus.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Presidente.

Presidente, nós estamos neste momento na Comissão Externa de Enfrentamento à COVID-19 debatendo o plano nacional de imunização no Brasil contra a COVID-19. É bastante preocupante para o povo brasileiro o que estamos vendo de confusão dentro do Governo brasileiro em relação à vacinação do nosso povo.

Obviamente, não há um problema puramente técnico, porque o objetivo dos técnicos de carreira do Ministério, da Comissão e dos Deputados que lá participam é o de viabilizar o Programa Nacional de Imunizações, que é um plano que existe desde 1975 e é um orgulho para o Brasil.

No entanto, percebemos que esse não é o objetivo do conjunto do Governo. Não há uma preocupação nem do Presidente da República muito menos do Ministério da Economia. Foi precedido desse debate o debate do orçamento da saúde ontem, e percebemos que está mantido o orçamento do Ministério da Saúde em 123 bilhões. Isso significa que, do ano de 2020 para o ano de 2021, perderemos 40 bilhões de reais no Sistema Único de Saúde. Não teremos orçamento para cobrir a compra das vacinas e a compra dos insumos. Não teremos o "orçamento de guerra". Nós continuaremos com o teto constitucional do SUS e, até agora, não sabemos de onde serão tirados recursos para cobrir o plano nacional de imunização da população brasileira.

Ontem, no Reino Unido, começou a vacinação da população. Já há vacinas, como a da Pfizer. Há a vacina do Butantan, que foi ideologicamente tratada com preconceito e excluída pelo Presidente Bolsonaro do plano nacional de imunização. O Ministro ontem reafirmou que todas as vacinas serão incluídas. Espero que, de fato, essa seja a palavra final do Governo. Há um desespero por parte dos

Governadores, dos Prefeitos e da sociedade brasileira para que não se ideologize, para que não se politize a defesa da vida do povo brasileiro.

Queremos garantir recursos para as vacinas. Queremos que o plano nacional de imunização seja, de fato, viabilizado pelo Ministério da Saúde e que a defesa da vida esteja acima da crueldade, da perversidade, da negação da ciência deste Presidente da República. Nós precisamos de recursos. Nós precisamos de orçamento no SUS. Nós precisamos de dinheiro na LDO e no Orçamento, acima das restrições econômicas e macroeconômicas deste Governo cruel e perverso que temos no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Julio Cesar Ribeiro. REPUBLICANOS - DF) - Peço à Deputada que encerre.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Queremos a defesa da vida. Queremos imunização já! Imunização já para a sociedade brasileira, através do plano nacional de imunização, para todos os Estados e Municípios e para todo o povo brasileiro!

Obrigada, Presidente.

Documento 162/513

| | | |
|--|---------------------|------------------|
| 33.2020.B | Sessão Outro Evento | 09/12/2020-14:08 |
| Publ.: DCD - 10/12/2020 - DRA. SORAYA MANATO-PSL -ES | | |
| CÂMARA | DOS BREVES | BREVES |
| DEPUTADOS | COMUNICAÇÕES | COMUNICAÇÕES |
| | | DISCURSO |

Sumário

Esclarecimento à Esquerda sobre a atuação do Governo Jair Bolsonaro no combate ao coronavírus. Participação da oradora na cerimônia de lançamento do Programa Saúde com a Gente. Garantia, pelo Governo Federal, da aquisição de 300 milhões de doses de vacina contra a Covid-19. Congratulações ao Presidente Jair Bolsonaro e ao Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, por ações adotadas em prol da população brasileira.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (Bloco/PSL - ES. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Sr. Presidente. Muito obrigada por me conceder a palavra. Boa tarde a todos que estão acompanhando esta sessão.

Em primeiro lugar, antes de começar a minha fala principal, quero chamar a atenção para o seguinte, porque vejo que a Esquerda está sempre desdenhando das ações do Governo Bolsonaro. Quero lembrar, assim como uma Deputada me antecedeu, que, na história do

Brasil, o Governo Bolsonaro foi o único que deu tanto auxílio financeiro ao povo brasileiro.

Em segundo lugar, eu quero dizer ao pessoal da Esquerda que o Brasil está em 18º lugar na testagem da sua população em relação ao mundo -- 18º lugar!

Outra coisa: a Dra. Cristiane, da ANVISA, esclareceu-nos na Comissão Externa que trata do enfrentamento ao coronavírus sobre a validade dos testes. Foi feita uma revisão, e os testes que venceriam em dezembro vencerão em abril, os de janeiro vencerão em maio, os de fevereiro vencerão em junho e os de março vencerão em julho. Então, o Governo Bolsonaro está trabalhando, sim.

Voltando ao que eu queria falar, nesta semana eu participei da cerimônia de lançamento do Programa Saúde com a Gente, por meio do qual os profissionais da área passarão por cursos que permitirão maior e melhor atuação na atenção primária. Os agentes de saúde farão esse curso. Serão investidos mais de 300 milhões no programa e 4,8 bilhões no pagamento dos salários dos agentes. É uma grande iniciativa do Governo Federal, que merece todo o nosso apoio.

Além disso, no mesmo evento, o Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, assegurou que o Governo Bolsonaro já garantiu 300 milhões de doses da vacina contra a COVID-19, já para o primeiro semestre de 2021, que poderão ser usadas em 150 milhões de pessoas, já que cada indivíduo precisa receber duas doses da vacina. Todos os brasileiros terão a vacina, que será autorizada pela ANVISA, de maneira gratuita e não obrigatória.

Então, eu quero parabenizar o Presidente Jair Bolsonaro e o Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, por todas essas ações em prol da saúde da população brasileira.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 163/513

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 33.2020.B | Sessão Outro Evento | 09/12/2020-14:12 |
| Publ.: DCD - 10/12/2020 - CÉLIO MOURA-PT -TO | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Anúncio da existência de 14 milhões de desempregados no País. Elevação dos preços de alimentos e das tarifas de energia elétrica no Brasil. Questionamento



sobre a imunização das populações indígena e ribeirinha contra a Covid-19. Conveniência de autorização aos Governadores Estaduais, pelo Supremo Tribunal Federal, da aquisição e aplicação de vacina contra o coronavírus, independente da autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, em face da subordinação do órgão aos ditames do Governo Jair Bolsonaro. Dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores brasileiros para obtenção de benefícios junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, diante da defasagem do quadro de perito médico do órgão.

O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Olhe, Sr. Presidente, a situação dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras neste momento é de muita angústia, haja vista a situação do desemprego. Agora mesmo, foi anunciado que 14 milhões de brasileiros e brasileiras estão sem emprego e mais de 8 milhões de brasileiros e brasileiras não procuram mais o SINE e os órgãos do Governo para requerer uma vaga, para pedir uma vaga e para clamar por um trabalho para tratar da sua família.

Nós estamos vendo também, Sr. Presidente, a carestia voltar. Aqueles que são mais antigos se lembram da campanha nacional contra a carestia. Pois bem, isso voltou com o preço do arroz, o preço do feijão, o preço do óleo de soja, o preço da energia elétrica. Antes a Direita dizia: "*Nós não queremos que a nossa bandeira seja vermelha*".

Pois bem. Agora no mês de dezembro as empresas de energia elétrica baixaram a bandeira vermelha, o que aumentou ainda mais a conta de energia elétrica, que pesa no bolso da população brasileira.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sobre a questão da pandemia, principalmente nos Estados mais distantes, pergunto: como vai ser feita a imunização dos índios? Só no meu Estado, o Tocantins, nós temos oito etnias, que estão abandonadas, sofrendo com a falta de assistência do Ministério da Saúde na atenção à saúde indígena. Há muitos índios afetados e morrendo. Ninguém sabe quando será a imunização da população brasileira. Como será feita a imunização dos ribeirinhos? Quando chegará a vacina?

Eu espero que um dos Governadores peça ao Supremo Tribunal Federal que determine que não vamos esperar pela ANVISA, porque a ANVISA está ligada a Bolsonaro e não vai, sem sombra de dúvida, olhar para a situação da saúde do povo brasileiro. Que o Supremo Tribunal Federal autorize os Governadores a adquirirem a vacina e a aplicá-la na população, para imunizar a população, sem a autorização da ANVISA. É um absurdo o que está acontecendo.

Sr. Presidente, por último, a questão do INSS. O povo brasileiro, os trabalhadores e trabalhadoras não estão conseguindo acessar o INSS. Faltam médicos peritos, Sr. Presidente. As pessoas procuram o INSS, e não há médicos peritos. Quando vão ao INSS para tratar de uma pendência, são informados de que não há funcionários para atender a população.

No Estado do Tocantins, precisamente na cidade de Araguaína,...

O SR. PRESIDENTE (Julio Cesar Ribeiro. REPUBLICANOS - DF) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO) - ... nós estamos sem médicos peritos, e a população não tem como, ao procurar o INSS, resolver suas pendências.

Portanto, Sr. Presidente, lamentamos profundamente o abandono dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras.

Gostaria, Sr. Presidente, que minha fala fosse registrada nos órgãos de comunicação da Casa, em especial no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 164/513

| | | |
|---|----------------------------|------------------------------------|
| 33.2020.B | Sessão Outro Evento | 09/12/2020-14:20 |
| Publ.: DCD - 10/12/2020 - HEITOR SCHUCH-PSB -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Necessidade de elaboração do Orçamento Geral da União de 2021. Atraso na apreciação do Veto Parcial nº 46, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 735, de 2020, (Projeto Assis Carvalho), acerca das medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e da alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018. Contrariedade à votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 5.191, de 2020, a respeito da instituição do Fundo de Investimento do Setor Agropecuário - FIAGRO.

O SR. HEITOR SCHUCH (PSB - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, estimado povo brasileiro, que final de ano legislativo conturbado. Aliás, eu diria muito conturbado.

Finalizando o Orçamento de 2021, a minha pergunta é esta: que Orçamento? Sem CMO, sem emenda, sem debate. Final de exercício, e nós não conseguimos nem abordar ainda a LDO, muito menos o Orçamento, as rubricas com que podemos direcionar recursos para o setor A ou B. O Orçamento que veio da União, com certeza - e isto já foi falado aqui antes, por outros Parlamentares - deixa lacunas enormes, inclusive no SUS, na merenda escolar e no Programa de Aquisição de Alimentos, sem falar de outros tantos. No Congresso Nacional, empilhados, vetos e mais vetos, inclusive ao Projeto de Lei nº 735, o que prejudicou duas vezes a agricultura familiar deste País, excluída que foi, com aquele veto do Presidente, do crédito emergencial.

Agora eu vejo na pauta de hoje desta Casa requerimento de urgência para a votação do Projeto de Lei do FIAGRO. Mas o que é isso? Fundos de Investimentos para o Setor Agropecuário - Projeto de Lei nº 5.191.

Pasmem, senhores - e acho que temos coisas muito mais importantes para discutir do que isto: *"Produtores poderão ofertar sua propriedade e também receber cotas"* - dentro desse fundo.

Pode funcionar ainda como alternativa para investidores internacionais adquirirem terras no Brasil. Mas cadê os brasileiros que estão com vontade de comprar terra? E o crédito fundiário, que está empacado há 4 anos, e não sai do lugar?! Ontem nós estivemos no Ministério da Agricultura, e sempre falta alguma coisa. Se não bastasse isso, está escrito que será contido o avanço do cultivo agrícola sobre áreas de proteção ambiental e até mesmo a grilagem de terras. Mas não foi isso o que esta Casa votou nos projetos deste ano. O FIAGRO também permitirá o diferimento tributário do Imposto de Renda na venda de imóveis rurais ao fundo.

Sras. e Srs. Parlamentares, sobre a chamada "MP do Agro", com finalidade semelhante, já opinamos anteriormente sobre o requerimento de urgência. Temos que analisar mais cautelosamente a medida.

Eu perguntei aos representantes da FETAG do Rio Grande do Sul e da CONTAG, que representa a agricultura familiar do Brasil: *"Vocês foram chamados para alguma reunião, para alguma audiência pública, em qualquer lugar deste Brasil para discutir o FIAGRO?"*. A resposta foi: *"Não. Não fomos chamados. Não sabemos do que se trata"*.

Parece que fica fácil, diante de pandemia, dizer: *"Não saia de casa"*. Enquanto isso, no Parlamento, vai-se tocando e passando a boiada, como disse o Ministro Salles sobre outro assunto, mas parece que dá para fazer aqui uma analogia. Portanto, se não houve nenhuma

audiência pública na Casa, nenhum debate com as entidades representativas dos agricultores, sobre esse recurso privado que vai se colocar à disposição - e talvez não haja nem seguro agrícola -,...

O SR. PRESIDENTE (Julio Cesar Ribeiro. REPUBLICANOS - DF) - Conclua, Deputado.

O SR. HEITOR SCHUCH (PSB - RS) - ... eu quero dizer aos meus colegas agricultores do Rio Grande do Sul e do Brasil, como coordenador da Frente Parlamentar da Agricultura Familiar nesta Casa, que não terá o meu voto o requerimento para aprovar a urgência na tramitação desse projeto.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 165/513

| | | |
|---|----------------------------|------------------------------------|
| 33.2020.B | Sessão Outro Evento | 09/12/2020-14:24 |
| Publ.: DCD - 10/12/2020 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Crise sanitária reinante no País em decorrência da Covid-19. Descaso do Presidente Jair Bolsonaro com a vacinação do povo brasileiro contra o coronavírus. Necessidade da realização de grande movimento nacional em prol da imunização contra a doença.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Presidente.

Boa tarde, povo brasileiro que acompanha esta sessão e colegas que participam dela.

Eu quero abordar hoje, Presidente, esse tema dramático de saúde pública que o nosso País e o mundo vivem e a questão da vacinação no Brasil.

Nós estamos enfrentando, como todos sabem, uma pandemia duríssima. O nosso País vive uma espécie de colapso sanitário e também um colapso social e econômico. A crise sanitária agrava a situação.

Por que a crise sanitária, Deputada Luiza Erundina, Deputado Marcon, Deputado Ivan Valente, está chegando a esses níveis que verificamos?

Porque o Presidente da República decidiu adotar o mecanismo da negação da realidade da ciência, da negação das medidas que deveriam ser tomadas para proteger a saúde do povo brasileiro. A da vacina é a mais dramática de todas as negações. Em vez de o Brasil ter participado, desde o primeiro momento, de todos os esforços empreendidos no mundo inteiro para a rápida disponibilização de uma vacina para o povo brasileiro, houve aqui um mecanismo de negação por parte do Presidente Bolsonaro, que orientou o Governo a não participar desses esforços.

Por exemplo, algumas das perguntas que Bolsonaro precisa responder são as seguintes: por que a Inglaterra tem a vacina da Pfizer e o Brasil está comprando apenas agora? Por que, há 1 mês e meio, quando o Ministro Pazuello chegou, ali, sim, num ato de lucidez, a anunciar a compra de 46 milhões de doses da Coronovac, a vacina contra o coronavírus que é produzida com tecnologia chinesa em parceria com o Instituto Butantan, o Presidente mandou cancelar aquela compra?

Então, o problema central do Brasil hoje é que nós somos presididos por um negacionista do ponto de vista da ciência, alguém que está transformando a vacinação num terreno de disputa política e de disputa ideológica. O que o Brasil precisa fazer é criar um grande movimento nacional buscando as vacinas o mais rápido possível, de todas as fontes possíveis, para que o Brasil possa começar a vacinar o quanto antes toda a população brasileira pelo Sistema Único de Saúde, com a garantia de que a vacina não será aplicada seletivamente, como um direito apenas daqueles que possam pagar, impedindo, inclusive, que os que têm maior risco e necessidade tenham acesso à vacina.

Infelizmente, Presidente, o Brasil está atrasado mais de 3 meses na corrida contra a vacina. Vamos ver se daqui em diante nós recuperaremos o terreno atrasado, por meio de muita pressão para alterar a conduta do Presidente Bolsonaro.

Documento 166/513

| | | |
|---|---------------------------|------------------------------------|
| 33.2020.B | Sessão Outro Evento | 09/12/2020-14:28 |
| Publ.: DCD - 10/12/2020 - MARCON-PT -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Avanço da epidemia de coronavírus no País. Ocupação máxima das Unidades de Terapia Intensiva - UTIs no Estado do Rio Grande do Sul. Necessidade de alocação, pelo Governo Federal e pelo Governador Eduardo Leite, de recursos para os hospitais no Rio Grande do Sul. Importância do Sistema Único de

Saúde - SUS. Defesa de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.

O SR. MARCON (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero ir ainda no rumo do que falou o Deputado Henrique Fontana. O Brasil e o Estado do Rio Grande do Sul estão apavorados com este momento de pandemia que nós temos vivido. O número de pessoas infectadas, contaminadas, se amplia rapidamente. Esse número está crescendo. O que é pior do que isso é que as UTIs não têm mais espaço para paciente nem quando ele é médico, muito menos para o cidadão comum. O Rio Grande do Sul ontem passou uma situação muito horrível: 60 pacientes estavam precisando de UTI, e não havia vaga em lugar nenhum no Estado.

Nós precisamos, em primeiro lugar, que o Governo Federal coloque recursos para abrir mais UTIs no nosso Estado e, com certeza, no Brasil inteiro, porque nós precisamos salvar vidas. Esta "gripezinha", da qual ele gozou muito, com estilo fanfarrão, já causou a morte de aproximadamente 180 mil brasileiros.

Nós não podemos virar as costas. Neste momento, nós precisamos liberar investimentos em hospitais, UTIs, hospitais de campanha, para salvar vidas no Brasil e no Rio Grande do Sul. O nosso Estado está em choque, porque, quando não há mais vagas nos hospitais para atender as pessoas, não resta mais nada a elas.

Por isso, nós pedimos ao Governo Bolsonaro, ao Governador do Estado, Eduardo Leite, e ao Ministro da Saúde que façam urgentemente uma ação para salvar a vida do povo brasileiro e do povo gaúcho. Faço este pedido principalmente ao Governador do Estado, Eduardo Leite, e ao Governo Bolsonaro.

Quanto às vacinas, eu, como cidadão brasileiro, estou totalmente chocado: o Governo Bolsonaro, antes de encaminhar as vacinas para vacinar o povo brasileiro, fica fazendo onda. E quero dizer mais: sou defensor número 1 do SUS. Se quem não quer se vacinar ficar doente, não é o SUS que terá que pagar hospital para ele. Vai pagar por conta própria. Eu, como cidadão brasileiro, quero ser vacinado. Vou estar na fila do posto de saúde para me vacinar, para, no mínimo, ver este coronavírus, que assombra todo o povo brasileiro, longe.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, precisamos que Bolsonaro seja Presidente do Brasil, em vez de ficar fazendo farra à custa do povo brasileiro.

Gostaria que a minha fala fosse divulgada no programa *A Voz do Brasil*, Sr. Presidente.

| | | |
|---|----------------------------|------------------------------------|
| 33.2020.B | Sessão Outro Evento | 09/12/2020-14:32 |
| Publ.: DCD - 10/12/2020 - FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Morosidade do Governo Federal na definição do plano nacional de vacinação contra a Covid-19. Assinatura, pelo orador, de ação popular contra a terceirização dos serviços do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Sem revisão do orador.)
- Boa tarde, Sr. Presidente. Muito obrigado pela atenção.

Sr. Presidente, eu deixo aqui o meu repúdio pela demora do Governo Bolsonaro em definir um plano de vacinação para o povo brasileiro. Vários países já estão vacinando seu povo contra o coronavírus, mas o Governo brasileiro fica colocando obstáculos à vacinação. O Ministro da Saúde já disse que só em fevereiro haverá uma definição.

Se já existem vacinas, se já existem contratos de compra, por que esta demora? Eu respondo, Sr. Presidente: esta demora em liberar uma vacina é para atender aos caprichos genocidas de Bolsonaro. O povo quer vacina. O Governo tem que ter responsabilidade e autorizar a liberação da vacinação. Chega de ideologia! Chega de ignorância! O povo não quer ser empurrado para a morte, Srs. Deputados, pelos caprichos de um Presidente que está sendo irresponsável para com a saúde da Nação brasileira.

Sr. Presidente, eu também quero registrar que sou um dos Deputados que assinaram uma ação popular constitucional contra a terceirização de serviços do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Através de uma portaria, o Governo Federal quer transferir o serviço de fiscalização e titulação de terras para as Prefeituras. Nossa ação mostra que a portaria do Governo é nula, é ilegal e é imoral. Ela fere a Constituição e retira serviços que são realizados pelo INCRA.

Na verdade, Sr. Presidente, Bolsonaro já acabou com a reforma agrária e quer agora fechar as portas do INCRA. A nossa ação na Justiça é para impedir que essa portaria ilegal entre em vigor. Além de ferir a Constituição brasileira, ela facilita a grilagem de terras e abre portas para influências políticas nas decisões. Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, povo brasileiro, defendemos que esse serviço deve

continuar sendo feito pelo INCRA.

Concluo solicitando, Sr. Presidente, que essas duas informações sejam veiculadas no programa *A Voz do Brasil* e nas redes sociais da Câmara Federal.

Muito obrigado.

Documento 168/513

| | | |
|---|---------------------------|------------------------------------|
| 33.2020.B | Sessão Outro Evento | 09/12/2020-14:36 |
| Publ.: DCD - 10/12/2020 - MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Descaso do Presidente Jair Bolsonaro com a vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Elevado contingente de brasileiros com renda inferior ao salário mínimo nas periferias, e de trabalhadores desempregados no País. Crise sanitária reinante no País. Vinculação entre a crise econômica e o modelo neoliberal adotado pelo Governo Jair Bolsonaro. Anúncio, pelo Governo Federal, da isenção do imposto incidente nas importações de armas de fogo. Apoio ao impeachment do Presidente da República.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, nós estamos diante de uma grave tragédia. Eu me somo àqueles colegas Parlamentares que me antecederam e disseram da irresponsabilidade que está em curso no Brasil a cada dia: não há uma movimentação por parte do Governo Federal, do Ministério da Saúde, do Presidente da República para garantir a vida dos brasileiros e brasileiras.

A vida e a saúde são a base. A cada dia em que não há um plano para fazer chegar ao Brasil as vacinas, a cada dia em que o negacionismo se impõe, a cada dia em que o Governo Bolsonaro opta por não vacinar a população, por não assegurar um plano de vacinação, por dificultar que as vacinas sejam colocadas para os Governos dos Estados, para as Prefeituras Municipais, são milhares as novas mortes, são milhares os infectados.

Não estamos em uma segunda onda simplesmente porque nem cessamos as perdas de vidas em uma primeira jornada. Agora já estamos imersos na obstrução de atendimentos, e os profissionais de saúde - médicos, médicas, enfermeiros, enfermeiras, atendentes, técnicos - estão verdadeiramente esgotados. Quem atua nos hospitais,

quem está na linha de frente está cansado, esgotado, está dando a própria vida. E o que vê por parte dos gestores? Nada, simplesmente nada, a não ser um Governo irresponsável.

É preciso levar à frente as medidas propostas pelos Governadores dos Estados para que vacinas que já foram aprovadas em outros países, tendo passado por todas as testagens, cheguem imediatamente ao Brasil. E a ANVISA, com maior celeridade e sem politização e ideologismo barato, tem que tratar de proteger a vida das pessoas.

O Sistema Único de Saúde salva vidas, mas o Governo Federal mata os brasileiros e brasileiras. É um Governo para o qual e sobre o qual nós podemos dizer claramente a palavra "genocida". Há o genocídio de uma parte especialmente determinado da nossa população: o povo das periferias urbanas. Já há 40 milhões de pessoas sem condição de levar um salário no fim do mês para casa, e 14 milhões dessas estão completamente desempregadas. As crises se avolumam.

Há uma crise sanitária, mas a crise econômica é fruto do modelo neoliberal deste Governo de corruptos que tem à frente Jair Bolsonaro, deste Governo de milicianos, que hoje anuncia que em janeiro próximo liberará a importação de armas sem tributos. Enquanto isso, as vacinas não entram no Brasil. As vacinas não entram, mas o Presidente genocida trabalha para liberar a importação de armas de tributos.

Senhores e senhoras, ética, moral é o que falta aos governantes, e é por isso que a Câmara tem que fazer sua parte e derrotar este Governo, no rumo do *impeachment*.

Muito obrigada.

Documento 169/513

| | | |
|---|---------------------------|------------------------------------|
| 33.2020.B | Sessão Outro Evento | 09/12/2020-14:40 |
| Publ.: DCD - 10/12/2020 - PROFESSOR ISRAEL BATISTA-PV -DF | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Politização da epidemia de coronavírus no País. Falta de comando do poder central para enfrentamento da crise gerada pela Covid-19. Inevitável atraso na vacinação do povo brasileiro contra a doença, diante do negacionismo do Presidente Jair Bolsonaro. Incongruência entre a não liberação, pelo Governo Federal, de recursos para o pagamento do auxílio emergencial e a isenção do imposto incidente na importação de armas de fogo. Descompasso entre o tempo para aprovação de vacina e o tempo para liberação de novos

agrotóxicos, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

O SR. PROFESSOR ISRAEL BATISTA (PV - DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Deputado Julio Cesar, é bom vê-lo na Presidência hoje.

Estou aqui para trazer também a minha crítica às ações do Governo. O Brasil foi um dos países que mais politizou a pandemia da COVID-19. Alguns estudos demonstraram que quanto mais as pessoas estavam ligadas ideologicamente ao Governo, menor era a preocupação dessas pessoas com os riscos da COVID-19. A pandemia, que deveria ser algo técnico, conseguiu dividir o País em torcidas, e o Governo contribuiu muito para isso. A verdade é que o nosso País vive uma crise profunda, uma crise que envolve a nossa ação no campo da saúde, uma crise que envolve as relações federativas entre a União e os Estados, entre o Governo Federal e os Estados brasileiros, de modo que o nosso País está sem comando.

A verdade é que o Brasil vai se atrasar de qualquer forma para vacinar a sua população, se nós conseguirmos vacinar a população, porque há hoje um movimento muito influenciado pelo negacionismo deste Governo, Sr. Presidente, que é o movimento antivacinação. As equipes de vacinação do Ministério da Saúde foram desmontadas, e os servidores de carreira do Ministério da Saúde, concursados, hoje têm medo de assumir cargos de confiança. O chefe da campanha de imunização no Brasil deixou o cargo há muito tempo, porque esse é um Governo que trabalha contra si mesmo, trabalha contra o nosso País.

Este País está de cabeça para baixo, Sr. Presidente. Quando falamos de auxílio emergencial, o Governo diz que ele não vai existir mais, mas libera do pagamento de impostos a importação de armas. Quem disse que armas são fundamentais para os cidadãos num país civilizado? Um país civilizado defende a sua população, e o nosso País libera as armas de impostos de importação neste momento. Avisaram que a ANVISA levará 60 dias para aprovar uma vacina, mas ela leva muito menos que isso, Sr. Presidente Deputado Júlio Cesar, para aprovar novos agrotóxicos que não são usados em parte alguma do mundo.

Este País precisa acordar desse pesadelo, precisa despertar. Nós vivemos o pior Governo da história desde a redemocratização do Brasil, um Governo que nega a realidade, que nega as evidências, um Governo que trabalha contra si, um Governo que está em guerra contra os Estados, um Governo que não se entendeu com o Congresso Nacional, com o Poder Judiciário, com os cientistas, com as universidades. Até quando, Sr. Presidente? O nosso País precisa despertar desse pesadelo urgentemente, sob pena de aprofundarmos

nossa condição de párias internacionais.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 170/513

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 33.2020.B | Sessão Outro Evento | 09/12/2020-14:44 |
| Publ.: DCD - 10/12/2020 - NILTO TATTO-PT -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Inércia do Governo Federal na adoção de plano nacional de vacinação contra a Covid-19. Imediata votação pela Casa do Projeto de Lei nº 5.413, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.979, de 2020, com vista à importação de vacinas contra o coronavírus, independente da autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. Apresentação de ação popular para revogação da portaria assinada pelo Secretário de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Nabhan Garcia, e pelo Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Geraldo Ferreira de Melo, acerca da terceirização dos serviços de fiscalização do órgão. Conivência do Governo Jair Bolsonaro com as ações de grileiros e agressores do meio ambiente. Pedido de inclusão na pauta de pedido de impeachment do Presidente da República.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Presidente. Boa tarde, caros colegas Parlamentares.

Eu também quero me somar aos colegas que estão repudiando a falta de ação por parte do Governo Bolsonaro na implantação de um programa de vacinação para o povo brasileiro. Esta Casa deve tomar providência, sim, já que temos um Governo inapto, que não toma as devidas providências.

Nesse sentido, quero pedir aos caros colegas apoio para votarmos, com urgência, o Projeto de Lei nº 5.413, de 2020, que tem como objetivo viabilizar a importação de doses de vacinas já aprovadas em outros países, independentemente da autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. Eu explico o porquê. Em princípio, eu defendo - acho que todos nós devemos fazer isso - as instituições e o papel importante que têm, inclusive as agências, em especial a ANVISA. Mas todos vêm acompanhando o grau de politização que está tomando essas agências, principalmente a ANVISA.

Como foi relatado pelo próprio Deputado Professor Israel Batista, que

falou há pouco tempo, sempre que chega solicitação de liberação do uso de agrotóxico à ANVISA, rapidamente ela libera. Além disso, recentemente foi nomeado para o comando da agência um militar, inclusive para cuidar da liberação das vacinas. O problema não é ele ser militar, mas o fato de ele ser alguém que não tem conhecimento nenhum, não tem cultura, não tem tradição de acompanhamento desse tipo de processo, não tem condições de fazer esse acompanhamento neste momento em que precisamos, com urgência, da vacina.

Aproveito também a oportunidade para informar aos Parlamentares que protocolamos uma ação popular pedindo a anulação imediata da portaria assinada pelo Secretário de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, o Sr. Nabhan Garcia, e pelo Presidente do INCRA, o Sr. Geraldo Ferreira de Melo, que terceiriza a contratação de fiscais do INCRA, atribuindo aos Municípios a tarefa da titulação. Essa portaria é ilegal e imoral, pois atribui a outros uma função que deve ser desempenhada pelo INCRA. O Governo Bolsonaro quer, na prática, fazer por portaria o que só pode ser feito por lei formal, com tramitação na Câmara e no Senado. Essa é uma medida absurda e inconstitucional. Com essa portaria, Bolsonaro quer, na prática, legalizar e institucionalizar a grilagem de terras no ordenamento jurídico brasileiro. Isso é uma afronta aos princípios da legalidade, da impessoalidade e da moralidade.

Todos sabemos da incapacidade financeira e técnica dos Municípios em realizar tarefas fiscalizatórias, e a portaria resultará em incentivo a crimes ambientais e à invasão de terras públicas ou demarcadas para povos indígenas e comunidades tradicionais. O Governo Bolsonaro tem agido como parceiro de grileiros, de criminosos ambientais. Todos têm visto os índices de desmatamento e de queimadas e sabem quem está provocando esses crimes.

Por isso que este Congresso Nacional precisa dar uma resposta. Quando se tem um governo criminoso, que não olha pelos reais interesses do povo brasileiro, nós precisamos agir.

Presidente, finalizo pedindo que seja colocado em pauta um desses processos de *impeachment*. Já temos quase cem processos de pedidos de *impeachment* do Presidente Bolsonaro. Esta Casa precisa dar uma resposta ao povo brasileiro, para que este País volte a andar para a frente, para que o povo possa novamente erguer a cabeça.

Presidente, peço que o meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa, em especial no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

33.2020.B Sessão Outro Evento 09/12/2020-15:04

Publ.: DCD - 10/12/2020 - JOÃO DANIEL-PT -SE

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Saudações ao núcleo de educação do PT. Expectativa de inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 4.372, de 2020, sobre a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Avanço do coronavírus no Estado de Sergipe e em outras unidades federativas. Urgente necessidade de adoção, pelo Governo Federal, de plano nacional de vacinação contra a Covid-19. Conclamação aos Parlamentares para votação e rejeição do Veto Parcial nº 46, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 735, de 2020, (Projeto Assis Carvalho), sobre as medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, primeiro, quero parabenizar todo o núcleo de educação da bancada do PT e os Parlamentares que estão atuando juntos pelo FUNDEB, pela importância do tema. Quero reafirmar que a nossa bancada - e nós, particularmente -, em defesa dos educadores e em defesa da educação pública brasileira, não permitiremos nenhuma abertura para quaisquer tipos de iniciativas de "S" ou de articulações privadas. É do conhecimento de todos que Bolsonaro não tinha interesse de aprovar um FUNDEB forte para a educação pública brasileira.

Lamentamos não estar na pauta de hoje, mas esperamos que o Presidente Rodrigo Maia pautar, no início da próxima semana, a regulamentação.

Parabéns à luta! Parabéns pelas centenas de mensagens que certamente todos os Parlamentares, assim como eu, recebemos daqueles que estão atentos à defesa da escola e da educação pública brasileira!

Sr. Presidente, gostaríamos de registrar que, ao acompanhar a reunião dos Governadores e da Governadora Fátima Bezerra - nossa querida Governadora do Rio Grande do Norte -, o Ministério da Saúde mostra sua total adesão às ideias de Bolsonaro. E não poderia ser diferente, porque representa o Governo. Milhares de pessoas continuam morrendo. Em vários Estados, inclusive em Sergipe, a situação da COVID-19 é gravíssima! É urgente que o Governo Federal tenha um

plano de ação que garanta a vacinação pública e gratuita para toda a população brasileira. Lamentavelmente, esse plano somente sairá com a pressão do Congresso Nacional, dos Governadores e da sociedade. É triste ver como o Governo Bolsonaro e seus Ministros tratam a questão pública, em especial a saúde em nosso País.

Para encerrar, Sr. Presidente - não temos aqui o relógio em nossa frente, para ver o horário -, eu gostaria de dizer que estamos muito preocupados com a votação do Congresso Nacional pautada para a próxima semana. Apelamos a todos os Parlamentares, sejam da Câmara, sejam Senado, que venhamos a garantir a derrubada dos vetos do importante projeto construído por todos os movimentos do campo, em especial pelo Núcleo Agrário da Bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara Federal.

O SR. PRESIDENTE (Marcel van Hattem. NOVO - RS) - Peço que conclua, Deputado João Daniel.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE) - O relatório é do nosso amigo Deputado mineiro, que ontem fez uma bela fala sobre a importância da aprovação da derrubada dos vetos ao Projeto de Lei nº 735, de 2020. Sr. Presidente, a agricultura familiar brasileira precisa urgentemente que este projeto seja aprovado e que os vetos sejam derrubados, para que possamos implantar, sim, um programa emergencial para a produção de alimentos em nosso País.

Peço que este pronunciamento seja registrado no programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

Documento 172/513

| | | |
|---|---------------------------|------------------------------------|
| 33.2020.B | Sessão Outro Evento | 09/12/2020-15:28 |
| Publ.: DCD - 10/12/2020 - SÓSTENES CAVALCANTE-DEM -RJ | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Solidariedade aos familiares de menores vítimas de bala perdida, e de policial militar assassinado no Município de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Desafios impostos ao País diante da Covid-19. Contaminação do orador por coronavírus e falecimento da sua genitora em decorrência da doença. Urgente necessidade de adoção pelo Presidente Jair Bolsonaro e o seu corpo ministerial, bem como pelo Governador Cláudio Castro, de ações efetivas de combate à criminalidade no

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (DEM - RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ilustres Parlamentares, o meu Estado, o Rio de Janeiro, na última semana, viveu dias difíceis com relação à violência contra duas crianças no Município de Duque de Caxias, em uma disputa, logicamente, entre as forças de segurança e o tráfico de drogas naquele lugar.

Ainda estão sendo averiguados os responsáveis pelos disparos. Lamentamos o ocorrido e nos solidarizamos com as famílias dessas vítimas em Duque de Caxias, Município onde tenho importante base eleitoral - é o meu segundo colégio eleitoral - e onde mora toda a minha família materna e parte da paterna.

Todos os que temos acesso às redes sociais também nos assustamos com a violência contra um policial militar, também na Baixada Fluminense, em Mesquita. Igualmente nos solidarizamos com toda a família do cabo vitimado naquele momento. Graças ao trabalho da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, já foram presas duas pessoas envolvidas no crime, inclusive a pessoa que disparou contra aquele policial.

Uso a tribuna para dizer que nós estamos atravessando, talvez, o pior problema enfrentado no País, nos últimos 50 anos, esta pandemia. Inclusive, eu fui uma das vítimas da COVID-19. Fiquei internado por 11 dias por consequência do vírus e perdi, em 11 dias, a minha mãe, vítima também do coronavírus. Sabemos dos desafios que temos, como sociedade, como país, para enfrentar a pandemia. Mas nós não podemos deixar de lado a principal bandeira do Governo Bolsonaro, que é a segurança pública.

O Rio de Janeiro, com todos os problemas que tem, inclusive no Governo do Estado, precisa urgentemente de medidas do Governo Federal. Faço uso da tribuna aqui hoje para pedir ao Presidente da República, ao seu corpo ministerial, bem como ao Governador do Estado, Cláudio Castro, o nosso Governador interino - é o Vice-Governador e exerce a governadoria neste momento -, que nós, realmente, de uma vez por todas, possamos traçar planos mais efetivos para que tenhamos a diminuição do ingresso de armas de grosso calibre no nosso Estado. Lamentavelmente, é muito comum ver fuzis por todas as partes do nosso Estado, lugares sendo ocupados por barricadas, por milícias e também pelo tráfico de drogas. Nós precisamos com urgência dar uma resposta à sociedade do Estado do Rio de Janeiro e, por que não dizer, de todo o Brasil com relação à segurança pública, que é importantíssima para a garantia da vida de

todos nós brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Fico muito lisonjeado por vê-lo nessa cadeira, Presidente Orlando Silva.

Documento 173/513

| | |
|--|---|
| 123.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária -09/12/2020- CD 17:44 |
| Publ.: DCD - 10/12/2020 - ZÉ NETO-PT -BA | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA |
| | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Repúdio às afirmações contrárias a existência de racismo estrutural no Brasil. Importância da votação pela Casa do Projeto de Decreto Legislativo nº 861, de 2017, acerca da aprovação do texto da Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, adotada na Guatemala, por ocasião da 43ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, em 05 de junho de 2013. Defesa de cancelamento do recesso parlamentar para a votação do projeto sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2020/2021; do Projeto de Lei Orçamentária de 2021 e da proposta de prorrogação do auxílio emergencial concedido a trabalhadores e famílias carentes, diante da crise gerada pela epidemia de coronavírus. Necessidade de participação do Congresso Nacional no debate sobre a criação de plano nacional de vacinação contra a Covid-19.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é uma alegria grande ver V.Exa., neste momento, presidindo os trabalhos na Casa, um negro que tem um trabalho reconhecido por todo o País.

E o que me deixa extremamente triste -- digo-lhe isso com muita tristeza mesmo! -- é saber que alguns ainda pensam ou acham que no Brasil não existe racismo estrutural, não existe racismo. Essa é uma situação lastimável! Infelizmente, nós vemos isso e ficamos a analisar onde vamos parar com este País. O Brasil é racista. Infelizmente, existe racismo no Brasil, onde ainda há muita coisa a ser feita.

Aqueles que, às vezes, defendem isso são os mesmos que defendem a compra de armamento de forma aberta, que defendem o fim agora do auxílio emergencial, que defendem que não haja obrigatoriedade nem plano de vacina. É isso que está posto por alguns. Enquanto isso, nós vamos vendo o Brasil numa situação que realmente não merece. O povo brasileiro não merece o Governo que tem, não merece os

posicionamentos de alguns da Casa.

Esta Casa, neste momento, dá um passo decisivo, importante. Ontem, nós vimos toda aquela situação que aconteceu na França, um momento importante para o mundo dizer não ao racismo. O que acontece no Brasil não é só o fato que aconteceu no Rio Grande do Sul, são várias as situações que precisam ser atacadas com esse vigor. A Casa dá um passo decisivo. Espero que possamos também, neste momento, refletir sobre outras situações que dizem respeito às injustiças todas que existem no Brasil, que não são poucas.

Acho, inclusive - o Presidente Maia estava perto de você, não sei se ele está ainda, daqui não estou vendo -, que nós não precisamos ter, Presidente Orlando, recesso. Nós não precisamos ter recesso. Nós não podemos ter recesso. Nós temos que fazer um debate neste instante que diga respeito ao que vamos fazer com o auxílio emergencial.

Nós vamos deixar que o Governo Federal acabe com o auxílio emergencial e não dê um suporte às famílias mais pobres deste País, que, neste momento, já tem uma explosão de preços, já tem um processo de recessão ampliando-se, já tem outras situações diversas.

O desemprego chegou aonde chegou. Nós, desta Casa Legislativa, fomos os grandes responsáveis por termos, neste País, os 600 reais de auxílio emergencial -- o Governo queria 3 meses e 200 reais. E nós tivemos um papel importante, Presidente Maia. Nós tivemos um papel importante, meus colegas Deputados e minhas colegas Deputadas de todo o País. E este é o momento de termos mais reflexão e grandeza para que possamos dar mais uma boa resposta, a resposta que o Brasil merece, especialmente em relação a essa questão da vacina.

Sobre a questão da vacina, chegou a hora de o Congresso brasileiro como um todo, Senado e Câmara, enfrentar o Governo e sair desse disse me disse, desse puxa e estica. Nós já aprovamos a medida provisória de 1 bilhão e 990 milhões e agora precisamos fazer também um debate para resolver imediatamente essa questão do plano vacinal ou até mesmo para liberar os Governos Estaduais para que possam efetivamente buscar a compra dessa vacina, não passando mais pela ANVISA como se está fazendo. Precisamos encontrar uma solução que seja definitiva e que faça justiça ao povo brasileiro.

Quanto às questões mais emergenciais, não aprovamos nem a LDO, imaginem o Orçamento! E nós não podemos vacilar neste instante em que estamos aqui discutindo o racismo, em que estamos discutindo as injustiças todas que são colocadas permanentemente para o povo brasileiro, no seu sofrimento no dia a dia. Não podemos deixar de lado essa reflexão e essa decisão em relação ao que temos que fazer com

o auxílio emergencial.

Portanto, este é um dia histórico, como a Deputada Fernanda disse há pouco.

Para não perdermos muito tempo, antes de passar o restante do tempo para a nossa querida Maria do Rosário, quero dizer da importância de esta Casa Legislativa ter neste instante responsabilidade. Então, que só tenhamos recesso se conseguirmos resolver essas questões cruciais do País. Acho mesmo, inclusive com relação à LDO, ao Orçamento, que, na semana que vem, temos que botar tudo isso como pauta prioritária e incluir também essas questões relacionadas a essas injustiças que estão acontecendo com o povo brasileiro no tocante à saúde, no tocante ao auxílio emergencial.

Neste instante estamos dando um passo muito incisivo para melhorar a questão racial.

Não ao racismo! Não àqueles que não enxergam o Brasil como ele dever ser visto! E sim aos que querem um Brasil com mais justiça social, com mais grandeza e com mais respeito ao seu povo!

Documento 174/513

| | | |
|--|------------------------------------|--------------|
| 123.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária | -09/12/2020- |
| | CD | 19:40 |
| Publ.: DCD - 10/12/2020 - AFONSO FLORENCE-PT -BA | | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Congratulações à Casa pela aprovação do requerimento para apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 4.113, de 2020, a respeito das normas de caráter transitório aplicáveis a parcerias celebradas pela administração pública, durante o período de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Gostaria de saudar a aprovação em plenário da Câmara dos Deputados da urgência do Projeto de Lei nº 4.113, de 2020, um projeto que permitirá aos entes federados negociar com as organizações da sociedade civil a continuidade da prestação de serviços à população brasileira. Esse PL foi construído no âmbito da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Organizações da Sociedade Civil, com a

participação de Parlamentares de todas as orientações políticas e Parlamentares que compõem a Frente em Defesa dos Objetivos do Milênio, a Frente em defesa do meio ambiente, as Frentes em defesa das organizações filantrópicas, das APAEs, das Santas Casas.

Esse PL 4.113 vai dar segurança jurídica para que Governo Central, Governos Estaduais e Governos Municipais, no âmbito da Lei nº 13.019, possam renegociar o calendário, o mérito da prestação de contas dos termos de colaboração, dos termos de fomento.

Quero parabenizar esta Casa e parabenizar a Plataforma MROSC, a ABONG e o conjunto de entidades das organizações da sociedade civil que se mobilizaram por todo o Brasil, construindo o PL na luta hoje vitoriosa de aprovação da urgência.

Peço a divulgação do meu pronunciamento nos Anais da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 175/513

| | | |
|---|---|------------|
| 123.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária -09/12/2020- CD | 20:28 |
| Publ.: DCD - 10/12/2020 - EVAIR VIEIRA DE MELO-PP -ES | | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Agradecimento à direção da empresa Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A, pelo anúncio de disponibilização de aeronaves para o transporte gratuito de vacinas contra a Covid-19 no território nacional.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só quero fazer um registro.

Eu quero enaltecer a grandeza da companhia aérea Azul, que disponibilizou todas as suas aeronaves, nos voos comerciais - são mais de mil voos comerciais -, para fazer gratuitamente o transporte da vacina, quando nós a tivermos, para todo o território nacional. A companhia Azul foi altamente impactada. De mil voos, voaram apenas 70. Mesmo assim, ela conseguiu se manter de pé, com suas rotas de navegação, e já está voltando a operar na normalidade.

A minha palavra aqui é de agradecimento. É muito bom ver as companhias aéreas, que inclusive nós socorremos aqui com medidas

provisórias, tanto do ponto de vista trabalhista, quanto do ponto de vista financeiro, comecem agora a devolver ao Brasil esse nosso gesto.

Mais uma vez, quero enaltecer a companhia aérea Azul, que faz voos regionais e locais, em pequenas aeronaves, inclusive para o interior do Amazonas e do Pará, para os rincões do Brasil, por estar disponibilizando todos os seus voos para fazer gratuitamente o transporte das vacinas, assim que for necessário.

Então, em nome da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional, muito obrigado à companhia aérea Azul pela grandeza desse gesto. Esperamos que outras a acompanhem nessa direção.

Muito obrigado.

Documento 176/513

| | | |
|---|--|------------------------|
| 124.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/12/2020- CD | 14:56 |
| Publ.: DCD - 11/12/2020 - LUIZIANNE LINS-PT -CE | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Saudações às Deputadas. Transcurso do Dia Internacional dos Direitos Humanos. Repúdio ao tratamento dispensado pelo Presidente Jair Bolsonaro às populações negra e indígena e aos trabalhadores rurais. Alto índice de violência registrado no País contra mulheres, negros, indígenas e a população LGBT. Elevado número de mulheres assassinadas no Brasil em 2018, segundo o Atlas da Violência de 2020 e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Escalada dos homicídios e da violência sexual contra mulheres em meio à epidemia de coronavírus. Violência praticada contra a mulher no processo eleitoral. Pedido aos Parlamentares de aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 238, de 2016, sobre a alteração da Lei Complementar nº 101, de 2000, com vista à inclusão das ações de combate à violência contra a mulher no rol de exceções à suspensão de transferências voluntárias a entes da federação inadimplentes.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, Deputada Soraya Santos, primeiro quero saudar todas as companheiras, mulheres que fizeram esse esforço coletivo para estarmos juntas, aprovando projetos de interesse das mulheres. Saúdo, em especial, V.Exa., Presidente; a Deputada Erika Kokay, a quem nós nos solidarizamos pela bravura com que ela nos ensina todos os dias a enfrentar esse mundo misógino; a Deputada

Professora Dorinha, que, como Coordenadora da bancada, tem feito um trabalho excelente; também a Deputada Jandira Feghali, a qual tenho muita referência. Falei dessas quatro, incluindo a Deputada Soraya, porque, nas pessoas de V.Exas., quero me referir a todas nós que estamos de forma aguerrida lutando contra o machismo cotidianamente.

O projeto de lei que nós apresentamos, que será apreciado no item 6, vem felizmente no dia de hoje, quando nós comemoramos o Dia Internacional dos Direitos Humanos. Esse dia foi exatamente construído numa reação às monstruosidades cometidas durante a Segunda Guerra Mundial, quando Hitler comandou o genocídio de judeus e outras minorias nos campos de concentração. É ao que nós estamos assistindo hoje, em pleno 2020, no Brasil, no desgoverno Bolsonaro? Infelizmente, nós estamos vendo a cada dia a morte, o genocídio da população negra, da população indígena, da população de trabalhadores rurais.

Mas eu quero falar de uma violência específica, a violência contra as mulheres. O Brasil é um dos países que mais matam mulheres, ou seja, além de exterminar a juventude negra, a população LGBTQ+, as lideranças rurais e indígenas, nós somos um País ainda extremamente racista, machista e LGBTfóbico.

Segundo o Atlas da Violência de 2020, 4.519 mulheres foram assassinadas no ano de 2018, ou seja, uma mulher é morta a cada 2 horas no Brasil, 68% delas são mulheres negras. Foram 263.067 lesões corporais dolosas no ano de 2018, ou seja, enquadradas na lei Maria da Penha. E eu sei porque sou Relatora da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher deste Congresso Nacional. Muitas vezes, o principal desafio de nós, mulheres, é a primeira denúncia, porque são subnotificados todos esses dados e todas essas estatísticas.

Se eu for fazer uma média, poderia dizer que uma mulher sofre violência doméstica física a cada 2 minutos no Brasil. Durante esta minha fala, vamos ter pelo menos três ou quatro mulheres sofrendo violência.

Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2018, mais de 4.500 mulheres foram mortas, caracterizando feminicídios qualificados pela delegacia que acompanha os casos. E ainda há isto, o delegado, exatamente pelo machismo, muitas vezes não considera como feminicídio o crime que é praticado pelo ex-companheiro, pelo companheiro, pelo marido, pelo amante, pelo namorado - infelizmente.

Mas, nesse ano de 2018, 1.206 mulheres foram assassinadas exclusivamente pelo fato de serem mulheres, ou seja, nesse ano, só



pelos estatísticas oficiais, uma mulher foi morta a cada 7 horas por sua condição de gênero, pelo fato de serem mulheres - um aumento de 11% em relação ao ano anterior, 2017.

Nesse período da pandemia, não foi diferente. Nós tivemos, somente entre março e agosto deste ano de 2020, segundo monitoramento de redes e de mídias independentes, só o que deu publicidade, o que foi exposto, 497 mulheres assassinadas, ou seja, a violência sexual também está numa escala ascendente.

Batemos recorde em 2018 de mais de 66 mil mulheres violentadas sexualmente, ou seja, uma média de 180 crimes por dia. E, gente, em 81,8% desses casos, as vítimas eram mulheres, ou seja, podemos dizer que uma menina de até 13 anos é estuprada no Brasil a cada 15 minutos.

Uma em cada quatro mulheres é vítima da chamada violência obstétrica, isto é, na hora do parto, ela também sofre violência. Chegam muitas denúncias na nossa Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher sobre a questão da violência obstétrica. Portanto, seja no sistema de saúde público, seja no sistema privado, somos vitimadas até na hora de parir.

Sem falar do que nós assistimos e que foi tão bem referendado no último debate, a que estou atentamente assistindo, porque eu também fui vítima de violência política no processo eleitoral. Simplesmente um dos adversários utilizou seu tempo de TV, porque ele tinha quatro vezes o meu tempo de TV, para me atacar 30 vezes por dia durante 30 dias, com o objetivo de que eu não fosse para o segundo turno. Eu, que já governei Fortaleza, fui eleita e reeleita em 2008 no primeiro turno, tive que passar por constrangimentos sistemáticos. Era insuportável ligar a televisão, porque eram 30 comerciais durante 30 dias, todo dia.

Essa violência política também pegou a Manuela d'Ávila, a Marília Arraes, a própria Deputada Rosângela, que falou há pouco, e tantas outras companheiras que disputaram eleições. Eu lidei com 11 homens disputando o processo eleitoral. Nós não podemos deixar impunes essas violências.

O nosso projeto de lei propõe exatamente a inclusão de ações de combate à violência contra a mulher no rol de exceções à suspensão das transferências voluntárias a entes da Federação inadimplentes.

Já fui Prefeita e sei que, quando um Município ou um Estado está inadimplente, ficam bloqueados os recursos, as transferências voluntárias que o Governo Federal repassa a Estados e Municípios, ou seja, os entes federados param de receber o dinheiro. Mas existem, na



própria Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu art. 3º, as exceções a essa questão, que são exatamente as ações na educação, na saúde e na assistência social. O nosso projeto tem como objetivo construir que os recursos do Governo Federal cheguem aos Estados e Municípios. Não será mais desculpa dizer que o Município não está recebendo dinheiro, que o Estado não está recebendo dinheiro, porque está inadimplente no CAUC. Assim, vai ser repassado, sim, e o Governo Federal tem que cumprir o seu papel. Na prática, estamos falando, Deputada Soraya, Presidente desta sessão, de casa abrigo, de casa de acolhimento, de centros de referência, da Casa da Mulher Brasileira, que é uma política fundamental do Governo da Presidente Dilma, que, muitas vezes, está abandonada ou nem se deu mais continuidade a essa política tão importante.

Portanto, pedimos o apoio. Deverei me manifestar em apoio ao PL 238/16.

Termino dizendo o seguinte, nenhuma de nós pode mais sofrer qualquer forma de violência, seja a violência física, seja a violência simbólica, psicológica, a violência sexual, a violência obstétrica, a violência política, que foi caracterizada nessas eleições através de *fake news*, de ataques diretos, de ameaças de morte. Isso é inadmissível! E nós estamos lutando - as mulheres desta Câmara Federal e do Brasil - para que cada vez mais a nossa voz seja ouvida por todos os brasileiros, porque, nessa luta, nós temos que contar com todos e todas. A luta é nossa.

Esperamos que homens sensíveis a essa questão estejam do nosso lado. Vamos fazer valer a nossa máxima, Deputada Soraya: "*Mexeu com uma, mexeu com todas*". É assim que nós devemos prosseguir. Infelizmente, as mulheres que acham que não sofrem violência, seja qual for a forma de discriminação, é porque ainda não compreenderam o machismo estrutural, que fez com que milhares de mulheres que lá atrás foram queimadas na fogueira, agora sejam linchadas virtualmente, inclusive através de *fake news*.

Um grande abraço, Deputada Soraya. É um prazer enorme ver V.Exa. comandando os trabalhos de forma efetiva e vigorosa, porque nós sabemos e nós podemos.

Quero abraçar todas as minhas companheiras Deputadas Federais desta Câmara Federal. Nós estamos com saudades de estar perto de todo mundo, mas, infelizmente, a situação em que o desgoverno do "anti-Messias" nos colocou vai fazer com que tenhamos que amargar ainda essa questão da pandemia por muito tempo, em virtude do tratamento irresponsável que foi dado à doença.

Portanto, peço a todas, no momento adequado, apoio ao PL 238/16.

Digo isso porque fui Prefeita e sei que muitas ações nós queremos fazer e não podemos, se por acaso houver algum tipo de imbróglio em relação à adimplência.

A partir de agora, com esse projeto aprovado, o combate à violência contra a mulher será parte das exceções, ou seja, ele não poderá ter mais perda de continuidade, o recurso não mais vai poder deixar de ser repassado. Com efeito, os recursos não vão poder mais deixar de ser repassados para os entes federados, Estados e Municípios.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Documento 177/513

| | |
|---|--|
| 125.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/12/2020- CD 17:28 |
| Publ.: DCD - 11/12/2020 - JOSÉ GUIMARÃES-PT -CE | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA |
| | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Significado da aprovação pela Casa do Projeto de Decreto Legislativo nº 861, de 2017, acerca da aprovação do texto da Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, adotada na Guatemala, por ocasião da 43ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, em 05 de junho de 2013. Transcurso do Dia Internacional dos Direitos Humanos. Atuação do Parlamento brasileiro em meio à epidemia de coronavírus. Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida pelo Relator da Comissão de Educação ao Projeto de Lei nº 4.372, de 2020, sobre a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, ressaltados os destaques.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu vou encaminhar pela Minoria e solicito usar a metade do tempo da Liderança, 5 minutos. A Deputada Alice usará os 5 minutos no momento em que achar conveniente. Vou usar exatamente, Deputada Alice, pelo outro trabalho que fizemos, os 5 minutos, para lhe dar oportunidade.

Presidente, eu penso que este dia de hoje, como o de ontem, em que V.Exa. preside esta sessão, é histórico. Ontem, a Câmara votou e aprovou a Convenção Interamericana contra o Racismo. Isso tem um significado muito grande para o mundo.



E hoje, no Dia Internacional dos Direitos Humanos, nós estamos justamente votando a mais importante e decisiva matéria que tem forte impacto na vida do Brasil, que é o novo FUNDEB. Ao fazer essa defesa do voto "sim" da Minoria, nós queremos reconhecer, em primeiro lugar, o esforço do Deputado Felipe Rigoni em fazer um diálogo que culminou com um relatório cuja espinha dorsal representa, significa uma ampla unidade dentro da Câmara dos Deputados.

Estava conversando há pouco com o Líder do Governo, Deputado Ricardo Barros. Ele está analisando os pontos de eventuais destaques que não desfigurem o relatório do Deputado Rigoni e vai nos dar uma posição do ponto de vista do Governo -- ele está analisando. O que é importante neste momento é que V.Exa. preside uma sessão em que a Câmara dá uma demonstração de efetivo compromisso com a educação pública brasileira.

O trabalho que os sindicatos fizeram, os trabalhadores em educação, a CNTE, o SINDIUTE, um sindicato aqui de Fortaleza que eu sei bem a importância dele na defesa da educação pública e dos trabalhadores em educação, todos juntos com o Parlamento estão dando demonstração de efetivo compromisso com a educação pública brasileira.

Em tempos de pandemia, V.Exa. sabe o quanto nós trabalhamos as leis mais importantes. Como Presidente, V.Exa. talvez termine a sua gestão, e eu não posso deixar de fazer esse reconhecimento público de que nós, em tempos de pandemia, mostramos efetivamente compromisso com o País. Em todas as matérias que foram decisivas para o enfrentamento da COVID-19, o Parlamento brasileiro estava na linha de frente.

A Oposição teve um papel destacado. Para os que dizem que a Oposição aposta em "quanto pior, melhor", muito pelo contrário. Nós aprovamos, Deputada Alice, tudo o que foi necessário para o combate à pandemia, frente à irresponsabilidade, muitas vezes ao desdém de um Governo que tem pouco afeto pela vida de brasileiros e brasileiras.

Nós aprovamos o "orçamento de guerra", nós aprovamos todas as matérias de proteção aos profissionais de saúde, a flexibilização da Lei de Responsabilidade Fiscal. Portanto, o Parlamento brasileiro tem que comemorar. E essa votação do FUNDEB é um marco histórico no dia de hoje, porque a espinha dorsal do relatório foi tão bem trabalhada por V.Exa., Deputado Felipe Rigoni, bem como pela Deputada Professora Rosa Neide e por todo mundo da educação no PT. Fizemos hoje uma reunião na Liderança da Minoria, e V.Exa., Deputada Alice, dirigiu-a com vários Parlamentares de todos os partidos.

Eu só posso dizer que vale muito ser Deputado Federal num dia

histórico como este, em que estamos aprovando a regulamentação do novo FUNDEB.

O novo FUNDEB preserva na sua espinha dorsal a gestão democrática nas escolas, o princípio de que dinheiro público é para a escola pública -- nada contra as entidades privadas, mas o dinheiro é para escola pública --, a prioridade aos profissionais da educação, conforme prevê a LDB em seu art. 61. Enfim, foi um conjunto de ações.

Presidente, ontem mesmo eu dizia a V.Exa. em um telefonema que tudo caminha para um grande acordo, como fizemos com a Lei Aldir Blanc. Nesses momentos históricos, o Parlamento brasileiro não podia fugir dessa imensa responsabilidade que está tendo com a educação pública brasileira.

Eu termino, portanto, indicando o voto "sim", com alegria, com o coração quente e a cabeça fria, para enfrentarmos os desafios neste momento grave que o Brasil vive. Em tempos de pandemia, em que morrem pessoas, em que morrem cearenses, nós estamos fazendo a nossa parte, Presidente.

Deputada Alice Portugal, minha Vice-Líder, nós estamos juntos porque o Brasil precisa de nós.

Viva o FUNDEB! Vivam os educadores e educadoras deste Brasil que tanto trabalharam! E este Parlamento correspondeu a isso.

O Parlamento brasileiro está de parabéns na conclusão da regulamentação do novo FUNDEB!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 178/513

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 34.2020.B | Sessão Outro Evento | 10/12/2020-10:00 |
| Publ.: DCD - 11/12/2020 - ERIKA KOKAY-PT -DF | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Anúncio de votação pela Casa de proposições destinadas ao combate à violência de gênero no País. Aperfeiçoamento de aspectos do parecer oferecido pelo Relator Felipe Rigoni ao Projeto de Lei nº 4.372, de 2020, sobre a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Indignação da oradora com a inexistência, no âmbito do Governo Federal, de plano de

vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Presidente, nós temos um dia extremamente importante hoje, um dia em que nós vamos fazer valer as urgências que aprovamos no dia de ontem para vários projetos que visam combater as várias formas de violência de gênero que o País vivencia.

Por muito tempo, as violências de gênero foram naturalizadas; e, ao serem naturalizadas, ficam perenizadas. Por isso é importante fazer os recortes. Nós vamos discutir a violência institucional, a violência política e tantas violências que atingem a mulher para além da violência doméstica, em razão da qual as mulheres têm medo de voltar para casa, porque ali serão arrancadas delas mesmas por uma lógica sexista, machista e patriarcal que nos lembra de que ainda estamos sob a vigência de um olhar colonial.

Mas, hoje, nós também queremos ver como é que nós faremos uma discussão sobre o FUNDEB que não desconsidere o que esta Câmara pontuou, derrotando todas as vozes contrárias, inclusive emanadas do Palácio do Planalto, porque todo arbítrio teme o desenvolvimento da educação. Tinha razão Paulo Freire ao dizer que se a educação não resolve tudo, sem ela não resolvemos nada. E é importante que, na discussão da regulamentação do FUNDEB, nós possamos corrigir, no relatório que vamos apreciar, aquilo que fere o sentido de constitucionalizar o FUNDEB.

É preciso estabelecer a necessidade de correção do piso salarial, porque a valorização dos profissionais é fundamental para a manutenção de uma educação de qualidade. Que nós possamos assegurar o custo aluno-qualidade. Que nós possamos romper com a lógica meritocrática, que, em verdade, apenas esconde as desigualdades e, a partir daí, ao invisibilizá-las, faz com que elas sejam permanentes.

Esses são aspectos fundamentais, além da necessidade de garantirmos que recursos públicos tenham que ir para a educação pública, porque nós não podemos ter essa transferência de recursos possibilitada a partir de um relatório que precisa ser corrigido, em nome da independência e da soberania deste País.

Quando nós falamos de educação, nós estamos falando de soberania nacional, de povo soberano. É soberania nacional implica que nós tenhamos a educação e o desenvolvimento da ciência, da cultura, da arte e do conhecimento como instrumentos e alavancas para que nós possamos fazer com que este País vivencie a sua própria grandeza.

Por fim, quero registrar que estamos aqui para dizer que não podemos mais perpetuar esta necropolítica que está em curso. Como é possível termos um governo que não tem um plano nacional de imunização?

O SR. PRESIDENTE (Marcel Van Hattem. NOVO - RS) - Peço que conclua, Deputada.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Enquanto países estão vacinando suas populações, aqui, nós temos a politização do processo de vacinação. Nós queremos dizer também que é preciso barrar a sanha de um governo que quer eliminar os impostos para importação de armas...

O SR. PRESIDENTE (Marcel Van Hattem. NOVO - RS) - Peço que conclua, Deputada.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - ...além de mais de uma dezena de medidas para possibilitar o armamento neste País.

Nós estamos aqui - e eu concluo com isso, Presidente - para dizer: vacina, sim - vacina, sim! -, e armas, não!

Documento 179/513

| | | |
|--|---------------------------|------------------------------------|
| 34.2020.B | Sessão Outro Evento | 10/12/2020-10:12 |
| Publ.: DCD - 11/12/2020 - BENEDITA DA SILVA-PT -RJ | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Defesa de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Importância do papel desenvolvido pelo Sistema Único de Saúde - SUS no processo de atendimento aos contaminados pelo coronavírus.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos na segunda onda da pandemia no Brasil. Neste momento, seria importante que, além de o consórcio de veículos de imprensa divulgar um levantamento dessa situação, nós também tivéssemos, por meio do Ministério da Saúde, oficialmente divulgados esses números, para a precaução de todos nós. Não podemos esconder nenhum dado de um fato que verdadeiramente está acontecendo.

Nós sabemos da importância desta pauta, e é por isso que temos que continuar defendendo a vacinação, defendendo os testes e

defendendo, sobretudo, o SUS. O nosso povo só tem esse atendimento de saúde, seja na clínica da família, seja no posto de saúde, seja no hospital, por meio do Sistema Único de Saúde.

Então, o SUS tem um papel fundamental para a saúde do povo brasileiro. E está evidente que, se não fosse o tratamento contra a COVID feito pelo SUS, a situação estaria bem pior, porque não temos esse tratamento sequer na rede particular, para as pessoas que têm maior poder aquisitivo. Se elas têm sentido a falta desse tratamento, imagine aqueles que têm menor poder aquisitivo e que precisam se cuidar.

Sr. Presidente, o País, nesta segunda onda, precisa fazer a vacinação. Nós vamos bater na tecla da vacinação em massa da população. Mais do que nunca, o SUS é necessário. Mais do que nunca, nós precisamos fortalecer o orçamento da saúde. Não podemos, de forma nenhuma, ter contenção em relação a isso, senão a população brasileira vai morrer.

A maioria da população brasileira não tem condição de fazer tratamento se ele não for feito pelo SUS, por esse sistema universal.

Então, Sr. Presidente, o apelo que nós fazemos é para que o Presidente Bolsonaro esqueça essas questões de cunho ideológico e procure fazer parceria com a FIOCRUZ e com universidades, como a UFRJ. Vamos procurar os países que estão mais avançados nisso, que já estão começando a fazer uso dessas vacinas. Mas isso, Sr. Presidente, depende da vontade não só do Ministério da Saúde como também do Presidente da República.

Fica aqui o apelo de uma Parlamentar e cidadã que tem certeza de que as pessoas estão morrendo e que os números estão aumentando a cada dia.

Peço a divulgação deste meu pronunciamento nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 180/513

| | | |
|---|----------------------------|------------------------------------|
| 34.2020.B | Sessão Outro Evento | 10/12/2020-10:16 |
| Publ.: DCD - 11/12/2020 - JOSEILDO RAMOS-PT -BA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |



Sumário

Solidariedade ao Deputado Pompeo de Mattos por discurso proferido no plenário. Caráter antidemocrático do Governo Jair Bolsonaro. Importância da aprovação do Projeto de Lei nº 4.372, de 2020, sobre a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Indignação do orador com a inexistência, no âmbito do Governo Federal, de plano nacional de vacinação contra a Covid-19.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de me solidarizar com o Deputado Pompeo de Mattos, que, há pouco, falou sobre um fato ultrajante que demonstra que este Governo não tolera a diversidade no Parlamento, não respeita a Oposição, portanto é um governo antidemocrático.

Parabéns pela denúncia, Deputado Pompeo de Mattos! Conte com a nossa indignação.

É importante salientar que todos nós Deputados temos uma oportunidade histórica ao nos debruçarmos sobre o processo de constitucionalização do novo FUNDEB. Não percamos a oportunidade histórica de não revisar o avanço que tivemos nesta Casa, aprovado quase por unanimidade. Precisamos manter as conquistas na constitucionalização do novo FUNDEB, incluindo a valorização dos profissionais em educação e, principalmente, evitando que se drenem recursos públicos para o ambiente privado.

Em segundo lugar, é muito triste e dá muita indignação a todos nós, inclusive aos Deputados Federais e às Deputadas Federais, assistir, neste desgoverno, à tontice que tomou conta do Ministério da Saúde. O Ministro Pazuello, em menos de 30 dias, já falou que a vacinação iria acontecer só em março, depois disse que ela seria no fim de fevereiro e, agora, declarou que ainda este ano iniciaria a vacinação.

Nós precisamos de um plano nacional de vacinação. Nós estamos esquecendo que este País é referência no mundo em produção de vacinas e em campanhas vitoriosas de vacinação. Essa *expertise* não pode ser jogada no lixo por conta de um Governo negacionista, por conta de declarações como aquela feita pelo Ministro das Comunicações, que é Deputado Federal, dizendo que a vacina chinesa não entraria em sua casa. Isso demonstra claramente a politização nefasta neste ambiente, em que nós, como agentes políticos, temos que prestar contas primeiro à sociedade, defendendo os interesses do povo brasileiro. Este é o Governo da necropolítica, como diz a nossa companheira Deputada Erika Kokay.

Então, nós, com toda a indignação, estamos diante da falta de luzes, diante desta treva que é o Governo Bolsonaro.

Documento 181/513

| | | |
|---|----------------------------|------------------------------------|
| 34.2020.B | Sessão Outro Evento | 10/12/2020-10:20 |
| Publ.: DCD - 11/12/2020 - CORONEL TADEU-PSL -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Protesto contra a realização das festas carnavalescas em São Paulo, em meio à epidemia de coronavírus, com a autorização da Prefeitura Municipal e do Governo Estadual. Insignificância dos recursos destinados às Prefeituras Municipais, pelo Governador João Doria, para combate à crise gerada pelo coronavírus. Apoio dos Prefeitos Municipais do Estado de São Paulo ao Governo Jair Bolsonaro.

O SR. CORONEL TADEU (Bloco/PSL - SP. Sem revisão do orador.) -
Bom dia, Sr. Presidente Marcel e todos os colegas.

Vou fazer uso deste período de Breves Comunicados para delatar a todos os colegas o que acontece aqui no Estado de São Paulo. Nós estamos vivendo uma pandemia desde o início de fevereiro, mas, mesmo assim, ainda fizemos o carnaval em São Paulo, lamentavelmente. A Prefeitura e o Governo do Estado se juntaram para aglomerar milhares e milhares de pessoas numa festa que poderia ter sido suprimida sem nenhum problema.

Mas o mais grave e estarrecedor, Sr. Presidente, é o que o Governo do Estado de São Paulo faz com todas as Prefeituras do meu grandioso Estado. Apenas 4 reais por habitante é o dinheiro que foi destinado para a solução desta pandemia. Numa cidade de 30 mil habitantes, por exemplo, a Prefeitura recebeu 120 mil reais. Com isso não dá para comprar sequer uma cama hospitalar ou um leito de UTI. A quantia de 120 mil reais é o que se gasta em apenas 60 dias. Isso é o que o Governo do Estado fez para a sua população. Diga-se o nome do sujeito que governa o Estado de São Paulo: João Agripino Doria. Muitos conseguem chamá-lo de "João Dólar", porque ele só pensa no próprio bolso. E é isto que nós estamos vendo. Ele só pensa no próprio bolso mesmo. As Prefeituras achavam que o Governo do Estado de São Paulo faria a sua contrapartida nesta pandemia, mas, lamentavelmente, ele não o fez, deixando os Prefeitos, os Municípios e a população paulista à míngua.

A boa notícia, Sr. Presidente, é que, percorrendo mais de 200 Municípios do interior do Estado nestes últimos 120 dias, eu não encontrei um Prefeito que reclamasse do Governo Bolsonaro. Aliás, ao contrário, encontrei Prefeitos com dinheiro em caixa sobrando para cuidar da COVID, porque eles já tinham feito todas as compras necessárias e não precisavam gastar mais. A felicidade que eu encontro nos Prefeitos falando que o Ministério da Saúde funcionou, e funcionou bem, está retratada no interior do Estado de São Paulo, nos mais de 600 Municípios que nós temos, independentemente de serem Municípios pequenos, médios ou grandes. Não faltou dinheiro, graças a Deus.

O Congresso - a Câmara e o Senado - fez a sua parte, mas o Governo e o Ministro Pazuello fizeram a lição de casa. Graças a Deus, o povo está bem. Vamos enfrentar esta segunda onda.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 182/513

| | | |
|---|----------------------------|------------------------------------|
| 34.2020.B | Sessão Outro Evento | 10/12/2020-10:28 |
| Publ.: DCD - 11/12/2020 - FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Desinteresse do Governo Jair Bolsonaro na imunização do povo brasileiro contra a Covid-19. Protesto contra a privatização de aeroportos brasileiros.

O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, bom dia. Bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje vamos fazer votações importantes em benefício do Brasil. Mas, Sr. Presidente, eu utilizo esse tempo dos Breves Comunicados para deixar o meu repúdio ao Governo Federal pela opção de contratar a menor cobertura de vacina contra a COVID-19. Bolsonaro contratou vacina para apenas 10% da população brasileira, e isso aconteceu só depois de muita pressão. Os países podem solicitar vacinas para cobrir até 50% da população, mas o Presidente, que chamou os mortos de maricas, quer contratar vacinas apenas para a menor parte, que é 10%. Isso é vergonhoso. Portanto, é importante destacar que o Governo não tem interesse em imunizar o povo brasileiro.

O Congresso Nacional já aprovou recursos para a compra de vacinas para toda a Nação. Também existe projeto de lei que garante esse

direito para todos os brasileiros e todas as brasileiras. Não aceitamos, Sr. Presidente, imposição genocida do Presidente. Queremos vacina para toda a população brasileira. Na verdade, Bolsonaro não quer que o povo seja imunizado porque tem medo de pressão, tem medo de protestos contra ele.

Sr. Presidente, também quero registrar, nestes Breves Comunicados, que o Governo Federal avançou em mais uma etapa na privatização dos aeroportos brasileiros. A privatização, a partir do próximo mês de março, dos aeroportos de Curitiba, de Manaus, de São Luís, no Maranhão, além dos de cidades como Petrolina, Pernambuco e Imperatriz, no Maranhão, será mais uma entrega do patrimônio público pelo Governo Federal para a iniciativa privada. Quem vai lucrar com tudo isso já se sabe, é a iniciativa privada.

Para se ter uma ideia, Sr. Presidente, nos 22 aeroportos, no ano passado, a movimentação chegou a 25 milhões de pessoas. Falo só do ano passado! Mas o Governo da destruição está entregando tudo isso para o capital privado. Isso é triste, isso é vergonhoso. Nós esperamos que o Congresso Nacional e a população brasileira se unam em torno da entrega do patrimônio público à iniciativa privada.

Peço a V.Exa. que estas minhas palavras sejam publicadas no programa *A Voz do Brasil* como também nas redes sociais da nossa Câmara.

Documento 183/513

| | | |
|---|----------------------------|------------------------------------|
| 34.2020.B | Sessão Outro Evento | 10/12/2020-10:36 |
| Publ.: DCD - 11/12/2020 - AIRTON FALEIRO-PT -PA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Solicitação ao Governo Federal de retomada das obras de asfaltamento da BR-230 (Rodovia Transamazônica) e da BR-163, bem como da construção de suas respectivas pontes. Apelo ao Governo Jair Bolsonaro por imediata adoção de plano de vacinação em massa do povo brasileiro contra a Covid-19. Realização de campanha a favor da reforma agrária.

O SR. AIRTON FALEIRO (PT - PA. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento os nobres colegas Deputados e Deputadas.

Hoje, eu estou aqui em Altamira, às margens do Rio Xingu. Vim de



Santarém numa viagem de carro. E a primeira cobrança que eu tenho recebido de forma muito forte nesta viagem é a conclusão do asfaltamento da Transamazônica e da BR-163, que teve início nos governos do Presidente Lula, com continuidade no da Presidenta Dilma. Tirando a BR-163, que já está numa fase conclusiva, a Transamazônica está com o asfaltamento paralisado. Da mesma forma, há cobrança do asfaltamento da BR-422, que liga a Transamazônica a Tucuruí, melhorando o caminho para chegar à capital do Estado, Belém.

Então, quero cobrar aqui do Governo que retome os asfaltamentos da Transamazônica e da BR-163, como a conclusão das pontes e, para fazer justiça, as que estão em curso.

Eu queria também dizer aos nossos colegas e a quem nos assiste que há, sinceramente, um apelo da sociedade brasileira, das pessoas em geral, das famílias, tanto daqueles que já perderam familiares por essa terrível doença, a COVID-19, como daqueles que foram infectados e dos que ainda não foram infectados, no sentido de que o Governo brasileiro monte o básico, monte um plano de vacinação em massa, como outros países estão fazendo, a exemplo do Reino Unido. Não dá para ficarmos sem a vacina disponível, havendo produção de fontes até diferentes, por causa de brigas ideológicas e políticas e de desorganização do Brasil.

O Ministério da Saúde não está organizado para executar esse plano. A Presidência da República tem que parar de fazer brigas ideológicas e políticas com a morte do povo e organizar urgentemente um processo de vacinação. Talvez fosse um presente de Natal para o povo brasileiro iniciarmos a vacinação em massa ou então um presente de Ano-Novo, começando em janeiro. Então, fica registrado o nosso apelo. Vamos montar um plano, Sr. Presidente, Srs. Ministros, de vacinação para o nosso povo.

Por último, Sr. Presidente, quero dizer que esta semana foi feita uma campanha pela retomada da reforma agrária neste País. Está tudo paralisado. O INCRA está sem dinheiro. Os órgãos de regularização fundiária estão sem dinheiro. E não me venham com a conversa de que não dá para fazer a reforma agrária porque é preciso alterar a legislação. Que possam ser regularizadas as terras e propriedades que não são beneficiárias da reforma agrária que já contam com a indicação da lei. Legislação existe. É preciso tomada de decisão política.

Obrigado.

Um abraço aos colegas que estão conosco nesta sessão.

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 34.2020.B | Sessão Outro Evento | 10/12/2020-10:40 |
| Publ.: DCD - 11/12/2020 - FÁBIO TRAD-PSD -MS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Recuperação da saúde do orador após tratamento contra o coronavírus. Agradecimento aos Parlamentares pelas mensagens de solidariedade encaminhadas ao orador. Imediata retomada do processo de apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 199, de 2019, sobre a alteração dos arts. 102 e 105 da Carta Magna, com vista à transformação dos recursos extraordinário e especial em ações revisionais de competência originária do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça (prisão de condenados em segunda instância). Regozijo com a possibilidade de votação do Projeto de Lei nº 4.411, de 2020, (apensado ao Projeto de Lei nº 5.419, de 2009), sobre a tipificação do crime de *stalking*, perseguição insidiosa contra a mulher. Extinção, pelo Presidente Jair Bolsonaro, do imposto incidente sobre a importação de arma de fogo. Apelo aos Parlamentares e à bancada feminina na Casa de aprovação do Projeto de Lei nº 4.196, de 2020, acerca da transformação do feminicídio em crime de natureza autônoma.

O SR. FÁBIO TRAD (Bloco/PSD - MS. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, muito obrigado pelas generosas palavras que só me estimulam a prosseguir no caminho do aperfeiçoamento do processo legislativo brasileiro.

O imperativo da gratidão, como preliminar da minha breve comunicação, é agradecer a todos os Parlamentares que se preocuparam com o meu estado de saúde, afinal de contas fiquei 15 dias internado em virtude da COVID e fiquei 5 dias na UTI. Eu não sou do grupo de risco, pratico esportes, não tenho pressão alta, não sou diabético e, mesmo assim, saí com os pulmões um tanto quanto comprometidos. Mas já estou em casa, fazendo terapia pulmonar, firme e forte, com a graça de Deus. Muito obrigado a todos os Parlamentares que foram solidários comigo nesse momento difícil por que passei.

Agora, Sra. Presidente, vamos tratar dos trabalhos legislativos. O primeiro plano é a PEC da segunda instância. É imperioso, é tema da sociedade, o Brasil a quer. Eu lembro que quando o ex-Ministro Moro estava com a titularidade do Ministério da Justiça, portanto, junto com o Presidente Bolsonaro, havia uma manifestação caudalosa, substancial da sociedade em defesa da PEC da segunda instância. Depois que Moro saiu, e o Presidente Bolsonaro se afastou dessa

pauta, eu não sei o que aconteceu, mas o projeto desidratou, desinflou, e a sociedade parece que perdeu o interesse em sua aprovação.

Mas estamos aqui. O relatório já está pronto desde abril, os trabalhos estão exauridos na Comissão Especial. O que falta? Apenas a autorização do Presidente Rodrigo Maia, com a aquiescência dos Líderes, para que possamos impulsionar a PEC da segunda instância. Assim, faço o registro pela aprovação da PEC da segunda instância para combater todos os tipos de impunidade no Brasil, não só a penal.

Em segundo plano, mas não menos importante, vamos comemorar hoje a possibilidade de aprovação de um projeto fundamental para a salvaguarda psicológica e física das mulheres e dos homens também. Refiro-me ao projeto que criminaliza o *stalking*, a perseguição obsessiva, constrangedora, insidiosa, aquela que sufoca progressiva e gradativamente a liberdade de ir e vir, inclusive, das suas vítimas.

Nos Estados Unidos, quase todos os Estados já criminalizaram essa conduta. O Brasil precisa copiar o que há de bom nos Estados Unidos, não o que há de questionável, como o Presidente Bolsonaro fez ontem em relação a zerar a tarifa de importação das armas.

Por fim, Sra. Presidente, quero pedir à bancada feminina que some esforços conosco, os homens feministas como eu, que queremos uma pauta progressista e avançada em defesa dos direitos das mulheres, e que votemos o PL que torna autônomo o crime de feminicídio no Brasil.

Tenho dito.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Documento 185/513

| | | |
|---|---------------------------|------------------------------------|
| 34.2020.B | Sessão Outro Evento | 10/12/2020-10:48 |
| Publ.: DCD - 11/12/2020 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Defesa de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Defesa de lançamento, pela Oposição, de candidato à Presidência da Câmara dos Deputados.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.) -
Sra. Presidenta, inicialmente, quero cumprimentá-la, cumprimentar

todos os colegas que estão participando de mais esta sessão e cumprimentar o povo brasileiro, que nos acompanha. Em minha tela, eu vejo a Deputada Angela Amin, o Deputado Célio Moura, o Deputado Reginaldo Lopes, o Deputado Joseildo Ramos. Meu bom dia a todos!

Inicialmente, quero citar mais uma vez, porque citarei isto em todas as falas que eu fizer no Plenário, que o Brasil tem pressa de ter uma vacina eficaz e segura para todo o povo brasileiro, garantida pelo sistema público de saúde, pelo nosso SUS. Graças ao negacionismo e à irresponsabilidade do Presidente Bolsonaro, o Brasil já está, no mínimo, 90 dias atrasado em relação a esse direito fundamental do povo brasileiro, a essa medida decisiva para garantir saúde, para garantir vidas e para garantir a retomada da atividade econômica no País. O Brasil não pode fazer debate ideológico e politizado ou político sobre vacina. A briga não é entre Dória e Bolsonaro, a briga é entre a vida e o direito a um País imunizado, por meio do sistema nacional de saúde, em que o SUS, Deputado Valmir Assunção, garanta a vacina para todos os baianos, gaúchos, paulistas, cariocas. Todos os brasileiros têm que ter acesso à vacina, e rápido, não importando de que país venha a vacina. A vacina vem da ciência. Aquela que funciona tem que estar à disposição do povo brasileiro.

Em segundo lugar, Sra. Presidenta, quero dizer aos meus colegas, especialmente aos colegas da Oposição - vejo aqui o Deputado Heitor Schuch -, que o meu posicionamento é que o campo da Oposição deve lançar um candidato à Presidência da Câmara Federal do Brasil. O PT, o PSB, o PDT, o PCdoB, o PSOL e a REDE detêm em torno de 130 votos no Parlamento brasileiro. E essa é a voz da Oposição, é a voz daqueles que não suportam a política de Bolsonaro, é a voz daqueles que querem estar presentes neste debate da Presidência da Câmara.

E eu entendo que nós devemos instalar imediatamente uma mesa entre esses seis partidos para escolher um candidato ou uma candidata que nos represente, que debata, nesses 45 dias, o nosso programa para o Parlamento brasileiro. Se nós tivermos a Presidência, nós votaremos o Imposto sobre Grandes Fortunas, o Imposto de Renda sobre lucros e dividendos. Nós votaremos uma lei anti-*fake news*. Nós temos opiniões e posição sobre o futuro do Parlamento brasileiro. Eventualmente, se o nosso candidato ou a nossa candidata não estiver em um segundo turno, é evidente que nós faremos a escolha entre os dois que estiverem no segundo turno, mas nós devemos ter candidatura da Oposição à Presidência da Câmara Federal do nosso País.

Esses seis partidos devem fazer imediatamente o encontro, o ajuste de posicionamento político, para lançar a candidatura.

Concluo com isso, Sra. Presidenta. Leio notícias, para lá e para cá, de

que há candidato do Bolsonaro, há candidato do Presidente Rodrigo Maia, há candidato da centro-direita, da direita, e onde está o candidato da Oposição? Nós precisamos ter um candidato da Oposição para fazer um diálogo franco e qualificado pelo Brasil inteiro, porque esta eleição é fundamental na conjuntura política do nosso País.

Documento 186/513

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 34.2020.B | Sessão Outro Evento | 10/12/2020-10:56 |
| Publ.: DCD - 11/12/2020 - VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Descaso do Presidente Jair Bolsonaro com a epidemia de coronavírus. Resistência do Presidente da República à aquisição de vacinas contra a doença. Necessidade de retomada do pagamento do auxílio emergencial a trabalhadores e famílias carentes, para enfrentamento da crise gerada pela Covid-19. Paralisação de processos de reforma agrária pelo Governo Jair Bolsonaro.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. Deputados e Srs. Deputadas, o Governo Bolsonaro tratou a pandemia, no mês de março, atrasado. Ao mesmo tempo, não cuidou das pessoas. Achava que era uma gripezinha. E essa gripe, que estava assolando o mundo, já ceifou milhares de vida no Brasil. Isso ocorreu porque o Governo Federal não teve capacidade de comprar os respiradores ou de organizar uma atuação em âmbito nacional. Foi preciso que a Câmara dos Deputados fosse protagonista e enfrentasse a situação, porque nem Ministro da Saúde o Governo Bolsonaro tinha, e não tem, para poder enfrentar a pandemia.

Eu estou dizendo isso, Sra. Presidente, porque agora vem um novo desafio, a vacinação. O Governo não quer comprar as vacinas. Agora está voltando atrás porque a Câmara dos Deputados e a sociedade brasileira estão pressionando, mas o Governo não se organizou para enfrentar esse novo momento da pandemia. E eu digo isso com muita tristeza, Sra. Presidente, porque, além da vacinação que tem que ser feita, não se pode entregar para Municípios e Estados a solução dessa questão da imunização da população. O Governo Federal tem que assumir essa questão.

E há mais: no ano que vem, as pessoas vão estar sem recursos para continuar enfrentando a pandemia, porque o auxílio emergencial acaba agora em dezembro. A Câmara dos Deputados tem que debater esse assunto ainda! Nós temos que tomar uma providência! Hoje é dia 10,

Dia dos Direitos Humanos, Sra. Presidente. O direito mais sagrado de qualquer humano é a vida, e nós temos que parabenizar todos os ativistas dos direitos humanos neste dia de hoje, mas ao mesmo tempo temos que chamar para nós, para a Câmara dos Deputados, a responsabilidade de ajudar a salvar vidas nesse próximo período que vai ser duro, de desemprego e crise social. Vai haver uma situação caótica no Brasil, e nós precisamos ajudar a salvar a vida das pessoas.

Por último, Sra. Presidente, quero trazer o tema da reforma agrária. O Governo Bolsonaro paralisou 413 processos de reforma agrária. Isso significa áreas que iriam ser emitidas na posse, áreas que precisam de recursos, de infraestrutura, de desapropriação. Qual é a consequência disso, Sra. Presidente? Isso é um desperdício dos recursos públicos! E o Presidente Bolsonaro vai para as áreas de assentamento ficar mentindo, dizendo que vai dar título de terra aos assentados. Mentira! Não está dando títulos de terra, está paralisada a reforma agrária. Essa é a grande verdade.

Obrigado, Sra. Presidente.

Documento 187/513

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 34.2020.B | Sessão Outro Evento | 10/12/2020-11:00 |
| Publ.: DCD - 11/12/2020 - JOÃO DANIEL-PT -SE | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Descaso do Presidente Jair Bolsonaro com a epidemia de coronavírus. Concessão de auxílio emergencial às famílias carentes, no processo de elaboração do Orçamento Geral da União de 2021. Defesa de rejeição do Veto Parcial nº 46, de 2020, apostado ao Projeto de Lei nº 735, de 2020, (Projeto Assis Carvalho), acerca das medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e da alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018. Não instituição, pelo Governo Jair Bolsonaro, de programa robusto de crédito para as médias, pequenas e microempresas e para a agricultura familiar.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, parabéns pela pauta!

Eu quero me somar às várias falas que têm debatido temas importantes sobre a situação econômica do nosso País, sobre essa crise da pandemia.

Lamentamos profundamente que o Brasil esteja enfrentando a pandemia graças aos Governadores, à Governadora e aos Prefeitos que tiveram um esforço, sem nenhum plano nacional, sem nenhuma força por parte do Governo Federal, que deveria coordenar e cuidar do povo brasileiro.

Sra. Presidente, eu faço um apelo aqui para que a Câmara e o Senado, o Congresso Nacional, se debrucem com muito carinho sobre a aprovação do Orçamento, pensando na vida.

Nós precisamos aprovar e garantir o Orçamento para 2021, até que seja completamente resolvida essa questão da pandemia, num grande plano de auxílio emergencial para as famílias brasileiras.

O Orçamento mais importante que nós podemos aprovar no Congresso Nacional é o cuidado com as pessoas, é o cuidado com a vida. São mais de 14 milhões de desempregados. São milhões de homens, mulheres e jovens perdendo a esperança.

Nós precisamos garantir que o Estado brasileiro tenha cuidado com a vida e com as pessoas e que, no Orçamento-Geral da União, possamos garantir um grande programa e um grande projeto que assegure o auxílio emergencial, até que todos os brasileiros e brasileiras estejam imunes ao vírus da COVID nesta pandemia.

Há um grande programa, que até hoje não foi implantado, de apoio, em crédito, às pequenas e às médias empresas. Eu espero que, na sessão do Congresso Nacional da próxima semana, nós possamos derrubar os vetos para que o PL 735 garanta, entre as várias alternativas apresentadas e aprovadas na Câmara e no Senado, um grande programa emergencial de crédito para a produção de alimentos, para as áreas da reforma agrária e da agricultura familiar, para a renegociação das dívidas dos pequenos e médios e da agricultura familiar.

Dessa forma, poderemos voltar a produzir alimentos com incentivo do Estado, já que estamos vendo o Estado perder sua capacidade, sem nenhuma política de armazenamento, de formação de estoque e de compra de alimentos. Assim poderemos retomar, por meio do Congresso Nacional, o compromisso que o Executivo não quis até agora.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputado.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE) - Encerro, Sra. Presidente.

O Governo não quis até agora ter um programa forte de crédito para as

pequenas e médias empresas, para a agricultura familiar, para baratearmos os alimentos e melhorarmos a vida do povo brasileiro.

Peço que meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios de comunicação.

Muito obrigado.

Documento 188/513

| | | |
|--|---------------------------|------------------------------------|
| 35.2020.B | Sessão Outro Evento | 14/12/2020-13:04 |
| Publ.: DCD - 15/12/2020 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Apelo ao Governo Federal por imediata aquisição de vacinas contra a Covid-19.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, começamos a era da vacina para enfrentamento definitivo do coronavírus.

São mais de 200 vacinas que estão sendo testadas no Brasil e no mundo, mais no mundo do que no Brasil. As mais respeitadas e reconhecidas são a da Pfizer, dos Estados Unidos, americana; a Coronavac, que é chinesa, que está aqui no Brasil; a da AstraZeneca, que tem parceria com a FIOCRUZ aqui no Brasil, que é inglesa; a da Moderna, que é americana; e a Sputnik, que todos sabemos que é russa.

O que nós queremos nesta hora, Presidente, é a vacina, porque a vacina é a vida. O vírus é a morte. E o vírus, Presidente, não olha política, não é de Direita nem de Esquerda, ele se apresenta sem olhar o partido político da pessoa. Não importa se é pobre, se é rico, se é paisano ou se é milico, se é desta ou daquela religião.

Então nós temos que enfrentar o vírus com a vacina, que salva, que traz vida. Nós enterramos o suficiente no País, Presidente, porque no começo o nosso Presidente da República desdenhou do vírus, desmereceu, disse que era gripezinha, que não fazia efeito, enfim, que era só para alguns. Estamos chegando a 200 mil pessoas, quase 7 milhões de pessoas infectadas.

Então, não há como desfazer do vírus. Aliás, por conta disso, lá em

São Paulo, deixaram três caminhões de teste para o coronavírus sem distribuir para o povo, um prejuízo de milhões e milhões, com caminhões frigoríficos parados no aeroporto de São Paulo, e agora, que chega a vacina, ficam brigando se a vacina é esta, se é aquela.

Quanto à vacina também, Presidente, não importa a cor, não importa o pelo, é aquilo que eu digo: não importa o pelo do gato, o importante é que o bicho cace o rato. Não importa de onde vem a vacina, o importante é que ela funcione, que ela dê resultado, que ela dê resposta. E é isso nós que queremos, é disso que nós estamos precisando nesta hora, porque nós temos que enfrentar a pandemia com clareza, com responsabilidade.

Por isso eu invoco aqui o Ministério da Saúde, para que tome uma atitude. Aliás, o Supremo Tribunal Federal tomou uma decisão consciente, madura, séria e responsável, dando prazo para que o Ministro da Saúde dê uma resposta.

O mundo já começou a vacinar. O Brasil não sabe o que vai fazer; está mais perdido que cachorro quando cai do caminhão de mudança, está mais perdido que cego em tiroteio. Está na hora de nós nos encontrarmos.

Por isso o meu apelo: nós queremos a vacina já, imediatamente, porque ela é a salvação. Só há um jeito para salvar a vida. É vida, vida com intensidade, com felicidade, com qualidade de vida, para viver de bem com a vida, mas com vacina; senão, não é vida, e nós não temos outra chance.

Há uma luz no fim do túnel, e não é um trem vindo de lá para cá! É a vacina chegando, mas é preciso que o Governo brasileiro acorde para que o seu povo seja salvo com a vacina, para que ele seja vacinado já.

Muito obrigado.

Documento 189/513

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 35.2020.B | Sessão Outro Evento | 14/12/2020-13:08 |
| Publ.: DCD - 15/12/2020 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Imediata apresentação, pelo Governo Federal, de plano nacional de vacinação contra a Covid-19. Descaracterização pela Casa da Emenda Constitucional nº 108, de 2020, acerca da regulamentação do Fundo de Manutenção e

Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Expectativa de resgate da proposição inicial pelo Senado Federal.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Primeiro quero dizer que o Brasil, estarecido, verifica ainda a indefinição de quando o povo brasileiro será imunizado.

Quero parabenizar o Ministro Lewandowski por dar 48 horas - que já começam a ser contadas - para que o Governo Federal apresente o plano nacional de imunização. E não importa que vacina, não importa a nacionalidade do laboratório que chegou ao grande feito científico. O importante é que o Brasil, um país com mais de 200 milhões de habitantes, tenha vacina de todas as possibilidades, de todas as naturezas. Isso mostra quão é perverso o desmonte do nosso parque técnico e tecnológico e do instinto da inovação, que precisa de dinheiro, precisa de orçamento.

Então é preciso ter a vacina do Butantan, da FIOCRUZ, é preciso ter todas as vacinas para a imunização de um País-continente.

Segundo, criminalmente, o Presidente Bolsonaro e a ANVISA terão de responder por que falsificaram, cometeram estelionato científico ao dizer que a comissão de técnicos havia dado o aval para aquela organização do sistema de imunização, ou seja, está pisando em excessos sem levar em consideração aqueles que têm comorbidades, sem levar em consideração os profissionais de saúde. É preciso um plano de vacinação que tenha critérios científicos.

Sr. Presidente, no tempo que me resta, quero ainda voltar ao assunto FUNDEB.

Esta Câmara dos Deputados gerou um monstro, que na verdade desfigurou a natureza da nova emenda constitucional do novo FUNDEB no Brasil, colocando dinheiro público em instituições privadas, incentivando a terceirização no ensino brasileiro, porque desconhece a necessidade dos Municípios que recebem a complementação desse fundo, dessa cesta de impostos, para manterem as suas redes de ensino vivas.

Por isso, a nossa expectativa é que o Senado desmonte o que foi feito naquela noite trágica na Câmara dos Deputados, que o Senado retome na integralidade o relatório do Deputado Rigoni, que infelizmente não deu ênfase à decisão e ao conteúdo do seu próprio relatório, que havia

sido negociado com a Oposição, e eu fui partícipe disso.

Sr. Presidente, o FUNDEB é a solução para que não tenhamos um vácuo educacional; para que as escolas possam se adequar no pós-pandemia; para que possamos informatizar as escolas, conectar os estudantes e respeitar os professores, que não podem perder o seu piso, única garantia de um mínimo de remuneração - porque o piso é o piso, não é o teto, e muitos não querem sequer o piso.

Por isso o meu protesto permanente contra o que aconteceu, e que o Senado corrija...

O SR. PRESIDENTE (Luis Miranda. DEM - DF) - Peço-lhe que conclua, Deputada.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) - E que, ao voltar para a Câmara dos Deputados, mantenhamos a natureza do relatório da Deputada Professora Dorinha, para não haver uma regulamentação desconexa com a natureza da emenda constitucional.

É isso que esperamos, que os professores brasileiros esperam, que os trabalhadores em educação esperam, ou, então, vão ter que guerrear contra uma medida provisória.

Agora, uma coisa nós podemos dizer: a mobilização é certa. Aguardem a educação, nas redes, nas janelas, nas panelas e nas ruas, porque o que se pergunta é: "*A Câmara defenestrou o FUNDEB porque as eleições já haviam passado?*"

Respeitem a educação!

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 190/513

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 35.2020.B | Sessão Outro Evento | 14/12/2020-13:20 |
| Publ.: DCD - 15/12/2020 - ARLINDO CHINAGLIA-PT -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Incompetência e omissão do Governo Federal no tratamento da epidemia de coronavírus. Solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-19 no País. Repúdio ao plano de vacinação encaminhado pelo Governo Jair Bolsonaro ao Supremo Tribunal Federal. Politização da vacina contra a doença pelo Governo

Federal.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, mais uma vez eu quero falar da pandemia de COVID-19 e da omissão, incompetência e irresponsabilidade do Governo Federal nesse tema. Procurarei provar isso, ainda que em 3 minutos. E, mais uma vez - nunca será demais -, quero me solidarizar com as famílias que perderam entes queridos e lamentar a morte de mais de 180 mil brasileiros, grande parte evitável.

Do que quero falar hoje? Primeiro, o Governo brasileiro enviou ao Supremo Tribunal Federal aquilo que foi apelidado de "plano de vacinação". Mas, no máximo, aquilo é uma tabela incompleta, visto que o Relator da matéria, o Ministro Lewandowski, deu um prazo de 48 horas para que o Governo diga quando começa e quando termina, entre outros elementos próprios de um programa de vacinação.

Segundo, quanto ao conteúdo do tal plano, tiveram a prudência inicial de consultar especialistas. Entretanto, quando o remeteram para o Supremo, colocaram o nome de todos os pesquisadores, professores, enfim, daqueles que lidam com saúde pública, com pesquisa, sem que eles tivessem tido nem sequer uma única vez acesso ao conteúdo. Eles participaram de reunião *on-line*, em que foi apresentado um plano, e depois o Governo o enviou ao STF como se todos estivessem de acordo. Profunda falta ética, de um lado, o que já é muito grave, e, de outro, tentativa de passar uma impressão ao Supremo de que aquilo ali tinha respaldo científico.

Desses cientistas citados no plano, 36 reagiram e disseram: "*Nós discordamos, por exemplo, de terem sido retirados grupos vulneráveis da proposta*". Quais? Ribeirinhos, aqueles que estão em instituições penais, funcionários de escolas. E fazem uma denúncia grave, dizendo o seguinte: "*A politização será um dos desafios*". Trata-se de politização não genérica, não do Parlamento, mas politização por parte do Governo, que excluiu uma vacina, a fabricada na China, sendo que, até o presente momento, segundo o noticiário, segundo as pesquisas, é a vacina que tem o maior índice de efetividade para provocar a fabricação de anticorpos pelo organismo: 97%.

O Governo apostou praticamente numa única vacina, aquela da AstraZeneca, desenvolvida junto com a Universidade de Oxford e que vinha caminhando muito bem. Aconteceu um problema no final do percurso, e eles estão tendo que refazer estudos. Portanto, o Brasil hoje não tem condições de aplicar a vacina, seja porque aquela que escolheu não chegará, seja porque praticamente abriu mão de todas as outras e fez um pedido de vacina para apenas 10% da população

brasileira no consórcio coordenado pela OMS.

O SR. PRESIDENTE (Luis Miranda. DEM - DF) - Peço que conclua, Deputado, por favor.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP) - Finalmente, Presidente, há outros elementos para os quais nós temos de estar alerta agora, a saber: nós não temos seringas; nós não temos agulhas; e, para a refrigeração, o Brasil tem capacidade de fabricar, evidentemente, os aparelhos da chamada cadeia do gelo, que pode ir a até 180 graus centígrados negativos, mas dependemos de fluidos chineses.

O SR. PRESIDENTE (Luis Miranda. DEM - DF) - Conclua, Deputado Arlindo, por favor.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP) - Se o Governo brasileiro continuar com a loucura de tentar atingir a Europa, a China e, daqui a pouco, os Estados Unidos, quando Biden assumir a Presidência, evidentemente que nós não teremos capacidade de produzir esses equipamentos, porque o mercado não vai fornecer os insumos ao Brasil. Portanto, neste momento, não sabemos quando começa a vacinação nem qual vacina vai ser aplicada e muito menos se teremos vacina em número suficiente para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Luis Miranda. DEM - DF) - Obrigado, Deputado Arlindo.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP) - Concluindo, Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Luis Miranda. DEM - DF) - Por favor.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP) - ... o Brasil partiu da seguinte lógica: quantas vacinas nós temos? E daí partiu para um plano de vacinação. Deve ser o contrário: vamos vacinar, no mínimo, todos os que quiserem, por isso vamos atrás das vacinas.

Obrigado, Presidente.

Documento 191/513

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 35.2020.B | Sessão Outro Evento | 14/12/2020-13:28 |
| Publ.: DCD - 15/12/2020 - ERIKA KOKAY-PT -DF | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário



Protesto contra a destinação, ao ensino privado, de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Indignação da oradora com a mercantilização da educação brasileira. Repúdio à necropolítica adotada pelo Governo Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Repúdio ao plano nacional de vacinação contra a Covid-19, apresentado pelo Governo Federal. Indignação com a anunciada revogação de portarias pertinentes à política de saúde mental.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Na verdade, nós estamos vivenciando no País uma necropolítica que cada dia fica mais clara. E não se trata só de uma necropolítica, mas também de uma mercadorização da vida. Nós vimos isso na votação do FUNDEB, quando destinaram dinheiro público para a iniciativa privada. É como se estivessem mercadorizando. É como se houvesse um processo de captura do mercado, dos corpos, do sagrado, da vida, da própria saúde.

Nós vamos ver que essa tentativa do Governo de mercadorizar a água, a energia é uma tentativa de arrancar da população as condições necessárias para que ela possa vivenciar uma humanidade, cuja efetivação será difícil sem uma educação de qualidade e acesso generalizado. Essa humanidade pressupõe consciência crítica, estranhamento dos saberes que querem nos impor.

Portanto, trata-se de uma necropolítica, inclusive com relação a esta posição do Governo, que diz que o Brasil tem se destacado - isto foi dito pelo Presidente Bolsonaro - no enfrentamento à COVID-19, esquecendo-se das 181 mil mortes que o Brasil carrega, carrega na pele e na alma.

Inexiste um plano efetivo de vacinação, não apenas porque ali não se estabelecem prazos - ali se estabelece, para o mês de abril, o treinamento dos profissionais de saúde -, mas porque ali se esquece de prioridades. As pessoas com deficiência, que são todos os dias vítimas de uma política capacitista do Governo, o qual quis arrancar a educação inclusiva das escolas, não são colocadas em situação de prioridade neste plano de vacinação, nem a população carcerária, que, como sabemos, está em condição de vulnerabilidade no que diz respeito às doenças infectocontagiosas.

Então, nós estamos vencendo uma necropolítica, em que o Presidente da República e o Governo, colocando assinaturas nesse arremedo de plano apresentado, um desrespeito à população, se apropriam de assinaturas de pessoas que não assinaram nem conheceram esse pseudocronograma.

Por isso, é muito grave o momento que nós estamos vivenciando, e essa gravidade nós vamos ver também na saúde mental. O Governo busca revogar dezenas de portarias que asseguraram o cuidado em liberdade, que asseguraram os princípios de uma reforma psiquiátrica que tem uma lógica antimanicomial e que é extremamente eficaz, mas que desrespeita os interesses por lucro dos hospitais psiquiátricos. O Governo está a serviço dessa mercadorização, como se os nossos corpos e as nossas vidas fossem mercadorias.

Há que se reagir a toda esta necropolítica e se exigir que o Governo se explique e faça aquilo que se comprometeu a fazer com relação à política de saúde mental ainda na última sexta-feira.

Documento 192/513

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 35.2020.B | Sessão Outro Evento | 14/12/2020-13:32 |
| Publ.: DCD - 15/12/2020 - NILTO TATTO-PT -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Sofrimento causado às populações brasileira e mundial em decorrência do coronavírus. Repúdio ao sistema econômico vigente no País. Relevância da encíclica Todos somos irmãos, lançada pelo Papa Francisco. Votos de feliz Natal e próspero Ano Novo ao povo brasileiro.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, o ano de 2020 foi muito difícil, certamente o mais complexo e assustador das nossas vidas. Pessoas queridas adoeceram e muitas não resistiram. Perdemos milhares de vidas, e famílias inteiras seguem em luto.

Vivemos uma tragédia provocada também pela busca do lucro a qualquer custo, um modelo que explora e destrói a vida. Mais uma vez ficou provado que este Governo e este sistema são perversos, injustos e inseguros, inclusive no que se refere à sobrevivência humana.

Aproveito a oportunidade de falar com os colegas Parlamentares e com aqueles que nos acompanham pela TV, pela rádio e pelas redes sociais para recomendar uma reflexão a partir de uma nova encíclica do Papa Francisco, que já nos tinha brindado com a *Laudato si'*, sobre como devemos cuidar da nossa casa comum, do nosso planeta, sobre o cuidado com o meio ambiente e todas as formas de diversidade da vida. Agora ele nos brinda com a encíclica *Todos somos irmãos*.

Vou ler algumas passagens que expressam as ideias principais defendidas pelo Papa Francisco nessa encíclica. As reflexões ali contidas nos remetem ao debate de que tipo de sociedade precisamos construir no pós-pandemia, mostrando que é preciso superar este Governo e este sistema capitalista devastador do meio ambiente e produtor de desigualdade.

O mundo existe para todos, porque todos nós, seres humanos, nascemos nesta terra com a mesma dignidade. As diferenças de cor, religião, capacidade, local de nascimento, lugar de residência e muitas outras não podem antepor-se nem ser usadas para justificar privilégios de alguns em detrimento dos direitos de todos. (...)

(...) a tradição cristã nunca reconheceu como absoluto ou intocável o direito à propriedade privada, e salientou a função social de qualquer forma de propriedade privada. (...)

O princípio do uso comum dos bens criados para todos é o "primeiro princípio de toda ordem ético-social", é um direito natural, primordial e prioritário. (...)

O desenvolvimento não deve orientar-se para a acumulação sempre maior de poucos, mas há de assegurar "os direitos humanos, pessoais e sociais, econômicos e políticos, incluindo os direitos das nações e dos povos". O direito de alguns à liberdade de empresa ou de mercado não pode estar acima dos direitos dos povos e da dignidade dos pobres; nem acima do respeito pelo ambiente (...).

É possível desejar um planeta, um país que garanta terra, teto e trabalho para todos. Este é o verdadeiro caminho da paz, e não a estratégia insensata e míope de semear desigualdade, medo e morte.

Vamos superar este Governo de morte e começar a construir outro País. Vamos juntos refletir a partir desta encíclica.

Feliz Natal e um Ano-Novo de muita esperança, palavra que vem do verbo "esperançar"!

Obrigado.

Documento 193/513

| | | |
|--|---------------------------|------------------------------------|
| 35.2020.B | Sessão Outro Evento | 14/12/2020-13:40 |
| Publ.: DCD - 15/12/2020 - ZECA DIRCEU-PT -PR | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |



Sumário

Avanço do coronavírus no País e no mundo. Repúdio à postura adotada pelo Presidente da República no tocante ao enfrentamento da doença. Determinação ao Governo Jair Bolsonaro pelo Supremo Tribunal Federal de apresentação, no prazo de 48 horas, de plano nacional de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Inconsistência e fragilidade do plano de imunização apresentado pelo Governo Federal.

O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, infelizmente, a pandemia do coronavírus segue pelo mundo todo, trazendo prejuízos, matando, deixando pessoas doentes, criando impactos na economia e no emprego. Para nossa falta de sorte, aqui no Brasil o cenário tem sido sempre pior, em todos os aspectos, do que o do restante dos principais países do mundo. Isso é responsabilidade - ou irresponsabilidade - de Bolsonaro, da sua postura, da maneira como ele comanda o País.

Nós tivemos vitória importante, a partir dos nossos esforços, em iniciativas para que o País tenha um plano mínimo de vacinação em massa de toda a sua população. O Supremo Tribunal Federal, depois de iniciativas nossas, deu 48 horas ao Governo Bolsonaro para que apresentasse o que está fazendo e o que pretende fazer no que diz respeito à vacinação da população. Mas as coisas acabaram piorando. O Governo apresentou um plano frágil, um plano inconsistente e, por mais surreal e inacreditável que possa parecer, um plano com assinaturas falsas, um plano que tem *fake news* a respeito de validação por cientistas e pesquisadores, que não foram nem consultados. O plano é frágil, é equivocado. E há razões para isso.

O Governo Federal e o Ministério da Saúde não ouvem os Municípios, não dialogam com eles. Os Municípios não participaram da elaboração do plano, e são eles que executam toda a política de vacinação do nosso País há décadas. Está aí, cada vez mais, a prova da incompetência, da irresponsabilidade e da insanidade de Bolsonaro.

Nós vamos continuar reagindo, insistindo, procurando inclusive ajudar Municípios e Estados, que formam o Sistema Único de Saúde.

O SUS não tem o "Único" no nome por acaso, tem um formato único, que deveria prosperar. Mas, por sua irresponsabilidade, inconsequência, insanidade e incompetência, Bolsonaro vai obrigando Prefeitos e Vereadores a agirem de forma isolada e não dentro de um padrão único. Se o Congresso Nacional, se o Supremo Tribunal Federal, se todo brasileiro e toda brasileira não continuarem denunciando, questionando, ajudando e compondo, nós sabemos o que vai acontecer: o Brasil vai continuar como último na fila também no

que diz respeito à vacinação.

Nós estamos percebendo que vai faltar geladeira, vai faltar seringa, vai faltar agulha, porque não há, por parte do Governo Federal, que é quem tem força e tem obrigação legal, uma ação concreta.

O SR. PRESIDENTE (Luis Miranda. DEM - DF) - Conclua, Deputado.

O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR) - Não há a execução de um plano razoável.

Então, eu quero, mais uma vez, apelar: estejamos atentos a essa questão da vacinação, para que o Brasil recupere o tempo perdido. Que o Congresso faça valer a sua força. Como obrigamos que esse plano fosse apresentado ao Supremo Tribunal Federal, que agora nós possamos buscar, se necessário na Justiça, também algo que obrigue o Governo a adequar o plano, a torná-lo mais realista e a fazê-lo ao lado de Estados e Municípios.

Eu queria que o meu pronunciamento constasse no programa *A Voz do Brasil* e também fosse repercutido pela *TV Câmara* e pela *Rádio Câmara*.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 194/513

| | | |
|---|----------------------------|------------------------------------|
| 35.2020.B | Sessão Outro Evento | 14/12/2020-13:44 |
| Publ.: DCD - 15/12/2020 - JOSEILDO RAMOS-PT -BA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Repúdio ao plano nacional de vacinação contra o coronavírus, apresentado pelo Governo Federal.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta oportunidade eu quero repercutir essa polêmica envolvendo o plano nacional de imunização, o suposto plano nacional de imunização. Essa é a mais nova polêmica inaugurada no Governo Bolsonaro. Ela demonstra toda a politização que o Governo Federal está construindo na ciência, na saúde, onde isso não deveria existir.

O Brasil teve uma oportunidade de ouro, única, que poucos países

tiveram. Nós estamos testando, em nosso território, a vacina da Oxford-AstraZeneca, na FIOCRUZ; a Sputnik V; a vacina da Pfizer-BioNTech; a Coronavac, no Butantan. Isso ocorre por dois motivos: primeiro, com o alastramento do vírus em razão da imobilidade deste Governo, as condições objetivas de contaminação comunitária no Brasil são maiores do que em muitos lugares do mundo. Então, por isso, o nosso território é bom para testar vacina. Mas também é motivo uma coisa que temos demais: vários cientistas de primeira grandeza, com inteligência única em ciências da saúde, além de duas instituições extremamente respeitadas no mundo, a FIOCRUZ e o Butantan.

Entretanto, o Brasil desperdiçou a oportunidade de já negociar, por conta dessa situação, a maior parte das vacinas que estivessem mais próximas, não fez isso. Pior: consultaram, de maneira devida, vários cientistas de respeito e de renome, mas depois da consulta foram extremamente grosseiros, antiéticos. Transformaram o que deveria ser um plano nacional de imunização em um plano *fake news*. Agora ficou demonstrado que não há vacina suficiente, que esse pseudoplano só trata de 51,4 milhões de brasileiros.

Até onde vamos com a insanidade desse Governo, que não tem similaridade com qualquer outro, que não protege o seu povo? Os cientistas estão em uma situação vexatória, estão constrangidos, porque seus nomes constam em um documento que eles nem sequer validaram. Eles queriam a chancela das boas cabeças que nós temos em saúde pública. Entretanto, falta caráter, falta encaminhamento conforme a ciência a quem está dentro do Ministério da Saúde. O Ministro, como eu já disse, é tão somente uma *fake new*. Ele não entende de ciências de saúde, ele é um fantoche de Bolsonaro e está envergonhando o mundo e o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 195/513

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 35.2020.B | Sessão Outro Evento | 14/12/2020-13:48 |
| Publ.: DCD - 15/12/2020 - VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Repúdio à postura adotada pelo Presidente Jair Bolsonaro, com relação ao enfrentamento da epidemia de coronavírus. Descaso do Governo Federal com a vacinação do povo brasileiro contra a doença. Arquivamento de processo judicial instaurado contra o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Transcurso do aniversário natalício da ex-Presidenta Dilma Rousseff.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho repercutir aqui esse debate sobre a imunização da população.

Nós vimos, no início da pandemia, no mês de março, que o Presidente Bolsonaro desdenhou dessa pandemia e não tomou nenhuma providência para unificar ações no Brasil. A responsabilidade pelas ações foi entregue para os Prefeitos e os Governadores.

Agora, nós estamos em outra fase dessa pandemia, que é justamente a imunização da população brasileira. E é duro, Sr. Presidente, vemos Canadá, Estados Unidos, Reino Unido, México, Argentina, Venezuela, Chile, todos esses países na frente do Brasil em iniciativas para imunizar a sua população, enquanto o Governo brasileiro não centraliza o debate, não debate com os Municípios nem com os Governadores, não cria uma estratégia para podermos chegar ao momento de imunização da nossa população.

Esse Governo Bolsonaro é uma tragédia para o povo brasileiro! Nós, Deputados Federais, temos que tomar providência sobre isso, Sr. Presidente. Nós tomamos providência com relação à pandemia - se não fosse a Câmara dos Deputados, a população estaria entregue à sua própria sorte. Agora, novamente, nós precisamos agir, porque esse Governo Bolsonaro não cuida do povo, não cuida do País, só desdenha da nossa gente, do nosso povo.

Sr. Presidente, eu também quero repercutir outro assunto.

Mais um processo contra o Presidente Lula foi arquivado, agora pela sétima vez, ou seja, sete processos já foram arquivados. Um deles tratava de uma delação justamente da Odebrecht, da qual não havia provas, e mandaram arquivar. Somente Moro encontrou provas para criminalizar o Presidente Lula e depois ser funcionário da Odebrecht. É contra isso que nós estamos lutando, assim como estamos lutando contra aqueles e aquelas que não seguem o rigor da lei, que não seguem os trâmites da Justiça e querem utilizá-la, como fez Sergio Moro, para galgar espaços na carreira. Nós vamos combater isso nas ruas a todo momento.

Parabéns, Presidente Lula, por mais uma vitória!

Aproveito, Sr. Presidente, para saudar nossa Presidente Dilma - hoje é o aniversário dela -, que ao longo da história sempre foi uma pessoa correta, uma pessoa de princípios.

Parabéns, Presidente Dilma, pelo seu aniversário, pela mulher que é, pelo que construiu pelo Brasil, mesmo sabendo que os machistas não concordam, não aceitam! A senhora vai continuar defendendo tudo em que acredita, e nós estamos juntos nesta caminhada.

Muito obrigado.

Documento 196/513

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 35.2020.B | Sessão Outro Evento | 14/12/2020-13:52 |
| Publ.: DCD - 15/12/2020 - LÍDICE DA MATA-PSB -BA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Temas debatidos em reunião da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Cinema e do Audiovisual Brasileiros. Descaracterização do Projeto de Lei nº 4.372, de 2020, sobre a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Indignação da oradora com a anunciada revogação, pelo Ministério da Saúde, de portarias pertinentes à política de saúde mental. Desrespeito do Governo Federal para com o povo brasileiro, demonstrado no descaso na vacinação contra a Covid-19.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, primeiro, eu quero registrar com alegria a realização, há poucos minutos, da reunião da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Cinema e do Audiovisual Brasileiros, que buscou discutir as ações necessárias para a defesa do setor, um dos mais dinâmicos da economia criativa em nosso País, mas que vem sendo duramente atacado e prejudicado pelas ações da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, com o objetivo claro de paralisá-lo. Entre outras ações que nós decidimos, está um pedido de urgência para os PDLs 541 e 542, para sustar algumas destas medidas.

Por isso, Sr. Presidente, meu registro de alegria pela organização e pela luta que se reanimaram naquele momento, para vencer a tristeza de ver, na semana passada, esta Casa desossar um projeto de regulamentação do FUNDEB. Buscava-se unificação para fortalecer o financiamento da educação pública no Brasil, mas foi entregue um projeto fraco, criticável, que, infelizmente, não corresponde às necessidades dos jovens e das crianças deste País, que precisam e dependem do fortalecimento de uma educação pública, gratuita e de

qualidade em nossa Nação.

Registro, com mais tristeza ainda, as ações do Ministério da Saúde contra a política de acolhimento de saúde mental no Brasil que estão destruindo uma política pública, já organizada, em prol do acolhimento de pessoas que sofrem de doenças mentais, pessoas tão discriminadas e tão fragilizadas, diante das dificuldades de atendimento no Brasil.

Por fim, é uma tristeza ainda maior verificarmos a fraude e o desrespeito com que este Governo continua tratando o povo brasileiro diante do direito ao acesso a uma vacina que o proteja desta pandemia. Enquanto outros países se organizam, o Brasil se desorganiza e cria fraudes, utilizando o nome de pesquisadores e de especialistas que se recusam ou nem sequer foram consultados para terem seus nomes apostos num documento em que o Supremo Tribunal Federal exige do Governo a apresentação de um plano nacional de vacinação.

Que tristeza, Sr. Presidente, ver um Governo tão covarde diante da luta em defesa da vida do povo brasileiro! Trata-se de um Governo covarde, completamente covarde, diante da necessidade de proteger a Nação brasileira.

Muito obrigada.

Documento 197/513

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 35.2020.B | Sessão Outro Evento | 14/12/2020-13:56 |
| Publ.: DCD - 15/12/2020 - BIBO NUNES-PSL -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Elevado índice de popularidade do Presidente Jair Bolsonaro, segundo pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha. Sinais de recuperação da economia brasileira. Confiança na superação da epidemia de coronavírus e na vacinação contra a doença.

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Digníssimo Presidente Luis Miranda, nobres colegas, é uma honra participar, mais uma vez, desta sessão remota. Amanhã estarei ao vivo no plenário.

Eu fico muito feliz em ver o Datafolha, do grupo *Folha de S.Paulo*, que

é contrário ao Presidente Bolsonaro, constatar em pesquisa que o Presidente está no mais alto nível de popularidade e de aceitação. Se o Datafolha, que é contrário ao Presidente, diz isso, imaginem o que a realidade mostra! Certamente, o nível de popularidade deve ser maior. Dos brasileiros, 37% consideram ótimo ou bom o Governo e 29%, regular, o que totaliza 66% de aprovação.

Eu fico imaginando que a Esquerda brasileira, formada pelo PT, PCdoB, PSOL, certamente tem seus alicerces construídos sobre areia movediça, sem fundamento ou embasamento algum. Quanto mais criticam, mais crescem, porque, por mais que mintam compulsivamente e acreditem nas mentiras que criam, como sempre fez a Oposição, vão chegar a nada. Hoje as pessoas estão muito mais esclarecidas. Portanto, quanto mais atacam, chamando o Presidente de genocida, mais a população dá risada. Como são desinformados e incoerentes esses Deputados! Eles idolatram Stalin, Fidel Castro, Hugo Chávez, e chamam Bolsonaro de genocida. Isso não passa de uma *trash* comédia.

A população lembra quando Lula foi levado na traseira de um carro da Polícia Federal como presidiário, como criminoso. Na semana passada, no entanto, nosso Presidente Bolsonaro entrou num Camaro, orgulho da nossa Polícia Rodoviária Federal. Esta é a diferença: um ex-Presidente, quando entra num carro da Polícia Federal, vai como preso; nosso Presidente vai dirigindo um Camaro.

Este é o Brasil que estamos vivendo hoje, para orgulho de todos nós. Hoje nós estamos vivendo mais uma prévia de aumento do nosso PIB. O dólar está caindo, a bolsa está subindo, a pandemia está passando, a vacina está chegando, e a saúde vai imperar, para o bem de todos os brasileiros, como quer o Governo Bolsonaro, como querem aqueles que amam a Pátria, como queremos eu e todos os que amam este País.

Nobre Presidente Luis Miranda, é uma honra participar desta sessão.

Um abraço!

Documento 198/513

| | | |
|--|---------------------------|------------------------------------|
| 35.2020.B | Sessão Outro Evento | 14/12/2020-14:00 |
| Publ.: DCD - 15/12/2020 - JOÃO DANIEL-PT -SE | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário



Outorga ao orador do título de Cidadão Gararuense pela Câmara de Vereadores do Município de Gararu, Estado de Sergipe. Saudações aos habitantes da municipalidade. Defesa de votação e rejeição do Veto Parcial nº 46, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 735, de 2020, (Projeto Assis Carvalho), sobre as medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018. Transcurso do aniversário natalício da ex-Presidenta Dilma Rousseff.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, primeiro, eu gostaria de dar um abraço na população do Município de Gararu, onde estive na última sexta-feira.

Quero agradecer à Câmara de Vereadores a homenagem a mim na concessão, pelo Vereador Juarez, do título de Cidadão Gararuense. Minhas saudações ao Vereador Juarez; ao Presidente da Câmara Municipal, o Vereador Roque; à ex-Prefeita Iraci; à atual Prefeita, nossa querida Prefeita Beth; e à Prefeita eleita, Zete, que estiveram conosco na Câmara de Vereadores.

Todos os anos nós ajudamos o Município de Gararu e, neste ano, tivemos o prazer de entregar um micro-ônibus à saúde do Município. Deixo nosso abraço, nosso reconhecimento e nosso respeito à Câmara Municipal de Gararu e a todos os gestores que lá passaram, aos que estão e à nova Prefeita, que assumirá a partir de 1º de janeiro.

Sr. Presidente, quero fazer um apelo. Nós temos uma pauta do Congresso para ser votada nesta semana. Com ela, nós queremos derrubar os vetos ao PL 735. O Governo Bolsonaro é o mais retrógrado da história do Brasil, é um Governo que não tem programa ou projeto algum. Este Governo se elegeu à base de mentiras, à base de *fake news*. Se se fizer uma apuração profunda do último processo eleitoral, serão cassadas a chapa não só do Presidente, mas também a do Vice, porque eles enganaram o povo brasileiro, mentiram para a população.

O resultado da eleição é o grande golpe iniciado no Brasil, quando retiraram uma Presidenta eleita, legítima, honesta, a Presidenta Dilma, para criar esse que aí está, esse que não representa nenhuma dignidade e não dá nenhum orgulho ao povo trabalhador e à democracia brasileira.

Aproveito para parabenizar a Presidenta Dilma, que aniversaria hoje. Ela é uma mulher honrada, um mulher que tem história e um grande compromisso com a democracia, com a vida, com a defesa do povo brasileiro. A Presidenta Dilma é uma mulher respeitada no mundo

inteiro.

Eu quero parabenizá-la e desejar-lhe muita saúde e muito compromisso, como ela sempre teve, com a defesa da soberania nacional, a defesa do Brasil.

Volto a fazer um apelo ao Congresso Nacional para que, na sessão desta semana, paute os vetos ao PL 735, que homenageia o nosso Deputado Assis Carvalho, para que possamos tratar daquilo que o Governo Federal Bolsonaro se esqueceu: produção de alimentos, agricultura familiar, dívidas rurais de pequenos agricultores da agricultura familiar, reforma agrária, crédito para a produção de alimentos e várias outras questões que estão colocadas nesse projeto, que foi aprovado na Câmara e no Senado, e lamentavelmente recebeu vetos do Presidente da República.

Derrubaremos os vetos do PL 735!

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Peço que meu pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 199/513

| | | |
|--|---------------------------|------------------------------------|
| 35.2020.B | Sessão Outro Evento | 14/12/2020-14:16 |
| Publ.: DCD - 15/12/2020 - JORGE SOLLA-PT -BA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Elevação dos recursos orçamentários destinados à saúde, pelos Governos Dilma Rousseff e Luiz Inácio Lula da Silva. Redução ano a ano das verbas orçamentárias destinadas ao setor. Anúncio da realização de grande ato em defesa do Sistema Único de Saúde - SUS e contra os cortes dos recursos da saúde. Inexistência de previsão de recursos orçamentários para a compra de vacina e insumos, bem como para a logística. Atuação desastrosa do Ministro da Saúde, no tocante à logística.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Luis Miranda. É um prazer poder mais uma vez dialogar com V.Exa., estando V.Exa. na presidência dos trabalhos.

Primeiro, quero também parabenizar a Presidenta Dilma, que, quando Presidente, assim como o Presidente Lula, aumentou ano a ano os



recursos para a Saúde. E foram aumentos reais. Somando os Governos Lula e Dilma, foram mais de 80% de aumento real ou acima da inflação para o orçamento do Ministério da Saúde.

Enquanto isso, depois que deram o golpe e tiraram a Presidenta Dilma, de lá para cá, os cortes vêm acontecendo ano a ano. A proposta da LDO para o próximo ano já estabelece a perda de 35 bilhões de reais do orçamento, comparando-se com a proposta de 2020. São 35 bilhões de reais a proposta de corte!

Amanhã, dia 15, em todo o Brasil, teremos um grande ato em defesa do SUS e contra os cortes na Saúde. É importante registrarmos aqui, Presidente Luis Miranda, que, se nós tirarmos os gastos extraordinários para o enfrentamento da COVID-19, ainda assim, a LDO faz um corte de 5,6%, em termos reais, do orçamento para 2020. Estabelecendo-se uma inflação prevista em 4,2% e partindo-se do orçamento anterior, de 136,76 bilhões de reais, o que está proposto pela LDO? Há um corte de 5,6% em relação ao orçamento inicial de 2020. Contudo, é muito pior, porque, se pegarmos o orçamento efetivo deste ano, com a ampliação que foi feita para o enfrentamento da COVID, são 35 bilhões de reais de corte.

E aí vemos porque eles quiseram aprovar o "orçamento de guerra". Por que quiseram o orçamento segregado? Porque eles não queriam abrir mão de que, em 2021, a referência voltasse a ser 2019, como se não houvesse a necessidade de enfrentamento da pandemia.

Eu quero saber desses senhores que mandaram esta peça orçamentária, em especial do Presidente genocida, se vai acabar a pandemia em 31 de dezembro. Cadê os recursos do orçamento para manter o serviço funcionando a partir de janeiro do próximo ano? Cadê, no orçamento proposto pela LDO, a previsão necessária para vacinar toda a população brasileira? Não há. Não há previsão suficiente para a compra de vacinas, para os insumos, para a logística.

E dizem que o Ministro da Saúde é especialista em logística! Mas ele tem se mostrado um desastre, um desastre na referência técnica da saúde e um desastre em logística.

Estão acumulados 2,5 milhões de comprimidos em estoque de cloroquina, que não servem para enfrentar a COVID. Estão acumulados milhões de testes, que não podem ser usados porque estão incompletos os *kits* necessários para fazer a testagem da população brasileira. E até agora não há um plano efetivo que garanta a compra dos insumos, a compra da vacina, nem tampouco há uma previsão no orçamento do próximo ano.

Para concluir, no que diz respeito aos investimentos, estes vão

dependem, mais uma vez, apenas das emendas parlamentares. Acabou o orçamento republicano e democrático para todos os Prefeitos e Governadores buscarem recursos para ampliar a rede pública. Agora dependem exclusivamente das emendas parlamentares. Quando isso não acontece, como neste ano - o Temer estreou isto, e este ano isto se intensificou, Sr. Presidente -, há distribuição de recursos, que são chamados de emendas parlamentares, mas vão além do valor das emendas, para os partidos que são aliados do Governo, para os Parlamentares que votam no Governo. Estrearam isso na votação da reforma trabalhista, intensificaram na aprovação da reforma previdenciária. E este ano vários recursos foram repassados, como aquele para o enfrentamento da COVID, com critérios que não têm nada a ver com a situação da pandemia ou da rede SUS dos Estados e Municípios.

Muito obrigado.

Documento 200/513

| | | |
|---|----------------------------|------------------------------------|
| 35.2020.B | Sessão Outro Evento | 14/12/2020-14:28 |
| Publ.: DCD - 15/12/2020 - LEO DE BRITO-PT -AC | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Transcurso do 73º aniversário natalício da ex-Presidenta Dilma Rousseff. Agravamento da situação socioeconômica do País após o impeachment da ex-Presidenta da República. Importância de votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para a retomada do pagamento do auxílio emergencial a trabalhadores e famílias carentes, diante da crise gerada pela Covid-19. Apelo ao Governo Federal de prorrogação da Lei nº 14.017, de 2020, sobre as ações emergenciais para o setor cultural, adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, (a chamada Lei Aldir Blanc).

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos os que nos assistem pelos órgãos de comunicação da Câmara dos Deputados, inicialmente eu queria fazer uma saudação especialíssima à mulher honrada e guerreira, ao nosso coração valente, Dilma Rousseff, nossa ex-Presidenta da República, que infelizmente foi golpeada aqui neste plenário no dia 17 de abril de 2016.

Muita gente dizia que o Brasil iria melhorar. Já se passaram mais de 4 anos, e o que nós estamos vendo é nosso País sendo literalmente

destruído; o desemprego tomando conta; o Brasil voltando ao Mapa da Fome, à miséria. Nós estamos vendo que a legislação trabalhista foi literalmente destruída, com a promessa de novos empregos, e esses empregos não chegaram. Nós estamos vendo a carestia tomando conta do Brasil. E nós estamos vendo este verdadeiro desgoverno que é o Governo Bolsonaro.

Então, parabéns, Presidenta Dilma, pelos seus 73 anos!

Eu venho aqui, Sr. Presidente, fazer um apelo em nome dos artistas e em nome dos estudantes brasileiros. Nós temos aqui, reiteradas vezes, colocado a importância da aprovação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, que restabelece o auxílio emergencial. Ele vai acabar agora no fim do mês para toda a população. No entanto, há questões específicas tanto dos artistas como também dos estudantes universitários. Eu me refiro à Lei Aldir Blanc.

A Deputada Benedita e a Deputada Jandira Feghali, inclusive, conversaram com o ex-Ministro Marcelo Álvaro, para que o Governo Federal editasse uma medida provisória para prorrogar a Lei Aldir Blanc. Esta lei tem sido uma tábua de salvação para toda a classe artística, que tem sofrido grandemente neste momento da pandemia.

Nós sabemos que a pandemia, mesmo com toda essa dificuldade - nós estamos vendo uma dificuldade imensa do Governo, até com falsificação do plano que foi encaminhado ao STF - não termina. Então, os resultados, as consequências da pandemia continuam. Por isso, é fundamental fazer este apelo ao Governo para que prorrogue a Lei Aldir Blanc.

Da mesma maneira, para aos estudantes do FIES que tiveram a carência de seu financiamento, para não pagarem as parcelas durante este período, é fundamental essa prorrogação. Nós sabemos que houve aumento da inadimplência neste período. Em torno de 200 mil contratos, desde o início da pandemia, estão em inadimplência. Nós precisamos também que seja prorrogada esta carência porque o Brasil, depois da pandemia, ainda vai ter que retomar os empregos, ainda vai ter que retomar a atividade econômica.

Sr. Presidente, concluo dizendo que estes estudantes, no momento, ainda não têm condições de retomar estes pagamentos. E nós fazemos um apelo ao Governo Federal para que olhe para toda a população, para os artistas e também para os estudantes que fizeram seus financiamentos estudantis.

Sr. Presidente, peço o registro do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil* e nos órgãos de comunicação da Casa.

Obrigado.

Documento 201/513

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 35.2020.B | Sessão Outro Evento | 14/12/2020-14:36 |
| Publ.: DCD - 15/12/2020 - FÁBIO TRAD-PSD -MS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Conclusão dos relatórios oferecidos pelo orador ao Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, de autoria do Deputado Ivan Valente, a respeito dos direitos dos trabalhadores de empresas de aplicativos, lotados no setor de entrega de alimentos, mercadorias e produtos, durante o estado de calamidade pública decorrente da epidemia do coronavírus; e à Proposta de Emenda à Constituição nº 199, de 2019, acerca da alteração dos arts. 102 e 105 da Carta Magna, com vista à transformação dos recursos extraordinário e especial em ações revisionais de competência originária do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça (prisão de condenados em segunda instância).

O SR. FÁBIO TRAD (Bloco/PSD - MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Luis Miranda, é muito importante destacar algumas ações do nosso mandato nos últimos dias.

Entregamos há poucos dias o relatório a respeito do projeto de lei de autoria do Deputado Ivan Valente, que disciplina e regulamenta a situação jurídica dos entregadores de aplicativos no País. Eles são milhares e estão em muitas cidades no Brasil, e estão juridicamente desguarnecidos, portanto desprovidos de tutela. Não se trata de um projeto de lei que procura disciplinar a vinculação trabalhista. Não! Eu diria que é um projeto de lei extremamente apegado a valores humanitários, que diz respeito à dignidade das pessoas, dos trabalhadores.

O projeto teve contribuição decisiva do Deputado Professor Israel Batista, nosso querido colega, do Deputado Márcio Jerry, do Deputado Bira do Pindaré, do Deputado José Airton e do Deputado Eduardo Bismarck.

O relatório está pronto. Eu ouvi muitos partidos, ouvi o Partido Novo, na pessoa do Deputado Paulo Ganime, esse competente Deputado, ouvi as entidades direta ou indiretamente relacionadas ao tema, e agora falta a decisão do Colégio de Líderes e do Presidente Rodrigo Maia, para que possamos dar aos trabalhadores de aplicativos, que trabalham para os empregadores dos aplicativos, o mínimo de tutela

jurídica, para que eles não tenham em falta aquilo que é primordial, de acordo com o Estado Democrático de Direito da nossa Constituição, que é a dignidade da pessoa humana.

Também é importante destacar, Sr. Presidente, o nosso trabalho em relação à PEC que trata da prisão em segunda instância. Sabemos que há muitas resistências, de vários partidos em relação ao conteúdo da PEC. Mas é importante deixar muito claro que a PEC, em sendo aprovada, vai melhorar a Justiça brasileira, porque, além de focar a questão da aplicabilidade da pena na segunda instância em relação à área penal, evidentemente, ela também atinge a área trabalhista, a área tributária, a área cível, portanto vai dar mais efetividade, celeridade responsável à Justiça brasileira.

Em recente *live* do principal órgão de combate à corrupção do mundo, a Transparência Internacional, o representante do Brasil elogiou a ideia de estender a todos os ramos do Direito os efeitos da PEC 199/19, de autoria do Deputado Alex Manente. E eu reitero: está pronto o relatório da PEC da segunda instância.

Sr. Presidente, eu gostaria que o meu pronunciamento, com a aquiescência de V.Exa., que é sempre generoso, fosse repercutido nos órgãos de comunicação da Casa e, principalmente, no programa *A Voz do Brasil*, que atinge quase todas as pessoas que acompanham os nossos trabalhos aqui no Poder Legislativo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luis Miranda. DEM - DF) - Meu amigo, Deputado Fábio Trad, acato o seu pedido. Parabéns pelo excelente trabalho que vem a cada dia surpreendendo, mas também entregando aquilo que os seus eleitores esperam de V.Exa. Parabéns!

O SR. FÁBIO TRAD (Bloco/PSD - MS) - Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 202/513

| | | |
|---|----------------------------|------------------------------------|
| 35.2020.B | Sessão Outro Evento | 14/12/2020-14:40 |
| Publ.: DCD - 15/12/2020 - GERVÁSIO MAIA-PSB -PB | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Repúdio à postura adotada pelo Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Descaso do Presidente da República com a vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Defesa de prorrogação do auxílio

emergencial concedido a trabalhadores e famílias carentes para enfrentamento da crise gerada pelo coronavírus. Expectativa de resgate, pelo Senado Federal, da proposta original sobre a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB. Sem revisão do orador.) - Presidente Luis Miranda, boa tarde.

Boa tarde, Brasil.

Boa tarde, Deputadas e Deputados e servidores da Casa.

Presidente, eu estou muito preocupado com o que nós estamos vivendo, sobretudo por causa do que temos assistido no mundo. Diversos países iniciaram seus programas de vacinação, e aqui no nosso País o Presidente da República tem minimizado o tempo inteiro os efeitos da pandemia. Basta observarmos que ele já proferiu diversas infelizes palavras, como, por exemplo, estas: que se tratava de uma gripezinha, que ele, por ser atleta, não seria contaminado. Ele andava sem máscara, desfilava por vários Estados, dando um péssimo exemplo. Agora o País está aflito e assiste com ansiedade, Deputado Luis Miranda, à falta de uma programação no que diz respeito a esse grande programa de vacinação que precisamos enfrentar em todos os Estados da Federação.

E o pior: nós ainda assistimos, por meio da mídia, dos bastidores sobretudo do Congresso Nacional, que o despreparo é tão grande, Deputado Luis Miranda, que ainda está sendo discutida a falta de insumos. Isso realmente é algo muito preocupante.

Já tenho visto alguns Municípios aqui do meu Estado, o Estado da Paraíba, anunciarem que estão preparados, desde que, é claro, o Governo Federal anuncie a distribuição urgente das vacinas. Então, esse é um tema importante.

Eu enxergo, Deputado Luis Miranda, que o Congresso Nacional mais uma vez vai terminar tendo que chamar o feito à ordem, como fizemos na votação do auxílio emergencial. Se dependesse do Presidente Bolsonaro, o auxílio emergencial seria de 200 reais. Foi um esforço do Poder Legislativo, do Congresso Nacional, que fez com que o auxílio emergencial fosse de 600 reais, podendo chegar inclusive ao valor de 1.200 reais. Esse também é um debate importante, a prorrogação do auxílio emergencial. Então, eu faço um apelo a todos os Líderes da Câmara dos Deputados para que possam interagir urgentemente, para que esse tema seja tratado com a maior urgência que o caso requer. Porque, se deixarmos nas mãos do Presidente da República, o

problema vai aumentar, e o País poderá sangrar mais do que já tem sangrado ao longo de todo esse tempo, Deputado Luis Miranda.

Eu encerro minhas palavras dizendo que nós estamos aqui numa torcida gigantesca para que o Senado Federal possa desmanchar a retirada de vários pontos importantes do FUNDEB, que, na sua forma original, como tínhamos aprovado a PEC, aí sim, representa uma nova educação pública no Brasil. Alimentamos as nossas expectativas de que os Senadores da República vão evitar esse absurdo que foi cometido pela maioria dos votos no Plenário Ulysses Guimarães.

Muito obrigado, Deputado Luis Miranda.

Boa tarde.

Documento 203/513

| | | |
|---|----------------------------|------------------------------------|
| 35.2020.B | Sessão Outro Evento | 14/12/2020-14:44 |
| Publ.: DCD - 15/12/2020 - IVAN VALENTE-PSOL -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Agradecimento ao Deputado Fábio Trad, Relator do Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, de autoria do orador, a respeito dos direitos dos trabalhadores de empresas de aplicativos, lotados no setor de entrega de alimentos, mercadorias e produtos, durante o estado de calamidade pública decorrente da epidemia do coronavírus. Pedido ao Presidente Rodrigo Maia de inclusão da propositura na pauta de votações. Agradecimento ao Deputado Professor Israel Batista pelas negociações promovidas em torno da proposição. Avanço da Covid-19 no País. Irresponsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro e do Ministro da Saúde, no tocante à compra de vacinas e ao estabelecimento do cronograma de imunização do povo brasileiro contra o coronavírus. Defesa de preservação do Sistema Único de Saúde - SUS. Lançamento pelo PSOL da campanha Vacinação Já!

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, eu queria fazer um agradecimento especial ao Deputado Fábio Trad, Relator do nosso projeto sobre entregadores de aplicativos, que ele protocolou. Queria agradecer pelo seu trabalho e pelo seu empenho. Também queria agradecer ao Deputado Professor Israel Batista por ter negociado conosco na reta final desse debate e a todos os outros que tiveram projetos na mesma direção.



Eu quero dizer que esse projeto é um avanço, porque garante o mínimo de condições humanitárias de trabalho para milhões de entregadores de aplicativos em nosso País. Tenho certeza de que o seguro para acidentes, o seguro de vida, o fim dos cancelamentos arbitrários pelas empresas de aplicativos, as questões ligadas a EPIs, tudo isso está contido no projeto. Esse é o projeto mais completo sobre essa situação.

Quero pedir que, aqui no plenário agora, o Deputado Rodrigo Maia coloque esse projeto em votação, imediatamente. Ele já tem a urgência votada. Que nós o votemos esta semana e que não nos importemos com essa ideia de calamidade pública. A calamidade permanece. Esse projeto continua, a pandemia continua em nosso País, e é preciso proteger vidas, tanto a daqueles que fazem as entregas quanto a daqueles que as recebem. Ou seja, são milhões de beneficiados, que precisam ser atendidos.

Eu queria aproveitar este momento para falar que a pandemia não está no finalzinho, como disse o Bolsonaro, que acha que é uma gripezinha. Pelo contrário. Nós temos uma nova escalada: 48 mil contaminações por dia. Dizem que há 4 vezes mais contaminados do que os registrados. Por isso, nós queremos condenar a irresponsabilidade do Bolsonaro e do Ministro da Saúde, seu estafeta, porque na prática o que vemos é que não há nenhuma estratégia de compra da vacina, de cronograma de vacinação. Falta definição de prioridades, falta coordenação de ações, de planos de acompanhamento dos resultados, para podermos avaliar rumos, se preciso, falta logística de conservação, e não há compra das vacinas. Por exemplo, a eliminação da vacina da Sinovac, a Coronovac. O Ministro havia cedido em comprar do Instituto Butantan, e o Bolsonaro cortou. Ele disse também que não compraria da Pfizer, porque não havia condições de armazenamento. No entanto, o Equador, o Chile, o Peru compraram vacinas da Pfizer. Então, nós seremos os últimos a receber a vacina, quando o mundo todo já está sendo vacinado. É óbvio que eles trabalham contra a saúde pública. "Bozo" e Pazuello não querem vacinar a população.

E mais: nós temos que agir - Congresso, Supremo - para preservar o sistema único, público, universal de saúde, o SUS, que é mundialmente premiado pelo Plano Nacional de Imunização.

O SR. PRESIDENTE (Luis Miranda. DEM - DF) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Presidente, o PSOL está lançando uma campanha, junto com todos aqueles que defendem a saúde pública e a saúde da população no Brasil: Vacinação Já!

Chega de tergiversar, chega de irresponsabilidade e de incompetência na resposta à crise da COVID-19!

Obrigado, Presidente.

Documento 204/513

| | | | |
|----------------------------|-------------------------------|---------------------------------------|----|
| 127.2020 | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa 14/12/2020-15:04 | |
| Publ.: DCD 15/12/2020 - | - ERIKA KOKAY-PT -DF | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO | DE |

Sumário

Declarações inverídicas do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Existência de 14 milhões de desempregados no País. Elevado número de brasileiros na informalidade. Encaminhamento da votação do Requerimento nº 2.935, de 2020, para tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 4.528, de 2020, sobre o estabelecimento de normas de acesso ao crédito, com vista à mitigação dos impactos econômicos decorrentes da Covid-19. Congratulação à ex-Presidenta Dilma Rousseff.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - É impressionante que o Presidente da República diga, primeiro, que estamos no finzinho desta pandemia - os dados não confirmam isso, no Brasil mais de 181 mil pessoas já morreram em decorrência da COVID - e, segundo, que o Brasil, dentre todos os países, é um dos melhores no enfrentamento da pandemia, o que também não corresponde à verdade.

Isso é um desrespeito com as pessoas que perderam entes queridos, pois esse tipo de perda causa dor em alguém. É preciso lembrar que são pessoas, com histórias, com relações de afeto.

No País, há mais de 14 milhões de desempregados. Mais da metade da População Economicamente Ativa está em situação de subemprego, informalidade, desemprego ou desalento.

O quadro, portanto, é extremamente grave. Esta proposição, reconhecendo-se que estamos em um momento diferenciado, trata de condições diferenciadas para que as empresas tenham acesso a crédito, flexibiliza algumas exigências que dizem respeito, por exemplo, a documentos, certidões. Tudo isso poderia ser flexibilizado durante este período de pandemia. A partir daí, poderia ser assegurado o

crédito. Nós estamos falando de empresas. Ao falarmos de pequena e microempresa, significa que estamos falando de um peso substancial quanto ao próprio PIB deste País e que também estamos falando de quem mais emprega.

Por isso, somos favoráveis ao regime de urgência para esta proposição, porque é urgente que as empresas possam ter acesso ao crédito para manter suas atividades, continuar acionando as cadeias produtivas.

Quando falamos de empresa, sempre é bom lembrar que está inserida numa cadeia produtiva. Quando é fornecido o crédito, possibilita-se não apenas a manutenção do emprego como também o pagamento a fornecedores. Quando uma cadeia produtiva é acionada, faz com que possam ser mitigados efeitos da pandemia, que tem sido negada pelo Presidente da República. O negacionismo pereniza a tragédia, pereniza a crueldade. Esse negacionismo vai se expressar, inclusive, na efetiva ausência de um plano de imunização neste País. É um verdadeiro desprezo à população.

Este projeto é importante, e cabe a urgência, para que possamos dar respostas necessárias, a fim de que as empresas, com crédito, possam continuar acionando a cadeia produtiva.

Por fim, parablenizo a Presidenta Dilma Rousseff. Quando foi eleita, disse: "*Sim, nós mulheres podemos*". Ela é exemplo de coragem, exemplo de retidão - foi vítima, no entanto, de uma injustiça que provocou tanto descalabro, tanta crueldade e tanta lógica antidemocrática naturalizada neste País.

Parabéns, Presidenta Dilma Rousseff!

Documento 205/513

| | | |
|---|--|------------------------|
| 127.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/12/2020- CD | 15:12 |
| Publ.: DCD - 15/12/2020 - PAULÃO-PT -AL | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Agradecimento aos Líderes partidários pelo apoio ao Projeto de Lei nº 4.528, de 2020, sobre o estabelecimento de normas de acesso ao crédito, com vista à mitigação dos impactos econômicos decorrentes da Covid-19. Congratulações aos engajados na campanha pelo fortalecimento financeiro do Sistema Único de Saúde - SUS. Consequências advindas da não apresentação, pelo Governo Federal, de plano nacional de vacinação contra o coronavírus. Transcurso do

aniversário natalício da ex-Presidenta Dilma Rousseff.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Luis Miranda, antes da votação, eu queria agradecer a importante unidade em relação a este projeto, cujo relatório foi de responsabilidade do Senador Paulo Rocha, do PT do Pará. Neste momento em que a pandemia tem consequências na economia, essa unidade de ação é fundamental. Quero parabenizar a todos os Líderes que estão se manifestando a favor deste projeto.

Aproveito a oportunidade para parabenizar a todos pela articulação em defesa do SUS, mencionada pelo companheiro Deputado Márcio Jerry, do PCdoB. É importante essa unidade em defesa do Sistema Único de Saúde. Fazendo a defesa do SUS, fazemos também a cobrança de um planejamento sobre a vacina contra a COVID-19. Infelizmente, o Governo Federal não apresentou até agora um projeto de vacinação concreto. Isso tem consequências fatais.

Por último, quero parabenizar a Presidente Dilma Rousseff pelo seu aniversário. Quando fui Parlamentar, eu tive a oportunidade de conviver com ela, uma mulher de luta, com uma história bonita, ilibada, que foi tirada do poder - a história está mostrando isto - de forma totalmente covarde, antidemocrática. Parabenizá-la é parabenizar, sem dúvida nenhuma, a maioria das mulheres do Brasil. Ela é um símbolo de luta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 206/513

| | |
|--|--|
| 127.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/12/2020- CD 15:36 |
| Publ.: DCD - 15/12/2020 - MÁRCIO JERRY-PCDOB -MA | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA |
| | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Instalação da Frente Parlamentar Mista pelo Fortalecimento do SUS. Manifesto intitulado Carta ao Povo Brasileiro, em defesa do Sistema Único de Saúde. Lançamento da campanha O Brasil Precisa do SUS, no Distrito Federal. Editorial veiculado pela Folha de S.Paulo, a respeito da irresponsabilidade e negligência do Presidente Jair Bolsonaro na condução das ações de enfrentamento à epidemia de coronavírus.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. Como Líder. Sem revisão do

orador.) - Deputado Luis Miranda, muito obrigado.

Presidente, vou aproveitar este momento para realçar uma das pautas mais importantes em nosso País, especialmente no Parlamento brasileiro, antes e agora, no final deste ano, à qual já me referi aqui mesmo, nesta sessão, e à qual tenho, com insistência, me referido ao longo dos últimos meses, que é a pauta da saúde.

Recentemente, no segundo semestre, tivemos a instalação, no âmbito do Congresso Nacional, da Frente Parlamentar Mista pelo Fortalecimento do SUS, a Frente SUS. E está ocorrendo agora, no meio de dezembro, um movimento organizado pela Frente pela Vida que tem uma importância muito grande, porque mobiliza dezenas de entidades, organiza os movimentos sociais, enfim, faz uma conclamação a todas as forças vivas da sociedade brasileira, do Parlamento, dos Poderes da República, a todos, sem exceção, para que possamos fazer uma grande ação pelo fortalecimento do Sistema Único de Saúde.

Foi lançado, em 25 de novembro passado, um manifesto, a Carta ao Povo Brasileiro, que tem um chamamento final:

A saúde do Brasil precisa do SUS. A economia do Brasil precisa do SUS. O povo brasileiro precisa do SUS forte, público, integral e universal. Defender o SUS é defender a vida. Junte-se a esta campanha. Vacina para todas e todos! O Brasil precisa do SUS.

Este é um momento importante para reforçarmos essa luta, esse movimento. Amanhã teremos, em Brasília, organizado pela Frente pela Vida, o lançamento da campanha O Brasil Precisa do SUS. É muito importante, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, a participação ativa de todos, uma ampla unidade, tal como a que vimos, ao longo do ano, em defesa da educação. Amplos setores, bastante diversos do ponto de vista político e ideológico, juntaram-se em torno da bandeira da educação, especialmente quando da aprovação da emenda constitucional do novo FUNDEB, e a saúde é outro tema que nos conclama, nos chama, nos convoca a uma ampla unidade nacional. Nós precisamos aprender muito com este momento trágico da vida nacional, com a pandemia do novo coronavírus. E há um caminho para o qual podemos convergir, que é exatamente o do fortalecimento do Sistema Único de Saúde.

Presidente Luis Miranda, nós precisamos fazer esse chamamento ao tempo que, uma vez mais, manifestamos a nossa posição de bancada alertando o Brasil contra as irresponsabilidades seguidas, a negligência do Presidente da República, Jair Bolsonaro, no tratamento da pandemia. Desde o primeiro momento, houve um tratamento negligente, um tratamento irresponsável. Como várias vezes já

dissemos aqui e no País inteiro, o Presidente da República se aliou, na verdade, ao novo coronavírus, podendo, ao contrário, se aliar ao povo brasileiro. Isso ocorre desde o início, com a demora na articulação das iniciativas, com a negligência em relação ao tratamento, com a falta de diálogo com os entes federados, Estados e Municípios. Agora vemos, outra vez, tragicamente, uma postura muito equivocada, ruim e perversa do Presidente da República.

Presidente, ao final, saúdo um editorial expressivo, de capa, feito ontem pelo jornal *Folha de S.Paulo*, que denuncia, com a devida veemência, a irresponsabilidade e a negligência da atitude genocida do Presidente da República. Nós precisamos nos insurgir permanentemente contra isso, em defesa da vida, em defesa do povo brasileiro.

Concluo conclamando, uma vez mais, todos e todas para esse grande momento organizado pela Frente Pela Vida, que é o lançamento, amanhã, da campanha O Brasil Precisa do SUS.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 207/513

| | | |
|--|--|------------|
| 127.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/12/2020- CD | 15:40 |
| Publ.: DCD - 15/12/2020 - AUGUSTO COUTINHO-SOLIDARIEDADE -PE | | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Homenagem póstuma ao ex-Deputado Federal Carlos Eduardo Cadoca, falecido em decorrência da Covid-19.

O SR. AUGUSTO COUTINHO (Bloco/SOLIDARIEDADE - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com muita tristeza que registro aqui, no dia de hoje, que ontem faleceu Carlos Eduardo Cadoca.

Cadoca foi Deputado Federal nesta Casa por quatro legislaturas, Vereador do Recife, Secretário Municipal, cargo no qual fez um belo trabalho, com eventos que até hoje estão na memória do recifense. Depois, foi também Deputado Estadual e Secretário de Estado.

De fato, ele nos deixou vitimado pela COVID. Nós estamos muito entristecidos. Todos que conheciam o Cadoca sabem o amigo, o ser humano, a pessoa bondosa que ele era. Portanto, é com muita tristeza

que registramos nesta Casa, no dia de hoje, o falecimento de Carlos Eduardo Cadoca.

O povo pernambucano está de luto, está entristecido, porque Pernambuco perdeu uma grande figura da sua política.

Muito obrigado.

Documento 208/513

| | | |
|---|--|------------------------|
| 127.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/12/2020- CD | 16:08 |
| Publ.: DCD - 15/12/2020 - KIM KATAGUIRI-DEM -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Conclamação à Casa para aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 101, de 2020, acerca da instituição do Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal; do Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal; e da alteração de diplomas legais; e do Projeto de Lei Complementar nº 137, de 2020, sobre a criação de fonte de recursos para enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da Covid-19, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e a alteração da Lei Complementar nº 156, de 2016. Atraso na votação e aprovação do projeto sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO de 2020/2021. Perplexidade ante a existência, no texto da proposição, de dispositivo sobre a possibilidade da apresentação de projetos sem indicação da estimativa de despesa e da fonte de financiamento.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, subo a esta tribuna hoje para falar sobre o projeto que está na pauta, o Projeto de Lei Complementar nº 101, que é basicamente, na minha avaliação, um dos projetos mais importantes deste primeiro biênio da Câmara dos Deputados, que trata da situação fiscal do nosso País e da renegociação de dívidas com os Estados.

Aliás, aproveitando a atenção do Deputado Mauro Benevides, acho igualmente importantes tanto o projeto de lei complementar proposto por V.Exa., Deputado Mauro, como o proposto pelo Deputado Pedro Paulo, que trata também da dívida pública, da situação e do cumprimento do teto de gastos para o ano que vem. Sabemos que um dos principais problemas que vamos ter e enfrentar no ano que vem será justamente o aumento da dívida pública, que vai bater 100% do

PIB. Alguns Estados já bateram 200%, como é o caso do Rio Grande do Sul. O meu Estado de São Paulo já bateu 150% de endividamento.

E, neste ano, tivemos a triste notícia de que o pagador de impostos do Brasil foi obrigado a gastar 21,5 bilhões de reais em estatais zumbis, estatais que não produzem nada, dão prejuízo e hoje são só esqueletos de empresas que algum dia já existiram em Governos passados, estatais de trem, de energia nuclear, de produção de *chip*. Acreditem, nós temos uma estatal de produção de *chip*! Isso sem falar nas estatais que ainda estão em funcionamento. Não são zumbis, mas dão prejuízo aos cofres públicos, como é o caso do prejuízo pela entrega de cartas dos Correios. Aqui eu não falo do serviço de entrega em que os Correios competem com outros atores de mercado, mas, sim, daquele de que os Correios têm o monopólio, que é a entrega de cartas.

Trata também o projeto de lei complementar do corte do "bolsa lobista", as famosas renúncias fiscais, que aumentaram nos últimos Governos e hoje estão em 330 bilhões de reais. São setores que fazem *lobby* no Congresso Nacional, no Palácio do Planalto, e conseguem essas renúncias fiscais à custa do pagador de impostos.

Aprovar esses dois projetos é fundamental para conseguirmos garantir no ano que vem o pagamento de salário de servidores de todas as esferas da administração, de Estados e Municípios e da União, da educação, de policiais, professores, médicos, de todos os que trabalham em instituições públicas. Endividamento público pode parecer algo inalcançável.

Gasto público obrigatório pode parecer uma coisa complexa, mas estamos falando de dinheiro do cidadão na ponta, estamos falando de salário de servidor, estamos falando de atendimento de serviço público na ponta para o cidadão.

Nesse sentido, Presidente, também muito me preocupa a tramitação da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Nós nunca aprovamos uma Lei de Diretrizes Orçamentárias tão tarde aqui neste Parlamento, primeiro, infelizmente, por uma deficiência do Governo em querer enviar inicialmente uma Lei de Diretrizes Orçamentárias com meta flexível.

É realmente assustador que tenhamos um Ministro, que se diz liberal, apresentando, veja bem - nenhum Governo petista fez isso -, pela primeira vez, um Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias com meta flexível para déficit, ou seja, o Governo basicamente pedia um cheque em branco ao Parlamento para gastar como bem entendesse.

Felizmente, o Governo voltou atrás, mas ainda não voltou atrás em um dos principais problemas da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que é o

fato de que pela primeira vez, no ano que vem, se a LDO for aprovada do jeito como está hoje, os Deputados, os Senadores e o Presidente da República vão poder apresentar projetos sem mostrar a estimativa de despesa e a fonte de financiamento.

É isso mesmo que os senhores entenderam: pela primeira vez na história da Nova República, desde a redemocratização até a Constituição de 1988, o Governo Federal manda um Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias em que os Deputados, os Senadores e o Presidente da República podem apresentar projetos sem mostrar o quanto eles vão custar e sem mostrar de onde esse dinheiro vai sair.

É justamente o dito liberal Paulo Guedes - que sempre falou que por 30 anos a social-democracia governou o nosso País, por 30 anos promoveram gastos, por 30 anos não tiveram responsabilidade - que está promovendo isso. Ele assina eletronicamente a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que, pela primeira vez em mais de 40 anos, estabelece que os Deputados, os Senadores e o Presidente da República podem apresentar projetos sem dizer de onde o dinheiro vai sair.

Eu pensei que isso fosse proposta de governo socialista populista, de governo que defendesse planejamento central, economia planificada, coisa de gente que parou ali no século passado, nos anos 70, nos anos 80, coisa de gente que ainda pensa como se estivesse na Guerra Fria, que ainda acredita nesse tipo de planejamento, em que o governo decide o que você consome ou que deixa de consumir, qual é a faculdade em que você vai ingressar, porque o país precisa de mais engenheiros ou de mais médicos. Não interessa o que você quer, interessa o que o país quer, e o país que decide por você são os burocratas que estão no governo.

Infelizmente, este Governo apresenta uma proposta que, primeiro, é absolutamente irresponsável. Apresentar um projeto de lei ou o Governo lançar uma medida provisória sem ser obrigado a dizer qual é a fonte que vai pagar esses recursos significa endividar as próximas gerações. E isso eu digo aqui para todos os colegas com muita tranquilidade. Ainda não tenho filhos, não tenho netos, mas tanto os meus filhos como os meus netos já estão devendo para o Governo, já estão devendo aos cofres públicos, devido à Lei de Diretrizes Orçamentárias enviada pelo Governo a este Parlamento este ano.

E mais do que isso: depois de mais de 2 meses de obstrução por birra em relação ao comando da Comissão Mista de Orçamento, o Governo também atrasou a análise da peça orçamentária, e nós corremos o risco de, pela primeira vez também, desde pelo menos a Nova República, ter o *shutdown*, que é basicamente o Governo não conseguir gastar nada, como aconteceu nos Estados Unidos recentemente, quando o Presidente Trump não conseguiu consenso no

Senado para incluir o orçamento para construir o muro, não foi aprovada a lei de diretrizes orçamentárias americana, o equivalente a ela nos Estados Unidos, e, quando virou o ano, o governo não poderia juridicamente utilizar nenhum centavo de dinheiro público, sob pena de prisão do Presidente da República e dos Ministros de Estado.

É a primeira vez que vivemos essa situação, com o perigo de virar o ano sem LDO. Isso significa paralisação de todos os serviços públicos, de todos os serviços de assistência social. Isso significa que você não vai poder chamar uma ambulância de emergência se sofrer um acidente no dia 1º de janeiro de 2021, sem a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias. O Presidente da República não pode comprar um café com cartão corporativo. O Presidente da República não pode fazer gasto nenhum, nem o Parlamento pode fazer gasto nenhum, sem a aprovação dessa Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Nós vamos analisar diretamente em plenário porque, primeiro, já temos um questionamento constitucional sobre isso. A Constituição define - não é o Regimento Interno - que a Lei de Diretrizes Orçamentárias deve passar pela Comissão Mista de Orçamento. Com certeza algum Deputado que tiver alguma emenda rejeitada vai ingressar no Supremo. Essa decisão vai caber, por alguma liminar monocrática de algum Ministro do Supremo, para daí voltar, e analisarmos o Orçamento. Em se tratando de LDO, vamos supor, chutar baixo, se cada Deputado apresentar duas emendas, estamos falando da análise de mais de mil emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias direto em plenário na última semana que temos para aprovar essa legislação.

Por isso, eu peço urgência aos colegas para a aprovação dos dois projetos de lei complementar que estão em pauta hoje, nesta sessão, e da Lei de Diretrizes Orçamentárias nesta semana, porque, se virar o ano, independentemente de interesse de Governo, de Oposição ou de Centro, sem a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, todos os serviços públicos vão ser obrigados a parar - seriam 100% paralisados.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 209/513

| | | |
|---|--|------------------------|
| 127.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/12/2020- CD | 16:24 |
| Publ.: DCD - 15/12/2020 - TADEU ALENCAR-PSB -PE | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Homenagem póstuma ao ex-Deputado Federal Carlos Eduardo Cadoca.

Solicitação à Presidência de determinação ao Plenário de observância de 1 minuto de silêncio em homenagem à memória do ex-Parlamentar.

O SR. TADEU ALENCAR (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, eu cumpro aqui o triste dever de comunicar que ontem faleceu o ex-Deputado Carlos Eduardo Pereira, o nosso querido Cadoca, companheiro, amigo, grande representante de Pernambuco por cinco vezes aqui nesta Casa Legislativa.

Foi Vereador de Recife por três vezes, Deputado Estadual, Secretário do ex-Governador Jarbas Vasconcelos, tendo um grande papel na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e de Turismo.

Por isso, aqui a nossa palavra de consternação com o passamento do nosso querido amigo Cadoca, alcançado por essa pandemia, que já ceifou a vida de mais de 180 mil brasileiros e alcança tristemente o nosso amigo Cadoca.

Eu quero solidarizar-me com a família, com os filhos, com a esposa Berenice, com todo o Pernambuco, que está consternado pelo seu passamento, e com a política brasileira, que perde um grande representante, pautado pelos interesses do Estado de Pernambuco, na ética republicana que sempre defendeu. Um homem íntegro, respeitado, que honrou em todas as ocasiões este Parlamento.

Por isso, nossa palavra, como representante do Estado de Pernambuco, de grande tristeza pelo falecimento do nosso Cadoca.

Peço, Sr. Presidente, sem querer abusar da paciência de V.Exa., 1 minuto de silêncio em homenagem ao nosso querido companheiro Carlos Eduardo Pereira.

Documento 210/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 127.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/12/2020- CD | 16:28 |
| Publ.: DCD - 15/12/2020 - DANILLO FORTE-PSDB -CE | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Homenagem póstuma ao ex-Deputado Federal Carlos Eduardo Cadoca.

O SR. DANILLO FORTE (PSDB - CE. Pela ordem. Sem revisão do

orador.) - Eu queria fazer uma saudação especial ao Deputado Cadoca, com quem tive a oportunidade de militar no MDB. Ele foi fundador do MDB, nos tempos mais difíceis de se fazer política neste País, em pleno regime militar. O Cadoca, junto com Jarbas Vasconcelos e Miguel Arraes, construíram o partido no Estado de Pernambuco, sendo depois Vereador, Deputado Estadual e Deputado Federal. Ele muito nos honrou com sua presença nesta Casa.

Eu fui Deputado Federal com ele e tive o prazer de desfrutar do seu conhecimento, da sua alegria, do seu amor a Pernambuco e à cultura nordestina, que sempre exalava com muita força. Ao mesmo tempo, faço um voto de reconhecimento a toda uma história, a todo um legado. Espero que sirva de exemplo para as gerações futuras. É a luta permanente pela liberdade e pela democracia em nosso País.

Ao companheiro, ao amigo Cadoca, meus sinceros abraços; à sua família, os meus sinceros sentimentos. Foi motivo de alegria conviver com uma pessoa tão especial como o Deputado Cadoca.

Documento 211/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 127.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/12/2020- CD | 16:28 |
| Publ.: DCD - 15/12/2020 - MÁRCIO JERRY-PCDOB -MA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Nota de pesar do PCdoB pelo falecimento do ex-Deputado Carlos Eduardo Cadoca.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Luis Miranda, eu quero registrar uma nota de pesar do PCdoB de Pernambuco e do PCdoB nacional pela morte do ex-Deputado Cadoca, ele que integrou o nosso partido nos anos de 2016 e 2017.

Eu trago ao plenário desta Casa nota do PCdoB de Pernambuco, do PCdoB nacional e também as palavras de condolências da nossa Presidenta nacional, a Vice-Governadora Luciana Santos.

Documento 212/513

| | | |
|----------|--|-------|
| 127.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/12/2020- CD | 16:36 |
|----------|--|-------|



Publ.: DCD - 15/12/2020 - PAULÃO-PT -AL

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Protesto contra o atraso na instalação da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Prioridade da Casa na votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Inadmissibilidade de corte de recursos orçamentários do Sistema Único de Saúde. Luta do PT contra a desestruturação do SUS.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Miranda, colegas Parlamentares, internautas que nos assistem, nós temos que fazer uma discussão, como foi dito anteriormente por alguns Deputados, a exemplo do Deputado Kim Kataguirí, a respeito da instalação da CMO.

O Partido dos Trabalhadores fez indicação de alguns Parlamentares, e eu sou um dos integrantes da Comissão Mista de Orçamento, inclusive titular, e, a exemplo do Deputado Kim e de vários Parlamentares, nós estamos surpresos, porque, na história da República, exatamente no dia 14 de dezembro, é a primeira vez que não conseguimos ter a votação da Presidência da CMO.

Isso é gravíssimo para o processo de discussão não só da LDO, mas também da nossa legislação orçamentária. Atrasamos o processo e temos toda uma dificuldade em criar uma programação para fazer o bom debate das políticas públicas. Portanto, isso é gravíssimo. Existe, inclusive, uma disputa na Mesa, coordenada pelo grupo do Centrão e também do Presidente da Casa, e a CMO até hoje não foi instalada. Fica o nosso registro.

Outro registro é sobre a importância da pauta a respeito da Medida Provisória nº 1.000, que foi uma luta que o PT, os partidos de Oposição - extrapola até os partidos de Oposição - estão travando, porque este mês acaba o auxílio emergencial. Diga-se de passagem, o auxílio emergencial chegou ao Brasil com a COVID, que trouxe todo esse transtorno para o País e para o mundo. Mas foi necessário, primeiro, a Câmara Federal fazer esse grande debate, porque havia resistência por parte do Presidente Bolsonaro em querer dar essa ajuda emergencial. Essa ajuda tem uma temporalidade, que acaba este mês, mas não se tem programação alguma; pelo contrário, o que existe é uma visão genocida do Presidente e principalmente do seu Ministro Paulo Guedes em relação à população que hoje sobrevive dessa ajuda e que sofrerá consequências imprevisíveis com a falta desse auxílio,



principalmente nos bolsões de maior dificuldade de renda do País.

No meu caso específico, que sou da região Nordeste, uma região que tem uma grande densidade demográfica e uma contradição social enorme, seria importante que o Deputado Rodrigo Maia, neste gesto inclusive de término do seu mandato, colocasse em pauta e priorizasse a Medida Provisória nº 1.000, que até agora não foi motivo de prioridade nesta Casa, assim como também não foi motivo de prioridade uma legislação que nós aprovamos aqui, homenageando um grande Líder, um guerreiro, o companheiro Assis de Carvalho, do PT do Piauí. Até hoje há um vazio, um *vacatio legis* em relação à legislação que traz um norte principalmente para a agricultura familiar, que neste momento está sem rumo, sem previsão orçamentária, sem dotação financeira, sem programação, uma agricultura que sustenta a alimentação nas nossas casas. Então, aquele lema dos movimentos agrários, "*se o campo não produz, não tem alimentação na cidade*", infelizmente é uma realidade que coloco em destaque e que deveria ser outra pauta priorizada pelo Presidente Rodrigo Maia.

Outra questão é o corte orçamentário que o Presidente Bolsonaro ataca principalmente em relação à saúde na ordem de 35 bilhões de reais, fragilizando o SUS, que é um dos maiores programas de saúde pública do mundo. Se nós não tivéssemos o SUS, possivelmente o processo desta curva exponencial de mortes, que já é tão alta e que o Presidente e o Ministro da Saúde não levam em consideração, seria pior ainda.

Agora, vejam bem: enquanto o SUS tem um corte de 35 bilhões de reais, afetando o sistema, desmontando o Programa de Saúde Mental e tantos outros programas, como o de vacinas retrovirais, o que percebemos é que as Forças Armadas têm o orçamento de quase 150 bilhões de reais.

Como é que estamos no processo de pandemia, de queda na economia, e é prioritário neste momento nós fortalecermos o orçamento para obtermos submarino atômico, pela Marinha, lançadores de mísseis, pelo Exército, construção de aviões de porte, pela Aeronáutica, quando a prioridade deveria ser políticas sociais, como educação, saúde, assistência social, agricultura, cultura e tantas outras!? Neste momento, repito, enquanto o mundo enfrenta a COVID, as Forças Armadas têm o orçamento de 150 bilhões de reais e não teve a capacidade tecnológica, até hoje, de construir um respirador.

E diga-se de passagem, no período em que o Presidente Collor assumiu o comando do País, o Brasil era um dos principais produtores de respiradores artificiais do mundo. Quando o Collor assumiu, ele desmontou a indústria nacional. Hoje os respiradores estão concentrados em um único país, que é a China, que produz 85% de

respiradores do mundo, porque houve este processo de desmonte da indústria não só nacional, mas também em vários países.

Então, temos que discutir o orçamento como prioridade, extrapolando até a questão de ordem biológica. É claro que há uma visão em que o Estado tem um poder preponderante na economia, como faz a defesa do PT e os partidos de esquerda. Há a visão clássica liberal em que o Estado não deve participar da economia, naquela visão de Adam Smith, aquela visão clássica. Mas teria que haver unidade de ação entre nós, independentemente da polarização ideológica. Em primeiro lugar, deveríamos fazer a defesa da vida, Deputado Miranda. Não existe uma programação de vacinação, de compra de seringa. Isso é gravíssimo!

Deveria haver um pacto pela vida e a discussão das prioridades, canalizando recursos do Orçamento para a saúde, para o sistema SUS, para questões retrovirais, para não aceitar o desmonte que está sendo feito em relação ao Programa de Saúde Mental, que está atacando diretamente moradores em situação de rua.

O cenário dos economistas, independentemente de matriz ideológica, é que 2021 será um ano muito grave para a economia, deverá aumentar o desemprego. O desmonte vai aumentar essa população que mora em situação de rua. Esse programa foi totalmente extinto. Isso é muito grave!

Por isso faço um apelo para que tenhamos capacidade, nesta reta final, de pautar projetos que sejam uma ponte para o Brasil - e eu enxergo neste momento que são as políticas sociais, sim. Já tivemos o desmonte que foi feito contra o FUNDEB, que tinha sido uma vitória, quando se constitucionalizou. Mas quando ele veio para a sua regulamentação, foi desmontado, retiraram o poder público gratuito e estabeleceram o processo para a iniciativa privada.

Neste momento, devemos ter um olhar para a Saúde. Não podemos aceitar o desmonte do SUS. Para se manter o SUS, que está na Constituição, e haver o controle social, é necessário o orçamentário e o financeiro. Se depender do General Pazuello, ele não tem compromisso. Se depender do Presidente Bolsonaro, ele também não tem compromisso.

Sr. Presidente, o Bolsonaro, hoje, sem dúvida alguma, não defende a vida. Ele é o anjo da morte.

Muito obrigado.

127.2020

Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/12/2020-
CD 16:56

Publ.: DCD - 15/12/2020 - SÂMIA BOMFIM-PSOL -SP

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Existência de motivos para o impeachment do Presidente Jair Bolsonaro. Prática de crime contra a saúde pelo Presidente da República, demonstrada no negacionismo da epidemia de coronavírus e na recusa à imunização do povo brasileiro contra a doença. Determinação ao Presidente da República pelo Supremo Tribunal Federal de apresentação, no prazo de 48 horas, de plano nacional de vacinação contra a Covid-19. Anúncio da criação de comitê para acompanhamento do plano nacional de imunização.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Primeiro, quero dizer que concordo com o Deputado de que há uma série de escândalos e motivos óbvios para que se leve adiante um dos mais de 40 pedidos de *impeachment* que há contra o Presidente Bolsonaro.

Cada vez fica mais explícito o quanto ele aparelha as instituições brasileiras única e exclusivamente para defender os seus filhos. Ele se utiliza de toda a estrutura política do poder do Estado brasileiro para defender a sua própria família. Agora nós temos mais um motivo. Talvez ouse dizer que esse seja o mais grave de todos.

Não só desde o início da gestão Bolsonaro, mas, principalmente, desde o início da pandemia da COVID-19 no Brasil... A COVID-19 já acometeu mais de 180 mil brasileiros e brasileiras, que morreram não só por falta de atendimento, muitas vezes, no SUS, por falta de leito ou por não resistirem ao tratamento, mas também morreram em virtude do obscurantismo, das escolhas políticas do Governo Bolsonaro.

Agora nós estamos enfrentando algo que é escandaloso e quase inacreditável. Falo de o Governo se utilizar de todo o seu esforço possível para impedir que a população brasileira possa ser imunizada, para impedir que exista um plano de vacinação decente e à altura do que a população brasileira necessita.

É projeto, aliás, é intencional que não exista um plano de imunização no Brasil. Por que intencional? Desde o início da pandemia, a população brasileira morre de COVID-19, morre de fome. Quando nós falamos que este é um Governo genocida e que tem uma política deliberada de não se preocupar com o seu próprio povo, agora isso está cada vez mais explícito.

O Governo Bolsonaro só apresentou um plano de vacinação porque foi obrigado pelo Supremo Tribunal Federal, a partir de uma ADPF, que os partidos de Oposição - PSOL incluso - entraram no Supremo. No entanto, esse plano que foi apresentado não atinge nem um quarto da população brasileira. Esse plano é um grande absurdo.

Teoricamente, são somente os grupos de risco. No entanto, ele exclui uma série de grupos vulneráveis que estão mais suscetíveis à contaminação da pandemia da COVID-19, como, por exemplo, a população carcerária no Brasil. As pessoas com deficiência não estão contempladas como grupo de risco. Quando se trata dos trabalhadores da educação, ele manteve somente professores. Esqueceram que existe todo um corpo escolar necessário para que as aulas possam acontecer, para que os estudantes brasileiros possam ter o direito à educação garantido.

Para além disso, ele se utilizou de preconceito e de disputa política e eleitoral visando 2022, para excluir do rol das possíveis vacinas a Coronavac. Justo ela é produzida no Estado de São Paulo, no Instituto Butantan, que é um dos institutos mais renomados do mundo, que produz boa parte das vacinas brasileiras. Justo essa vacina está excluída do plano de vacinação.

Não bastasse isso, ele não apresentou uma data de início, não apresentou quais são as etapas, de que forma vai se desenvolver esse plano de vacinação. Sequer são garantidas seringas, agulhas e demais insumos para assegurar, de fato, que o nosso povo possa ser imunizado. Então, é um grandessíssimo escândalo.

Parece muito pouco, mas o documento que ele apresentou para o STF contava com 36 assinaturas de cientistas que não autorizaram em absoluto que seu nome fosse utilizado num plano tão ineficiente, ineficaz e pobre, que não serve de fato para atender às necessidades da população brasileira.

Por isso, é necessário que o Supremo Tribunal Federal siga atuante e vigilante, e, neste sentido, é muito positivo que o Ministro Lewandowski tenha pedido que em 48 horas o Governo Bolsonaro atualize o plano de vacinação, mas é necessário que se vá adiante. É necessário obrigar o Governo Bolsonaro a ter uma estruturação para o nosso País, para que a população possa ser vacinada, porque a vacinação é direito de todo o povo e a única possibilidade de nos livrarmos dos impactos sanitários e também dos impactos econômicos que esta pandemia trouxe para o nosso País.

Por isso, nós temos algumas propostas e vamos inclusive também apresentá-las na deliberação da MP que nós vamos votar no dia de amanhã. Uma delas é a criação de um comitê geral para lidar com o

plano de vacinação brasileiro, que inclua órgãos além do Ministério da Saúde, e conte com a participação do Congresso Nacional, do Supremo Tribunal Federal, das instituições de pesquisa e da sociedade civil para que, de fato, nós possamos ter uma cogestão do processo de vacinação.

Nós também achamos muito importante que os setores vulneráveis que foram excluídos do grupo de risco possam ser inseridos finalmente no plano de vacinação, que a meta seja de 100% da população brasileira vacinada, e não que haja somente a possibilidade de utilização das vacinas que já foram adquiridas. Se elas não foram adquiridas, que sejam. É nossa responsabilidade garantir inclusive recursos, porque isso é prioridade para toda a sociedade brasileira. Também é importante que o plano venha acompanhado de um processo de garantia de insumos, para que ele de fato possa ser executado, e que tenha a participação dos Estados e dos Governadores, que não podem mais seguir sendo boicotados por pura disputa política. Quem sofre com isso é a população que está na ponta.

Para concluir, é urgente nós darmos uma resposta. Este é o tema mais importante para o nosso País. Sem dúvida, é o tema mais importante. É a mesma divisão que nós vimos, no início da pandemia, do obscurantismo contra a vida. Agora, é a vacina *versus* o obscurantismo, é a vacina *versus* aqueles que querem que o povo siga morrendo e que a economia siga com dificuldade.

Por isso, é nossa tarefa no final deste ano garantir uma medida provisória e obrigar o Governo Bolsonaro a de fato implementar um programa de vacinação. Não é possível, eu acho que a única pessoa que sorri à toa com a população morrendo é esse genocida. Todos nós temos a obrigação de inverter essa lógica e garantir imunização para todo o povo brasileiro.

Obrigada.

Documento 214/513

| | |
|--|--|
| 127.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/12/2020- CD 19:44 |
| Publ.: DCD - 15/12/2020 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA |
| | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 32, apresentada ao Projeto de Decreto Legislativo nº 146, de 2020, sobre a instituição do marco legal das startups e do

empreendedorismo inovador; e a alteração das Leis de nºs 8.212, de 1991; 7.713, de 1988; 6.404, de 1976; 11.196, de 2005; e da Lei Complementar nº 123, de 2006. Indagação ao Presidente Jair Bolsonaro sobre a vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, neste caso a Minoria libera os Deputados, porque há avaliações distintas sobre o teor da emenda.

Permita-me neste minuto perguntar ao Presidente Bolsonaro quando vai começar a vacinação no Brasil. O Ministério da Saúde foi notificado pelo STF para, em 48 horas, dizer quando começa a vacinação. O plano que foi entregue no STF foi uma enrolação. O Presidente Bolsonaro ficou cuidando de cloroquina, dando cloroquina para ema, em vez de cuidar da vacina. Agora, o Brasil não tem plano de vacinação. São milhares e milhares de mortos, é o genocídio no Brasil, e o Presidente está brincando de cloroquina. Quando vai começar a vacina? Essa é a pergunta que o STF faz, é a pergunta do povo brasileiro.

Chega de genocídio! Cadê a vacina, Bolsonaro?

Documento 215/513

| | | |
|---|--|------------|
| 127.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/12/2020- CD | 19:52 |
| Publ.: DCD - 15/12/2020 - ELIAS VAZ-PSB -GO | | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Repúdio ao Veto Total nº 55, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 3.364, de 2020, relativo ao repasse de recursos aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em caráter emergencial, em face do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, com vista à garantia da prestação dos serviços de transporte público coletivo de passageiros, e ao reequilíbrio de contratos impactados pelos efeitos da Covid-19; e à alteração da Lei nº 10.233, de 2001.

O SR. ELIAS VAZ (PSB - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na semana passada, o Presidente Bolsonaro vetou o projeto de lei que esta Casa e o Senado aprovaram com relação à questão da ajuda ao transporte coletivo no País. O interessante é que o Presidente Bolsonaro não vetou a ajuda às empresas aéreas.

Eu tenho dito que parece haver um preconceito com quem usa esse transporte. É mais ou menos assim: as empresas aéreas não podem quebrar. Inclusive eu votei na questão da ajuda às empresas aéreas. Mas o transporte coletivo pode? Isso é porque pobre é que usa transporte coletivo. Se a questão for empresários, vamos pegar um exemplo muito simples: o dono da GOL é também um dos maiores empresários de transporte coletivo. Então, quando ele se constitui como empresário do setor de transporte aéreo, pode ter ajuda; mas, quando ele se constitui como empresário de transporte coletivo, não pode. Parece que há um preconceito com quem usa. O transporte coletivo pode continuar piorando no País, porque quem vai pagar o pato é o usuário e o trabalhador que ganha pouco.

Documento 216/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 127.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/12/2020- CD | 20:04 |
| Publ.: DCD - 15/12/2020 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 7, apresentada ao Projeto de Decreto Legislativo nº 146, de 2020, sobre a instituição do marco legal das startups e do empreendedorismo inovador; e a alteração das Leis de nºs 8.212, de 1991; 7.713, de 1988; 6.404, de 1976; 11.196, de 2005; e da Lei Complementar nº 123, de 2006. Solicitação ao Governo Federal de informações sobre o início da vacinação contra a Covid-19. Determinação ao Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Augusto Heleno, e ao Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, Delegado Alexandre Ramagem, pela Ministra do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia, de esclarecimento no prazo de 24 horas, sobre relatório elaborado pela ABIN em benefício do Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, neste caso, a Minoria libera, porque houve divergência com o PDT, que também liberou a bancada.

Aqui há o entendimento de alguns de que se trata de medidas benéficas para *startups*, mas a maioria, o PT, o PSOL, o PCdoB, acha que isso está com o conceito de *startup* muito ampliado e que essa tributação significaria permitir uma isenção de imposto não justa, até pelo tamanho das *startups*, que não conseguimos diminuir. Neste caso, nós vamos liberar.

Eu aproveito esses 20 segundos que me restam para fazer outra pergunta ao Governo. Sobre a vacina, eles não respondem quando será. Agora, a Ministra Cármen Lúcia deu 24 horas para o General Heleno explicar, junto com Ramagem, o que fizeram com aquele relatório da ABIN sobre Flávio Bolsonaro, crime terrível de responsabilidade, merecedor de *impeachment*.

Documento 217/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 127.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/12/2020- CD 21:24 | |
| Publ.: DCD - 15/12/2020 - JOICE HASSELMANN-PSL -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Apelo ao Presidente Rodrigo Maia de votação do Projeto de Lei nº 5.029, de 2020, acerca da participação da União no Fundo Garantidor de Operações - FGO, no montante equivalente ao dos recursos a ela devolvidos, em conformidade com os §§ 4º e 5º do art. 10 da Lei nº 14.043, de 2020, (aval às linhas de crédito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - PRONAMPE). Apoio da oradora ao editorial Vacinação já! Basta do descaso homicida de Bolsonaro! Quase nada importa mais que a imunização! publicado pelo jornal Folha de S.Paulo.

A SRA. JOICE HASSELMANN (Bloco/PSL - SP. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu já estava com saudades desta tribuna.

Obrigada, Deputado Vinicius Poit, querido amigo, pelo elogio. De elogio de amigo nós desconfiamos, mas eu acredito que V.Exa. gostou do corte. Obrigada.

Antes de entrar no assunto, Sr. Presidente, quero rapidamente fazer um apelo ao Presidente desta Casa, o Deputado Rodrigo Maia: que paute o mais rapidamente possível a urgência para a votação da terceira fase do PRONAMPE.

Como V.Exas. sabem, eu relatei a primeira fase do PRONAMPE nesta Casa. É um projeto do Senador Jorginho Mello que tem como Relatora a Senadora Kátia Abreu, no Senado, que foi aprovado lá. Já há 307 assinaturas, que eu consegui com os Líderes desta Casa - e agradeço a todos eles -, para que possamos levar o projeto adiante, votar a terceira fase e trazer mais 10 bilhões de reais para o pequeno e o microempreendedor manterem as portas abertas neste tempo de

pandemia e também, obviamente, manterem os empregos.

Conversei na semana passada com o Presidente Rodrigo Maia, conversei também hoje. Havia até o compromisso de que a urgência do projeto estivesse na pauta, mas infelizmente não entrou na pauta. Então, fica registrado daqui o meu apelo público, Sr. Presidente, para que nós possamos, o mais rapidamente possível, socorrer essas pessoas que precisam dessa linha de crédito com juro baixo.

Agora, entrando no assunto primordial que me trouxe aqui, aviso que estou falando por mim, e não pelo meu partido. Falo por mim, Joice Hasselmann, Deputada Federal.

Eu quero ler o editorial do final de semana da *Folha de S.Paulo*. Muitos podem dizer: "*Mas Joice, a Folha de S.Paulo? Você não criticou muitas vezes algumas abordagens da Folha de S.Paulo?*". Sim, critiquei, porque em alguns momentos acho que há uma puxada ideológica um pouco excessiva, mas este editorial merece ser lido desta tribuna, porque representa a voz de milhões e milhões de brasileiros.

Vacinação já!

Basta do descaso homicida de Bolsonaro! Quase nada importa mais que a imunização!

Passou de todos os limites a estupidez assassina do presidente Jair Bolsonaro diante da pandemia de coronavírus. É hora de deixar de lado a irresponsabilidade delinquente, de ao menos fingir capacidade e maturidade para liderar a nação de 212 milhões de habitantes num momento dramático da sua trajetória coletiva. Chega de molecagens com a vacina!

Mais de 180 mil pessoas morreram de Covid-19 no Brasil pela contagem dos estados, subestimada. A epidemia voltou a sair do controle, a pressionar os serviços de saúde e a enlutar cada vez mais famílias. Trabalhadores e consumidores doentes ou temerosos de contrair o mal com razão se recolhem, o que deprime a atividade econômica. Cego por sua ambição política e com olhos apenas em 2022, Bolsonaro não percebe que o ciclo vicioso da economia prejudica inclusive seus próprios planos eleitorais.

O presidente da República, sabotador de primeira hora das medidas

sanitárias exigidas e principal responsável por esse conjunto de desgraças, foi além - eu vou repetir: o presidente da República, sabotador de primeira hora das medidas sanitárias exigidas e principal responsável por esse conjunto de desgraças, foi além. Sua cruzada irresponsável contra o governador João Doria esbulhou a confiança dos brasileiros na vacina. Nunca tão poucos se dispuseram a tomar o imunizante, segundo o Datafolha.

Com a ajuda do fantoche apalermado posto no Ministério da Saúde, Bolsonaro produziu curto-circuito numa máquina acostumada a planejar e executar algumas das maiores campanhas de vacinação do planeta.

Como se fosse pouco, abarrotou a diretoria da Anvisa com serviços do obscurantismo e destruiu a credibilidade do órgão técnico.

Abandonada pelo governo federal, a população brasileira assiste aflita ao início da imunização em nações cujos líderes se comportam à altura do desafio. Não faltarão meios jurídicos e políticos de obrigar Bolsonaro e seu círculo de patifes a adquirir, produzir e distribuir a máxima quantidade de vacinas eficazes no menor lapso temporal.

O caminho da coerção, no entanto, é mais acidentado e longo que o da cooperação entre as autoridades federais, estaduais e municipais. Perder tempo, neste caso, é desperdiçar vidas brasileiras, o bem mais precioso da comunidade nacional.

Basta de descaso homicida! Quase nada mais importa do que vacinas já - e para todos os cidadãos.

Eu confesso a V.Exas. que leio esse editorial com tristeza. Não gostaria de fazê-lo.

Cito uma frase, Sr. Presidente da República - e digo isto com pesar, e digo isto de coração aberto -, uma frase de um ex-Ministro seu, que foi dita recentemente numa entrevista, o Ministro Mandetta, que comandou a área da saúde. Ele disse: "*Não importa o tamanho do gato, e não importa a cor do gato. Nós temos é que matar o rato*". Não importa a cor do gato, Sr. Presidente da República. Não importa se o gato é vermelho, se o gato é azul, se o gato é branco ou preto, se o gato é da Esquerda, se é da Direita ou é do Centro, se o gato é um Governador que, eventualmente - quem sabe um dia? -, pode vir a disputar a Presidência da República contra o senhor. Não importa. Nós temos que matar o rato. Pessoas estão morrendo. Famílias permanecem enlutadas enquanto há uma disputa burra, insana. Por quê? Por quê?

Sr. Presidente, eu quero que o senhor, que gosta tanto de ser machão

e se orgulha disso - isto eu posso dizer porque fui Líder do seu Governo -, que se orgulha de ser machão, muito macho, seja macho o suficiente para, mais do que agredir mulheres, como agrediu a mim e a tantas outras, mais do que mudar cargos no Governo para proteger o seu filho, mais do que agredir desafetos políticos, que o senhor seja macho para enfrentar de fato o vírus, para enfrentar a COVID-19. Quem protege seus pais e avós, quem protege seus filhos, Presidente Bolsonaro, não é maricas, e também não é macho quem coloca essas pessoas em perigo. É isso o que lamentavelmente o senhor tem feito.

Eu não vim aqui esbravejar nem fazer uma crítica descabida, muito menos ideológica, Sr. Presidente. Rasgo a ideologia neste momento. Que se danem a Esquerda, a Direita ou o que quer que seja! Pense em vidas, porque é nisso que nós precisamos pensar. Essa é a responsabilidade de cada um dos que estão aqui, que têm mandato, que foram escolhidos pelo voto do povo, mas sobretudo, Presidente Bolsonaro, essa é a sua responsabilidade, como Chefe desta Nação, como dono dessa caneta Bic de que tanto se orgulha. Use essa caneta, essa macheza, essa força que o senhor diz que tem para o bem, e não para o mal.

Mostre que tem mais do que crueldade, mostre que o senhor tem de fato um coração e uma alma.

Hoje, logo mais - amanhã talvez ou hoje ainda -, muitos seguidores fantoches dessa tropa estarão na Internet tentando de qualquer maneira desqualificar o que eu estou dizendo aqui. É aquela milícia digital que nós bem conhecemos. Pois vou dizer que não tenho medo. Eu já provei, depois de mais de 1 ano de ataques cerrados todos os dias, que não desisto de fazer o que é certo nem de falar o que é certo. Então, podem falar, podem criticar. Sim, eu li um editorial da *Folha de S.Paulo*, e a *Folha* está coberta de razão.

Chega, Presidente Bolsonaro! Pense na vida dos brasileiros, pense na vida de todos nós.

Muito obrigada, Presidente.

Documento 218/513

| | | |
|--|--|-----------------------|
| 128.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/12/2020- CD | 16:12 |
| Publ.: DCD - 16/12/2020 - ERIKA KOKAY-PT -DF | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | DISCUSSÃO DISCURSO |

Sumário



Vinculação direta entre o armamento da população civil e o aumento dos homicídios e da violência. Desprezo do Presidente da República aos familiares das vítimas da Covid-19. Inexistência, no âmbito do Governo Federal, de plano de desenvolvimento socioeconômico do País. Repúdio ao rentismo e ao capitalismo improdutivo reinantes no Brasil. Discussão do Projeto de Lei Complementar nº 101, de 2020, acerca da instituição do Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal; do Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal, e da alteração de diplomas legais.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, primeiro, é preciso deixar de açoitar a ciência, é preciso deixar de açoitar a democracia. É preciso deixar de açoitar a ciência! Todos os dados indicam que as armas que os bandidos usam são armas que tiveram origem legal. E todos os dados indicam que, quanto mais armada uma população, mais homicídios e mais expressões de violência vão ocorrer. Então, não dá para ficar açoitando a ciência, não dá para se construir uma realidade que desrespeita a dor das pessoas neste País.

Não dá para dizer, como disse o Presidente da República, que o Brasil foi um dos melhores países no enfrentamento da COVID-19. Nós temos 181 mil mortos. Mas que desprezo com a dor das pessoas, que desprezo! Que desprezo, inclusive com este País!

Nós estamos com o teto de gastos estabelecido a partir da Emenda Constitucional nº 95, de 2016, e diziam que isso atrairia investimentos para o Brasil e que seria a solução para os problemas brasileiros. E aí vem uma lógica fiscalista de punição dos servidores e servidoras, sem considerar que 75% dos servidores e servidoras deste País são da saúde e da educação. Neste País, nós temos heróis e heroínas, e não são os que vestem fardas, não são os que ocuparam o Ministério da Saúde para serem ventríloquos, sabujos do que é emanado do Presidente da República. Os heróis e heroínas, neste País, vestem jalecos.

E aqui nós estamos com uma proposição que trata de refinanciamento para Estados que já estão com a capacidade de financiamento, de refinanciamento das suas dívidas ou de endividamento muito limitada, mas que prejudica os servidores, faz uma interferência, rompe, inclusive, a autonomia de Estados e Municípios para construir seus instrumentos estratégicos, para elaborar projetos de desenvolvimento nacional.

O Brasil não tem projeto de desenvolvimento nacional. É o discurso compulsivo de Paulo Guedes, que diz que a reforma trabalhista, que a reforma previdenciária e que a reforma administrativa vão resolver os problemas o Brasil. Isso tem aprofundado os problemas no Brasil. Hoje

11% dos endividados no Brasil fizeram dívidas para comprar alimentos - alimentos! - e para pagar despesas básicas; e mais de 50% dessas dívidas são em cartão de crédito, com juros de 317%. E o Governo, que não limita nenhuma despesa financeira, que tem um rentismo do capitalismo improdutivo, não vai acionar as cadeias produtivas para o desenvolvimento nacional e busca impor essa lógica para Estados e Municípios, impor a lógica privatista, impor a lógica de retirada de direitos, criando os inimigos imaginários que esse Governo cria - ora são educadores, ora é a escola, ora são profissionais de saúde.

Por isso, não têm como nós aprovarmos uma proposição que prejudica servidores, que prejudica o Estado e que leva a uma lógica fiscalista que não tem dado respostas aos grandes problemas nacionais. Essa proposta reafirma este mesmo processo, como jogadores compulsivos.

O Brasil não está em jogo, nem Estados e Municípios podem fazer parte dessa jogatina que está estabelecida a favor do mercado improdutivo pelo Governo Federal.

Documento 219/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 128.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/12/2020- CD | 17:08 |
| Publ.: DCD - 16/12/2020 - GIOVANI CHERINI-PL -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Observância do bom senso na discussão da vacina da Covid-19. Alerta sobre as consequências advindas do açodamento na vacinação contra a doença.

O SR. GIOVANI CHERINI (Bloco/PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Rodrigo Maia, eu estava ouvindo atentamente as falas dos nossos colegas Parlamentares. Eu realmente comungo com algumas ideias; outras, eu acho muito estranhas.

Primeiro, nós não temos nenhuma vacina ainda registrada na ANVISA. Então, qual é a vacina que nós estamos discutindo, se ela não existe?

Segundo, quem vai ser o responsável, na medida em que a ANVISA aprovar uma vacina, que representa a ciência, pelas sequelas que porventura as pessoas que tomarem a vacina vão acabar tendo? O Sistema Único de Saúde é que vai pagar essa conta, com as sequelas, com os efeitos colaterais? Ou os laboratórios que criaram a vacina? Eu penso que quem deveria ser responsabilizado é o produtor da vacina,

que vai receber lucros, que vai receber dinheiro pela vacina que vai vender.

Nós precisamos, quem sabe, de uma apólice de seguro para o cidadão, porque é uma vacina que foi fabricada muito rapidamente e sobre a qual nós temos muitas dúvidas em relação à terceira fase. É óbvio que todo mundo gostaria de ter uma vacina eficiente, mas há uma forçação de barra no sentido de se discutir a aplicação da vacina sem ela existir. Mesmo a vacina que está sendo usada nos Estados Unidos é de forma experimental e emergencial, armazenada a 70 graus negativos. Não seria possível nós termos uma vacina dessa natureza.

Então, nós precisamos ter bom senso e não fazer nenhuma discussão ideológica em relação à vacina. Todo mundo quer a vacina, mas uma vacina que não vá dar problemas, como alergias, dor de cabeça e outros efeitos colaterais. Nós precisamos dar segurança para a população.

Na medida em que não houver segurança, o Estado vai assumir o papel que é do laboratório? Ou será o cidadão que quiser tomar a vacina - e aí é da responsabilidade dele, como acontece nos consultórios médicos? Em procedimentos médicos, inúmeras vezes, eu já assinei a minha responsabilidade pela intervenção médica, com a minha consciência e ciência de saber que eu estou fazendo alguma coisa que envolve algum risco. E isso faz com que o cidadão tenha mais cuidado.

Precisamos zerar essa discussão e ter uma vacina segura, com bom senso, acima de tudo, com a ciência que tantos falam neste plenário, e aprovar algo sobre o que possamos dizer: *"Olha, vai ser bom para a população, vai erradicar esse vírus e nós vamos poder sobreviver daqui a 5 anos, 8 anos ou 10 anos"*. É isso que precisa ser feito. Não é botar a carroça na frente dos bois e querer fazer vacina na marra ou obrigar a população a tomar a vacina. Que absurdo!

Para fazer vacina tem que fazer campanha de vacinação, e não forçar ou até obrigar a ANVISA a aprovar uma vacina.

Presidente, precisamos de bom senso nessa hora. Nada melhor do que isso para realmente se ter uma vacina eficiente, que cada um, de acordo com a própria consciência, tome livremente. E nada de obrigação! Obrigado é pau de arrasto morro acima. Não podemos aceitar isso.

Obrigado, Sr. Presidente.

128.2020

Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/12/2020-
CD 17:12

Publ.: DCD - 16/12/2020 - MARCELO FREIXO-PSOL -RJ

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Discussão mundial da vacina contra a Covid-19. Vinculação entre a visão negacionista do Presidente Jair Bolsonaro e a ocorrência de 180 mil mortes no País provocadas pelo coronavírus. Defesa da realização de ampla campanha nacional de vacinação contra a doença. Inoportunidade do discurso proferido por filho do Presidente da República, a respeito do armamento da população civil. Envolvimento do clã Bolsonaro com milicianos.

O SR. MARCELO FREIXO (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o grande debate que o mundo está fazendo hoje é sobre a questão da vacina no enfrentamento à pandemia. Hoje, não há nenhum lugar do mundo - nenhum lugar do mundo, repito! - onde o debate sobre a vacina ou o debate científico esteja sendo judicializado. Não há nenhum lugar no mundo, no planeta, em que o tema da vacina seja tratado pelo Poder Judiciário ou com bandeiras ideológicas.

A sociedade mundial hoje está comemorando nos lugares onde a vacina será aplicada por uma simples razão: é um avanço científico salvando vidas.

O Brasil tem mais de 50 anos de experiência, através do SUS, de um trabalho muito importante com vacinas. É um serviço que tem eficácia e universalidade, que atingiu toda a sociedade com grande eficácia. É só lembrar-se do episódio em relação à meningite, em relação ao sarampo. Nós erradicamos doenças importantes através de um trabalho de saúde pública com vacinas.

Esse retrocesso todo que estamos vendo, que muito tem a ver com o Governo Bolsonaro, com essa onda bolsonarista, com esse negacionismo tão absurdo, já é responsável por 180 mil mortes. Foram 180 mil mortes de brasileiros. Isso precisa ser superado. Precisamos de uma grande campanha de vacinação pelo Brasil inteiro, Deputado.

Hoje, Presidente, é necessário fazer com que as diferentes regiões sejam atendidas. O Congresso deve assumir a sua potência e a sua responsabilidade diante disso, e que o SUS seja, sem dúvida alguma, o grande instrumento para guiar uma política de vacinação nacional. É isso o que a sociedade espera hoje, o que a população aguarda hoje.

Deputado Afonso Florence, o filho do Presidente, há pouco, citou-me no plenário, falando em armas. Como pode alguém, neste momento,

estar falando em armas, enquanto o mundo inteiro está falando em cura, em vida? Não, ele está propondo armas, e cita até o meu nome, mesmo de maneira absolutamente equivocada e mentirosa.

Eu quero dizer que o que estamos observando claramente é uma cortina de fumaça sobre ele falar em armas. Quero explicar algo para ele muito rapidamente. Eu ando com segurança armada por uma razão só: eu enfrentei as milícias, ao contrário do pai do Deputado Eduardo Bolsonaro, que defendeu as milícias. Se eu não tivesse enfrentado as milícias, talvez, eu pudesse andar como ele. Eu não ando armado. Tenho uma escolta armada porque eu enfrentei as milícias, milícias que ocuparam o gabinete do irmão dele, milícias que ocuparam muito o imaginário e tiveram o apoio do pai dele, que hoje, lamentavelmente, preside esta República. Essa é a razão de eu andar com escolta. Não é outra. Se vocês enfrentassem as milícias, talvez, o Rio não estivesse numa situação tão difícil e talvez seu irmão, em breve, não precisasse ser preso - e, provavelmente, você vai ter que visitá-lo na cadeia.

Então, Presidente, o nosso tema é referente à vacina. Não vamos aceitar cortina de fumaça, para falar de armas ou de outros assuntos. Vamos falar de vida, de SUS e de respeito aos brasileiros.

Documento 221/513

| | | |
|---|------------------------------------|---------------|
| 128.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária | - 15/12/2020- |
| | CD | 17:16 |
| Publ.: DCD - 16/12/2020 - CARLOS SAMPAIO-PSDB -SP | | |
| CÂMARA | DOS | COMO LÍDER |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Relevância do debate a respeito da vacina da Covid-19. Apelo à Casa de aprovação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 5.503, de 2020, a respeito da aquisição de vacinas contra a Covid-19.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, cumprimento V.Exa. e todos os Líderes.

Estamos vendo que o tema da vacina é recorrente neste plenário. Obviamente, esse é um dos assuntos mais importantes, se não o mais relevante, do País neste momento, em que vivenciamos novamente o aumento do surto de COVID-19 em todo o País.

Peço vênha para dizer aos colegas que ontem, preocupado evidentemente com o tema, protocolizei o Projeto de Lei nº 5.503, de 2020 - e nós conseguimos 287 assinaturas, mais do que as 257



necessárias -, para que pudéssemos votar hoje, em regime de urgência, o dispositivo sobre o qual falarei agora.

É um projeto de lei que na verdade não muda muito a realidade que nós temos no Brasil hoje, aprovada pelo Congresso Nacional, sobre distribuição de medicamentos. Como é que funciona hoje a questão dos medicamentos? O Congresso Nacional autorizou, por meio de uma medida provisória que se tornou lei, que todo e qualquer medicamento aprovado por quaisquer das quatro agências mais importantes do mundo terá condições de ser vendido no País. A ANVISA terá exatamente o período de 72 horas para aprová-lo. Se ela não aprovar esse mesmo medicamento aprovado por uma das quatro agências, a aprovação será por decurso de prazo. Passadas 72 horas, será possível a venda desse medicamento no País. E por quê? Porque o medicamento contra COVID é uma realidade à qual nós temos que dar total respaldo no País.

Com relação à vacina, nós queremos o mesmo protagonismo. Toda e qualquer vacina que for autorizada ou registrada em qualquer uma dessas agências poderá ser adquirida pelo País, tendo a ANVISA o prazo de 72 horas para aprová-la e, em não o fazendo, ela estará automaticamente aprovada por decurso de prazo.

Isso não tem nada a ver com a MP que o Governo acaba de enviar, porque ele não exige nem o registro nem a autorização emergencial, como nós estamos propondo no projeto de lei. A MP propõe que haja a aprovação, e o conceito de aprovação por uma dessas agências tem a questão de interpretação por trás, que faz com que a ANVISA possa demorar dias ou até 1 mês para dar a aprovação eventual.

Louvo aqui o esforço do Deputado Geninho Zuliani, que está relatando a MP, mas ela, tal como colocada, não dá segurança nem tranquilidade ao País de que as vacinas aprovadas por outras agências respeitadas mundialmente possam ser aqui aprovadas.

Se aprovarmos o projeto de lei em regime de urgência, daí sim, repito, a ANVISA terá 72 horas e, em não o fazendo, a aprovação dar-se-á por decurso de prazo. Peço a todos que se somem a nós neste esforço para aprovar o regime de urgência. Eu já falei com o Presidente Rodrigo Maia e ele se prontificou a colocá-lo na pauta.

Conversando ainda com o Deputado Alessandro Molon, verifiquei que S.Exa. tem um projeto que diz respeito exatamente ao tema em questão. Por essa razão, o Deputado Molon pediu para subscrever o projeto que apresentamos. Nós não só acatamos esse pedido, como lhe agradecemos pelo fato de poder ser coautor desse projeto. Eu também convido os demais pares, para que façamos um projeto de coautoria. É fundamental que nós tenhamos esse instrumento objetivo

para a aquisição de vacinas (*falha na transmissão*) que o mundo, para podermos prover e ter as vacinas necessárias para aplicar em todos os cidadãos.

Nós aqui ainda estamos discutindo com o Supremo Tribunal Federal, já tendo essa corte inclusive determinado que haja uma definição do plano de vacinação. Só que se não dermos autorização para que possam ser adquiridas as vacinas aprovadas por essas quatro agências de respeitabilidade internacional, a ANVISA pode tornar-se inerte diante de uma ação concreta para a aquisição dessas vacinas.

Por isso, eu peço aos colegas e demais Líderes apoio para que possamos aprovar, o quanto antes, a urgência da proposta que temos para facilitar a vinda de vacinas para o País.

Documento 222/513

| | | | |
|----------------------------|-------------------------------|---------------------------------------|----|
| 128.2020 | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa 15/12/2020-17:44 | |
| Publ.: DCD 16/12/2020 - | IVAN VALENTE-PSOL -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO | DE |

Sumário

Pedido à Presidência de inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, sobre os direitos dos trabalhadores em empresas de aplicativos, lotados no setor de entrega de mercadorias e alimentos, durante o estado de calamidade pública decorrente da epidemia de coronavírus. Defesa da devolução de medida provisória ao Poder Executivo, diante da exigência aos cidadãos brasileiros da assinatura de termo de responsabilidade para vacinação contra a Covid-19.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria tratar de duas questões neste tempo que V.Exa. me concede. A primeira: colocar definitivamente em votação, até o final do ano, o PL 1.665/20, sobre direitos das pessoas que prestam serviços a aplicativos de entrega. A propósito, o Deputado Trad realizou um enorme trabalho de costura política com o Deputado Israel Batista e tantos outros. Eu pediria a V.Exa. que incluísse esse projeto na pauta de votações, em favor de milhões de trabalhadores. Nós temos votado muitos projetos da pauta econômica, mas temos votado poucas proposições da pauta que interessa a uma grande maioria de consumidores e de trabalhadores. Esse texto trata de questões

importantíssimas.

O estado de calamidade pública em decorrência da pandemia ainda está em vigor. Termina no dia 13. Haverá que se fazer uma legislação nessa direção. Nós poderíamos sair com esse saldo. Eu peço a V.Exa. que paute essa matéria. O Deputado Trad, o Relator, tem o maior interesse nessa votação também.

A segunda questão, Presidente, diz respeito à medida provisória sobre as vacinas que está para ser enviada a esta Casa. Matéria da *Folha* diz que o Relator dessa possível medida provisória - acho que ela ainda não foi numerada -, o Deputado Geninho Zuliani, acata a sugestão do Presidente Bolsonaro de que o cidadão assine um termo de responsabilidade para tomar a vacina. Bolsonaro quer que o sujeito leia a bula. Bolsonaro acha que a ANVISA não serve para nada. Então, para que serve a ANVISA?

Nos Estados Unidos, a FDA liberou a vacina da Pfizer, já liberou a vacina da Moderna. Eles já estão aplicando a vacina. Em outros países, também já estão sendo aplicadas vacinas - a Rússia está aplicando a sua vacina. E quem assume a responsabilidade? O Governo. Se houver problema, é lógico que a empresa também pode assumir a responsabilidade. Agora, no Brasil, que tem reconhecimento internacional por ter erradicado a paralisia infantil, a poliomielite, o sarampo e tantas outras doenças, um país que é exemplo para o mundo todo no que se refere a vacinação, o cidadão vai ter que assinar um termo de responsabilidade? Ainda nem começamos a vacinação, não temos data definida, não temos vacina aprovada, e ele está promovendo insana luta político-ideológica.

Então, Presidente, se vier MP que estabeleça esse termo, eu acho que ela deveria até ser devolvida. Não se pode jogar para o cidadão uma responsabilidade que ele não tem nem pode ter.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Obrigado, Deputado Ivan.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Eu quero concluir dizendo que ele, com esse termo, induz o cidadão a não tomar a vacina. *"Assuma a sua responsabilidade, seu maricas. Você quer a vacina? Então assumo."*

Isso é um irresponsável, um insano que nem deveria estar na Presidência da República. Mas nós temos responsabilidade. O Supremo Tribunal Federal, o Congresso Nacional têm que ter responsabilidade.

Termo de responsabilidade para o povo? Nunca! Peço ao Deputado

Zuliani que reconsidere imediatamente essa afirmação que ele fez à imprensa neste momento.

Obrigado, Presidente.

Documento 223/513

| | |
|--|--|
| 128.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/12/2020- CD 18:08 |
| Publ.: DCD - 16/12/2020 - ANDRÉ FIGUEIREDO-PDT -CE | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA |
| | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Aprovação, pela Câmara dos Deputados, de medidas destinadas à mitigação dos efeitos da epidemia de coronavírus. Luta dos partidos oposicionistas pela votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, e consequente retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes, diante da crise gerada pela Covid-19. Queda do Brasil no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas - ONU. Aprovação pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2015, sobre a transformação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, em instrumento permanente de financiamento da educação básica pública. Indignação com retrocessos ocorridos no processo de regulamentação do FUNDEB. Aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 1.075, de 2020, sobre as ações emergenciais destinadas ao setor cultural durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, transformado na Lei nº 14.017, de 2020, (Lei Aldir Blanc). Desestímulo do Presidente Jair Bolsonaro à vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Protesto contra a isenção tributária na importação de armas de fogo. Apoio à realização de reforma tributária progressiva. Saudações ao Presidente Rodrigo Maia, aos Líderes partidários e aos Parlamentares.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos encerrando, nas próximas semanas, um ano completamente atípico não apenas em nosso País, mas na história da humanidade. Nós passamos por momentos de muita dificuldade, que levaram a óbito mais de 180 mil brasileiros, levaram ao desemprego e ao desalento 20 milhões de brasileiros e a uma informalidade recorde.

Felizmente, com uma ação muito efetiva desta Casa, nós conseguimos mitigar danos que poderiam ser irreversíveis na vida de ainda mais brasileiros e brasileiras.

Nesse período, conseguimos, logo nas primeiras semanas, aprovar um auxílio emergencial de 600 reais, que, sem dúvida alguma, evitou que muitas famílias, milhões de brasileiros pudessem vir a morrer de fome. Se não fosse a pandemia que os pegasse, talvez a fome levasse suas vidas.

E esta Casa foi muito diligente ao aprovar esse auxílio emergencial de 600 reais, quando, todos sabem, o Governo queria apenas 200 reais.

Estamos, agora, já no fim da vigência da Medida Provisória nº 1.000, e foi rebaixado o auxílio para 300 reais. Nós da Oposição lutamos para que fosse levada a voto, não será, a fim de que pudéssemos pelo menos discutir o retorno aos 600 reais. E, para o início do ano que vem, ainda existe uma obscuridade, porque não sabemos como será este auxílio, para que milhões de famílias brasileiras não entrem mais uma vez na fase nefasta de não saber o que comer ao fim do dia.

Cabe lembrar que o Brasil caiu no Índice de Desenvolvimento Humano, entre todos os países do mundo, da 79ª para a 84ª colocação, o que é uma situação extremamente desonrosa para um País da nossa magnitude. Nós somos o 6º País da América do Sul. Se formos fazer um comparativo com os nossos vizinhos argentinos, eles são o 46º, o Chile é o 43º, e nós estamos na posição de nº 84.

Colegas Parlamentares, esta Casa produziu muito. Esta Casa conseguiu, além evidentemente do auxílio emergencial, recuperar receitas que foram perdidas por conta da queda de arrecadação tributária neste período, quando o *lockdown* esteve presente. Esta Casa conseguiu fazer com que o FUNDEB fosse aprovado, lamentavelmente, em sua regulamentação, muitos retrocessos aconteceram - é verdade -, mas pelo menos a vontade do Governo de fazer com que o FUNDEB só pudesse ter vigência a partir de 2022, esta Casa de uma forma muito responsável não aceitou e colocou a vigência já a partir do início do ano que vem.

Esta Casa votou a Lei Aldir Blanc, que fez com que o setor da cultura pudesse também ter minorados os impactos negativos desta crise humanitária, desta crise sanitária, que se abateu sobre o nosso País e o restante do mundo.

Está faltando agora outro mecanismo, porque muitos Municípios não conseguiram ter acesso aos recursos. O ano já está terminando, e precisamos fazer algo. Ou o Governo edita uma medida provisória, ou esta Casa teria que se debruçar sobre algum normativo que possibilitasse a Estados e Municípios o acesso não a mais recursos, mas pelo menos àqueles que estavam no Fundo Nacional de Cultura até o fim do ano passado parados e que serviram para ajudar muitos

trabalhadores da indústria da cultura.

Nós agora estamos vivendo momentos em que finalmente a humanidade consegue encontrar, pelo menos, uma luz ao fim do túnel, em que nós possamos dizer que encontramos um caminho através de vacinas.

Enquanto vários países do mundo lutam para que as suas populações possam ser assistidas o mais rápido possível por essas vacinas - vários laboratórios já atingiram o nível 3 de pesquisas por várias agências reguladoras de saúde em âmbito mundial, de vigilância sanitária, como o FDA -, a ANVISA aqui patina, apesar de haver um instrumento normativo que diz que quando existem, tanto no FDA, quanto na agência europeia, quanto na agência chinesa, situações análogas, as vacinas poderiam ser importadas e conseqüentemente a nossa população assistida.

O que nós vemos?

Os Estados Unidos, cujo Presidente Donald Trump é ídolo do Presidente daqui, eles mesmos, com a responsabilidade que todos têm que ter com sua população, já começam a campanha de vacinação. Quanto ao daqui, com o que nos deparamos nas manchetes de jornais? Diz que vai exigir um termo de responsabilidade por cada pessoa que queira se vacinar. É um desestímulo quando um Presidente, que deveria ser o grande baluarte - qualquer Presidente de qualquer país teria de ser, e a grande totalidade deles assim o fez -, que deveria dizer que a vacina é necessária para extirpar esse mal e fazer com que o mundo volte à normalidade, não diz isso. Aqui nós vamos na contramão da história, e esta Casa mais uma vez terá de ter a responsabilidade de evitar que quaisquer relatórios que venham a ser emitidos em MPs ou em outros instrumentos normativos exijam esse termo de responsabilidade.

Se existe a aprovação da ANVISA, se existem pesquisas já no nível 3 de aprovação em vários locais do mundo, essas vacinas não fazem mal à saúde em nenhuma hipótese; muito pelo contrário, salvarão milhões de vidas.

Enquanto isso, o nosso Presidente continua fazendo das suas, continua trabalhando não para unir o Brasil, mas para cada vez mais criar instrumentos de divisão, jogar balões de ensaio...

Na semana passada, nós nos deparamos com a isenção tributária para armas importadas. Quer dizer, ele desagradou até a indústria nacional de armas, que era um dos seus instrumentos fomentadores de apoio.

Esta Casa poderia e deveria estar, caso o Poder Judiciário não se

antecipasse, também tendo de pautar um projeto de decreto legislativo para anular aquela portaria.

Mas, enfim, temos de pensar em 2021. Temos de pensar que o Brasil, graças ao Parlamento, graças ao Poder Judiciário, graças ao povo brasileiro, quer ver esses momentos difíceis passarem o mais rápido possível, e nós estaremos trabalhando para que, mais uma vez, o Parlamento dê essa lição. Em vez de pautarmos uma reforma administrativa que sucateia o Estado brasileiro, que demoniza o servidor público, possamos votar uma reforma tributária progressiva, uma reforma tributária que efetivamente tribute quem ganha mais e não quem ganha menos, como no caso de uma grande incidência sobre o consumo.

Nós precisamos fazer justiça social por meio das nossas leis, e esta Casa tem tido essa preocupação. Felizmente, somos de Oposição o PDT, o PT, o PSB, o PCdoB, o PSOL e a REDE. Conseguimos neste ano um grande diálogo com as forças de Centro e até mesmo com as forças mais da Direita, trabalhando muito para que o nosso Brasil possa ir adiante.

Quero fazer uma saudação à condução do Presidente Rodrigo Maia, quero fazer uma saudação a todos os Líderes partidários e a todos os Parlamentares que, com muita responsabilidade, ajudaram o Brasil a ter um novo caminho, a ter um caminho pelo qual pudéssemos ver que, não obstante termos uma chefia do Poder Executivo completamente despreparada e irresponsável, o Parlamento está cumprindo muito bem o seu papel.

Vamos à luta, companheiros! Vamos à luta, porque o ano ainda não terminou! Este não é um discurso de despedida, este é um discurso apenas de uma breve avaliação do que foi 2020.

Ainda temos muito que fazer até o dia 31 de dezembro, e, se Deus quiser, trabalharemos para que, em 2021, passada toda essa crise sanitária que a humanidade está vivendo, nós possamos, aqui no Brasil, construir um País bem melhor para se viver. Isso depende de cada um daqueles que acreditam em seus sonhos e suas utopias.

Teremos muita luta pela frente, e, se Deus quiser, muitas vitórias!

Muito obrigado.

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 30, apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 101, de 2020, sobre a criação do Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal; do Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal e a alteração de diplomas legais. Revogação, pelo Senado Federal, de alterações efetuadas pela Câmara dos Deputados no texto do Projeto de Lei nº 4.372, de 2020, a respeito da regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Indução dos brasileiros à não vacinação contra a Covid-19 pelo Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL vai votar "não" a esta proposta.

Eu queria aproveitar este momento para saudar a decisão do Senado Federal que reverteu a violação feita na Câmara que desfigurou a votação do FUNDEB. Lá no Senado, o dinheiro público voltou a ser para a escola pública. Eu espero que, quando a matéria retornar a esta Casa, a Câmara dos Deputados reveja a posição de desfigurar a PEC do FUNDEB e garanta mais esses 16 bilhões de reais à educação pública básica, valorizando o magistério.

Quero dizer também que hoje houve o registro de 964 óbitos no Brasil, e o Bolsonaro falou: "*Não me vacino, e ponto final*". Ele está induzindo a não vacinação, está sabotando a saúde pública.

Fora, Bolsonaro!

Documento 225/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 129.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/12/2020- CD | 19:56 |
| Publ.: DCD - 16/12/2020 - VINICIUS CARVALHO-REPUBLICANOS -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Apelo ao Governador do Estado de São Paulo, João Doria, de inclusão dos profissionais da área de segurança pública no cronograma de vacinação contra a Covid-19.

O SR. VINICIUS CARVALHO (REPUBLICANOS - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Boa noite, Presidente Kim e todos que nos acompanham neste instante.

Nós queremos falar sobre o plano que foi anunciado pelo Governador do Estado de São Paulo, João Doria, no último dia 7 de dezembro. Eu estou com a tela do computador aberta e vejo que o plano diz que vai se iniciar, no dia 25 de janeiro, a vacinação de várias categorias de pessoas, conforme suas prioridades. Serão vacinados, no dia 25 de janeiro, profissionais de saúde, indígenas, quilombolas e, no dia 15 de fevereiro, pessoas com mais de 75 anos. Enfim, há várias categorias de pessoas, cada uma com a sua prioridade.

Uma coisa me chamou a atenção ao eu ouvir uma entrevista do Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo. Por isso, estou usando o tempo da Liderança do Republicanos, para falar com o Governador João Doria, por intermédio deste canal. Se fôssemos pedir uma agenda, diante dos inúmeros compromissos do Governador, certamente não seria possível ele nos atender em tempo hábil. Meu pedido é que o Governador reflita sobre a categoria dos profissionais da segurança pública, tanto os policiais civis, como os policiais militares.

Imaginem os senhores e as senhoras se nós não tivéssemos a atuação da segurança pública não só no Estado de São Paulo, mas também no Brasil inteiro, nestes momentos de pandemia! Nós aplaudimos a atuação dos profissionais da saúde, que, em nenhum momento, deixaram de agir, ainda que colocassem em risco a própria vida, de acordo com o juramento que fizeram.

Num momento como este, em que se escolhem os profissionais da área da saúde, com muita justiça, para estarem entre aqueles que vão receber a primeira dose da vacinação, eu observo que, em nenhum momento, nem na primeira dose, nem na segunda, estão relacionados os profissionais da área da segurança pública. Isso, certamente, passou despercebido da equipe que assessora o Governador João Doria. Mas me chama a atenção o fato de que a campanha será organizada no Estado de São Paulo, ou seja, o Governo do Estado vai propor aos Municípios a adoção de normas especiais para a vacinação em farmácias, em quartéis da Polícia Militar, em escolas.

Há um contrassenso! O Governo de São Paulo vai utilizar os quartéis da Polícia Militar para vacinar as pessoas, mas não vai vacinar os profissionais da segurança pública, que, em nenhum momento, durante a pandemia, puderam trabalhar em *home office*, porque são da segurança pública, portanto têm que estar no enfrentamento diário da criminalidade, dando todo o suporte para que a sociedade vivesse e continue vivendo em segurança. É isso que também está acontecendo

com os policiais civis.

Eu vejo no *site* do Governo de São Paulo a estimativa de que o esquema de logística e de segurança pública para o plano estadual de imunização poderá envolver cerca de 79 mil profissionais, dos quais, 54 mil trabalhadores do setor de saúde e 25 mil agentes de segurança, entre policiais civis, guardas civis municipais e policiais militares. Em nenhum momento, no entanto, nós vemos a inclusão, no cronograma de vacinação, dos policiais militares e dos policiais civis.

Falou sobre isso o Dr. Gustavo Mesquita, Presidente da Associação dos Delegados, na entrevista que deu hoje, que nós acompanhamos pelas redes sociais. Ele disse que se trata de um ato de reconhecimento, um *múnus público*, por parte do Governo do Estado, que é o responsável por todos os trabalhadores da segurança pública. Não obstante ter seus responsáveis diretos em suas pastas, é o Governo do Estado o responsável.

Portanto, não podemos, Governador Doria, exigir da equipe de segurança pública, dos policiais civis e militares, especificamente em se tratando do Estado de São Paulo, que eles cumpram seu mister sem que o Estado lhes dê as mínimas condições para a segurança da própria saúde.

Eles continuam trabalhando dia e noite, ininterruptamente, para nos garantir a sensação de segurança que tanto almejamos. Num momento como este, imaginem se nós tivéssemos nossos policiais civis e militares fora das ruas! O que seria da nossa sociedade?

Diante disso, faço um apelo, usando este canal e o tempo da Liderança do Republicanos, para que a equipe que assessora o Governador João Doria leve ao seu conhecimento este pedido. Não é apenas o pedido de um Parlamentar, mas o pedido de um representante do povo. Diga-se de passagem, eu não faço parte de nenhuma área da segurança pública, eu não sou profissional da área da segurança pública, nem da Polícia Militar, nem da Polícia Civil. Por isso, eu fico bem à vontade para falar, porque nós lutamos e trabalhamos para que estes profissionais da segurança pública tenham, sim, o reconhecimento e a valorização do Estado para continuarem fazendo o trabalho que fazem com muita excelência.

Governador João Doria, eu conheço V.Exa., nós já estivemos juntos em algumas reuniões, eu sei da sua seriedade. Também acredito que tenha passado despercebido da sua assessoria e, principalmente, da percepção de V.Exa. o fato de que os profissionais da segurança pública, os policiais civis e militares do Estado de São Paulo, não podem e não devem estar fora deste cronograma de vacinação e, diga-se, do primeiro dia de vacinação, bem como os profissionais da saúde,

que recebem, sim, nossos aplausos por tudo o que têm feito no enfrentamento da COVID, uma luta de todos nós brasileiros.

Conto com o apoio dos Parlamentares ligados diretamente ao Governador Doria para fazerem chegar a ele este nosso pedido de reflexão e de alteração deste ponto no plano de imunização da população do Estado de São Paulo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 226/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 129.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/12/2020- CD | 21:16 |
| Publ.: DCD - 16/12/2020 - PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Pedido à Presidência de determinação aos Parlamentares de uso de máscara facial no plenário, para prevenção do contágio de coronavírus.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Eu queria chamar a atenção dos meus colegas aqui do plenário.

Nós votamos uma lei que obriga inclusive o uso de máscaras em ambientes fechados, e a Câmara dos Deputados foi muito rigorosa quando criou as próprias regras.

Eu quero dizer que fica muito mal para nós, uma instituição que faz as leis, estarmos aqui desobedecendo essa lei. Eu não sei se isso é querer mostrar que é diferente, dizer que não concorda. Agora, paciência, a lei foi feita para ser cumprida, e as regras da Casa também.

Eu queria que a Mesa garantisse a segurança de todos os Parlamentares. São meus colegas, tenho consideração e respeito por eles. Discordo dessa posição, mas penso que não podemos aceitar que as coisas funcionem dessa forma. Eu queria pedir ao Presidente da Mesa que fizesse com que os Parlamentares que estão sem máscara neste plenário se retirem ou que encerre a sessão. Vamos cumprir o que determinam as regras internas! Eu não me sinto segura estando neste plenário, um ambiente fechado, tendo me cuidado, tendo vindo aqui cumprir minhas obrigações todos os dias, esforçando-me para me cuidar, vendo três colegas transitarem sem máscara

dentro deste Parlamento. Se a pessoa não quer se cuidar, que pelo menos cuide do outro, porque aí está a necessidade do uso da máscara.

Eu quero pedir carinhosamente aos colegas que coloquem suas máscaras, sob pena de se retirarem do plenário ou de a Mesa encerrar esta sessão.

Documento 227/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 129.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/12/2020- CD | 21:28 |
| Publ.: DCD - 16/12/2020 - AFONSO FLORENCE-PT -BA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Pedido ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Davi Alcolumbre, e aos Líderes governistas de apreciação do Veto Parcial nº 46, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 735, de 2020, (Projeto Assis Carvalho), sobre as medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu queria aproveitar para registrar o nosso pleito ao Presidente do Congresso e aos Líderes do Governo e dos partidos para que nós incluamos na pauta de amanhã e votemos a derrubada do veto à Lei Assis Carvalho, uma lei que garante uma política para a agricultura familiar, que é quem produz alimentos no País. Nós estamos vivendo um momento de carestia de alimentos, mas não temos PRONAF, não temos PAA, não temos PNAE.

Por isso, faço essa reivindicação para que, amanhã, se possível, votemos os vetos, particularmente o veto à Lei Assis Carvalho de apoio à agricultura familiar.

Obrigado, Presidente.

Documento 228/513

| | | |
|--|--|------------|
| 129.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/12/2020- CD | 21:32 |
| Publ.: DCD - 16/12/2020 - ERIKA KOKAY-PT -DF | | |
| CÂMARA | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM |

Sumário

Dever do Parlamento brasileiro de apreciação de vetos presidenciais antes do encerramento da sessão legislativa. Pedido à Presidência de votação do Projeto de Lei Complementar nº 135, de 2020, sobre a alteração da Lei Complementar nº 101, de 2000, com vista à vedação da limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico, custeadas por fundo criado para tal finalidade; e da Lei nº 11.540, de 2007, para modificação da natureza e as fontes de receitas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, e a inclusão de programas desenvolvidos por organizações sociais entre as instituições com acesso aos recursos do FNDCT. Defesa de apreciação de vetos presidenciais, especialmente do Veto Parcial nº 46, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 735, de 2020 (Projeto Assis Carvalho), sobre as medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu penso que o Legislativo - e essa discussão deve estar pautada na eleição da próxima Mesa Diretora, mas não pode esperar - deve defender suas prerrogativas. Discutir os vetos é prerrogativa do Parlamento. É o Parlamento que deve dar a última palavra acerca das matérias que foram vetadas, matérias de sua própria lavra, elaboradas a partir de discussões parlamentares. Mais do que isso: estamos sem apreciar, por exemplo, a medida provisória que reduziu o auxílio emergencial.

O Parlamento, portanto, abre mão dessa possibilidade de melhorar ou alterar as proposições que vêm do Executivo. O Executivo está legislando através de decretos, portarias, resoluções e medidas provisórias, e o Parlamento tem a obrigação de discutir os vetos antes que este ano se encerre, antes do encerramento desta sessão legislativa.

Por fim, temos o PLP nº 135, que é de fundamental importância. Algumas coisas ficaram muito claras ante a dor que estamos vivenciando em razão dessa crise sanitária agregada a tantas crises institucionais, éticas, ambientais provocadas pelo Governo Bolsonaro. Dentre essas, quero ressaltar a importância do desenvolvimento científico e tecnológico.

Nós temos um fundo que é contingenciado, e o País não tem acesso ao desenvolvimento das condições para dotar a população da vacina, por exemplo, ou ao desenvolvimento de várias tecnologias, que também são fundamentais para enfrentarmos o nível de desemprego

que nós temos no Brasil, que é recorde. O desemprego e a inflação são recordes nos últimos anos. É isso que nós estamos vivenciando com o descalabro do Governo Bolsonaro.

Então solicitaria que nós pudéssemos apreciar ainda nesta semana o PLP 135/20, que diz respeito ao não contingenciamento dos recursos do fundo - não os recursos do conjunto do Orçamento, mas os do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico -, e que nós pudéssemos apreciar os vetos, particularmente o veto imposto à Lei Assis Carvalho.

Documento 229/513

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 36.2020.B | Sessão Outro Evento | 15/12/2020-09:08 |
| Publ.: DCD - 16/12/2020 - ERIKA KOKAY-PT -DF | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Declaração da Pesquisadora Ethel Maciel a respeito do Plano Nacional de Vacinação da Covid-19, lançado pelo Governo Federal. Caráter arbitrário do Governo Jair Bolsonaro. Protesto contra a anunciada revogação, pelo Ministério da Saúde, de portarias pertinentes à política de saúde mental, editadas em governos anteriores. Indignação da oradora com a redução, em 50%, do valor do auxílio emergencial concedido a trabalhadores e famílias carentes, para enfrentamento da crise gerada pelo coronavírus. Imediata implantação de plano nacional de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero inicialmente registrar a seguinte fala:

Nós, pesquisadores que estamos assessorando o governo no Plano Nacional de Vacinação da COVID-19, acabamos de saber pela imprensa que o governo enviou um plano, no qual constam nossos nomes e nós não vimos o documento. Algo que nos meus 25 anos de pesquisadora nunca tinha vivido!

Essa fala é da pesquisadora Ethel Maciel. O documento divulgado pelo Governo não tem o dia que vai começar a vacinação. Esse documento é um arremedo de plano, que não foi discutido com Estados e Municípios, que não aproveita ou não busca desenvolver as tecnologias a serem apropriadas pelo País e que exclui da prioridade as pessoas com deficiência e a população carcerária.

Para além disso, o arbítrio e a mentira, que definitivamente perderam a modéstia neste Governo, estabelecem um documento com assinaturas dos pesquisadores. No entanto, eles não reconhecem como fruto do seu próprio trabalho e da sua visão o documento que foi divulgado.

Portanto, nós estamos vivenciando isto: o arbítrio. É esse arbítrio que faz com que o Governo busque legislar, usurpando a função do Poder Legislativo, por meio de resoluções, de portarias, de decretos. O Governo está açoitando a política de saúde mental, que é fruto da luta para superar os holocaustos brasileiros que os hospícios representam, e quer revogar por volta de 100 portarias.

O representante do Ministério, que participou da reunião da Comissão de Direitos Humanos, comprometeu-se em dar uma resposta acerca das nossas reivindicações. Se se quer a revogação de qualquer portaria, que se discuta com o Conselho Nacional de Saúde, com o conjunto dos conselhos profissionais, de modo que qualquer revogação seja precedida de um amplo processo de discussão.

O Governo ficou de dar uma resposta na última sexta-feira e se calou, desrespeitando a representação do Alto Comissariado da ONU, que estava na reunião, a Comissão de Direitos Humanos, os Parlamentares, a Frente Parlamentar e inúmeros representantes da sociedade civil. É o Governo do arbítrio, que, apesar das mais de 181 mil mortes e dos mais de 14 milhões de desempregados, corta o auxílio emergencial pela metade, sabendo que isso vai impactar a vida das pessoas, sabendo que 11% dos endividados no País fizeram essas dívidas para comprar alimentos e para pagar serviços essenciais, sabendo que 52% dessa dívida é em cartão de crédito, que tem juros de mais de 317% ao ano. Este Governo de tamanha crueldade precisa entender que o povo brasileiro não acatará todo este arbítrio e esta mentira.

Por isso, nós estamos aqui para dizer: plano de vacinação já! Que não tenhamos a eliminação dos impostos para a importação de armas, porque o Brasil não precisa de armas, o Brasil precisa de vacina, o Brasil precisa de alimentos, o Brasil precisa de dignidade, que tem sido solapada por este Governo.

Documento 230/513

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 36.2020.B | Sessão Outro Evento | 15/12/2020-09:16 |
| Publ.: DCD - 16/12/2020 - FÁBIO HENRIQUE-PDT -SE | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |



Sumário

Saudação ao Presidente em exercício dos trabalhos, Deputado Luis Miranda. Apelo ao Presidente Jair Bolsonaro de prorrogação, por 6 meses, do auxílio emergencial de 600 reais concedido a famílias carentes e trabalhadores, para enfrentamento da crise provocada pela Covid-19. Defesa de vacinação do povo brasileiro contra o coronavírus.

O SR. FÁBIO HENRIQUE (PDT - SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Luis Miranda, é um prazer cumprimentá-lo.

Sou natural da cidade de Simão Dias, no interior do meu querido Estado do Sergipe, uma cidade caracterizada por ter dado ao nosso Estado vários Governadores.

Aproveito para parabenizá-lo, Sr. Presidente, pela belíssima condução dos trabalhos ontem, demonstrando equilíbrio e sensatez. Parabéns! E ontem nós acompanhamos o seu trabalho até o fim.

Presidente, eu gostaria de usar este espaço para fazer um apelo ao Presidente Jair Bolsonaro para que o auxílio emergencial seja prorrogado, no mínimo, por mais 6 meses.

Há projetos na Câmara, há projetos no Senado, mas o importante, neste momento, seria o próprio Governo Federal reconhecer a necessidade da prorrogação do auxílio emergencial.

Ora, infelizmente, nós não estamos ainda vivendo um momento de normalidade. Nós ainda estamos vivendo um momento de distanciamento social, e a manutenção do auxílio emergencial significará a manutenção da comida na mesa do povo mais pobre, significará a manutenção dos empregos, principalmente nos pequenos empreendimentos no interior do Brasil, significará a manutenção desses empreendimentos que, muitas vezes, representam os sonhos das pessoas.

Acabar com o auxílio emergencial no momento em que o País ainda não voltou à normalidade, em que a nossa economia ainda não voltou à normalidade, seria condenar milhões de brasileiros à miséria, à fome e ao desemprego e pequenas empresas no Brasil a fora a terem que fechar as suas portas, por falta de condições financeiras.

Portanto, Presidente, este é o apelo que nós fazemos. O auxílio emergencial não é da Esquerda nem da Direita. A questão não é ideológica. Ela deve nortear a união de todos - do Parlamento, Câmara e Senado, e do Governo Federal -, para que o auxílio seja mantido e para que possamos garantir aos brasileiros as condições mínimas de

sobrevivência até a normalidade econômica ser restabelecida.

A prioridade neste momento, no País, é a de termos uma vacina que esteja disponível para toda a população brasileira e de mantermos o auxílio emergencial. Quando toda a população já estiver vacinada, quando as pessoas puderem voltar a viver com normalidade, aí sim, pode-se falar em acabar com o auxílio emergencial, mas, neste momento, ele é fundamental. É o apelo que fazemos daqui, trazendo para o Parlamento a voz das pessoas que ouvimos nas ruas, nas redes sociais, por onde passamos. É preciso que se mantenha o auxílio emergencial, para que não condenemos milhões de brasileiros à fome, à miséria e ao desemprego. Auxílio emergencial já! No mínimo por mais 6 meses, com o valor de 600 reais, até voltarmos à normalidade econômica.

Agradeço, Presidente, a sua atenção.

Peço que a nossa fala seja incluída no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 231/513

| | | |
|---|----------------------------|------------------------------------|
| 36.2020.B | Sessão Outro Evento | 15/12/2020-09:20 |
| Publ.: DCD - 16/12/2020 - JOSEILDO RAMOS-PT -BA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Defesa de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Desvirtuamento das funções da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. Conveniência de abertura de CPI para investigação de crimes praticados pelo Presidente Jair Bolsonaro contra a saúde pública.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o único remédio capaz de nos salvar da COVID-19 é exatamente a vacina. O Brasil, por conta de sua realidade atual, é palco de testes de pelo menos quatro vacinas. Como eu disse ontem, o Brasil está situado no topo da contaminação comunitária, por isso torna-se ambiente adequado para os testes clínicos das diversas vacinas e também por conta de sua *expertise* na produção e na condução, por quase meio século, de campanhas extremamente bem-sucedidas de vacinação.

Mas dois fatos demonstram que a população mais pobre e mais segregada do nosso País, além de ser atingida duramente pelo desemprego, é também atingida pela inflação do alimento, pela inflação

do transporte, pela inflação dos bens necessários à vida. Essa população, os mais pobres, continuará morrendo por falta de leitos de UTI nos grandes centros. Ela também ficará refém da ANVISA e de um Presidente negacionista, que entram descaradamente numa escalada de disputa política. É um absurdo essa situação.

Como é que a ANVISA, que tem credibilidade mundial, passa a fazer comentários de geopolítica, num texto absolutamente surreal, num texto que não tem pé nem cabeça? Até mesmo porque não é atribuição da ANVISA falar de geopolítica. Neste momento, a ANVISA, com seus militares no topo da hierarquia, não deve cumprir um papel para este Governo.

A ANVISA é uma agência estatal, é um órgão de Estado, não deve servir a nenhum governo de plantão, principalmente a uma disputa política entre o Governador João Doria e o Presidente, esse ex-capitão que foi demitido do Exército por indisciplina. Ele continua lançando, todos os dias, um meio de matar mais brasileiros.

Por conta de tudo isso, nós estamos clamando pela instalação de uma CPI. O Parlamento brasileiro precisa dar uma resposta adequada a esse estado de coisas. Este Presidente não está representando a demanda maior dos brasileiros, principalmente dos mais pobres. Há uma vacina, e estamos batendo cabeça por conta desse fantoche que está à frente do Ministério da Saúde, o Eduardo Pazuello. Esse ex-capitão demitido por indisciplina está causando sérios constrangimentos às Forças Armadas. Elas estão sendo tragadas pela insanidade do Presidente da República, que compromete a vida dos brasileiros.

Agradeço por sua tolerância, Presidente. Essa é a nossa total indignação.

CPI já!

Documento 232/513

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 36.2020.B | Sessão Outro Evento | 15/12/2020-09:24 |
| Publ.: DCD - 16/12/2020 - BENEDITA DA SILVA-PT -RJ | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Necessidade de ajustes nos procedimentos de aplicação da Lei nº 14.017, de 2020, (Lei Aldir Blanc), a respeito das ações emergenciais destinadas ao setor cultural adotadas durante o estado de calamidade pública, reconhecido pelo



Decreto Legislativo nº 6, de 2020. Necessidade de aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 4.078, de 2020, originário do Senado Federal, sobre a prorrogação, até o dia 31 de dezembro de 2021, do prazo final de vigência dos instrumentos de transferência de recursos da União, com vigências encerradas entre a data de publicação desta Lei e 30 de dezembro de 2021. Pedido ao Governo Federal de encaminhamento, à Casa, de medida provisória sobre a prorrogação do prazo de execução de recursos no âmbito da Lei Aldir Blanc.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, já tenho-me manifestado com relação ao auxílio emergencial, mas hoje quero falar de outro segmento que sofre, neste momento, uma ação do Governo, haja vista que ele não edita a medida provisória sobre a prorrogação do auxílio emergencial da cultura.

Sr. Presidente, o setor cultural é bom para o bem-estar social, e essa paralisação vai comprometer a economia. Nós sabemos que a Lei Aldir Blanc foi construída por muitas mãos: pela nossa Casa, pelos Parlamentares, por um fórum de Secretários, em âmbito nacional, por produtores de cultura, gestores e todo o sistema artístico e cultural do País.

Sr. Presidente, 100% dos Estados receberam os recursos até o dia 5 de novembro de 2020. Setenta e cinco por cento dos Municípios, 4.116 Municípios, cadastraram-se para obter o benefício dessa lei. O que está acontecendo agora? A maior dificuldade é ajustar a aplicação da lei às regras que estabelecem o repasse ao beneficiário. Precisamos ajustar o princípio emergencial da Lei Aldir Blanc. Ela é uma lei emergencial, é um benefício emergencial. Nós não estamos falando aqui de uma lei de fomento. Ela não é uma lei de fomento, ela é pura e simplesmente emergencial. Então, teremos que ajustar essa possibilidade da prorrogação do prazo, Sr. Presidente - preste atenção -, de execução da lei. Já temos empenhados os recursos e sabemos que não é possível ampliar recursos, mas é possível prorrogar o prazo de execução dos recursos, porque eles já foram empenhados. Essa é a situação.

Então, até 31 de dezembro de 2020, eles têm que dar conta dessa execução, e a prestação de contas é impossível porque, como acabamos de dizer, até o dia 5 de novembro Municípios não receberam porque não atenderam a todas as exigências da burocracia. Sr. Presidente, os Municípios que estão cumprindo esse procedimento de aplicação da lei estão sendo prejudicados, porque até pouco tempo ainda não tinham recebido. Isso está impactando o processo, está atrasando o processo, está prejudicando o setor cultural. A possibilidade de atendimento aos beneficiários é reduzida pela forma

como o Governo está fazendo.

O setor cultural está desesperado. As pessoas não podem trabalhar, e a pandemia continua. É preciso que a Câmara dos Deputados aprove o projeto da Senadora Simone Tebet, o Projeto de Lei nº 4.078, que já foi votado no Senado e ao qual precisamos dar continuidade aqui. Também é preciso que o Governo mande a bendita medida provisória que o Ministério do Turismo já tinha-se comprometido a fazer, através da Secretaria Especial. Então, que mande agora prorrogar esse prazo, por meio da medida provisória que todos nós estamos solicitando.

A forte ausência dessa política de Estado e a questão da execução...

O SR. PRESIDENTE (Luis Miranda. DEM - DF) - Conclua, Deputada. Por favor.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ) - Concluo, Sr. Presidente, pedindo que esta medida provisória seja colocada em pauta ainda nesta semana, para que possamos examiná-la. Peço encarecidamente a ajuda de todos, para que, juntos, possamos impedir o impacto totalmente negativo no setor cultural do nosso País.

Obrigada, Sr. Presidente.

Documento 233/513

| | | |
|---|---------------------------|------------------------------------|
| 36.2020.B | Sessão Outro Evento | 15/12/2020-09:32 |
| Publ.: DCD - 16/12/2020 - PADRE JOÃO-PT -MG | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Inconformismo com a inexistência de plano de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Encerramento do auxílio pecuniário emergencial concedido a trabalhadores e famílias carentes, diante da crise gerada pela epidemia de coronavírus. Situação de vulnerabilidade da população brasileira. Visão negacionista do Presidente Jair Bolsonaro no tocante à Covid-19 e à vacina contra a doença. Necessidade de inclusão na pauta de pedido de impeachment do Presidente da República.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, venho, de certa forma, lamentar a ausência no País de um plano de enfrentamento à pandemia da COVID-19. Infelizmente, o Governo, junto com os Governos dos Estados e Municípios, não tiveram um plano bem

articulado. E vivemos o momento da urgência, da revisão de termos de um novo plano de enfrentamento. Estamos às vésperas do Natal, do Ano-Novo, e não vemos nenhuma campanha para conscientizar a população como celebrar o Natal em plena pandemia, como celebrar o Ano-Novo, uma campanha intensa dos Governos.

É lamentável, Sr. Presidente, que também não tenhamos a garantia de uma vacina - e vacina gratuita - ou de um plano de vacinação, porque já não há mais o auxílio emergencial. A inflação come o pouco do salário dos trabalhadores e trabalhadoras que estão empregados, porque o desemprego chega à casa das 15 milhões de pessoas.

O nosso povo está em situação muito vulnerável, e, como eu disse, não há um plano de vacinação. Já se tem toda uma conjuntura que impede as pessoas no isolamento, e isso dificulta muito. Nós estamos chegando a 200 mil mortos - 200 mil mortos, repito! E o Governo não tem a sensibilidade de buscar tanto um plano de vacinação como um novo plano para o enfrentamento à pandemia em tempo do que seriam as festas de fim de ano. Como você vai desejar um feliz Natal, se a família perdeu três membros? Como é que você vai desejar um feliz 2021, se quase todas as famílias já têm um ente falecido?

Então, é lamentável não se contar com a sensibilidade do Presidente, e ele ainda tentar ridicularizar e de certa forma negar a vacina, fazendo campanha da cloroquina. O povo precisa de vacina gratuita, e não de cloroquina.

Fica o nosso protesto, a nossa indignação e o nosso apelo ao povo. Nós temos que criar condições populares nas redes sociais para o *impeachment*, para o Presidente Rodrigo Maia pautar o *impeachment* na Câmara, por meio dos requerimentos que já estão tramitando.

O povo, Presidente, não precisa de cloroquina. O povo precisa é de vacina.

Muito obrigado.

Documento 234/513

| | | |
|---|---------------------------|------------------------------------|
| 36.2020.B | Sessão Outro Evento | 15/12/2020-09:40 |
| Publ.: DCD - 16/12/2020 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Homenagem póstuma ao vocalista da banda Roupas Nova, Paulo César dos Santos, vítima da Covid-19. Exigência da adoção de plano nacional de vacinação do povo brasileiro contra o coronavírus, e de fortalecimento financeiro do Sistema Único de Saúde - SUS.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, é com muita dor e tristeza que hoje eu faço o registro da perda de um amigo, um amigo artista, cuja voz encantou este País por muitos anos: o cantor do Roupas Nova Paulo César dos Santos. Paulinho, como ele era conhecido, eu o conheci ainda menina. Nós participamos juntos da mesma banda e dividimos o palco pelos bailes da vida durante vários anos. Paulinho, junto com o meu irmão, Ricardo Feghali, e outros parceiros, tão talentosos quanto ele, fundaram a banda Roupas Nova, que já está na estrada há 40 anos, encantando, gerando alegria e esperança para tantos milhões de pessoas. E tenho certeza de que neste Parlamento muita gente já teve o Roupas Nova como trilha sonora de muitos momentos da vida.

Paulinho foi vitimado também em decorrência da COVID, que o contaminou quando ele buscava a cura do transplante de medula óssea devido a um linfoma. É muito triste ver como essa tragédia do século XX, do ano de 2020, vitima pessoas de forma tão absurda.

Neste momento em que nós perdemos o Paulinho, eu, em nome dele e da família dele, dos amigos dele, dos parceiros de banda que faziam com ele uma família, uma parceria de 40 anos, reivindico mais uma vez e exijo a vacina, exijo força para o Sistema Único de Saúde, para que mais famílias, mais amigos, mais parceiros não percam mais pessoas, não tenham mais essa tristeza. Neste momento, não podemos mais conviver com esse crime contra a vida. Nós precisamos de vacina para todas as pessoas, nós precisamos de recursos para o Sistema Único de Saúde. Não podemos mais conviver com tanta dor, tanta tristeza, tanta perda.

O consolo que nós temos em relação ao Paulinho é que um artista se eterniza.

Nós continuaremos ouvindo a voz de Paulinho, continuaremos vendo a sua imagem, porque um artista se eterniza pela obra que deixa, que fica nos corações, no amor que temos pelas pessoas. Então, nós continuaremos ouvindo o Paulo, continuaremos vendo a sua imagem, por tudo o que ele gravou, por tudo o que ele deixou para os seus milhões de fãs e para todos nós.

As famílias brasileiras continuam sofrendo com a perda de entes queridos seus, que ficarão nos seus corações, talvez em vídeos caseiros - algumas famílias nem isso terão. Não podemos mais

continuar perdendo pessoas. Nós precisamos não ter mais que ver o Governo realizando deboche, promovendo desrespeito. É preciso que a vacina chegue a todos. É preciso que haja recursos para o SUS. Hoje haverá o grito de muita gente em favor do SUS. Nós precisamos da vacina, Sr. Presidente. Nós precisamos acabar com esta tragédia, que está levando a vida de tanta gente querida.

Quero deixar registrada a minha homenagem ao Paulinho, manifestar minha solidariedade à família, aos milhões de fãs, aos seus parceiros de banda, particularmente ao meu irmão Ricardo Feghali, pois sei do amor que tinha por ele como seu parceiro de tantos anos, não só dos 40 nos de banda, mas dos bailes da vida anteriores ao Roupa Nova.

Todo o amor ao Paulinho e à sua família. Aos seus fãs, a minha homenagem.

Obrigada, Presidente.

Documento 235/513

| | | |
|--|---------------------------|------------------------------------|
| 36.2020.B | Sessão Outro Evento | 15/12/2020-09:48 |
| Publ.: DCD - 16/12/2020 - NILSON F. STAINSACK-PP -SC | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Falecimento do ex-Deputado Federal Artenir Werner; do empresário e Suplente de Senador, Ayres Marchetti, e do médico pediatra Ademir Kaiser em decorrência da Covid-19. Necessidade de retomada das atividades do setor de eventos.

O SR. NILSON F. STAINSACK (Bloco/PP - SC. Sem revisão do orador.) - Quero cumprimentá-lo, Sr. Presidente, e os demais Deputados.

É com imenso pesar que comunico o falecimento de grandes amigos e de grandes pessoas. Cito, primeiro, o Sr. Artenir Werner, que foi Deputado Federal, esteve nesta Casa por muitos anos. Trata-se realmente de uma perda enorme para o Brasil e, principalmente, para o Estado de Santa Catarina. Menciono também o empresário e suplente de Senador Sr. Ayres Marchetti, um ícone da nossa região. Trabalhou muito com futebol. Levou o Atlético de Ibirama para a primeira divisão do futebol catarinense. Com suas empresas, gerou centenas de empregos.

Cito ainda o médico pediatra Ademir Kaiser, de Rio do Sul, que também trabalhava muito em prol da sociedade, sobretudo de Rio do Sul e do Alto Vale do Itajaí. Essas três pessoas foram vítimas da COVID. Infelizmente, a COVID tem levado muitas pessoas.

Essas pessoas, importantíssimas para a nossa região, não participavam de eventos, elas ficavam em casa, cuidando-se, assim como minha mãe, que aos 95 anos pegou COVID na semana passada - graças ao nosso bom Deus, está passando bem - dentro de sua residência. Ela não ia a eventos. As outras três pessoas também não iam a eventos.

O setor de eventos, minha gente, está parado, está estagnado. Eu sei disso. Como empresário, fiquei 25 dias parado. Com certeza, tive prejuízos enormes dentro da minha empresa. Fiquei 25 dias parado. O setor de eventos está parado desde março. Essas pessoas que trabalham com eventos têm família, têm empregados, pagam impostos, pagam aluguel. Como essas pessoas vão sobreviver? Como vão levar o sustento para sua casa, para sua família, para os seus filhos? Então, nós temos, sim, que rever isso, principalmente o Governo, o Governo do Estado, o Governo Municipal. Nós temos, sim, que abrir, trabalhar, deixar essa gente trabalhar.

Quem não quiser ir a um evento que não vá, mas deixe essas pessoas trabalharem. Elas querem trabalhar. Se o Governo não quer deixar que isso aconteça, com certeza ele tem que oferecer amparo, tem que dar recurso, tem que isentar os tributos, o que ele não está fazendo. O empresário está fazendo sua parte, está obedecendo ao que o Governo quer, e o Governo não está fazendo sua parte. Eu realmente não entendo o que está acontecendo.

Quem não quiser ir a um evento, porque não quer pegar a COVID, que não vá, mas eventos estão acontecendo de forma aleatória, eventos estão acontecendo na casa das pessoas, de maneira particular, e os profissionais que dependem da realização de eventos - centenas de milhares de pessoas - não estão sendo amparados.

Então, eu peço realmente que possamos tomar uma providência nesta Casa para que, sim, seja amparada essa gente, que tanto precisa, assim como o meu amigo Mauri, de Rio do Sul, o meu amigo Cafu, de Presidente Getúlio, e tantos outros, que vivem de eventos, como os artistas. Esta Casa tem que começar a se mexer efetivamente e deixar essa gente trabalhar.

Muito obrigado, Presidente.

36.2020.B Sessão Outro Evento 15/12/2020-09:52

Publ.: DCD - 16/12/2020 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA

CÂMARA
DEPUTADOS

DOSBREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Manifesto assinado por juristas, procuradores, advogados, professores e promotores sobre a inconstitucionalidade da transferência, para o ensino privado, de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação FUNDEB. Avanço da miséria no País. Reinclusão do Brasil no Mapa da Fome. Defesa de continuidade do pagamento do auxílio pecuniário emergencial a trabalhadores e famílias carentes, diante da crise gerada pelo coronavírus.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, logo mais, será iniciado no Senado da República o debate sobre a regulamentação do FUNDEB.

Hoje tive uma felicidade muito grande ao abrir o Instagram de vários Senadores. Vi ali reproduzido exatamente o que 300 juristas, procuradores, promotores, advogados, professores disseram numa nota, lastreada pelo CONJUR, acerca da regulamentação inconstitucional aprovada na Câmara dos Deputados na semana passada.

O setor educacional, neste momento, está em tensão.

Se 10% dos recursos do ensino básico forem destinados ao setor privado, a saber, ao Sistema S, a profissionais, a escolas comunitárias, todas com um grande papel... Esses recursos não podem ter a origem exatamente nessa cesta de impostos que sustenta a educação básica brasileira, para a qual nós fizemos uma verdadeira força-tarefa e aprovamos na Câmara dos Deputados.

Hoje, eu quero parabenizar o Senador Otto Alencar, do meu Estado, do PSD, que fez uma colocação magistral, colocação de professor que é - além de médico, ele é professor universitário da minha Universidade Federal da Bahia. Nós estamos vendo que essa tese é uma tese suprapartidária, é uma tese absolutamente lincada com a necessidade de fazer da educação essa ferramenta de inclusão e de emancipação social.

Por isso, caso essa matéria volte à Câmara, diferentemente de ameaças que ontem foram a Plenário oriundas de jovens Deputados,

mas que têm o pensamento velho, anacrônico, completamente desvinculado da realidade da nossa gente...

Hoje, Sr. Presidente, nós estamos verificando que o IDH, que sobe lentamente, no Brasil caiu cinco pontos. O Índice de Desenvolvimento Humano mostra o crescimento da miséria no País. O Brasil voltou para o Mapa da Fome. Esse auxílio emergencial precisa continuar a ser pago, não pela metade. Isso é uma perversidade! Bolsonaro vai comer pastel nas esquinas, aglomerando e transmitindo o coronavírus, e ele não lembra que o povo hoje não tem nem pastel, nem sequer pastel de vento, Sr. Presidente da República.

É preciso garantir auxílio emergencial e boa escola, porque a escola ensina, socializa e alimenta, Bolsonaro. Se você não sabe, alimenta milhões de crianças neste Brasil. Para garantir o aprender, é preciso estar nutrido, Srs. Deputados.

Então, nós precisamos desse recurso do FUNDEB. Faço esse apelo aos Senadores e deixo mais uma vez consignado que essa regulamentação foi inconstitucional, inclusive imoral, para com a educação pública brasileira.

Muito obrigada.

Documento 237/513

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 36.2020.B | Sessão Outro Evento | 15/12/2020-13:16 |
| Publ.: DCD - 16/12/2020 - FÁBIO TRAD-PSD -MS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Proposta de criação pelo Congresso Nacional de grupo parlamentar para interlocução junto ao Ministério da Saúde, com vista à instituição de programa permanente de assistência à saúde de sequelados pela Covid-19.

O SR. FÁBIO TRAD (Bloco/PSD - MS. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente Luis Miranda. V.Exa. é sempre generoso e atencioso com seus colegas.

Neste momento, eu faço questão de lembrar aos Parlamentares que existem muitas peculiaridades em relação à COVID-19. Trata-se de uma doença que ainda está sendo estudada. Está em fase de prospecção, embora várias vacinas já estejam sendo lançadas, para a

saúde das pessoas, para a prevenção da doença.

Contudo, é importante destacar o fato de que é uma doença que deixa sequelas, Sr. Presidente. Deixa sequelas neurológicas, pulmonares, renais, sequelas relacionadas à própria estrutura psicológica da pessoa infectada, sequelas cardíacas. Dessa maneira, muitos e muitos, eu diria sem exagero, milhares desses milhões que foram infectados no País estão hoje sequelados. Eles estão padecendo do comportamento remanescente desse vírus extremamente agressivo.

Não há, pelo que eu vejo, discussão mais aprofundada e reflexiva, por parte do Parlamento, das agências de poder e sobretudo do Ministério da Saúde, sobre a criação de um programa permanente de acompanhamento daqueles que ainda têm sequelas da COVID-19. E são muitos, Sr. Presidente.

Observe que, nos meses de janeiro, fevereiro e março, quando começou a aparecer o contágio aqui no País, ninguém falava, ninguém comentava a respeito de eventuais distúrbios psicológicos, manifestações que alteram a estrutura psicológica dos infectados. Hoje, não. Hoje, isso já é lugar-comum. São muitos os pacientes, são muitas as pessoas que saem do quadro agudo e apresentam problemas de natureza psicológica: crise de ansiedade, pânico e outros, manifestações que vão sendo identificadas ao longo dos estudos.

Portanto, esta é a proposta que apresento: a criação de um grupo, no Parlamento, para que, em interlocução com o Ministério da Saúde, crie um programa permanente de assistência à saúde dos sequelados pela COVID-19; e não são poucos, Sr. Presidente, lamentavelmente.

Solicito a divulgação deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*, Sr. Presidente, por favor.

Documento 238/513

| | | |
|---|----------------------------|------------------------------------|
| 36.2020.B | Sessão Outro Evento | 15/12/2020-13:52 |
| Publ.: DCD - 16/12/2020 - MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Exigência do impeachment do Presidente Jair Bolsonaro diante da prática de crimes de responsabilidade. Indignação com a inexistência, no âmbito do Governo Federal, de plano nacional de vacinação contra a Covid-19. Visão negacionista do Presidente da República no tocante à epidemia de coronavírus.

Propostas do PT para enfrentamento da doença. Consequências da redução do valor do auxílio emergencial sobre as populações carentes.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, peço, de imediato, que este pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*, porque quero que a população brasileira saiba que eu não serei, jamais, cúmplice de um Governo que condena milhões de brasileiros à morte. Com tanto sofrimento na vida das pessoas, é impossível aceitar que este Governo continue um dia mais. Cada dia com Bolsonaro no poder é mais um dia de morte e de destruição no Brasil.

Eu defendo o *impeachment* de Bolsonaro pelo cometimento de vários crimes de responsabilidade, pelo uso da ABIN e da Polícia Federal para proteger a corrupção praticada pelos seus filhos, pela corrupção que está dentro do Governo Federal e pela maior corrupção praticada por Bolsonaro: a falta de ação diante da pandemia.

Senhores e senhoras, o Brasil é um dos países mais atingidos pelas mortes, é o segundo país em mortes no mundo. Como, então, pode ser o último a ter uma vacina?

Nós estamos diante de uma situação em que já nos aproximamos do fim de dezembro, e não há nenhum plano garantido para que a vacina seja assegurada a todos os brasileiros e brasileiras. Danos colaterais desta doença se somam aos mais de 180 mil mortos, aos que estão sofrendo com o pulmão e os rins esfaqueados, além do coração comprometido.

Nós não estamos conseguindo atacar esta doença porque o Governo é negacionista e porque não tomou as atitudes necessárias para trazer a vacina para o Brasil. A bancada do PT propõe que a vacinação seja garantida para toda a população brasileira, como um direito humano essencial; propõe a pactuação do plano nacional de vacinação com todos os agentes de saúde dos Estados e dos Municípios na Comissão Nacional Integrada Tripartite; propõe que o Conselho Nacional de Saúde acompanhe este processo; e propõe que nós, que não confiamos neste Governo, criemos uma Comissão Externa da Câmara dos Deputados e uma comissão da sociedade civil para acompanharem o que vem acontecendo no Brasil.

O Governo é genocida, é negacionista. Este Governo não liga para os brasileiros e brasileiras. Ao reduzir o auxílio emergencial, jogou milhões de brasileiros na extrema pobreza e na fome. O Governo Bolsonaro significa a fome, a doença, a desnutrição e as perdas.

Senhores e senhoras, já não temos motivos suficientes para o *impeachment*? Aqueles que não colocam o *impeachment* na pauta estão sendo cúmplices da morte de milhões de brasileiros e brasileiras. Eu não serei cúmplice! Exijo o *impeachment*.

Fora, Bolsonaro!

Documento 239/513

| | | |
|--|---------------------------|------------------------------------|
| 36.2020.B | Sessão Outro Evento | 15/12/2020-13:52 |
| Publ.: DCD - 16/12/2020 - CÉLIO MOURA-PT -TO | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Indefinição do plano nacional de vacinação contra a Covid-19. Denúncias de desvio na aplicação, por Governadores e Prefeitos Municipais, de recursos destinados ao combate à epidemia de coronavírus. Politização da vacina contra a Covid-19 pelo Governo Jair Bolsonaro. Vinculação entre a conduta do Presidente da República e a aproximação da casa de 200 mil mortes no País em decorrência da doença.

O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com muita tristeza, estamos vivendo este problema que envolve a vacina, como foi dito pela Deputada Maria do Rosário. A vacina contra a COVID-19 está sem rumo. Que vacina será utilizada no nosso País? Será a vacina russa, a chinesa, a americana? Nós não sabemos, Sr. Presidente.

Há um clamor do povo brasileiro, diante de outros países que já estão vacinando suas populações, como a Inglaterra, que vacinou aquela senhora de 90 anos. Como vai ficar a vacinação dos povos indígenas e dos ribeirinhos da Amazônia? Como vai funcionar a campanha nacional de imunização? Nós sabemos que, na prática, quem vacina são as equipes de saúde dos Municípios.

Outro fato lamentável é que a campanha contra o coronavírus no Brasil não foi organizada. Nós enviamos recursos para os Estados e os Municípios, mas não houve planejamento nem estrutura. O que aconteceu? São denúncias que chegam a toda hora, denúncias de que Governadores inescrupulosos e Prefeitos desonestos desviaram recurso que deveria ser destinado ao combate ao coronavírus para outras finalidades, inclusive para as eleições. Enquanto isso, vários hospitais de campanha foram fechados, várias clínicas criadas nos Municípios também foram fechadas. Todos os equipamentos montados

para combater o coronavírus foram fechados. No Município de Araguaína, por exemplo, uma UPA que estava fechada foi aberta para cuidar da população, mas, infelizmente, foi novamente fechada, e hoje todos os hospitais da cidade estão lotados. A Maternidade Dom Orione já está superlotada.

Diante destas dificuldades, nós ficamos sem saber quantos de nós seremos vacinados, principalmente as pessoas que têm mais de 60 anos, os idosos. Nós não vemos o Governo se preocupar com isso. Aliás, o Governo está fazendo da vacina um debate político, já que não tem projeto para a Nação brasileira, deixando-a ao deus-dará. Nós somos um dos países com mais mortes: quase 200 mil! Se até o Natal e o Ano-Novo a situação continuar assim, nós chegaremos a 200 mil brasileiros e brasileiras mortos por falta de atendimento e por falta de preocupação do Governo Federal.

Encerro minhas palavras dizendo que este é o presente de Natal e de Ano-Novo deste Governo, que não se preocupa com a população.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que esta fala seja divulgada pelos órgãos de comunicação desta Casa e pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 240/513

| | | |
|---|---------------------------|------------------------------------|
| 36.2020.B | Sessão Outro Evento | 15/12/2020-14:12 |
| Publ.: DCD - 16/12/2020 - LEO DE BRITO-PT -AC | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Conduta irretocável da Deputada Maria do Rosário. Conveniência de esclarecimento, pelo Deputado Eduardo Bolsonaro, de escândalos de corrupção no seio de sua família. Alcance social do auxílio pecuniário emergencial, concedido a trabalhadores e famílias em situação de vulnerabilidade. Conclamação, ao Governo Federal e ao Governo do Estado do Acre, para implantação de amplo programa de investimentos públicos.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho um tema importante para falar, mas não poderia deixar, depois da fala do Deputado Eduardo Bolsonaro, que me antecedeu, de me solidarizar com a Deputada Maria do Rosário, que tem décadas de vida pública com uma conduta

irretocável. Nunca chegou perto da corrupção.

Quem tem que se explicar a respeito da corrupção dentro da sua família é a família Bolsonaro. É o escândalo das rachadinhas do Sr. Senador Flávio Bolsonaro, são os 89 mil, a pergunta que não quer calar sobre os 89 mil que o Queiroz depositou na conta da primeira-dama, e o uso da ABIN e do GSI para produzir relatórios para proteger o Senador Flávio Bolsonaro, além dessa histórica relação com o crime organizado no Rio de Janeiro, que são as milícias.

Então, vocês têm que se explicar. Não estou fazendo juízo nenhum. Expliquem-se! Vocês têm todo o espaço para se explicar!

Eu quero falar aqui, Sr. Presidente, sobre a preocupação em relação ao auxílio emergencial. Nós aqui da Oposição temos colocado de maneira muito clara a importância de o auxílio emergencial ser prorrogado. Nós tivemos um papel aqui importante na Câmara dos Deputados para aprovar o auxílio emergencial, quando o Presidente mandou para cá uma proposta de 200 reais, pelo impacto que esse auxílio tem, sobretudo nos Estados mais pobres.

Eu venho de um Estado, o Estado do Acre, em que o auxílio emergencial cumpriu um papel importantíssimo. Para se ter uma ideia, foram injetados mais de 900 milhões de reais na economia acriana em 2020. Foram mais de 130 mil as famílias beneficiadas, mais de 300 mil pessoas, portanto, 44% da população. Isso teve um forte impacto na economia, no consumo. Então o auxílio cumpriu um papel muito importante.

Para se ter uma ideia, em alguns Municípios, como Assis Brasil, Manoel Urbano, Brasileia, Porto Acre, Bujari, Capixaba, Jordão, Mâncio Lima, o percentual de atendimento às famílias foi acima de 50%, enquanto em Rio Branco, mais de 40%.

Estamos falando de um incremento importante no PIB do Estado do Acre. Agora, nós queremos saber o que vem depois do auxílio emergencial. O povo precisa de emprego, precisa de um grande programa de investimentos.

Venho conclamar, neste momento, não só o Governo do Estado do Acre, mas também o Governo Federal, a fazerem um grande programa de investimentos públicos em obras, para que tenhamos diversos investimentos; para que, de fato, as pessoas possam ter oportunidade de acessar os empregos; possam ter, de fato, as oportunidades. Por isso, eu os estou conclamando neste momento.

O ano de 2021 precisa ser de retomada. As pessoas precisam sair da miséria, da condição social nefasta em que estão vivendo neste

momento. Por isso, o Governo Federal precisa se preocupar, do ponto de vista do Orçamento do ano que vem, com esse tema tão importante, assim como o Governo do Estado.

Peço o registro, Sr. Presidente, pelos órgãos de comunicação da Casa e pelo programa *A Voz do Brasil*.

Documento 241/513

| | | |
|---------------------------|-------------------------|---------------------|
| 36.2020.B | Sessão Outro Evento | 15/12/2020-14:16 |
| Publ.: DCD - 16/12/2020 - | MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | BREVES COMUNICAÇÕES | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Inconsistência das acusações do Deputado Eduardo Bolsonaro contra a oradora. Utilização da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN e da Polícia Federal, para acobertamento do envolvimento do Senador Flávio Bolsonaro com milicianos e esquema de rachadinhas. Comprometimento do Presidente Jair da República com a indústria armamentista. Descaso do Presidente Jair Bolsonaro com a vacinação contra a Covid-19 e com o bem-estar da população brasileira.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu lhe agradeço a oportunidade. Uso o meu tempo sem citar nenhum colega e tenho muito apreço pela condução democrática que V.Exa. faz.

Mas preciso responder a esse Parlamentar. Quando eu venho à tribuna falar do direito à vacina de todos os brasileiros e brasileiras, o Deputado Eduardo Bolsonaro ocupa a tribuna com acusações infundadas contra a minha pessoa, talvez seguindo a orientação de seu pai. Como sempre, é um teleguiado, a partir das posições do seu pai.

Mas quando falo que a ABIN e a Polícia Federal estão aparelhadas para acobertar a corrupção dos filhos do Bolsonaro, também não sou eu que falo. Eu falo, porque, quando se envolveu com o esquema de rachadinha, o Flávio Bolsonaro homenageou 23 condenados já por crime de corrupção e milicianos. Falo porque eles não tratam da vacina, mas liberam armas, porque eles servem à indústria armamentista, e não à saúde e ao bem-estar da população.

Baixem a cabeça quando eu passar, Deputado Eduardo Bolsonaro, como faz o seu pai, que levei à condenação nos tribunais!

Muito obrigada.

Documento 242/513

| | | |
|---|----------------------------|------------------------------------|
| 36.2020.B | Sessão Outro Evento | 15/12/2020-14:20 |
| Publ.: DCD - 16/12/2020 - PEDRO CUNHA LIMA-PSDB -PB | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Apelo à Casa de aprovação do Projeto de Lei nº 5.502, de 2020, referente à prorrogação dos prazos estabelecidos para o emprego, execução e prestação de contas dos recursos de caráter emergencial destinados pela Lei nº 17.014, de 2020, (Lei Aldir Blanc).

O SR. PEDRO CUNHA LIMA (PSDB - PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas, eu quero sair em defesa do nosso setor cultural. Em um ano de profundas perdas, nós temos um ano difícil em vários setores. É difícil encontrar um segmento, uma área, um universo que tenha sido tão duramente abalado como aqueles que produzem cultura. Refiro-me a músicos, intérpretes, compositores, artistas de modo geral.

Presidente, por nós estarmos proibidos de aglomerar e pelo fato de a não aglomeração ser a medida mais dura que se possa fazer em termos de enfrentamento ao coronavírus, é preciso dar um auxílio para esse segmento.

No dia 29 de junho, este Parlamento, o Congresso Nacional, aprovou a Lei Aldir Blanc, com essa sensibilidade, com essa capacidade de enxergar que é importante trazer um auxílio para o setor cultural.

Entretanto, infelizmente, o coronavírus não se foi. Ainda não está sendo implementada uma vacina. Nós esperamos que muito em breve nós possamos aplicar vacinas testadas com segurança para imunizar nossa população, mas infelizmente esse dia ainda não chegou. Portanto, a aprovação da Lei Aldir Blanc, no seu formato inicial, não se faz suficiente para o amparo do setor cultural. Não vamos conseguir resolver, até o dia 31 de dezembro, o problema de estarmos proibidos de nos aglomerar. Então, apesar de toda a responsabilidade fiscal que devemos ter, é preciso ter também bom senso, é preciso enxergar as coisas, e se faz muito necessário prorrogar esse auxílio financeiro para o setor cultural. Por isso, apresentei o Projeto nº 5.502, de 2020, que traz essa prorrogação.

Desde já faço aqui um apelo a esta Casa e a todos os Parlamentares: que possam encampar essa luta, essa defesa. Devemos ter sensibilidade com todos que produzem cultura, com aqueles que, em dias normais, em tempos normais, já enfrentam desafios enormes. Não é fácil produzir cultura no Brasil, apesar do nosso profundo orgulho da cultura produzida na nossa terra, mas na pandemia isso se torna ainda mais complicado e difícil. Existe uma proibição expressa para muitos dos trabalhos que são executados por quem produz cultura.

Portanto, fica a minha defesa ao setor cultural. Que possamos prorrogar a Lei Aldir Blanc.

Documento 243/513

| | | |
|---|----------------------------|------------------------------------|
| 36.2020.B | Sessão Outro Evento | 15/12/2020-14:24 |
| Publ.: DCD - 16/12/2020 - MAURO BENEVIDES FILHO-PDT -CE | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Expectativa de aprovação pela Casa dos Projetos de Lei Complementar de nºs 137, de 2020, sobre a criação de fonte de recursos para enfrentamento da calamidade pública decorrente da Covid-19; e 101, de 2020, sobre a instituição do Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal; do Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal e a alteração de diplomas legais.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna desta Casa para antecipar que, logo mais, a Câmara dos Deputados vai analisar dois projetos relevantes para o nosso País.

O primeiro deles é um projeto de minha autoria em que desvinculamos valores de fundos públicos federais, ou seja, recursos que há muitos anos não estão sendo movimentados para a despesa específica para a qual determinado fundo está previsto. Relembro à população brasileira que um fundo nada mais é do que recursos captados através de lei, a partir da criação de uma taxa, de uma tarifa, de um tributo, vamos dizer assim, vinculado a uma despesa específica - o dinheiro não pode ser gasto em outra destinação. Pois bem, o PLP 137 desvincula valores não movimentados há muitos anos ou, Sr. Presidente, receita que permaneceu maior do que a despesa também por muitos anos.

Esse PLP não extingue fundos. Ressalto isso porque há ainda o entendimento equivocado desta Casa, que confunde o PLP até com a PEC dos Fundos, do Senado Federal, de que a minha proposta

acabaria com os fundos. Isso não existe. Trata-se de uma movimentação de valores que não estão sendo movimentados.

Desta feita, precisamos auxiliar o Governo Federal a pagar as suas quatro despesas vinculadas à pandemia: o restante do auxílio emergencial; o auxílio a Estados e a Municípios; a ampliação dos gastos com saúde; e, finalmente, a manutenção do emprego e da renda, por meio das medidas provisórias aprovadas por esta Casa - a MP 936, a MP 992, o PRONAMPE, e assim sucessivamente.

Portanto, a Câmara dos Deputados vai dar a maior contribuição da história deste Parlamento ao poder conceder 177 bilhões de reais - eu disse bilhões de reais, Deputado Afonso - exatamente para que o Governo Federal faça essa movimentação, inclusive diminuindo a velocidade de crescimento da dívida pública brasileira, o que é fundamental para que o emprego possa vir subseqüentemente.

O segundo PLP, na realidade, chegou como Plano Mansueto no ano passado. Mas este ano o Deputado Pedro Paulo, esse grande Parlamentar, reapresentou o plano por meio desse PLP, com algumas modificações. E coube a mim, por designação do Presidente Rodrigo Maia, ser o Relator da matéria. Falo do PLP 101, que estipula um novo modelo de gestão fiscal nos Estados e Municípios para tentar acabar com essa história de não haver dinheiro para investimento, de salários serem pagos atrasados e de não haver condições nem mesmo de os entes federados honrarem compromissos com os seus fornecedores.

Passamos praticamente 2 meses trabalhando nesse PLP, não só em consonância com os Deputados desta Casa - o Presidente Rodrigo Maia inclusive está acompanhando essa matéria -, mas também conversando com o Ministério da Economia, para que pudéssemos produzir um resultado e colaborar com todos os 26 Estados e o Distrito Federal e com vários Municípios, que vão precisar dessa matéria.

Portanto, são esses os dois projetos. Eu espero que esta Casa dê, sim, essa contribuição de que o País tanto precisa, conforme nos cabe como Deputados Federais.

Era isso, Sr. Presidente.

Documento 244/513

| | | |
|---|--|------------------------|
| 131.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/12/2020- CD | 21:48 |
| Publ.: DCD - 17/12/2020 - LÉO MORAES-PODE -RO | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | PELA ORDEM DISCURSO |



Sumário

Agradecimento à Casa pelo apoio à Medida Provisória nº 998, de 2020, sobre a alteração de diplomas legais e a transferência, para a União, das ações de titularidade da Comissão Nacional de Energia Nuclear, representativas do capital social das Indústrias Nucleares do Brasil S/A e da Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A.

O SR. LÉO MORAES (PODE - RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente Evair.

Eu quero agradecer enormemente ao Plenário, a todos os Deputados Federais. A divergência é inerente à democracia. É através disto, de pontos destoantes, que nós conseguimos aperfeiçoar a matéria.

Podem ter certeza de que essa matéria traz modernização, traz apoio às distribuidoras estatais, traz a desconstrução da indústria, a possibilidade de investimento em Angra 3, que diz respeito à nossa soberania, e traz também a diminuição das tarifas na Região Norte, em Estados que muitas vezes, no que se refere à política energética, foram esquecidos em favor de outras unidades mais bem industrializadas, a ponto de nem sequer o ICMS da energia gerada em Rondônia ficar no Estado, a ponto de o ICMS ir para outro Estado por causa da imunidade tributária.

V.Exas. não têm ideia da alegria, da felicidade em que o Estado de Rondônia se encontra.

Hoje, há o maior diferimento, o maior desconto, a maior diminuição da tarifa de energia elétrica, se somadas a Medida Provisória nº 950 e a Medida Provisória nº 998. De ambas conseguimos ser Relator. E hoje aprovamos essa matéria.

Eu agradeço a todos os Parlamentares, em especial aos da bancada do Estado de Rondônia.

Isso vai ficar, sim, na história, demonstra que Rondônia participa com protagonismo do processo decisório nesta Casa, a Câmara dos Deputados, que é enxergada, sim, como esteio do progresso, do desenvolvimento, e muito entrega, e merece também receber por isso.

Rondônia está em festa, Rondônia está em estado de alegria, Rondônia está com brilho nos olhos, recuperando sua autoestima. Este é um momento de muita felicidade. Fico muito envaidecido, mas é minha obrigação trabalhar em defesa sobretudo do Estado de Rondônia.

Parabéns a todos! Muito obrigado pelo apoio à nossa Medida

Provisória nº 998, que diminui a tarifa de energia elétrica no nosso Estado de Rondônia.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Evair Vieira de Melo. Bloco/PP - ES) - Deputado Léo Moraes, esta Presidência reconhece a dedicação de V.Exa. a este tema e agradece também ao povo de Rondônia, que teve a oportunidade de votar em V.Exa. para que viesse a esta Casa enriquecer o Parlamento brasileiro. É muito bom saber que um Parlamentar do Estado de Rondônia se dedicou a esse tema, estudou, fez o enfrentamento, produziu conteúdo.

Eu, como capixaba, naturalmente fico muito agradecido, porque Rondônia é a segunda terra de muitos capixabas. Pela limitação de terras no Estado do Espírito Santo, muitos capixabas foram para o Norte, para o nosso Estado de Rondônia, trabalhar principalmente na atividade do café. Rondônia hoje é um Estado que prospera na agricultura, prospera no agronegócio. É um Estado que recebeu muitos mineiros também. Rondônia hoje, pela atividade do café, é um Estado respeitado. Em Rondônia, certamente, há prosperidade.

Mais uma vez, parabéns a V.Exa. pela dedicação ao tema, pela coragem do enfrentamento, pela capacidade de diálogo, pela capacidade de articulação.

O Estado de Rondônia deve ficar orgulhoso pelo fato de a aprovação desse relatório ter sido conduzida por um filho da terra, de tanta importância. Essa decisão vai ter impacto na vida de todos os brasileiros.

Parabéns, Rondônia! Parabéns, Relator Léo Moraes!

O SR. LÉO MORAES (PODE - RO) - Obrigado, Presidente.

Quero aproveitar o ensejo para agradecer, de forma muito especial, à nossa Consultoria Legislativa, por intermédio do Juliano. Agradeço, por meio do Pedro, à nossa consultoria do Podemos. Agradeço a toda a equipe. Não conseguiríamos fazer nada disso sem uma equipe técnica muito qualificada, muito dedicada, muito abnegada, com propósito e espírito público. Quero agradecer também ao Luciano, por intermédio de quem agradeço a toda a nossa equipe do gabinete.

Quero agradecer, de forma muito especial, ao Deputado Arnaldo Jardim, ao Deputado Aleluia e a tantos Deputados que realmente se debruçam sobre o tema e se dedicam com profundidade à questão do setor elétrico e energético do nosso País. Eles conseguiram balizar, nortear toda essa discussão e trazer o ponto de equilíbrio.

Agradecemos a belíssima calibragem feita por pessoas tão importantes. O agradecimento ao Deputado Arnaldo Jardim estendo a todos os outros Deputados Federais que participam desse debate.

Muito obrigado.

Documento 245/513

| | | |
|---|--|------------------------|
| 131.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/12/2020- CD | 22:00 |
| Publ.: DCD - 17/12/2020 - KIM KATAGUIRI-DEM -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Esclarecimento ao Plenário sobre a composição das contas de energia elétrica. Aspecto positivo da Medida Provisória nº 998, de 2020, sobre a alteração de diplomas legais e a transferência, para a União, das ações de titularidade da Comissão Nacional de Energia Nuclear, representativas do capital social das Indústrias Nucleares do Brasil S/A e da Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria fazer uma pequena explicação sobre a composição da conta de luz, que tem relação direta com a Medida Provisória nº 998, que estamos votando.

Existe, primeiro, o custo da geração de energia em si. A principal matriz elétrica do Brasil é a matriz hidrelétrica. Nós temos usinas hidrelétricas, em quedas d'água, que, com as turbinas, geram energia, que é passada para a maior parte dos Municípios. As energias que estamos debatendo aqui - a solar, a eólica, a produzida por biomassa, sobre as quais alguns Deputados colocam seu posicionamento com muita veemência - representam uma porcentagem muito pequena da energia gerada no nosso País, cerca de 1%.

A composição da conta de luz é a seguinte: custo da geração de energia em si, do elétron que passa pelo fio; custo da transmissão, o custo do fio, daquelas torres que vemos quando percorremos rodovias; custo da distribuição, por meio da qual a energia chega ao Estado, à cidade, às casas; e custo dos encargos, que somam os subsídios e os impostos. O Deputado Arnaldo não me deixa mentir, 65% da composição da conta de luz corresponde a encargos - impostos, tributos, subsídios.

Eu pergunto - e aqui ressalto um ponto positivo da medida provisória e concordo com o Deputado Arnaldo Jardim - por que o subsídio para

energia de quem está...

Nós temos dois mercados de energia diferentes, é importante ressaltar para quem nos está assistindo: o mercado cativo, que é o da minha casa, da sua casa, todo mundo que está conectado na rede de energia está no mercado cativo, e o mercado livre, que é aquele em que há disputa entre os geradores de energia, *shoppings* e empresas, e há a possibilidade de escolher de quem comprar energia. Nós cidadãos comuns não temos essa possibilidade, porque estamos no mercado cativo.

Por que estou dizendo isso? Por que o cidadão mais pobre precisa pagar 65% de encargo, o que inclui subsídio e imposto, para subsidiar energia limpa que está indo para o mercado aberto, para o mercado livre? Por que o cidadão mais pobre, que paga encargo e imposto na sua conta de luz - e aqui não estou me colocando contra a energia eólica, a energia solar, a energia gerada por biomassa, eu sou a favor - , tem que pagar o subsídio do *shopping*, que compra energia solar, tem que pagar o subsídio de quem gera energia solar na sua casa e vende para o mercado livre, tem que pagar o subsídio do empresário que investe em fazenda de energia solar e vende para o mercado livre?

Este é o principal questionamento: por que precisamos deixar a conta de luz do mais pobre mais cara para pagar subsídio para a conta de luz do mais rico, que está no livre mercado? E vou além. Por que nós precisamos limitar as opções de escolha do mais pobre, que é obrigado a comprar energia de quem o Governo escolhe, em vez de possibilitar que ele escolha qual energia vai comprar? Por que não abrimos o mercado, como os *shoppings* e as empresas e o próprio Governo podem fazer, para todo mundo?

Eu deixo esse questionamento em relação aos subsídios e aos incentivos. Pode até haver opiniões divergentes sobre a existência deles, como eu mesmo sou contrário, mas tirar do bolso do mais pobre, realmente, é uma perversidade que não se explica.

Documento 246/513

| | | |
|---|------------------------------------|---------------|
| 131.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária | - 16/12/2020- |
| | CD | 22:12 |
| Publ.: DCD - 17/12/2020 - DIEGO ANDRADE-PSD -MG | | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Teor de emenda oferecida pelo orador à Medida Provisória nº 998, de 2020, sobre a alteração de diplomas legais e a transferência, para a União, das ações

de titularidade da Comissão Nacional de Energia Nuclear, representativas do capital social das Indústrias Nucleares do Brasil S/A e da Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A.

O SR. DIEGO ANDRADE (Bloco/PSD - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, quero falar de um destaque nosso que foi apresentado. Na realidade, esse acordo foi feito, esse assunto foi resolvido na votação da Lei nº 14.052, de 2020, que tratava do GSF, do risco hidrológico. Ele teve como objetivo abarcar todos os geradores que foram impactados pelo risco hidrológico. Assim, com a sanção presidencial, a União buscou compensar todos esses geradores hidrelétricos, de modo a equilibrar seus respectivos contratos de concessão, o que é efetuado por meio da extensão da outorga, não impactando as tarifas dos consumidores.

O art. 2º-D, incluído na mesma Lei nº 14.052, de 2020, busca abarcar aqueles geradores que detinham a outorga no período da ocorrência dos problemas do risco hidrológico, incorrendo, portanto, em prejuízos nesse período, cujas concessões foram relicitadas.

Ocorre que, durante a tramitação no Congresso, ao ser sugerido ao Relator do PL - sugestão, inclusive, construída e trabalhada pelo próprio Executivo, pelo Ministério de Minas e Energia -, houve um equívoco ao ser colocado como parágrafo no *caput* do art. 2º-D o dispositivo que trata da compensação no caso de a usina ter, após a licitação, permanecido com o antigo concessionário. Esse equívoco formal acabou por restringir o direito de algumas usinas, direito esse que a lei buscou conceder a todos os geradores. Dessa forma, a emenda faz essa correção e foi construída junto com o Ministério de Minas e Energia.

A presente emenda vem no sentido de corrigir esse equívoco ao permitir que usinas leiloadas em 2015, que também sofreram os efeitos do risco hidrológico, possam ser compensadas de forma isonômica, como as demais usinas. Este é um caso técnico, é um ajuste à lei que já foi votada aqui.

Com relação ao tema da medida provisória, pedimos apoio.

Documento 247/513

| | | |
|---|------------------------------------|---------------|
| 131.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária | - 16/12/2020- |
| | CD | 22:40 |
| Publ.: DCD - 17/12/2020 - PAULO GANIME-NOVO -RJ | | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Defesa de ampliação do acesso da população brasileira à tecnologia. Implantação de projeto de inovação tecnológica sustentável no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado.

Aqui nós estamos falando de eficiência, eficiência que vai para a população.

Eu quero saber qual tecnologia estamos usando para os Deputados que não estão fisicamente no plenário participarem desta reunião. É uma tecnologia que não é brasileira, o Zoom. Essa é a ferramenta. Encontramos essa tecnologia, que é uma tecnologia eficiente e que resolve o nosso problema. É disso que estamos falando.

A maioria que está participando desta reunião de forma virtual está fazendo o quê? Usando celular Samsung ou iPhone, que também não são brasileiros. E quem está no seu computador está usando o quê? Um Apple ou um IBM. Nada disso é brasileiro. E são soluções tecnológicas eficientes. Aqui mesmo, há *notebooks* da Lenovo sendo usados pela Câmara dos Deputados. Nada disso é brasileiro.

Nós queremos solução, não queremos definir como é o meio. Queremos levar respostas e soluções tecnológicas para a população brasileira, a melhor solução e a mais barata. É isso que nos faz pagar melhor e mais barato, não é ficar fazendo reserva de mercado para aquilo que vai gerar dinheiro sabem para quem? Para o bolso de algumas poucas pessoas, pagando a conta a população brasileira.

Chega de demagogia! Vamos resolver o problema da população. E o problema da população vai ser resolvido com tecnologia, onde ela estiver, não necessariamente no Brasil.

É claro que queremos melhorar a educação, melhorar as condições para quem queira empreender, inovar. Aprovamos aqui, recentemente, o Marco Legal das *Startups*. Quem sabe com isso consigamos ter tecnologias como essa aqui para resolver o problema do Brasil, inclusive na área de energia!

Aproveito para dizer, Presidente, concluindo aqui, já que V.Exa. foi muito generoso com meu tempo, que estamos com um projeto muito legal no Rio de Janeiro, em parceria com o MIT REAP, para criar no Rio de Janeiro um ambiente de inovação, de sustentabilidade e energia, um *hub* para gerar soluções como essas. Aí, sim, quem sabe, no futuro, sem precisar necessariamente de dinheiro público, faremos

com que o Brasil gere essas soluções eficientes, mas, enquanto isso, temos que ir atrás da solução onde ela estiver.

Obrigado, Presidente.

Documento 248/513

131.2020

Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/12/2020-
CD 22:56

Publ.: DCD - 17/12/2020 - IGOR TIMO-PODE -MG

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Deputado Léo Moraes, Relator da Medida Provisória nº 998, de 2020, acerca da alteração de diplomas legais e da transferência, para a União, das ações de titularidade da Comissão Nacional de Energia Nuclear, representativas do capital social das Indústrias Nucleares do Brasil S/A e da Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A. Solicitação aos Deputados de apoio ao Requerimento de Destaque nº 11. Presença do Presidente Jair Bolsonaro no Estado de Minas Gerais, para lançamento das obras da BR-367. Agradecimento ao Governo Federal pela inclusão das regiões do Alto Rio Pardo, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri na área de abrangência da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF. Importância econômica da renovação do decreto sobre a exploração da reserva de lítio no Brasil e a verticalização da sua cadeia produtiva. Votos de feliz Natal e próspero Ano Novo aos Parlamentares e colaboradores da Casa.

O SR. IGOR TIMO (PODE - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.)
- Muito obrigado, Presidente.

Queria aproveitar a oportunidade para parabenizar, pelo belíssimo trabalho feito, o Relator, o meu colega de partido Deputado Léo Moraes. Eu tenho certeza absoluta de que esta medida provisória dará uma grande contribuição ao nosso País, principalmente em se tratando das energias renováveis.

Aproveito a oportunidade, Presidente, para pedir o apoio da nossa bancada e de todos os Parlamentares para o Destaque nº 11, haja vista a necessidade de correção, pois o Estado de Minas Gerais ficou fora do último acordo. Essa é uma correção necessária porque tal acordo deixou o Estado onerado em cifras expressivas. Esse destaque permite essa correção. Por isso, parabenizo o Líder da nossa bancada, o Deputado Diego Andrade, responsável pelo destaque e pela grande

articulação.

Aproveito esta oportunidade também, Presidente, para falar de um momento histórico que acontecerá amanhã, no querido Estado de Minas Gerais, em especial na minha região de origem, uma das mais carentes do nosso País, o Vale do Jequitinhonha, que terá a honra de receber o nosso Presidente para lançamento da pedra fundamental de um sonho idealizado pelo saudoso Juscelino Kubitschek: a conclusão da obra da BR-367, uma rodovia idealizada há 71 anos e que agora terá lançada a pedra fundamental da obra de sua conclusão.

Agradeço imensamente ao Governo por esse gesto em prol do Estado de Minas Gerais e, principalmente, por ter incluído ao Alto Rio Pardo, o Vale do Jequitinhonha e o Vale do Mucuri na área de abrangência da CODEVASF. Esse gesto levará obras estruturantes para aquela região, principalmente para corrigir um erro histórico no combate à nossa escassez hídrica.

Quero também, Presidente, parabenizar o Governo por outro gesto importantíssimo realizado ontem: a renovação do decreto que permite a exploração da reserva de lítio no nosso País e, principalmente, a verticalização da cadeia. A região do Vale do Jequitinhonha detém 85% das reservas de lítio do nosso País. Como estamos votando uma MP que trata de energia, é importante frisar a importância do lítio, justamente um dos principais elementos utilizados em baterias de celulares, drones, veículos elétricos. Com certeza absoluta, a renovação desse decreto permitirá a verticalização da cadeia, gerando emprego e renda em uma região que, por muitos anos, ficou à margem das políticas públicas.

Eu, oriundo daquela região, hoje, com muito entusiasmo, venho aqui dizer que todas essas conquistas foram alcançadas agora. E, com certeza absoluta, para isso tivemos o apoio da bancada mineira e do Governo. Então, venho aqui porque aprendi, no seio da minha família, que gratidão é algo que não tem preço nem prazo de validade e que quem não é grato não é digno do que recebeu. O povo do Jequitinhonha será eternamente grato por tudo o que está recebendo.

Um grande abraço a todos. E como acredito que este seja o meu último pronunciamento nesta Casa, desejo um feliz Natal e um próspero Ano-Novo a todos os Parlamentares, a todos os colaboradores, que deram uma grande contribuição em um ano tão difícil para superarmos esta pandemia ou a enfrentarmos, como a população esperaria de nós. Deus nos abençoe nesta missão!

Sumário

Caráter irresponsável do desestímulo do Presidente Jair Bolsonaro à vacinação contra a Covid-19. Tentativa, pelo Presidente da República, de apropriação do Estado brasileiro em defesa dos seus interesses e dos seus familiares. Natureza desastrosa da política econômico-sanitária vigente no País.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu aproveito este momento para dizer que é absolutamente irresponsável e criminoso o Presidente da República estimular a não vacinação ao dizer que ele mesmo não vai se vacinar. Isso é de uma irresponsabilidade enorme, típica de quem negou a gravidade de uma pandemia que já levou mais de 186 mil brasileiros. E todo mundo que parte é amor de alguém, são pessoas que têm história, que têm laços afetivos, são pessoas que arrancam uma parte de quem fica.

Por isso, é inadmissível que nós tenhamos um Presidente que tem uma única preocupação: apossar-se do Estado para defender a sua família, o seu filho; apossar-se do Estado para não sofrer as investigações necessárias para que o País tenha algumas respostas, como, por exemplo, por que a mulher do Presidente da República recebeu 89 mil reais de uma conta de Queiroz.

Portanto, o Brasil foi sequestrado, e o povo brasileiro está como refém de uma política que é um desastre do ponto de vista econômico e do ponto de vista sanitário e que, em verdade, estimula toda sorte de ódio, seja o ódio misógino, seja o ódio LGBTfóbico, seja o ódio adultocêntrico, inclusive, seja o ódio racista, seja o ódio capacitista. É como se houvesse aqui um darwinismo social. Chega às raias de um eugenismo o que o Presidente da República tem estabelecido neste País.

É lamentável que tenhamos um Presidente que diz que não vai se vacinar.

É o Brasil inteiro querendo a vacina, o mundo inteiro clamando pela vacina, e o Presidente da República diz: "*Não vou me vacinar!*" Agindo assim, ele vai na contramão das evidências científicas, da história e do amor ao povo brasileiro.

Muito obrigada.

| | | |
|--|--|------------------------|
| 131.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/12/2020- CD | 23:32 |
| Publ.: DCD - 17/12/2020 - GIOVANI CHERINI-PL -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Repúdio ao discurso da Esquerda acerca da obrigatoriedade de vacinação contra o coronavírus. Inexistência de vacina eficiente e segura contra a doença. Existência de medicamento eficaz para tratamento da Covid-19.

O SR. GIOVANI CHERINI (Bloco/PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Deputado Evair, lamentável é ver que aqueles que destruíram o País querem agora que as pessoas não tenham a liberdade de escolher o que é mais importante para sua saúde. Você não pode ser obrigado a tomar uma vacina se não tiver segurança para isso. Isso é democracia. Como você vai tomar uma vacina se não tem segurança?

Portanto, é realmente lamentável, é muito lamentável que aqueles que entregaram e solaparam o País, que provocaram todos os escândalos da PETROBRAS, venham agora fazer esse tipo de discurso, porque o Presidente da República disse que não vai tomar a vacina. Se for a vacina que está aí, eu também não vou me vacinar, e não vou ser obrigado a tomá-la. Por que eu tenho que ser obrigado a tomar uma vacina se a saúde é minha, se o responsável pela minha vida sou eu? Isso é democracia!

Perdoem-me, mas a vacina não pode ser obrigatória. Cada um toma a vacina se achar que deve fazê-lo, porque ninguém vai se responsabilizar pelos efeitos colaterais e pelos traumas que essas vacinas vão trazer. Não vamos fazer cegamente uma coisa que ninguém sabe ainda o que é, que ninguém sabe onde vai dar. Precisamos agir com responsabilidade, porque se trata da saúde das pessoas, de vidas humanas. Nós temos que respeitar a vida das pessoas, e quem respeita a vida das pessoas não fica vendendo a ideia de uma vacina a qualquer preço, a qualquer hora, de qualquer jeito.

Vamos ter responsabilidade! Existe remédio para a COVID, sim. O Governo fez pesquisas e viu que existe remédio. No entanto, infelizmente, há órgãos e parte da sociedade que não querem admitir isso.

A vacinação tem que ser feita, mas se for segura para a população. Além disso, alguém tem que ser responsável por isso.

É apenas isso que eu queria dizer.

Muito obrigado.

Documento 251/513

| | | |
|-------------------------|------------------------------------|------------------|
| 130.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária | 16/12/2020-16:56 |
| | - CD | |
| Publ.: DCD - 17/12/2020 | BOHN GASS-PT -RS | |
| - | | |
| CÂMARA | DOS | QUESTÃO DE |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | ORDEM DE |
| | | QUESTÃO DE |
| | | ORDEM |

Sumário

Questão de ordem sobre a votação individual dos requerimentos de destaques oferecidos às Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 1.013, de 2020, acerca da suspensão do pagamento de dívidas no âmbito do Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro - PROFUT, criado pela Lei nº 13.155, de 2015, durante a emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Questão de ordem do PT, Sr. Presidente. É importante.

Veja bem, pela informação que eu tenho, e queria a orientação de V.Exa., nós temos três destaques, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gil Cutrim. PDT - MA) - Vamos aumentar o som do microfone do Deputado.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Nós temos três destaques. Os três destaques que o Senado colocou, aditivos ou de reposição, das três alterações que foram feitas, a bancada do PT e a do PCdoB, pela informação que eu tenho, fez destaques.

Então, se há destaques, não faz sentido fazemos a votação agora, porque nós ainda vamos apreciá-los.

Eu gostaria de saber se a interpretação da Mesa é a mesma que eu tenho: pelo fato de haver três destaques, que serão apreciados

individualmente, não faz sentido votarmos em bloco, agora, o relatório do nobre Deputado que fez a relatoria. Sugiro que nós apreciemos separadamente os três destaques, já que eles foram destacados, em vez de votarmos globalmente agora. Não faria sentido essa votação neste momento, Presidente.

Essa é a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gil Cutrim. PDT - MA) - Faz sentido, Deputado Bohn Gass, a questão de ordem de V.Exa., mas eu preciso seguir com esta votação para, logo em seguida, votarmos os destaques.

Como vota o PP?

Documento 252/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 130.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/12/2020- CD | 17:08 |
| Publ.: DCD - 17/12/2020 - BOHN GASS-PT -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda do Senado Federal nº 2, apresentada ao Projeto de Lei nº 1.013, de 2020, sobre a suspensão do pagamento de dívidas no âmbito do Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro - PROFUT, criado pela Lei nº 13.155, de 2015, durante a emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A nossa orientação, Presidente, é favorável.

Só peço que V.Exa. nos oriente. Quem vota "sim" é a favor da emenda? É essa a orientação?

O SR. PRESIDENTE (Gil Cutrim. PDT - MA) - Isso. "Sim" é a favor da emenda.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Então nós estamos votando "sim". A orientação do PT é "sim" por emprego. Talvez esse seja o tema mais importante. Nós, hoje, já lutamos para que tenhamos o salário mínimo reajustado acima da inflação. O nosso esforço é para manter um programa de renda emergencial, porque no ano que vem não vai haver mais a renda emergencial. O Bolsonaro está cortando a renda emergencial a partir de janeiro, já diminuiu pela metade. Nós

precisamos disso. E a pandemia continua. A pandemia continua, infelizmente.

Então, além da vacina, que foi a nossa luta, e o Governo demorou tanto para tomar a iniciativa, nós queremos a manutenção do emprego para as entidades que vierem a se beneficiar desse projeto importante, que o Senado só fez melhorar. Os nossos partidos votaram lá. Então, coerentemente com a votação dos nossos partidos, nós entendemos também que a Câmara deve ratificar.

Portanto, "sim" a esse destaque, mantendo empregos.

Documento 253/513

| | |
|--|--|
| 130.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/12/2020- CD 17:16 |
| Publ.: DCD - 17/12/2020 - AFONSO FLORENCE-PT -BA | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA |
| | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda do Senado Federal nº 2, apresentada ao Projeto de Lei nº 1.013, de 2020, sobre a suspensão do pagamento de dívidas no âmbito do Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro - PROFUT, criado pela Lei nº 13.155, de 2015, durante a emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, todos os partidos da Minoria orientaram "sim". Fundamental a aprovação desse projeto com essa emenda vinda do Senado, cujo tema central é a renda dos trabalhadores e trabalhadoras que mais precisam. O Governo Bolsonaro cortou na metade a renda emergencial. Ele poderia ter prorrogado por 600 reais. Ele não tem compromisso; pelo contrário, divulga que não vai ter renda emergencial no ano que vem e faz uma política de desvalorização do salário mínimo. Por isso, a Câmara dos Deputados, a Casa do Povo tem que seguir o cenário, porque é a Casa da República, garantindo o emprego.

A Minoria orienta "sim".

Obrigado, Presidente.

Documento 254/513

130.2020

Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/12/2020-
CD 17:44

Publ.: DCD - 17/12/2020 - ZÉ NETO-PT -BA

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Pedido à Presidência de anexação do Projeto de Lei nº 3.699, de 2020, de autoria do orador, sobre a distribuição gratuita de equipamentos de informática destinados ao uso educacional para alunos das escolas das redes públicas de ensino federal, estadual, distrital, municipal ou das escolas sem fins lucrativos de atendimento a pessoas com deficiência, durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da Covid-19, e de outros de igual teor ao Projeto de Lei nº 3.477, de 2020, acerca da garantia de acesso à internet, com fins educacionais, aos alunos e professores da educação básica pública.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de pedir atenção para uma situação. Na pauta, há o pedido de urgência, que está sendo encaminhado para votação, para o projeto de lei da Deputada Tabata Amaral que dispõe sobre inclusão digital, compra de computadores para professores e estudantes da rede pública. Eu queria saber se há alguma movimentação em relação a esse projeto.

Queria também pedir que se reúnam os outros projetos que estão na Casa com esse mesmo direcionamento, inclusive o nosso, o Projeto de Lei nº 3.699, de 2020, que tem 370 apoiantes. Além disso, Sr. Presidente, ele traz uma fonte de recursos, o FUST - Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, que está com mais de 23 bilhões de reais parados. São recursos que foram levantados com o objetivo de serem investidos na inclusão digital.

Sr. Presidente, eu peço a V.Exa. que faça o ajuntamento desses processos, anexe esses processos todos, se for possível, para vermos se conseguimos botá-los na pauta. Acho que amanhã vai haver sessão, não é?

O SR. PRESIDENTE (Gil Cutrim. PDT - MA) - Vou solicitar à Mesa.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA) - Ele está na mesa, só é preciso um pouquinho de boa vontade para conseguirmos estabelecer essa votação amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Gil Cutrim. PDT - MA) - É necessário combinar isso com os Líderes, então.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA) - É uma coisa que eu não consigo enxergar, Sr. Presidente, eu não consigo...

Eu conversei agora com o Deputado Enio Verri, nosso Líder. V.Exa. é pai. Todos aqui temos família. Vemos que as escolas particulares continuam tendo aula, continuam aprovando as crianças e aprovando os jovens. As escolas públicas estão sem aula. Os jovens, as crianças que estudam nelas estão sem aula. Eles não têm computador e não têm dinheiro para comprar computador. As aulas não vão voltar sem o computador na mão dos estudantes, porque não vão voltar de vez. Esta Casa tem vários projetos que cuidam desse assunto, mas está se fazendo de João-sem-braço. Existe o FUST, que é o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, que podia ser utilizado, mas não foi.

Chamo mais uma vez atenção para isso e lhe digo, Sr. Presidente, que chamo atenção como cidadão, como político, mas, acima de tudo, como pai que fica pensando na situação de milhões de famílias que, neste momento, estão com seus filhos, com suas filhas, com seus jovens e com suas crianças sem acesso à escola.

O SR. PRESIDENTE (Gil Cutrim. PDT - MA) - Deputado, está pautado o Projeto de Lei nº 3.477, de 2020, mas eu não tenho autonomia para apensar outros projetos a ele, já que ele foi publicado em separado.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA) - Eu vi. Eu estou pedindo que a Mesa, se for possível, olhe isso. Há um requerimento do Deputado Enio solicitando esse apensamento, porque há seis projetos que cuidam do mesmo tema.

Acho, inclusive, Sr. Presidente, que isso vai nos ajudar a ter mais elementos na hora de aprovar. Às vezes, quando fazemos um apensamento de projetos, fica mais rico, fica mais vasto o ambiente para trabalharmos uma solução adequada. O nosso, por exemplo, trata do FUST, outro projeto trata de outra coisa, e por aí vai.

Eu acho que seria mais adequado juntar esses processos, apensá-los. Há um requerimento na mesa, feito pelo nosso Líder, o Deputado Enio Verri, com esse objetivo. Eu insistiria neste assunto. Para mim, trata-se de um assunto estratégico para as famílias, para a educação, para a justiça social. Escolas públicas precisam ter computadores. Nossas crianças e nossos professores precisam receber computadores de graça, pagos pelo FUST. É isso que eu acho que tem que acontecer.

Publ.: DCD - 17/12/2020 - AFONSO FLORENCE-PT -BA

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Pedido à Presidência de inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 4.113, de 2020, acerca das normas de caráter transitório aplicáveis a parcerias celebradas pela administração pública, durante o período de calamidade pública tratado no Decreto Legislativo nº 6, de 2020.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, por gentileza, permita-me falar pela Minoria. Sou o Deputado Afonso Florence, do PT.

Solicitaria também, se possível, que se encaminhasse ao Deputado Rodrigo Maia e à Mesa o pedido de inclusão na pauta de amanhã do Projeto de Lei nº 4.113, de 2020, que dá segurança jurídica à prestação de contas das organizações da sociedade civil durante o período da pandemia, que já está passando. O requerimento de urgência para esse projeto já foi aprovado. Ele é do interesse de inúmeras frentes parlamentares, como a Frente Parlamentar Mista em Defesa das Organizações da Sociedade Civil, a Frente Parlamentar Mista em Apoio aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis da ONU - ODS, a Frente Parlamentar de Apoio às Santas Casas, Hospitais e Entidades Filantrópicas e a Frente Parlamentar Mista em Defesa das APAEs. Então, esse é um PL que não apresenta problemas. Ele passou bem pela Consultoria Jurídica da Casa, que quero aqui parabenizar, e já tem urgência aprovada. Acho que ele pode ser aprovado por consenso. Solicito à Mesa que veja a possibilidade, eventualmente consultando os Líderes, da inclusão na pauta de amanhã do PL 4.113.

Obrigado, Presidente.

Documento 256/513

| | | |
|----------|--|-------|
| 130.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/12/2020- CD | 17:52 |
|----------|--|-------|

Publ.: DCD - 17/12/2020 - BOHN GASS-PT -RS

| | | |
|---------------------|---------------------|------------------------|
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |
|---------------------|---------------------|------------------------|

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda do Senado Federal nº 3, apresentada ao Projeto de Lei nº 1.013, de 2020, sobre a suspensão do pagamento de dívidas no âmbito do

Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro - PROFUT, criado pela Lei nº 13.155, de 2015, durante a emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Já fiz a manifestação. O PT é favorável, exatamente para dar às pessoas segurança.

Esse é um tema importante. Muitas vezes, no Brasil, nós nos demoramos em uma orientação totalmente difusa e contrária às orientações da Organização Mundial da Saúde. O Brasil teve um prejuízo duplo, porque não houve uma orientação correta por parte da Presidência da República. O que aconteceu? Nós temos mais mortes.

Poderíamos ter evitado mortes se tivéssemos uma orientação clara do Presidente da República, falando, junto com Governadores e Prefeitos, um linguajar único, e não divergente - o próprio Bolsonaro estimulou a divergência. Assim, teríamos menos pessoas mortas, e a economia estaria funcionando, com seus critérios, com seus cuidados, com suas regras, que seriam obedecidas por todos. Hoje, ninguém obedece às bandeiras e às orientações. Por quê? Porque o Presidente da República não obedece.

Queremos que as atividades sejam orientadas por dados científicos e técnicos. Por isso, nós queremos o "sim", com respeito às pessoas, à saúde e à economia.

Obrigado, Presidente.

Documento 257/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 130.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/12/2020- CD | 18:00 |
| Publ.: DCD - 17/12/2020 - FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda do Senado Federal nº 3, apresentada ao Projeto de Lei nº 1.013, de 2020, sobre a suspensão do pagamento de dívidas no âmbito do Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro - PROFUT, criado pela Lei nº 13.155, de 2015, durante a emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus. Inexistência, no âmbito do Governo Federal, de plano nacional de vacinação contra o coronavírus. Anúncio da apresentação de projeto de decreto legislativo

para revogação do Decreto nº 10.578, de 2020, sobre a dissolução societária do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S/A, e a publicização das atividades direcionadas à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação no setor de microeletrônica.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, o PSOL vota "sim".

Enquanto o Brasil conta 183 mil vidas perdidas para a COVID, infelizmente, além de não priorizar a saúde e não ter um plano nacional de vacinação, o Governo está preocupado em desmontar as estruturas públicas do nosso País.

Acabo de saber que foi publicado o Decreto nº 10.578, extinguindo o Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada - CEITEC, que é um dos principais polos da América Latina para a confecção de semicondutores, com um quadro técnico de especialistas que dá inveja a muitos países do mundo e a muitas empresas de tecnologia. Bolsonaro, em um processo eivado de irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas da União, 2 dias antes de o Supremo julgar a ADI 6.241, faz, por decreto, a extinção do CEITEC. Isso é uma vergonha para o Brasil!

Nós do PSOL não aceitamos isso. Nós defendemos a ciência, a tecnologia, o CEITEC público. Estamos junto com os trabalhadores e as trabalhadoras fazendo todos os movimentos necessários: PDL para revogar o decreto, denúncia pública e política para defender nossa ciência e tecnologia e tirar este Governo negacionista do Palácio do Planalto.

Fora, Bolsonaro! O CEITEC fica!

Documento 258/513

| | | |
|--|--|------------|
| 130.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/12/2020- CD | 18:04 |
| Publ.: DCD - 17/12/2020 - MARCELO ARO-PP -MG | | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Importância da aprovação do Projeto de Lei nº 1.013, de 2020, sobre a suspensão do pagamento de dívidas no âmbito do Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro - PROFUT, criado pela Lei nº 13.155, de 2015, durante a emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus. Agradecimento ao Presidente Rodrigo

Maia e aos Líderes partidários.

O SR. MARCELO ARO (Bloco/PP - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero agradecer-lhe pela condução dos trabalhos. V.Exa. conduziu a votação com maestria, deu voz a todos aqueles que queriam falar, aos favoráveis e aos contrários. Também quero agradecer aos nobres colegas, porque aqui fizemos um debate de alto nível sobre o futuro do futebol brasileiro.

V.Exas. sabem que esse projeto é um alento para a indústria do futebol, que passa pelo momento mais difícil de sua história. A arrecadação caiu, mas caiu muito! Os times de futebol que viviam dos jogos, das rendas dos jogos, não estão mais tendo essa arrecadação, obviamente porque a torcida está proibida de entrar nos estádios por causa do coronavírus.

Nós, o povo que gosta de futebol - e eu me incluo aqui, por isso falo "nós" -, passamos por um momento muito escuro nesses últimos meses, porque não pudemos ir aos estádios. Mas, graças a Deus, o futebol continuou, e, mesmo de longe, mesmo sem estar ali no estádio, continuamos torcendo de casa pelo sucesso dos nossos times.

Sei que cada um neste Parlamento tem um time de preferência, assim como eu.

Saibam que hoje nós demos um alento a esses clubes. Suas arrecadações foram lá para o chão, e agora nós suspendemos, com este projeto, a cobrança do PROFUT durante o período da pandemia. Esta é uma iniciativa mais que justa para uma indústria que movimenta tantos recursos e gera tantos empregos no nosso País.

Eu quero, de maneira especial, se V.Exa. me permite, Sr. Presidente, agradecer aos Líderes partidários que, desde o começo, quando eu relatei este projeto, me apoiaram. Quero agradecer também ao Presidente Rodrigo Maia, que confiou a mim a relatoria deste projeto, que, junto com o Deputado Arthur Lira, Líder do meu partido, me confiou a condução nesta Casa desta discussão. Quero agradecer aos Senadores que também participaram deste debate. De maneira especial, preciso registrar a colaboração da Confederação Brasileira de Futebol - CBF, através do Presidente Rogério Caboclo, que, durante todo este processo, ligava, perguntava e orientava vários Deputados em reuniões e conversas nesta Casa, mostrando o que era melhor para o futebol brasileiro. Parabéns ao Presidente Rogério Caboclo e parabéns ao Secretário-Geral, Walter Feldman, que também sempre está à frente destas discussões.

Hoje encerramos aqui mais um momento histórico para o futebol

brasileiro. Muito me orgulha fazer parte deste momento e ter colaborado para a aprovação deste texto, lembrando que o texto ficou como a Câmara dos Deputados queria desde o começo. Este foi o texto aprovado pela Câmara dos Deputados. Hoje, mais uma vez os Deputados se manifestaram favoravelmente ao nosso relatório.

Muito obrigado a todos. Eu sigo à disposição. Mais uma vez, obrigado, Presidente.

Este é um dia histórico para o futebol brasileiro. Nós temos hoje motivos de sobra para comemorar.

Documento 259/513

| | | |
|---|--|---------------------|
| 130.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/12/2020- CD | 19:04 |
| Publ.: DCD - 17/12/2020 - LÉO MORAES-PODE -RO | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PARECER DISCURSO |

Sumário

Emissão de parecer à Medida Provisória nº 998, de 2020, sobre a alteração de diplomas legais e a transferência, para a União, das ações de titularidade da Comissão Nacional de Energia Nuclear, representativas do capital social das Indústrias Nucleares do Brasil S/A e da Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A., e às Emendas de nºs 1 a 205, apresentadas conforme o caput do art. 3º do Ato Conjunto nº 1, de 2020, editado pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

O SR. LÉO MORAES (PODE - RO. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, desejo boa tarde a todos, neste momento tão especial e tão importante para o nosso Brasil, sobretudo para os Estados do Norte, pois estamos discutindo aqui o diferimento das altas tarifas que são praticadas em Estados que muito contribuem para o pacto federativo, diante das reservas hidrológicas e, infelizmente, de um alto passivo que fica para a nossa Região.

Saúdo todos e gostaria de pedir licença para ir direto ao mérito da matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aro. Bloco/PP - MG) - O.k., Deputado Léo.

O SR. LÉO MORAES (PODE - RO) - Passo à leitura:

"II.2 - Do mérito

Consideramos conveniente e oportuna a Medida Provisória nº 998, de 2020, considerando a necessidade de se implementarem medidas que resultem na redução do custo da energia para o consumidor final, no aperfeiçoamento do arcabouço legal do setor elétrico e na viabilidade do projeto da usina termelétrica nuclear Angra 3.

A MPV nº 998, de 2020, possibilitará a mitigação de efeitos econômicos da pandemia da COVID-19 sobre as tarifas de energia elétrica, implementando dispositivos complementares aos propostos durante a vigência da Medida Provisória nº 950, de 2020", da qual fui Relator, e conseguimos encontrar a quota de desenvolvimento energético para suprir essa demanda.

"A existência de recursos não utilizados em projetos de P&D e eficiência energética da ordem de R\$ 3,4 bilhões representa uma oportunidade de mitigar os potenciais aumentos tarifários advindos dos efeitos da pandemia. O direcionamento desses recursos para a CDE para fins de modicidade tarifária representa alívio para o consumidor de energia elétrica, que sofre com aumentos tarifários historicamente acima dos índices inflacionários.

Por outro lado, esse direcionamento não deverá impactar projetos de P&D e eficiência energética já aprovados e em andamento, impedindo a ruptura do processo de produção de conhecimento no setor.

Quanto à redução de subsídios das tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição que incidem na produção e no consumo de energia ligados às usinas eólicas, solares e de biomassa, é importante destacar que as fontes incentivadas se mostraram bastante competitivas nos últimos leilões de energia. Em contrapartida, a manutenção da regra anterior à MPV levaria o subsídio por elas recebido, que já supera R\$ 5 bilhões por ano na CDE, a um crescimento exponencial, tendo em vista que, cada vez que um benefício é concedido, seus efeitos perduram por até 20 anos. Nesse sentido, o mero remanejamento de recursos de P&D e eficiência energética para a CDE surtiria pouco efeito na modicidade tarifária caso esse avanço de gastos não fosse controlado. Importante destacar que a medida provisória prevê a instituição de mecanismo de substituição a esse subsídio, o que deverá assegurar a continuidade do crescimento da participação dessas fontes, agora em bases sustentáveis.

Releva destacar que se mostra oportuna a equalização, entre os agentes localizados nos Estados de uma mesma região geográfica, do custo unitário do encargo tarifário das quotas anuais da CDE. Até então, os Estados do Acre e de Rondônia pagavam quotas de CDE

superiores às dos demais Estados da Região Norte, considerando que estão interligados ao SIN por meio do subsistema Sudeste/Centro-Oeste. Esse dispositivo representa a correção de uma distorção histórica, que onerava injustamente essas duas Unidades da Federação.

Adicionalmente, ao alterar a forma de valoração da quantidade de energia elétrica no ACR, a medida provisória corrigiu outra disfuncionalidade, que provocava cobrança em duplicidade de encargos dos consumidores ligados a distribuidoras que atendem aos sistemas isolados. Esse dispositivo contribuiu para fornecer incentivos à privatização da distribuidora do Amapá, que tem enfrentado graves problemas para atender o seu mercado.

Quanto à viabilização do projeto Angra 3 proporcionada pela matéria, releva destacar o importante papel desse empreendimento para assegurar energia firme para o Sistema Interligado Nacional, o que é ainda mais importante no cenário contemporâneo, considerando o crescimento da participação das fontes intermitentes adicionadas ao sistema nos últimos anos. Para se consolidar como líder mundial em geração de energia limpa, o Brasil não pode prescindir da segurança energética que o projeto conferirá a todo o sistema.

Também se mostra oportuna a reorganização promovida pela matéria sobre instituições do setor nuclear. A CNEN acumula grande número de atribuições, resumidas nos termos do Decreto nº 8.886, de 24 de outubro de 2016, e que incluem execução de ações diversas ligadas ao setor nuclear, além de regulamentação, licenciamento, autorização e controle dessas ações. Logo, parece-nos oportuno que o órgão permaneça com as atividades próprias de autarquia, como regulamentação, licenciamento e fiscalização, e transmita a outro ente o controle de empresas ligadas à execução das ações.

Adicionalmente, quanto ao resgate acionário das sociedades de economia mista INB e NUCLEP, entendemos que não haverá prejuízos aos acionistas minoritários, considerando que a valoração das ações se dará a partir do balanço contábil das empresas, em consonância com o disposto na Lei das Sociedades por Ações (SAs). Ademais, trata-se de uma medida que possibilitará melhor organização do setor nuclear, permitindo que fique mais dinâmico e gerenciável.

Passamos a tratar agora das razões que nos levaram a acatar as emendas incorporadas ao projeto de lei de conversão proposto em anexo a este Parecer.

Entendemos necessário aprofundar as medidas para ampliar a modicidade tarifária, sobretudo considerando, conforme já exposto, o histórico de crescimento da tarifa ao consumidor final. Nesse sentido, é



essencial fomentar, no âmbito dos leilões de geração de energia e de capacidade, a competição entre empreendimentos novos e existentes, medida que deverá exercer impacto sobre os novos contratos a serem celebrados. Por isso, acatamos parcialmente as Emendas 27, 49, 80, 90, 93, 94, 186, 200 e 204, com os devidos ajustes. Ainda relacionado ao texto objeto dessas emendas, foi omitido o termo "geração" do artigo objeto de suas alterações, abrindo caminho para outros recursos energéticos.

Também foram acolhidas as Emendas 41 e 56, que estabelecem a necessidade de observância do disposto no inciso XXIII, art. 21 da Constituição Federal. Esse dispositivo determina ser de competência da União tanto a exploração dos serviços e instalações nucleares de qualquer natureza como o exercício do monopólio estatal sobre a pesquisa, lavra, enriquecimento e reprocessamento, industrialização e comércio de minerais nucleares e seus derivados. Ao dar ênfase à observância desse dispositivo, as emendas estabelecem que a outorga de autorização para a exploração da usina termelétrica nuclear Angra 3 seja de competência exclusiva de uma empresa estatal, eliminando espaço para interpretações divergentes.

Entendemos oportuno, adicionalmente, o acatamento da Emenda 87, que permite, em caso de privatização, que seja outorgada nova concessão para contratos prorrogados nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013. Ainda que haja vigente previsão legal similar, essa medida deverá conferir maior segurança jurídica para esse tipo de operação.

A Emenda 124 foi acatada por possibilitar uma ampliação dos segmentos econômicos englobados na destinação dos investimentos em eficiência energética, que na redação original estavam restritos à indústria. A emenda possibilitou aperfeiçoamento do texto da medida provisória.

A Emenda 163 possibilita o aperfeiçoamento do texto e assegura a destinação de montante mínimo de recursos para os projetos de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética, razão pela qual foi incluída no texto do Substitutivo.

Adicionalmente, considerando que a usina Angra 3 confere segurança energética para todo o sistema interligado, julgamos necessário que os custos relacionados ao contrato de comercialização de energia elétrica desse empreendimento fossem distribuídos entre todos os consumidores, e não recaísse somente sobre o regulado. Dessa forma, visando possibilitar essa divisão, acatamos a Emenda 199, que permite criação de adicional tarifário para esse fim.

Importante destacar que o término da validade da Medida Provisória nº

950, de 2020, colocou em risco algumas medidas que garantiriam a correta aplicação e arrecadação de recursos relacionado à Conta-Covid. Nesse sentido, acatamos a Emenda 192, que possibilitará a distribuição entre os consumidores ligados ao SIN dos custos decorrentes dos impactos da pandemia sobre o setor de energia. Adicionalmente, ainda na mesma esteira, julgamos necessária a introdução de dispositivo adicional, na forma da emenda do Relator apresentada em anexo, que permitiu o resgate de outro dispositivo que expirou com o término da validade da MPV 950/2020, e que possibilitava o pagamento pela CDE de despesas relacionadas à Conta-COVID.

II.3 - Conclusão do Voto.

Ante o exposto, pela Comissão Mista, votamos:

- a) pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 998, de 2020;
- b) pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 998, de 2020, e das emendas apresentadas perante a Comissão Mista, com a exceção das Emendas nºs 88, 101 e 115, que apresentaram técnica legislativa inadequada;
- c) pela adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 998, de 2020, e das emendas apresentadas perante a Comissão Mista, com a exceção das Emendas nºs 79, 86 e 101, integralmente, e nºs 8 e 144, parcialmente; e
- d) no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 998, de 2020, e das Emendas nºs 27, 41, 49, 56, 80, 87, 90, 93, 94, 124, 163, 186, 192, 199, 200 e 204, acolhidas parcial ou integralmente, na forma do Projeto de Lei de Conversão em anexo, e pela rejeição das demais Emendas."

Assim está lido o relatório, Sr. Presidente.

Documento 260/513

| | | |
|--|--|------------|
| 130.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/12/2020- CD | 19:16 |
| Publ.: DCD - 17/12/2020 - PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC | | |
| CÂMARA | DOS | COMO LÍDER |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Reajuste nas tarifas de energia elétrica e baixa qualidade dos serviços prestados à população acriana pela empresa Energisa. Contrariedade à votação da



Medida Provisória nº 998, de 2020, sobre a alteração de diplomas legais e a transferência, para a União, das ações de titularidade da Comissão Nacional de Energia Nuclear, representativas do capital social das Indústrias Nucleares do Brasil S/A e da Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A. Dificuldades enfrentadas pelos brasileiros em 2020. Encerramento do auxílio pecuniário emergencial concedido a trabalhadores e famílias carentes, diante da crise provocada pela Covid-19. Descaso do Governo Jair Bolsonaro com a vacinação do povo brasileiro contra o coronavírus.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, esta Medida Provisória nº 998 pode até ter tido ou ter trazido a intenção de melhorar as contas de energia, por exemplo, do nosso Acre, mas ela não conseguiu. No Estado de Rondônia houve uma redução de 11% na conta de energia, e no Acre houve um reajuste, acima de 4%. Ninguém no Acre entende até hoje por que, desde que a companhia de energia elétrica do Estado foi privatizada, comprada pela Energisa, o povo não parou mais de pagar altas contas de energia. Imaginem que uma família de três pessoas - um casal e uma criança -, que não tem ar-condicionado, que tem ventilador em casa, uma geladeira, um *freezer* e alguns bicos de luz está pagando mais de 700 reais. Isso é um absurdo. As pessoas não têm dinheiro para pagar a conta de energia no Acre, estão tendo que fazer a opção entre fazer a feira e pagar a conta de energia.

Então, esta Casa, ao olhar para um problema como esse, tem que discutir como resolvê-lo. Paliativos já não servem mais. Eu até entendo o esforço do Deputado Léo Moraes, que é de Rondônia, onde conseguiram reduzir em 11% a conta de energia. No Acre não foi por falta de esforço da bancada federal, porque acompanhei de perto o esforço dos oito Deputados Federais e dos três Senadores do Acre. Já existe até uma CPI no Estado sobre a conta de energia. Acreditem: no final de semana, eu estava em casa, e a energia foi cortada pelo menos 3 vezes no tempo de 10 minutos. Não existe aparelho eletrodoméstico que aguente essa situação. Aliás, o grande número de reclamações no PROCON do Acre é contra a Energisa, por causa dos aparelhos queimados.

Nós não vamos aceitar de forma alguma votar uma medida provisória que faz com que o povo do Acre tenha que pagar a sua conta de luz com reajuste.

É preciso que a ANEEL cumpra com a sua obrigação. O que aconteceu no Amapá - por mais de 10 dias a população ficou sem energia - pode acontecer no Acre também, porque a ANEEL não está fiscalizando. Nós dissemos isso hoje para os Diretores da ANEEL, quando a bancada do Acre foi até lá. Não podemos continuar assistindo a isto:

um país com tanta energia, e a população pagando a energia mais cara. Não vamos aceitar isso.

Queria encerrar, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: o povo brasileiro já sabe que teve um ano muito difícil, sentiu na pele o desemprego, a carestia, a troca do gás de cozinha pela lenha na maioria dos lares, das comunidades do Acre. O desemprego é grande, e a fome tem tomado conta. O auxílio emergencial pelo qual esta Casa brigou já não vai mais continuar.

E o Natal vai ser muito mais triste, porque os brasileiros vão assistir ao resto do mundo tomar vacina, e nós aqui ficaremos assistindo. Quando é que vamos começar uma campanha de vacinação, se o Governo Federal não preparou a indústria para os insumos, se não fez as encomendas necessárias de vacina para vacinar a população?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Aro. Bloco/PP - MG) - Peço que conclua, Deputada.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC) - Hoje o Presidente faz um movimento, um ato no Palácio para dizer que está lançando o programa de vacinação, mas ontem ele deu declarações, a todos os meios de comunicação, incentivando as pessoas a não tomarem vacina. Aliás, disse o seguinte: "*Eu não vou tomar essa vacina*". Isso é horrível para a população, que está assustada, está amedrontada com as mentiras e com as *fake news* do Presidente Bolsonaro.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 261/513

| | | |
|--|------------------------------------|---------------|
| 130.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária | - 16/12/2020- |
| | CD | 20:08 |
| Publ.: DCD - 17/12/2020 - CACÁ LEÃO-PP -BA | | |
| CÂMARA | DOS | COMO LÍDER |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Congratulações ao Relator Marcelo Aro, pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.013, de 2020, sobre a suspensão do pagamento de dívidas no âmbito do Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro - PROFUT, criado pela Lei nº 13.155, de 2015, durante a emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus. Saudações aos Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores eleitos no País em 2020, especialmente aos do Estado da Bahia.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente Marcelo Aro, primeiro quero cumprimentar V.Exa. pela aprovação do projeto sobre o PROFUT.

Aproveito esta oportunidade para parabenizar todos os Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores que estão sendo diplomados, ao longo desta semana, em todo o Brasil, em especial no Estado da Bahia.

Quero dizer a esses Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores que contem com o nosso mandato para que possamos fazer com que as coisas aconteçam com mais celeridade ainda no nosso Estado, fazer com que as coisas aconteçam com mais desenvolvimento ainda por todo o nosso Estado da Bahia.

Presidente Marcelo, peço que este pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação da Casa e também no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 262/513

| | |
|---|--|
| 130.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/12/2020- CD 20:12 |
| Publ.: DCD - 17/12/2020 - LÉO MORAES-PODE -RO | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA PARECER DISCURSO |

Sumário

Emissão de parecer às Emendas de Plenário de nºs 1 a 17, apresentadas à Medida Provisória nº 998, de 2020, sobre a alteração de diplomas legais e a transferência, para a União, das ações de titularidade da Comissão Nacional de Energia Nuclear, representativas do capital social das Indústrias Nucleares do Brasil S/A e da Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A.

O SR. LÉO MORAES (PODE - RO. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço licença para ir direto ao voto.

O SR. PRESIDENTE (Evair Vieira de Melo. Bloco/PP - ES) - Perfeito. Vamos direto ao voto.

O SR. LÉO MORAES (PODE - RO) - "Entendemos que todas as emendas apresentadas em plenário possuem mérito. Entretanto, após exaustivo processo de negociação, decidimos, a bem do entendimento e em favor da aprovação da matéria, alterar somente alguns pontos do texto final do projeto de lei de conversão a partir do acolhimento de emendas de Plenário" e da revisão de posicionamento a respeito de algumas emendas de Comissão anteriormente rejeitadas no parecer

preliminar.

"A Emenda de Plenário nº 2, do Deputado Bosco Saraiva (SD-AM), possui méritos, considerando que as concessões por ela abrangidas, dos Estados de Roraima e Amazonas, estavam em fase de consolidação contratual quando atingidas pelos efeitos da pandemia". Essa emenda de Plenário, uma reformulação do texto da Emenda nº 51, do Senador Chico Rodrigues, acrescida de uma delimitação, "permite abranger apenas distribuidoras recentemente privatizadas, considerando que as demais não necessitariam do benefício. Acolhemos o seu conteúdo no texto final do PLV.

A Emenda de Plenário nº 3, do Deputado Alessandro Molon (PSB-RJ), foi parcialmente acolhida com ajustes, considerando a importância de incluir a possibilidade de destinação de recursos de pesquisa e desenvolvimento para armazenamento de energia proveniente de fontes não despacháveis.

Também foram acolhidas as Emendas de Plenário nº 8 (parcialmente) e nº 9 (integralmente), ambas do Deputado Enio Verri (PT-PR) e do Deputado Carlos Zarattini (PT-SP), com ajustes, de forma a permitir que recursos programados para uso em eficiência energética sejam utilizados não compulsoriamente em projetos de geração de energia renovável em prédios públicos" - conteúdo similar ao da Emenda nº 23, do Deputado Carlos Zarattini.

Adicionalmente, julgamos adequado acolher algumas emendas que haviam sido preliminarmente rejeitadas no parecer preliminar da Comissão Mista.

O acolhimento à Emenda de Comissão nº 5 se mostrou oportuno, por viabilizar a alteração da data de referência do início do período de transição para o fim dos subsídios das fontes incentivadas. Ao acatar esse dispositivo, outros tiveram o mérito acolhido de forma parcial, como a Emenda de Plenário nº 17, do Deputado Danilo Forte, e a Emenda de Comissão nº 149, do Deputado Rodrigo Agostinho.

"Entendemos necessário viabilizar mudança que permita compensar agentes geradores por atrasos na implantação do empreendimento, desde que não tenham sido provocados por sua atuação ou negligência." Nesse sentido, acatamos a Emenda nº 91, do Deputado Marcelo Ramos, com ajuste da data de referência para o início da vigência da medida provisória. "Importante destacar que essa medida não implicará impacto sobre a tarifa, considerando que possibilitará somente a alteração do prazo de outorga."

A Emenda nº 108, do Deputado Enio Verri, recebeu acolhimento parcial por possibilitar a ampliação dos benefícios ambientais a serem

considerados no mecanismo que será implementado pelo Poder Executivo.

"(...) A versão original da MPV considerava somente a emissão de gases de efeito estufa, trecho que foi retirado após acolhimento dessa emenda", ora mais abrangente.

Também recebeu acolhida parcial a Emenda de Comissão nº 113, no "trecho que trata do encargo a ser cobrado dos usuários finais para remunerar a contratação de reserva de capacidade. Nessa melhoria, ficou estabelecido que a cobrança se daria na proporção do consumo de energia elétrica, e não sobre o total, o que se mostra bastante oportuno para conferir clareza ao texto.

Ante o exposto, pela Comissão Mista, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, e adequação financeira e orçamentária de todas as emendas de Plenário com apoio regimental, e, no mérito, somos pela aprovação integral da Emenda de Plenário nº 9, com ajustes, pela aprovação parcial das Emendas de Plenário nºs 2, 3, 8 e 17", e aprovação integral da Emenda de Comissão nº 5 e parcial das Emendas de Comissão nºs 23, 91, 108, 113 e 149, "na forma da subemenda substitutiva global ao PLV apresentada em anexo, e pela rejeição das demais emendas de Plenário".

Lido o parecer às emendas de Plenário oferecidas à Medida Provisória nº 998, Sr. Presidente.

Documento 263/513

130.2020 Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/12/2020-
CD 20:48

Publ.: DCD - 17/12/2020 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Maior atenção do Parlamento brasileiro para com o setor elétrico nacional. Defesa da aprovação de parecer consensual à Medida Provisória nº 998, de 2020, sobre a alteração de diplomas legais e a transferência, para a União, das ações de titularidade da Comissão Nacional de Energia Nuclear, representativas do capital social das Indústrias Nucleares do Brasil S/A e da Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A. Anseio da sociedade brasileira pela vacina contra a Covid-19. Imediata adoção, pelo Congresso Nacional, de providências diante do posicionamento do Presidente Jair Bolsonaro contrário à imunização do povo brasileiro. Apresentação, ao projeto sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO de 2020/2021, de emenda destinada à

aquisição de vacina contra o coronavírus. Recomposição das dotações orçamentárias do Sistema Único de Saúde - SUS.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Presidente.

Em primeiro lugar, eu quero remontar a esse apelo que fiz agora, no minuto a que tive direito para orientar a bancada, no sentido de que o setor elétrico brasileiro, que é absolutamente estratégico, deve ser olhado pela Casa como algo muito precioso. Não devemos tratar com açodamento um tema dessa importância.

Vejam o que ocorreu no Amapá. Aquilo deveria chamar a nossa atenção para que cuidássemos do setor elétrico, um setor estatal fundamental, porque faz parte do desenvolvimento nacional; é energia.

O mundo inteiro, hoje, debate a forma multimetrial de energia, e o Brasil é privilegiado, pois nós temos um país multimetrial em energia, e deveríamos cuidar disso como sendo a menina dos olhos, porque não é todo país que tem essa possibilidade.

Isso deveria ser tratado com muito cuidado. Apenas abrir mão do que nós temos, apenas olhar para um processo de privatização e deixar o País de comandar esse setor é muito grave. Isso é, para o olhar externo, uma burrice, mas para eles, em virtude da sua ganância, é bom. Para nós é muito ruim. Isso leva ao aumento de tarifa e à desassistência das populações mais vulneráveis, o que é péssimo, particularmente, para um projeto nacional de desenvolvimento.

Por isso, reitero o meu apelo para que reduzamos o relatório a algo consensual neste momento, a fim de que nós possamos tratar isso com mais carinho e com mais cuidado.

Mas eu queria também, Presidente, como médica, como profissional de saúde, como cidadã e como representante de uma parte dos eleitores deste País, tratar do que hoje nos aflige.

Perguntou o Ministro: *"Por que tanta ansiedade? Por que tanta angústia?"*. Quero dizer o que a sociedade brasileira inteira responde: *"Nós estamos ansiosos e angustiados porque as pessoas estão morrendo"*. Quem está sentindo a dor, a tristeza pela perda de familiares, de amigos, de gente próxima está muito angustiado e está muito ansioso pela vacina.

Não cabe uma pergunta dessas feita pelo Ministro da Saúde, como também não cabe, a partir do Governo, do Presidente da República, o estímulo ao descrédito na vacina, ou o desestímulo à vacinação, ou a



geração de dúvidas e inseguranças no povo brasileiro sobre a eficácia e a segurança da vacina, que, obviamente, só será aplicada na sociedade após ter passado pela Agência de Vigilância Sanitária do País - a não ser que queiramos tirar a credibilidade da ANVISA.

No mundo, vários Estados, como os Estados Unidos, o Reino Unido, a China, já começaram a vacinar, e isso é uma alegria, é uma esperança, é uma luz. Os outros países estão com essa esperança, veem essa possibilidade de enfrentar a pandemia com o que a ciência conseguiu produzir em tempo recorde. E as pessoas estão dando seu braço com rapidez. Todo mundo quer ser vacinado. Todo mundo corre pela vacina, anseia por ela. E aqui no Brasil tem gente perguntando se ela é segura. Como é isso?

Ideologizaram, politizaram, geraram insegurança. Hoje eu vi uma matéria dizendo que há, por trás dos panos, a construção de uma campanha contra a vacina a partir do "gabinete do ódio" do Palácio do Planalto. Como é isso? Se isso acontecer, na minha opinião, é crime de responsabilidade. Terá que ser investigado, se isso acontecer! Isso é crime! Isso tem que dar cadeia, porque não é possível colocar a vida das pessoas dessa forma à mercê de um vírus. Afinal, esse Governo é um aliado do vírus ou tem que proteger a vida das pessoas?

Nós estamos vivendo uma tragédia! É uma tragédia na humanidade. Nós não estamos aqui para brincar! Este Congresso precisa tomar conta definitivamente desse processo. Precisa encarar, enfrentar esse tipo de conduta, esse tipo de comportamento. Nós, neste Parlamento, representamos o povo brasileiro inteiro. Este Congresso é o poder mais democrático do País. É este Congresso que, por meio dos votos proferidos pelos diversos Parlamentares, representa cada recanto deste País. E nós precisamos, com muita altivez, com muita integridade, falar por essa população.

Nós, hoje, votamos duas emendas que eu e o Deputado Alexandre Padilha, representando o PCdoB e o PT, apresentamos à Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Garantimos, por meio dessa emenda, uma ação nova na LDO - ela não existia - para a vacina e garantimos a meta de vacinar os 212 milhões de brasileiros. Não está escrito no Plano Nacional de Imunizações que se vão vacinar todos os brasileiros, mas nós precisamos garantir a vacina para todos, para toda a população brasileira. É isso que nós precisamos fazer. Nós não temos outras armas para enfrentar o coronavírus além da vacina. Nós não temos remédio, nós não temos um antiviral específico. Além disso, o grau de contágio desse vírus é altíssimo. Nós estamos em curva ascendente! A pandemia não acabou!

Nós precisamos colocar na Lei Orçamentária mais dinheiro para o



SUS! Não me argumentem com o teto de gastos, por favor! Esse teto é criminoso. Nós não podemos tirar dinheiro da educação para colocar na saúde. Nós temos que ter dinheiro para as duas, que são políticas fundamentais no Brasil. Teto de gastos é uma inovação do Brasil. Não há, no planeta, um orçamento congelado, engessado, na Constituição por 20 anos. Isso é uma inovação criminoso. Nós precisamos colocar dinheiro.

De 2020 para 2021, o Orçamento cai em 40 bilhões. Em 2021, nós não teremos mais "orçamento de guerra". Então vamos fazer o quê? Nós vamos deixar o SUS com menos 40 bilhões em plena pandemia, com uma assistência represada para o tratamento do câncer, para atendimento às grávidas, para todos os outros atendimentos? E com uma pandemia em alta? Faltando leito de UTI? Faltando agente comunitário de saúde? Faltando atenção primária? Faltando teste? E esses testes que foram represados e que podem perder a validade? Vai faltar agulha? Vai faltar seringa? Vai faltar dinheiro para comprar vacina? E se faltar dinheiro para comprar a vacina, faz-se como?

Onde está a vacina da Pfizer? Hoje eu não ouvi as pessoas falando dela. A Pfizer já entregou à ANVISA os seus estudos de fase 3. O Governo não vai comprar a vacina da Pfizer? O Butantan já demonstrou que tem capacidade de produção de 45 milhões de doses até março. Com duas doses, vai vacinar 23 milhões de pessoas, no máximo, até março. Então, nós temos que ter todas as outras vacinas - todas! -, sejam elas da China, dos Estados Unidos, da Bélgica; sejam elas a da Janssen, a de Oxford/Astrazeneca e FIOCRUZ. Todas! Nós temos que ter todas!

A nossa população é imensa, e nós temos que incluir entre os que serão vacinados inicialmente todos os trabalhadores essenciais, inclusive os da limpeza urbana, e não só as populações que já foram inseridas no Plano Nacional de Imunizações. Aumentou a quantidade de pessoas incluída nos Plano, mas ela não é suficiente. Há outros trabalhadores essenciais, inclusive no comércio, como os entregadores por aplicativo, que estão atendendo a todos nós.

É preciso que nós tenhamos um mínimo de sensibilidade. Deixem tocar sua alma e sua consciência. Nós estamos lidando com vidas humanas, com gente. Nós não estamos tratando com planilhas, com estatísticas frias. E esta pandemia está cada vez mais próxima de cada um de nós.

Repito: isto não é uma brincadeira. A COVID-19 já demonstrou que não é uma gripezinha. As pessoas estão morrendo, e este Congresso precisa reagir à altura, fazendo o orçamento adequado, enfrentando as campanhas de *fake news*, enfrentando o Governo e fazendo-o cumprir o seu papel de Governo, de proteger a vida da cidadania brasileira. E, se Bolsonaro cometer crime, este Congresso tem que responder,

entendendo-o como um criminoso, porque acima de Governo está a população brasileira, que nós representamos - é isso que nós precisamos fazer.

Vamos fazer a vacina ter credibilidade! Vamos fazer campanha pública por ela! E todos nós temos que fazer uso da vacina, dentro do plano estratégico, e fazer com que as pessoas confiem na vacina, que é a única forma de se enfrentar a pandemia.

Obrigada, Presidente.

Documento 264/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 130.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/12/2020- CD | 21:00 |
| Publ.: DCD - 17/12/2020 - GIOVANI CHERINI-PL -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 998, de 2020, sobre a alteração de diplomas legais e a transferência, para a União, das ações de titularidade da Comissão Nacional de Energia Nuclear, representativas do capital social das Indústrias Nucleares do Brasil S/A e da Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A. Inexistência de vacina eficiente e segura contra a Covid-19.

O SR. GIOVANI CHERINI (Bloco/PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PL vota "sim", também a favor do parecer.

Eu gostaria só de fazer algumas referências acerca dessa ansiedade que algumas pessoas estão tendo em relação a vacina.

Todos nós queremos a vacina, mas queremos uma vacina segura. Não queremos uma vacina igual à vacina contra a HPV, que está trazendo problemas a jovens do Brasil inteiro, especialmente do Acre. Nós sabemos que esse vírus é perigoso, mas 87% da população vai ter uma pequena gripe; somente 4,8% vão ter um problema mais sério.

Aqueles que disseram que era para fechar a economia são os mesmos que, agora, reclamam que as pessoas estão desempregadas. Aqueles que mandaram as pessoas usarem máscaras são os mesmos que,

agora, estão falando que elas precisam ser imunizadas.

É preciso ter responsabilidade em relação à vacina. É *fake news* fazer campanha a favor de uma vacina que não existe. Não existe, ainda, uma vacina eficaz, eficiente para a população brasileira, mas existem remédios, sim, o que, infelizmente, a Oposição não quer admitir. O Ministério da Tecnologia encontrou o remédio para o coronavírus, mas a Oposição não quer admitir.

O PL vota "sim".

Documento 265/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 130.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/12/2020- CD | 21:04 |
| Publ.: DCD - 17/12/2020 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 998, de 2020, sobre a alteração de diplomas legais e a transferência, para a União, das ações de titularidade da Comissão Nacional de Energia Nuclear, representativas do capital social das Indústrias Nucleares do Brasil S/A e da Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A. Existência de vacina contra a Covid-19. Inexistência, no âmbito do Governo Federal, de plano nacional de imunização contra a doença. Tramitação, na Comissão de Seguridade Social e Família, de projeto de lei de autoria da oradora, acerca do estabelecimento de punição aos responsáveis por campanha contra a vacinação do coronavírus.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nós vamos orientar "não", mas eu gostaria de dizer que há Deputados nesta Casa que já fizeram propaganda da cloroquina, da hidroxicloroquina.

Mais do que nunca, hoje comitês internacionais dão conta de que nenhum paciente melhora ou evita a COVID-19 e o seu desenvolvimento em função do uso dessas drogas que são úteis para doenças do sistema imunológico, mas relacionadas a doenças autoimunes, como lúpus eritematoso ou mesmo a malária. Isso já está provado e mais do que provado.

Como não existe uma vacina? Os britânicos começaram a receber a vacina. A Sputnik, russa, já está em fase avançada, inclusive sendo

aplicada na população daquele país, igualmente continental ao nosso. O nosso plano de vacinação, que não existe, já está adiado para fevereiro.

Sr. Presidente, nós temos que ter responsabilidade. Há um projeto meu, aprovado na Comissão de Seguridade Social e Família, que estabelece punição para quem fizer campanha contra vacinação.

O SR. PRESIDENTE (Evair Vieira de Melo. Bloco/PP - ES) - Obrigado, Deputada.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) - Isso é muito grave.

Por isso, Sr. Presidente, é preciso parar e conter aqueles negacionistas nesta Casa.

Documento 266/513

| | | |
|---|--|------------------------|
| 130.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/12/2020- CD | 21:36 |
| Publ.: DCD - 17/12/2020 - KIM KATAGUIRI-DEM -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Caos gerado diante da tratativa de temas diversos e complexos pela Medida Provisória nº 998, de 2020, sobre a alteração de diplomas legais e a transferência, para a União, das ações de titularidade da Comissão Nacional de Energia Nuclear, representativas do capital social das Indústrias Nucleares do Brasil S/A e da Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, Deputado Evair Vieira de Melo, mais uma vez em relação a esta matéria, quero primeiro esclarecer a quem nos assiste que a medida provisória, um projeto de lei com eficácia imediata enviado pelo Governo, chegou ao Parlamento tratando de vários assuntos diferentes: subsídio do setor elétrico para pessoas de baixa renda; subsídio para fontes de energia limpa e renovável; repasse de um fundo que hoje está parado, dinheiro carimbado para pesquisa e desenvolvimento, que será enviado para financiar a CDE, justamente aquela parcela da tarifa de energia - a conta de luz, que todo mundo paga - que subsidia a conta de pessoas mais pobres e de programas como o Luz para Todos, por exemplo; e continuidade da construção de Angra 3, que é uma usina nuclear. Além disso, a medida provisória também abre concorrência para contratos de distribuidoras que venceram e estão operando sem concessão desde 2018, como é o

caso da distribuidora do Amapá.

Existem pontos positivos, como o fim dos subsídios, a que eu, pessoalmente, sou favorável em qualquer hipótese. Alguns Parlamentares acreditam que o Estado brasileiro, que o Governo deveria incentivar fonte A ou fonte B, indústria A ou indústria B. Eu, pessoalmente, acredito que, mesmo quando o Governo toma uma medida acertada e subsidia um setor que está dando certo, ele erra só por estar decidindo subsidiar um setor. O investimento do País deve ser decidido pelas pessoas que empreendem, que produzem, e não nós, dentro do Parlamento, devemos decidir o que é prioridade ou não mandar esse dinheiro. Então, a decisão, certa ou errada, a fonte, certa ou errada, enfim, a decisão por si só é errada.

Eu queria colocar mais uma vez que o Governo enrola o debate, interdita o debate ao tratar de vários temas diferentes dentro de uma medida provisória só, e temas complexos, por várias razões. Os Deputados podem ser favoráveis ou contrários à matéria por diferentes aspectos, seja pelo subsídio, ao qual sou contrário em toda e qualquer hipótese, seja pela privatização, à qual sou favorável, mas há Deputados de esquerda que são contrários. Então, acabou misturando muita coisa, o que cria essa confusão e faz com que a maior parte dos Deputados sequer tenha o conhecimento mínimo da matéria que está sendo apreciada.

Obrigado, Presidente.

Documento 267/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 130.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/12/2020- CD | 21:40 |
| Publ.: DCD - 17/12/2020 - GIOVANI CHERINI-PL -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Gestão exitosa do Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, Marcos Pontes. Congratulações ao Governo Jair Bolsonaro pela edição da Medida Provisória nº 998, de 2020, sobre a alteração de diplomas legais e a transferência, para a União, das ações de titularidade da Comissão Nacional de Energia Nuclear, representativas do capital social das Indústrias Nucleares do Brasil S/A e da Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A.

O SR. GIOVANI CHERINI (Bloco/PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, quero só fazer uma lembrança bem importante sobre essa matéria. Ela é meritória, pois equilibra a

modicidade da tarifa e o fortalecimento das atividades de pesquisa e desenvolvimento.

O Ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, tem feito um grande trabalho como gestor, reforçando o argumento do cuidado com a pesquisa e a tecnologia, exercendo com protagonismo o cargo. O Governo Bolsonaro dá uma prova inequívoca de que dá ênfase muito especial ao desenvolvimento científico e tecnológico do País, com foco no interesse público, e à melhoria da situação de nossa população.

O Brasil está no caminho certo. O Governo Federal está fazendo a parte dele com a iniciativa privada e com o serviço público para chegar a esse desenvolvimento tecnológico em prazo razoável, dentro da vocação natural para o empreendedorismo da nossa gente.

Então, é importante que a riqueza natural do Brasil seja valorizada. E esse projeto valoriza a tecnologia e o desenvolvimento, para que nós possamos chegar a ser uma grande nação, exercendo um papel de liderança rumo a um mundo melhor para todos. Eu tenho certeza de que esse projeto é muito meritório. O Governo Federal está de parabéns em apresentar essa medida provisória, que nós vamos aprovar nesta noite, porque vai significar desenvolvimento, progresso e tecnologia.

Obrigado.

Documento 268/513

| | | |
|------------------------------|------------------------|---------------------|
| 23.2020.N | Sessão Outro Evento | 16/12/2020-11:20 |
| Publ.: DCN - 17/12/2020 - 35 | AFONSO FLORENCE-PT -BA | |
| CONGRESSO NACIONAL | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Pedido à Presidência de registro de questão de ordem do PT na ata da sessão. Não instalação da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização por razões políticas. Protesto contra a retirada de recursos da saúde e da educação no Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA. Avanços do parecer oferecido ao projeto sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO de 2020/2021. Pauta de reivindicações do orador ao Relator da proposição. Defesa de rejeição do Veto Parcial nº 46, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 735, de 2020, (Projeto Assis Carvalho), a respeito da concessão de abono pecuniário a feirantes e agricultores familiares, em isolamento ou quarentena decorrente da pandemia de coronavírus, consoante à Lei nº 13.979, de 2020; e do Veto Parcial nº 30, de 2020, aposto ao art. 16 do Projeto de Lei nº 4.162, de 2019, acerca da atualização do marco legal do saneamento básico.



O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado. Era esse assunto, mas também há um outro.

Com relação a esse assunto, solicito a V.Exa. que faça constar em ata a mesma questão de ordem da parte do PT. V.Exa. se antecipou e respondeu ao Líder Deputado Carlos Zarattini e à Líder Deputada Sâmia Bomfim. Eu havia pedido a palavra. Por favor, registre que o PT fez o mesmo questionamento, e nós estaremos contemplados com a devolutiva da questão de ordem.

Com relação à pauta do Congresso Nacional e à conjuntura política, quero registrar, como coordenador da bancada do PT na CMO, com Parlamentares da Câmara e do Senado, que marcamos presença em todas as reuniões convocadas para a instalação da CMO. A disputa política em torno da Presidência passou para nós ao largo. Não se justifica a CMO não ter sido instalada.

O PLOA - Projeto de Lei Orçamentária Anual é muito ruim, pois retira recursos da educação e da saúde e joga o Orçamento da União para o subsolo. Quanto ao PLDO, houve avanços no relatório mais recente. Quero destacar aqui, saudando o Relator, o acatamento das emendas apresentadas pelo PT, pelo PCdoB e pela Oposição - cito aqui o Deputado Alexandre Padilha e a Deputada Jandira Feghali - com o propósito de garantir recursos para a implementação universal da vacinação do povo brasileiro. Há ainda outras importantes pendências.

Nós precisamos apontar. Eu me reporto ao Relator. Precisamos garantir, no anexo de metas, recursos para que o País tenha o Mais Bolsa Família - o Projeto de Lei nº 4.086, de 2020, do PT, está tramitando na Casa - e o Renda Emergencial. O próprio Governo está cogitando a necessidade de prorrogação desse benefício.

Temos que garantir recursos também para a agricultura familiar, para o PAE - Programa de Alimentação Escolar e para o PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar, e subsídio creditício para a produção de alimentos. Estamos vendo a carestia aí. Este é um apelo que eu faço ao Relator, porque nós precisamos, na LDO, do lastro para que os recursos venham dos PLNs para a educação e inclusive para a universalização da banda larga.

Com relação aos vetos, já foi dito, estou contemplado, mas tenho que destacar aqui, para concluir, a importância de derrubarmos o veto da Lei Assis Carvalho para termos instrumentos para a produção de alimentos. Nós não estamos querendo apenas defender a agricultura familiar de uma minicarestia, pela ausência do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, do PEA e do

PNAE, da política de estoques, pela política de desmonte da CONAB.

Além disso, há a derrubada do Veto nº 16 da Lei nº 1.4026, do saneamento, que foi fruto de um acordo. Há outros vetos importante, mas faço este resumo, dentro do meu tempo.

Obrigado, Sr. Presidente.

Eu peço que haja a divulgação da posição do PT nos Anais das Casas.

Documento 269/513

| | | |
|------------------------------|---------------------|---------------------|
| 23.2020.N | Sessão Outro Evento | 16/12/2020-11:32 |
| Publ.: DCN - 17/12/2020 - 37 | BIBO NUNES-PSL -RS | |
| CONGRESSO NACIONAL | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Anúncio, pelo Presidente Jair Bolsonaro, da liberação de 20 bilhões de reais para aquisição de vacinas contra a Covid-19. Maior participação das mulheres na política. Defesa da candidatura de Deputada à Presidência da Casa.

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PSL - RS. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Grato, digníssima Presidente Soraya Santos.

Nobres colegas, é uma satisfação estar nesta sessão.

Eu abro o espaço aqui para manifestar a minha alegria, porque saí, há pouco, de uma solenidade no Planalto em que o Presidente declarou que vai autorizar 20 bilhões de reais para a compra de vacinas para todos os brasileiros, vacinas que independem de nacionalidade, contanto que tenham a aprovação e a certificação da ANVISA. Digo isto para os brasileiros e para os 27 Governadores: o Governo quer, de fato, vacinar a todos e não tem como não se preocupar com a saúde da totalidade dos brasileiros.

Quero também aproveitar a oportunidade, digníssima Presidente, para dizer que ontem poderíamos ter votado a possibilidade de cota para mulheres nas eleições. A mulheres, nas eleições, estão crescendo cada dia mais. Na última eleição de Porto Alegre, na última eleição, 30% dos Parlamentares foram mulheres. Isso é para que vejam que o gaúcho gosta e admira muito mulheres.

Eu, particularmente, ainda digo mais: admiro aqui muitas Parlamentares, mesmo sendo contrárias, mesmo sendo de Oposição, como a Deputada Erika Kokay, que é combativa e aguerrida. Não

pensa como eu, mas tem o meu respeito, assim como a Deputada Luiza Erundina, a quem muitas vezes já elogiei aqui também. Eu combato com palavras, mas sempre respeitando.

Aproveito para dizer que as mulheres merecem e precisam ter mais espaço na política. Já disse da tribuna que a política só será séria quando tivermos a maioria de mulheres nos Parlamentos. E sugiro aqui, neste momento em que estamos discutindo quem será o Presidente da Casa, que tenhamos uma candidata mulher a Presidente da Câmara dos Deputados. Sugiro a nobre Deputada Soraya Santos, por ser uma Parlamentar aguerrida e por ter pleno conhecimento dos trâmites da Casa.

Precisamos ter uma mulher disputando a Presidência da Câmara.

Eu indico V.Exa., por sua competência, porque as mulheres têm que ter cada vez mais visibilidade. Se depender de mim, as mulheres comandam o mundo.

Muito obrigado, nobre Deputada.

Documento 270/513

| | | |
|------------------------------|---------------------|-----------------------|
| 23.2020.N | Sessão Outro Evento | 16/12/2020-11:56 |
| Publ.: DCN - 17/12/2020 - 43 | ERIKA KOKAY-PT -DF | |
| CONGRESSO NACIONAL | ORDEM DO DIA | DISCUSSÃO DISCURSO |

Sumário

Necessidade de apreciação de vetos presidenciais. Retomada da política de valorização do salário mínimo. Importância do auxílio pecuniário emergencial concedido a trabalhadores e famílias carentes. Inadmissibilidade de retirada de recursos dos setores de educação e saúde. Apresentação de requerimentos de destaques em prol da área social, ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 9, de 2020, acerca das diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2021. Defesa da vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19; da adoção de programa de geração de emprego e renda e de políticas públicas de qualidade no País.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Eu gostaria, antes de entrar na discussão, de dizer que nós não poderíamos estar fazendo esta sessão sem que pudéssemos analisar os vetos. Os vetos!

E por que digo isso? Os vetos significam que é o Parlamento que dá a última palavra sobre as matérias que transitam pelo Congresso.



Quando não se discutem os vetos, está-se possibilitando que o Executivo usurpe uma função que é do Poder Legislativo. Nós temos vetos que estão para ser apreciados há mais de 1 ano. E esta Casa, portanto, deveria estar apreciando esses vetos, vetos que são fundamentais. Nós estamos falando, por exemplo, de todo um projeto, o chamado Projeto Assis Carvalho, transformado em lei, que diz respeito à agricultura familiar; de termos a condição de reparação para os familiares das pessoas vítimas da COVID, que estão na linha de frente desse enfrentamento.

Talvez a Presidência da República não tenha entendido que os heróis e heroínas deste País já não usam farda, usam jalecos. Jalecos brancos. E é por isso que nós não podemos concordar com a LDO que não assegure que tenhamos para a saúde, para a educação, para a assistência, para a segurança alimentar e segurança nutricional um valor mínimo para que possamos manter esses serviços e ampliá-los, porque são mais demandados nessa crise trançada que o Brasil vivencia, uma crise sanitária aliada a uma crise econômica, a uma crise social, a uma crise ética e ambiental, provocadas pelo Presidente da República.

Mas é preciso também atentar que nós temos que resgatar a política de valorização do salário mínimo. Na proposta do Governo, o salário mínimo não é reajustado nem pelo INPC acumulado nos últimos 12 meses. Portanto, há uma perda real do valor do salário mínimo. Ah, bons tempos de Luiz Inácio Lula da Silva, quando o salário mínimo cresceu mais de 70%, crescimento real além da própria inflação!

E o auxílio emergencial? O auxílio emergencial é fundamental para que nós possamos ativar a economia. É preciso olhar o povo brasileiro. O povo brasileiro é invisibilizado por quem está na Presidência da República, que não se sensibiliza com mais de 181 mil mortes. Como é possível admitir que nós tenhamos um decréscimo de 40 bilhões de reais na saúde? Que nós tenhamos uma verba discricionária para a educação menor do que a que tínhamos em 2014? Aliás, como é possível admitir que nós tenhamos aprovado nesta Casa a drenagem de recursos públicos para a educação privada?

Esta Casa tem o compromisso de reparar esse ataque à educação pública, porque o que foi apresentado aqui pode possibilitar a retirada de mais de 16 bilhões de reais da educação pública.

Por isso, em defesa da saúde, da educação, da assistência, da segurança alimentar, porque a fome voltou neste País, em defesa de um salário mínimo que possa corrigir as desigualdades históricas, mostrando-nos que as casas-grandes e senzalas metafóricas literalmente ainda existem neste País, nós vamos apresentar esses destaques, para que possamos corrigir as injustiças que estão postas

nessa proposta de um Governo que invisibiliza a população brasileira e que acha que a fome é natural, que o sexismo pode ser propalado, que o machismo pode ser propalado e que estufa o peito cheio de fascismo para ostentar uma faixa presidencial.

Para que tenhamos justiça, há que se ter um auxílio emergencial, há que se ter uma correção do salário mínimo pelas condições e pela lei que já estão dadas e que estão sendo desrespeitadas. É preciso assegurar a manutenção e a ampliação de recursos na saúde, na educação, na assistência, na segurança alimentar e nutricional, para que este País se faça grande e vivencie a sua grandeza. É preciso valorizar o seu povo, e não jogar o povo brasileiro nessa lógica de desprezo, de ausência de empatia, uma lógica de que o Governo não coordena o País para que tenhamos as respostas necessárias, um Governo que fala em armas, em armas, em armas!

Ora, nós precisamos de vacina, nós precisamos de renda, nós precisamos de políticas públicas de qualidade. O Brasil não precisa de armas, o Brasil precisa de livros e de dignidade.

Documento 271/513

| | | |
|------------------------------|-------------------------|------------------------|
| 23.2020.N | Sessão Outro Evento | 16/12/2020-12:32 |
| Publ.: DCN - 17/12/2020 - 52 | CARLOS ZARATTINI-PT -SP | |
| CONGRESSO NACIONAL | ORDEM DO DIA | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Alcance do patamar de 180 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Postura irresponsável do Presidente Jair Bolsonaro diante da epidemia de coronavírus. Agravamento da crise econômica brasileira. Críticas à política de privatizações do Governo Federal. Expectativa quanto à abertura, pelo próximo Presidente da Câmara dos Deputados, de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, Sra. Presidenta, eu acabei de ouvir agora, na cerimônia de lançamento do plano de vacinação do Presidente da República, o General Pazuello dizer: "*Para que essa angústia?*" E, ontem, o Presidente disse que não vai se vacinar, que ninguém vai obrigá-lo a se vacinar.

Ora, nós estamos com mais de 180 mil mortes neste País por conta da COVID-19. Nós temos um ambiente em que a COVID-19 volta a se alastrar, a pandemia aumenta. Não temos recursos previstos para o ano que vem nem para a vacinação nem para o tratamento dos

infectados e doentes. E o Governo trata isso da mesma forma como vem tratando desde o início, em março deste ano, quando tratava isso como uma gripezinha.

A economia do Brasil está se arrebrandando: são 20 milhões de desempregados e milhares de empresas falidas. E o Sr. Paulo Guedes continua dizendo, com a maior cara de pau, que vai recuperar a economia em V, quer dizer, que vai haver uma grande expansão da economia.

Ora, o nosso Brasil está passando por um desmonte, por uma situação jamais vista! Grandes empresas brasileiras vêm sendo desmontadas, como a PETROBRAS, da qual o Governo já vendeu os gasodutos e agora vai vender oito refinarias, deixando na mão das multinacionais o refino de petróleo no Brasil. Este Governo desmonta a PETROBRAS, desmonta a ELETROBRAS, e o fruto dessa política de destruição do patrimônio nacional é aquilo que nós vimos acontecer no Amapá.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nós precisamos tomar uma atitude. Este Congresso Nacional não pode assistir a esta situação do País como se fosse normal. Nós não estamos vivendo aqui uma situação normal!

O Sr. Barroso, Ministro do Supremo Tribunal Federal, deu uma entrevista ontem a uma rádio e disse que nós vivemos uma normalidade democrática. Que normalidade democrática é essa, se as pessoas, milhões de brasileiros, estão cada vez mais vivendo na miséria, o País não tem empregos e vivemos esta pandemia absurda?

Nós somos o terceiro país em número de infectados, o segundo em número de mortes e o primeiro em número de mortes por pessoas infectadas. Esses são os nossos recordes, as medalhas de ouro, de prata e de bronze do Sr. Jair Bolsonaro e de sua equipe destruidora do Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Peço só mais 1 minuto para concluir.

Este Congresso Nacional, a partir do ano que vem, tem que aprofundar a discussão sobre o País e de fato tomar medidas concretas para avaliar este Governo.

Esperamos que o próximo Presidente ou a próxima Presidenta da Câmara dos Deputados, Deputada Soraya, tenha a coragem necessária de abrir um processo de *impeachment* do Presidente, com

base nos mais de 50 pedidos que estão na mesa da Presidência da Câmara dos Deputados. É necessário fazer essa discussão, para que este Congresso possa fazer a avaliação dos crimes de responsabilidade do Sr. Jair Messias Bolsonaro, os quais não são poucos e estão levando à destruição do Brasil.

Muito obrigado.

Documento 272/513

| | | |
|------------------------------|---------------------|------------------------|
| 23.2020.N | Sessão Outro Evento | 16/12/2020-13:08 |
| Publ.: DCN - 17/12/2020 - 61 | VERMELHO-PSD -PR | |
| CONGRESSO NACIONAL | ORDEM DO DIA | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Congratulações ao Senador Irajá pelo parecer apresentado ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 9, de 2020, sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2021. Agradecimento ao Relator pelo acolhimento da Emenda nº 40.740.001, de autoria do orador. Expectativa de instalação da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Pedido à Câmara dos Deputados de votação do Projeto de Lei nº 3.067, de 2020, a respeito da execução da política nacional de turismo.

O SR. VERMELHO (Bloco/PSD - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Soraya.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, eu quero inicialmente parabenizar o Relator, o nosso Senador Irajá, da nossa bancada, o PSD, que com muita presteza e muita dedicação apresenta neste dia de hoje o seu relatório. De uma maneira bastante especial, quero agradecer a ele também por acatar a Emenda nº 40.740.001, de minha autoria.

Nós já fizemos um trabalho muito grande no ano passado, com os Deputados Aécio Neves, Eduardo Bismarck e Júlio Cesar, quando aprovamos a transferência direta, transferência especial, das emendas impositivas dos Parlamentares. Isso foi um sucesso - e quem diz são os Municípios e os Prefeitos -, pela simplicidade e pela rapidez com que o recurso chega às nossas comunidades para que lá seja aplicado com decência e dignidade.

Tentamos naquela oportunidade também aprovar que as emendas de bancada fossem por transferências especiais. Não conseguimos por um pedido do Senado Federal. E agora esta emenda é acatada pelo nosso Relator, o Senador Irajá, e vai destravar muitas coisas.



É o fim da burocracia, esta burocracia que há tantos anos se fala em acabar e que a cada dia parece se enraizar ainda mais. Mas, desta vez, o Relator e este Congresso Nacional dizem "sim" também à transferência especial, à transferência direta das emendas de bancadas para os nossos Estados. É um passo importante, e, com certeza, Deputada Flávia, assim que instalarmos a Comissão de Orçamento, nós haveremos de discutir ainda com maior profundidade este assunto: dinheiro direto na conta dos Estados, simplificação. Para isso estamos aqui e para isso fomos eleitos. Quero agradecer esse fato importante.

E quero chamar a atenção desta Casa e da Mesa Diretora para a importância de pautar o Projeto de Lei nº 3.067, de 2020, de nossa autoria. Foz do Iguaçu, Paraná e o Brasil precisam desse socorro para o agente de turismo, para o guia de turismo, para os Microempreendedores Individuais - MEIs e as pequenas empresas do turismo nacional, que não tiveram apoio nenhum do Governo e que dele precisam neste momento para estarem preparados para a retomada do desenvolvimento e do crescimento do nosso País no ano de 2021.

Por isso, Presidente, gostaria que fosse pautado, pois ele já foi votado, em regime de urgência, o Projeto de Lei nº 3.067, que destina recursos ao setor do turismo, tão importante para o nosso Brasil.

Obrigado, Presidente Soraya. Obrigado, Sras. e Srs. Deputados.

Documento 273/513

| | | |
|------------------------------|-----------------------|-----------------------------------|
| 23.2020.N | Sessão Outro Evento | 16/12/2020-13:12 |
| Publ.: DCN - 17/12/2020 - 62 | DANILO FORTE-PSDB -CE | |
| CONGRESSO NACIONAL | ORDEM DO DIA | ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO |

Sumário

Aflição do povo brasileiro diante da segunda onda do coronavírus e da expectativa gerada pelo acesso à vacina contra a doença. Congratulações ao Governo do Estado de São Paulo pelo empenho no combate à Covid-19. Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda nº 41.300.010, apresentada ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 9, de 2020, sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2021. Preocupação com o possível desvio de recursos destinados ao enfrentamento da epidemia de coronavírus no Estado do Ceará. Reafirmação do compromisso do PSDB em prol da vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, o momento é de muita aflição para toda a população brasileira: há o medo da COVID, a disseminação do vírus, a preocupação com a segunda onda, a expectativa gerada com a vacina.

Inclusive, quero saudar a iniciativa do Governo de São Paulo, que tem também contribuído muito com a ciência do Brasil. Nós temos que entender que mais oportunidades de tratamento, mais acolhimento e mais investimentos significam mais vidas salvas. Ao mesmo tempo, há a preocupação com o combate aos desvios e às distorções que aconteceram.

Diante disso, o PSDB orienta "sim" ao destaque, exatamente abrigando essa motivação, para que possamos disponibilizar mais recursos para o combate a esta pandemia, que tem maltratado tanto a família brasileira.

Por outro lado, nós não podemos deixar de observar a preocupação com o controle desses recursos. Em nosso Estado, o Ceará, nós passamos por um momento de muita preocupação. Foi feito um hospital de campanha que teve uma vida muito curta no Estádio Presidente Vargas, e agora já há uma preocupação pela falta de UTIs e de tratamentos mais específicos com relação à COVID. E o que mais chama a atenção é exatamente o fato de que a desmobilização desse hospital de campanha, desse hospital de emergência, onde se gastaram muitos recursos para o combate à COVID que poderiam estar curando vidas, foi exatamente em função de uma operação da Polícia Federal buscando identificar desvios de recursos no hospital , de campanha feito no Estádio Presidente Vargas.

Então, há uma preocupação, por um lado, em aumentar os recursos, mas também há uma preocupação em aumentar o controle desses recursos, para que eles possam, de fato, chegar a quem precisa, que são as pessoas mais carentes, que estão ávidas pela vacina e pelo tratamento digno, que precisam ser ofertados pela rede pública hospitalar para garantir essa assistência.

Diante disso, o PSDB reafirma o seu compromisso em vacinar, em prevenir e em cuidar da população.

Muito obrigado.

Sumário

Edição de medida provisória sobre a liberação de 20 bilhões de reais para aquisição e distribuição de vacina contra a Covid-19. Apoio do Governo Federal aos Estados e Municípios brasileiros no enfrentamento da epidemia de coronavírus.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidente, se V.Exa. me permite, quero apenas deixar claro ao Plenário que o Governo Federal editou uma medida provisória hoje destinando 20 bilhões de reais para o seu compromisso com a aquisição e a distribuição de vacinas. Portanto, o Governo Federal está preocupadíssimo com essa questão.

Deputado Danilo Forte, colega de que nós todos gostamos, respeitamos e admiramos pelas suas posturas, nós temos esta informação: o Governo acabou de editar uma medida provisória de 20 bilhões de reais, justamente para atender essas demandas com que V.Exa. demonstrou preocupação. Então, se V.Exa. mantiver a orientação pelo PSDB, eu respeito. Mas, apenas à guisa de informação, o Governo está preocupado e não deixará a população desassistida nessa questão da vacinação, da distribuição, da mobilização para que todos tenhamos, sim, todas as possibilidades de combater, e continuamente, como estamos fazendo, essa pandemia da COVID-19.

Digo isso até porque foi criada a ajuda emergencial. Também foram disponibilizados recursos específicos para os hospitais, através do orçamento que votamos especificamente para o combate à COVID durante o estado de calamidade pública.

Cada Estado e cada Município têm também a sua autonomia, a sua soberania, podem atuar segundo as suas diretrizes. Por isso, o Governo Federal tem dado apoio a eles, tem destinado recursos e continuará a fazê-lo.

Documento 275/513

23.2020.N

Sessão Outro Evento 16/12/2020-13:32

Publ.: DCN - 17/12/2020 - 68 ROSANGELA GOMES-REPUBLICANOS -RJ

CONGRESSO NACIONAL

ORDEM DO DIA

ORIENTAÇÃO DE BANCADA
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda nº 40.950.010, apresentada ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 9, de 2020, sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2021.

A SRA. ROSANGELA GOMES (REPUBLICANOS - RJ. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidenta, esta é uma emenda aditiva do Senador Rogério Carvalho com relação ao Sistema Único de Saúde - aliás, quero abrir parênteses para falar da importância desse sistema, que é um dos mais modernos do mundo.

Dentro dessa perspectiva, também quero aqui destacar o trabalho extremamente louvável, importante e dedicado dos profissionais de saúde no Brasil inteiro, principalmente neste momento pandêmico e difícil da nossa Nação. Ao lado deles, o Ministério da Saúde, através de seu Ministro-General Pazuello, também vem fazendo um trabalho de destaque, com muita responsabilidade, como é de praxe.

Neste momento, não há recursos sobrando. É necessário administrar o que temos com responsabilidade.

Portanto, o Republicanos irá manter o texto do Relator votando "não".

Obrigada, Presidente.

Documento 276/513

| | | |
|------------------------------|---------------------------|------------------------|
| 23.2020.N | Sessão Outro Evento | 16/12/2020-13:48 |
| Publ.: DCN - 17/12/2020 - 72 | JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ | |
| CONGRESSO NACIONAL | ORDEM DO DIA | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Acatamento pelo Relator Irajá de emenda para universalização da vacina contra a Covid-19, apresentada pela oradora em conjunto com o Deputado Alexandre Padilha ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 9, de 2020, sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2021. Importância de aprovação da emenda destinada à ampliação das dotações orçamentárias do Sistema Único de Saúde - SUS.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu volto ao tema da vacina. Um dos pontos mais polêmicos e ausentes do Programa Nacional de Imunizações é exatamente o de não apontar a universalização da vacina - o plano não

garante a vacinação de todo o povo brasileiro. Este foi um dos aspectos apontados pelos especialistas, para os quais esta é exatamente uma das causas para a não assinatura do programa.

Nós nos preocupamos em garantir esta meta na LDO, que não fala em valores: ela fala em diretrizes e metas. O Deputado Alexandre Padilha e eu temos larga militância no setor e fizemos esta emenda. Na LDO, não estava prevista a vacinação. Nós criamos esta ação. A partir daí, o Relator, o Senador Irajá, a quem agradecemos, criou a ação de vacinação, e nós fizemos a emenda de meta para vacinar 212 milhões de brasileiros. Aliás, o Senador Irajá incorporou esta emenda, aprovou a inclusão de 106 milhões de brasileiros na minha emenda e 106 milhões de brasileiros na emenda do Deputado Alexandre Padilha. Portanto, a meta para a vacinação de 212 milhões de brasileiros consta do anexo de metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovado por este Plenário no dia de hoje.

Portanto, eu quero agradecer o fato de as emendas terem sido incorporadas e de nós termos aprovado esta meta na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Esta é uma iniciativa importantíssima porque, na Lei Orçamentária, posteriormente, nós vamos ter que garantir este orçamento.

Diante do impacto ainda não calculado da necessidade de orçamento, a medida provisória de 20 bilhões não significa que teremos dinheiro suficiente por esta medida provisória, porque nós precisamos garantir a compra das vacinas e de todos os insumos que teremos que prover ao povo brasileiro. Trata-se, desta forma, da garantia, pela LDO, da universalização das vacinas para todo o povo brasileiro.

Eu gostaria ainda, Presidenta Soraya, de dizer que esta questão do SUS que estamos votando neste momento é definidora para 2021. O argumento do teto de gastos é absolutamente lamentável, porque nós não trataremos apenas da pandemia: existe uma demanda represada de atendimento de cirurgias, uma série de atendimentos de assistência obstétrica, uma série de cirurgias e transplantes, tratamento de câncer. Tudo isso ficou represado por causa da pandemia.

Nós temos que continuar atentos à pandemia, que ainda está em curva ascendente. Nós temos que atender no SUS a todo o conjunto de patologias, além de ampliar não apenas o atendimento da atenção primária e o atendimento nos territórios, mas também o número de agentes de saúde. Portanto, aumentar o recurso para o SUS é decisivo. Cancelar o orçamento do SUS para algo menor que o de 2020 é criminoso!

É fundamental que aprovemos a emenda que está em votação neste

momento no Plenário deste Congresso Nacional.

Muito obrigada.

Documento 277/513

| | | |
|------------------------------|----------------------|------------------------|
| 23.2020.N | Sessão Outro Evento | 16/12/2020-13:52 |
| Publ.: DCN - 17/12/2020 - 73 | AFONSO MOTTA-PDT -RS | |
| CONGRESSO NACIONAL | ORDEM DO DIA | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Realização das reformas tributária, federativa e administrativa. Questionamento sobre a manutenção do conjunto de medidas de enfrentamento à epidemia de coronavírus, tendo em vista o encerramento do prazo de validade em 31 de dezembro de 2020. Necessidade de aprovação do projeto sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO de 2020/2021. Alinhamento do PDT com candidato à Presidência da Câmara dos Deputados, comprometido com a valorização do Parlamento brasileiro e com a preservação do Estado Democrático de Direito. Expectativa quanto à vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente Soraya Santos, é uma honra ocupar a palavra sob a presidência de V.Exa. nesta sessão do Congresso Nacional. Cumprimentando as Sras. e os Srs. Parlamentares, quero agradecer à minha bancada, a bancada do PDT, e especialmente ao nosso Líder Wolney Queiroz a deferência por poder ocupar este espaço.

Nós estamos encerrando mais um ano legislativo. É claro, este ano apresentou grandes desafios, especialmente por causa da pandemia, quando desenvolvemos um trabalho de mudança cultural no País. Todos nós nos adaptamos a este momento especial quando tivemos uma grande produtividade nesta Casa, dando prevalência às matérias em que havia a expressão e o consenso da maioria.

Obviamente, as reformas, tema essencial para o bom debate e para o desenvolvimento do nosso País, não foram alcançadas. Resta a pauta, importante, da reforma tributária, cujo debate será fundamental, e a nova conjuntura terá, sim, que ser considerada. Em relação à reforma federativa, é cada vez mais evidente a injustiça na transferência de recursos aos Municípios, onde a vida das pessoas acontece de fato.

Na reforma administrativa, um anseio geral, a proposta apresentada inicialmente pelo Governo fica muito longe de qualquer expectativa, já



que ela não tem amplitude e não ataca os pontos essenciais para o devido ordenamento, a não ser o arrocho que ela produz na remuneração dos funcionários públicos, tão importantes para este País.

Há outra questão central, Sra. Presidente. A declaração da pandemia, ato mais importante promulgado por esta Casa, esgota-se em 31 de dezembro. Com isso, um conjunto de regulações da maior importância ficará sem sustentação. Há muitas referências na regulação geral que nós fizemos, tanto para a defesa da vida, como para o estímulo da atividade econômica e para a proteção, à expressão "enquanto durar a pandemia". O conceito legal, regulatório, de duração da pandemia está definido para até o dia 31 de dezembro.

Uma semana antes de nós encerrarmos as atividades do ano legislativo, eu deixo uma indagação para o Plenário da Câmara dos Deputados e para o Plenário do Senado Federal, neste Congresso Nacional: o que vai acontecer no dia seguinte, a partir de 1º de janeiro, com esta regulação que tem este condicionante, esta referência? Nós vamos ter que recuperar o tratamento da regulação da pandemia, porque a pandemia não desaparece - nós queremos que ela acabe o mais breve possível - no início do próximo ano.

O "orçamento de guerra", o déficit de mais de 1 trilhão, a questão macroeconômica, outra preocupação de todos nós nesta Casa do Congresso Nacional, são pautas importantes, mas, antes, nós precisamos tratar, é claro, das questões que passam pelo auxílio emergencial, pela proteção da vida e pelo estímulo econômico, fundamentais nesta hora. Eu estou aqui a perguntar ao coletivo como vamos tratar destes assuntos.

Nós todos estamos envolvidos, o que é imperioso, assim como é imperiosa a aprovação da LDO nesta sessão do Congresso, na escolha da nova Mesa Diretora da Câmara. Nossa bancada, a bancada do PDT, está participando ativamente, com os partidos e as demais bancadas da Oposição, das articulações e dos entendimentos. Nós temos uma posição que diz que o PDT estará alinhado às visões que, em primeiro lugar, possam valorizar o Parlamento e, em segundo, que não agridam nossos princípios e nossas referências na disputa da próxima Mesa Diretora.

Seja qual for o escolhido, eu acredito que é fundamental para esta Casa a defesa e a altivez, primeiro, do Parlamento e, segundo, a defesa do Estado Democrático de Direito e nossa capacidade de continuarmos contribuindo para a sociedade brasileira através do nosso trabalho e da nossa regulação.

Encerro falando da vacina, que é a esperança de todos nós e do País. Todos estamos na expectativa de planejamento para que a vacinação

ocorra com efetividade no nosso País, o que é, igualmente, uma expectativa de esperança: nós esperamos esta proteção porque o protocolo, a partir da vacinação, que é global, não será mais o mesmo. A partir de agora, o pressuposto maior do protocolo de saúde é a vacinação.

Muito obrigado por mais um ano legislativo nesta Casa.

Um abraço a todos!

Documento 278/513

| | |
|------------------------------|--------------------------------------|
| 23.2020.N | Sessão Outro Evento 16/12/2020-14:08 |
| Publ.: DCN - 17/12/2020 - 78 | BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA |
| CONGRESSO NACIONAL | ORDEM DO DIA |
| | ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do inciso VII, art. 109, do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 9, de 2020, sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2021.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, é evidente que nós somos contra este destaque do NOVO, que, aliás, não perde a oportunidade de atacar ou tentar atacar os servidores públicos, que, neste caso, seriam os mais atingidos.

Eu gostaria de aproveitar este tempo para protestar, com veemência, contra a postura do Governo em relação à vacinação no País. Nós chegamos ao cúmulo do negacionismo, chegamos a uma situação em que o Governo quer exigir a assinatura de um termo de responsabilidade de quem vai se vacinar, desestimulando a população e criando uma desconfiança em relação à ciência e à vacina. Isso é um absurdo, é uma violação do direito mais importante que nós temos, que é o direito à vida!

Ficam este registro e minha solidariedade às mais de 180 mil famílias que já perderam seus entes queridos nesta famigerada pandemia.

Nossa luta continua!

Documento 279/513

23.2020.N

Publ.: DCN - 17/12/2020 - 87

CONGRESSO NACIONAL

Sessão Outro Evento

DANILO FORTE-PSDB -CE

ORDEM DO DIA

16/12/2020-14:48

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Desestímulo à produção de energia eólica e solar pela Medida Provisória nº 998, de 2020, sobre a alteração de diplomas legais e a transferência para a União das ações de titularidade da Comissão Nacional de Energia Nuclear, representativas do capital social das Indústrias Nucleares do Brasil S/A e da Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, ontem, esta Casa iniciou um debate sobre a Medida Provisória nº 998, de 2020, que trata das energias renováveis.

Para nossa surpresa, quero enfatizar, observamos na medida provisória a possibilidade de uma mudança no que diz respeito aos incentivos para aquilo que é a redenção econômica do Nordeste brasileiro - o Nordeste brasileiro que tem um terço da população do País; o Nordeste brasileiro que responde por apenas 14% da produção da riqueza nacional e que busca sarar essa chaga de eterna busca de equilíbrio regional implementando o seu desenvolvimento e garantindo o seu futuro.

Num País de dimensões continentais como o nosso, um País em que a terra para a agricultura fica cada vez mais escassa e mais cara, e levando em conta que o Brasil tem um papel importante na economia mundial e que, neste momento de recessão econômica que o mundo atravessa, o que salvou a nossa economia foi o agro; num momento em que há escassez de chuvas no País - a baixa pluviometria acarreta também a diminuição da geração de energia hidráulica; num momento em que o mundo todo condena a emissão de carbono; num momento em que têm diminuído os investimentos nas energias poluentes, principalmente no mundo mais moderno e mais avançado, como a Europa e os Estados Unidos, onde a curva da mudança da geração de energia é totalmente favorável às energias renováveis e às energias limpas, nós estamos adentrando uma contramão, ao desestimularmos a produção da energia eólica e da solar e, ao mesmo tempo, mantermos subsídios à energia térmica produzida a partir de carvão ou à produzida a partir do óleo *diesel*, que é altamente poluente.

Nós não podemos servir a um modelo de desenvolvimento que penaliza a sociedade, a qual busca diminuir a emissão de carbono, busca novas alternativas de distribuição de renda e busca, inclusive,

desenvolver uma região já penalizada pela sua condição geográfica.

Eu mesmo, como Deputado Federal, tive a oportunidade, quando fui Relator da LDO, em 2014, de colocar incentivos para o curso de criação de técnicos em instalação e manutenção de energia fotovoltaica no IFCE de Caucaia, no Ceará.

Para a minha surpresa - agradável -, todos os jovens que ali se formaram saíram de lá empregados, exatamente porque a energia solar é uma alternativa viável, e nós não podemos nos deixar prender a modelos ultrapassados e discriminar aquilo que é a redenção econômica daquela região do País.

Eu agradeço à Presidente da Mesa, a Deputada Soraya Santos, pela compreensão e também estímulo Deputados e Senadores a se aprofundarem nesse debate, porque, se o Brasil tem condição de criar uma fonte de desenvolvimento, nós devemos estimular, sim, a transmissão da energia elétrica gerada no Nordeste, trazendo-a de lá para o Centro-Sul, para o centro do consumo, e ampliando aquilo que poderá ser a redenção econômica da nossa região.

Eu acredito que nós podemos adentrar com o Brasil na energia limpa e na energia renovável.

Muito obrigada, Deputada Soraya.

Documento 280/513

| | | | |
|---------------------------------|--------------------|---------------------------------------|------------------|
| 23.2020.N | Sessão Evento | Outro | 16/12/2020-14:56 |
| Publ.: DCN - 17/12/2020 - 89 | PEDRO UCZAI-PT -SC | | |
| CONGRESSO NACIONAL | ORDEM DO DIA | ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO | DE |

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda nº 28710011, apresentada ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 9, de 2020, sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2021.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em época de pandemia, de crise sanitária, de aumento da desigualdade social, de aumento da violência e do desemprego no País, a bancada do Partido

dos Trabalhadores, ao invés de discutir teto, propõe um piso emergencial para quatro áreas fundamentais; propõe quatro grandes diretrizes para enfrentar pandemia e o pós-pandemia.

O piso emergencial para a área da saúde seria um mínimo para fortalecer o Sistema Único de Saúde.

Os Deputados que atuaram diretamente no trabalho relacionado à pandemia estão convencidos de que ou fortalecemos o SUS, ou vamos ampliar o sofrimento de milhões de brasileiros e o número de mortos no País.

Em relação ao piso emergencial para a área da educação, indagamos como vamos superar os problemas sociais e econômicos, se não investirmos na educação de nossas crianças e de nossos jovens, para pensarem numa Nação.

Precisamos, ainda, pensar num piso emergencial para fortalecer o Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Por fim, é preciso enfrentar a fome. Até o final do ano, será eliminado o auxílio emergencial, que nós queremos manter - o Deputado Bohn Gass vai defender isso em seguida. Portanto, precisamos de um piso emergencial para a segurança alimentar que dê um mínimo de decência e de dignidade humana para o nosso povo brasileiro. Afinal, a pandemia expôs a desigualdade. A pandemia expôs que a maioria das pessoas que morreram neste País vítimas da COVID-19 são os mais pobres e os negros.

Este Parlamento precisa tomar posição e decidir.

Nesse sentido, surpreende-me como está sendo fácil, Deputado Afonso, defender o não aumento do salário mínimo, com o argumento do Relator, que propôs, num projeto de lei, a correção pela inflação, mais 6%. Agora, a correção será pela inflação, mais 1,4%. No mérito, se opõe.

Austeridade fiscal para os pobres. Para o setor financeiro, tudo. Metade do orçamento deste ano vai para o setor financeiro! A Emenda Constitucional nº 95 congela os gastos primários e discricionários e libera recursos para o setor financeiro, e os Deputados estão preocupados com a austeridade fiscal no que diz respeito aos mais pobres deste País, aos trabalhadores deste País. Para os pobres, não há recursos; para o salário mínimo não há recursos; já para os banqueiros, fazem a festa e tomam vinho francês.

Este Parlamento dirá que haverá um piso mínimo emergencial para a saúde; um piso mínimo emergencial para a educação; um piso mínimo

emergencial para a assistência social, para fortalecer o SUAS; e, na área nutricional, um piso mínimo emergencial para enfrentar a fome? Ou vamos apenas fazer discursos, dizendo que estamos preocupados com a pandemia e com o pós-pandemia?

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cada vez mais, vamos percebendo de que lado o Parlamento está: se do lado da elite, daqueles que vão concentrando renda, dinheiro - 40 brasileiros ficaram 190 bilhões mais ricos em época de pandemia -, ou do lado dos pobres e dos trabalhadores.

Eu começo a ver os pobres de Tocantins. O Senador diz que existe lá um projeto que determina o aumento do salário mínimo no Estado em 6%, mas, estando ele na relatoria do Orçamento, não corrige o valor do salário mínimo nem pela inflação, mais a variação do PIB.

É isso, Sra. Presidente. Espero que os Parlamentares criem o piso emergencial, para depois discutirem o valor do Orçamento.

Documento 281/513

| | | |
|------------------------------|------------------------|--------------------------------------|
| 23.2020.N | Sessão Outro Evento | 16/12/2020-15:16 |
| Publ.: DCN - 17/12/2020 - 95 | GLAUBER BRAGA-PSOL -RJ | |
| CONGRESSO NACIONAL | ORDEM DO DIA | QUESTÃO DE ORDEM QUESTÃO DE ORDEM |

Sumário

Questão de ordem sobre o descumprimento da determinação da Mesa Diretora de uso obrigatório de máscara facial no plenário.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Na sessão de ontem, Presidenta, esta mesma questão de ordem foi feita pela Líder do PCdoB, e foi respondido pelo Presidente que então estava conduzindo a sessão que as providências iam ser tomadas, só que o Parlamentar que acabou de utilizar a tribuna fez uso da palavra sem a utilização de máscara. Já existe uma regulamentação, adotada pela Mesa da Câmara dos Deputados, que a torna obrigatória no plenário da Casa, até porque essa é uma forma de exemplo para o conjunto da população brasileira e, ao mesmo tempo, de proteção às Parlamentares e aos Parlamentares que estão nesse recinto.

Que haja a obrigatoriedade da utilização de máscara no plenário. Ontem a Deputada Perpétua Almeida fez a mesma questão de ordem.

Eu peço a V.Exa., Presidenta, que tome as medidas administrativas

que cabem à Mesa, para que os Parlamentares, inclusive o Parlamentar que fez uso da tribuna por último, utilizem a máscara. Se não houver o respeito por parte de algum Parlamentar a essa que é uma regra já adotada pela Câmara, que sofra as consequências de não dar cumprimento àquilo que foi aprovado pelos Parlamentares.

Falo isso com todo o respeito, mas com toda a firmeza necessária, porque não é natural que Parlamentares fiquem utilizando uma estratégia de natureza ideológica para colocar outras pessoas em risco, com uma posição que seja negacionista, como a do Presidente da República, ontem, quando disse que não vai usar, que não vai tomar vacina de jeito nenhum. O resultado disso é que uma parcela da população brasileira, 20%, já está repetindo, dizendo que não vai tomar as vacinas, exatamente a partir das orientações adotadas pelo Presidente da República, que fica o tempo inteiro boicotando o que seja um plano de vacinação.

Na Câmara dos Deputados, eu espero que imediatamente tomemos as medidas para que o Parlamentar que esteja no plenário faça a utilização da máscara, de acordo com o que já foi votado e deliberado por este próprio Parlamento.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Registrado. Obrigada, Deputado Glauber.

Vou encerrar a votação.

Deputado Paulo Ganime, posso conceder-lhe o tempo da Liderança na próxima votação? Pode ser? *(Pausa.)*

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Presidenta, desculpe-me. Eu fiz uma questão de ordem. É importante a manifestação da Mesa sobre a questão de ordem formulada.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Eu respondi, Deputado Glauber, que acolhemos a questão de ordem. Assim que observarmos alguém sem máscara, vamos pedir que a coloque.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Muito obrigado.

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda nº 28710055, apresentada ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 9, de 2020, sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2021.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) - O voto é "sim", Deputada Soraya, que está presidindo os trabalhos.

No ano que vem - atenção, Brasil! atenção, Deputados! -, não haverá mais auxílio emergencial. A pergunta é clara: o auxílio emergencial, que o Governo Bolsonaro queria que fosse de apenas 200 reais, que nós votamos para que fosse de 600 reais, que o Bolsonaro agora reduziu pela metade, foi ou não foi importante para o povo brasileiro? Foi ou não foi importante para a mãe, para a dona de casa, para o pai poder fazer o rancho e colocar comida na mesa da família? Foi ou não foi importante para as pessoas, neste período de pandemia, quando estavam desempregadas, terem esse recurso para pagar a conta de água e a conta de luz, que têm aumentado, ou para comprar o gás, cujo preço no Governo Bolsonaro tem aumentado tanto? Foi importante para os pais, para poderem comprar uma roupa nova para a criança que há tempos não tinha roupa nova, ou para pagar o aluguel ou até para comprar um remédio ou fazer outro pagamento?

Todos vão dizer: "*Sim, foi muito importante*".

Pois bem. Termina agora o auxílio emergencial. A pandemia não terminou. Então, no ano que vem, a economia, que se restabeleceu um pouco nesse período em função do auxílio emergencial, não terá esse suporte. As pessoas vão precisar, no desemprego, de um complemento, de uma renda na família.

A emenda que estamos destacando é muito clara: precisa haver a continuidade do programa pelos próximos 12 meses. Em 2021, em janeiro, que está à nossa porta, daqui a 15 dias, não haverá mais auxílio emergencial. O nosso destaque é no sentido de que, nos próximos 12 meses, no ano de 2021, haja auxílio emergencial, de que neste tempo nós tenhamos condições de debater outro programa, o da renda mínima, básica, permanente para a população brasileira que necessita. O projeto do PT é muito mais do que de uma renda emergencial, é um projeto de renda básica, um projeto que precisamos debater, para incorporar nos orçamentos, nos recursos e nas políticas

públicas.

Mas neste momento urge votarmos este projeto sobre a continuidade por mais 1 ano do Renda Emergencial. Atenção: não haverá mais renda emergencial. Então, precisamos aprovar este destaque, sob pena de serem causados grandes prejuízos para a economia e para a população. Senão o Brasil vai definitivamente para o *Mapa da Fome*, do qual o nosso Governo havia tirado o País. Eu peço a aprovação deste destaque porque, no ano que vem, não haverá, repito, a renda emergencial.

Documento 283/513

| | |
|------------------------------|--------------------------------------|
| 23.2020.N | Sessão Outro Evento 16/12/2020-15:32 |
| Publ.: DCN - 17/12/2020 - 98 | TED CONTI-PSB -ES |
| CONGRESSO NACIONAL | ORDEM DO DIA |
| | ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda nº 28710055, apresentada ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 9, de 2020, sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2021.

O SR. TED CONTI (PSB - ES. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o PSB orienta "sim", por entender que nós estamos num momento gravíssimo. Nós temos no País mais de 14 milhões de pessoas desempregadas. Então, esse auxílio emergencial vai ser de extrema importância, principalmente nos Municípios pequenos, onde a arrecadação de impostos é menor. Nós precisamos movimentar o pequeno comércio.

Nós entendemos que é necessário votar a favor dessa emenda, e votamos "sim", até porque nós ainda estamos no meio de uma pandemia. O que a pandemia traz realmente é um impacto muito forte na economia de todo o mundo, e não só na do Brasil.

Portanto, o PSB orienta "sim".

Documento 284/513

| | |
|------------------------------|--------------------------------------|
| 23.2020.N | Sessão Outro Evento 16/12/2020-15:32 |
| Publ.: DCN - 17/12/2020 - 99 | GLAUBER BRAGA-PSOL -RJ |
| CONGRESSO NACIONAL | ORDEM DO DIA |
| | ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda nº 28710055, apresentada ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 9, de 2020, sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2021. Defesa pelo PSOL de manutenção do auxílio emergencial e de criação de renda mínima para as camadas menos favorecidas. Solicitação ao Relator do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 9, de 2020, pelo Ministério da Economia, de corte de recursos destinados ao Programa Bolsa Família.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PSOL, com certeza, orienta "sim".

É importante que, neste momento, os brasileiros e as brasileiras que estejam conseguindo assistir a esta sessão gravem bem quem são aqueles Parlamentares que vão votar "não", porque estão dizendo que não querem a continuidade do auxílio emergencial para o ano de 2021.

Nós da bancada do PSOL queremos a aprovação do auxílio emergencial, mas não no jogo da direita liberal, que quer fazer um programa de renda mínima - às vezes defende isso -, mas, ao mesmo tempo, quer desmontar as garantias sociais do Estado, para que a pessoa tenha que pagar por saúde, por educação. Não! Nós defendemos o fortalecimento das garantias sociais e das políticas públicas que garantam direitos para as famílias. Além disso, defendemos que também o auxílio emergencial siga sendo pago no ano de 2021. Por esse motivo, o voto do PSOL é "sim."

Presidenta, uma notícia que acaba de chegar e que eu acho importante a Câmara inteira saber: o Ministério da Economia encaminhou para o Relator do PLN 9 uma solicitação de corte de mais de 500 milhões de reais no Bolsa Família. Esse é mais um absurdo que não pode ser aceito por nós. Que nos preparemos também para rejeitar essa solicitação do Ministério da Economia, se ela vier a ser incorporada pelo Relator no PLN 9.

Obrigado.

Documento 285/513

| | | |
|-------------------------------|---------------------|---------------------|
| 23.2020.N | Sessão Outro Evento | 16/12/2020-15:40 |
| Publ.: DCN - 17/12/2020 - 101 | ZÉ NETO-PT -BA | |
| CONGRESSO NACIONAL | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Empenho do PT e da Oposição na continuidade do pagamento do auxílio emergencial a trabalhadores e famílias carentes, frente à crise gerada pela Covid-19.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, não há objeção nem jurídica, nem administrativa, nem política. O que há é um Governo totalmente sem rumo. O que salvou o Brasil, sem dúvida, nem do setor empresarial, nem dos setores populares, nem da Oposição, nem do próprio Governo, foi o auxílio emergencial.

Então, a diretriz orçamentária agora é assegurar que esse debate ocorrerá, que ele será levado adiante e que nós vamos ter um rumo, em um Governo que está sem rumo. Não discutir agora e não estabelecer uma diretriz é mais um passo na direção do caos.

Estamos aqui, mais uma vez, o PT e a Oposição, registrando a nossa posição, no sentido de que tenhamos a continuidade do auxílio emergencial. Mais uma vez, estamos a cobrar isso do Governo Federal.

Documento 286/513

| | | |
|-------------------------------|------------------------|------------------------|
| 23.2020.N | Sessão Outro Evento | 16/12/2020-15:48 |
| Publ.: DCN - 17/12/2020 - 103 | OTONI DE PAULA-PSC -RJ | |
| CONGRESSO NACIONAL | ORDEM DO DIA | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Participação no evento Retomada do Varejo, promovido pela Associação dos Supermercadistas do Estado do Rio de Janeiro - ASSERJ. Congratulações aos trabalhadores do setor varejista e aos profissionais da saúde. Maior atenção do Governo Federal para com os setores de bares e restaurantes e de eventos.

O SR. OTONI DE PAULA (PSC - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, eu tive a honra e a alegria de participar, esta semana, de evento promovido pela Associação dos Supermercadista do Estado do Rio de Janeiro - ASSERJ, que engloba todos os supermercadistas do nosso Estado. A entidade é presidida pelo meu querido amigo Fábio Queiroz. O evento promovido pela ASSERJ, o Retomada do Varejo, contou com a participação de várias entidades do varejo do Estado do Rio de Janeiro.

Srs. Deputados, o varejo do nosso Estado deu um *show* durante esta triste pandemia.

Em momento algum, repito, em momento algum, houve desabastecimento do varejo no Estado do Rio de Janeiro. E tudo isso foi fruto de uma parceria entre o varejo e os personagens políticos do nosso Estado. Vai aqui a minha citação do belo trabalho do Governador em exercício, Cláudio Castro, do Presidente da nossa Assembleia Legislativa, André Ceciliano, e do Senador Flávio Bolsonaro. Toda essa máquina, toda essa engrenagem política foi facilitando que toda a burocracia e todos os entraves legais saíssem da frente dos varejistas para que eles pudessem cumprir o seu papel de entrega de produtos e de sustento da nossa população.

Por isso, estou nesta tribuna para parabenizar todos os trabalhadores do setor de varejo do Rio de Janeiro, que, durante a pandemia, assim como os profissionais de saúde, arriscaram as suas vidas, para alimentar a população carioca e fluminense.

Quero chamar a atenção do Governo Federal, do Presidente Bolsonaro, do Ministro Paulo Guedes para saber como setores que não retomaram ainda o seu crescimento, como o de bares e restaurantes e o de eventos, poderão agora já ter a contrapartida que o Governo Federal deu durante esta pandemia. É importante que o Governo Federal olhe para esses setores, que só estão conseguindo retomar o seu crescimento agora. Portanto, é preciso que aquele olhar de primeiro momento, que foi transversal para todos, agora se transforme em um olhar carinhoso para os setores que mais sofreram e que tardiamente voltaram a funcionar.

Parabéns ao Estado do Rio de Janeiro e parabéns ao setor varejista do nosso Estado.

Documento 287/513

| | | |
|------------------------------|------------------------------|--------------------------------------|
| 25.2020.N | Sessão Outro Evento | 17/12/2020-13:04 |
| Publ.: DCN - 24/12/2020 - 24 | FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS | |
| CONGRESSO NACIONAL | ORDEM DO DIA | QUESTÃO DE ORDEM QUESTÃO DE ORDEM |

Sumário

Questão de ordem acerca da prioridade constitucional na apreciação de vetos presidenciais sobre projetos de lei do Congresso Nacional.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Para uma questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente Soraya Santos, nós

começamos uma sessão da Câmara. O PSOL, por intermédio da nossa Líder Sâmia Bomfim, do Deputado Glauber Braga e de mim mesma, apresentou aquilo que é óbvio: que é inconstitucional, antirregimental votar PLNs antes dos vetos.

Nós, inclusive, ao apresentarmos essa discussão, tivemos a concordância do Presidente da Câmara, Deputado Rodrigo Maia, porque é evidente - é matéria já decida pelo Supremo Tribunal Federal - que os vetos precedem qualquer votação.

Nós começamos uma discussão com o Governo.

Para fazer a questão de ordem no tempo regimental, estou baseada no art. 66, §§ 4º e 6º, da Constituição Federal, e art. 106, § 3º, do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Sobre a questão do prazo estabelecido, o § 6º do art. 66 da Constituição determina:

Art. 66

§ 6º Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4º - 30 dias -, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final.

O texto é claríssimo. Não há discussão. Mesmo assim, durante todo o ano nós fizemos uma construção. O Brasil vive uma pandemia, foram 183 mil vidas perdidas. Durante o ano, fizemos reuniões com os Líderes do Governo, os Líderes da Câmara, os Líderes do Senado, para construirmos pautas em comum, para derrubarmos vetos ou mantermos vetos. Mesmo com a nossa contrariedade, o registro público, nós cedemos no sentido de deixar de votar matérias, inclusive outros PLNs, como um acordo político entre todas as bancadas, que é a única coisa que pode sobrestar o Regimento Interno e a própria Constituição Federal.

Se V.Exa., Presidente, quiser colocar o tempo, porque eu imagino que...

Pois bem, fizemos toda essa construção o ano inteiro. Chegamos ao final do ano, estamos no dia 17 de dezembro, e o Governo não colocou para votar vetos a PLs que foram votados por acordo na Câmara dos Deputados e que sobrestam a pauta; ao mesmo tempo, fez um joguete para obstruir toda a matéria e colocar para votação o PLN 29.

Eu disse ao Líder Ricardo Barros e ao Relator do PLN 29 que não se trata de questões individuais, mas de questões políticas do Regimento da Câmara. Ademais, nós temos a pauta do FUNDEB, e essa

discussão é feita como um todo.

Estamos aqui, está iniciada a sessão do Congresso sem os vetos e sem o retorno do Governo. Nós achamos que isso é muito grave. Nós temos que derrubar o veto do marco do saneamento - o Brasil espera isso. Nós temos que derrotar o veto ao PL 1.826/20, que trata dos profissionais da saúde.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Conclua, Deputada.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS) - Concluo dizendo que a Constituição Federal e o Regimento nos respaldam.

Portanto, nós queremos fazer uma questão de ordem e também um alerta aos partidos de oposição e aos partidos que não são de oposição, mas que ainda defendem as liberdades democráticas neste País. Isto é inaceitável! Não se pode tratar de forma leviana a Constituição e o Regimento Interno.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputada Fernanda Melchionna.

Respondo a V.Exa. com muita tranquilidade, até porque essa mesma questão de ordem foi suscitada na sessão de ontem do Congresso. E faço questão de reler a decisão que tomei ontem e que adotarei novamente em resposta a sua questão de ordem.

Questão de ordem em relação a vetos e PLNs em pauta sob entendimento do Ato Conjunto nº 2, de 2020.

Em resposta aos questionamentos apresentados pela nobre Deputada Fernanda Melchionna, do PSOL, sobre o sobrestamento da pauta do Congresso Nacional, por força dos vetos que estariam aguardando a deliberação, a Presidência esclarece o seguinte: As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em face...*(Pausa.)*

Deputada Fernanda, eu vou aguardar V.Exa., porque já fiz esse questionamento à Líder Sâmia Bomfim ontem e agora o estou repetindo a V.Exa.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em face das circunstâncias atuais que envolvem as medidas de isolamento social e a proibição de aglomerações, como forma de combater a propagação da COVID-19, editaram, em conjunto - portanto assinado tanto pela Mesa da Câmara quanto pela Mesa do Senado -, o Ato Conjunto nº 2, de 2020, que prevê deliberação das matérias de competência do Congresso Nacional separadamente nas duas Casas,

em sessões unicamerais subsequentes.

Dessa forma, considerando que o trancamento da pauta pelos vetos presidenciais se dá nas sessões conjuntas do Congresso Nacional - o artigo que V.Exa. suscitou, o art. 66, § 4º, da Constituição Federal - e que os projetos de lei da matéria orçamentária, ainda segundo a Constituição Federal, art. 166, precisam ser aprovados pelas duas Casas, mas não necessariamente numa sessão conjunta, não há óbice à apreciação das matérias orçamentárias pelas duas Casas separadamente, mesmo diante da existência de vetos, que só trancam as pautas das sessões, como disse, conjuntas, no estrito termo do texto constitucional.

Este entendimento já foi objeto, Deputada Fernanda, de questões de ordem anteriormente respondidas nas sessões do dia 2 de abril e do dia 13 de maio. E foi, inclusive, novamente reiterado na sessão de ontem. Está, portanto, amplamente consolidado, não tendo havido questionamento nas sessões seguintes, nas quais houve deliberação pelos PLNs, ainda que houvesse vetos sobrestando a pauta, muito menos judicialização da matéria.

Por fim, esta Presidência relembra que as atuais circunstâncias são de fato excepcionais, mas o Parlamento está fazendo sua parte. Foram deliberados 39 vetos com centenas de dispositivos no ano de 2020. Mesmo com a pandemia e com as medidas de isolamento social, decerto há vetos na agenda do Congresso Nacional. Mas esta Mesa entende, pelas razões já expostas, Deputada Fernanda, que não há óbice nem legal, muito menos constitucional, à deliberação das matérias orçamentárias.

Ante o exposto, indefiro a questão de ordem suscitada por V.Exa.

Tem a palavra o Deputado Paulo Ganime.

Documento 288/513

| | | |
|------------------------------|------------------------|------------------|
| 25.2020.N | Sessão Outro Evento | 17/12/2020-13:44 |
| Publ.: DCN - 24/12/2020 - 33 | ROGÉRIO CORREIA-PT -MG | |
| CONGRESSO NACIONAL | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Natureza eleiçoeira da sessão conjunta. Redução dos recursos orçamentários destinados ao Programa Bolsa Família. Repúdio à postura adotada pelo Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Descaso do Presidente da República com as camadas menos favorecidas. Retirada de recursos da educação pelo Governo Federal. Denúncia da utilização de



recursos de emendas orçamentárias em prol da eleição do candidato do Presidente Jair Bolsonaro à Presidência da Câmara dos Deputados. Não apoio do PT aos candidatos governistas nas eleições das Mesas Diretores do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Obstrução, pelo partido, da votação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 29, de 2020, sobre a abertura ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento Regional e do Turismo, de crédito suplementar no valor de R\$ 48.338.517,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Defesa de votação do Projeto de Lei nº 4.372, de 2020, sobre a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Deputada Soraya Santos, quero apontar quatro grandes problemas para esta sessão de hoje e este projeto. Eu digo que esta é uma sessão, como disse o Deputado Marcel van Hattem, em que se procura interferir na eleição da própria Mesa. Por isso diria que é uma sessão eleitoreira. Vou tentar mostrar por quê.

Antes disso, quero dizer que o Governo fez um corte de 514 milhões no Bolsa Família, que é de remanejamento, mas é dinheiro a menos no Bolsa Família. Não poderíamos deixar de fazer essa denúncia. O Governo já não pretende, a partir agora de dezembro e, portanto, para o ano que vem, manter a renda emergencial. Imagine! O País, no caos em que está, com o agravamento da miséria - são 14 milhões de desempregados -, e o Governo faz um corte de 514 milhões no Bolsa Família. É um governo que não prepara as pessoas mais pobres para sobreviverem à pandemia, até mesmo porque o planejamento do Governo para o combate à pandemia não convenceu ninguém. Nessa questão das vacinas, está a ver o que vai acontecer. O próprio Presidente vai a público, sem máscara, dizer que não vai tomar a vacina, e assim por diante. Portanto, parece uma história de terror, no momento em que vivemos um genocídio no Brasil. As pessoas empobrecidas estão sem condições de reação, o Governo não manterá a renda emergencial no ano que vem, a inflação retoma, há desemprego em massa, e o Governo deixa de colocar 514 milhões no Programa Bolsa Família.

No caso da educação, o Governo retirou ou sarrupiu 1 bilhão e 400 milhões, dizendo que esses recursos voltariam para a educação. Não voltaram. Universidades, escolas públicas... Aliás, depois falo do FUNDEB, que votaremos daqui a pouco, do qual querem também tirar recursos, de escolas públicas para escolas particulares. O Governo não retomou esse valor de 1 bilhão e 400 milhões que retirou da educação e havia prometido ao Congresso Nacional e ao País que o faria. Portanto, a educação tem 1 bilhão e 400 milhões a menos, e

somam-se a isso os 514 milhões a menos no Bolsa Família.

Setecentos e vinte e dois milhões dos organismos internacionais foram retirados. Aí começa a denúncia. Faço coro com o que já foi dito. Setecentos e vinte e dois milhões vão para emendas parlamentares, em especial para o Ministério da Agricultura e para o Ministério do Turismo. Portanto, são emendas parlamentares para a base do Governo. É aí que ele quer incidir na eleição da Mesa, com recursos de emendas parlamentares, para tentar convencer o voto no candidato do Governo Bolsonaro.

Aliás, a bancada do Partidos dos Trabalhadores ontem tomou, por unanimidade, uma decisão: não votaremos em nenhum candidato do Governo Bolsonaro. Nenhum candidato "bolsonarista" tem o nosso voto. Imagine atrelar a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, mais os movimentos que ele faz na Procuradoria-Geral da República e nas indicações para o Supremo Tribunal Federal, a esse Presidente Bolsonaro, autoritário como é, cujos filhos falam que vão fechar o Supremo com um cabo e dois soldados. Imagine ele com o controle dos Poderes e usando recursos, inclusive retirando de organismos internacionais 722 milhões, para emendas parlamentares.

Como se não bastasse isso, ontem o Relator aprontou mais uma, que mostra cabalmente os problemas que existem nesta sessão eleitoreira, que foi o remanejamento de emendas parlamentares. A conclusão desse remanejamento, Deputada Soraya, era até 15 de outubro. Agora o Relator incluiu uma emenda - e está aí para quem quiser ver; nós estamos fazendo um destaque sobre ela -, para emendas que podem ser impositivas ou não - e não sei que emendas são essas; provavelmente são emendas para a base do Governo -, com a qual ele poderá fazer o remanejamento até o dia 31 de dezembro. De 15 de outubro para 31 de dezembro. É um prazo muito especial, para o Governo, agora, durante esta reta final, ganhar votos no Congresso Nacional. É o verdadeiro "toma lá, dá cá". É por isso que o Brasil não aguenta mais esse tipo, esse modelo de fazer política. O Presidente que dizia que veio para fazer uma nova política - mentira! - agora se associa ao que há de pior. Na cara do povo brasileiro, agora, nesta sessão, simplesmente remaneja até 31 de dezembro, para fazer as suas negociações eleitorais para a Mesa.

Deputada Soraya, é por isso que nós vamos orientar que se faça obstrução. O PT orienta que se faça obstrução. É uma medida realmente muito ofensiva contra o povo brasileiro.

Tomara que, obstruindo esta sessão do Congresso, passemos à sessão da Câmara, para votarmos o FUNDEB. O povo brasileiro precisa do FUNDEB. A educação pública precisa do FUNDEB, com recursos públicos para escolas públicas, e não para escolas

particulares.

Obstrução.

Muito obrigado.

Documento 289/513

| | | |
|------------------------------|------------------------------|--------------------------------------|
| 25.2020.N | Sessão Outro Evento | 17/12/2020-13:52 |
| Publ.: DCN - 24/12/2020 - 37 | FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS | |
| CONGRESSO NACIONAL | ORDEM DO DIA | QUESTÃO DE ORDEM QUESTÃO DE ORDEM |

Sumário

Questão de ordem sobre a necessidade de apreciação de requerimento de adiamento da votação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 29, de 2020, acerca da abertura ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento Regional e do Turismo, de crédito suplementar no valor de R\$ 48.338.517,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Tentativa, pelo Governo Jair Bolsonaro, de interferência nas eleições da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados com a aprovação da propositura.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Para uma questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - É uma questão de ordem que procede, com base no art. 192 do Regimento da Câmara.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Deputada, tem que ser com base no Regimento Comum.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS) - Com base, então, no art. 151 do Regimento Comum, que diz que, nos casos omissos, aplicar-se-á subsidiariamente o Regimento da Câmara.

Art. 192. Anunciada uma votação, é lícito usar da palavra para encaminhá-la, salvo disposição regimental em contrário, pelo prazo de cinco minutos, ainda que se trate de matéria não sujeita a discussão, ou que esteja em regime de urgência.

(...)

§ 2º Ressalvado o disposto no parágrafo anterior, cada Líder poderá manifestar-se para orientar sua bancada, ou indicar Deputado para fazê-lo em nome da Liderança, pelo tempo não excedente a um minuto.

Como disse, o art. 151 do Regimento Comum diz que, nos casos omissos, aplica-se o Regimento da Câmara.

Eu acho que, independentemente de Regimento - Deputada Soraya, nós convivemos muito na bancada feminina, e V.Exa. sabe que não é nada pessoal -, é um princípio básico de qualquer processo de votação que a orientação, no sentido da retirada de pauta ou do adiamento da votação, seja feito antes da orientação do mérito da matéria.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Deputada Fernanda...

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS) - Eu ainda tenho 2 minutos, Deputada Soraya, e vou usá-los. Eu vou usá-los, porque o que está acontecendo aqui, sinceramente, é uma falta de vergonha na cara do Governo Bolsonaro.

Ouvi atentamente o Deputado Claudio Cajado tratar dos organismos internacionais. O que acontece é que quem humilha o Brasil no processo internacional é a posição do Governo Bolsonaro sobre vários temas. Mas nós não precisamos entrar nesse debate agora, já que vou usar meu tempo de Líder e terei tempo de falar.

Se os senhores querem falar de organismos internacionais, quem sabe devamos falar dos 722 milhões de reais que os senhores estão tirando dos organismos internacionais para pagar emenda parlamentar. E pagar emenda parlamentar para interferir no processo de decisão da Mesa e da Presidência da Câmara dos Deputados.

A imprensa já disse isso, e nós denunciemos ao Tribunal de Contas da União! Essa prática do "toma lá, dá cá" é velha!

Eu espero que o Tribunal de Contas da União faça uma investigação, porque isso é corrupção, sim! Pegar dinheiro público de organismos internacionais para fazer o velho "toma lá, dá cá", tentando interferir no processo eleitoral desta Casa, para ter alguém submisso aos interesses do Planalto na Câmara dos Deputados, além de manter uma agenda ultraliberal, que destrói o País, é inadmissível.

Desculpem-me a sinceridade. Isso está nos jornais. Nós representamos no Tribunal de Contas da União contra isso e aqueles PLNs que estão em jogo. Este é um Governo que não cumpriu nenhum acordo das votações que nós aceitamos fazer, abrindo mão de princípios constitucionais, em nome de enfrentar a pandemia no Brasil.

O problema é que o Governo Bolsonaro não está preocupado com a pandemia; está preocupado só com a sua agenda antipovo.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Como orienta o PDT?

Aliás, antes...

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Deputada Soraya, questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Deputada Erika, só um momentinho.

Aliás, foi muito bem levantada essa questão de ordem. Foi bom para que pudéssemos olhar o texto, porque o texto não traz óbice a continuarmos justamente, taxativamente...

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Deputada Soraya, questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Só um momentinho, Deputada Erika. Eu estou respondendo uma questão de ordem.

Então, claramente, na omissão, vale o texto da Câmara, e ele também é muito claro. V.Exa. suscitou o artigo que diz que não há óbice nenhum.

Dessa maneira, rejeito a questão de ordem, decidindo pelo prosseguimento da orientação de bancada.

Pois não, Deputada Erika.

Documento 290/513

| | | |
|------------------------------|------------------------------|------------------------|
| 25.2020.N | Sessão Outro Evento | 17/12/2020-14:04 |
| Publ.: DCN - 24/12/2020 - 39 | FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS | |
| CONGRESSO NACIONAL | ORDEM DO DIA | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Postura genocida, criminosa e negacionista do Presidente Jair Bolsonaro, demonstrada no descaso com a vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Prioridade dada pelo Presidente da República no aparelhamento da Polícia Federal para proteção dos seus filhos envolvidos em atos ilícitos. Obstrução, pelo Governo Federal, das votações do Projeto de Lei nº 4.372, de 2020, sobre a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Real motivo do interesse do Governo Jair Bolsonaro na aprovação do Projeto de Lei

do Congresso Nacional nº 29, de 2020, sobre a abertura ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento Regional e do Turismo, de crédito suplementar no valor de R\$ 48.338.517,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Atuação dos partidos oposicionistas contra a eleição do candidato governista à Presidência da Câmara dos Deputados.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente Soraya.

É verdadeiramente inacreditável. Quase todos os países do mundo têm previsão de início e de fim do processo de vacinação. Há previsão também quanto aos grupos que serão vacinados. O Brasil perdeu até agora 183 mil vidas. Ontem, sem os dados atualizados de São Paulo, 920 vidas foram perdidas para a COVID-19. E nós temos um Ministério da Saúde preocupado em deslegitimar, na prática, a vacina! Ao que tudo indica, querem fazer uma campanha contra a vacina. É um Governo genocida, criminoso, negociante.

Estamos, no dia 17 de dezembro, numa sessão do Congresso Nacional, temos que tratar do tema da vacina, do tema dos profissionais de saúde. Esta Casa fez um projeto, assinado por mulheres de mais de dez bancadas, apensado ao PL do Deputado Reginaldo Lopes, relativo a direitos para os profissionais de saúde que estão há 9 meses salvando vidas, enquanto o delinquente do Presidente fazia manifestações antidemocráticas; enquanto o delinquente do Presidente fazia manifestações contra a ciência; enquanto o delinquente do Presidente não usava máscara; enquanto o delinquente do Presidente estava preocupado em aparelhar a Polícia Federal para proteger os filhos bandidos de um Presidente envolvido com o que há de mais podre no submundo da política tradicional, combinado com uma agenda da extrema Direita contra as liberdades democráticas.

O Governo, desde hoje de manhã, está tentando fazer esta sessão do Congresso Nacional, e está obstruindo o FUNDEB, como fez aqui no início da manhã, numa sessão em que nem sequer houve diálogo com o Presidente da Câmara dos Deputados, e tínhamos uma pauta para votar o FUNDEB, a MP 1.003. A defesa da vacina vai ser levada adiante com a unidade de ação entre a Oposição, o Centro e a Direita que não é a favor do fechamento das liberdades democráticas, ou melhor, a Direita que acredita na ciência. O que estamos debatendo aqui é iluminismo ou trevas, barbárie. Este Governo não está preocupado em oferecer a vacina, está preocupado em desmontar o FUNDEB - essa é preocupação de Bolsonaro -, para, por meio de uma guerra ideológica que eles promovem, financiar os dele, defender financiamento privado com o objetivo, entre outros, de tirar dinheiro da

educação pública.

Defende aqui a votação de um PLN, mas todos nós sabemos, e talvez nem todos tenham coragem de dizer, que, pior, existe gente beneficiada por uma lógica de liberação de mais 1 bilhão de reais para as emendas parlamentares que o Governo criminoso, bandido, genocida e corrupto - corrupto! - está usando para comprar a eleição da Presidência da Câmara dos Deputados! O que está em jogo aqui?

Um Deputado disse que temos de cumprir os acordos internacionais. Como se Bolsonaro desse bola para os organismos internacionais! Como se não fosse o Governo de Bolsonaro que fizesse aliança com ditaduras para suprimir dos acordos internacionais pautas que envolvem as mulheres! Isso é uma vergonha! Eu estive na ONU e fiz denúncia. É uma vergonha que a diplomacia, que gente concursada e qualificada do Itamaraty esteja subordinada a esse Fraga Araújo, que veio direto da Idade Média, caiu de paraquedas no ano de 2020.

Então, não venham com esse blá-blá-blá. Os organismos internacionais, como a Organização Mundial da Saúde, foram atacados pelo Governo Bolsonaro por defenderem a vida. Por defenderem a vida! Agora, se é para debater a respeito de organismos internacionais, também queremos debater a respeito de organismos internacionais. Por que vocês estão tirando 722 milhões dos organismos internacionais? *"Para fazer aporte na área de infraestrutura."* Dizem isso como se alguém aqui fosse criança, como se não soubéssemos que existe o gabinete do despacho de emenda parlamentar para beneficiar o candidato de Bolsonaro.

O candidato de Bolsonaro, quem quer que seja, tem que ser o inimigo número um da Oposição. A tarefa número um é derrotar o candidato de Bolsonaro e apresentar o nosso programa, que tem a ver com o combate à política ultraliberal, com a defesa das nossas estatais. Mas aqui não se pode enganar. Não pode se enganar quem acha que o que está em jogo na Câmara dos Deputados, no Senado, na PGR, no Supremo não é uma tentativa de controlar por cima as instituições - não temos ilusão com essas instituições. O que se quer é suprimir as liberdades democráticas e fazer correia de transmissão em favor dos interesses do Palácio do Planalto, daquele bando de safados, dos criminosos que estão com o Governo Bolsonaro, do próprio Bolsonaro e dos filhos bandidos dele, do "gabinete do ódio", o que há de pior na política brasileira.

Não vamos aceitar, Sra. Presidente, conversa mole para boi dormir. O que está em jogo aqui é negociata, é "toma lá, dá cá".

Nós estamos em obstrução.

| | | |
|------------------------------|------------------------|------------------------|
| 25.2020.N | Sessão Outro Evento | 17/12/2020-15:00 |
| Publ.: DCN - 24/12/2020 - 56 | GIOVANI CHERINI-PL -RS | |
| CONGRESSO NACIONAL | ORDEM DO DIA | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Posicionamento do orador contrário a decisão do Supremo Tribunal Federal de concessão, aos Estados brasileiros, de autonomia para a gestão de ações de combate à Covid-19. Discordância com as recomendações das autoridades sanitárias contra a disseminação do coronavírus. Defesa do tratamento precoce da doença. Importância da vitamina D para a imunidade. Inexistência de vacina segura contra a Covid-19.

O SR. GIOVANI CHERINI (Bloco/PL - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente Soraya Santos, eu estou na estrada, no mundo político, há 30 anos. E eu jamais tinha passado por momentos tão difíceis, inimagináveis, como os momentos pelos quais nós estamos passando hoje em dia.

Primeiro, tivemos a intervenção, a interferência do STF em uma questão importantíssima para o País. Decidiu o STF que quem deve legislar sobre a pandemia são os Governadores, tirando o poder de quem se elegeu democraticamente no País.

Segundo, manda-se ficar em casa, como se o soldado, durante a guerra, tivesse que ir para debaixo da cama. Mas não se sabe se o vírus está debaixo da cama, em cima da cama, na farmácia ou na rua. Soldado bom arruma o seu armamento e vai para a guerra.

Depois, determinou-se o uso da máscara. A população deveria usar máscara em todo lugar, o que diminui a imunidade das pessoas. Deve-se usar máscara inclusive em academias, uma coisa insana. E, quando se passa o medo para a população, ela, infelizmente, não consegue raciocinar. E é proibido falar nisso! As pessoas ficam enlouquecidas quando alguém tem a coragem de falar sobre isso.

Gente, é um vírus perigoso? Sim, ninguém está negando isso. Mas a solução não é passar medo para a população! O medo diminui a imunidade. Eu sou terapeuta, eu sei disso. O medo atrai os problemas para a nossa vida, aumenta o estresse e aumenta as doenças. Quem não sabe disso?

Depois, negaram que poderia haver remédio para essa doença. E ainda hoje nós temos hospitais em Porto Alegre que não dão

tratamento precoce; dão dipirona e mandam para casa, para morrer em casa, na realidade, para aumentar o número dos mortos.

Se as pessoas fossem tratadas com remédio, com tratamento precoce, nós não teríamos perdido a metade dos brasileiros que morreram. Há 5 mil médicos no Brasil - que são desautorizados, inclusive pelo Conselho Federal de Medicina - que dizem que existe tratamento precoce. Então, dizem que remédio, neste momento, não há. O discurso fácil é: "*Fique em casa, use máscara e espere a vacina*".

Agora, a vacina já está dando problema na Inglaterra, já está dando alergia. Quem vai pagar a conta? Inclusive, há umas ideias absurdas nesta Casa. Querem proibir as pessoas que não querem tomar a vacina de escolher; querem proibir as pessoas que, na sua livre e espontânea vontade, não querem arriscar a sua vida, como aconteceu com uma menina, ontem. Matou-se uma menina - estão averiguando isso - no Acre. Aliás, foi suicídio. Treze mil pessoas se matam no Brasil; 43 pessoas por dias são amputadas, por causa do diabetes. E ninguém fala em imunidade da população, ninguém fala em vitamina D. Aliás, é proibido falar em vitamina D. Se as pessoas melhorarem a imunidade, vão ficar vivas, não vão pegar doenças. Se alguém disser isso nas redes sociais, sabe o que fazem com a publicação? Removem a publicação, ilegalmente. As administradoras das redes sociais estão agindo ilegalmente, em nome de uma tal de organização mundial dos sem noção. Erraram mais de cem vezes! A OMS errou! Mas o politicamente correto é dizer que seguimos a orientação da OMS.

Eu não sou um acéfalo! Eu tenho cérebro! Eu penso, ainda mais porque eu fui eleito por 152 mil gaúchos. Nós precisamos pensar, precisamos raciocinar, precisamos ter, neste momento, serenidade. Não é uma disputa política entre quem quer a vacina e quem não quer a vacina, entre quem nega ou não nega o vírus. A questão é a vida humana que nós precisamos preservar.

Quem vai ser o responsável se a vacina não der certo? Quem vai pagar essa conta? As empresas que estão produzindo a vacina não querem assumir esse compromisso. E aí já querem calendário de vacina. O STF pediu um calendário de vacina. Eu nunca tinha visto isso. Não existe a vacina! E a vacina inglesa... A China criou o vírus. Por que não há vacina na China?

Aliás, as pessoas que defendem os chineses... Eu não tenho nada contra eles, eu sou contra o regime que eles adotaram. Aliás, os chineses são muito bons. O regime deles é que está errado. Eles não têm vacina. Onde mais estão fazendo vacina? Onde há garantia de que a vacina vai curar as pessoas, vai imunizá-las?

Eu repito, a imunidade se alcança aumentando a vitamina D da

população, distribuindo nos postos de saúde vitamina D. A imunidade se alcança levando coragem para as pessoas, e não levando o medo. A imunidade se alcança diminuindo a "pandemídia". A mídia passa 24 horas por dia enfiando na cabeça das pessoas a necessidade da tal da vacina, que nem existe.

Aliás, eu gostaria de saber quem deste Parlamento vai tomar primeiro a Coronavac...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada.

O SR. GIOVANI CHERINI (Bloco/PL - RS) -a vacina do Governador Doria. É bom que se escreva quem vai tomar a vacina.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Deputado Cherini...

O SR. GIOVANI CHERINI (Bloco/PL - RS) - Então, eu encerro dizendo que sou a favor de vacina, tomo vacina, mas vacina que seja segura, que não gere problemas, senão o SUS e o Governo que vão ter que pagar essa conta! Quem faz a vacina tem que se responsabilizar por ela!

Obrigado, Sra. Presidente.

Documento 292/513

| | | |
|------------------------------|---------------------|---------------------|
| 25.2020.N | Sessão Outro Evento | 17/12/2020-15:08 |
| Publ.: DCN - 24/12/2020 - 58 | BIBO NUNES-PSL -RS | |
| CONGRESSO NACIONAL | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Regozijo com a edição da Medida Provisória nº 1.015, de 2020, sobre a abertura de crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 20.000.000.000,00, para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus. Votos de feliz Natal e próspero Ano Novo aos Parlamentares e à população brasileira.

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PSL - RS. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, digníssima Presidente Soraya Santos.

Nobres colegas, é uma honra estar participando desta sessão remota. Quero dizer da minha alegria de hoje, pela manhã, ter acompanhado o Presidente Bolsonaro na assinatura de uma medida provisória que destina 20 bilhões de reais para a compra de vacinas de qualquer

origem, de qualquer país, contanto que sejam aprovadas pela ANVISA.

Então, Brasil, fique tranquilo! Nós teremos um belo programa de vacinação. O Governo está atento em todos os momentos, preocupadíssimo com a saúde de todos os brasileiros. Apesar de eu defender o isolamento vertical, o que eu acredito que seria o ideal, vejo que nós estamos indo muito bem e vencendo a pandemia.

Como disse o nobre colega Deputado Cherini, a "pandemídia" é quem tenta impor um certo pânico. Mas, unidos, pensamos no melhor para o povo brasileiro.

Eu até, neste momento, conclamo a todos para que deixem o espírito natalino contagiar a sua alma com as entranhas da bondade, para que pensem no melhor para os seus irmãos brasileiros, deixando de lado qualquer tipo de política demagógica sobre saúde.

Saúde não tem partido, saúde é o que nós desejamos a todos os brasileiros. E, hoje, 20 bilhões de reais foram destinados à compra de vacinas.

Por isso eu digo a vocês: feliz Natal e feliz 2021!

Muito obrigado, digníssima Presidente.

Documento 293/513

| | | |
|---|--|------------|
| 132.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/12/2020- CD | 09:36 |
| Publ.: DCD - 18/12/2020 - GERVÁSIO MAIA-PSB -PB | | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Posicionamento do PSB contrário à aprovação da Medida Provisória nº 998, de 2020, acerca da alteração de diplomas legais e da transferência, para a União, das ações de titularidade da Comissão Nacional de Energia Nuclear, representativas do capital social das Indústrias Nucleares do Brasil S/A e da Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A. Apoio à votação do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.372, de 2020, sobre a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu só quero esclarecer que, desde ontem, a nossa bancada já havia se posicionado contrariamente a esta medida

provisória. Nós vamos, com certeza, votar contrariamente a ela, mas o que queremos é que a sessão possa fluir para que votemos o FUNDEB.

Este é um desejo do povo brasileiro; será o futuro da nova educação no nosso País. Então, o nosso desejo é que a sessão possa fluir para que votemos o FUNDEB o quanto antes.

Documento 294/513

| | |
|--|--|
| 132.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/12/2020- CD 11:28 |
| Publ.: DCD - 18/12/2020 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 1, apresentada à Medida Provisória nº 998, de 2020, acerca da alteração de diplomas legais e da transferência, para a União, das ações de titularidade da Comissão Nacional de Energia Nuclear, representativas do capital social das Indústrias Nucleares do Brasil S/A e da Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A. Importância da aprovação da Emenda de Plenário nº 1, para a preservação da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG. Baixos investimentos realizados pelo Governador do Estado de Minas Gerais, Romeu Zema, na área de saúde pública em meio à epidemia de coronavírus.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Minoria vai liberar porque há divergência em relação ao voto do PSOL. Quero reiterar que é justa, sim, no meu entendimento, a emenda. Como mineiro, entendo bem do assunto. À época em que se fizeram as "privatarias" aqui em Minas, de quatro usinas, a CEMIG acabou não recebendo este recurso. Com a aprovação agora, nós teremos mais 2 anos, pelo menos, de prorrogação da concessão, o que dá uma tranquilidade para a CEMIG.

Liberamos pela divergência que há, mas quero reiterar que a emenda é justa e votarei "sim".

Aproveito também para fazer uma denúncia, como fiz há pouco.

Minas Gerais é o segundo Estado que menos investiu em saúde durante a pandemia. Até outubro o investimento foi de apenas 10,29%, não respeitando sequer os 12% do índice obrigatório de saúde pública da Constituição. O Governo Zema tem agido durante a pandemia como

age o Governo Bolsonaro, dando uma banana para o povo mineiro. Só perdemos do Rio de Janeiro, que teve investimento menor.

Vergonha para Minas Gerais é o Governo Zema.

Documento 295/513

132.2020

Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/12/2020-
CD 11:52

Publ.: DCD - 18/12/2020 - LUIS MIRANDA-DEM -DF

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Pedido ao Relator Léo Moraes de esclarecimento sobre o teor da Emenda de Plenário nº 5, apresentada pelo PT à Medida Provisória nº 998, de 2020, acerca da alteração de diplomas legais e da transferência, para a União, das ações de titularidade da Comissão Nacional de Energia Nuclear, representativas do capital social das Indústrias Nucleares do Brasil S/A e da Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu preciso tirar uma dúvida. Algo não está claro para mim.

O destaque do PT questiona o texto, em que não está claro que uma empresa que não é de livre concorrência, uma empresa que produz materiais extremamente restritos - estamos falando de energia nuclear, de submarinos, de áreas estratégicas -, ficará fora disso. Se eles estão fazendo um destaque nesse sentido, é porque essa empresa, teoricamente, poderia ser privatizada a qualquer momento e a qualquer tempo pelo Poder Executivo, sem a participação desta Casa. Então, eles tentam estabelecer que eventual privatização tenha que passar pelo Congresso Nacional. Se for isso, é algo meritório.

Presidente, eu gostaria de saber se o Relator confirma que é isso que vale para uma empresa como essa, que não é empresa de livre mercado. Não estamos falando de uma empresa que poderia ser privatizada para favorecer a concorrência, para que o mercado fique aquecido. Se, de certa forma, for isso, realmente é algo meritório; se não for, é algo só para causar desgaste. Eu só queria que o Relator confirmasse se é isto ou não, se a empresa poderá ser licitada a qualquer tempo.

O SR. PRESIDENTE (Franco Cartafina. Bloco/PP - MG) - Deputado, obviamente esta Casa é democrática, porém, a interpretação do mérito

não cabe à Mesa. Os partidos...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Eu questiono o Relator se, de fato, é meritório o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Franco Cartafina. Bloco/PP - MG) - Eu vou concluir. Essa análise cabe aos partidos fazer. Se V.Exa. está com dúvida, sugiro que fale com a Liderança do PT. O Relator não está aqui neste momento, mas acho que V.Exa. pode entrar em contato com ele também, para tentar buscar essa informação que o aflige neste momento, elucidando a questão que V.Exa. colocou. Acho que isso é prudente. Faça essa sugestão.

Aguardaremos aqui para...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Presidente, posso dizer que é exatamente esse o sentido da emenda do Partido dos Trabalhadores.

Deputado, V.Exa., no nosso entender, fez interpretação absolutamente correta. Nós preservaríamos esse ponto sim, para que qualquer processo de privatização tenha que passar pelo Congresso Nacional.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Isso valoriza os Parlamentares. Acho altamente meritório.

Documento 296/513

| | |
|---|---|
| 132.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/12/2020- CD 16:32 |
| Publ.: DCD - 18/12/2020 - JOSÉ GUIMARÃES-PT -CE | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA |
| | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Defesa de aprovação do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.372, de 2020, sobre a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Aprovação pela Casa do Projeto de Decreto Legislativo nº 861, de 2017, sobre a aprovação do texto da Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, adotada na Guatemala, por ocasião da 43ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, em 05 de junho de 2013. Expectativa da sociedade brasileira quanto à aprovação da Medida Provisória nº 1.003, de 2020, acerca da autorização ao Poder Executivo Federal de adesão ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility. Homenagem aos professores brasileiros e aos Deputados Soraya Santos, Tabata Amaral, Professora Dorinha Seabra Rezende, Bacelar, Professora Rosa

Neide e Idilvan Alencar.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, peço a V.Exa. que a Deputada Alice Portugal encaminhe pela Liderança da Minoria.

Sras. e Srs. Parlamentares, é importante destacar o esforço que nós temos a fazer. Toda esta Casa conhece o conteúdo da PEC e, conseqüentemente, o projeto que foi aprovado na Câmara Federal com as modificações feitas pelo Senado Federal. A partir deste momento, precisamos convencer a Câmara como um todo a votar "sim" ao relatório que veio do Senado, ratificado pelo Relator Deputado Felipe Rigoni.

Este é o primeiro apelo que eu faço, para que esta conquista seja de todos do Parlamento brasileiro. Esta conquista tem um significado muito grande. Quem ganha é a educação pública. Quem ganha são as entidades que tanto se mobilizaram para a aprovação do FUNDEB. Quem ganha são os trabalhadores e as trabalhadoras da educação; os Parlamentares que integram a Comissão de Educação desta Casa; a Relatora da matéria, que é a Deputada Rosinha; as mulheres Parlamentares, Deputadas que participaram ativamente deste processo de integração do conjunto da Casa.

Eu comparo este momento desta votação com aquele momento da Lei Aldir Blanc, quando todo o Parlamento se uniu e, suprapartidariamente, construiu um caminho, que deu ao Parlamento brasileiro a credibilidade de todo o ambiente cultural e das artes no Brasil. Todos os setores da cultura brasileira fazem este reconhecimento ao Parlamento brasileiro.

Neste momento, peço permissão para fazer uma citação que tanto tem ajudado na discussão da pauta da educação pública brasileira. Nós precisamos reconhecer o papel de entidades como a CNTE, o SINDIUTE de Fortaleza, que faz muito não só pela organização, mas também pelos debates em prol da educação dos Municípios de Fortaleza. Devemos reconhecer todo o esforço das várias entidades sociais.

Não vai aqui nenhum corporativismo. Aqui da Câmara eu posso ver o Deputado Bacelar. S.Exa., que fez uma manifestação forte, sabe que, se há uma matéria que não é corporativista, é a que trata do FUNDEB, que é o guarda-chuva daquilo que é central em se tratando de qualquer projeto de desenvolvimento nacional, como a educação pública brasileira, com as experiências exitosas que nós temos em cada Estado. No Ceará, meu Estado, e em outros Estados da Federação, os índices de qualidade da educação melhoram cada vez mais. Com este FUNDEB, a Câmara, penso eu, está dizendo: *"Avance, educação*

pública brasileira!"

Sigamos, porque este é o futuro do Brasil. Independentemente de governo A ou B, dos dismantelos de um ou outro Ministro da Educação, das peripécias de Ministros que muitas vezes, quando chegam lá, não cumprem a missão institucional e constitucional de universalizar o comportamento em defesa da educação pública, todos ganham. Esta pauta vai além dos interesses desta ou daquela bancada, deste ou daquele partido.

Na manhã de hoje, Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Parlamentares, como Líder da Minoria, eu participei de uma reunião em que estavam os Líderes do PT, do PDT, do PSB, do PCdoB, do PSOL, do MDB, do DEM, do Cidadania, do PV, do PSDB. Todo mundo discutia. Nós conversávamos e dizíamos que íamos procurar todas as Lideranças para que o texto do Senado fosse aprovado por unanimidade. Sabem por quê? Porque a polêmica não pode ficar com este ou aquele Parlamentar. Hoje a transparência é grande: todo mundo acompanha nossos votos. V.Exas. sabem da repercussão que isso tem. Isso é correto.

Nós podemos amanhecer o dia e hastear a bandeira da educação pública brasileira por todos e todas, por todos nós Parlamentares do Brasil, como se deu na votação da PEC lá atrás, quando a Câmara se uniu. Foi apresentada uma emenda que contou com apenas 83 votos, mas, aos poucos, a educação pública vai se apresentando como a grande causa do Brasil. Independentemente deste ou daquele governo, ela se sustenta. Os governos devem se apressar e ter um olhar mais cuidadoso para a educação pública.

Sras. e Srs. Parlamentares, faço uma referência aos muitos Ministros que passaram e deixaram marcas na educação pública brasileira. Eu nem era Deputado Federal - eu era Deputado Estadual -, mas me lembro, Deputado Bacelar e Deputada Tabata, de Paulo Renato à frente do Ministério da Educação. Como não lembrarmos o período exitoso do Ministro Fernando Haddad, do Governo do ex-Presidente Lula? Quantas universidades nós instalamos País afora? Quantos recursos foram liberados aos Estados, para que pudessem cuidar da alfabetização e, principalmente, da qualidade da educação básica?

Nós temos, queridos Parlamentares, legados muito fortes na sociedade brasileira. Eles, por si sós, justificam uma tomada de decisão coletiva hoje do Parlamento brasileiro.

Eu sou de um Estado, Sra. Presidenta, que tem ótimas referências nacionais, por causa da educação pública brasileira, dos investimentos feitos, da quantidade de rede pública e da ampliação, sobretudo, do cuidado. A educação não é só um meio físico, não é só um espaço

físico: educação significa qualidade, professor e professora bem remunerados. Meu Estado, Deputada Tabata, é exemplo, como o são outros Estados da Federação de outros governos. Na época, o ex-Governador Cid Gomes e agora o Governador Camilo Santana são duas referências muito fortes que justificam que todos nós abracemos hoje a bandeira da educação pública brasileira.

Meu sentimento, Deputadas e Deputados, decorre do que nós fizemos hoje. Eu me dirijo ao Líder do Governo, o Deputado Ricardo Barros. Ontem eu o procurei para mostrar que é fundamental a Liderança do Governo encaminhar junto conosco, para que a educação possa comemorar esta vitória histórica do dia de hoje. Aliás, nas duas últimas semanas, nós tivemos momentos muito fortes neste Parlamento, mesmo nestes tempos de pandemia. Nós aprovamos a Convenção Interamericana contra o Racismo, pois temos compromisso com a vida. Para mim, foi um momento muito forte. Nós temos que votar, de hoje para amanhã, a MP 1.003, que trata da vacina, pois o Brasil todo espera de nós um compromisso muito forte em relação a esta matéria.

Na tarde de hoje, meu querido amigo Deputado Bacelar, que me acompanha com muita atenção, Deputada Tabata, Deputada Rosa Neide, Deputado Idilvan, Relatora Dorinha, nós vamos terminar o dia comemorando. Nós precisamos votar o texto do Senado. Esta é a minha convicção, em vista do trabalho de articulação interna, de diálogo com os setores do Governo e da Oposição e com outros setores da Casa que nós fizemos. O texto do Senado é o melhor. Não se trata de uma questão de governo. O texto não tem impacto nenhum do ponto de vista das finanças de quem governa, pelo contrário. Ele apenas redistribui os recursos do FUNDEB e permite que eles sejam direcionados para outros setores conveniados que não os setores públicos da educação.

Nós podemos discutir estes pontos em outro momento. Agora é a hora da educação pública brasileira. Esta é a hora de dizer sim a todos aqueles que têm compromisso com a educação. Todo mundo diz que tem compromisso com a educação, mas é nesta hora que nosso voto e nossa digital estarão estampados com a mensagem de que todos votam "sim" ao texto.

Neste momento, eu me dirijo à minha querida Líder Deputada Soraya, autora do acordo realizado na sessão passada, para pedir que pensemos juntos, já que o interesse aqui é o Brasil. Deputada Tabata, votar com V.Exa. na condução da Presidência neste momento é um marco para aqueles que tanto trabalharam. Eu vi o esforço da Deputada Dorinha ao longo desses 2 anos na Comissão Especial, bem como o esforço do Presidente Bacelar, da Deputada Rosa Neide e do Deputado Idilvan, pessoas que tanto se envolveram. Eu não tenho dúvida de que todos eles precisam e devem ser homenageados neste

momento. Mas devemos homenagear sobretudo os professores, as professoras e aqueles que efetivamente têm compromisso com a educação pública brasileira.

Um grande abraço!

Muito obrigado, Sra. Presidenta.

Documento 297/513

| | | | |
|----------------------------|-------------------------------|--------------------------------------|----|
| 132.2020 | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa 17/12/2020-18:24 | |
| Publ.: DCD 18/12/2020 - | - JOENIA WAPICHANA-REDE -RR | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | REPRESENTANTE PARTIDO DISCURSO | DO |

Sumário

Importância da aprovação do Projeto de Lei nº 4.372, de 2020, sobre a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Relevância do FUNDEB para a educação escolar indígena. Defesa da destinação de seus recursos tão-somente para o ensino público. Necessidade de implementação do disposto na Lei nº 14.021, de 2020, sobre as medidas de prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas; a criação do Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígenas; a adoção de medidas de apoio às comunidades quilombolas, aos pescadores artesanais e aos demais povos e comunidades tradicionais para o enfrentamento à Covid-19; e a alteração da Lei nº 8.080, de 1990, com vista à garantia do aporte de recursos adicionais nas situações emergenciais e de calamidade pública. Defesa de inclusão dos povos indígenas no grupo prioritário de vacinação contra a Covid-19.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Como Representante. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, muito obrigada.

Hoje é um dia muito especial para a população brasileira. Educação é investimento, e hoje vemos que a educação pública brasileira ganha uma oportunidade de ter uma regulamentação conforme a realidade do nosso País. Espera-se que, com o novo FUNDEB, todos os estudantes brasileiros tenham a mesma oportunidade de educação escolar para que possam ter oportunidade de qualificação. Para isso é preciso investir porque a educação tem que ser de qualidade.

Para a educação escolar indígena, o novo FUNDEB é uma grande

conquista também, pois continuará a ser assegurado o custo-aluno diferenciado, garantindo a diversidade cultural, geográfica, étnica dos povos indígenas, que têm lutado por uma educação escolar diferenciada. São mais de 188 línguas diferentes, entre 305 povos, em diferentes regiões do nosso Brasil.

A educação escolar indígena vem apresentando diversas demandas devido à ausência de concursos públicos diferenciados e por falta de investimentos nas próprias estruturas das escolas indígenas. Agora, temos a oportunidade de termos assegurada também a formação das professoras indígenas através do FUNDEB.

Por isso, senhoras e senhores, queremos lembrar que os recursos do fundo que está sendo discutido, recursos públicos, devem ser direcionados às escolas públicas. Eu me formei dentro desse processo de educação escolar pública, em escola pública de educação básica, de ensino fundamental, de ensino médio e de educação superior. Assim como eu tive a oportunidade de ir à escola, há muitas crianças e jovens indígenas que almejam ter uma educação que venha a condizer com a realidade do nosso Brasil, seja na Amazônia, seja nas áreas rurais ou em áreas em que não há Internet, não há energia elétrica, não há estradas.

Nós somos cidadãos brasileiros e merecemos, sim, ser tratados com a dignidade que a nossa Constituição diz que deve ser assegurada a todos os brasileiros.

Foram consideradas nesta regulamentação as diversidades que nós temos, a diversidade cultural, a diversidade geográfica, a diversidade étnica. Então, eu quero aqui parabenizar novamente o Relator, o Deputado Felipe Rigoni, que assegurou que nós tivéssemos o respeito à realidade dos povos indígenas dentro desta regulamentação.

Eu aproveito este meu tempo de Liderança para agradecer a todos os que vão votar a favor da educação pública. Chamo a atenção daqueles que ainda têm dúvida sobre a importância de se assegurar que todos os recursos sejam direcionados para a educação pública. Eu acredito que as escolas privadas e as instituições de filantropia, que já têm desempenhado tão bem o seu papel, podem buscar recursos que não sejam os recursos já tão reduzidos da educação pública do nosso País.

Lembro, Sra. Presidente, que os povos indígenas têm outras demandas. Além das demandas na área da educação, temos também demandas na área da saúde. Nós ainda não temos notícia da implementação da Lei nº 14.021, de 2020, que assegurou aos povos indígenas um plano de enfrentamento da COVID-19. Até hoje nós brigamos no Supremo Tribunal Federal por isso. As organizações indígenas tiveram que buscar na Justiça que o Governo apresentasse

esse plano emergencial. Enquanto isso, estão morrendo muitas pessoas ainda. Em Roraima, meu Estado, a pandemia está em alta. Muitas crianças estão sendo afetadas agora pela COVID. Nós queremos que haja essas medidas emergenciais.

Quero também dizer que é importante incluir os povos indígenas nos grupos prioritários para vacinação. Acreditamos também que as pesquisas devem ter investimento. Isso requer responsabilidade de nós aqui no Parlamento, nas nossas falas, e respeito às instituições brasileiras que têm feito parte das discussões, dos assessoramentos nessa área. Assim como estamos investindo na educação, através do FUNDEB, temos que investir em saúde, em pesquisas que assegurem a prevenção contra doenças, como, por exemplo, a desta pandemia.

Eu peço que se inclua esta minha fala no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Documento 298/513

| | |
|---|--|
| 133.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/12/2020- CD 19:36 |
| Publ.: DCD - 18/12/2020 - FELIPE CARRERAS-PSB -PE | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Apoio à criação de frente parlamentar em defesa do setor de entretenimento e eventos. Elaboração pelo orador de projeto de lei destinado à proteção do segmento. Pedido aos Governadores Estaduais e aos Prefeitos Municipais de apoio às demandas dos produtores de eventos.

O SR. FELIPE CARRERAS (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, fui convidado pelo setor de produção de eventos e entretenimento no Brasil para criar frente parlamentar em defesa do setor. Se existia alguma dúvida em relação ao setor mais prejudicado diante dessa pandemia, hoje nós temos convicção de que é o setor de entretenimento e evento. Esse setor já se encontra em estado terminal.

Estamos aqui com a presença de Doreni Caramori, Presidente da ABRAPE - Associação Brasileira de Promotores de Eventos. É importante que o Brasil veja esse setor importante para a nossa cultura e para economia, um setor que gera emprego e renda.

Estamos desenvolvendo um projeto de lei para salvar esse setor. A

Câmara dos Deputados, que tem sido grande protagonista ao salvar vários setores da economia para o povo brasileiro, vai cumprir com o seu papel. Eu quero que todos que produzem eventos, um setor tão importante, saibam que nós estamos olhando para eles.

E venho pedir aos Governadores e Prefeitos que tenham sensibilidade, a todos os que estão agindo com responsabilidade: esse setor quer trabalhar, quer gerar emprego.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 299/513

| | |
|--|---|
| 133.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/12/2020- CD 19:40 |
| Publ.: DCD - 18/12/2020 - GIOVANI CHERINI-PL -RS | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA |
| | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do Projeto de Lei Complementar nº 135, de 2020, acerca da alteração da Lei Complementar nº 101, de 2000, com vista à vedação do limite de empenho e movimentação financeira das despesas relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico, custeadas por fundo criado para tal finalidade; bem como a alteração da Lei nº 11.540, de 2007, para modificação da natureza e das fontes de receitas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT; e à inclusão de programas desenvolvidos por organizações sociais entre as instituições com acesso aos recursos do - FNDCT.

O SR. GIOVANI CHERINI (Bloco/PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Rodrigo Maia, nós queremos aproveitar a oportunidade para dizer que nós somos favoráveis ao projeto.

Queremos aproveitar a oportunidade para parabenizar o Ministro astronauta Marcos Pontes pelo trabalho que vem fazendo pela ciência e tecnologia, pelos remédios para a cura do coronavírus - há, inclusive, um remédio randomizado cientificamente - e pelo caminho da nova vacina feita pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Isso se deu graças ao trabalho do Ministro Marcos Pontes.

Infelizmente, nós temos ainda esses conselhos, tais como o CONEP - Conselho Nacional de Ética em Pesquisa, que acabam atrapalhando as pesquisas. Um dia, quem sabe, nós vamos reeditar esses conselhos e melhorar o trabalho, para os Ministérios poderem realmente atuar sem

tanto engessamento.

O PL vota "sim", Sr. Presidente.

Documento 300/513

| | | |
|---|--|------------------------|
| 133.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/12/2020- CD | 19:52 |
| Publ.: DCD - 18/12/2020 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Regozijo com a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 135, de 2020, acerca da alteração da Lei Complementar nº 101, de 2000, com vista à vedação do limite de empenho e movimentação financeira das despesas relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico, custeadas por fundo criado para tal finalidade; bem como a alteração da Lei nº 11.540, de 2007, para modificação da natureza e das fontes de receitas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT; e à inclusão de programas desenvolvidos por organizações sociais entre as instituições com acesso aos recursos do - FNDCT. Apelo à Casa de aprovação da Medida Provisória nº 1.003, de 2020, sobre a autorização ao Poder Executivo Federal de adesão ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, primeiro, quero mostrar nossa felicidade pela aprovação da matéria. Quero dizer apenas que essa aprovação garante o não contingenciamento dos fundos de ciência e tecnologia. Quero apenas aqui registrar a nossa homenagem à CONEP, à SBPC, a todas as entidades de ciência e tecnologia.

Quero também dizer que, em plena pandemia, nós deveríamos votar o projeto da Deputada Alice Portugal que criminaliza todos aqueles que fazem campanha contra as vacinas, porque não é possível que, em meio a uma situação de risco de vida, nós ainda tenhamos pessoas que façam campanhas contra as vacinas e destruam a segurança da sociedade, até porque, se fizerem isso, estarão tirando a credibilidade do Estado brasileiro.

Portanto, não contingenciar a ciência e a tecnologia neste momento é um ato decisivo para a defesa da vida, da humanidade.

Parabéns ao Congresso, ao autor, ao Relator e ao Parlamento, pela

posição que assumiu ao aprovar o PLP 135/20!

Gostaria de fazer um apelo, Sr. Presidente. Se não houver grandes dissensões, que possamos aprovar a Medida Provisória nº 1.003, de 2020, porque não só garante a aprovação do Convênio Covax Facility, como também amplia as agências reguladoras que o Brasil reconhece para o credenciamento de emergência da ANVISA. Eu acho importante acelerarmos essa aprovação, para não correremos o risco de ficar sem a aprovação da Medida Provisória nº 1.003, de 2020.

Documento 301/513

| | | | |
|----------------------------|-------------------------------|---------------------------------------|------------------|
| 133.2020 | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa | 17/12/2020-19:56 |
| Publ.: DCD 18/12/2020 - | - SÂMIA BOMFIM-PSOL -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO | DE |

Sumário

Defesa da implementação de plano nacional de vacinação contra a Covid-19.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nós nos inscrevemos para garantir que façamos um debate fundamental. Para nós, isto é o central neste momento no País: a garantia de que o Congresso vai dar a resposta que a sociedade brasileira precisa para implementar um plano de vacinação que tenha responsabilidade, tenha data, tenha procedimento, inclua os grupos vulneráveis, que de fato são os mais suscetíveis a se contaminar pela COVID-19. Estes, infelizmente, foram ignorados pelo plano apresentado pelo Presidente da República, quando foi instado pelo STF. Que possa também avançar em parcerias com os demais laboratórios, principalmente os que estão situados no Brasil, com uma produção de altíssima qualidade, como faz o Instituto Butantan.

Nós precisamos derrotar o obscurantismo, que, infelizmente, tem se transformado em *fake news* e tomado o debate nas famílias e nas redes sociais. Nosso compromisso é com a vida. Não vamos permitir que haja essa naturalização das mortes. Já são mais de 180 mil os brasileiros que, infectados, morreram em função da COVID-19.

Precisamos construir um calendário, mas também um programa que garanta insumos, ou seja, agulha, vacina, estruturação do SUS, condições para que os profissionais possam atender nas regiões

longínquas.

Nós precisamos criar um comitê geral para acompanhar esse plano de vacinação. Essa vai ser a emenda que vamos apresentar, quando for votada a Medida Provisória nº 1.003, de 2020. Esse comitê nacional paralelo, complementar ao Ministério da Saúde, na verdade, serve para envolver as demais instituições, como o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal, os Governadores, as instituições de pesquisa, para que também sejam parte da gestão e do acompanhamento do plano nacional.

Sabemos que, infelizmente, o Ministério da Saúde tem tido uma postura irresponsável e não se compromete. Inclusive, aparelha e instrumentaliza a ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em vez de utilizá-la para facilitar no processo do acesso à vacina, no desenvolvimento da ciência. Utiliza a ANVISA para fazer disputa política e impedir que o nosso povo possa ser vacinado.

Por isso, nós já adiantamos este debate e o estamos apresentando para o conjunto dos Líderes. Achamos fundamental que possamos avançar na criação desse comitê. Essa proposta vem a partir de cientistas, de pesquisadores, de pessoas que estão na linha de frente, diretamente envolvidas no enfrentamento à pandemia da COVID-19.

Além disso, é claro, há todas as outras medidas sanitárias e sociais, a garantia de recursos, como nós propusemos ontem na LDO, para que o Brasil possa finalmente enfrentar e sair deste pesadelo.

Obrigada.

Documento 302/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 133.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/12/2020- CD | 19:56 |
| Publ.: DCD - 18/12/2020 - GIOVANI CHERINI-PL -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar nº 137, de 2020, sobre a criação de fonte de recursos para enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da Covid-19, reconhecido pelo Congresso Nacional. Inexistência de vacina eficaz e segura contra o coronavírus. Aprovação, pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, de medicamento para o tratamento precoce da doença.

O SR. GIOVANI CHERINI (Bloco/PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Rodrigo Maia, o PL encaminha o voto "não", porque nós queremos votar esse projeto.

Eu só quero responder a inúmeras irresponsabilidades que estão sendo ditas no plenário desta Casa, aos inúmeros *fake news* que estão sendo feitos. Inclusive, dizem que são do bem, que são da paz, mas espalham o ódio, dizendo que existe vacina segura e que nós temos que vacinar a população brasileira de forma obrigatória. Essa questão deveria ter autonomia nacional.

No Brasil, não há nenhuma vacina aprovada. Quem diz que há vacina está fazendo *fake news*. Não é verdade. Existe, sim, remédio aprovado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia para fazer tratamento precoce, mas ninguém fala nisso. Há remédio randomizado cientificamente. Isso é ciência. O que não é ciência é dizer que existe vacina, uma vacina que ninguém experimentou e que poderá gerar mil problemas nas pessoas.

Vamos ter responsabilidade! Vacina com garantia de segurança para a população, com garantia de saúde e de vida para as pessoas!

Documento 303/513

| | |
|---|--|
| 133.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/12/2020- CD 20:00 |
| Publ.: DCD - 18/12/2020 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA |
| | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar nº 137, de 2020, sobre a criação de fonte de recursos para enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da Covid-19, reconhecido pelo Congresso Nacional. Necessidade de informação à sociedade brasileira sobre a certificação, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, de vacinas produzidas contra a Covid-19.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A Minoria tem que liberar, Sr. Presidente. Em função de a autoria do requerimento ser do PSOL, a Minoria tem que liberar.

Sr. Presidente, não podemos deixar determinadas informações soltas no ar. As vacinas que serão liberadas no Brasil terão a certificação da ANVISA. Já há vacinas sendo aplicadas no mundo, certificadas por agências internacionais. No Brasil, há vacinas em produção que serão

certificadas pela ANVISA. Nós temos que parar de desinformar a população, pelo amor de Deus! Vamos parar de gerar insegurança nas pessoas! O que nós queremos, que as pessoas morram ou que elas vivam? Nós queremos enfrentar a pandemia ou fazer aliança com o vírus? Vamos parar com isso! Essas coisas não podem acontecer em pleno Parlamento brasileiro. Nós somos agentes públicos. Por favor, vamos parar com isso aqui!

Documento 304/513

| | | |
|---|--|---------------------|
| 133.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/12/2020- CD | 20:00 |
| Publ.: DCD - 18/12/2020 - KIM KATAGUIRI-DEM -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PARECER DISCURSO |

Sumário

Leitura pelo orador na condição de relator ad hoc, designado no plenário, do parecer oferecido pelo Deputado Elmar Nascimento ao Projeto de Lei Complementar nº 137, de 2020, sobre a criação de fonte de recursos para enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da Covid-19, reconhecido pelo Congresso Nacional.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, primeiro, vou fazer um curto preâmbulo em relação a este projeto, que trata de desvinculação de fundos que hoje estão com o dinheiro carimbado, mas parado, e que poderia ser utilizado - inclusive, há uma emenda da Deputada Tabata Amaral que foi incorporada ao relatório - para financiar educação e para financiar vários outros setores.

Isso mesmo, Deputada Tabata Amaral, foi acatada a emenda. Percebi que chamei atenção de V.Exa. O Deputado Elmar a acatou.

Faço uma deferência ao Deputado Elmar Nascimento, que foi o Relator desta matéria e que infelizmente não pode estar aqui no plenário, porque se recupera da infecção pelo coronavírus.

Quero cumprimentar também o Deputado Mauro Benevides Filho, que é um dos autores e principais militantes pela aprovação dessa desvinculação de fundos. Temos hoje mais de 150 bilhões de reais parados em fundos, que poderiam ser usados para o combate à pandemia e poderiam ser usados para conter o aumento exponencial da dívida pública, que assusta para o ano que vem, em razão do avanço dos gastos obrigatórios.

Portanto, Sr. Presidente, faço deferência ao Deputado Elmar Nascimento, Relator desta matéria, e ao Deputado Mauro Benevides Filho, autor. Veja que é uma união entre esquerda e direita. São Deputados de espectros diferentes no campo político, concordando que não se pode ter dinheiro parado em fundos. Isso deveria ser uma coisa óbvia, senso comum. Aliás, na minha avaliação, todas as receitas da União deveriam ser desvinculadas. O PT, durante o Governo Lula, aprovou a desvinculação das receitas da União. Bolsonaro e Paulo Guedes vivem falando de desvincular todas as receitas. Nós precisamos que o gestor público utilize o dinheiro onde o setor público precisa.

Eu lembro que, na minha cidade, Indaiatuba, no interior de São Paulo, todos os anos, o Prefeito tinha que trocar os computadores de todas as escolas para chegar ao mínimo constitucional de gastos com a educação, porque sobrava dinheiro. Era uma das poucas cidades em que sobrava dinheiro para a educação, mas faltava para a saúde. Ele não conseguia repassar o dinheiro da educação para a saúde por causa da vinculação. Num âmbito muito menor, é claro, estamos tratando disso agora em relação a esses fundos.

Portanto, Sr. Presidente, a Comissão de Seguridade Social e Família é "pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 137, de 2020, e de seu apensado, na forma do substitutivo em anexo" - que já se encontra no sistema da Câmara há mais de 24 horas, como determina o Regimento; a Comissão de Finanças e Tributação é "pela adequação e compatibilidade orçamentária e financeira e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 137, de 2020, e de seu apensado e do substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família"; e a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania é "pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei Complementar nº 137, de 2020, de seu apensado e do substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família".

Mais uma vez, faço deferência ao Deputado Elmar Nascimento, responsável por este relatório.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 305/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 133.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/12/2020- CD | 20:08 |
| Publ.: DCD - 18/12/2020 - RODRIGO DE CASTRO-PSDB -MG | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Aplausos ao Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, pela autorização aos Estados e Municípios brasileiros de vacinação contra a Covid-19, no caso de omissão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. Elogio ao Governador do Estado de São Paulo, João Doria, pelos esforços empreendidos em prol da vacina contra a doença.

O SR. RODRIGO DE CASTRO (PSDB - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, neste momento, quero saudar a decisão liminar do Ministro Lewandowski sobre a questão da vacinação no Brasil, em que autoriza os Estados e Municípios a fazê-la em 72 horas, se não houver a decisão da ANVISA. Essa é uma decisão que vai ao encontro da ciência.

Neste momento, eu quero ressaltar o trabalho do Governador João Doria em relação à vacina. Foi um trabalho realmente monumental, que envolveu todo um esforço do Governo paulista, um esforço inclusive internacional, com conversas com a Embaixada da China, com o Governo da China, com viagens até aquele país. O Butantan é uma instituição da qual nós nos orgulhamos muito. Trata-se de uma construção do povo de São Paulo, a serviço do Brasil. O instituto vai produzir a vacina originária da China. Portanto, quero dizer que o Governador João Doria cumpriu com a sua obrigação.

E seria isso que todos os Governadores deveriam fazer. Essa questão não pode ser politizada. Nós precisamos salvar vidas, o que iremos conseguir com a vacinação.

Portanto, quero ressaltar que o Estado de São Paulo vai vacinar os seus habitantes e vai possibilitar que outros Estados da Federação também possam ter acesso à tão sonhada vacina. Pela atitude havida naquele Estado, nós também acabamos assistindo a uma corrida aqui, inclusive com o próprio Governo Federal se abrindo para a vacina CoronaVac, que é uma vacina segura, eficaz e já aprovada por uma importante agência internacional.

Deixo aqui o meu registro em relação à atuação do Governador João Doria.

Documento 306/513

| | |
|--|--|
| 133.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/12/2020- CD 20:28 |
| Publ.: DCD - 18/12/2020 - ERIKA KOKAY-PT -DF | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA |
| | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Não utilização pelo Governo Federal de recursos de fundos na eclosão da epidemia de coronavírus. Solidariedade à Deputada Estadual de São Paulo, vítima de assédio sexual. Lista de mulheres ilustres comprometidas com a educação brasileira.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, o primeiro aspecto é que os recursos dos fundos que deveriam suprir as necessidades impostas pela pandemia deveriam ter sido implementados tão logo se instalou o estado de calamidade no Brasil, e não foram. Nós já estamos chegando ao final do ano. Nesse sentido, recursos como o do pré-sal, recursos como o do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social devem cumprir a sua finalidade precípua, na medida em que, para as despesas relativas à pandemia, nós já chegamos quase ao final do estado de calamidade.

E, por fim, quero me solidarizar também com a Deputada que foi agredida. Acho que esta Casa deveria, no dia de amanhã, aprovar uma moção para mostrar uma posição absolutamente clara de que atitudes como essa não são permitidas, uma posição do Parlamento, da Câmara Federal.

Quero dizer que as mulheres são, via de regra, invisibilizadas. Nós tivemos uma grande vitória em contraposição a um certo preconceito que vimos aqui com relação à escola pública. Nós aprovamos aqui o FUNDEB, os recursos públicos para a escola pública, e falamos de grandes educadores. Mas esquecemos que há grandes mulheres que trabalharam na construção da educação. Eu faço questão de citá-las, para que fiquem lado a lado com Anísio Teixeira, Paulo Freire, Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes, enfim. Eu falo de Cecília Meireles, Maria Isaura Queiroz, Nísia Floresta, Nise da Silveira, Maria Victória Benevides, para que não esqueçamos e não invisibilizemos as mulheres, porque a sociedade só será democrática se não tivermos esse nível de assédio e se tivermos igualdade de direitos.

Documento 307/513

| | | |
|---|------------------------------------|--------------|
| 133.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária | -17/12/2020- |
| | CD | 20:40 |
| Publ.: DCD - 18/12/2020 - MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS | | |
| CÂMARA | DOS | COMO LÍDER |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário



Associação aos pronunciamentos em solidariedade à Deputada Estadual de São Paulo, Isa Penna, vítima de assédio sexual. Regozijo com a aprovação do Projeto de Lei nº 4.372, de 2020, sobre a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Não contingenciamento de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Exigência de inclusão na pauta, pelo Presidente Rodrigo Maia, de pedido de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro por prática de crime de responsabilidade. Alcance da marca de 182 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Tentativa do Governo Federal de desestruturação do Sistema Único de Saúde - SUS. Prática de corrupção pelo Presidente da República. Envolvimento dos seus filhos com milicianos e em esquemas das chamadas rachadinhas. Utilização, por Jair Bolsonaro, de organismos da máquina pública para blindagem de membros de sua família envolvidos em atos ilícitos. Elevado contingente de trabalhadores desempregados no País. Redução do valor do auxílio emergencial para 300 reais. Reinclusão do Brasil no Mapa da Fome. Defesa de rejeição do Veto Parcial nº 46, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 735, de 2020, (Projeto Assis Carvalho), acerca das medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e da alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018. Criação, por filho do Presidente da República, de polarizações indevidas com o Governo da República Popular da China. Ataques do Governo Jair Bolsonaro ao meio ambiente e aos direitos humanos.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Obrigada. Eu quero cumprimentar V.Exa., o Deputado Paulo e os colegas Parlamentares e iniciar este pronunciamento em nome do Partido dos Trabalhadores - e das trabalhadoras - fazendo minhas as palavras das colegas que me antecederam em solidariedade à Deputada Isa Penna. Que ela receba não apenas o nosso abraço, mas também a nossa solidariedade ativa e firme contra a violência política, o assédio de todo tipo, repugnante, ocorrido na Assembleia Legislativa de São Paulo, de onde esperamos também atitudes firmes contra o assédio e contra a violência que lá existiu na tarde de hoje, durante a sessão, contra a Parlamentar.

Senhores e senhoras, esta sessão está marcada pela aprovação do FUNDEB com recursos públicos para as escolas públicas. Vai aqui o abraço firme a cada educador e educadora do Brasil que defende a educação pública e também aos estudantes, porque a educação pública é o caminho para a garantia de uma sociedade, de um Brasil que supere as desigualdades históricas. A educação é o único caminho para que possamos superar aquilo que marca, de forma tão dura, a sociedade brasileira, sejam as desigualdades regionais, sejam todas aquelas que condenam as pessoas a viver sob opressão e direitos

negados.

Mas, ao mesmo tempo em que comemoro a aprovação do FUNDEB público e do fundo público também, do não contingenciamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que aprovamos nesta sessão, quero dizer da preocupação que temos com essas áreas e com o abandono em que se encontram por parte do Governo Federal.

Deputados e Deputadas, nós não podemos ser cúmplices do que ocorre no Brasil, e é preciso que o Presidente Rodrigo Maia pautе o caminho do *impeachment*. É preciso que voltemos a dizer que é melhor para o Brasil encarar os crimes de responsabilidade que são praticados pelo Governo de Jair Bolsonaro do que continuar a condenar os brasileiros e brasileiras à morte, como acontece nos dias atuais.

Não é a pandemia somente que mata, mas também o abandono, a negligência, a irresponsabilidade pública. Há uma aliança com o mais perverso vírus que nós já vivenciamos no nosso País, que se expande e massacra famílias. Hoje voltamos à marca de mais de mil óbitos diários; hoje voltamos à marca de mil pessoas que perderam a vida. Já ultrapassamos a marca de 182 mil brasileiros mortos. Somos o segundo país do mundo com mais mortes e seremos o último a ter uma vacina. Seremos o último, quando o Brasil tem a *expertise* do Sistema Único de Saúde, de conferências, de trabalho, de atuação técnica de redes integradas, de um sistema que é exemplo para o mundo em vacinação de grandes contingentes populacionais. O Brasil sempre foi visto no mundo justamente pelo SUS, pela responsabilidade de ter um sistema universal de saúde.

E hoje o que nós vemos por parte do Governo Federal é a tentativa de desmonte do SUS. Já vemos, no atual momento, a obstrução das condições de trabalho de tantos profissionais de saúde. Como os profissionais de saúde que estão na linha de frente conseguem enfrentar este desgoverno, essa situação? Os profissionais na ponta conseguirão enfrentar, no atual momento, o colapso, quando a pandemia chega ainda mais forte em alguns lugares do que no primeiro momento e quando já se acumulam os cansaços de tanto tempo?

Pois, senhores e senhoras, nós estamos diante de grave negligência, Deputado Lafayette, Deputada Jandira, que se configura em crime de responsabilidade. Não é possível não vermos que negligenciar a vacina é ferir a Constituição, que negligenciar um plano de proteção à vida é ferir a Constituição e cometer grave crime de responsabilidade!

Não basta isso. O Governo Bolsonaro é envolvido em todo tipo de corrupção. Não esclarece o envolvimento de seus filhos com a milícia. Não há esclarecimento dos problemas de seus filhos com "rachadinha"

e com tantas outras coisas. Mas o uso da máquina pública do Governo Federal, da ABIN e da Polícia Federal para blindar os integrantes de uma família configura-se, objetivamente, em desvirtuar as funções públicas de Estado, de organismos que não podem servir a tapar a corrupção do Governo Bolsonaro, a impedir que sejam feitas as verdadeiras ações contra este Governo corrupto.

É corrupto! É corrupto e está agindo com corrupção das piores possíveis. E age também contra a economia popular e contra o povo brasileiro. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, praticada pelo IBGE, referente justamente a emprego e desemprego, que foi concluída em setembro, já indica 14,6% de desempregados e desempregadas no Brasil.

Isso já ultrapassa os 14 milhões de homens e mulheres, pais de família, sobretudo mães, sem nada para colocar na mesa de seus filhos.

Agora, a quebra do auxílio emergencial, que diminuiu para 300 reais, jogou, de imediato, mais de 5 milhões de pessoas na extrema pobreza. E, quando o auxílio emergencial não existir mais, 15 milhões de brasileiros e brasileiras terão fome. É a fome crônica! É a volta da fome à vida dos brasileiros e brasileiras.

Não, nós não devemos ser cúmplices! Nós temos uma Constituição acima deste Governo. Nós não podemos ser cúmplices de quem continua praticando uma política com essa, de "atitude fiscal" ou "responsabilidade fiscal" - entre aspas. Essa palavra não cabe mais, porque ao Estado brasileiro caberia a manutenção de uma economia básica, com condições de sair da pandemia, investindo, inclusive, na indústria nacional, fazendo cair o veto da Lei Assis Carvalho, que foi aprovada em apoio à agricultura familiar. No entanto, os filhos do Presidente, o Presidente, o Ministro das Relações Exteriores, todos eles se dão ao desfrute dos ataques aos principais parceiros comerciais do Brasil no mundo. Aqueles que mais falaram em ideologização utilizam a ideologia da forma mais vulgar e incapaz, jogando o Brasil na obstrução de defender os seus próprios interesses.

Fomos o último país do G-20 a saudar - e nem o fizemos - a vitória de Biden, nos Estados Unidos. O filho do Presidente se dá ao papel de, a todo o tempo, criar polarizações indevidas com o Governo chinês.

Não entendo, senhores e senhoras! Enquanto nós olhamos para o mundo e já vemos as pessoas idosas recebendo uma dose da vacina, enquanto nós vemos Governadores do meu partido e dos demais partidos tentando usar da sua responsabilidade para proteger o seu povo, nós vemos o Governo Federal sabotando os Governos Estaduais, dilapidando o patrimônio, atacando o meio ambiente,

negligenciando as suas responsabilidades com os direitos humanos, com o desenvolvimento do Brasil e com os direitos do povo brasileiro e, mais terrível do que tudo, condenando as pessoas à morte. É disso que se trata.

Quantos mais, Deputada Rosa Neide, quantas mais irão morrer? A cada dia, com Bolsonaro, são quantas mortes? Hoje, foram mil. Não, não seria de uma hora para outra que daríamos um fim, um ponto final à morte de tantos brasileiros. Mas teríamos alguém no Ministério da Saúde e no poder - talvez a própria Câmara dos Deputados -, assumindo essa responsabilidade, "impeachmando" essa chapa que governa o Brasil, para conseguirmos, neste País, de acordo com a legalidade e com a Constituição, porque crimes de responsabilidade existem... E nós não queremos golpes, como fizeram, quando não existiam crimes contra a Presidenta Dilma, e agiram contra ela. Agora, existem os crimes, e deixam Jair Bolsonaro na Presidência da República.

Nós, não! Nós que somos Oposição temos que dizer que não poderemos ter um bolsonarista no comando da Câmara dos Deputados.

Nós devemos criar uma unidade que dê condições de autonomia ao Poder Legislativo, porque cabe a nós salvarmos a vida de brasileiros e brasileiras, pensarmos uma estratégia para o Brasil sair dessa terrível crise. E cabe aos senhores e senhoras agirem com responsabilidade.

Eu concluo, em nome do Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras, da Presidenta Gleisi Hoffmann, do Líder Enio Verri, dizendo aos senhores e às senhoras que nós queremos democracia de verdade, com direitos políticos assegurados, com eleições livres, e não o que tivemos até agora, com os direitos políticos do Presidente Lula e com a garantia de que tenhamos um bom debate.

Mas, desde já, queremos dizer que não podemos esperar 2022. Nós exigimos a apreciação dos processos de *impeachment* contra Jair Bolsonaro pelos seus crimes de responsabilidade. O maior deles: deixar a população brasileira à morte, na fome e no abandono. Este é o maior crime, e as gerações futuras certamente o condenarão por ele. E agora nós devemos condená-lo e tirá-lo da Presidência da República.

Muito obrigada, Sr. Presidente, Deputado Paulo.

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado do inciso IX, art. 1º, do substitutivo oferecido pelo Relator ao Projeto de Lei Complementar nº 137, de 2020, sobre a criação de fonte de recursos para enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da Covid-19, reconhecido pelo Congresso Nacional. Utilização, pelo Presidente Jair Bolsonaro, da estrutura do Estado brasileiro em defesa de seus familiares. Descaso do Presidente da República com imunização do povo brasileiro contra o coronavírus.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Nós temos divergências na base e vamos liberar a bancada.

Mas é importante entender que esse processo de utilização do superávit dos fundos estava dado no início da pandemia. Nós estamos já no final do ano, e o que se está propondo é uma troca de fontes, porque essas despesas já foram arcadas - as despesas necessárias.

É óbvio que nós temos um Governo que não sabe lidar com a crise, que, aliás, aprofunda a crise, porque é um Governo que fere a ética inegavelmente quando se utiliza inclusive das estruturas do Estado para defender os seus próprios familiares - utiliza-se da ABIN, utiliza-se da Polícia Federal - ou se utiliza da estrutura do Estado para negar a ciência, defendendo as suas próprias concepções, que são concepções terraplanistas em vários aspectos.

Não é verdade que se está defendendo aqui que se faça uma vacina ou que se aplique uma vacina que não seja testada. Nós estamos dizendo que o Governo não tem tido a capacidade de produzir um processo de imunização diante da COVID-19 que possa dizer que este Governo valoriza a vida dos brasileiros.

São mais de 184 mil mortes! Isso dói demais! E o Presidente tem feito piada com a morte de brasileiros e brasileiras. Ele tem desestimulado a vacinação, o que é uma profunda irresponsabilidade e um desprezo com a vida do povo brasileiro. Este é um Governo que só se preocupa com a própria família e com o processo eleitoral, ignorando o povo, que precisa ser respeitado.

É por isso que hoje nós estamos fazendo toda essa discussão até esta hora. Também levamos para casa uma alegria imensa de rompermos com o preconceito que segmentos deste Parlamento têm com a educação pública.

Respeitem a educação pública!

Documento 309/513

| | | |
|---|--|------------------------|
| 133.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/12/2020- CD | 22:44 |
| Publ.: DCD - 18/12/2020 - RICARDO BARROS-PP -PR | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 1º, inciso XVII, do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei Complementar nº 137, de 2020, sobre a criação de fonte de recursos para enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da Covid-19, reconhecido pelo Congresso Nacional. Agradecimento aos Parlamentares pela votação de relevantes matérias de interesse do País.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Nós votamos "sim", para manter o texto.

Nós já negociamos aqui três fundos que seriam mantidos, o FUST, o FUNTERRA, que é um fundo importante também, e o FUNCAFÉ. E os demais fundos serão objeto dessa transferência do superávit dos fundos, que continuam ativos, arrecadando normalmente. O importante é que nós possamos avançar.

Quero agradecer, Sr. Presidente, à base do Governo, à Oposição, a V.Exa., que está presidindo a Mesa, e a todos os Parlamentares, porque hoje votamos matérias importantes. Votamos o FUNDEB, votamos o não contingenciamento do fundo de ciência e tecnologia, que é uma matéria muito relevante, e estamos votando agora este programa aqui do superávit de fundos públicos, que também é muito importante. Votamos ontem o Projeto de Lei Complementar nº 101, de 2020, e 216 bilhões de reais em recursos, que foram destinados a socorrer Estados em todo o País.

Então, obrigado a todos os Srs. Parlamentares por estarem colaborando conosco.

Amanhã, às 9 horas, vamos iniciar a sessão, e trabalharemos o dia todo. Espero que segunda-feira e terça-feira também o façamos, para que o maior número de projetos de Parlamentares e do Governo sejam votados nesta sessão legislativa.

Agradeço ao Presidente Rodrigo Maia, obviamente, por ter nos dado

esta oportunidade de votar essas matérias, e aos membros do Congresso Nacional por aprovarem o PLN 29/20 e a LDO ontem.

Obrigado.

Documento 310/513

| | | | |
|----------------------------|-------------------------------|---------------------------------------|----|
| 133.2020 | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa 17/12/2020-22:56 | |
| Publ.: DCD 18/12/2020 - | PAULÃO-PT -AL | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO | DE |

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para supressão do inciso XX, art. 1º, do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei Complementar nº 137, de 2020, sobre a criação de fonte de recursos para enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da Covid-19, reconhecido pelo Congresso Nacional.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Sem revisão do orador.) - Presidente, sou eu que vou encaminhar.

Sr. Presidente, este destaque tem como foco, conforme disse V.Exa., o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

E faço aqui um apelo para todo o processo. Se ficarmos com a visão reduzida, polarizada e, muitas vezes, focada somente na obediência palaciana, acho que estaremos cometendo um grande equívoco. O Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social é um fundo que interessa à sociedade brasileira, principalmente ao brasileiro ou brasileira que não tem uma casa, uma moradia.

Tivemos o exitoso Programa Minha Casa, Minha Vida, que agora é modificado no Governo Bolsonaro, é claro que com modificações de que discordamos. Mas o importante é que possamos priorizar a população que não tem uma moradia, principalmente a mais carente, para que ela tenha acesso a isso. A cada dia que passa, vemos o cenário complexo do Brasil, possivelmente com aumento do desemprego e dos moradores em situação de rua, que não têm uma moradia.

Então, o que está em jogo é isso. Esse fundo é para fortalecer, ampliar o acesso e também para legalizar a moradia popular. Nós temos que

ter um olhar sobre isso. Alguns aqui representam outros segmentos. Eu posso ter discordância, mas respeito, e foco na questão do agronegócio, que tem um papel estratégico na balança comercial do Brasil. E aí preservamos fundos que são estratégicos para o agronegócio, como o setor do café no Brasil, que é histórico. E não conseguir conceber e preservar esse fundo, ele não sendo mantido, isso vai prejudicar, repito, as pessoas que não têm moradia popular.

Eu concordo com a fala do Deputado Vitor Lippi, do PSDB de São Paulo. Nós estamos no mês de dezembro. O foco principal, o escopo dessa matéria é o combate à COVID. Nós já fizemos o "orçamento de guerra", e essa matéria é para ser aplicada este ano, não é para o Orçamento de 2021. O Orçamento de 2021 não foi aprovado ainda, a LOA, a Lei Orçamentária Anual. Foi aprovada esta semana a LDO, com muita dificuldade. E, diga-se de passagem, fazia décadas que na história da República não tinha isto: não instalar a CMO, não ter presidência e ser votada de afogadilho. Essa matéria deveria ser mais prudencial. Mas como não foi, eu respeito a correlação de forças.

Eu faço um apelo para que seja preservado o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social para as pessoas que precisam de moradia.

Muito obrigado.

Documento 311/513

| | |
|---|--|
| 133.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/12/2020- CD 23:00 |
| Publ.: DCD - 18/12/2020 - IVAN VALENTE-PSOL -SP | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA |
| | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Anúncio de obstrução das votações pelo PSOL. Acerto da revogação, pelo Senado Federal, de alterações procedidas pela Casa no Projeto de Lei nº 4.372, de 2020, sobre a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Agradeço, Presidente. A Liderança vai cuidar dessa questão.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, já estamos aqui há mais de 23 horas, desde às 9 horas da manhã, e há pouco eu ouvi o Líder do Governo dizer que nós vamos ter sessão amanhã, segunda, terça e



quarta. Tudo isso também está no jogo da Presidência da Casa, de tudo quanto é lado. Nós queremos dizer que, a partir deste momento, estamos em obstrução. E convido também os partidos de oposição, já que não há vontade de discutir a matéria para valer, nem sequer ouvir mais argumentos, para que entrem em obstrução.

Então, cabe ao Governo garantir o quórum para votar essa matéria, que trará prejuízo aos trabalhadores, à saúde, ao meio ambiente, ao esporte e assim por diante, utilizando um fundo social.

Eu queria aproveitar este momento em que falo pela Liderança, mais uma vez, para saudar a decisão do Senado Federal, que corrigiu a barbaridade feita na Câmara dos Deputados quando da votação de uma emenda constitucional, a PEC do FUNDEB, elaborada a muitas mãos, com muito esforço e mobilização social, para que pudéssemos finalmente, depois de tanto tempo, conseguir que a complementação da União passasse de 10% para 23%, percentual que será alcançado em 6 anos - ainda é um prazo longo.

Nós sabemos que o financiamento da educação pública em nosso País é muito restrito e que o piso salarial é muito baixo. Estamos falando de mais de 40 milhões de estudantes, de milhões de professores e professoras, de profissionais de educação neste País que ganham muito pouco. E isso é um estímulo ao desvocacionamento ao magistério. É isso o que faz esse tipo de Governo como o do Bolsonaro.

Queremos dizer que essa vitória do FUNDEB se deu graças ao Senado, que teoricamente seria mais conservador. Quando votamos à matéria hoje, conseguimos reverter o resultado. Foi uma grande vitória dos lutadores em defesa da escola pública, gratuita, laica e de qualidade em nosso País.

Eles queriam morder 16 bilhões de reais da educação pública - dinheiro público, ou seja, dinheiro que serviria para ampliar vagas, melhorar a qualidade e a formação dos professores, para fazer a educação chegar aos Municípios e Estados mais carentes - e entregá-los às escolas particulares, confessionais ou filantrópicas, que têm o seu valor, mas não podem receber esse dinheiro. Seria como repartir e sociabilizar a miséria. E muito menos deve recebê-lo o ensino profissional, tal como havia sido aprovado. O ensino profissional do Sistema S já recebe 17 bilhões por ano - e ainda queriam retirar esse dinheiro da escola pública.

É óbvio que a Câmara, hoje, corrigiu uma grande injustiça, o que, na verdade, mostra o seguinte: que os poderosos *lobbies* que existem ainda nesta Casa é exercido pelas pessoas que não conseguem entender o que é uma sala de aula proletarizada neste Brasil afora, um

País onde professores, às vezes, cavalgam 3 quilômetros para chegar às escolas, onde existe marginalidade, drogas e imensa pobreza, às quais precisamos responder.

Precisamos de financiamento público para a educação pública. E ainda é pouco, porque, quando começamos o debate sobre o FUNDEB, a previsão era a de 40% de complementação por parte da União, que, na verdade, concentra quase 70% da arrecadação fiscal desta Nação.

Então, Sr. Presidente, estamos felizes porque conseguimos reverter a derrota que sofremos na semana passada.

Foi uma vitória dos educadores, dos profissionais da educação, dos lutadores da escola pública brasileira. Vitória! Derrota dos privatistas, que não conseguem entender que a educação é um direito do cidadão e um dever do Estado.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 312/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 133.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/12/2020- CD | 23:12 |
| Publ.: DCD - 18/12/2020 - ERIKA KOKAY-PT -DF | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Consulta à Presidência sobre a possibilidade de conclusão das votações do requerimento de destaque e encerramento da sessão.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, nitidamente, a discussão está sendo prejudicada. Nós temos que ter um zelo muito grande com essa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ganime. NOVO - RJ) - Deputada Erika, tivemos 400 votos.

Desculpe-me. Desta vez eu que a interrompi. Desculpe-me.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Presidente, nós temos que ter um zelo muito grande com as discussões que são feitas na Casa; preservar o que é mais importante, que é a avaliação aprofundada, a avaliação de todos os pontos de vista, para que nós possamos, enfim, atender aquilo por que anseia a população brasileira. Nós estamos em sessão desde as 9 horas da manhã, já são mais de 11 horas da noite,

e nós temos, nitidamente, um prejuízo na discussão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ganime. NOVO - RJ) - Qual é a orientação da Minoria?

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Essa pressa de aprovar as matérias de qualquer forma é um arremedo de resolução de produtividade, porque não há produtividade. Está-se aprovando a matéria de qualquer forma, sem uma discussão aprofundada, sem avaliar todos os aspectos.

Eu solicito a V.Exa. que nós possamos concluir a votação que já está em curso e que, a partir daí, seja encerrada a sessão, e nós continuemos a discutir os destaques. Nós fizemos isso ontem, quando deixamos uma medida provisória ainda com destaques a serem avaliados, e aumentou muito o nível da discussão, porque nós discutimos sob uma outra lógica, sem pressa.

Está havendo uma pressa de tentar vencer de qualquer forma. Não é essa a nossa função.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ganime. NOVO - RJ) - Qual é a orientação da Minoria, Deputada Erika?

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Então, eu indago, Presidente, se é possível nós concluirmos a votação deste destaque, encerrarmos a sessão e continuarmos a apreciação dos outros destaques no dia de amanhã.

Há perspectiva de sessão amanhã e segunda; há tempo de fazermos essa discussão.

Documento 313/513

| | | |
|---|--|------------------------|
| 133.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/12/2020- CD | 23:12 |
| Publ.: DCD - 18/12/2020 - MAURO BENEVIDES FILHO-PDT -CE | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Esclarecimento ao Plenário sobre o teor do Projeto de Lei Complementar nº 137, de 2020. Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do inciso XX, art. 1º, do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei Complementar nº 137, de 2020, sobre a criação de fonte de recursos para enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da Covid-19,

reconhecido pelo Congresso Nacional.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ao mesmo tempo em que quero fazer o encaminhamento, pelo PDT, eu queria invocar os 3 minutos que o Regimento me assegura, como proponente, na discussão da matéria.

Primeiro, quero dizer o seguinte, Sr. Presidente, Srs. Deputados que nos acompanham na noite de hoje: este não é um projeto de lei que extingue qualquer fundo, diferentemente da PEC dos Fundos, no Senado Federal, que tira os recursos, sem saber como vai ser isso.

O PLP 137/20 é diferente: dos 255 bilhões de reais que o Governo Federal tem em fundos federais - nós examinamos, juntamente com os meus alunos lá na Universidade Federal do Ceará -, 177 bilhões de reais não são movimentados para qualquer finalidade.

Eu tenho ouvido muitos dizerem que se está tirando dinheiro do fundo. Não se está tirando nada. O fundo continua valendo. Ele já tem dinheiro em 2020, e muito dinheiro. Esses recursos estão sendo desvinculados basicamente por duas razões. Há muitos anos, há mais de 10 anos, não estão sendo usados. Portanto, não é a questão do mérito de fundo A ou fundo B. Na realidade, é dinheiro que não está servindo para nada, em qualquer fundo. É importante que todos nós dominemos essa informação.

Além disso, há outros fundos, em menor quantidade, cuja receita tem sido maior do que a despesa - portanto, têm superávit -, e estão sem movimentação há pelo menos 5 anos.

Portanto, essa história de que é fundo A, fundo B, ou que vai tirar dinheiro daqui não é verdade! No que está se mexendo é exclusivamente... Você vai lá no registro de 31 de dezembro de 2019, vê o excedente e desvincula 177 bilhões. Portanto, não se está tratando da totalidade dos recursos que lá estão consignados.

Sr. Presidente Deputado Paulo Ganime, que bom vê-lo presidindo a sessão da Casa! V.Exa. tem tido uma atuação bastante enfática, defendendo as suas ideias. Faço o registro neste instante.

O segundo ponto é o seguinte. Eu ouvi colegas falando sobre a questão da saúde. Um dos eixos para aplicação desses recursos é a ampliação dos gastos com saúde. Isso se refere aos 80 bilhões de reais de novos recursos que estão previstos para serem gastos na saúde. Ainda em maio, a minha preocupação e a do Deputado André Figueiredo era que a dívida pública brasileira estava crescendo com muita velocidade, e isso estava gerando um impacto nas finanças

públicas.

Por último, antes de terminar, registro que o Governo vai pegar esse dinheiro e vai substituir fonte, porque talvez ele só tenha 110 bilhões, 120 bilhões até o final do ano. Mas ele pode, também, fazer substituição de fonte dentro do Orçamento, porque o projeto cria uma fonte específica e, assim, portanto, diminui a velocidade de crescimento da dívida pública, reduz a relação dívida/PIB e, quem sabe, melhora a retomada do investimento brasileiro.

Era só, Sr. Presidente.

Nós votamos "sim" ao texto.

Documento 314/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 133.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/12/2020- CD | 23:20 |
| Publ.: DCD - 18/12/2020 - JOAQUIM PASSARINHO-PSD -PA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do inciso XX, art. 1º, do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei Complementar nº 137, de 2020, sobre a criação de fonte de recursos para enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da Covid-19, reconhecido pelo Congresso Nacional.

O SR. JOAQUIM PASSARINHO (Bloco/PSD - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu queria, Presidente, primeiro, dizer que a orientação do PSD é "sim". Eu acho que estava trocado no painel.

Queria também parabenizar o Deputado Mauro Benevides, que deu uma explicação muito boa sobre este projeto dos fundos. Tem muita gente falando sem saber o que está dizendo. Acho que foi muito positiva a fala de S.Exa. a esta hora da noite.

Deputado Paulo, quero parabenizá-lo pela condução dos trabalhos, sempre muito sensato e muito correto nas coisas que faz, mas também quero ponderar - porque, assim como V.Exa., estou, desde as 9 horas da manhã, assistindo à sessão, participando de forma remota, tentando orientar, estudando os problemas - que chega uma hora em que as coisas não ficam mais produtivas.

Deputado Paulo, eu sei que V.Exa. tem a missão de tentar levar a

sessão ao máximo possível, mas talvez devemos apreciar mais um destaque e encerrá-la, deixando o resto para amanhã, porque fica fora de qualquer controle, devido ao cansaço, já que estamos aqui desde as 9 horas da manhã

Muito obrigado.

Documento 315/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 133.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/12/2020- CD | 23:20 |
| Publ.: DCD - 18/12/2020 - ERIKA KOKAY-PT -DF | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Reiteração do pedido à Presidência de encerramento da sessão.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente Paulo, esta não é uma posição que visa encurtar ou não, prejudicar ou não a discussão. Quem está votando de forma diferente, tem visões diferentes sobre a matéria em pauta está defendendo a mesma coisa. Essa posição é para que possamos discutir a matéria com mais profundidade.

Nós estamos falando do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, que financia uma das maiores cadeias produtivas do Brasil. E é verdade que é uma troca de fonte, sim. É uma troca de fonte!

Agora, se não se utiliza o recurso nesse fundo para a habitação social, tem-se que utilizá-lo. Portanto, é preciso que o superávit permaneça para o próximo ano. No próximo ano, vai haver esse superávit.

O não uso desses recursos significa uma incompetência do Governo, inclusive. Há recursos no fundo, e eles têm que ser utilizados. Não se pode pegar o recurso do fundo e simplesmente tirar a sua vinculação - porque é isso que se quer fazer - e, ao mesmo tempo, impedir que ele seja utilizado da forma para a qual foi criado.

A explicação do Deputado Mauro reafirma a necessidade de entendermos que é uma troca de fonte; que apenas se quer desvincular os recursos do fundo para não se executar as políticas públicas que dispõem de recursos para serem executadas.

Peço, mais uma vez, Presidente, que V.Exa. encerre esta sessão e que continue esta discussão amanhã. São coisas muito importantes para o

País que não podem ser discutidas desta forma - ou não discutidas, melhor dizendo.

Documento 316/513

| | | |
|---|--|------------------------|
| 133.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/12/2020- CD | 23:24 |
| Publ.: DCD - 18/12/2020 - MAURO BENEVIDES FILHO-PDT -CE | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Apelo ao Deputado Glauber Braga de votação de requerimento de destaque remanescente, apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 137, de 2020, sobre a criação de fonte de recursos para enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da Covid-19, reconhecido pelo Congresso Nacional.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, para esclarecer ao Deputado Glauber, quero dizer que dois dos destaques, desses três que faltam, são somente a retirada dos textos dos art. 3º e 4º, porque eles já compõem o PLP 101/20, que foi aprovado na última terça-feira. Portanto, não tem mais sentido eles estarem presentes. Esses destaques são somente para suprimir o texto.

Portanto, eu pondero, Deputado Glauber, que tem sido muito presente aqui conosco, que, na realidade, seria só mais um destaque, porque os outros dois são só retirada do texto. Inclusive, um é um destaque do PDT que retira o art. 3º do PLP. Portanto, deveríamos votar logo, de imediato. No meu modo de entender, falta só um destaque.

Documento 317/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 133.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/12/2020- CD | 23:24 |
| Publ.: DCD - 18/12/2020 - GLAUBER BRAGA-PSOL -RJ | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Exigência de cumprimento, pela Presidência, da proposta de acordo para votação tão-somente de requerimentos de destaques.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente e Deputado Benevides, nós que nos opomos à aprovação dessa matéria, necessariamente vamos cobrar do Presidente da Mesa que cumpra aquilo que ele verbalizou como proposta de acordo ao conjunto: que apreciaremos este que está sendo votado e mais um destaque. E aí deixamos a votação dos outros destaques para uma próxima sessão.

Efetivamente, não tem qualquer cabimento votar outra matéria no dia de hoje.

Documento 318/513

| | | |
|---|--|------------------------|
| 133.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/12/2020- CD | 23:32 |
| Publ.: DCD - 18/12/2020 - IVAN VALENTE-PSOL -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 9, apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 137, de 2020, sobre a criação de fonte de recursos para enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da Covid-19, reconhecido pelo Congresso Nacional. Regozijo com a decisão do Supremo Tribunal Federal, pela obrigatoriedade de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pelos óbitos registrados no País em decorrência do coronavírus.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, queria usar este tempo para manter a nossa proposta de obstrução e aproveitar para saudar o Supremo Tribunal Federal pela decisão tomada agora. Praticamente por unanimidade, ele decidiu pela obrigatoriedade da vacina e pela responsabilização, com restrições, dos negacionistas.

Em segundo lugar, quero dizer que eu acho que a decisão tomada pelo Supremo de dar total autonomia aos Estados para a vacinação foi uma resposta dura ao bolsonarismo genocida, que quer impedir a população de tomar a vacina.

Nós estamos chegando a quase 10 meses de atitudes insólitas, de atitudes insanas, como evitar o uso de máscaras, provocar aglomerações, negar a gravidade do coronavírus e, mais do que nunca, ajudar na contaminação, com base na tese de que o vírus é chinês. Também não se procurou fazer no Ministério da Saúde e na

Intendência Brasileira uma preparação para a resposta à contaminação em massa pelo coronavírus.

O País vai chegar a quase 200 mil óbitos no final deste ano, e a responsabilidade principal disso é de Bolsonaro. Ele é o principal culpado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ganime. NOVO - RJ) - Obrigado, Deputado.

O SR. GIOVANI CHERINI (Bloco/PL - RS) - O tempo não era de 1 minuto, Sr. Presidente? Faz 3 minutos que o Deputado está falando.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - A resposta do Supremo Tribunal Federal foi à altura...

(O microfone é desligado.)

Documento 319/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 133.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/12/2020- CD | 23:36 |
| Publ.: DCD - 18/12/2020 - ERIKA KOKAY-PT -DF | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 9, apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 137, de 2020, sobre a criação de fonte de recursos para enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da Covid-19, reconhecido pelo Congresso Nacional. Congratulações ao PCdoB pela apresentação da Emenda de Plenário nº 9. Elevado contingente de trabalhadores desempregados no País. Repúdio à necropolítica adotada pelo Presidente da República.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu penso que esta emenda é muito importante.

Embora a Minoria vá liberar, porque há divergências na base, assim como na Oposição, eu queria, pessoalmente, parabenizar o PCdoB, porque essa emenda, de fato, possibilita que se utilizem os recursos do superávit dos fundos para o enfrentamento dos efeitos da pandemia e,

ao mesmo tempo, para o desenvolvimento econômico.

Nós temos um país que está vivendo com mais de 14 milhões de desempregados. Se somarmos os subempregados e os desalentados, chegamos a uma quantidade imensa de pessoas convivendo com a volta da fome. Nós estamos vivenciando um nível de mortes que abala o conjunto da sociedade, com exceção do Presidente da República, que trabalha com uma necropolítica que está clara.

O Presidência da República é um eugenista. O que ele está fazendo de destruição da política para as pessoas com deficiência é uma expressão disso. A forma como ele está valorizando a mortificação, que é parte inerente da lógica manicomial, é uma expressão de necropolítica.

Portanto, nós da Minoria e da Oposição vamos liberar, em função das divergências na base, mas, pessoalmente, eu gostaria de expressar a minha homenagem e os meus agradecimentos ao PCdoB por essa emenda, que é tão importante para que nós possamos utilizar os recursos públicos e os recursos do superávit para os efeitos que não vão ser implementados, se nós não a aprovarmos.

Documento 320/513

| | | |
|--|------------------------------------|---------------|
| 133.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária | - 17/12/2020- |
| | CD | 23:36 |
| Publ.: DCD - 18/12/2020 - GIOVANI CHERINI-PL -RS | | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Repúdio à decisão do Supremo Tribunal Federal, pela obrigatoriedade de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.

O SR. GIOVANI CHERINI (Bloco/PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero, mais uma vez, fazer um registro muito especial e lamentar profundamente a decisão do STF. É, mais uma vez, uma interferência indevida.

Vão obrigar a população a tomar uma vacina! Eles vão pagar a conta, se a vacina trazer sequelas? Se a vacina der alergia, se a vacina der dor de cabeça, se a vacina enlouquecer as pessoas, quem vai pagar essa conta?

Obrigar as pessoas a tomarem uma vacina é algo insano; é algo a que jamais assistimos. Se a vacina é boa, por que obrigar as pessoas? Isso

é sinal de que a vacina não presta! Se as pessoas estavam em dúvida, agora ficaram com mais dúvida ainda!

Por que me obrigar a uma coisa, se ela é boa para mim? Se ela é boa para mim, eu não preciso ser obrigado a fazê-la.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ganime. NOVO - RJ) - Obrigado, Deputado.

O SR. GIOVANI CHERINI (Bloco/PL - RS) - Absurdo! É lamentável a decisão do STF. É mais uma intervenção e um desrespeito à democracia no Brasil. Eles têm que cuidar das leis, cuidar da Constituição, e não daquilo que é tarefa do Executivo, daqueles que se elegeram para isso.

Só isso.

Documento 321/513

| | |
|--|--|
| 133.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/12/2020- CD 23:44 |
| Publ.: DCD - 18/12/2020 - ERIKA KOKAY-PT -DF | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA |
| | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Posicionamento do PT favorável à votação do Projeto de Lei nº 3.477, de 2020, acerca da garantia do acesso à Internet, com fins educacionais, aos alunos e professores da educação básica pública. Sugestão à Presidência de retirada de pauta, de ofício, do Projeto de Lei Complementar nº 137, de 2020, sobre a criação de fonte de recursos para enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da Covid-19, reconhecido pelo Congresso Nacional. Importância da aprovação do Projeto de Lei nº 4.372, de 2020, sobre a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Primeiro, somos favoráveis à matéria, porque ela possibilita conectividade, fundamental para eliminar a exclusão do acesso aos meios digitais, que ficou muito evidente durante a pandemia.

Por isso, eu sugiro a V.Exa. que retire de ofício o PLP que estamos apreciando, para que ele possa voltar à pauta amanhã. Retire-o de ofício, e discutimos, porque não há destaque, e me parece que é consensual, o projeto sugerido pela Deputada Tabata.

Isso já foi feito em outras ocasiões. Se V.Exa. retirar de ofício o PLP que estamos discutindo, de modo que retomemos amanhã a continuidade da apreciação dos últimos destaques, nós podemos apreciar o projeto da Deputada Tabata, se todos estiverem de acordo, porque, na verdade, temos tempo hábil para fazê-lo também.

Eu quero apenas dizer que tem razão a Deputada Tabata. É um projeto que foi construído por várias mãos e é importante e estruturante para eliminar mais uma desigualdade, que ficou atestada.

Hoje é um dia muito importante para o País, eu diria, Presidente, porque nós aprovamos o FUNDEB. Nós vencemos um preconceito inadmissível com a escola pública. Alguns acham que, por ser público, é insuficiente, mas isso não é verdade. Há escolas públicas que mudam a vida das pessoas. Nós vencemos isso com o FUNDEB, com recursos públicos para escolas públicas, que esta Casa aprovou, e também vencemos a impossibilidade dos contingenciamento dos recursos para ciência e tecnologia. Então, este dia é importante.

Eu sugiro isso, se todos estiverem de acordo. Senão, ficamos com o acordo que já foi estabelecido a partir de V.Exa., e nós acabaremos a votação desta proposição e encerraremos a presente sessão.

Documento 322/513

| | | |
|---|--|------------------------|
| 133.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/12/2020- CD | 23:48 |
| Publ.: DCD - 18/12/2020 - PAULÃO-PT -AL | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Associação à proposta da Deputada Erika Kokay de retirada de pauta, de ofício, do Projeto de Lei Complementar nº 137, de 2020, sobre a criação de fonte de recursos para enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da Covid-19, reconhecido pelo Congresso Nacional. Apoio à votação do Projeto de Lei nº 3.477, de 2020, acerca da garantia do acesso à Internet, com fins educacionais, aos alunos e professores da educação básica pública.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Paulo, V.Exa. fez uma consulta, e a Deputada Erika, como Líder da Oposição, fez uma sugestão. Eu acho que a fala dela é muito prudencial.

Há destaques a serem apreciados. Portanto, o que vai ocorrer?

Podemos votar alguns - conhecemos a correlação de força -, e, mesmo assim, a matéria voltará à pauta amanhã.

Nós percebemos que a presença do Deputado Mauro Benevides Filho, do PDT do Ceará, que foi um dos Relatores, pode até contribuir para se retirar a obstrução de hoje para amanhã, no sentido de ter conversas de esclarecimento, o que facilitaria, até porque essa matéria não vai ser votada hoje.

Quanto ao apelo da Deputada Tabata em relação ao projeto a que se referiu, consensual, levantando, inclusive, a preocupação com os prazos, V.Exa. tem o poder de retirar a matéria de pauta de ofício, deixando-a sobrestada, e colocar em pauta o projeto que a Deputada Tabata reivindicou e com cujo encaminhamento o PT concorda.

Documento 323/513

| | |
|--|--|
| 133.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/12/2020- CD 23:48 |
| Publ.: DCD - 18/12/2020 - GLAUBER BRAGA-PSOL -RJ | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA |
| | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Consulta à Presidência sobre a existência de requerimentos de destaques ao Projeto de Lei nº 3.477, de 2020, acerca da garantia do acesso à Internet, com fins educacionais, aos alunos e professores da educação básica pública.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a posição da Deputada Erika e do Deputado Paulão está fazendo a bancada do PSOL também refletir sobre essa possibilidade.

Então, eu pergunto a V.Exa. se existem destaques à proposta que foi aqui defendida pela Deputada Tabata ou, se não existem destaques, se haveria uma votação simbólica por parte do Plenário.

E, é claro, a segunda pergunta é se V.Exa., cumprindo o acordo que firmou, interrompe a votação da atual matéria, para entrar na matéria posterior, como foi proposto pela Deputada Erika.

Documento 324/513

| | |
|----------|--|
| 133.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/12/2020- CD 23:52 |
|----------|--|

Publ.: DCD - 18/12/2020 - MAURO BENEVIDES FILHO-PDT -CE

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Pedido aos Parlamentares de votação de requerimentos de destaques remanescentes, oferecidos ao Projeto de Lei Complementar nº 137, de 2020, sobre a criação de fonte de recursos para enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da Covid-19, reconhecido pelo Congresso Nacional.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Falta um destaque, do Deputado Eduardo Bismarck, e outros dois. Esses dois destaques não tratam de dinheiro, não tratam de mérito, não tratam de nada disso; apenas retiram do texto dois artigos que estão fora do contexto, porque já estão em outro canto. Não há mérito nenhum.

Então, eu peço que reflitam sobre isso, porque não tem dinheiro, não tem mérito, não tem nada. É só um destaque. Esses dois destaques, que são para retirar do texto esses dois artigos, levarão 3 minutos, 5 minutos para ser votados. Reflita, por favor.

Documento 325/513

133.2020 Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/12/2020-
CD 23:52
Publ.: DCD - 18/12/2020 - GLAUBER BRAGA-PSOL -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS
DOS ORDEM DO DIA
PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Posicionamento do PSOL favorável ao encerramento da sessão.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Deputado Mauro Benevides Filho, a nossa posição tem a ver com o conjunto da obra. Se não há uma posição por parte da Presidência de interromper a votação deste projeto para entrar no próximo, a posição do PSOL é que se cumpra aquilo que foi explicitado e se encerre a sessão.

Documento 326/513

134.2020 Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020-

CD
Publ.: DCD - 19/12/2020 - SÂMIA BOMFIM-PSOL -SP
CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

12:16
PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 5, apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 137, de 2020, acerca da criação de fonte de recursos para enfrentamento da calamidade pública decorrente da epidemia de coronavírus, reconhecida pelo Congresso Nacional. Natureza falaciosa da declaração do Presidente Jair Bolsonaro sobre a criação de 13º salário para os beneficiários do Programa Bolsa Família. Defesa de votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para a retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes. Necessidade de votação da Medida Provisória nº 1.003, de 2020, sobre a autorização ao Poder Executivo Federal de adesão ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PSOL orienta "sim".

Nós vimos a repercussão a respeito da mentira que o Bolsonaro disse sobre a intenção dele em criar o 13º do Bolsa Família, o que todos nós sabemos ter sido sempre uma grande mentira. E também, a partir disso, a discussão sobre a necessidade de pautar a Medida Provisória nº 1.000, de 2020, que diz respeito ao auxílio emergencial, que teve o seu valor reduzido e também ficou restrito somente a dezembro.

Todos sabem que nós do PSOL, da Oposição em conjunto e vários setores da sociedade brasileira temos feito muita pressão para que seja pautada a MP 1.000/20, dadas as condições sociais e econômicas da população brasileira. Nós vimos que ela estava na pauta e gostaríamos de perguntar qual é a intenção da votação da MP 1.000/20.

Para nós, isso é fundamental, esta é a nossa intenção. Além da temática da vacina, que evidentemente está expressa na MP 1.003/20, sem dúvida, esse é o tema mais importante do País, no nosso ponto de vista, porque diz respeito à fome, à impossibilidade de consumo, à situação econômica e financeira de boa parte das famílias brasileiras.

Nós desejamos votar a MP 1.000/20, mas, para isso, também é necessário saber qual é a posição do Governo, diante da importância e da urgência da pauta, e também a do Presidente da Câmara.

134.2020

Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020-
CD 12:16

Publ.: DCD - 19/12/2020 - EDUARDO BISMARCK-PDT -CE

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Pedido aos Deputados de apoio ao requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 5, apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 137, de 2020, acerca da criação de fonte de recursos para enfrentamento da calamidade pública decorrente da epidemia de coronavírus, reconhecida pelo Congresso Nacional.

O SR. EDUARDO BISMARCK (PDT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, obrigado pela concessão da palavra. Perdoe-me por não estar na sala no momento adequado, eu estava numa entrevista *on-line*.

Eu quero dizer que este destaque que apresentei e pedi para o meu partido puxar para apreciação do Plenário é muito importante. Em que pese o Relator ter colocado no seu relatório a importância de esses recursos do *superavit* dos fundos irem também para a educação, eu direcionei exatamente 10% dos recursos para uma coisa muito importante nos dias de hoje, Sr. Presidente e nobres colegas Parlamentares: a conectividade.

Portanto, esses recursos serviriam tanto para custear eventualmente...

(Falha na transmissão.)

O SR. EDUARDO BISMARCK (PDT - CE) - Portanto, servirão para o custeio do *chip*, que deve levar Internet para alunos e professores, e também para a ampliação do parque tecnológico das escolas públicas do nosso País, para a aquisição, por exemplo, de lousas digitais e *tablets*, como o Estado do Ceará está fazendo para toda a sua rede municipal com 347 mil alunos. Aqui, no Aracati, de onde eu falo hoje, também toda a rede municipal já tem *tablets* e lousa digital, o que é um grande avanço para o nosso Município e o nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Peço apoio dos nobres pares.



134.2020

Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020-
CD 12:20

Publ.: DCD - 19/12/2020 - RICARDO BARROS-PP -PR

CÂMARA
DEPUTADOSDOS
ORDEM DO DIAPELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 5, apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 137, de 2020, acerca da criação de fonte de recursos para enfrentamento da calamidade pública decorrente da epidemia de coronavírus, reconhecida pelo Congresso Nacional. Esclarecimento ao Plenário sobre as razões da não votação da Medida Provisória nº 898, de 2019, acerca da alteração da Lei nº 10.836, de 2004, relativa à criação do Programa Bolsa Família, com vista ao pagamento do benefício financeiro relativo ao mês de dezembro de 2019 como abono natalino; e da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, referente à instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Pedido à Presidência de votação do Projeto de Lei Complementar nº 137, de 2020, acerca da criação de fonte de recursos para enfrentamento da calamidade pública decorrente da epidemia de coronavírus, reconhecida pelo Congresso Nacional; da Medida Provisória nº 1.003, de 2020, sobre a autorização ao Poder Executivo Federal de adesão ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility e de outras matérias constantes na pauta.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Governo, Sr. Presidente, vota "não" à emenda.

O Governo quer esclarecer que hoje tivemos aquela informação sobre a medida provisória que tratava do 13º do Bolsa Família. Na verdade, houve um pedido para ela não ser votada, porque o Relator, o Senador Randolfe, havia incluído um salário a mais de abono para o BPC e não havia recursos orçamentários para isso.

Portanto, o Ministério da Economia pediu que a medida não fosse votada. Nós temos também, Presidente, quanto a essa questão, um esclarecimento a fazer.

E quanto à MP 1.000/20, que foi aqui citada, ela já cumpriu os seus efeitos. As parcelas de 300 reais dos 4 meses já estão praticamente liquidadas. Portanto, não há necessidade, como todas as medidas de crédito, de ser apreciada, na medida em que os seus efeitos já foram cumpridos.

Então, peço ao Presidente que possamos votar esse PL 137/20, o PL

relatado pela Deputada Tabata Amaral, que trata da conectividade, a MP das vacinas e tantas outras matérias importantes que estão na pauta e que precisam ser apreciadas antes do final do período legislativo.

Era isso, Sr. Presidente.

Votamos "não".

Documento 329/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 134.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020- CD | 12:24 |
| Publ.: DCD - 19/12/2020 - RODRIGO MAIA-DEM -RJ | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Inconsistência da atribuição ao Presidente da Câmara dos Deputados, pelo Presidente Jair Bolsonaro, da responsabilidade pela perda da eficácia da Medida Provisória nº 898, de 2019, sobre a alteração da Lei nº 10.836, de 2004, a respeito da criação do Programa Bolsa Família, com vista ao pagamento do benefício financeiro relativo ao mês de dezembro de 2019 como abono natalino (13º salário). Existência de articulação conjunta para desqualificação e desmoralização dos adversários do Presidente da República. Incapacidade do Presidente da República para definição dos rumos do País. Apresentação, por grupo de economistas, de proposta para expansão do auxílio pecuniário emergencial ou ampliação e fortalecimento do Programa Bolsa Família. Publicação, pelo jornal Folha de S.Paulo, de artigo do orador a respeito da criação de novo programa social. Razões da decisão do Presidente da Casa, de não votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Apresentação, pelo Presidente Rodrigo Maia, de proposta de suspensão do recesso parlamentar, com vista à construção de programa social. Agressões do Presidente Jair Bolsonaro e seus aliados à imagem do Presidente da Câmara dos Deputados. Importância da criação, pelo Congresso Nacional, do auxílio pecuniário emergencial; da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2020, (a chamada PEC do Orçamento de Guerra), a respeito da instituição do regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento da calamidade pública nacional decorrente de pandemia de coronavírus; e de outras relevantes matérias destinadas à mitigação dos efeitos da crise gerada pela Covid-19. Defesa de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, (a chamada PEC Emergencial), sobre a alteração do texto permanente da Constituição Federal e do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com vista à adoção de medidas permanentes e emergenciais de controle do crescimento das despesas obrigatórias e de

reequilíbrio fiscal, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União. Necessidade de realização das reformas tributária e administrativa.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu vou aproveitar o pedido da Líder Sâmia Bomfim e do Líder Ricardo Barros e o episódio - mais um episódio - ocorrido no dia de ontem, Líder Aluisio, quando infelizmente o Presidente da República mentiu em relação à minha pessoa.

Aliás, há muita coincidência entre a narrativa que ele usou ontem e a narrativa que os "bolsominions" usam há 1 ano comigo em relação às medidas provisórias que perdem validade nesta Casa - é a mesma narrativa! A narrativa de que eu deixei caducar a medida provisória do 13º não vem de hoje. Peguem as redes sociais dos extremistas "bolsominions" que V.Exas. vão ver lá: "*Rodrigo Maia derruba e caduca medida provisória do 13º do Bolsa Família e do BPC*". Então, há uma articulação conjunta para desqualificar e desmoralizar a imagem dos adversários do Presidente da República.

Mas, hoje, o próprio Ministro Paulo Guedes confirmou que o Presidente é mentiroso, quando disse que, de fato, não há recursos para o 13º do Bolsa Família.

Então, eu acho que diante dessas coisas, com a dificuldade que estamos passando no País e com a dificuldade que vamos passar a partir de 1º de janeiro, com o fim da PEC da Orçamento de Guerra, que todos os partidos aqui votaram - do PSOL ao PSL, todos colaboraram e deram as condições para o Governo governar o nosso País -, nós deveríamos estar mais preocupados em sentar à mesa e dialogar sobre o nosso futuro do que tentar transferir responsabilidade para os outros.

Quando se disputa uma eleição para ser Presidente do Brasil, assume-se a responsabilidade de dar um norte para o nosso País. Infelizmente não é o que tem acontecido nos últimos quase 2 anos.

E digo mais: se o Presidente da República tivesse tido coragem, nós poderíamos estar discutindo sim o 13º do Bolsa Família aqui hoje, nós poderíamos estar discutindo a expansão do auxílio emergencial aqui hoje.

É claro que a visão da Esquerda em relação a esse caminho é diferente da nossa visão, porque somos liberais na economia, mas, mesmo no nosso campo, fizemos muitas propostas. Um grupo grande de economistas de São Paulo, com muitos economistas considerados liberais, fez uma proposta para a expansão do auxílio emergencial ou a ampliação e o fortalecimento do Bolsa Família, o que não seria muito



diferente. É claro que do nosso campo, com restrições nas despesas públicas, respeitado o teto de gastos.

Mas nós hoje aqui não estamos discutindo um novo programa social para o Brasil, porque o Presidente da República proibiu o Relator Marcio Bittar, ou pelo menos indicou - é claro que ele não pode proibir um Senador de nada - ao Relator da PEC Emergencial que nada de gatilho fosse votado. Aliás, foi prometido por este Governo que essa PEC seria votada em 5 de dezembro do ano passado.

Nós que temos uma visão liberal da economia tentamos trazer os gatilhos para dentro do projeto de lei, que votamos anteriormente, o PLP 101/20, mas o Governo não conseguiu as condições para isso. O Deputado Ricardo Barros tentou, mas não conseguiu as condições.

Então, se hoje o Presidente não consegue promover uma melhora ou uma expansão do Bolsa Família para esses milhões de brasileiros que ficarão sem nada, a partir de 1º janeiro, a responsabilidade é exclusiva dele, que tem um Governo que é liberal na economia, mas não tem coragem de implementar essa política dentro do Governo e, principalmente, no Parlamento.

Eu escrevi um artigo longo, de uma página quase inteira, no jornal *Folha de S.Paulo*, em setembro, quando eu falei sobre a criação de um programa social - e o fiz respeitando a posição daqueles que acham que o teto de gastos está errado, que essas restrições estão erradas; acho que são visões distintas para se chegar ao mesmo objetivo - e que seria um auxílio mais amplo, a partir de 1º de janeiro. Eu escrevi um longo artigo falando sobre o teto de gastos e de onde poderiam vir os recursos para a ampliação do Bolsa Família e para a modernização do Cadastro Único, que não pode ser encerrado. Ele tem que ser modernizado, utilizado de melhor forma e com qualidade por parte do Governo.

Em setembro, com uma eleição no Rio de Janeiro, com o DEM disputando a Prefeitura, com o meu pai disputando uma eleição para Vereador, talvez não fosse o melhor momento para dizer que precisaríamos desindexar as aposentadorias, precisaríamos acabar com o abono salarial, precisaríamos acabar com o seguro-defeso, precisaríamos também acabar com a indexação de outros contratos do Governo e com alguns auxílios que os servidores e os militares recebem. Talvez, em setembro, não fosse um momento adequado. Talvez o adequado, se eu quisesse usar politicamente a Presidência da Câmara, era ter votado a Medida Provisória nº 1.000, de 2020, faltando uma semana para a eleição. Nós sabemos qual seria o resultado dessa votação - nós sabemos qual seria o resultado dessa votação! Eu, por responsabilidade da minha visão de Brasil e de gasto público, concordando com a visão do Governo de que a medida provisória já

fez seus efeitos e entendendo que o Governo não teve a coragem de jogar a PEC Emergencial do Senado,

no plenário, para que fosse aprovada, e nem de utilizar a nossa, de autoria do Deputado Pedro Paulo, que está aprovada desde dezembro do ano passado na CCJ e que vai na mesma linha, entendo que infelizmente o Governo não tem condições de tratar da ampliação de nenhum gasto público, senão estará cometendo crime, já que, a partir do próximo ano, a LRF, a regra de ouro e o próprio teto de gastos voltam a funcionar da mesma forma que antes da PEC do Orçamento da Guerra, que todos nós aqui, de forma quase unânime, aprovamos para o bem do Brasil.

Então, eu quero deixar este registro. É óbvio que nós queremos construir as condições - não vou dizer para o 13º do Bolsa Família, porque acho que essa não é a melhor palavra - de algo que seria uma melhoria da transferência de renda para as atuais famílias e para novas famílias que, por essa crise, vão precisar dos recursos. Digo isso até porque nós sabemos que o crescimento de 4% no próximo ano, Deputado Aluisio, diante de uma queda de 4,5% a 5% nesse ano, equivale a quase zero de crescimento, é apenas o efeito estatístico.

Portanto, o que nós deveríamos fazer - e foi o que eu propus, mas infelizmente não vai acontecer, porque o Senado também não quer - era não termos recesso, nem a Câmara nem o Senado nem o Judiciário, para que, juntamente com o Poder Executivo, com o fim do estado de calamidade, com o fim da PEC do Orçamento de Guerra, nós pudéssemos em janeiro trabalhar na construção de um programa social dentro da realidade do Brasil, de um orçamento primário na ordem de 1 trilhão e 485 bilhões de reais, que é o orçamento primário que o Brasil tem, lembrando que 1 trilhão e 410 bilhões de reais são despesas correntes. Há um espaço muito pequeno para que se possa mexer com investimento e ampliação de gastos públicos.

Eu fiz questão de fazer este registro, Líder Molon, porque não vêm de hoje as agressões convergentes do Presidente e de seus aliados radicais nas redes sociais contra a minha pessoa. O Presidente não gosta de adversários que jogam de forma aberta e transparente. Ele prefere os aliados. E ele vai conhecer, um dia, alguns que estão sempre jogando pelas costas, e, quando podem, nós sabemos o que fazem com os Governos. Então, eu fiz questão de fazer este registro.

Ontem, de fato, eu fiquei muito irritado, porque eu nunca poderia imaginar que, em um país como o Brasil, um Presidente da República pudesse, de forma mentirosa, tentar comprometer a imagem do Presidente da Câmara ou de qualquer cidadão brasileiro.

E, sem falsa modéstia, foi a Câmara dos Deputados que comandou o

País no ano passado, quando o Bolsonaro ficava nos ameaçando nessas redes sociais dele. Na pandemia, quando o Presidente ficou negando a pandemia e o Ministro da Economia ficou 1 mês no Rio de Janeiro e disse, em entrevista a revista Veja, no mês de março, que com 5 bilhões de reais ele aniquilava o coronavírus, fomos nós, unidos, e o Senado que construímos os caminhos.

Construímos o auxílio emergencial; construímos a PEC do Orçamento de Guerra, com data para acabar, diferentemente das outras crises; construímos as soluções das medidas provisórias de crédito, porque o Governo mandou medidas fracas, com textos ruins, que só foram executadas depois da aprovação do Congresso; aprovamos recursos para a cultura, para o esporte, para os profissionais de saúde, para as comunidades indígenas; garantimos que o País funcionasse, porque o negacionismo do Governo e a depressão do Ministro da Economia fizeram com que o Parlamento assumisse esse papel.

Esse foi o motivo de, no meio da pandemia, ele ter vindo com tantas agressões.

Eu poderia aqui agora - e tenho muitos pedidos nesse sentido no meu WhatsApp - anunciar que colocaríamos em votação a Medida Provisória nº 1.000, de 2020, mas, como disse o Líder do Governo, não há interesse, por parte da base do Governo e do próprio Governo, por seu Líder, em votar essa matéria porque ela já fez os seus efeitos. No entanto, eu precisava fazer o meu discurso para resguardar a imagem desta Casa e da minha Presidência, porque amanhã a narrativa vai deixar de ser o 13º do Bolsa Família e vai passar a ser que nós é que acabamos com o auxílio emergencial, porque não votamos a medida provisória.

Então, foi muito importante o Governo entrar em obstrução contra a Medida Provisória nº 1.000 - isso foi muito importante, isso está registrado na imprensa, está registrado em plenário -, porque nós queremos, tenho certeza, e estamos dispostos ainda a trabalhar no mês de janeiro e a construir caminhos para que 8, 10, 12 milhões de brasileiros possam ser incluídos no Bolsa Família de forma a respeitar o orçamento primário. É claro que aqui temos visões diferentes de como chegar a isso, mas, no nosso campo liberal da economia, ainda queremos e estamos dispostos - e sei que o Plenário inteiro está, até para discutir as matérias - a discutir esses caminhos.

E os nossos caminhos passam pela PEC Emergencial, pela reforma tributária, pela discussão da reforma administrativa, mas não para perseguir servidor, e sim para valorizá-lo, para valorizar a qualidade do serviço público. É disso que estamos tratando. É claro que alguns olham apenas cortes, cortes, cortes, mas não adianta cortar se não dermos condições para que o servidor atenda bem ao cidadão

brasileiro.

Eu fiz questão de fazer este registro, sei que está sendo longo, mas não é a primeira vez e tenho certeza de que não será a última, porque continuarei no mesmo lugar em que sempre estive, ao lado da democracia e contra a agenda de costumes que divide o Brasil, que radicaliza o Brasil, que gera ódio entre as pessoas. Como essa é a agenda do Presidente, continuarei sendo um leal adversário do Presidente da República naquilo que é ruim para o Brasil, mas serei um aliado do Governo, e não do Presidente, nas pautas que modernizem o Estado brasileiro, respeitando o limite de gastos, já que a nossa carga tributária é muito alta e a população não merece, mais uma vez, pagar a conta da incompetência e da falta de coragem do Governo em enfrentar aquilo que prometeu, que é a reestruturação das despesas públicas, começando pela PEC Emergencial.

Muito obrigado pela atenção. Fica o meu registro na tarde de hoje.

Documento 330/513

134.2020

Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020-
CD 12:40

Publ.: DCD - 19/12/2020 - ALESSANDRO MOLON-PSB -RJ

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Aplausos ao Presidente Rodrigo Maia pelo discurso proferido no plenário. Divergência entre a Oposição e o Presidente da Casa, no tocante à votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, acerca da instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Repúdio à postura adotada pelo Presidente Jair Bolsonaro, no tocante à imunização do povo brasileiro contra a Covid-19. União dos partidos oposicionistas com a Presidência da Casa em defesa da democracia, da Constituição Federal e da independência do Parlamento brasileiro. Inadmissibilidade de interferência do Governo Jair Bolsonaro das eleições da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Defesa de julgamento do Presidente da República por crimes cometidos, notadamente contra a humanidade.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, cumprimento V.Exa., os demais Líderes e os colegas aqui presentes e também os que nos acompanham pela sessão remota.

Quero cumprimentar V.Exa. pela manifestação que acaba de fazer.



Como Líder do PSB, sou testemunha de um lado da força que nós da Oposição fizemos para que a Medida Provisória nº 1.000, de 2020, fosse votada. Nós, por diversas vezes, entramos em obstrução aqui neste plenário para cobrar a votação da MP 1.000/20.

V.Exa. entendia que não havia espaço para isso, mas V.Exa. também atendia o pedido do Governo para que ela não fosse votada. Nós, inclusive, neste ponto, divergimos de V.Exa., porque nós da Oposição queríamos votar a prorrogação do auxílio emergencial. Temos uma visão de que esse auxílio salvou não apenas milhões de vidas, mas também recuperou, em vários lugares, a economia brasileira. Há diversos estudos que mostram que, se a queda do PIB não foi muito maior, isso se deve, em grande parte, ao auxílio emergencial. Isso porque se, de um lado, afeta a relação dívida-PIB pelo aumento do endividamento público, por outro lado, não o aumenta mais, porque evita uma queda maior do PIB.

Então, no nosso entendimento a medida provisória deveria ter sido votada. Nós lutamos para votá-la. Mas o Governo e V.Exa., atendendo a um pedido do Governo e também, como acaba de dizer, pela visão que tem da economia, que é diferente da nossa, não optaram por colocar em votação a medida provisória.

A verdade tem que ser restabelecida nesta Casa. Infelizmente, o hábito de mentir é um hábito do Presidente da República, que acusa injustamente todos, que espalha a mentira e a desinformação. As milhares de mortes que ocorreram no Brasil estão sobre as costas dele, que chamou esta pandemia cruel que continua matando milhares de brasileiros de gripezinha, que está desestimulando as pessoas a tomarem a vacina, enquanto todos os outros líderes mundiais responsáveis procuram dar exemplo. O próprio Presidente norte-americano, que se despede da Casa Branca porque não foi reeleito, anunciou que vai tomar a vacina. E o Presidente da República do Brasil continua nos envergonhando - e tem aumentado o número de mortes entre nós -, sabotando a vacina e atrapalhando o Brasil. Isso é inaceitável!

Por isso, Presidente, apesar das divergências que temos - e as temos - com V.Exa. e com o grupo de partidos que representa, nós queremos garantir a independência do Parlamento. Digo isso porque aquilo que ameaça o Brasil é maior do que as nossas divergências no campo econômico; aquilo que ameaça o Brasil diz respeito à garantia da democracia, à proteção da Constituição, à proteção da vida das pessoas.

E nós da Oposição não seremos irresponsáveis. Não negamos as diferenças que temos com V.Exa. e com os partidos que representa, no campo econômico. Mas estamos unidos na defesa da democracia;

estamos unidos na defesa da Constituição; estamos unidos na defesa da independência do Parlamento; estamos unidos na defesa da vida; estamos unidos na defesa da ciência, como ontem aprovamos aqui o PLP 135/20 - e agradeço a V.Exa. por tê-lo pautado -, garantindo recursos para a ciência e tecnologia no Brasil. Estamos unidos na defesa do FUNDEB, e o apoio de V.Exa., do DEM, do PSDB, do Cidadania, do MDB e de outros partidos foi fundamental para que mantivéssemos o texto do Senado.

Então o que nos une é, neste momento grave da história brasileira, muito maior do que aquilo que nos afasta. Temos sim uma visão diferente do papel do mercado, do papel do Estado, da forma de se combater as desigualdades. Temos diferenças nesse campo. Mas isso é muito menor do que a importância de se garantir a independência do Parlamento, de se garantir que nessa cadeira em que V.Exa. está sentado sente-se alguém que vai proteger essa independência e não faça da Câmara dos Deputados um quintal ou um puxadinho do Palácio do Planalto.

Não aceitaremos. Não permitiremos que esta Casa se torne um anexo do Poder Executivo. E o Governo que não ouse tentar interferir nas eleições da Câmara dos Deputados, com expedientes não republicanos, porque nós reagiremos e não aceitaremos. Honramos o Poder Legislativo e exigimos que ele seja respeitado e honrado. É essa disputa que está em curso, Presidente.

Por isso, reafirmo que aquilo que nos une é maior do que aquilo que nos afasta. Neste momento grave da história brasileira, trata-se de proteger a Constituição que nós juramos defender. E nós o faremos custe o que custar! Enfrentaremos esse combate. Reagiremos a cada mentira que for divulgada.

O Presidente da República que, lamentavelmente, está no Palácio do Planalto neste momento responderá pelos seus crimes, inclusive contra a humanidade. Essas mortes serão cobradas dele. Ele não fugirá dessa responsabilidade. E todas as suas outras irresponsabilidades serão também cobradas! E este Parlamento ainda vai ver o dia em que esse será o tema do Plenário, em que ele responderá aqui pelos crimes de responsabilidade que cometeu.

Esse dia não está longe, Presidente. Vai chegar! Nós o veremos e o Brasil aguarda por isso ansiosamente.

Muito obrigado. Parabéns a V.Exa!

Sumário

Reconhecimento pelo Líder governista, Deputado Ricardo Barros, da relevância de matérias aprovadas pela Câmara dos Deputados sob a Presidência de Rodrigo Maia. Papel preponderante desenvolvido pelo Presidente da Casa da realização da reforma previdenciária. Protagonismo do Parlamento brasileiro na aprovação de medidas de enfrentamento à epidemia de coronavírus. Natureza falaciosa das declarações do Presidente Jair Bolsonaro acerca do processo legislativo. Realização da eleição da nova Mesa Diretora da Câmara dos Deputados.

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ontem nós tivemos um dia intenso de trabalho nesta Casa. Isso não é novidade. Tem sido assim neste período todo da pandemia.

Ontem à noite, no horário coincidente ao que o Presidente usava para falar aquelas palavras, nós estivemos com o Líder Ricardo Barros, que deve estar aí em plenário. Eu dialoguei com o Líder ontem várias vezes, e ele foi ao plenário e disse: "*Obrigado à Câmara dos Deputados. Saúdo o Presidente Rodrigo Maia*". E ele destacou a regulamentação do FUNDEB, destacou a aprovação do PLP 101/20 e do PLP 135/20, e estamos deliberando sobre o PLP 137/20.

Poderíamos mencionar aquilo que foi a aprovação da LDO e lembrar que a LDO só pôde ser aprovada nesta semana porque o próprio Tribunal de Contas da União fez o alerta. Havia um encaminhamento totalmente equivocado por parte do Governo em que a meta do déficit fiscal não estava estabelecida, incorrendo em grave inconstitucionalidade. A correção só veio às vésperas da votação.

Hoje o principal jornal de economia do nosso País, o *Valor Econômico*, traz na sua primeira página uma avaliação do desempenho do Ministro Paulo Guedes e se refere, entre vários desacertos, a um único golaço: a aprovação da reforma da Previdência. E não há narrativa que sustente que não temos outra autoria a não ser a do próprio Parlamento e a direção que V.Exa. deu, para que pudéssemos aprovar a reforma da Previdência.

Digo isso porque, se o Líder do Governo destacou ontem todo o processo de deliberação e convergência que havíamos tido, essa extensão poderia incluir, obviamente, aquilo que foi toda a trajetória da

pandemia.

Eu falo da aprovação da PEC do Orçamento de Guerra, do auxílio emergencial, do Programa de Auxílio aos Estados e Municípios, do socorro - como V.Exa. mencionou - à área da cultura e às comunidades indígenas, daquilo que se fez para as empresas de aviação, do socorro que se deu às distribuidoras de energia. Fomos proativos e construtores. E nós, o tempo todo, tivemos que resistir nesse período aos ataques à democracia.

Quantas vezes, em tantas ocasiões, vimos o acirramento da relação do Executivo com o Judiciário? Quantas vezes vimos a instabilidade poder ser a pedra de tom de um Governo, que deveria, no momento de pandemia, fazer semelhante ao que outras nações fizeram, chamar os Poderes constituídos e fazer um verdadeiro movimento de conclamação a todos, para enfrentar a gravidade da crise sanitária e, obviamente, econômica que nós tivemos?

Aqueles que não têm proposta, ao contrário, satisfazem-se só numa polarização extremada. Ontem nós assistimos ao repeteco disso tudo, quando o Presidente da República, sem argumentos, acabou por oferecer uma versão simplificada e realmente mentirosa do processo que nós estamos vivendo.

Por isso, eu quero reafirmar que nós continuaremos nessa trincheira - aqueles que constituem o centro democrático, aliados à Oposição, e a Oposição, que zela por aquilo que são os valores democráticos -, para que esta união em defesa da democracia possa continuar a existir no Parlamento e a cuidar do Parlamento, para que ele tenha sintonia sim. Não a sintonia com o Governo, mas a sintonia que mais importa, que é a sintonia com a sociedade, para que possa preservar a sua autonomia e a sua independência.

Este episódio vem no momento oportuno para que essa reflexão aconteça e possa ser norteadora do Parlamento, no momento em que o Parlamento vai ter que escolher o seu caminho, quando se elege uma nova Mesa Diretora para a Câmara e para o Senado. Eu estou confiante de que nós iremos no caminho da sintonia com a sociedade e da afirmação da autonomia, para que nós possamos continuar comprometidos com o País, superando radicalismos que desconstroem e não nos permitem o momento que nós queremos, que é o momento de combater as desigualdades e promover o desenvolvimento. Esta é a missão da Câmara dos Deputados.

Sumário

Posicionamento do Governo Federal contrário à votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Defesa de retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes. Repúdio à agenda neoliberal do Governo Jair Bolsonaro.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, é muito importante que a população brasileira acompanhe a discussão de hoje aqui na Câmara dos Deputados, porque nós fizemos um questionamento muito claro para o Líder do Governo, que está aqui presente. Qual é o seu posicionamento a respeito da necessidade de pautar a MP 1.000/20, que, infelizmente, reduziu o valor do auxílio emergencial e determinou que as parcelas vão somente até o mês de dezembro? Todos nós sabemos que a pandemia da COVID-19 segue no nosso País, com seus efeitos sanitários que, aliás, o Governo Bolsonaro ignora e faz de tudo para que o nosso País não tenha, por exemplo, um plano de imunização decente.

Também há efeitos econômicos muito claros na população. Muita gente depende do auxílio emergencial para poder sobreviver. Um estudo feito pelo IBGE mostra que 4,4 milhões de domicílios brasileiros sobreviveram, no mês de julho, devido ao auxílio emergencial. Se não fosse o auxílio emergencial conquistado por esta Casa, pela unidade de ação entre diferentes partidos que, à época, conseguiram aprová-lo a despeito do Governo, essas famílias não teriam como sobreviver no nosso País.

Eu quero dizer que não nos surpreende, em absoluto, a resposta que foi dada pelo Governo Bolsonaro de que não deseja pautar a Medida Provisória nº 1.000, de 2020, afinal de contas, ele nunca quis aprovar o auxílio emergencial. Lembro que, à época, o Sr. Paulo Guedes e o Sr. Bolsonaro diziam publicamente que queriam que o auxílio fosse somente de 200 reais, o que, com certeza, é o valor de um jantar de qualquer um deles.

A partir do esforço que nós fizemos aqui, foi possível estipular o valor de 600 reais. Graças a uma emenda que nós do PSOL apresentamos - junto com o apoio, evidentemente, da bancada feminina -, as mulheres, mães, chefes de família puderam receber esse valor em dobro, 1.200



reais, compreendendo as características específicas dessa população.

É obvio que o Governo agora vai dizer que não quer pautar o auxílio emergencial, que por ele não haverá o 13º do Bolsa Família e que por ele não haverá programa de auxílio ou programa de transferência de renda nenhum. Isso porque o programa genocida é um programa sanitário, que se expressa na falta de medidas sanitárias, mas também se expressa nas posições econômicas. E aí, evidentemente, nós precisamos deixar muito claro que nós discordamos dessa visão fiscalista, dessa lógica de austeridade, porque não é ela que vai fazer o País sair da crise. Pelo contrário, é justamente essa lógica, a qual vem sendo aplicada nos últimos anos no País, que tem feito com que a crise econômica se torne cada vez pior - e cada vez pior para o povo pobre.

É necessário que, nos próximos anos, a nossa luta se fortaleça em torno da inversão dessa agenda. Inclusive vários analistas e economistas vêm pautando que o Brasil precisa sair desse ciclo de austeridade para poder sair do atoleiro e para que a população mais pobre possa se desenvolver, ter dignidade, ter condições de crescimento econômico.

Quero dizer também que, claro, se o Governo Bolsonaro não quer pautar a Medida Provisória nº 1.000, o problema é dele. A nossa tarefa deve ser pautar, sim, a Medida Provisória nº 1.000 e outras medidas necessárias para o povo brasileiro. Depois, se ele não quiser ou não der conta de levar às últimas consequências aquilo que o Congresso Nacional aprova, ele que se explique com a população brasileira. Também é nossa responsabilidade, no início do ano que vem, propor um programa que seja mais robusto.

Na votação da LDO, aprovou-se a redução do valor distribuído pelo Bolsa Família à população brasileira. Isso acabou de passar e, ao mesmo tempo, alguns vêm à tribuna dizer que se preocupam com a sociedade brasileira.

Nós precisamos inverter a lógica da austeridade. Precisamos, sim, pautar a Medida Provisória nº 1.000, senão o povo brasileiro vai passar fome. Não vai haver perspectiva de melhoria da situação econômica do País. É preciso - e vou concluir - derrotar o bolsonarismo e Bolsonaro na sua agenda global, que diz respeito ao obscurantismo, à restrição das liberdades democráticas, ao desrespeito às vidas humanas, mas que também diz respeito à sua agenda econômica.

Esse é o nosso compromisso e esse é o papel do PSOL no Parlamento e na sociedade.

Obrigada.

134.2020 Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020-
CD 12:56

Publ.: DCD - 19/12/2020 - ENIO VERRI-PT -PR

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Repúdio ao tratamento desrespeitoso e machista dispensado pelo Deputado Giovani Cherini à Deputada Erika Kokay. Importância de votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio residual emergencial para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus. Defesa de retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes. Atuação da base governista em defesa do sistema financeiro. Avocação, pelo Poder Legislativo, da responsabilidade pela aprovação de medidas de enfrentamento à epidemia de coronavírus. Reconhecimento da liderança exercida pelo Presidente Rodrigo Maia à frente da Câmara dos Deputados durante a crise sanitária. Repúdio às acusações do Presidente Jair Bolsonaro contra o Presidente da Casa.

O SR. ENIO VERRI (PT - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, público que me assiste e me ouve, como Líder da bancada do Partido dos Trabalhadores, que tenho a honra de ser este ano, eu quero usar este horário para fazer duas observações.

A primeira é sobre um fato que ocorreu ontem, durante a votação do FUNDEB, quanto à maneira como foi tratada a colega Deputada Erika Kokay, do nosso partido. O Deputado Giovani Cherini atrapalhou o horário que era por direito dela, e disse, no horário dela: "*E sabemos tudo o que a Deputada vai dizer, pode nos poupar disso*". Isso é um desrespeito à Deputada, e me parece que é frequente quando se trata de Deputadas, porque, com Deputados, não acontece com a mesma regularidade. Isso mostra um comportamento machista, que é inadequado numa Casa que tem tamanha importância como esta, e nos leva também a lembrar do que aconteceu com a Deputada Isa Penna, do PSOL, na Assembleia Legislativa de São Paulo, que recebeu um tratamento igual ou pior do que esse, desrespeitoso.

Eu quero fazer um apelo a V.Exa., Presidente Rodrigo Maia, que nos ajude, para que fatos desrespeitosos como esse não voltem a ocorrer. Afinal de contas, todos os que estamos nesta Casa somos Parlamentares, somos iguais, temos direito a nossa palavra, concordando ou não o outro Parlamentar, que às vezes nos força a ouvir coisas que também nos deixa arrepiados, no que se refere à



saúde pública, no que se refere à visão de mundo que têm. Assim como nós o ouvimos, porque ele tem direito a falar, ele tem seu tempo para falar, ele foi eleito para isso, a Deputada Erika Kokay, como outras Parlamentares, também tem todo o direito de se manifestar, tem horário para isso e foi eleita para isso. Então, eu faço um apelo para que isso não se repita aqui, e que haja um mínimo de respeito às Parlamentares, em número tão pequeno nesta Casa, e que lutam, com orgulho e muita raça, pela construção de um Brasil mais justo.

O segundo aspecto que eu quero abordar é sobre a Medida Provisória nº 1.000. O Partido dos Trabalhadores e toda a Oposição têm, há muito tempo, obstruído várias pautas e sessões na defesa de que se vote a Medida Provisória nº 1.000. É importante destacar que essa medida provisória reduz de 600 reais para 300 reais o auxílio emergencial, e também o extingue agora, no fim do ano.

É um absurdo baixar-se o valor desse auxílio para 300 reais. E é um absurdo porque, se com 600 reais a população já tinha dificuldade de sobreviver, cortar pela metade esse poder de compra representa um crime. Se levarmos em conta que essa faixa da população, com 300 reais, compra só a comida, e a inflação dos alimentos passou de 25% - temos produtos que chegaram a 90%, 98% de aumento, como o arroz e o óleo de soja -, portanto, não é de 300 reais o poder de compra, mas de 150 reais, de 200 reais. Isso é tirar a comida da boca da população; é somar aos 50 milhões de pessoas desocupadas, aos 50 milhões de pessoas que estão na miséria, ao desespero da população.

Por isso, a votação da medida provisória seria importantíssima. Primeiro, para recuperarmos o seu valor inicial de 600 reais; e, segundo, na tentativa de prolongar o direito aos 600 reais enquanto durar a pandemia da COVID-19. Afinal de contas, a COVID-19 não é igual ao Orçamento do Brasil, que se encerra no dia 31 de dezembro de 2020. Ela está aí, e volta mais forte do que nunca. E o que vai acontecer com a vida da nossa população a partir de janeiro? Não há empregos; as empresas estão em crise; a Lei Assis Carvalho não foi aprovada, então a agricultura familiar está sem nenhuma garantia; a Lei Aldir Blanc, como nos diz a Deputada Jandira Feghali, será extinta, então, boa parte daqueles que têm direitos garantidos não terão acesso ao benefício.

O que vai acontecer com este País? O que vai sobrar da nossa população? Nada disso, e sem Governo. Sem nenhum Governo porque, quando ele se manifesta, o faz contrariamente aos interesses de toda a população, com políticas que atingem somente os interesses do capital financeiro, do capital especulativo e daqueles que já têm muito e não precisam de mais dinheiro.

Nós vivemos hoje no Brasil uma inversão. Quando o Governo age da

forma como está fazendo neste momento, obstruindo, e não permitindo que se vote a Medida Provisória nº 1.000, ele está assinando embaixo, ele e toda a base dele na Câmara dos Deputados, o seguinte: somos contra os interesses dos mais pobres; somos contra o povo trabalhador; estamos aqui para defender a reforma da Previdência, a reforma trabalhista.

É para isto que a base do Governo está aqui: para defender os interesses dos bancos, para destruir o mínimo que foi conquistado pela população brasileira a partir da Carta de 1988. Por isso, quero denunciar aqui o Governo e a base dele por mais uma atitude irresponsável em relação à vida da nossa população.

Por fim, Sr. Presidente, quero fazer um reconhecimento público. Começo com uma análise histórica. Nosso País é presidencialista e republicano. Portanto, é natural que o conjunto da população sempre olhe mais para o Poder Executivo do que para o Poder Legislativo e o Poder Judiciário. É por isso que o Prefeito, o Governador e o Presidente da República costumam ser vistos como pessoas que têm mais poder. Mas há algo que a história já provou: quando o Poder Executivo não funciona, felizmente o Poder Legislativo cumpre esse papel.

O que aconteceu este ano foi exatamente isso. Com todas as nossas diferenças - e quero aqui fazer uma referência respeitosa ao Deputado Arnaldo Jardim, porque temos diferenças sobre concepção de economia -, como nós trabalhamos juntos este ano todo! Por quê? Porque o Poder Legislativo cumpriu o seu papel. Quando o Executivo queria transferir 200 reais para a população, o Congresso, com todas as suas diferenças, de forma unida, garantiu 600 reais. Quando o Governo não queria garantir o mínimo para aqueles que estavam passando fome, o Congresso foi lá e fez. Quando as micros e pequenas empresas estavam falidas e desesperadas, o Congresso, de forma unânime, foi lá e apoiou o PRONAMPE.

Portanto, o Congresso cumpriu o seu papel de Legislativo, mas fez também o papel do Executivo. Se não o tivesse feito, não teria sobrado nada.

Nós estamos muito mal, é verdade. O Brasil está muito mal! Mas poderia estar muito pior se não fosse a sensibilidade social da Câmara dos Deputados e o compromisso com o Brasil. Olhem que temos diferenças gigantescas, todos. Fomos eleitos por isso, porque temos diferenças. Isso é muito positivo na democracia. Mas conseguimos eliminar essas diferenças, olhar o Brasil e fazer uma grande mudança. Fizemos aquilo que o Governo Bolsonaro não teve vontade nem competência para fazer, assim como a base dele.

Por fim, reconheço que precisávamos de alguém para dirigir esse processo. E quero reconhecer em V.Exa., Presidente Rodrigo Maia, um papel determinante. Pela terceira vez vou mencionar aqui: as minhas divergências como professor de economia com V.Exa. são insanáveis, gigantescas! Mas quero dizer do respeito que tenho por V.Exa., primeiro, pela maneira como tratou a Constituição brasileira, respeitando a República, a democracia e a nós da Minoria, dando-nos a palavra, construindo acordos e não permitindo que o País estivesse hoje numa situação muito pior do que poderia estar. Eu reconheço V.Exa. como um grande articulador, uma pessoa que se colocou acima das diferenças, pensando no Brasil, no futuro do País.

Não posso esquecer de fazer aqui um agradecimento público. Quando Moro, com todo aquele pessoal louco da Lava-Jato, mais uma vez tentou transferir o Presidente Lula - isso era ilegal e imoral -, V.Exa. suspendeu a sessão para que os partidos, indiferentemente da cor ideológica, fossem ao Supremo para mostrar que aquilo estava errado. E assim o fizemos. São em momentos como esse que se conhece quem lidera ou quem manda. E V.Exa. liderou esta Casa de forma brilhante.

Reconheço que discordei de muito daquilo que V.Exa. colocou em votação - discordei, briguei, não gostaria que colocasse para votar nunca -, mas, mesmo assim, também reconheço que V.Exa. tentou negociar, construiu acordos. E a Oposição teve neste ano, por mérito próprio e pela capacidade de V.Exa. de construir acordos, um espaço que lhe é de direito e justo, mas que nos últimos anos não lhe foi dado.

Por isso, acho injusto o que o Governo Bolsonaro e a base do Governo fazem no que se refere ao papel de V.Exa. Em breve, terminará o mandato de V.Exa., mas quero dizer que V.Exa. entra para a história como alguém que, no momento mais difícil da história deste País, não titubeou, não pensou duas vezes, chamou todo mundo, construiu pontes, e não muros. E, através dessas pontes, é que o Brasil está, de forma lenta, gradual, com dificuldade, atravessando esse mar de desespero, esse mar de fogo, encabeçados por Bolsonaro e Paulo Guedes.

Parabéns a V.Exa.! Parabéns a toda a Câmara dos Deputados!

Muito obrigado.

Sumário

Reconhecimento da gestão do Presidente Rodrigo Maia à frente da Câmara dos Deputados. Defesa de retomada do pagamento do auxílio emergencial a trabalhadores e famílias carentes. Adesão do PSDB à proposta do Presidente Rodrigo Maia de suspensão do recesso parlamentar para debate de medidas emergenciais de amparo à população brasileira. Importância da união entre o Governo Federal e o Poder Legislativo em benefício do País e das camadas menos favorecidas. Empenho do Governador do Estado de São Paulo, João Doria, na aquisição da vacina Coronavac.

O SR. RODRIGO DE CASTRO (PSDB - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nos últimos anos, temos atravessado um período muito difícil no País. E esta Câmara dos Deputados tem sido um norte para toda a nossa população. Esse protagonismo inédito, Sr. Presidente, fez muito bem ao País. Nós enfrentamos reformas impopulares, duras, mas fundamentais para a Nação, como a reforma previdenciária e a reforma trabalhista. Neste ano, nós também demos as respostas que a população tanto esperava em um momento de desalento, desamparo e desespero. E sempre, Sr. Presidente, durante todo esse período, V.Exa. conduziu não só a Câmara dos Deputados, como também os grandes debates travados no Brasil. Então, V.Exa. já tem um papel garantido na nossa história como pessoa lúcida, corajosa, que enfrenta os desafios e com capacidade de produzir consenso, de produzir pontes entre diferentes vertentes. Isso faz muita falta ao País hoje em dia.

Por isso, Presidente, valorizamos muito o trabalho de V.Exa. E por isso também chamamos a atenção para o ponto que V.Exa. tocou e que diz respeito a milhões de brasileiros, ao País, ao nosso destino nos próximos meses. Nós estamos no fim de medidas aprovadas de forma corajosa pela Câmara dos Deputados, de maneira muito especial o auxílio emergencial, tão fundamental para que milhões de brasileiros pudessem enfrentar a pandemia, pudessem ter ali o seu sustento.

Agora, nós temos o fim do auxílio emergencial, e milhões de brasileiros vão ficar no desalento. Nós teremos um efeito perverso também em relação à economia. Nós sabemos do desespero dos comerciantes com a possibilidade de, já em um período muito difícil, extremamente sacrificante, perderem os seus clientes. Nós poderemos ter um efeito dominó devastador na nossa sociedade. Nós sabemos que a vacina não é uma panaceia. Infelizmente, ela não virá na velocidade de que nós precisamos. Nós temos ainda um caminho a percorrer até termos a

imunidade total no País.

Por isso, esta Casa tem que mais uma vez assumir o protagonismo. E nós conclamamos o Governo Federal a também fazer a parte dele, a fim de construirmos um diálogo necessário para darmos respostas à população, que tanto precisa neste momento.

Portanto, o PSDB também se junta ao esforço de V.Exa. e propõe que nós possamos abrir mão do período de recesso para debatermos as medidas necessárias, a fim de proporcionar aos milhões de desempregados e aos comerciantes um alívio nos meses que virão. É possível construirmos um consenso, elaborarmos medidas. É claro que é preciso coragem para cortar na própria carne, mas nós estamos dispostos a isso. E não podemos pedir mais sacrifício ainda para milhões de brasileiros que estão no desalento. Não podemos jogar a economia ainda mais para um buraco sem fim.

Portanto, conclamo a todos os colegas Parlamentares a fazer neste momento uma reflexão e, principalmente, a ter atitude. E, claro, ao Governo Federal pedimos sensibilidade diante da importância desse tema. Não podemos ficar parados neste momento. É hora de ação. É hora de apoio a quem mais precisa. Nós temos que desempenhar o nosso papel, o nosso protagonismo em favor do Brasil.

E o PSDB, mais uma vez, como sempre, desde os primórdios dos programas sociais com o Presidente Fernando Henrique, e nas reformas tão necessárias da Previdência e trabalhista, agora é protagonista no auxílio emergencial e nas várias medidas econômicas que nós estamos tomando.

Chamo a atenção também para o trabalho do Governador de São Paulo, João Doria, de trazer a vacina Coronavac para Brasil, de buscar do outro lado do mundo uma resposta para a nossa população, de cumprir a sua obrigação como governante, de, realmente, ajudar a população, de investir na ciência, de acreditar nas instituições.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, este é o momento do Brasil. É a hora de união, de construirmos uma convergência em prol do apoio aos mais necessitados, do apoio à economia do Brasil.

Vamos juntos caminhar nesse sentido.

Documento 335/513

134.2020

Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020-
CD 13:12

Publ.: DCD - 19/12/2020 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ

CÂMARA

DOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER

Sumário

Sucessivas demonstrações de desrespeito às instituições democráticas e ao Congresso Nacional pelo Presidente Jair Bolsonaro. Utilização, pelo Presidente da República, da estrutura do Estado brasileiro em defesa de seus familiares. Omissão do Governo Federal no enfrentamento da epidemia de coronavírus. Avocação, pelo Parlamento brasileiro, da responsabilidade pelas medidas de combate à doença e suas consequências. Reconhecimento da atuação democrática do Presidente Rodrigo Maia na condução dos trabalhos da Casa. Divergências ideológicas entre os partidos esquerdistas e o Presidente da Câmara dos Deputados. Luta dos partidos opositores pela votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, e consequente retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes. Solidariedade ao Presidente Rodrigo Maia diante de agressões verbais do Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu vou usar o tempo do PCdoB, que é curto, mas não poderia deixar de registrar uma opinião em relação ao pronunciamento de V.Exa., a qual vou dividir em dois pontos essenciais. O primeiro deles é sobre o Governo e sua relação com o Parlamento, e o segundo, sobre o Parlamento em si e o seu papel.

Quanto ao primeiro deles, Presidente, sobre o Governo e sua relação com o Parlamento, eu diria que nada me surpreende. Nós conhecemos o Sr. Jair Bolsonaro do Congresso Nacional, e conhecemos também as opiniões dele sobre a democracia brasileira. Esse é um Presidente que, no Congresso Nacional, sempre usou da palavra para elogiar a tortura e vilipendiar a democracia. É um Presidente que, ao assumir o Governo, se utilizou das estruturas de Estado para estruturar o "gabinete do ódio", e por muitas vezes colocou-o no alvo das manifestações públicas, por meio de sua presença, pedindo intervenção, pedindo o AI-5, e fazendo do Parlamento brasileiro e do Supremo Tribunal Federal o alvo preferencial. O Presidente usa as estruturas de Estado para defender a própria família.

E neste momento tão duro da vida brasileira e da vida do povo brasileiro, em que os brasileiros estão perdendo a vida, o Presidente minimizou o papel da pandemia e foi absolutamente omissos em todo esse processo. O Governo nunca teve de fato uma coordenação. Houve idas e vindas, neste Governo, em todas as dimensões da política, como na área econômica; na área ambiental, em que passou a boiada; nas políticas de saúde, das quais corta recursos, tendo trocado três Ministros; nas políticas educacionais, da mesma forma, e também trocou quatro, cinco Ministros. É um Governo descoordenado e omissos, que tem levado ao desemprego, à precarização, à estagnação e à

depressão econômica.

Sr. Presidente, a relação com o Parlamento sempre foi de desrespeito, de colocar no alvo o Presidente da Câmara - e, algumas vezes, o Presidente do Senado -, além de desrespeito às instituições brasileiras.

Quanto ao Parlamento, eu não tenho a menor dúvida do papel que nós cumprimos. V.Exa. citou uma série de projetos que nós aprovamos, e um deles, inclusive, vai servir muito à sociedade brasileira agora. Refiro-me à Lei da ANVISA, a Lei nº 14.006, que saiu da Comissão Externa, e vai possibilitar à ANVISA usar apenas 72 horas para certificar as vacinas aprovadas em agências internacionais. Essa lei saiu deste Congresso.

É importante, e V.Exa. realçou também, o reconhecimento da divergência com a Esquerda e de parte deste Plenário, porque de fato nossas divergências no plano econômico também são profundas. No teto de gastos, essa PEC emergencial do Senado, na minha opinião, é dramática para o Brasil, porque submete tudo ao capital financeiro e às despesas financeiras. De fato, as divergências são muitas, mas são tratadas de forma aberta e democrática.

Acho também que a MP 1.000 deveria ter entrado em pauta, porque o auxílio de 600 reais fez girar a economia e bilhões voltaram aos cofres públicos. E nós precisaríamos ter tratado da renda básica permanente.

Agora, é mister reconhecer que, apesar das nossas profundas divergências no plano econômico, foi respeitada a Constituição, foi respeitada a democracia. V.Exa. tem um papel nisso, é importante reconhecer. Nós precisamos manter a independência do Congresso. Bolsonaro não pode comandar o Parlamento brasileiro, não pode ter a sua pauta de costumes no comando deste Parlamento. E nós precisamos cuidar disso para o futuro deste País.

Eu fiquei feliz pela sua diferenciação em relação à questão democrática, em relação à questão dos costumes, porque está em jogo, de fato, no Brasil, a questão democrática, o respeito à Constituição. E nós precisamos preservar isso no comando das nossas políticas.

Então, quero expressar a minha solidariedade a V.Exa. em relação às agressões que tem sofrido por esse Governo ao longo da história. Presidente, de fato, nós temos profundas divergências, poderíamos ter instalado uma Comissão Parlamentar de Inquérito diante de todos os crimes cometidos por Bolsonaro, poderíamos ter avançado nessa questão em relação ao Governo, já poderíamos ter votado a MP 1.000, como outras pautas tão reivindicadas, mas quero expressar a minha

solidariedade em relação às agressões do Governo.

Precisamos manter a Casa independente, ativa na questão democrática em relação às pautas da liberdade para o País.

Obrigada, Presidente.

Documento 336/513

| | | |
|---|--|------------------------|
| 134.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020- CD | 13:20 |
| Publ.: DCD - 19/12/2020 - LÉO MORAES-PODE -RO | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Necessidade de aprovação de agenda social pela Câmara dos Deputados. Defesa de realização da reforma tributária. Necessidade de ampliação do Programa Bolsa Família e de prorrogação do auxílio pecuniário emergencial. Imediata votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Defesa de discussão do teto de gastos, da redução dos supersalários e da verba indenizatória dos Parlamentares.

O SR. LÉO MORAES (PODE - RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, agradeço a oportunidade.

Utilizando o tempo de Liderança do Podemos, quero deixar registrado que a nossa razão de ser, a razão de estarmos no Congresso, é exatamente para representar o maior capital, o maior patrimônio que nós temos, que é a população. A necessidade de entrega de uma agenda social é fundamental. Nós passamos por algumas reformas e precisamos enfrentar outras, como é o caso da reforma tributária, para trazer segurança jurídica e estabilidade, carrear investimentos e recursos de outros países, a fim de que possamos prosperar.

Diante desses fatores, só faz sentido se for para entregarmos algo de fato para a população. E, nesse cenário, a MP é fundamental, Presidente. Nós precisamos ter coragem de debater a respeito dos programas de transferência de renda, com a ampliação deles, como é o caso do Bolsa Família, assim como a extensão do auxílio emergencial. Isso é fato sabido, notório, porque nós observamos pessoas a nosso lado que sucumbem diante desta pandemia, diante do coronavírus, que não acabou. O auxílio emergencial também não

deve acabar.

É por isso que nós encaminhamos ofício à Mesa Diretora, para que pautasse a MP 1.000 e nós conseguíssemos, mais uma vez, diante do protagonismo desta Casa, estender, de uma maneira ou de outra, o benefício à população, porque é esse dinheiro que faz as cidades se movimentarem. A quitanda da periferia de uma média cidade consegue sobreviver, e não somente ficar com a caderneta das dívidas, através desse dinheiro. A renda cidadã, a renda mínima, a renda básica há de existir no País diante de tamanhas discrepâncias, do abismo social que existe nesta Nação. Países desenvolvidos e empresários que são bilionários entendem que esse abismo dificulta a própria circulação do dinheiro que os faz existir na condição de grandes empresários. E o Brasil vai na contramão disso.

A austeridade é fundamental. Nós defendemos a austeridade. Nós temos que discutir o teto de gastos, nós temos que ter coragem de enfrentar os supersalários, nós temos que diminuir as castas que nos colocam em situações diferentes das dos nossos representados. E, para isso, não de existir, sim, cortes e gestos do Parlamento, como diminuição das verbas indenizatórias e tantas outras medidas em que o Congresso deve dar o exemplo, Sr. Presidente.

Nós gostaríamos de compartilhar que existem posições antagônicas e ideológicas, de efeitos práticos, de vários partidos políticos, os quais divergem, mas, sobretudo, eles dialogam em defesa da democracia. E nós queremos acreditar que, a despeito de um mundo novo em que nos encontramos e o que ainda enfrentaremos em 2021, a população brasileira precisa ter dinheiro no bolso, precisa sobreviver. O ativo do poder público e de qualquer governante não é a especulação, não é o papel, não é a possibilidade, e, sim, a sua gente, o seu povo, a população.

É por isso que nós defendemos, com unhas e dentes, que medidas de alcance social sejam vitoriosas nesse debate. Ficamos com a pauta de costumes, com a polarização, com o maniqueísmo do que é bom, do que é ruim, com uma visão binária, tacanha e pueril, e, enquanto isso, as pessoas perecem e padecem do mínimo com que devem ser assistidas.

A população precisa é de arroz e feijão no prato, as pessoas precisam de emprego, as pessoas precisam sobreviver, para, daí sim, nós encontrarmos prosperidade, desenvolvimento, na certeza de dias melhores, e a certeza de que valeu a pena nós estarmos no plenário, valeu a pena nós estarmos no Congresso. Assim, de fato, nós preservaremos a integridade da nossa população.

Sr. Presidente, que essa MP 1.000 possa ser pautada e votada, até

porque existe a possibilidade de extensão e de aumento do auxílio, através de medidas, emendas e destaques. Esperamos que o Parlamento não se apegue, que continue grande na defesa intransigente da população, e não de ativos, e não de narrativas, e não de possibilidades distantes do mundo real.

Sr. Presidente, essa é a fala do Podemos. Vamos defender a prorrogação do auxílio, o aumento do valor do auxílio, a defesa de políticas sociais, do Brasil e dos nossos rincões.

Muito obrigado.

Documento 337/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 134.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020- CD | 13:28 |
| Publ.: DCD - 19/12/2020 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Natureza desleal da atribuição ao Presidente Rodrigo Maia, pelo Presidente Jair Bolsonaro, da culpabilidade pela não votação da Medida Provisória nº 898, de 2019, sobre a alteração da Lei nº 10.836, de 2004, acerca da criação do Programa Bolsa Família, com vista ao pagamento do benefício financeiro relativo ao mês de dezembro de 2019 como abono natalino (13º salário). Disseminação de fake news contra adversários políticos do Presidente da República, a partir do gabinete do ódio. Criação da CPMI das Fake News. Luta dos partidos opositores a favor da votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para a retomada do pagamento emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes. Visão negacionista do Presidente da República no tocante à epidemia de coronavírus. Posicionamento de Jair Bolsonaro contrário à imunização do povo brasileiro contra a doença. Prática de atos antidemocráticos e envolvimento com corrupção pelo Presidente da República. Gravidade de denúncias de utilização dos serviços da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, a favor de filho do Presidente Jair Bolsonaro envolvido em crimes de corrupção. Apresentação de novos pedidos de impeachment do Presidente da República. Apoio à realização da reforma tributária com ênfase na redução das desigualdades e na taxação de grandes fortunas. Solidariedade ao Presidente Rodrigo Maia, diante de ataques do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Rodrigo Maia, Deputadas, Deputados, utilizando o tempo da Minoria, eu quero me solidarizar com V.Exa. contra os ataques que sofreu do Presidente Jair Bolsonaro. Como



V.Exa. bem lembrou, trata-se de ataques próprios dos "bolsominions". Eles fazem assim com todos os adversários. Não é à toa que foi criada no Congresso Nacional a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito das Fake News. Essas *fake news* são usadas por bolsonaristas, dentro do Palácio do Planalto, através da liderança do próprio filho do Presidente, no chamado "gabinete do ódio". Eles agem assim, na surdina, e o Presidente, às vezes, coloca a cara e também faz ataques aos seus adversários de forma desleal.

Eu concordo com V.Exa. que o Presidente ontem mentiu em relação à discussão da Medida Provisória nº 1.000 e do pagamento do que ele chama de 13º do Bolsa Família. Todos nós sabemos, e isso já foi dito por diversos Deputados, que a Oposição fez uma solicitação vigorosa para que a MP 1.000 fosse pautada. Fazíamos isso por entender que 600 reais são a salvação de muitos brasileiros e brasileiras que, durante esta pandemia, não têm como trabalhar nem na economia informal nem de forma alguma. Por certo, esses 600 reais salvaram a economia brasileira de um colapso ainda maior. Portanto, era necessário que essa medida provisória fosse colocada em votação.

Presidente, fizemos obstrução, como lembrou o nosso Líder Enio Verri, vários e vários dias seguidos, a fim de que fosse pautada a MP 1.000. V.Exa. não a pautou por solicitação e insistência do Governo. As Lideranças do Governo solicitaram que ela não fosse pautada, porque o Governo não queria aprovar a continuidade da renda emergencial e muito menos o pagamento de 600 reais, valor pelo qual a Oposição luta para que, em votação, seja mantido, e não de 300 reais, e que seja estendido, ao longo pelo menos de mais alguns meses, enquanto esta pandemia e a crise na economia perdurarem. Isso foi público e notório no Parlamento.

Portanto, é uma mentira o Presidente dizer que ele não pode pagar o 13º porque a Câmara dos Deputados não o autorizou a fazer esse pagamento, sendo que ele próprio, através de seus Líderes e do Ministro Paulo Guedes, insistiu para que essa medida provisória não fosse à votação. E até hoje ela não foi votada.

Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero solidarizar-me com V.Exa. neste caso, porque, com certeza - e todos nós Deputados vimos isso -, o Presidente foi desleal e, nesse caso, mentiroso. Ele mentiu sobre um fato concreto, que é a questão do auxílio emergencial de 600 reais e também o que ele chama de 13º do Bolsa Família.

Nesse aspecto achamos, e continuamos achando, muito importante que a MP 1.000 seja votada. Inclusive, se o Presidente fala essa mentira, ele agora tem que ser responsável para que, o Parlamento aprovando-a, faça o pagamento, ou então a mentira dele ficará

explícita para toda a Nação brasileira.

Então, queria, em primeiro lugar, abordar essa questão importante nesta sessão.

Sr. Presidente, a pandemia não terminou. Ontem foram mais de mil mortos. E o obscurantismo e o negacionismo do Governo continuam. O Presidente trabalha contra a vacina, é impressionante. Primeiro disse que não vai ser vacinado, ontem disse que acredita que metade do povo brasileiro não vai se vacinar e o plano para que as vacinas cheguem não está concretizado por parte do Governo. Esse negacionismo, esse obscurantismo têm levado ao agravamento da pandemia, o que chamamos de genocídio por parte do Governo. É mais um dos crimes cometidos pelo Governo Bolsonaro.

Mas, além do obscurantismo, é um Governo extremamente autoritário. A Deputada Jandira Feghali lembrou aqui que, como Parlamentar, Bolsonaro chegou a defender a tortura e o regime militar por várias vezes, ameaçar de fuzilar adversários da Esquerda durante o período eleitoral; através de seus filhos, chegou a dizer que era possível fechar o STF com um cabo e dois soldados; brigou com o Supremo Tribunal Federal; colocou os "bolsominions" e o "gabinete do ódio" em ação, para fazer atos antidemocráticos durante o longo período da vida política brasileira, criando também uma crise na política, uma crise na democracia. Essas foram atitudes do Governo durante estes 2 anos. Mas também um Governo que tem que se haver com a corrupção.

Não é possível o que estamos vendo agora em relação à família dele, ao filho, expressamente Senador Flávio Bolsonaro, que responde a uma série de crimes de corrupção, e a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, sob o comando de Ramagem, elabora documentos - e isso é gravíssimo - para tentar livrar o filho do Presidente.

A Deputada Natália Bonavides acaba de entrar com um novo pedido de *impeachment* na Casa sobre exatamente essa questão da ABIN. Eu e o Deputado Paulo Pimenta também já preparamos um arrazoado para entrar com um novo pedido de *impeachment*. Solicitamos aos Deputados e às Deputadas que assinem esse pedido. Já são mais de 50 pedidos de *impeachment* que estão nesta Casa Legislativa, a Câmara dos Deputados.

Presidente Rodrigo Maia, infelizmente não há outro jeito. Eu sei que, às vezes, V.Exa. fica preocupado com o tamanho da crise política no meio de uma pandemia e de uma crise econômica. É verdade, nós temos que nos preocupar com isso! Mas o problema é que, com o Presidente Jair Bolsonaro, não há outra solução, porque ele próprio fará com que a crise política se amplie, a crise econômica aumente e a crise de enfrentamento à democracia se acirre no Brasil. Em outras palavras,

com o Presidente Jair Bolsonaro não tem jeito de o País ir para frente. Pelo contrário, nós estamos assustados com o que vai acontecer ano que vem. A crise na economia é grave. V.Exa. tem um ponto de vista sobre como enfrentá-la; nós da Esquerda temos outro. Mas a paralisia do Governo Bolsonaro levará, com certeza, ao acirramento dessa crise econômica.

Para nós seria necessário fazer, sim, uma reforma tributária que dividisse a renda no Brasil. Bolívia e Argentina deram um exemplo recentemente ao aprovar nas suas Câmaras Federais, nos seus Congressos a taxação das grandes fortunas, um caminho para se mostrar que a divisão de renda é possível e, com ela, se pode fazer a economia crescer.

O Presidente Lula, durante todo o Governo, e a Presidenta Dilma aumentaram o valor do salário mínimo. Há muito, desde que Temer assumiu a Presidência da República, nós não vimos esse tipo de aumento do salário mínimo ser feito no Brasil. Isso melhora a vida do povo brasileiro, mas melhora principalmente a economia, porque a coloca em andamento.

Para nós, este é, sim, o caminho econômico correto: dividir renda e fazer a retomada do crescimento econômico. Mas o caminho, seja qual for, precisa ser debatido no âmbito da democracia. Isso nos unifica, porque o Presidente Bolsonaro não sabe debater no âmbito da democracia. Pelo contrário, ele só fala em recrudescimento, em autoritarismo. Ele, com o obscurantismo, com o "gabinete do ódio", com os bolsominions e com as *fake news*, cria no Brasil sempre um clima de discórdia. É alguém que quer governar sempre com a discórdia, colocando sempre povo contra povo, pessoas contra pessoas, família contra família. Assim, ele procura ainda ter um percentual de aceitação na sociedade que dê sustentação à continuidade do regime asqueroso que nós estamos vivendo no Brasil. O Presidente Bolsonaro não consegue viver com os diferentes, não consegue viver com o Parlamento, não consegue viver com o Supremo, não consegue conviver com a democracia.

Por isso, Presidente Rodrigo Maia, solidarizando-me com V.Exa., eu digo não há outra solução. Nós vamos ter, sim, que abrir o processo de *impeachment* contra o Presidente Jair Bolsonaro. Os crimes são muitos! E eu diria que este crime da ABIN é terrível: utilizar o aparato do Estado para proteger o filho dele, a família dele, produzindo documentos que o livrem de uma investigação da própria Justiça brasileira. Esse crime é terrível! É um crime passível de *impeachment* imediato!

Nós - a Deputada Natália Bonavides, o Deputado Paulo Pimenta e eu - estamos dando entrada a esse pedido de *impeachment*. Creio que

vários Deputados assinarão o nosso pedido.

Muito obrigado.

Documento 338/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 134.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020- CD | 13:40 |
| Publ.: DCD - 19/12/2020 - ARNALDO JARDIM-CIDADANIA -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Apelo aos Líderes partidários por aprovação de requerimento de apreciação em regime de urgência do conjunto de projetos de lei, a respeito da prorrogação do prazo de execução de recursos preconizados na Lei nº 14.017, de 2020, (a chamada Lei Aldir Blanc), acerca das ações emergenciais do setor cultural, adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020.

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Estou vendo que está entre nós a Deputada Jandira Feghali, que fez um belo pronunciamento.

Há vários projetos que nesta Casa tramitam para estender o prazo da chamada Lei Aldir Blanc, que nós produzimos para auxiliar a área da cultura, Sr. Presidente. V.Exa. mesmo mencionou isso em seu pronunciamento. Mas temos tido uma dificuldade, porque a regulamentação acabou demorando. Os Municípios não estão conseguindo fazer os projetos a tempo. Prazos estão se escoando.

Em relação a todos esses projetos que propõem a extensão do prazo da Lei Aldir Blanc, estou encaminhando agora - considere um que é de autoria do Deputado Pedro Cunha Lima - uma solicitação de urgência, para que possamos analisar em conjunto esses projetos e estender a validade da Lei Aldir Blanc, a fim de que ela efetivamente produza resultados, chegue aos Municípios e aos Estados, atendendo à área da cultura.

Queria pedir o apoio dos Líderes a esse requerimento de urgência, para que possamos unificar esses projetos e deliberar rapidamente sobre eles, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

134.2020

Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020-
CD 13:44

Publ.: DCD - 19/12/2020 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Necessidade de prorrogação do prazo de execução de recursos preconizados na Lei nº 14.017, de 2020, (Lei Aldir Blanc), sobre as ações emergenciais para o setor cultural, adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Vou falar rapidamente.

Deputado Arnaldo Jardim, eu estava aqui pensando em como abordar o tema. Quero lhe agradecer muito por ter feito esse pronunciamento.

Digo, até prestando contas aqui, que temos acompanhado diuturnamente a execução da Lei Aldir Blanc. Desde maio, tenho acompanhado o tema, tenho me reunido com os Estados, com as cidades, com os fóruns.

O estabelecimento desse recurso de 3 bilhões de reais, resultado de grande parceria da sociedade com este Parlamento, foi um grande feito do Parlamento brasileiro. Houve a adesão de 100% dos Estados e de quase 80% dos Municípios. Isso é histórico na cultura brasileira.

A Câmara Federal aprovou o projeto em 19 dias, e o Senado levou mais 1 semana para fazer isso. Nós aprovamos a lei. O Governo, no entanto, sancionou a lei no último dia, levou 2 meses para regulamentá-la e dividiu em três etapas a liberação e a transferência dos recursos pela Plataforma +Brasil.

A última transferência foi feita em 27 de outubro. Os Municípios têm prazo de 60 dias para executar a lei. Se não fizerem a execução, isso vai para os Estados, os Estados receberão esse recurso no dia 27 de dezembro. Portanto, principalmente no caso das linhas de fomento, não terão tempo de fazer a execução. Se não executarem os recursos, terão que os devolver à União. Nós ainda estamos em período de pandemia. A cultura não vai conseguir funcionar neste momento. A prorrogação, portanto, é decisiva, para que os recursos não voltem.

Também há as burocracias locais. As procuradorias locais, dos Municípios e dos Estados, colocam ainda muitos obstáculos ao

cumprimento da lei. Os Municípios médios e os menores e mesmo alguns Estados também colocaram mais problemas ao cumprimento da lei, exigindo CND, exigindo certidão de adimplência, uma série de questões relativas a vários incisos da lei. Então, é fundamental a prorrogação.

Não sei se dará tempo de votar o projeto de lei na Câmara e no Senado. O PL 4.078/20, em relação ao qual conseguimos a assinatura das urgências, já tinha sido votado no Senado, mas, como mexe com outras áreas, parece que o Governo teve dificuldade de deixar que fosse aprovado.

Eu conversei ontem com o Presidente Rodrigo Maia, e já tinha conversado com o Deputado Arthur Lira e outros Líderes sobre a possibilidade de edição de medida provisória, que só prorrogaria a execução. Não estamos aumentando 1 centavo, precisamos apenas prorrogar a execução para 2021. O dinheiro é o mesmo que já foi transferido.

Qualquer saída emergencial que encontrarmos é fundamental para que essa lei possa chegar ao real beneficiário, que é o fazedor de cultura lá na ponta. O que não pode acontecer é a devolução do recurso que já está nos Estados e nos Municípios.

Documento 340/513

| | | |
|---|--|------------------------|
| 134.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020- CD 13:48 | |
| Publ.: DCD - 19/12/2020 - MARCELO FREIXO-PSOL -RJ | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Equívoco da não votação pela Casa da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Defesa de manutenção do auxílio emergencial de 600 reais, concedido a trabalhadores e famílias carentes diante da crise gerada pela epidemia de coronavírus.

O SR. MARCELO FREIXO (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero dizer da importância sobre o debate relativo à MP 1.000, que diz respeito ao auxílio emergencial. Nós precisamos lembrar, em relação a esse auxílio, que o acéfalo que ocupa atualmente a Presidência da República, alguém que vive de mentiras e de produção de ódio, que tem um projeto de País baseado



nisso - daí o que fez com V.Exa. e com tantos outros -, queria estabelecer um auxílio de 200 reais. Foi esta Casa que aprovou o de 600 reais. Nós precisamos nos lembrar disso.

Eu só acho um erro grave não votarmos a MP 1.000, porque o problema não está resolvido. Esse auxílio, aprovado por esta Casa, tirou mais de 5 milhões de crianças da pobreza extrema; evitou que 28% dos moradores das cidades, das regiões metropolitanas ficassem na pobreza. Nós chegamos a 14% de desemprego. Essas coisas não estão resolvidas!

Presidente, nós nos preocupamos com a economia, e a economia tem que se preocupar com a vida dos brasileiros. Daí a importância de se manter o auxílio em 600 reais. Deveríamos votar isso, que é uma prioridade, é algo fundamental, e não ser pautados por esse acéfalo que hoje ocupa a Presidência da República e que, em breve, sem dúvida alguma será responsabilizado pelos crimes que cometeu.

Documento 341/513

134.2020

Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020-
CD 13:48

Publ.: DCD - 19/12/2020 - KIM KATAGUIRI-DEM -SP

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Natureza leviana da atribuição ao Congresso Nacional, pelo Presidente Jair Bolsonaro, da responsabilidade pela não votação de medidas provisórias. Elevados gastos do Presidente da República com o cartão corporativo. Votação pelos partidos da Esquerda de proposição de interesse do Governo Federal. Inconsistência do discurso governamental sobre a rejeição, pelo Congresso Nacional, de propostas de privatização de empresas estatais. Desidratação da proposta de reforma previdenciária, pelo Presidente da República, para atendimento a pleitos de sua própria base. Posicionamento dos Deputados da base governista, contrário à retomada dos trabalhos da Comissão Especial destinada ao exame da Proposta de Emenda à Constituição nº 199, de 2019, sobre a alteração dos arts. 102 e 105 da Carta Magna, com vista à transformação dos recursos extraordinário e especial em ações revisionais de competência originária do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça (prisão de condenados em segunda instância). Leviandade da avocação, pelo Presidente da República, da responsabilidade pela criação do auxílio pecuniário emergencial. Apoio do orador ao sistema parlamentarista de governo. Perplexidade ante a declaração do Presidente Jair Bolsonaro, favorável à assunção de pasta ministerial pelo Presidente do Senado Federal, Senador Davi Alcolumbre. Fracasso dos candidatos apoiados por Jair Bolsonaro nas eleições da Câmara Municipal de São Paulo, Estado de São

Paulo. Envolvimento do Presidente da República e seu filho na formação de quadrilha e em atos de corrupção.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu subo a esta tribuna hoje para falar sobre a mentira e a canalhice de Jair Bolsonaro ao dizer que, pela inércia do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, não se aprova medida provisória, que as medidas provisórias caducam.

A Medida Provisória nº 1.000 hoje é só um exemplo, Presidente, de como o Governo tem maioria na Câmara para aprovar suas medidas provisórias ou para retirá-las de pauta, como retirou a Medida Provisória nº 1.000. E não é a primeira vez. Eu trabalhei durante meses junto com o Governo em relação à Medida Provisória nº 905, sobre o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, pela sua aprovação. Nós a aprovamos no plenário da Câmara dos Deputados, e o Governo escolheu fazer a medida provisória caducar. Isso aconteceu também com várias outras medidas provisórias.

O Governo diz que não tem fonte de financiamento para o décimo terceiro do Bolsa Família, tão propagandeado pela militância bolsonarista, que mente ao dizer que é pelo Congresso Nacional que não é aprovado, mas o atual Presidente da República, Jair Bolsonaro, é o que mais gasta com cartão corporativo, considerada a história da Nova República. Ele bateu o recorde de Dilma e o recorde de Michel Temer. São 700 mil reais por mês de gastos com o cartão corporativo, mais do que gastou qualquer outro Presidente da República, e ele se nega a tratar do décimo terceiro relativo ao Bolsa Família.

Não existe também a desculpa de que a Oposição estaria obstruindo e atrapalhando os trabalhos. Já vencemos várias vezes a obstrução da Oposição neste plenário, Sr. Presidente. E, neste exato momento, estamos tendo o exemplo da própria Oposição, que está votando um projeto que é bom para o Governo, um projeto sobre desvinculação de fundos, liberação de mais de 100 bilhões de reais para que o Governo os gaste como bem entender, relativamente à pandemia, na saúde e na educação.

O Governo não tem a desculpa de que não tem maioria no Congresso Nacional, não tem a desculpa de que é o Congresso Nacional que está barrando as suas pautas, porque é o próprio Governo que barra as suas pautas e faz com que as suas medidas provisórias caduquem.

Muitas vezes, quando critico o Ministro Paulo Guedes, Presidente, a militância bolsonarista vem dizer que para mim é fácil reclamar e alega que é o Congresso Nacional que barra as privatizações. Mas a



privatização da EBC, que Bolsonaro prometeu, não necessita de aprovação do Congresso Nacional. A privatização da Valec não necessita de aprovação do Congresso Nacional, basta um decreto para que seja incluída no Programa Nacional de Desestatização, intensificado no Governo Fernando Henrique.

Dezenas e dezenas de empresas estatais não precisam da aprovação do Congresso Nacional! Quanto à privatização dos Correios, da PETROBRAS, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, Bolsonaro já falou contra todas elas e não enviou a proposta ao Congresso Nacional. Eu, que sou favorável à privatização desses bancos públicos, não poderia propor um projeto para privatização desses bancos. Isso necessita de uma proposta do Governo, e o Governo não a mandou. **"Ah, o Governo não aprova reformas porque o Congresso barra as reformas". Como o Congresso barra as reformas?**

Paulo Guedes disse em 2019: **"Vou enviar a reforma tributária na semana que vem"**. Essa "semana que vem" já dura mais de 1 ano. **Um terço da reforma foi enviado**. E, sempre que ele faz menção aos outros dois terços da reforma, ele fala em aumento de tributo, em tributação de Pix, em imposto, diz que o Brasil vai surpreender o mundo. Realmente isto é surpreendente: acabou de ser adotada essa tecnologia, e ele já quer taxá-la. Nenhum outro país do mundo está taxando essa tecnologia.

Quanto à reforma previdenciária, Sr. Presidente, V.Exa. sabe mais do que qualquer um nesta Casa que esse debate foi iniciado no Governo Temer e que foi conduzido e aprovado pelo Parlamento, apesar do Presidente Jair Bolsonaro e apesar do Ministério da Economia! A única vez em que o Presidente Jair Bolsonaro me pediu pessoalmente voto a respeito da reforma previdenciária foi para se aprovar o destaque sobre retirada dos policiais federais da reforma. **A única vez em que o Presidente da República veio até este Parlamento para falar de reforma foi para desidratar a reforma do próprio Governo, para atender a sua própria base.**

No que se refere à proposta sobre prisão em segunda instância, por que o Congresso Nacional não vota e não aprova essa proposta? Os próprios Deputados da base do Governo estão operando dentro da Comissão Especial para que os trabalhos dessa Comissão não sejam reiniciados, a fim de que não ocorra a votação da proposta sobre prisão em segunda instância! Os próprios Deputados do PP, do PL estão atuando, operando dentro dessa Comissão, da qual eu faço parte, para que a proposta sobre prisão em segunda instância não seja pautada e não seja votada.

A respeito do auxílio emergencial, Bolsonaro adora dizer que é o

grande autor, que é o grande pai, mas não mandou sequer projeto para o Congresso Nacional! Havia no Congresso Nacional um projeto que o Governo apoiava, sobre auxílio de 200 reais. O próprio Governo não mandou projeto nenhum. Nós aumentamos o valor do auxílio e garantimos que fosse pago.

Querendo ou não, somos um país presidencialista. Pessoalmente, sou parlamentarista. Acho que deveríamos ter um Primeiro-Ministro. Eu acho que o Presidente da República deveria ter função equivalente à do Itamaraty, acho que ele deveria ser apenas Chefe de Estado. Mas estamos num país presidencialista.

O Presidente que lidera, o Presidente que pauta as reformas do País, o Presidente que guia e dá o tom das reformas ou não reformas do País. **E o Presidente da República, aliás, como já deixou bem claro no discurso da CEAGESP, não tem o menor interesse de pautar qualquer tipo de reforma ou privatização.** Ainda diz - e eu já escutei muito isso, Sr. Presidente: "*Ah, mas o que está barrando tudo é o DEM, é o Centrão, são os partidos que estão lá querendo só fisiologismo*". E o Bolsonaro é uma vítima das Presidências da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional.

O Presidente da República disse esta semana que o Presidente Davi Alcolumbre assume o Ministério que ele quiser. Espera aí. Não eram grandes inimigos? O Presidente da República não era vítima? Como agora o Presidente do Senado vai virar Ministro? Sempre fez enfrentamento ao Supremo Tribunal Federal, agora disse que, se estivesse no lugar do Ministro Kassio Nunes, votaria a favor do Lula, da mesma maneira que o Ministro, que ele acabou de indicar, votou. Olhem só que coincidência!

Mais do que isso, para finalizar, Sr. Presidente, durante os últimos meses fui obrigado a escutar de militância bolsonarista que seria o fim do Movimento Brasil Livre, que seria o fim de todos aqueles da Direita traidora que se colocaram contra o Presidente Jair Bolsonaro. Mas o que vimos na eleição de 2020 foi o MBL aumentando na cidade de São Paulo o número de Vereadores, de um para três, e os bolsonaristas não elegendo ninguém. Ninguém, Sr. Presidente, na cidade de São Paulo! Zero indicado pelo Presidente da República.

O Presidente só faz alianças, não para aprovar qualquer reforma ou privatização, mas para proteger o filho quadrilheiro, corrupto e vagabundo. E quero que fique registrado que não só o filho, mas o Presidente da República são quadrilheiros, corruptos e vagabundos! **Atenção, Ministro da Justiça, eu desafio V.Exa., estou cometendo agora um crime contra a honra do Presidente da República. Que fique registrado nos Anais da Casa: vagabundo, corrupto e quadrilheiro! Se tiver coragem me processe, que vamos**

discutir o mérito de cada uma dessas três acusações que eu faço ao Presidente da República e ao filho do Presidente da República no tribunal.

Obrigado, Presidente.

Documento 342/513

| | | |
|---|--|------------------------|
| 134.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020- CD | 14:00 |
| Publ.: DCD - 19/12/2020 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Descontentamento com a retirada de pauta da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Pedido à Presidência de informações sobre as matérias constantes na pauta.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu só quero uma informação. Primeiramente, quero lamentar a retirada de pauta da MP 1.000.

Mas independentemente do meu lamento, quero saber exatamente o que vai entrar na pauta, porque está confuso. Entraram os acordos internacionais, parece-me, e queria saber exatamente o que ficou na pauta. Estou preocupada com a medida provisória da vacina, a MP 1.003, preocupada com o projeto da bancada da educação sobre a conectividade, estou preocupada com algumas pautas. E quero saber exatamente o que ficou na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Kim Kataguirí. DEM - SP) - Perfeito. A orientação que recebi para conduzir a pauta é a seguinte: os acordos internacionais, que já estavam previstos, o projeto da Deputada Tabata Amaral sobre conectividade e a Medida Provisória nº 1.003, sobre vacina. Essa é a Ordem do Dia.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Obrigada.

Documento 343/513

| | | |
|----------|--|-------|
| 134.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020- CD | 15:08 |
|----------|--|-------|

Sumário

Desigualdades regionais brasileiras quanto ao acesso aos meios digitais. Elevado número de estudantes desconectados da Internet durante o fechamento das escolas. Elogio ao professorado brasileiro pelo empenho na manutenção do vínculo entre a escola e o aluno durante a epidemia de coronavírus. Relevância do Projeto de Lei nº 3.477, de 2020, sobre a garantia de acesso à Internet, com fins educacionais, aos alunos e professores da educação básica pública. Congratulações à Deputada Tabata Amaral, Relatora a matéria, e a outros Parlamentares envolvidos na construção da propositura.

O SR. IDILVAN ALENCAR (PDT - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, a PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE, mostra que o Brasil é um país desigual não só quanto a distribuição de renda, mas também quanto a acesso aos meios digitais.

Só para terem uma ideia, Brasília tem conexão para 97% das pessoas, e a zona rural do Nordeste, só para 35% das pessoas.

Nós estamos com escolas fechadas há 8 meses. Recentemente, nós tivemos a PNAD COVID-19, que mostrou que 6 milhões de jovens não tiveram acesso a nenhum conteúdo nesse período. Isso é muito grave. Eu tenho alertado que esses são os efeitos invisíveis da pandemia - invisíveis para alguns, não para nós que estamos na educação. Nós lamentamos e contamos os mortos, estamos vendo o aumento do desemprego, estamos vendo empresas fechando, e, em relação à educação, parece que está tudo bem, mas não está.

Aproveito a oportunidade, neste fim de ano, para elogiar os professores, que fizeram um esforço sobre-humano para, do dia para a noite, manter esse vínculo entre escola e aluno, gravando vídeo, dando aula, indo de casa em casa para entregar material. Isso foi feito sem preparação, sem formação, da noite para o dia.

Este projeto é importantíssimo. Ter conexão, como disse a Deputada Tabata Amaral, significa ter acesso à educação. Isso tem que ter uma relevância igual à energia na escola, à água, à merenda escolar. Isso é fundante. Isso é importante demais para as pessoas. As escolas já deveriam ter conexão. Eu concordo com o Deputado Tiago: devem ter mesmo! Deve ser assim em Minas Gerais, no Ceará.

Portanto, quero ressaltar o quanto isso é relevante.

Em 2021, as coisas não serão fáceis, porque existe um passivo. Nós perdemos muito neste ano. Como faremos para recuperar isso? Nós temos a ideia de um pacto de aprendizagem, uma proposta para que as pessoas possam ter uma carga horária presencial e outra a distância. Por isso, ressalto a importância do projeto.

Aqui no Estado do Ceará, o Governador Camilo já comprou *chip* para todos os estudantes da rede estadual. Falta comprar para os Municípios.

Não era esse o texto que nós queríamos. Nós queríamos muito mais recursos, queríamos 20 bilhões de reais. Com 3,5 bilhões de reais, não conseguimos atender grande parte.

Eu aproveito a oportunidade para cumprimentar fortemente a Deputada Tabata, que foi pragmática, que lutou muito. Como diz o meu assessor Rogério, ela literalmente botou o projeto embaixo do braço e saiu para discutir com diversos segmentos, com o Governo. A Deputada Tabata está de parabéns pelo esforço para aprovar este projeto, que é coletivo. Eu sou o Autor deste projeto, mas há pessoas importantes trabalhando comigo: a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, a Deputada Professora Rosa Neide, o Deputado Danilo Cabral, o Deputado Pedro Cunha Lima. Muitos Deputados construíram este projeto com a Deputada Tabata. Por isso, eu o julgo muito importante. Para o Brasil, isso é essencial.

Eu fico muito feliz com o Parlamento, que, depois de ter demonstrado ontem a importância do FUNDEB, hoje trata da conexão. Eu queria agradecer o apoio de Parlamentares como a Deputada Tabata, a Deputada Professora Dorinha, enfim, de todos os que fazem parte da bancada da educação, que é pequena, mas muito aguerrida.

Encerrar o ano de 2020 com essa vitória é importante, mas não vamos deixar de lutar por mais recursos para a conexão. Nós aprovamos o projeto com todo o empenho e todo o apoio, mas queremos mais recursos.

Obrigado, Presidente, pela oportunidade de falar.

Documento 344/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 134.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020- CD | 15:12 |
| Publ.: DCD - 19/12/2020 - ERIKA KOKAY-PT -DF | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Importância do acesso de alunato brasileiro aos serviços da Internet. Defesa de prorrogação do prazo de execução de recursos preconizados na Lei nº 14.017, de 2020, (Lei Aldir Blanc), sobre as ações emergenciais para o setor cultural, adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, o projeto atende o que está previsto na nossa Constituição. O art. 206 da Constituição estabelece como princípio a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, bem como a garantia de um padrão de qualidade.

Lembro-me de uma experiência num instituto federal numa região aqui do Distrito Federal. Ali nós vimos como foi importante a construção do acesso a jogos digitais, do acesso a jogos analógicos, do acesso ao mundo digital, do acesso à Internet. É um meio, não é um fim em si mesmo. É um meio para que você possa ampliar sobremaneira o conhecimento, alargar as fronteiras e possibilitar uma verdadeira inclusão. Neste período de pandemia, é muito mais evidente essa necessidade. O acesso à escola passa pelo acesso à Internet, em grande medida, e pela dedicação imensa de professores e professoras, que têm feito um trabalho na perspectiva de não tirar o aluno de dentro do universo da sala de aula.

Por fim, quero dizer que faço minhas tanto as palavras do Deputado Arnaldo Jardim quanto as palavras da Deputada Jandira Feghali. Precisamos fazer um esforço para que tenhamos a prorrogação do prazo para a Lei Aldir Blanc se tornar realidade em todos os cantos deste País. Da forma como está, é como o mito de Sísifo: nós carregamos a pedra ao topo da montanha, e a pedra volta montanha abaixo. É como o mito de Sísifo o trabalho feito por este Parlamento para aprovar a Lei Aldir Blanc, fundamental para acionar a cadeia da economia produtiva, fundamental para dar condições de sobrevivência a um dos setores mais afetados pela própria pandemia. E ela não vai chegar aonde poderia, pela exiguidade do tempo, em grande medida provocada pelo atraso do próprio Governo em todas as ações necessárias para a sua efetivação.

Acho que este Parlamento precisa ter as condições para ampliarmos o prazo da Lei Aldir Blanc, a fim de que esses recursos não sejam devolvidos para a União.

Sumário

Emissão de parecer à Medida Provisória nº 1.003, de 2020, acerca da adesão ao Poder Executivo Federal ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility, e do estabelecimento de diretrizes para a imunização da população brasileira; e às Emendas de nºs 1 a 20 apresentadas conforme o caput do art. 3º do Ato Conjunto nº 1, de 2020, editado pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

O SR. GENINHO ZULIANI (DEM - SP. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, se V.Exa. me permite, vou diretamente ao voto.

Primeiro, eu gostaria de agradecer, mais uma vez, ao Presidente desta Casa, Deputado Rodrigo Maia, e ao meu partido a indicação para relatar, no dia de hoje, uma matéria muito importante, urgente e necessária para o nosso País.

Esta medida provisória foi editada há 90 dias. Havia uma expectativa do Governo com a edição desta medida provisória. Há hoje uma expectativa dos brasileiros com relação à evolução da vacina no mundo, com relação à segurança que ela trouxe cientificamente, em vários cantos do nosso Brasil e do mundo. Hoje os brasileiros estão assistindo ao mundo se vacinar, principalmente os países mais desenvolvidos, os países que tiveram a coragem de fazer suas encomendas com rapidez. É fundamental que esta medida provisória seja aprovada no dia de hoje, para que nós possamos encaminhá-la para o Senado com o tempo necessário para sua aprovação.

Eu queria, Presidente, fazer a leitura do voto.

"II.3 - Conclusão Do Voto

Ante o exposto, pela Comissão Mista, votamos:

- a) pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.003, de 2020;
- b) pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.003, de 2020, e das emendas apresentadas perante a Comissão Mista;
- c) pela adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº

1.003, de 2020, e, quanto às emendas apresentadas perante a Comissão Mista:

c.1) pela não implicação sobre as despesas ou receitas públicas das Emendas nºs 3, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 13, 15, 16, 17 e 18;

c.2) pela inadequação orçamentária e financeira das Emendas nºs 1, 2, 6, 7, 12, 14, 19 e 20.

d) no mérito:

d.1) pela aprovação da Medida Provisória nº 1.003, de 2020, e das Emendas nºs 5, 15 e 16, acolhidas parcialmente ou integralmente, na forma do Projeto de Lei de Conversão em anexo; e

d.2) pela rejeição das demais Emendas apresentadas."

Presidente, antes de encerrar, eu quero agradecer o diálogo com o Governo, com a Oposição, com os Líderes partidários. Grande parte das emendas foi acatada na totalidade ou parcialmente.

Houve muitos compromissos de retirada de destaque. Eu quero fazer um apelo aos Líderes partidários, pois ainda há dez destaques e, pelas nossas contas, sobrariam apenas quatro destaques. Então, eu peço aos Líderes que fizeram acordo com o Relator que, via sistema, retirem as emendas, para que possamos ter uma discussão mais breve e célere.

Espero que possamos votar a medida provisória hoje e enviá-la para o Senado o quanto antes, a fim de darmos um encaminhamento à vacina brasileira.

Muito obrigado, Presidente, pela oportunidade.

Documento 346/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 134.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020- CD | 15:24 |
| Publ.: DCD - 19/12/2020 - GIOVANI CHERINI-PL -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Apoio do PL ao parecer oferecido pelo Deputado Geninho Zuliani à Medida Provisória nº 1.003, de 2020, acerca da adesão do Poder Executivo Federal ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility, e do estabelecimento de diretrizes para a imunização da população brasileira.

Pedido ao Relator Geninho Zuliani de acatamento de sugestões do orador.

O SR. GIOVANI CHERINI (Bloco/PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Em nome do Partido Liberal, eu gostaria de parabenizar o Deputado Geninho Zuliani.

Eu acompanhei atentamente este assunto, até porque sou da área da saúde também, e acredito que o nosso Relator foi muito sensato, na medida em que colocou no relatório a não obrigatoriedade da vacina. Se a vacina é boa, não é preciso obrigar as pessoas a fazerem a vacinação - eu sempre disse isso. Todo o mundo vai fazer a vacinação se a vacina for boa.

Outro ponto diz respeito à ANVISA. Tem que ser dada liberdade para o órgão técnico da ciência decidir, com responsabilidade, qual vacina será utilizada ou quais vacinas serão utilizadas.

Eu gostaria que o Relator reforçasse essas nossas colocações.

Também destaco a possibilidade de o Governo administrar toda a vacinação através do Ministério da Saúde.

Parabéns, Deputado Geninho, pelo belo trabalho, pelo belo relatório! O Partido Liberal está contigo na aprovação desta medida provisória.

Documento 347/513

| | | |
|--|--|------------|
| 134.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020- CD | 15:24 |
| Publ.: DCD - 19/12/2020 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA | | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Pedido à Presidência de inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 2.442, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.979, de 2020, a respeito do pedido médico para realização de exames pré-natal; e do Projeto de Lei nº 3.842, de 2019, acerca da tipificação criminal da conduta de pais ou responsáveis, de omissão ou de contraposição à vacinação de crianças ou adolescentes.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Quanto à sugestão de acordo, nós concordamos plenamente e parabenizamos o Deputado Geninho Zuliani e todos os envolvidos nesse debate na Comissão Externa.

Além disso, Sr. Presidente, eu queria colocar dois projetos no seu radar, para que, durante a discussão, V.Exa. pudesse consultar o próprio Presidente da Casa acerca da possibilidade de incluí-los na pauta: o Projeto de Lei nº 2.442, de 2020, que trata de pedidos médicos para a realização de pré-natal durante a pandemia - é muito interessante e simples e está pronto para ser votado - e o Projeto de Lei nº 3.842, de 2019, que trata da punição por propaganda contra a vacinação.

O SR. PRESIDENTE (Marcel Van Hattem. NOVO - RS) - Levarei ao conhecimento do Presidente da Casa, e o Presidente tomará a decisão, obviamente, que lhe soar mais oportuna.

Muito obrigado por participar do acordo.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) - Agradeço.

Documento 348/513

| | |
|---|--|
| 134.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020- CD 15:28 |
| Publ.: DCD - 19/12/2020 - GENINHO ZULIANI-DEM -SP | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA PARECER DISCURSO |

Sumário

Emissão de parecer às Emendas de Plenário de nºs 1 a 41, apresentadas à Medida Provisória nº 1.003, de 2020, acerca da adesão do Poder Executivo Federal ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility, e do estabelecimento de diretrizes para a imunização da população brasileira.

O SR. GENINHO ZULIANI (DEM - SP. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, mais uma vez obrigado pela oportunidade...

O SR. VINICIUS CARVALHO (REPUBLICANOS - SP) - Desculpe-me, Deputado Geninho.

Presidente Marcel, V.Exa. pode me mandar uma mensagem pelo WhatsApp, por gentileza, porque eu preciso passar a V.Exa. uma mensagem.

Obrigado, Deputado Geninho.

O SR. PRESIDENTE (Marcel van Hattem. NOVO - RS) - Sem dúvida,

Deputado.

Deputado Geninho Zuliani, tem V.Exa. a palavra.

O SR. GENINHO ZULIANI (DEM - SP) - Sr. Presidente, antes de começar a leitura, quero destacar aqui os Deputados que tiveram suas emendas acatadas parcialmente ou na sua totalidade: o Deputado Enio Verri, do PT; o Deputado Alexandre Frota; a Deputada Sâmia Bomfim; a Deputada Tabata Amaral; o Deputado Wolney Queiroz; o Deputado João Roma; o Deputado Carlos Sampaio; a Deputada Carmen Zanotto; e o Deputado Evair Vieira de Melo.

Quero pedir mais uma vez a esses Deputados, a seus Líderes, a retirada dos destaques, conforme o combinado.

"II - Voto do Relator

A despeito das boas intenções de todos os meus colegas que apresentaram diversas sugestões, após amplo diálogo com os Líderes partidários, com o debate exaustivo das emendas apresentadas e do próprio PLV, decidimos acolher várias das emendas apresentadas em Plenário, parcial ou integralmente", dos Deputados citados anteriormente.

"Ante o exposto, pela Comissão Mista, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e pela adequação financeira e orçamentária de todas as emendas de Plenário com apoio regimental apresentadas e; no mérito, pelo acolhimento parcial das Emendas de Plenário nº 8, 19 e 35; e pelo acolhimento integral das Emendas de Plenário nº 7, 9, 13, 15, 16, 23, 31, 33 e 40, na forma da subemenda substitutiva global ao PLV em anexo e, por consequência, pela rejeição das demais."

Documento 349/513

| | | |
|--|--|------------|
| 134.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020- CD | 15:36 |
| Publ.: DCD - 19/12/2020 - ALEXANDRE PADILHA-PT -SP | | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Importância de aprovação da Medida Provisória nº 1.003, de 2020, acerca da adesão do Poder Executivo Federal ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility, e do estabelecimento de diretrizes para a imunização da população brasileira.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero saudar o Relator.

Este é um momento grandioso do Congresso Nacional, da nossa Câmara dos Deputados, pela pressão da sociedade, pela pressão dos especialistas, pelo próprio histórico do Brasil, que, em 2009, 2010, foi o País que mais vacinou pelo sistema público, no combate à pandemia H1N1.

O Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados, na construção do relatório, discutido com o Executivo Federal, avança na proposta inicial e garante, aprovada esta MP, que o plano de vacinação atenda a toda a população. Atenderá, primeiro, os mais vulneráveis, os que mais precisam, mas terá o compromisso de atender a toda a população.

Se quisermos salvar vidas, precisamos de vacina para todos. Se quisermos recuperar a economia, precisamos de vacina para todos. Se quisermos voltar às aulas, precisamos de vacina para todos. É vacina para todos a coisa mais importante do Brasil hoje!

Documento 350/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 134.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020- CD | 15:40 |
| Publ.: DCD - 19/12/2020 - JOAQUIM PASSARINHO-PSD -PA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Registro de voto dos Deputados Otto Alencar e Fábio Trad. Importância de aprovação da Medida Provisória nº 1.003, de 2020, acerca da adesão do Poder Executivo Federal ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility, e do estabelecimento de diretrizes para a imunização da população brasileira.

O SR. JOAQUIM PASSARINHO (Bloco/PSD - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, parabéns pela condução dos trabalhos!

Queria, inicialmente, pedir a V.Exa. que justificasse o voto do Deputado Otto Alencar e o do Deputado Fábio Trad no processo de votação do PLP 137/20. Eles perderam uma das votações dos destaques.

E quero, Presidente, parabenizar o Governo, parabenizar a Liderança do Governo na Casa, que negociou com o Relator. Quero parabenizar

o Relator. Falam muito que o Governo é contra a vacina. Mas lembro que esta é uma medida provisória - se é medida provisória, foi editada pelo Governo - para falar de vacina. E a Câmara faz o seu papel de melhorar o texto, organizá-lo, para que tenhamos uma legislação mais efetiva.

Parabéns à Casa, que trabalha! Parabéns à Liderança do Governo, que negociou com o Relator! Hoje, nós temos um texto para ser votado. Parabéns a todos! Vamos atrás desta vacina!

Documento 351/513

| | | |
|---|--|------------------------|
| 134.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020- CD 16:04 | |
| Publ.: DCD - 19/12/2020 - GENINHO ZULIANI-DEM -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Acatamento da Emenda de Plenário nº 4, de autoria da Deputada Carmen Zanotto, e da sugestão do Deputado Alexandre Padilha para inclusão de agência reguladora argentina no texto da Medida Provisória nº 1.003, de 2020, acerca da adesão do Poder Executivo Federal ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility, e do estabelecimento de diretrizes para a imunização da população brasileira.

O SR. GENINHO ZULIANI (DEM - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Não, é sobre o relatório em geral.

Nós acatamos uma emenda da Deputada Carmen Zanotto, a Emenda nº 41, para incluir as pessoas com deficiência - esse é um pedido da bancada -, e também aceitamos uma sugestão do Deputado Alexandre Padilha, do PT, para incluir a agência reguladora argentina no texto.

Documento 352/513

| | | |
|---|--|------------------------|
| 134.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020- CD 16:24 | |
| Publ.: DCD - 19/12/2020 - GENINHO ZULIANI-DEM -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Pedido ao Presidente em exercício dos trabalhos, Deputado Marcel Van Hattem, de consulta à Deputada Mariana sobre a possibilidade de retirada dos

Requerimentos de Destaques de nºs 13 e 14, apresentados à Medida Provisória nº 1.003, de 2020, acerca da adesão do Poder Executivo Federal ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility, e do estabelecimento de diretrizes para a imunização da população brasileira.

O SR. GENINHO ZULIANI (DEM - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu estava ao telefone com o Deputado Carlos Sampaio, que é o autor das emendas que se transformaram nos dois destaques. Em uma das emendas do Deputado Carlos Sampaio, um projeto de lei que ele construiu e debateu e nós acolhemos na forma parcial, não nas 72 horas, não nos 10 dias, como a ANVISA queria, mas fizemos um bom acordo com o Governo e a ANVISA em 5 dias, para as vacinas emergenciais que venham aprovadas de fora, porque a ANVISA nos disse que, em 72 horas, não consegue analisar as emergenciais - as registradas, sim, porque vêm com as três fases de fora. Então, foi um bom acordo. O Deputado Carlão ficou sabendo do acordo agora, do acolhimento parcial.

Em virtude disso, Presidente Marcel, peço a V.Exa. que consulte a nossa Líder do PSDB, a Deputada Mariana, que está acompanhando a sessão, sobre ela retirar os Destaques nºs 13 e 14, do PSDB, de acordo com o autor do projeto que foi parcialmente acolhido, o Deputado Carlos Sampaio.

Documento 353/513

| | | |
|---|--|------------------------|
| 134.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020- CD | 16:24 |
| Publ.: DCD - 19/12/2020 - MARIANA CARVALHO-PSDB -RO | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Agradecimento ao Deputado Carlos Sampaio pela autorização da retirada de emendas oferecidas à Medida Provisória nº 1.003, de 2020, acerca da adesão do Poder Executivo Federal ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility, e do estabelecimento de diretrizes para a imunização da população brasileira.

A SRA. MARIANA CARVALHO (PSDB - RO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - É claro!

Presidente, quero aqui agradecer ao Deputado Geninho e também ao Deputado Carlos Sampaio, que é o autor dessas emendas de extrema importância. Inclusive, apresentou um projeto de lei. Quero agradecer-

Ihe pelo seu empenho também nesse assunto.

Inclusive, através da Comissão de Combate ao Coronavírus, presidida pelo Deputado Luizinho e relatada pela Deputada Carmen Zanotto - e vários Deputados que estão acompanhando esta sessão fazem parte dessa Comissão -, conseguimos também a aprovação e a sanção, no caso das 72 horas, e também o reconhecimento de que, se uma vacina for aprovada por alguma agência reguladora de outro país reconhecido, teremos a oportunidade de, nessas 72 horas, também ter essa aprovação aqui no Brasil.

Então, por isso, quero deixar esse reconhecimento ao Deputado Carlos Sampaio, ao nosso querido Deputado Geninho, Relator, e a todos da Comissão pelo trabalho e agradecer ao Deputado Carlos Sampaio por autorizar a retirada dessas duas emendas. Vamos ter a oportunidade de debatê-las em outros projetos também.

Sabemos da importância e queremos que a vacina chegue o mais rápido, com segurança e eficácia e que possamos ter uma ampla cobertura vacinal para salvar vidas em todo o nosso País, independente de onde essas vacinas estejam, mas, sim, com muita segurança, ainda mais em um País como o nosso, onde temos instituições tão importantes, realmente seguras e responsáveis já por um grande número de vacinas distribuídas a todos os nossos Municípios.

Documento 354/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 134.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020- CD | 16:36 |
| Publ.: DCD - 19/12/2020 - FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Repúdio ao posicionamento do Presidente Jair Bolsonaro, contrário à vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente Kim, eu acho que, justamente para garantir a celeridade da vacinação, darmos preferência aos institutos de pesquisa que estão fazendo pesquisas no Brasil, a cientistas de renome no Butantan e na FIOCRUZ, é fundamental.

Eu acho que, neste momento, nós enfrentamos dois vírus: a pandemia, que vitimou 183 mil vidas no Brasil, e o vírus da estupidez,

que é propagado pelo Presidente Bolsonaro. Ele disse, ontem, que lamenta que não poderia vacinar todo mundo. Junto com o seu gabinete do ódio e sua família de bandidos, e junto com os "bolsominions", tem feito propaganda contra a vacinação e a vacina CoronaVac!

Portanto, não me espanta - e acho que nem foi o sentido da emenda do Deputado Paulo Ganime -, não me espanta que o Governo esteja querendo retirar isso do texto, porque faz uma guerra ideológica contra a CoronaVac. Acho que é um escândalo!

A vacina, de qualquer lugar que venha, sendo comprovada pela ciência, precisa ser garantida para a nossa população.

Documento 355/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 134.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020- CD | 16:48 |
| Publ.: DCD - 19/12/2020 - JOICE HASSELMANN-PSL -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Apelo à Casa de aprovação do Projeto de Lei nº 5.029, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.999, de 2020, acerca da instituição do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - PRONAMPE, para criação de nova linha de crédito e aumento da participação da União no Fundo Garantidor de Operações - FGO.

A SRA. JOICE HASSELMANN (Bloco/PSL - SP. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje eu venho aqui fazer um apelo para que nós desta Casa possamos dar mais um passo importantíssimo a fim de que neste momento de pandemia e de crise ajudemos pequenos e microempresários a manterem as portas abertas e também a manterem os empregos.

Estou falando do PRONAMPE, lei aprovada nesta Casa. Fui Relatora da primeira fase do PRONAMPE, que emprestou dinheiro a juros baixíssimos para esses comerciantes, esses empreendedores num momento de crise, com uma única contrapartida: a manutenção do número de empregos.

Houve unanimidade nesta Casa, houve união do Centro, da Direita e da Esquerda. Todos votaram nesse projeto que nasceu no Senado, nas mãos do Senador Jorginho Mello, e que teve no Senado como

Relatora a Senadora Kátia Abreu e na Câmara esta Deputada que fala.

Conseguimos avançar no texto que veio do Senado ainda um pouquinho mais. O texto do Senado veio com um juro maior do que o juro que conseguimos negociar, com os bancos e com o Governo, e também veio como um projeto transitório. Aqui transformamos o PRONAMPE em um projeto perene, assim como o PRONAF. Aliás, o PRONAMPE é o PRONAF do pequeno e do microempreendedor.

E por que eu faço esse apelo neste momento, Sr. Presidente? Porque temos pressa, e muita pressa. Precisamos destravar e aprovar esse projeto hoje nesta Casa, para que possamos, até o dia 31 de dezembro, enquanto estamos nesse momento emergencial, emprestar esse dinheiro aos pequenos e microempresários, para que possamos ajudar essas pessoas a manterem as portas de suas atividades abertas. É uma questão de legislação. Se até o dia 31 não houver o empréstimo, esse dinheiro volta, não chegará para socorrer os pequenos e microempreendedores deste País.

O relatório, senhoras e senhores, está pronto no sistema, relatório, aliás, que seguiu a orientação que veio do Senado, justamente pela pressa que tivemos. Confesso que eu gostaria de brigar por um pouco mais de dinheiro. Essa fase 3 do PRONAMPE é uma fase em que emprestaremos 10 bilhões - 10 bilhões de reais - para essas pessoas que empreendem no nosso País.

Para termos uma ideia da força do pequeno e do microempreendedor, 99% dos negócios do País - prestem atenção, 99% dos negócios do País - são negócios dos pequenos e microempreendedores. Quanto aos empregos formais, 55% vêm justamente desses pequenos e microempreendedores. Eles respondem por mais de 30% de tudo o que é produzido neste País, ou seja, a pequena e microempresa carrega a economia do Brasil nas costas e precisa desse socorro.

Eu tenho certeza de que o Deputado Marcelo Ramos vai votar conosco no PRONAMPE, não é, Deputado? Estou vendo que o senhor está animado, conversando com o Deputado Giovanni Cherini. Estou brincando, Deputado Marcelo Ramos, grande amigo.

Eu conversei com o Deputado Cherini, conversei com a Oposição, conversei com o Governo, conversei com o Partido Novo, conversei com o DEM, conversei com o Presidente desta Casa, para que possamos aprovar não só a urgência, que já tem o número regimental de assinaturas, aliás, assinaturas que envolvem o meu partido, PSL, envolvem o DEM, Presidente Kim, envolvem a Oposição, Deputado Enio Verri, porque todos aqui querem que esse dinheiro chegue a quem precisa para manter as portas abertas.



Então, há consenso nesta Casa para que possamos aprovar a urgência, que já está pautada - tem 307 assinaturas a urgência -, e já aprovarmos o relatório, justamente porque, se fizermos isso hoje, agora, nesta sexta-feira, a partir de segunda-feira essas pessoas que precisam manter as suas portas abertas já poderão ter acesso ao crédito. E, aí, alguns dos senhores podem dizer: *"Mas dá tempo, Joice? Nós já estamos no final do ano, já estamos quase no apagar das luzes de 2020"*. Para se ter ideia, na primeira fase do PRONAMPE, em que o Governo havia disponibilizado 10 bilhões de reais e nós chegamos a quase 20 bilhões de reais de crédito - eu consegui avançar aqui no relatório -, em poucas horas, em poucas horas o crédito se esgotou, tamanha a necessidade dos empreendedores naquele momento.

Então, este crédito, disponível a partir de segunda-feira, certamente atenderá essas pessoas e será esgotado rapidamente. Sabemos quantas pessoas estão na fila pedindo socorro por conta desta quebradeira que veio com a pandemia.

Para se ter ideia, senhores, conjunto ao auxílio emergencial, que foi aprovado por esta Casa, o PRONAMPE foi o projeto que mais deu certo. Essa análise foi feita pela própria equipe econômica do Governo e também por entidades ligadas às empresas.

O PRONAMPE foi o projeto de maior sucesso justamente por socorrer esses pequenos e microempreendedores. Mas o dinheiro foi pouco, o cobertor foi curto. Foram quase 20 bilhões de reais num primeiro momento, depois o Governo enviou mais um pouco numa segunda fase e agora entramos numa terceira fase.

Mas preciso, senhores, contar com a ajuda de todos vocês, com os Líderes de todos os partidos e com a colocação do projeto em pauta, Presidente. Eu já conversei com o Presidente Rodrigo Maia, que se comprometeu em pautar o projeto, porque o requerimento já está aí e não há óbice.

Por que o compromisso precisa ser firmado com todos aqui? Porque é preciso unanimidade entre os Líderes para que possamos, num acordo, votar a urgência e o projeto num mesmo dia. Se não houver acordo, teremos que esperar 24 horas e 24 horas é tempo demais, é tempo demais para quem está precisando de socorro.

Portanto, senhores, peço a todos que nos ajudem a aprovar, por unanimidade, nesta Casa - falei também com a Deputada Fernanda do PSOL -, a fase 3 do PRONAMPE, para começarmos a socorrer esses empreendedores que não conseguiram acesso na primeira fase, na segunda fase, porque o dinheiro acabou, para que possamos começar a socorrê-los já na segunda-feira e garantir esses negócios abertos em

tempo de Natal e a manutenção dos empregos.

Hoje vimos que houve um embate entre o Presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e o Presidente da República, que ontem deu uma declaração muito infeliz e mentirosa - sabemos que é mentirosa -, dizendo que esta Casa não queria votar e que o Presidente não queria pautar a medida provisória que trata do 13º do Bolsa Família.

Todos nós aqui, independentemente de sermos de situação, de direita, de esquerda, de centro, sabemos que isso é mentira. Infelizmente o Presidente da República acabou empurrando um problema que ele mesmo causou e a falta de responsabilidade que ele mesmo tem, porque o dinheiro acabou, e ele não quis contar a verdade para a população. Paulo Guedes disse: "*Não tem dinheiro para pagar o 13º*". E o Presidente acabou querendo empurrar isso para a Câmara.

Eu não quero que o Presidente da República queira também dizer que esta Casa eventualmente não quis aprovar o PRONAMPE. Esta Casa quer aprovar o PRONAMPE e há unanimidade para isso. Portanto, peço a ajuda de todos os senhores e as senhoras para que possamos sair daqui hoje dando essa garantia, esse fôlego para o pequeno e microempreendedor.

Muito obrigada, Presidente.

Documento 356/513

| | | |
|-------------------------|--|--|
| 134.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - CD | 18/12/2020-17:12 |
| Publ.: DCD - 19/12/2020 | ANGELA AMIN-PP -SC | |
| - | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | QUESTÃO DE ORDEM QUESTÃO DE ORDEM |

Sumário

Questão de ordem sobre a necessidade de votação do Requerimento de Destaque nº 18 para votação em separado da Emenda de Plenário nº 7, apresentada à Medida Provisória nº 1.003, de 2020, acerca da adesão do Poder Executivo Federal ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility, e do estabelecimento de diretrizes para a imunização da população brasileira.

A SRA. ANGELA AMIN (Bloco/PP - SC. Para uma questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Eu gostaria que a Mesa, juntamente com a

Liderança do Partido dos Trabalhadores, analisasse a informação que eu recebi de que o conteúdo do Destaque nº 18, do PT, com relação à Emenda nº 7, teria sido absorvido pelo Relator. Pergunto se há necessidade de discussão e votação desse destaque, se realmente é correta a informação que eu recebi.

Documento 357/513

| | | |
|---|--|------------------------|
| 134.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020- CD | 17:16 |
| Publ.: DCD - 19/12/2020 - GENINHO ZULIANI-DEM -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Pedido à Presidência de confirmação com o Deputado Alexandre Padilha sobre a manutenção de acordo para votação do Requerimento de Destaque nº 18 e retirada do Requerimento de Destaque nº 17, apresentados à Medida Provisória nº 1.003, de 2020, acerca da adesão do Poder Executivo Federal ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility, e do estabelecimento de diretrizes para a imunização da população brasileira.

O SR. GENINHO ZULIANI (DEM - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, esse destaque do Deputado Padilha inclui a agência argentina no rol das agências renomadas para permitir a revalidação do registro aqui na ANVISA. O Deputado Padilha fez uma justificativa bem plausível, e a agência da Argentina foi uma das primeiras a fazer um termo de cooperação com a nossa ANVISA.

Nós fizemos um acordo com o Partido dos Trabalhadores e com o Ministro Padilha. Nós vamos encaminhar favoravelmente à aprovação do Destaque nº 18, do PT, e o PT vai pedir a retirada do Destaque nº 17.

Eu queria só, Presidente, que V.Exa. confirmasse isso com o Ministro Padilha.

Documento 358/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 134.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020- CD | 17:16 |
| Publ.: DCD - 19/12/2020 - ALEXANDRE PADILHA-PT -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Confirmação pelo PT do acordo para votação do Requerimento de Destaque nº 18 e retirada do Requerimento de Destaque nº 17, apresentados à Medida Provisória nº 1.003, de 2020, acerca da adesão do Poder Executivo Federal ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility, e do estabelecimento de diretrizes para a imunização da população brasileira.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Está absolutamente confirmado, Presidente. Em razão disso, eu queria fazer registrar que parece que formalmente nós vamos ter que botar o destaque em votação, mas eu acho que há um grande acordo sobre esse ponto, inclusive com o Relator, e acredito que todos os partidos vão orientar "sim" em relação a isso.

A agência da Argentina é a primeira a ter cooperação bilateral, um acordo formal, no âmbito do MERCOSUL, com a ANVISA. Ficaria um pouco estranho nós incorporarmos várias agências internacionais e deixarmos de lado a agência da Argentina.

Eu queria agradecer ao Relator a compreensão. Isso facilita a votação. O PT retira o Destaque nº 17, em função disso.

Documento 359/513

| | | |
|--|--|------------|
| 134.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020- CD | 17:16 |
| Publ.: DCD - 19/12/2020 - ANGELA AMIN-PP -SC | | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Concordância com o acordo para a votação do Requerimento de Destaque nº 18, apresentado à Medida Provisória nº 1.003, de 2020, acerca da adesão do Poder Executivo Federal ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility, e do estabelecimento de diretrizes para a imunização da população.

A SRA. ANGELA AMIN (Bloco/PP - SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Nós concordamos com a absorção desta matéria no texto, conforme a defesa do Ministro Alexandre Padilha, a quem respeitamos, e muito.

Entendo que devemos fazer com que os organismos que já têm relacionamentos com o Brasil, principalmente na área da ciência,

devem ser preservados e respeitados.

O SR. PRESIDENTE (Kim Kataguirí. DEM - SP) - Deputada Angela, V.Exa. gostaria de utilizar todo o tempo da Liderança do Progressistas ou era apenas para confirmar o acordo?

A SRA. ANGELA AMIN (Bloco/PP - SC) - Não, era para a confirmação. Nós concordamos.

Documento 360/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 134.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020- CD | 17:20 |
| Publ.: DCD - 19/12/2020 - FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Apelo ao Líder do Republicanos de apoio à votação do Projeto de Lei nº 5.029, de 2020, sobre o aumento da participação da União no Fundo Garantidor de Operações - FGO, para a concessão de garantias no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - PRONAMPE; do Projeto de Lei nº 7.658, de 2014, sobre a obrigatoriedade de preservação do sigilo dos portadores de HIV; de hepatite crônica HBV/HCV; de hanseníase ou tuberculose; e a alteração da Lei nº 6.259, de 1975; da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, a respeito da instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020; e de outras relevantes matérias constantes na pauta.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu queria fazer um apelo ao Líder do Republicanos. Se alguns projetos muito importantes que nós temos não forem votados hoje, não haverá tempo hábil para que sejam votados no Senado.

É o caso do projeto sobre o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - PRONAMPE, por exemplo, que é um programa de microcrédito para pequenos e microempresários com uma taxa de juros menor. Neste momento de pandemia, muitas empresas e muitos comércios fecharam as portas. Nós estamos com quase 14 milhões de desempregados.

Temos também outras matérias na pauta que são muito importantes, como a do superendividamento, que nós estamos a favor de que entre na pauta e seja votada, como a questão do sigilo em relação à

condição da pessoa com HIV, um movimento necessário da UNAIDS que também está na pauta de hoje e que nós queremos apreciar .

É claro, eu acho que o encaminhamento é correto: qualquer matéria a ser apreciada depois tem que ser de consenso entre os Líderes, para evitarmos projetos polêmicos. Afinal, esta é uma das últimas sessões do ano, e já tivemos bastante polêmica. Aliás, nós gostaríamos que entrasse em pauta a Medida Provisória nº 1.000. Seguiremos lutando por isso.

Quero fazer um apelo para que nós olhemos as matérias uma a uma e consigamos avançar em algumas pautas importantes para o Brasil.

Documento 361/513

| | | |
|---|--|------------------------|
| 134.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020- CD | 17:24 |
| Publ.: DCD - 19/12/2020 - PAULO GANIME-NOVO -RJ | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Defesa, pelo partido Novo, da votação de requerimentos de destaques remanescentes, oferecidos à Medida Provisória nº 1.003, de 2020, acerca da adesão do Poder Executivo Federal ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility, e do estabelecimento de diretrizes para a imunização da população.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Enquanto isso, quero dizer, muito brevemente, que o Deputado Arthur Lira tem todo o direito regimental de pedir o encerramento da sessão, inclusive agora, se ele quiser. Eu só pediria o seguinte: ou continuamos e votamos os três destaques, que é o que eu gostaria que nós fizéssemos, mas de forma tranquila, ou, como se trata de um direito do Deputado, encerramos a qualquer momento. Ninguém vai orientar muito tempo, não. Só queremos poder nos manifestar, porque o NOVO é contra alguns destaques, nos quais não há consenso.

Documento 362/513

| | | |
|--|--|------------|
| 134.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020- CD | 17:28 |
| Publ.: DCD - 19/12/2020 - ARNALDO JARDIM-CIDADANIA -SP | | |
| CÂMARA | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM |

Sumário

Apelo ao Deputado Arthur Lira de votação do Projeto de Lei nº 5.028, de 2019, sobre a instituição da Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais; e a alteração das Leis de nºs 8.629, de 1993; e 8.212, de 1991. Importância da conclusão das votações da Medida Provisória nº 1.003, de 2020, acerca da adesão do Poder Executivo Federal ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility, e do estabelecimento de diretrizes para a imunização da população.

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu tenho só que fazer um apelo ao Deputado Arthur Lira, se ele concordar. Eu, particularmente, sou Relator de uma matéria que há muito tempo tramita aqui. Há um acordo muito grande entre a Frente Parlamentar da Agropecuária e a Frente Parlamentar Ambientalista. Trata-se do pagamento por serviços ambientais. A matéria já foi decidida aqui, foi ao Senado e voltou. Nós temos um relatório. Acho que há consenso.

Em se tratando de matérias de consenso, Deputado Arthur Lira, haveria alguma restrição à votação delas?

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP - AL) - Isso nós discutimos após o encerramento desta sessão.

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP) - Fica registrado o apelo. Eu compreendo que há um limite regimental, mas é fundamental nós terminarmos a votação da MP 1.003. Eu concordo que nós nos concentremos em terminar a votação da MP 1.003. Fica registrado o meu apelo para que nós conversemos sobre isso adiante.

Documento 363/513

| | | |
|--|--|------------|
| 134.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020- CD | 17:28 |
| Publ.: DCD - 19/12/2020 - FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS | | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Apoio à conclusão das votações da Medida Provisória nº 1.003, de 2020, acerca da adesão do Poder Executivo Federal ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility, e do estabelecimento de diretrizes para

a imunização da população.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Nós também concordamos em terminar de votar a MP 1.003 sem suprimir os tempos regimentais. Nós vamos defender o nosso destaque, nós vamos orientar, porque esse é um direito do Parlamento. Quem atrasou o debate da vacina foi o Governo Bolsonaro. Não dá para a base do Governo Bolsonaro vir ao plenário querer que os Deputados não discutam a Política Nacional de Vacinação.

Documento 364/513

| | | |
|---|--|------------------------|
| 135.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020- CD | 17:32 |
| Publ.: DCD - 19/12/2020 - ORLANDO SILVA-PCDOB -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Posicionamento do Presidente Jair Bolsonaro, contrário à vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Privatização de empresas estratégicas a preço vil pelo Governo Federal. Ataques do Presidente da República à democracia e às instituições democráticas. Caráter fascista e autoritário de Jair Bolsonaro. Discordância com a agenda econômica implementada pela Casa. Decisão dos partidos opositores de formação, com agremiações da Direita, de bloco parlamentar para enfrentamento do candidato do Presidente da República nas eleições da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados para o próximo biênio.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados, colegas Deputadas, eu quero, em nome da Deputada Perpétua Almeida, Líder da bancada do PCdoB, comunicar a este Plenário um acontecimento relevante do dia hoje.

O PCdoB e outros partidos que compõem a Oposição ao Governo Jair Bolsonaro - o PT, o PDT, o PSB e a REDE - firmaram um acordo para caminharem juntos na disputa pela Mesa e pela Presidência da Câmara para o próximo biênio. Este é um assunto muito relevante, porque cabe ao Presidente da Câmara muitas responsabilidades, entre elas a responsabilidade de trazer a pauta que é apreciada por Deputados e Deputadas.

Neste momento, o País vive uma gravíssima crise econômica, um momento em que essa crise é combinada com a crise humanitária, em

função da atitude genocida do Presidente da República, que, no dia de ontem, propagou a não vacinação. Creiam, o Presidente da República vai à TV defender a não vacinação da população, a não imunização da população, com o falso argumento da defesa da liberdade. É nessa circunstância que a decisão da Oposição é cerrar fileiras, é fazer o bom combate, é denunciar o caráter antipatriótico do Governo Jair Bolsonaro. Ele é o chamado falso nacionalista, bravateiro. Alardeia que defende o Brasil, mas não tem compromisso com os brasileiros. Alardeia que defende o Brasil, mas quer liquidar empresas estratégicas para o nosso desenvolvimento, vendendo-as a preço vil.

Bolsonaro é um risco para a democracia brasileira. Não hesitou. Inúmeras vezes, atacou instituições como o Parlamento, como o Supremo Tribunal Federal. Bolsonaro é símbolo do fascismo e do autoritarismo quando faz apologia à tortura. Homenageou, neste plenário, um facínora: Brilhante Ustra.

É por isso, por termos convicção de que a Oposição tem que ter lado - e o lado deve ser o lado da democracia - que nós construímos o nosso campo e decidimos caminhar juntos. Não discutimos, nem definimos ainda quem será o candidato a Presidente. Vamos debater, no nosso campo, inclusive a construção de nomes para apresentar ao Parlamento brasileiro, nomes que possam expressar o desafio de lutar por democracia e impedir que o Planalto anexe a Câmara dos Deputados.

É necessário que esta Casa seja cada vez mais autônoma, cada vez mais independente, cada vez mais representativa do interesse nacional e dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil.

Mas o fato ficou mais relevante, Deputada Fernanda Melchionna, porque hoje nós decidimos construir um movimento mais amplo do que o de oposição, junto a partidos com os quais temos profundas diferenças. E faremos o duro embate neste plenário. Nós não estamos de acordo com a agenda econômica hegemônica na Câmara dos Deputados, uma agenda econômica que insiste numa receita falida. A ordem neoliberal é um caminho falido que não aponta perspectiva para o desenvolvimento do País. A lógica de Estado mínimo e de privatização, a lógica fiscalista, a lógica de que o Estado funciona para transferir riqueza para os banqueiros, que é a realidade do Brasil, essa lógica precisa ser rompida, porque ela é incapaz de apontar a retomada do desenvolvimento nacional.

E, por essas diferenças da agenda econômica, serão travadas aqui muitas batalhas. Serão muitos os enfrentamentos para impedir que prossiga essa agenda que arruína a economia brasileira, que líquida com direitos da nossa gente.

Nós decidimos fazer uma composição com partidos de outro campo, porque a pedra de toque é a defesa da democracia. Não podemos transigir no valor maior para a construção da Nação brasileira, que é a democracia. Por isso, apesar de tantas diferenças, apesar de tantas divergências, tomamos a decisão de compor um bloco com outros partidos, com os quais nos enfrentamos e continuaremos nos enfrentando aqui neste plenário, na defesa dos direitos do povo, dos trabalhadores, da democracia e da soberania nacional.

Vamos nos unir para enfrentar o inimigo maior. O inimigo maior da Nação brasileira se chama Jair Messias Bolsonaro. E ele será derrotado na eleição da Mesa da Câmara, para que este Poder siga autônomo, independente, sirva ao interesse nacional, à luta democrática e não seja um espaço anexo, um puxadinho do Palácio do Planalto, que é tudo o que ele deseja.

Não passará, Bolsonaro! Vamos derrotá-lo na eleição da Mesa da Câmara!

Muito obrigado, Presidente.

Documento 365/513

| | | |
|---|--|------------------------|
| 135.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020- CD | 17:36 |
| Publ.: DCD - 19/12/2020 - LEO DE BRITO-PT -AC | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Homenagem póstuma ao militante petista e ex-Secretário de Estado do Acre, Petronilo Lopes.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria fazer neste momento o registro triste da perda de um grande companheiro nosso do Partido dos Trabalhadores, no Acre, o Petronilo Lopes, conhecido como Pelezinho. Eu queria me solidarizar aqui a esposa dele, a Maria José, conhecida como Nena, e os filhos Nilo, Tainara e Tamires.

Neste momento em que nós estamos votando a importância das vacinas para o nosso País, e, infelizmente, da forma como o Governo Federal vem conduzindo o combate à pandemia do coronavírus, ele é mais uma das quase 185 mil vítimas do coronavírus.

O companheiro Pelezinho era sapateiro e, com a militância política, ele

se afirmou como um grande líder nas comunidades. Ao mesmo tempo, foi uma pessoa que construiu uma carreira importante como assessor parlamentar do então Senador Tião Viana e se tornou inclusive Secretário de Estado no Governo Tião Viana recentemente. Também foi Coordenador do Luz para Todos aqui no Estado do Acre.

Eu queria fazer este registro e pedir também a divulgação no programa *A Voz do Brasil* desta homenagem a esse companheiro tão importante que nos deixou no fim da noite de ontem e que deixa muitos amigos, mas, sobretudo, essa memória viva de alguém que lutou pelos que não têm, pelos que não podem, pelos que não sabem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 366/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 135.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020- CD | 17:40 |
| Publ.: DCD - 19/12/2020 - FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Inviabilização, pelo Governo Jair Bolsonaro, das votações pela Casa da proposta de concessão do 13º salário aos beneficiários do Programa Bolsa Família, e da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, acerca da instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Descaso do Presidente da República com a epidemia de coronavírus. Realização, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de ato a favor do fechamento do Supremo Tribunal Federal e do Congresso Nacional. Protesto contra a tentativa do Líder Arthur Lira de inviabilização das votações da Medida Provisória nº 1.003, de 2020, sobre a autorização ao Poder Executivo de adesão ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Deputado Kim, eu tenho a impressão de que tudo o que é ruim sempre pode piorar, infelizmente. Nós estamos aqui, no dia 18 de dezembro, votando a Medida Provisória nº 1.003, de 2020, que veio rasiinha, rasiinha do Governo Bolsonaro, que tem sido um negacionista, um patrocinador de uma cruzada anticientífica, que tem feito campanha pública contra a vacina e que tem dito que lamenta muito, mas que não haverá vacina para todos. Ele falou isso ontem naquela sua *live* patética, a mesma em que ele mentiu sobre o 13º do Bolsa Família.



Quero me solidarizar com o Presidente Rodrigo Maia, porque eu era Líder quando o Governo Bolsonaro inviabilizou a votação do 13º aqui na Câmara dos Deputados. E nós, inclusive eu, nas reuniões de Líderes, pedimos que fosse pautado. Infelizmente, a maioria dos Líderes não concordou com a proposta do PSOL de colocar o 13º e seguir com a pauta da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, que, de novo, o Governo Bolsonaro inviabiliza na tarde de hoje.

Mas, tudo o que é ruim pode piorar. A medida provisória era ralinha e foi melhorada pelo relatório do Deputado Geninho. Nós queremos reconhecer que várias emendas importantes foram incorporadas, como a do prazo de 5 dias para que a ANVISA libere as vacinas reconhecidas cientificamente, para o Brasil poder, de fato, não ficar nesta guerra ideológica e no aparelhamento que lamentavelmente Bolsonaro está fazendo na ANVISA.

Mas, como eu disse, tudo o que é ruim pode piorar. A postura do Governo neste plenário, Deputado Arthur Lira, é inaceitável. Nós estamos tentando terminar de votar a Medida Provisória nº 1.003, de 2020, que infelizmente teve que ser melhorada pela Câmara dos Deputados, e não pelo Governo que mandou uma medida provisória ralinha. Nós fizemos um esforço e retiramos destaques. O Deputado Geninho é do DEM, partido com o qual tenho profundas diferenças, sobretudo na área econômica. Essa política do teto dos gastos segue massacrando o País e, em 2021, piorará com a concentração de riquezas, com o aumento dos ricos e bilionários e, ao mesmo tempo, com o aumento da desigualdade. Mas o Deputado Geninho fez um esforço para incorporar emendas, fez um esforço para melhorar a medida provisória.

Nós estávamos chegando ao fim da votação da medida provisória, e V.Exa., que nesse caso atua como Líder do Governo e é o candidato do Governo à Presidência da Câmara, chega e quer inviabilizar o direito de fala de Deputados e Deputadas. Nós temos destaques - e são só três - para concluir a votação da Medida Provisória nº 1.003, de 2020. E, feito um trator, suspende-se a sessão, pede-se novo painel. Nós todos estamos fazendo um esforço para não ter obstrução hoje, para que possamos votar as matérias importantes do País.

Nós queremos votar matéria que trata do PRONAMPE, que o Bolsonaro também não queria. E esta Câmara garantiu, com a Oposição na linha de frente também, o microcrédito para os pequenos empreendedores, que não têm mais recursos. Nós temos um novo relatório para votar. Os pequenos estão quebrando! E V.Exa. quer acabar com a sessão? V.Exa. quer impedir os Deputados inscritos nos debates de falar, de usar o seu tempo regimental, como o Deputado Orlando Silva, que queria fazer um anúncio? Não é aceitável tirar a possibilidade de fala de autores de destaques e de orientação de

bancada.

Que o Governo é inimigo da ciência, para mim, não é nenhuma novidade. Que o Bolsonaro, lamentavelmente, está se lixando para o enfrentamento da pandemia, não é nenhuma novidade. Nós estamos há 10 meses enfrentando a pandemia, apesar do Bolsonaro, um fascista, que, no meio da maior crise sanitária da nossa geração, fez ato pelo fechamento do Supremo Tribunal Federal e do Congresso Nacional.

Nós não temos ilusão com o Supremo Tribunal Federal e com o Congresso Nacional, mas nós defendemos mais democracia. Eles fazem isso para acabar com a auto-organização do povo, com as liberdades democráticas, para tentar rasgar a Constituição Federal de 1988.

Que ele está se lixando para a vida do povo, não é nenhuma novidade! Ele ficou em três memorandos dizendo para a Organização Mundial da Saúde que não sabia se ia entrar no consórcio COVAX Facility, que permite a aquisição mais rápida das vacinas. Que ele está se lixando para a vida do povo, não é nenhuma novidade! Não temos data de início da vacinação!

Chegar aqui e inviabilizar a votação da Medida Provisória nº 1.003, de 2020, e querer inviabilizar que os Parlamentares usem do seu tempo regimental, para fazer debate político, econômico, sanitário! Já começa muito mal, Deputado Arthur Lira! Começa muito mal.

Nós não temos dúvida de que o candidato que for apoiado pelo Bolsonaro será nosso adversário. Nós vamos sim fazer esse enfrentamento, quando houver o debate da candidatura à Presidência.

Independentemente disso, V.Exa., que é Deputado, há muito tempo, chegar aos 45 minutos do segundo tempo e querer inviabilizar o trabalho de quem está batalhando pela vacina e tentar tolher a nossa palavra é inaceitável.

Documento 367/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 135.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020- CD | 17:44 |
| Publ.: DCD - 19/12/2020 - ARTHUR LIRA-PP -AL | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Contestação aos pronunciamentos proferidos pelos Deputados Alessandro

Molon e Fernanda Melchionna contra o orador, por suposto descumprimento do Regimento Interno. Anúncio pelo PT de formação de bloco partidário, com vista às eleições da Mesa da Câmara dos Deputados. Cumprimento pelo Parlamentar de acordos celebrados no âmbito da Casa. Repúdio à ditadura de representatividade reinante na Câmara dos Deputados. Direito do Plenário de alteração de proposições. Falta de coerência dos partidos da Oposição.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP - AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, mais cedo, eu me comprometi com o Deputado Alessandro Molon, por quem sempre tive muito respeito e admiração. Quando fui Presidente da CCJ, convivemos longamente, com muita independência, com muita altivez, com muita capacidade de diálogo, nesta Casa.

Agora, Deputada Fernanda Melchionna, nem V.Exa. nem o Deputado Alessandro Molon têm o direito de subir a qualquer tribuna para falar o meu nome e dizer que não cumpro o Regimento Interno nesta Casa. Se V.Exas. não estão acostumados a cumprir o Regimento, quero dizer que todas as vezes em que alguém do NOVO, como o Deputado Paulo Ganime, invoca o direito regimental de encerramento de sessão, porque não tem publicação de parecer, eu nunca fui à tribuna para dizer que ele é antidemocrático, que queria cercear a minha palavra, cortar o direito de uso da palavra de quem não o tinha, regimentalmente.

Deputada, é bom ler o Regimento.

É interessante ler o Regimento. De quem esbraveja por esbravejar não tenho medo, nunca tive. Respeito muito V.Exa., como sempre o fiz.

E ao Deputado Alessandro Molon, que chega aqui com um discurso muito bonito, eu dizia: *"Veja de novo o seu discurso, reveja o seu discurso. Foi injusto com o seu amigo, com o seu companheiro que sempre o tratou com fidalguia"*.

Esta Casa nunca será por parte de ninguém puxadinho de canto nenhum. Sou da base do Governo, Deputada Fernanda Melchionna, nunca neguei isso, como são também o Deputado Baleia Rossi e o Deputado Aguinaldo Ribeiro, que é do meu partido. Vamos tirar essas cortinas, essa desfaçatez.

Hoje o PT disse que vai fazer um bloco com dois candidatos da base do Governo, mas vai apresentar um terceiro nome. Agora a lista virou tríplice de novo, e nós vamos ficar nessa democracia de interesses que vão ao submundo do controle da Câmara dos Deputados. Sabe-se lá que interesses moveram para que houvesse essa composição democrática. E é normal que haja, Deputado Arnaldo. Respeitamos

isso, nós só não respeitamos quando as pessoas vêm a esta tribuna para fazer juízo de valor, dizer coisas que não existem, reputar situações que não procedem.

Eu sempre tive nesta Casa muita coerência, muito posicionamento, muito respeito pelos meus amigos, muita independência e, acima de tudo, palavra. Sempre cumpri, Deputada Melchionna, todos os meus compromissos nesta Casa. Nunca dei o direito de Deputado nenhum sair pelos corredores dizendo que enganei, que prometi alguma coisa e não entreguei, que fiz algum acordo e não cumpri. É isso o que me mantém vivo nesta Casa, gostem V.Exas. ou não.

Não sei que tipo de partidos gostam de ouvir, de sentir e de saber aquela ladainha que envolve, que engana, que inibe o futuro democrático desta Casa.

A caneta tem tinta. Quando se escreve muito com ela, ela seca, é normal. E quando não se quer desapegar, não se pode absolutamente falar, Deputado Alessandro Molon, em respeito, em independência, em defesa da Constituição, quando vários partidos nesta Casa não se posicionaram por manter a Constituição no que ela foi mais clara: é vedada a recondução de candidatos que tenham ocupado o mesmo cargo na legislatura - é vedada! O legislador originário vedou, e o Supremo Tribunal Federal teve que manter uma tentativa forçada de querer fazer uma reeleição com 6 votos naquela Casa.

Muitos partidos não assinaram. Acho que o partido de V.Exa., Deputado Kim Kataguiri, não assinou aquele manifesto. O partido do Deputado Baleia Rossi não assinou o manifesto e vários outros partidos. E respeito isso. Não fui a canto nenhum, a tribuna nenhuma, a espaço público nenhum dizer que aquele partido é antidemocrático, que aquele partido é usurpador, que aquele partido é golpista, que aquele partido quer continuar no poder permanentemente. Nós não fizemos isso.

É bom que se restabeleça o respeito neste plenário. E não é pelo fato de sermos da base do Governo, e todos somos, uns botam a carapuça na cabeça, outros não.

Respeito a Oposição original. Respeito, Deputada Melchionna, a sua posição. Respeite a dos outros.

Eu só pedi ali o cumprimento do Regimento. Nós não vamos criar dificuldades. Eu só pedi o cumprimento do Regimento - Deputado Kim, invoco o seu testemunho - e fiz uma proposição de acordo. O acordo não envolvia naquele momento fazer pronunciamentos políticos. Podia-se usar o tempo de Liderança, como fez normalmente o Deputado

Orlando.

Não passarão as mentiras nesta Casa, porque, a partir de hoje, toda vez em que houver uma ilação, toda vez em que houver uma difamação, toda vez em que houver uma frase equivocada, nós vamos rebater!

Esta Casa precisa de voz. Esta Casa vive hoje uma ditadura de representatividade. Não há rodízio proporcional nos relatórios de medidas provisórias, de projetos de lei, de PECs. Quando o Relator é escolhido, como foi hoje o Relator da MP 1.003/20, que é do meu partido, o Líder nem fica sabendo, nem toma conhecimento. A matéria chegou no dia de hoje, e já queriam votá-la.

Não tem mais função, Deputado Arnaldo, o Colégio de Líderes nesta Casa. Não existe mais o princípio da proporcionalidade para entrega das matérias. Não existe mais a liberdade de os Relatores escolherem matérias, botá-las no seu texto e submeter o texto à vontade majoritária deste Plenário.

Este Plenário tem o direito de suprimir, de modificar, de alterar, de destacar, de aditar, de fazer o que quiser por maioria. Nós não estamos tendo esse direito e estávamos calados o tempo todo. Mas agora não mais. A desfaçatez tem que ser combatida também. Ela tem que ser combatida também e será!

Eu não sei qual é o objetivo da pauta de hoje. Agora, por certo, ela causou um tumulto grande no Brasil, com o dólar subindo, a Bolsa caindo. Para quê? Para chegarmos aqui e ficarmos nos debatendo para dizer: "*Não tem prazo regimental. Não tem parecer apresentado. Não pode ser votada hoje*". Não haveria essa discussão. Não havia necessidade disso.

Então, vamos colocar as coisas nos seus devidos lugares: respeito, prudência, limite, coerência, que é o que falta a muitos partidos da Oposição! Talvez falte também um comprimidozinho para memória. Talvez com a memória mais aguçada o façam. E muitos dos que assinaram hoje aí não têm maioria para ter feito anúncio de formação de bloco.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 368/513

135.2020

Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020-
CD 17:52

Publ.: DCD - 19/12/2020 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ

CÂMARA

DOS BREVES COMUNICAÇÕES

PELA ORDEM

Sumário

Apelo ao Relator Geninho Zuliani e aos Líderes partidários por votação de requerimentos de destaques remanescentes, apresentados à Medida Provisória nº 1.003, de 2020, sobre a autorização ao Poder Executivo de adesão ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu queria só fazer um apelo. Faltam apenas três destaques para concluirmos a votação da MP da vacina, que trata da adesão ao consórcio COVAX Facility. Eu, sinceramente, queria fazer um apelo para que concluíssemos pelo menos a votação desta medida provisória - ela tem uma função muito importante hoje no Brasil -, para podermos possibilitar ao próprio Governo a conclusão do convênio da vacina, convênio que ele quer fazer, com o relatório do Deputado Geninho.

Isso não é uma questão da Oposição. É uma questão do Parlamento, questão na qual o próprio Governo tem interesse, questão da qual a sociedade precisa. Faltam apenas três destaques para concluirmos esta votação.

Então, eu pediria ao Relator, o Deputado Geninho, e aos demais partidos da Casa que nos permitam concluir esta votação. São apenas três destaques para concluirmos esta votação. Sinceramente, obstruir a votação desta medida provisória não faz nenhum sentido. Se quiserem obstruir o restante da pauta, tudo bem. Mas restam três destaques para votar.

Documento 369/513

| | | |
|--|--|------------|
| 135.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020- CD | 17:56 |
| Publ.: DCD - 19/12/2020 - VINICIUS CARVALHO-REPUBLICANOS -SP | | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | BREVES COMUNICAÇÕES | DISCURSO |

Sumário

Anúncio de obstrução das votações das matérias constantes na pauta, pelo Republicanos, à exceção da Medida Provisória nº 1.003, de 2020, no caso de manutenção na pauta do Projeto de Lei nº 5.675, de 2013, sobre a alteração da Lei nº 8.137, de 1990, a respeito dos crimes praticados contra a ordem tributária, com vista à redução da pena prevista nos delitos descritos no art. 7º,

e à supressão da modalidade culposa.

O SR. VINICIUS CARVALHO (REPUBLICANOS - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Republicanos também tem esse *kit* obstrução com relação a todas as matérias - todas as matérias -, exceto a Medida Provisória nº 1.003, de 2020, porque nós já votamos pela MP 1.003/20.

No que tange às outras matérias, nós podemos também retirar o *kit* obstrução apenas para o PL 2.875/19. Quanto às demais, nós somos contra, principalmente contra o PL 5.675/13, porque esse projeto é um acinte a esta Casa.

É um projeto que versa - atenção, Srs. Líderes e Sras. Líderes, para o projeto para o qual foi colocada urgência nesta Casa, o PL 5.675/13 - sobre alteração da Lei nº 8.137, de 1990, que trata de crime contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, sem que este projeto jamais tenha passado pelas Comissões de mérito, a Comissão de Defesa do Consumidor e a Comissão Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços.

Este é um projeto de 2013 que foi apenas diretamente levado para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, sem discussão do mérito. E querem pautá-lo para votação, como sabiamente dizem os nossos amigos, na calada da noite. Parafraseando alguns amigos...

O SR. PRESIDENTE (Kim Kataguiri. DEM - SP) - Deputado...

O SR. VINICIUS CARVALHO (REPUBLICANOS - SP) - Deixe-me concluir, Presidente, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Kim Kataguiri. DEM - SP) - É claro, Deputado.

O SR. VINICIUS CARVALHO (REPUBLICANOS - SP) - Muito obrigado.

Nós queremos continuar votando o que for necessário, mas com o acordo de que este projeto seja retirado de pauta, apenas este projeto. Se este projeto não for retirado de pauta de ofício, com exceção da Medida Provisória nº 1.003, de 2020, nós obstruiremos todas as votações a partir da MP 1.003/20.

Peço o apoio dos Líderes. Isso é um acinte a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Kim Kataguiri. DEM - SP) - Deputado Vinicius Carvalho, quero apenas confirmar com V.Exa. se o Republicanos, então, retira os requerimentos de obstrução em relação à Medida

Provisória nº 1.003, de 2020.

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP) - Sr. Presidente...

O SR. VINICIUS CARVALHO (REPUBLICANOS - SP) - Perfeitamente, apenas para a MP 1.003/20.

Documento 370/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 135.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020- CD | 17:56 |
| Publ.: DCD - 19/12/2020 - ARNALDO JARDIM-CIDADANIA -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Agradecimento ao PL e ao Republicanos pela retirada do kit de obstrução das votações no plenário. Apelo ao Deputado Vinicius Carvalho por retomada da votação da Medida Provisória nº 1.003, de 2020, sobre a autorização ao Poder Executivo de adesão ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility.

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, se eu entendi, V.Exa. está auscultando os Líderes. Eu acho que foi produtivo, nós tivemos essa postura, que eu quero saudar, do PL de retirar o *kit* obstrução e quero saudar também o nosso querido Deputado Vinicius Carvalho, do Republicanos, que também o retirou.

Eu acho que V.Exa. poderia - esta é a minha sugestão a todos os Líderes - imediatamente retomar a votação da MP 1.003/20. E, em seguida, nos demais itens, à medida que surjam, são regimentais as obstruções ou não. Não é o caso de ficarmos discutindo agora quais serão os projetos a serem apreciados.

Eu proponho, portanto, que retomemos já a MP 1.003. Em seguida, discutiremos. A cada passo, sua agonia.

Muito obrigado.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Bom encaminhamento, Presidente!

O SR. VINICIUS CARVALHO (REPUBLICANOS - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Não foi isso que eu disse. Desculpe-me,

Líder.

O Republicanos continua em obstrução, inclusive na MP 1.003/20.

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Desculpe-me, Deputado Vinicius Carvalho, não foi para alterar seu procedimento. Eu tinha entendido e quero fazer a V.Exa. um apelo. Fica na forma de apelo.

Vamos tocar a MP 1.003 já e, em seguida, quando entrarmos nos outros itens, se isso eventualmente acontecer, nós discutimos. V.Exa. tem uma objeção que me parece fundamentada, eu estou ouvindo agora, a uma matéria específica - são várias matérias. Eu faço apenas um apelo para que toquemos a MP 1.003 e, em seguida, que conversemos sobre cada uma. Peço, no entanto, que não obstaculizemos a MP 1.003.

Este é o apelo que faço ao querido amigo, por conta de um projeto que, só mais adiante, talvez seja apreciado.

Documento 371/513

| | | |
|---|--|------------------------|
| 135.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020- CD | 18:04 |
| Publ.: DCD - 19/12/2020 - GENINHO ZULIANI-DEM -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Apelo à Deputada Carmen Zanotto de retirada do Requerimento de Destaque nº 11 para votação em separado da Emenda de Plenário nº 32, apresentada à Medida Provisória nº 1.003, de 2020, sobre a autorização ao Poder Executivo de adesão ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility.

O SR. GENINHO ZULIANI (DEM - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes do Deputado Luiz Lima, que é nosso representante do Governo, ficou pública para todos a conversa que eu, como Relator, tive com o Presidente da República. Na ocasião, ele mostrou uma preocupação muito grande com o passivo judicial que a União poderá ter em virtude, principalmente, do contrato com a Pfizer, que não quer ser responsável pelos efeitos colaterais da sua vacina.

Naquela ocasião, eu me apalavrei com o Presidente da República de que eu iria me esforçar e dialogar com todos os Líderes para tentar

incluir na lei, nesta medida provisória, um termo de responsabilidade.

Dialogando com todos, nós entendemos que não era possível. Assim, eu desaconselho este destaque do Cidadania, para fazer um jogo 360º de inversão: já que nós não colocamos a responsabilidade, também não liberaríamos a responsabilidade.

Eu acho que este é um termo discricionário do Ministério da Saúde, da ANVISA. Esta determinação deve vir do Poder Executivo. Acho que não cabe a nós, do Parlamento, incluir esta cláusula, nem de um lado, nem de outro.

Por isso, eu gostaria muito de fazer um apelo à Deputada Carmen Zanotto. Eu conheço o trabalho dela na saúde, sei que a Deputada Carmen é muito contundente, imparcial, trabalha muito a favor da saúde brasileira. Eu estou aqui com o Deputado Arnaldo Jardim, trocando ideias, para ver se ela se manifesta e se retira o destaque, para que nós não entremos numa polêmica tão grande agora.

Documento 372/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 135.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020- CD | 18:08 |
| Publ.: DCD - 19/12/2020 - CARMEN ZANOTTO-CIDADANIA -SC | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Razões da manutenção, pela oradora, do Requerimento de Destaque nº 11 para votação em separado da Emenda de Plenário nº 32, apresentada à Medida Provisória nº 1.003, de 2020, sobre a autorização ao Poder Executivo de adesão ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Nobre Deputado Geninho, eu tentei conversar com a ANVISA, neste nosso período de votação, e não consegui retorno. Se a ANVISA retirar da guia esta obrigatoriedade no caso das vacinas que forem autorizadas em caráter excepcional, eu posso retirar o destaque. Assim, nós teremos a segurança de que isso não será exigido.

Eu vejo esta questão com muita complexidade. Após a autorização pelas agências internacionais, conforme o texto aqui apresentado hoje e aprovado - com certeza, nós vamos aprová-lo, a partir do seu relatório, Deputado Geninho -, mas, se houver esta exigência, nós teremos muita dificuldade para fazê-lo, porque o termo de livre

consentimento vai gerar muitas dúvidas, e o Brasil será o único país a pedir a cada cidadão que se vacinar este termo de livre consentimento. Por isso, eu não retirei o destaque. O Deputado Arnaldo Jardim já conversou comigo. No entanto, sem esta segurança da ANVISA, eu não posso retirar o destaque.

Há, ainda, a preocupação de que podemos amedrontar as pessoas, em vez de motivá-las a ir às salas de vacina, porque nós já passamos da fase 3 da pesquisa química.

Documento 373/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 135.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020- CD | 18:08 |
| Publ.: DCD - 19/12/2020 - GENERAL PETERNELLI-PSL -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Associação ao discurso da Deputada Carmen Zanotto, contrário à exigência aos brasileiros da assinatura de termo de livre consentimento para a vacinação contra a Covid-19.

O SR. GENERAL PETERNELLI (Bloco/PSL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes de orientar, eu gostaria de fazer apenas um comentário.

Ficaria evidente, se não houvesse a obrigatoriedade desta atividade, que quem fosse tomar a vacina estaria consentindo em participar daquele contexto. Isso também não impede que determinadas áreas de determinado país exijam a vacina, mas ao cidadão cabe a decisão de tomá-la ou não. Se ele foi tomar a vacina, é porque ele concorda com esta situação.

Imaginem os senhores se tivermos 200 milhões de termos circunstanciados assinados e controlados no País! Este é um contexto bastante complexo. Eu concordo com a Deputada Carmen Zanotto no sentido de que nós poderíamos tentar equacionar esta questão da melhor forma possível. Reparem no fato de que isso implica o voluntarismo de ir lá: se eu vou lá, é porque eu concordo em tomar a vacina, mesmo correndo os riscos eventuais que ela possa trazer.

Documento 374/513

| | |
|----------|--|
| 135.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020- |
|----------|--|

CD 18:12
Publ.: DCD - 19/12/2020 - MARIANA CARVALHO-PSDB -RO
CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 32, apresentada à Medida Provisória nº 1.003, de 2020, sobre a autorização ao Poder Executivo de adesão ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility.

A SRA. MARIANA CARVALHO (PSDB - RO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, o PSDB também orienta o voto "sim". Nós entendemos que não há, neste momento, motivações para que seja exigida a assinatura desse termo de consentimento, especialmente porque, se a pessoa vai até o local de vacinação, ela está indo por livre e espontânea vontade. Como acontece em todos os outros programas de vacinação no País, as pessoas acabam se dirigindo ao local onde está sendo disponibilizada a vacina.

Desta forma, nós somos, sim, a favor desta emenda da Deputada Carmen Zanotto. Aproveito para parabenizar S.Exa. por todo o trabalho à frente da Comissão de que fiz e continuo fazendo parte, desde o dia 11 de fevereiro, ao seu lado. A Deputada tem um brilhante trabalho como Relatora. Portanto, eu gostaria de fazer este reconhecimento pela sua atuação neste tema. Nós sabemos da importância da Comissão Externa no combate ao coronavírus neste momento da pandemia e, principalmente, neste tema da vacina.

Documento 375/513

135.2020 Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020-
CD 18:16
Publ.: DCD - 19/12/2020 - FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 32, apresentada à Medida Provisória nº 1.003, de 2020, sobre a autorização ao Poder Executivo de adesão ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility. Congratulações à Deputada Carmen Zanotto pela apresentação da Emenda de Plenário nº 32.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Deputado Kim, o PSOL, obviamente, orienta o voto "sim".

Quero cumprimentar a Deputada Carmen Zanotto pela emenda e também pela participação na Comissão Especial que tem acompanhado os impactos da pandemia aqui no Brasil e outros vários temas, como a vacina. Eu tive a oportunidade, muitas vezes, de acompanhar o trabalho desta Comissão.

Primeiro, eu gostaria de dizer às pessoas que vão aos postos de vacinação que a vacina tem comprovação científica. Mais cedo, eu ouvi um Deputado dizer que as pessoas têm que ser livres, porque tomar a vacina é uma questão individual, quando, na verdade, nós temos que tratar o tema da saúde pública como uma questão coletiva. Se a população não se vacinar, nós não teremos a imunização necessária para a vida voltar ao normal, e, além disso, as pessoas acabam ficando sujeitas à doença.

É claro que se trata de uma vacina cientificamente comprovada! O problema é que o negacionismo discute se a Terra é plana, se a ciência funciona, se a vacina é adequada ou não. É inaceitável que estes temas sejam objeto de discussão. Eu acho que o termo de responsabilidade pode, obviamente, e deve ficar excluído.

Nós orientamos o voto "sim".

Documento 376/513

| | | |
|--|--|------------|
| 135.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020- CD | 18:20 |
| Publ.: DCD - 19/12/2020 - RUBENS BUENO-CIDADANIA -PR | | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 32, apresentada à Medida Provisória nº 1.003, de 2020, sobre a autorização ao Poder Executivo de adesão ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility.

O SR. RUBENS BUENO (CIDADANIA - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós, naturalmente, votamos "sim" à proposta da Deputada Carmen Zanotto. Há pouco eu ouvi falarem sobre o trabalho da Deputada Carmen Zanotto na Comissão Externa de combate à COVID-19, não só pela atuação como ex-Secretária de

Saúde de Santa Catarina, mas também por todo o conhecimento que tem como enfermeira profissional. Daí decorre o fato de esta proposta ser o nosso sentimento a favor da saúde pública e do povo brasileiro.

Nós votamos "sim" à proposta da Deputada Carmen Zanotto.

Documento 377/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 135.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020- CD | 18:24 |
| Publ.: DCD - 19/12/2020 - ERIKA KOKAY-PT -DF | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 32, apresentada à Medida Provisória nº 1.003, de 2020, sobre a autorização ao Poder Executivo de adesão ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Em verdade, nós somos favoráveis à emenda. Sem nenhuma dúvida, este termo de consentimento provoca insegurança e um movimento para as pessoas não acreditarem na vacina. Aliás, o Presidente da República é que mais tem estimulado isso, ao dizer que as pessoas podem virar um animal não humano se vierem a tomar a vacina e que a responsabilidade é delas. Há outra lógica, a lógica de se tirar a responsabilidade do Estado.

Nós vamos trabalhar com vacinas, e as vacinas que serão disponibilizadas passam pelo registro da ANVISA, seja registro emergencial, seja registro definitivo. Nós já aprovamos aqui a publicização de todos os resultados ou de todas as resoluções da ANVISA, para que a população tenha conhecimento disso. Portanto, não faz sentido impor um processo que tenta individualizar e gerar insegurança em relação à vacina.

Eu acho que nós temos um dos melhores programas de imunização de todo o mundo, o que não passa pelo processo de colocar em risco ou em suspeição a vacinação.

Aliás, eu não consigo entender por que o Presidente da República insiste em que o povo não pode ser vacinado. E, por outro lado, o Ministro da Economia, Guedes, que diz que a pandemia está sendo criada para que os beneficiários do auxílio emergencial possam saquear o Estado, diz que é preciso haver a imunização, a vacinação

de todo o povo brasileiro.

Portanto, a Oposição, sem dúvida alguma, vota "sim".

Documento 378/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 135.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020- CD | 18:28 |
| Publ.: DCD - 19/12/2020 - PEDRO UCZAI-PT -SC | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Mobilização do PT a favor da inclusão na pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 391, de 2017, acerca da alteração do art. 159 da Carta Magna, para disciplinamento da distribuição, pela União, de recursos ao Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Deputado Kim, que preside esta sessão desta sexta-feira, eu quero reafirmar a todos os Prefeitos do Brasil que continuamos com a mobilização para conversar com todos os Deputados Federais, porque eu tive agora, novamente, a palavra do Presidente Rodrigo Maia de que, na segunda-feira, estará na pauta a votação da proposta de emenda constitucional que repassa mais 1% do FPM para os Municípios brasileiros.

São mais recursos para os Municípios enfrentarem a pandemia, para utilizarem na saúde, na educação e no desenvolvimento local. Para os Prefeitos, reeleitos e novos, é mais um recurso. Já garantimos, nos Governos Lula e Dilma, para o mês de julho, 1% e, para o mês de dezembro, 1% e agora vamos ter mais 1% para o mês de setembro. Só falta uma votação, que será na segunda-feira.

Prefeitos do Brasil, Prefeitos de Santa Catarina, mobilização nacional, porque na segunda-feira vamos conquistar uma grande vitória no Parlamento brasileiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 379/513

| | | |
|--|--|-------|
| 135.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020- CD | 18:28 |
| Publ.: DCD - 19/12/2020 - ERIKA KOKAY-PT -DF | | |

Sumário

Conveniência de manifestação no plenário, por negacionistas da Covid-19, a respeito do equívoco praticado pelo Rei da Suécia no enfrentamento da doença. Propósito do Presidente da República de apropriação do Estado brasileiro em prol de interesses pessoais. Tentativa da Liderança do Governo de obstrução das votações da Medida Provisória nº 1.003, de 2020, sobre a autorização ao Poder Executivo de adesão ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility. Consulta ao Relator Geninho Zuiliani sobre a incorporação, em seu parecer, de pessoas com deficiência no grupo prioritário de vacinação contra o coronavírus. Necessidade de aprovação pela Casa de projetos de lei em prol da educação inclusiva.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, quero apenas pontuar que o Rei da Suécia reconheceu publicamente que seu país havia adotado para o enfrentamento da pandemia posturas que provocaram mortes - o número de mortes e de pessoas infectadas na Suécia é bem maior do que o dos países daquela região.

E eu lembro muito que as pessoas que tentavam negar a gravidade da COVID-19 diziam que a Suécia era um exemplo, porque não tinha efetivado nenhum isolamento social. Agora, essas pessoas precisam vir à tribuna, precisam usar o microfone para dizer o que aconteceu na Suécia e para dar voz à autocrítica pública feita pelo Rei da Suécia acerca dos erros cometidos pelo seu país no enfrentamento da pandemia.

Então, eu penso que temos que nós temos (*falha na transmissão*). Quando se negam as crueldades que existem neste País, em verdade, está-se perenizando essas crueldades, porque não se enfrenta o que se acha que não existe.

A postura do Presidente é de responsabilizar os demais, de criar inimigos imaginários, de estar sempre com armas ou com os dedos em riste. O Presidente quer que o Brasil fique coalhado de armas - que encontram sempre os mesmos corpos: os corpos que são feridos por um País que ainda não fechou o ciclo dos seus períodos traumáticos.

Portanto, seria muito importante que nós pudéssemos romper com esse negacionismo e com essa fixação que tem o Presidente da República de se apropriar do Estado, para o Estado lhe sirva.

Veja o que disse o Ministro da Economia: que os beneficiários do auxílio emergencial querem saquear o Estado, querem gastar o

dinheiro do Governo. O dinheiro não é do Governo! O dinheiro é do povo brasileiro! Isso é falta de noção de Estado, é falta de noção do que prevê a Constituição, é falta de noção do respeito aos Poderes!

Nós estamos vendo aqui que houve uma tentativa de obstruir a votação de uma medida provisória - e medida provisória é da lavra do próprio Poder Executivo - que diz respeito à vacina! Nós não estamos falando de qualquer outra coisa, mas da vacina! E o Brasil já chega atrasado! O Brasil, na verdade, se disponibilizou a adquirir a menor quantidade possível de vacinas nesse acordo internacional.

Portanto, eu diria que é preciso que nós reflitamos e rompamos o negacionismo, porque muitas vidas estão sendo perdidas no Brasil, e que nós nos sensibilizemos com isso que está acontecendo. Todos nós perdemos alguém querido, e todo mundo que parte é amor de alguém.

Por fim, quero perguntar ao Relator se incorporou em seu parecer as pessoas com deficiência como grupos prioritários. Quero apenas perguntar isso para que não reste nenhuma dúvida, porque a política do Governo é muito capacitista.

Houve a tentativa de romper com a educação inclusiva. Um projeto do Governo entra em regime de urgência na Casa para acabar com as cotas no mercado de trabalho. Ou seja, há toda uma antipolítica de inclusão das pessoas com deficiência e a adoção de uma política muito capacitista .

Esta Casa poderia atender a necessidade de inclusão da sociedade, aprovando os dois projetos da Frente Parlamentar. Vários projetos estão apensados, como o da Deputada Rejane Dias e do Deputado Capitão Wagner. O outro é da Deputada Tereza Nelma, que é exemplo de coragem e de força para cada um e cada uma de nós.

Documento 380/513

| | | |
|---|--|------------------------|
| 135.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020- CD | 18:32 |
| Publ.: DCD - 19/12/2020 - GENINHO ZULIANI-DEM -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Apelo ao PSB e ao PSOL de retirada, respectivamente, do Requerimento de Destaque nº 1 para votação da Emenda de Plenário nº 1, e do Requerimento de Destaque nº 19 para votação da Emenda de Plenário nº 39, apresentadas à Medida Provisória nº 1.003, de 2020, sobre a autorização ao Poder Executivo de adesão ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax

Facility.

O SR. GENINHO ZULIANI (DEM - SP. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu quero fazer um apelo final ao PSB e ao PSOL.

Há dois destaques a serem apreciados para terminarmos a votação dessa tão importante medida provisória.

Já entrando no mérito do Destaque nº 1, do PSB, explico que o partido pretende alterar a validade da lei que trata da COVID, que termina agora, no dia 31 de dezembro, estendendo-a até junho do ano que vem, através dessa medida provisória do Consórcio Covax Facility, e também quer tirar a atribuição do Ministério da Saúde para a determinação de estado de emergência e passá-la para a Organização Mundial da Saúde.

Eu entendo que essa emenda não deve prosperar. Essa é uma atribuição do Governo Federal. Já recomendo a votação contrária à emenda destacada, mas eu gostaria de pedir ao PSB a possível retirada.

E também há o Destaque nº 19, que é o subsequente, de autoria do PSOL, que dá poderes a um conselho tripartite para tratar da campanha de vacinação.

Todos sabem que a campanha de vacinação é do Ministério da Saúde. Ela é concentrada no Governo Federal. Todo o texto foi construído nesse sentido. Por isso, eu recomendo também a votação contrária a essa emenda e gostaria muito que o PSOL pudesse retirá-la, para que nós pudéssemos agilizar a votação. Há outras matérias que podem ser objeto de consenso após essa medida provisória.

Documento 381/513

| | | |
|--|------------------------------------|---------------|
| 135.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária | - 18/12/2020- |
| | CD | 18:48 |
| Publ.: DCD - 19/12/2020 - TIAGO MITRAUD-NOVO -MG | | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 1, apresentada à Medida Provisória nº 1.003, de 2020, sobre a autorização ao Poder Executivo de adesão ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility.

O SR. TIAGO MITRAUD (NOVO - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, na minha opinião, o Governo Bolsonaro - e o Presidente, especialmente - vem fazendo uma gestão completamente desastrosa na resposta do País à pandemia.

Desde o início, ele nega a gravidade do vírus, confunde a população em relação às medidas necessárias para conter a taxa de contaminação e, na questão da vacina, novamente, vem usando de desinformação e deboche para lidar com o problema, sem considerar a sua seriedade. Enquanto isso, o Ministério da Saúde não consegue nos dar nenhuma segurança de que vai lidar com a situação e vai liderar a imunização do País na velocidade e com a segurança de que nós precisamos.

Agora, nem por isso, Presidente, nós acreditamos que devemos delegar a um organismo internacional uma decisão que deveria ser local, uma vez que o organismo internacional decide com base em dados do mundo inteiro, e não de acordo com o que está acontecendo no Brasil. Então, a decisão sobre quando deve ser encerrado o período da situação de emergência pública no País deve ser uma decisão do Brasil, e não uma decisão de um órgão internacional.

Por isso, o NOVO orienta "não".

Documento 382/513

| | | |
|--|--|------------|
| 135.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020- CD | 18:48 |
| Publ.: DCD - 19/12/2020 - AFONSO FLORENCE-PT -BA | | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 1, apresentada à Medida Provisória nº 1.003, de 2020, sobre a autorização ao Poder Executivo de adesão ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Nós teremos ainda a necessidade de muitas ações de combate à pandemia nesse período. Nós estamos falando de um organismo internacional da área da saúde. Portanto, prorrogar a vigência do estado de emergência é fundamental.

A Minoria orienta "sim".

Aproveito, Presidente, para registrar que, na sequência da pauta, há PLs que já têm urgência aprovada e acerca dos quais pode haver consenso. Um deles é o PL 4.113/20, cujo Relator é o Deputado Eduardo Barbosa. Esse projeto é o que dá segurança jurídica para, durante o período da pandemia, as organizações da sociedade civil, por chamamento público, poderem adequar suas prestações de contas à execução orçamentária. Isso se aplica às entidades filantrópicas, às APAES etc.

Por isso, eu apelo aos Líderes das Frentes Parlamentares para que ouçamos o Deputado Eduardo Barbosa.

A Minoria vota "sim", Presidente.

Muito obrigado.

Documento 383/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 135.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020- CD | 18:48 |
| Publ.: DCD - 19/12/2020 - ERIKA KOKAY-PT -DF | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 1, apresentada à Medida Provisória nº 1.003, de 2020, sobre a autorização ao Poder Executivo de adesão ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility. Visão negacionista do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A Oposição vota "sim".

É preciso nós identificarmos em que lugar estamos. Nós estamos com o Presidente da República que disse que a doença que provocou a pandemia era uma gripezinha. Ele tem uma postura negacionista e disse que as pessoas podem se transformar em jacarés, se tomarem a vacina. É neste lugar que nós estamos. O Presidente entupiu o Brasil de comprimidos de cloroquina e nega qualquer tipo de evidência científica.

Ao mesmo tempo que nega qualquer evidência científica, esse

Presidente também é dotado de um profundo autoritarismo. Está em curso uma lógica autoritária de se apropriar do Estado; de ir ao Ministério da Saúde e sequestrá-lo, para colocar lá alguém que seja seu ventríloquo, um sabujo das suas ideias, que são negacionistas.

Neste quadro, nós não podemos permitir que o negacionismo e o arbítrio, que se retroalimentam, determinem (*falha na transmissão*). O Presidente disse que o Brasil foi um dos países que melhor enfrentou essa pandemia, negando todos os fatos. E o Ministro da Economia disse que alguém que diz que a pandemia ainda está aí o faz porque quer saquear a grana - são as palavras dele - do próprio Governo.

Documento 384/513

| | |
|--|---|
| 135.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020- CD 18:52 |
| Publ.: DCD - 19/12/2020 - MARCEL VAN HATTEM-NOVO -RS | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA |
| | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Contrariedade à vacinação obrigatória da população brasileira contra a Covid-19. Apreensão do orador com os rumos do País diante de decisões do Supremo Tribunal Federal.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas Deputados, o assunto de que nós estamos tratando nesta MP é muito sério: é a vacinação.

Aliás, a pandemia é assunto sério; seríssimo. E, lamentavelmente, durante todo esse período em que a estamos enfrentando, tão grave, nós vimos uma politização do tema. De um lado, há aqueles que são acusados de negacionistas; de outro, aqueles que são chamados de demagogos, de populistas ou até mesmo de ditadores.

Sr. Presidente, caros colegas Deputados, nós precisamos sair dessa dicotomia. Infelizmente, o debate em torno da vacinação perdeu qualquer rumo da racionalidade, e nós, como liberais, precisamos colocar de volta no centro do debate o cidadão, o indivíduo, que é homem livre e, ao mesmo tempo, exerce essa liberdade com responsabilidade, quando está na sociedade.

Espantam-me muito vários dos argumentos usados pelo STF ao determinar que a vacinação precisa ser obrigatória no Brasil, com a possibilidade de perda de direitos civis e com determinadas outras

possibilidades que o cidadão acaba vendo serem retiradas de si, caso não se submeta a uma vacinação.

Sr. Presidente, todo esse debate apenas está causando mais insegurança, e o STF tem, lamentavelmente, colaborado para isso. A Casa Legislativa é esta, e, lamentavelmente, muitas decisões que precisam ser tomadas por ela acabam sendo tomadas de uma forma equivocada do outro lado da rua.

Nós precisamos ter a consciência de que todo cidadão que tiver confiança nas suas autoridades e nos laboratórios que estão desenvolvendo as vacinas e entender que elas são confiáveis vai querer ser vacinado. Não precisa de coerção estatal para isso.

Cada vez que se tenta obrigar o cidadão a fazer alguma coisa, mais nebuloso se torna o debate, pior fica o ambiente de troca de ideias, pior fica a defesa das liberdades individuais com responsabilidade.

É por isso que nós entendemos que, sim, é importante - quando houver vacina, porque nem há, ainda, aqui no País, vacina aprovada; em outros países já há - que, se aprovada a vacina e se o cidadão entender que deve ser vacinado, ele, de fato, tome a vacina. É fundamental que haja campanha de vacinação, como há tantas outras. Mas querer que o cidadão confie unicamente naquilo que vem sendo veiculado, inclusive por meios políticos, é exigir demais daqueles que precisam ser naturalmente desconfiados do Estado.

E é isso que diz o liberal de verdade: que o cidadão precisa ser cético em relação àqueles que têm poder. E, para quebrar o ceticismo, Deputado Luiz Lima, é preciso seriedade no debate. Infelizmente, grande parte do debate a respeito desse tema não tem sido sério.

Como disse há pouco Salim Mattar, no Twitter, serviço militar obrigatório, voto obrigatório, vacinação obrigatória, todas essas coisas, no fundo, acabam não funcionando, porque são imposições, e muitos se sentem acuados para prestar o serviço militar ou votar, de fato, ou mesmo tomar vacina por conta dessas determinações e imposições estatais.

Para concluir, Sr. Presidente, e agradecendo a tolerância do tempo, eu quero manifestar a minha preocupação com os rumos do Brasil diante de decisões como essa do STF, que inclusive é inaplicável, porque, para 210 milhões de brasileiros, nem haverá vacina em curto prazo. Como obrigar que todos tomem? É preciso que as decisões sejam razoáveis, exequíveis e, principalmente, que o debate não seja tão politizado como, lamentavelmente, está sendo no Brasil ao longo de toda essa pandemia.

Muitíssimo obrigado.

Documento 385/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 135.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020- CD | 18:56 |
| Publ.: DCD - 19/12/2020 - AFONSO FLORENCE-PT -BA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Apelo à Presidência e ao Plenário de estabelecimento de acordo consensual para a aprovação do parecer oferecido pelo Deputado Eduardo Barbosa ao Projeto de Lei nº 4.113, de 2020, a respeito da instituição de normas de caráter transitório aplicáveis a parcerias celebradas pela administração pública, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente. Serei rápido.

Quero me dirigir a V.Exa. e também às Parlamentares e aos Parlamentares, bem como às Sras. e aos Srs. Líderes. Está na pauta de hoje o PL 4.113/20, de autoria de diversas frentes parlamentares. Está autenticado com o meu nome porque eu presido uma das frentes, mas posso citar a Frente Parlamentar de Apoio às Santas Casas, Hospitais e Entidades Filantrópicas; a Frente Parlamentar Ambientalista; a Frente Parlamentar Mista em Apoio aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis da ONU - ODS; a Frente Parlamentar Mista em Defesa das Organizações da Sociedade Civil.

O Relator do projeto é o Deputado Eduardo Barbosa. O relatório já está no sistema, foi inserido em tempo hábil, teve a urgência aprovada, está na pauta de hoje. O PL 4.113/20 garante a segurança jurídica para que os entes federados, ou seja, Governo Federal, Governos Estaduais e Governos Municipais, de acordo com os decretos regulamentadores da Lei nº 13.019, de 2014, o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC, possam adequar suas prestações de contas. Prorroga, inclusive, uma lei, aprovada nesta Casa, de interesse das filantrópicas, das Santas Casas e das APAEs, em relação à execução orçamentária durante o período da pandemia.

Portanto, quero saudar o Deputado Eduardo Barbosa pelo relatório e fazer um apelo a V.Exa. para que tentemos o consenso no plenário, nesta sessão. Isso é fundamental, porque o projeto ainda tem que ir ao

Senado. Estamos falando do período da pandemia.

E quero saudar, na figura da Associação Brasileira de Organizações não Governamentais - ABONG, o PL 4.113.

Faço esse apelo a V.Exa., Sr. Presidente, para que tente o consenso no relatório do Deputado Eduardo Barbosa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Kim Kataguirí. DEM - SP) - Vamos tentar, ao final da votação do último destaque, Deputado Afonso Florence.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Obrigado, Presidente.

Documento 386/513

| | | |
|---|--|------------------------|
| 135.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020- CD 19:12 | |
| Publ.: DCD - 19/12/2020 - ISNALDO BULHÕES JR.-MDB -AL | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Congratulações ao Deputado Geninho Zuliani pelo parecer oferecido à Medida Provisória nº 1.003, de 2020, sobre a autorização ao Poder Executivo de adesão ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility. Politização da vacina contra o coronavírus. Formação de bloco parlamentar com vista à eleição da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados.

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (MDB - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, primeiro, quero parabenizar o trabalho brilhante do Relator, o Deputado Geninho Zuliani. É mais um avanço, um passo importantíssimo em busca das soluções para proteger a nossa população desse vírus tão cruel.

Registro também sempre o lamento da politização que tem se dado em nosso País e em alguns outros países do mundo tanto com relação à vacinação, quanto ao combate ao coronavírus.

E, aproveitando os poucos segundos que me restam, quero apenas registrar o ato do anúncio da formação do novo bloco parlamentar da Câmara dos Deputados, um bloco plural, com partidos de pensamentos diferentes, acima de tudo unidos, com um ponto primordial: a garantia do Estado Democrático de Direito e a preservação da independência e

da harmonia entre os poderes.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 387/513

| | | |
|---|--|------------------------|
| 135.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020- CD | 19:12 |
| Publ.: DCD - 19/12/2020 - LUIZ LIMA-PSL -RJ | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 39, apresentada à Medida Provisória nº 1.003, de 2020, sobre a autorização ao Poder Executivo de adesão ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility. Congratulações ao Relator da matéria, Deputado Geninho Zuliani. Solidariedade aos familiares das vítimas do coronavírus no País. Politização da epidemia da Covid-19. Caráter falacioso do discurso da Oposição a respeito dos óbitos decorrentes do coronavírus no País.

O SR. LUIZ LIMA (Bloco/PSL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Kim Kataguiri, o Governo rejeita a emenda, vota "não", e é favorável ao texto. Gostaria de parabenizar o Relator, o Deputado Geninho Zuliani, pela brilhante relatoria, pela velocidade com que o construiu positivamente.

Quero aqui me solidarizar, representando o Governo, com os mais de 180 mil brasileiros que perderam a vida, mas gostaria de compactuar com o Deputado Isnaldo. A politização do coronavírus em nosso País, não só por alguns Deputados, como também pela mídia, é muito preocupante. Gostaria de lembrar que o sucateamento da rede pública é fruto de 16 anos do desgoverno que preferiu investir em Copa do Mundo a investir em leitos hospitalares.

E quero lembrar a Oposição, pois muitas pessoas não sabem quantos brasileiros perdem a vida por ano: 1 milhão e 300 mil brasileiros morrem por ano, muitos deles por desnutrição, por assassinato e por outras enfermidades, fruto do mau atendimento do sistema público de saúde, fruto do desgoverno por que este País passou em 16 anos. Espero que a Oposição se preocupe com o outro 1 milhão e 100 mil brasileiros mortos. Esta proporcionalidade, a mídia não passa: nascem 3 milhões de bebês por ano, morre 1 milhão e 300 mil brasileiros por ano, e o foco são os 180 mil brasileiros, de que temos que cuidar, que

temos que lamentar e ter solidariedade para com suas famílias.

A politização mata este País! Deputados aqui presentes matam este País com sua política pública e um discurso falacioso, que se repete a cada dia.

Muito obrigado, Presidente Kim Kataguiri.

Documento 388/513

| | |
|--|--|
| 135.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020- CD 19:20 |
| Publ.: DCD - 19/12/2020 - MÁRCIO JERRY-PCDOB -MA | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA |
| | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 39, apresentada à Medida Provisória nº 1.003, de 2020, sobre a autorização ao Poder Executivo de adesão ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility. Politização da epidemia de coronavírus pelo Presidente da República.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Kim Kataguiri, boa noite.

Nós orientamos "sim". Fico muito admirado com esse discurso sobre politização do combate à pandemia. Bem disse o Deputado Camilo Capiberibe que quem o fez, exaustiva e cansativamente, foi o Presidente da República.

A proposta de criação de um comitê gestor, como este agora apresentado pela bancada do PSOL, nos faz lembrar que um comitê assim deveria ter sido apresentado por iniciativa do Poder Executivo desde o início da pandemia, para que pudéssemos ter esforços integrados, convergentes, unindo os três Poderes, as unidades federadas do País - todos os Estados e Municípios - e as capitais. Enfim, teríamos tido resultados muito melhores para atenuar os efeitos da crise da pandemia do novo coronavírus.

Lamentamos esse discurso feito agora, quando se quer imputar a quem propõe a criação de um comitê gestor a intenção de politizar a pandemia do coronavírus. Quem o fez - e, infelizmente, continua fazendo - foi o Presidente da República e seu secto de aloprados negacionistas, muitos também confessadamente genocidas.

"Sim", Presidente.

Documento 389/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 135.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020- CD | 19:32 |
| Publ.: DCD - 19/12/2020 - EDUARDO BARBOSA-PSDB -MG | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Defesa de inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 4.113, de 2020, de autoria do Deputado Afonso Florence, a respeito da instituição de normas de caráter transitório aplicáveis a parcerias celebradas pela administração pública, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Deputados, nobres Líderes, estamos aqui justamente para solicitar que seja mantido o que já está previsto na convocação da próxima sessão. Trata-se do Projeto de Lei nº 4.113, de autoria do Deputado Afonso Florence.

Nós acompanhamos todo esse debate, toda essa discussão há muito tempo, principalmente com as organizações da sociedade civil. Diante da legislação em vigor, do marco regulatório, diversas, centenas, milhares de organizações neste País estabeleceram parcerias com gestores públicos dos três entes federados, cumprindo papéis relevantes, em vários setores, principalmente no caso de políticas sociais voltadas para públicos vulneráveis. É lógico que, com a pandemia, houve uma interrupção de inúmeros projetos pelo País afora, até mesmo porque a pandemia nos impõe restrição, faz com que haja isolamento. Muitas dessas parcerias referem-se justamente a atendimento direto à população vulnerável.

Sendo assim, o projeto de lei que foi apresentado pelo Deputado Afonso Florence, fruto de ampla discussão e percepção das necessidades dessas organizações e também dos gestores públicos, vem fazer com que também haja um caráter transitório para essas parcerias em vigor, que são feitas através de termos de parceria, termos de fomento e assim por diante, todos instrumentos legais previstos pelo marco regulatório - a propósito, fui o Relator da proposição que resultou nessa lei.

Então, nós precisamos dar um respaldo tanto para os gestores públicos como para as organizações, para que sejam revistos esses termos de

parceria, fazendo com que haja uma garantia inclusive para que eles possam ser executados a partir desse período de exceção que estamos vivendo. Defende-se que as organizações não fiquem prejudicadas e que possam cumprir aquilo que foi estabelecido, porém fazendo uma revisão dessas parcerias. A lei toma o cuidado de prever quais são as possibilidades que existem para a revisão desses planos de trabalho, metas e assim por diante.

Seria fundamental, portanto, que os nossos Líderes garantissem que seja incluído na pauta do Projeto de Lei nº 4.113. Temos que fazer isso em tempo hábil, ainda neste exercício, porque senão haverá prejuízo não só para as entidades, as organizações, os Municípios, mas também, principalmente, para os usuários desses serviços, que estavam sendo beneficiados, e os serviços tiveram que ser interrompidos por causa da pandemia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 390/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 135.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020- CD | 19:36 |
| Publ.: DCD - 19/12/2020 - PEDRO UCZAI-PT -SC | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Importância da aprovação pela Casa da Medida Provisória nº 1.003, de 2020, sobre a autorização ao Poder Executivo de adesão ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility; do Projeto de Lei nº 4.372, de 2020, sobre a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB; e da Proposta de Emenda à Constituição nº 391, de 2017, sobre a alteração do art. 159 da Carta Magna, para disciplinamento da distribuição, pela União, de recursos ao Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Depois V.Exa. fala por 1 minuto, Deputado Afonso. (*Riso.*)

Eu quero cumprimentá-lo, Deputado Kim, que preside esta sessão e, neste momento, conduz votação tão importante.

Acho que o Parlamento, com a sensatez que tem, coloca a questão da pandemia no centro da política pública. Trata-se da vida das pessoas!

O meu sobrinho perdeu a mulher, de 36 anos, por causa da COVID.

Um assessor meu perdeu a mãe por causa da COVID. Eu tenho convivido cotidianamente com a morte de pessoas próximas. Não estamos discutindo ideologia, estamos discutindo o cuidado com a vida do povo brasileiro.

Eu o cumprimento por coordenar a votação desta medida provisória, que traz sensatez, com que decidimos no Parlamento. Definimos recurso para combater a COVID, reafirmamos a ciência, reafirmamos o desejo de vacinação em massa. Todos têm esse direito. Ser vacinado é um direito! É um direito do povo brasileiro. Então, eu o cumprimento.

Nesta semana alcançamos uma conquista histórica em relação ao FUNDEB. Na segunda-feira, alcançaremos uma conquista para os Municípios, com o aumento de 1 ponto percentual no que se refere ao FPM.

Parabéns, Presidente! É um jovem Deputado, de primeiro mandato. Desde o primeiro dia vamos aprendendo, com diálogo, a reconhecer as diferenças e a nos respeitar. Eu o cumprimento e cumprimento todo o Parlamento brasileiro pela votação desta medida provisória.

Documento 391/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 135.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020- CD | 19:40 |
| Publ.: DCD - 19/12/2020 - AFONSO FLORENCE-PT -BA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Defesa de aprovação, por conclamação, do parecer oferecido pelo Deputado Eduardo Barbosa ao Projeto de Lei nº 4.113, de 2020, a respeito da instituição de normas de caráter transitório aplicáveis a parcerias celebradas pela administração pública, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, como eu disse, vou usar apenas 1 minuto do tempo da Liderança.

Gostaria de saudar o Deputado Eduardo Barbosa e afirmar que o que ele disse é gentileza e generosidade dele. A rigor, o projeto é da autoria de várias frentes parlamentares. O Deputado Eduardo Barbosa já foi presidente dessa frente, foi o Relator da proposição que resultou na Lei nº 13.019, que é um marco regulatório. Digo aos colegas e às colegas que essa lei, para as organizações da sociedade civil,

corresponde à Lei nº 8.666 para a área de que ela trata.

O Governo Central, os Governos Estaduais e os Governos Municipais, através de decretos, regulamentaram a Lei nº 13.019, fizeram chamamentos públicos. Menciono as APAEs, as filantrópicas em geral, as Santas Casas, mas também outras organizações não filantrópicas que atuam na assistência social e em outras áreas da administração pública. Eu me refiro ao chamado terceiro setor. Quanto aos termos de colaboração, termos de fomento, contratos de gestão, não estão podendo ser concluídas as prestações de contas e os ajustes.

Esta lei é neutra. Ela autorizará o Governo Central, os Governos Estaduais e os Governos Municipais a convocarem essas entidades para que ajustem as prestações de contas e seja concluída a execução do orçamento aprovado nesta Casa, por exemplo, para as Santas Casas.

O relatório do Deputado Eduardo Barbosa pode ser aprovado por consenso, de maneira tranquila. Por isso, faço o apelo para que ele seja apreciado e votado, possivelmente, por aclamação. E, é claro, o Deputado Eduardo Barbosa poderá resumir o seu voto.

Obrigado, Presidente.

Parabéns, Deputado Eduardo Barbosa!

Documento 392/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 135.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020- CD | 19:48 |
| Publ.: DCD - 19/12/2020 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Apelo à Casa de aprovação do Projeto de Lei nº 1.479, de 2020, sobre a suspensão, por 120 dias, da cobrança de empréstimos consignados dos trabalhadores da ativa e aposentados.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Kim, cumprimento todos os colegas Parlamentares.

Quero primeiro concordar com a Deputada Erika.

No que diz respeito ao PDT, Deputada Erika, nós temos concordância

com as suas propostas importantes para o Parlamento, para o País, enfim, para este momento.

Mas eu queria, Presidente, fazer um apelo a V.Exa. O Projeto de Lei nº 1.479, de 2020, de minha autoria, está apensado a um projeto que veio do Senado e trata de empréstimo consignado, trata daqueles débitos que, via de regra, servidores públicos, especialmente aposentados, têm para com os bancos. Considerem que 30% a 35% dos salários dos aposentados dão garantia aos financiamentos de consignado, e esse dinheiro é retido mês a mês. É justo que seja, porque se trata de um financiamento.

Mas agora, no período da pandemia, Presidente, isso não é correto. Nós queremos que o aposentado receba o benefício da suspensão do desconto do consignado, para que ele possa receber o salário por inteiro, porque o salário que ele recebe hoje, em período de pandemia, serve para botar o pão na mesa, a boia no prato. O filho do aposentado ou da aposentada - a maioria dos aposentados são mulheres - não tem salário, o neto não tem renda. O avô ou a avó é que estão pagando. Esse dinheiro, Presidente, para os bancos, é migalha, e para o aposentado é pão na mesa. Ninguém vai negar a conta. A conta vai para o final da conta, e depois se paga a conta.

Isso é algo consensual, eu tenho essa convicção. O Senado já o aprovou. Agora falta a Câmara aprová-lo. Acho que nós podemos fazer isso. Não há gasto público, não há dinheiro público envolvido.

Os bancos podem esperar um pouquinho. Os bancos têm condições de esperar. Para os bancos, isso não é fundamental. O que é migalha para os bancos é pão na mesa do aposentado.

Eu queria então fazer esse apelo a V.Exa., Presidente. Consulte os demais pares, consulte quem achar que tem de consultar, mas é fundamental que a Câmara dos Deputados dê essa resposta. O Senado já falou, já deu essa resposta. Falta a Câmara falar, Presidente.

Documento 393/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 135.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020- CD | 19:52 |
| Publ.: DCD - 19/12/2020 - ANGELA AMIN-PP -SC | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Associação ao discurso do Deputado Pompeo de Mattos a favor da aprovação

do Projeto de Lei nº 1.479, de 2020, sobre a suspensão, por 120 dias, da cobrança de empréstimos consignados dos trabalhadores da ativa e aposentados.

A SRA. ANGELA AMIN (Bloco/PP - SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Eu agradeço aos Deputados.

Presidente Kim, eu quero apenas complementar o que o Deputado Pompeo de Mattos falou sobre a importância de votarmos o projeto a respeito dos empréstimos consignados. Eu apresentei requerimento de urgência em junho, logo após o Senado encaminhar à Câmara o projeto. Tentei conversar com a Mesa, conversei com a Deputada Soraya, e nada nós conseguimos. Eu gostaria então de reforçar o apelo do Deputado Pompeo de Mattos, para que pudéssemos praticar esse gesto em favor do aposentado brasileiro.

Muito obrigada.

Documento 394/513

| | | |
|--|--|------------|
| 135.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020- CD | 19:52 |
| Publ.: DCD - 19/12/2020 - VINICIUS CARVALHO-REPUBLICANOS -SP | | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Defesa de votação do Projeto de Lei nº 1.479, de 2020, sobre a suspensão, por 120 dias, da cobrança de empréstimos consignados dos trabalhadores da ativa e aposentados; da Proposta de Emenda à Constituição nº 397, de 2017, acerca da inserção do art. 18-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com vista à convalidação de atos administrativos praticados no Estado do Tocantins entre 1º de janeiro de 1989 e 31 de dezembro de 1994; e de moção de repúdio ao ato de violência política praticado contra a Deputada Estadual de São Paulo, Isa Penna.

O SR. VINICIUS CARVALHO (REPUBLICANOS - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Kim, em que pese a importância, sob a ótica da Deputada Erika Kokay, de todos os projetos - acredito que são meritórios - em relação aos quais há pedido para que sejam votados, lembro que estamos deliberando nesta Casa, ainda que remotamente, desde as 11 horas da manhã. Já trabalhamos a semana inteira seguindo esse procedimento e ontem fomos até tarde da noite.

Então, o que sugiro a V.Exa., Presidente desta sessão, e aos demais



Líderes é que possamos votar agora - corroboro a fala do nosso amigo Deputado Pompeo de Mattos - apenas o PL 1.479/20, sobre empréstimos consignados, e, se for possível, a PEC do Tocantins, acatando-se o apelo do Deputado Vicentinho Júnior.

Se nós Líderes não acatarmos o pedido relativo a essa PEC, que versa sobre um Estado cuja quantidade de Parlamentares, regimentalmente e até constitucionalmente, é muito pequena, ele jamais conseguirá que essa proposição seja votada. Se não houver bom senso e a aquiescência dos pares, ela não será deliberada.

Faço esta sugestão: votamos essas duas proposições e nos comprometemos, em relação aos outros projetos, sem compromisso de mérito, a colocá-los em votação na segunda-feira, inclusive os que foram citados pela Deputada Erika Kokay. Assim não vamos muito longe com a sessão de hoje. Retornaremos na segunda-feira, num momento oportuno, para darmos continuidade aos trabalhos. V.Exa. disse que já está prevista, Sr. Presidente, realização de sessão na próxima segunda-feira.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Deputado Vinicius, tem alguma objeção a apreciarmos, pelo menos, a moção de solidariedade à Deputada Estadual Isa Penna, que foi agredida?

A agressão está registrada em vídeo. Inclusive, o agressor foi afastado do Cidadania, se não me falha a memória, em função do ato. Ela foi apalpada em plenário.

Esta Casa deve se manifestar em solidariedade a ela.

V.Exa. tem alguma objeção?

O SR. VINICIUS CARVALHO (REPUBLICANOS - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - De forma alguma, Deputada Erika Kokay.

Permita-me falar em cima da sua fala, que é muito oportuna.

Como V.Exa. falou, há vários projetos. Inclusive, peço desculpas, porque não me atentei a este detalhe de grande importância e relevância sobre algo que nós devemos abominar em nossa sociedade.

Então, se nós pudermos apreciar essa moção; o PL 1.479, que fala dos consignados; e a PEC que trata da questão do Tocantins, poderemos encerrar a sessão de hoje. Quando a sessão é longa, exaustiva, extenuante, nós acabamos não agindo com a nossa consciência. Embora tenhamos a vontade de querer fazer mais, o nosso corpo é

limitado, a mente é limitada e fica cansada.

Essa é a ponderação que faço a V.Exas.

Documento 395/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 135.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020- CD | 19:56 |
| Publ.: DCD - 19/12/2020 - AFONSO FLORENCE-PT -BA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Apelo ao Deputado Vinicius Carvalho de votação do Projeto de Lei nº 4.113, de 2020, a respeito da instituição de normas de caráter transitório aplicáveis a parcerias celebradas pela administração pública, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado já quer aprovar uma privatização que não tem nem projeto?

Há uma tentativa de obstrução de projetos relevantes.

Eu quero fazer um apelo ao Deputado Vinicius Carvalho, porque o Projeto de Lei nº 4.113, de 2020, precisa ser apreciado dentro do ano fiscal. É possível o acordo. Há o aval do Deputado Eduardo Barbosa, que está na sala. Não há emenda.

Então, eu acho que podemos ir adiante com a proposta apresentada pelo Deputado Vinicius Carvalho, acordada com a Deputada Erika Kokay.

Eu solicito a inclusão de um projeto, que é passível de acordo integral quanto ao mérito. Acho que o apelo do Deputado Vinicius pode ser acatado. Apenas ressalto a importância do PL 4.113, que deve ser apreciado dentro do ano fiscal. Por causa da pandemia, as Santas Casas, as APAEs e demais entidades estão precisando dessa segurança jurídica. E quem opera é a administração pública. Não há gasto público nenhum.

Sr. Presidente, obrigado.

Documento 396/513

135.2020

Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020-
CD 20:08

Publ.: DCD - 19/12/2020 - GIOVANI CHERINI-PL -RS

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Defesa de votação do Projeto de Lei nº 3.515, de 2015, sobre a alteração da Lei nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e do art. 96 da Lei nº 10.741, de 2003, (Estatuto do Idoso), para aperfeiçoamento da disciplina do crédito ao consumidor e da prevenção e tratamento do superendividamento; da Proposta de Emenda à Constituição nº 397, de 2017, acerca da inserção do art. 18-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com vista à convalidação de atos administrativos praticados no Estado do Tocantins entre 1º de janeiro de 1989 e 31 de dezembro de 1994; e do Projeto de Lei Complementar nº 266, de 2020, relativo à alteração da Lei Complementar nº 173, de 2020, a respeito do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus. Subscrição da moção de repúdio ao Deputado Estadual de São Paulo, Fernando Cury, por assédio sexual praticado contra a Deputada Isa Penna.

O SR. GIOVANI CHERINI (Bloco/PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu acho que está certa a condução da Mesa no sentido do encerramento da sessão. É claro que nós do PL queríamos a votação do Projeto de Lei Complementar nº 266, de 2020, do Senador Wellington Fagundes, e da Proposta de Emenda à Constituição nº 397, de 2017, do Senador Vicentinho Alves. Também faríamos acordo para a votação do Projeto de Lei nº 3.515, de 2015.

Achamos que são projetos bem importantes, mas, como estamos nos encaminhando para o encerramento, queremos subscrever e apoiar essa moção, em nome do Partido Liberal, porque nós também condenamos qualquer tipo de assédio, qualquer tipo de ação que menospreze a mulher, o negro, etc. Que isso realmente sirva como exemplo!

O PL também está junto nessa moção, Deputada Fernanda Melchionna. Assinamos e subscrevemos o que for preciso para servir de exemplo com relação a esse fato lamentável ocorrido em São Paulo.

Documento 397/513

135.2020

Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020-20:12
CD

Publ.: DCD

-PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE-

19/12/2020 -
CÂMARA
DEPUTADOS

DEM -TO
DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Emissão, pela bancada feminina, de nota a respeito do caso de assédio sexual praticado contra Deputada Estadual de São Paulo. Apelo à Casa de aprovação do Requerimento nº 2.981, de 2020, para apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei Complementar nº 266, de 2020, relativo à alteração da Lei Complementar nº 173, de 2020, a respeito do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Como Líder da bancada feminina, eu só quero dizer que a bancada já emitiu uma nota e acho que é muito importante esta Casa se manifestar de maneira formal. Então, faço esse apelo em nome da bancada feminina. Acho que a Deputada Fernanda já nos representou muito na sua fala e na defesa feita.

Além disso, eu queria fazer um apelo para votarmos o Requerimento nº 2.981, de 2020, de urgência. Para votarmos o Projeto de Lei Complementar nº 266, de 2020, precisamos votar essa urgência. Ela afeta diretamente cinco universidades novas. Então, se for possível votar esse requerimento de urgência, eu gostaria que fosse feito ao final da aprovação dessa nota, se todos estiverem de acordo.

Documento 398/513

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 37.2020.B | Sessão Outro Evento | 21/12/2020-12:56 |
| Publ.: DCD - 22/12/2020 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Balanço do primeiro ano da eclosão da epidemia de coronavírus no País. Aplausos à diretoria do Esporte Clube Bahia pelo afastamento de jogador acusado de racismo. Visão negacionista do Presidente Jair Bolsonaro com relação à Covid-19. Escalada do crime de feminicídio no País. Aprovação pela Casa de moção de repúdio ao assédio sexual praticado por Parlamentar contra a Deputada Estadual de São Paulo, Isa Penna. Votos de feliz Natal e próspero Ano Novo ao povo brasileiro.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

Boa tarde a todos e a todas que nos acompanham pela *TV Câmara*.

Em primeiro lugar, quero dizer que hoje é a última sessão do ano de 2020 da Câmara dos Deputados, representante do nosso povo. Nós temos que fazer o balanço de 1 ano de pandemia, quando mais de 185 mil pessoas perderam a vida e quando temos um desgoverno em ação. O Sr. Jair Bolsonaro adocece o tecido social brasileiro. Ele é um negacionista, é alguém que diz que não há por que ter pressa para se contratar a compra das vacinas do estrangeiro que são produzidas e patenteadas com convênios com entidades respeitáveis em nosso País. Mas Jair Bolsonaro não se importa com a vida dos brasileiros.

Algo que nós precisamos sempre compreender é que as sociedades, quando observam o adoecimento da superestrutura, da cabeça, do poder, elas também adoecem. A sociedade brasileira recebe certa forma de concessão para transgressão social de costumes. Está-se falando muito sobre pauta de costumes para 2021, e espero que qualquer um que assuma a Presidência da Casa tenha como meta garantir a reconstrução do tecido social brasileiro adoecido por Jair Bolsonaro.

Sr. Presidente, quero hoje aplaudir a posição do Esporte Clube Bahia pela iniciativa de apurar a denúncia de injúria racial cometida no jogo de ontem contra um jogador do Flamengo. Hoje o jogador foi afastado para apuração, mas isso mostra como o racismo no Brasil cresceu. Infelizmente o racismo mata, humilha e tem que ser extirpado da Nação brasileira - George Floyd; João Alberto, no Carrefour em Porto Alegre; o garoto Miguel Otávio. As mulheres a cada dia sofrem agressões maiores. A estilista baiana Tatiana Fonseca, no dia 12 de dezembro agora último, foi morta a quatro tiros por seu ex-namorado inconformado. O feminicídio cresceu. Somente no primeiro semestre foram 497 mulheres que perderam a vida por homens inconformados. A violência política contra a Deputada Estadual Isa Penna, a quem mando o meu abraço solidário, nos envergonhou a todas. A Câmara já se pronunciou em moção na última sexta-feira, motivou a denúncia internacional por causa de um Deputado que resolveu tomar-lhe o corpo em plena sessão, motivando outras Deputadas, inclusive federais, a denunciar que também já sofreram assédio. Isso não pode mais acontecer.

Espero que tenhamos um 2021 sem assédio, sem morte de LGBTs, sem assassinatos de mulheres, sem assassinatos de pessoas por serem negras, por terem mais pigmentação de melanina em sua pele. Sr. Presidente, nós precisamos de um Brasil em 2021 com vacina, com

paz, com liberdade e com democracia.

Desejo um feliz Natal para todos e um Ano Novo com vacina e sem Bolsonaro.

Muito obrigada.

Documento 399/513

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 37.2020.B | Sessão Outro Evento | 21/12/2020-13:00 |
| Publ.: DCD - 22/12/2020 - NILTO TATTO-PT -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Gestão desastrosa do Presidente Jair Bolsonaro. Não apreciação, pelo Congresso Nacional, do Veto Parcial nº 46, de 2020, apostado ao Projeto de Lei nº 735, de 2020, (Projeto Assis Carvalho), sobre as medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018. Não votação, pela Casa, da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, a respeito da instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Não abertura, pela Câmara dos Deputados, de processo de impeachment contra o Presidente da República. Votos de feliz Natal aos Parlamentares e ao povo brasileiro.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Presidente, caros colegas Parlamentares, nós estamos chegando ao final do ano e é necessário fazer, sim, um balanço do que estamos vivendo: mais de 180 mil mortes por causa da COVID, boa parte, talvez, por conta do irresponsável e insano Presidente da República; milhões de desempregados, aliás, o desemprego já vinha aumentando, mesmo antes da pandemia; muitas famílias, milhões de brasileiros passando fome - o Brasil volta para o Mapa da Fome; a falência de pequenas e médias empresas; a inflação real do preço dos alimentos; o aumento do preço de energia; o impacto de *commodities* no Brasil, com a produção de ração para o exterior e a não valorização da agricultura familiar; muitos agricultores familiares sem condições de produzir alimentos para ajudar a enfrentar esse desafio que nós estamos vivendo; o desmatamento, a queimada bate recorde, comprometendo o futuro do País, e isso significa que nós não assumimos a nossa responsabilidade de cuidar da nossa biodiversidade, da nossa floresta - o Governo desmonta todo o sistema que foi criado no Brasil, com muito custo, pelo povo brasileiro, com o apoio internacional, para defender a

nossa floresta, em prol do futuro do nosso País.

Não temos Governo. Na verdade, temos um desgoverno, um antigoverno. Esta Casa poderia ter feito mais durante o ano. Ela fez muito, mas poderia ter feito mais. Esta Casa poderia ter se empenhado e derrubado os vetos do Projeto de Lei Assis Carvalho, de apoio à agricultura familiar, tão importante para enfrentar os desafios da produção de alimento, para ajudar os agricultores e fazer com que o alimento ficasse mais barato na mesa das trabalhadoras e dos trabalhadores brasileiros.

A Câmara dos Deputados poderia ter votado a Medida Provisória nº 1.000, de 2020, que trata da ajuda emergencial, tão fundamental para assegurar o mínimo de dignidade para milhões de pessoas desempregadas, para pelo menos garantir o benefício de 600 reais durante a pandemia. Mas nós não tivemos coragem aqui de pautar essa matéria tão importante, para seguir adiante.

Esta Casa poderia ter assumido a responsabilidade e ter aberto pelo menos um dos pedidos de abertura de *impeachment*, por todos os crimes que foram cometidos por este Governo. Quando eu lembro de o porquê de a Presidenta Dilma ter sido cassada, por causa de uma pedalada, observamos inúmeros crimes cometidos que levaram à morte de muita gente.

Eu quero também dizer aos caros colegas Parlamentares e àqueles que nos acompanham pelas redes sociais, pela *TV Câmara: É Natal!* Eu quero desejar um bom Natal e que no próximo ano haja mais esperança ainda, porque nós não podemos baixar a cabeça, mesmo perante este Governo.

Vamos à luta! Nós vamos mudar este País do jeito que o povo quer e merece e de que o Brasil precisa!

Um grande abraço aos colegas Parlamentares e a todos aqueles que nos acompanham.

Documento 400/513

| | | |
|--|---------------------------|------------------------------------|
| 37.2020.B | Sessão Outro Evento | 21/12/2020-13:04 |
| Publ.: DCD - 22/12/2020 - PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Visão negacionista do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de

coronavírus. Descaso do Presidente da República com a imunização do povo brasileiro contra a Covid-19. Votos de feliz Natal aos Parlamentares e ao povo brasileiro.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, demais Parlamentares que nos acompanham nos Breves Comunicados, tenho a alegria de chegar a este final de ano com todos vocês, mas, ao mesmo tempo, temos muitas preocupações, demonstradas por esta Casa e pelo povo brasileiro.

Aprendi desde criança uma expressão popular que diz: "*Casa de pai, escola de filho*". Os sinais que o pai dá numa casa, se forem invertidos, podem educar de forma trágica aqueles que estão em volta.

O Presidente da República é eleito para dar sinais que convençam a população. Nesse sentido, é estarrecedor o que o Presidente consegue produzir em suas manifestações. Agora foi capaz de afirmar que não há garantia de que determinada vacina não transformará, que quem a tomar é um jacaré, fazendo escárnio da tragédia do mundo e do Brasil. Minimizou a gravidade da pandemia, fez chacota com as pessoas, cloroquina, militarização do Ministério da Saúde, politização da ANVISA e, mais uma vez, questiona as vacinas e a gravidade da pandemia, que já deixou quase 185 mil mortos no Brasil. Presta enorme desserviço, desinforma as pessoas, gera dúvida e apreensão e não se ocupa com as vidas. Faz questão de dizer que não tomará a vacina - repetidas vezes diz que não tomará a vacina -, influenciando pessoas. Nas pesquisas, 25% da população dizem que não vão se vacinar, dando péssimo exemplo. Além disso, não mobiliza todo o esforço e a capacidade do Ministério da Saúde para comprar as vacinas e os insumos para todas e todos, em cooperação com Estados e Municípios. Não se empenha no sentido da organização de garantir um plano de imunização para o nosso País. É irresponsável. Já deu inúmeras provas de que não está à altura do cargo que ocupa, muito menos tem condições de liderar este País e ajudar o nosso povo, que o elegeu Presidente. A falta de organização, de cooperação, a prática negacionista, a anticiência farão com que o Brasil realize a imunização mais tardiamente, e, é claro, o País pagará mais caro, mais pessoas morrerão nos próximos meses.

Essa condução pelo Presidente, pelo Ministério da Saúde, gerou, gera e gerará muito mais dor e sofrimento.

Essas manifestações e posicionamentos do Presidente da República custam vidas, maculam a credibilidade do País e, sobretudo, destroem a nossa economia. Vejo o Supremo Tribunal Federal sendo obrigado a se manifestar e corretamente autorizar Governadores e Prefeitos a

estabelecerem, de forma obrigatória, a vacinação contra o coronavírus.

As ações e as omissões de Bolsonaro custam caríssimo, abalam a instituição, ceifam vidas de jovens, idosos, homens e mulheres. Ele não se ocupa da dor da maioria do povo. A politização das vacinas gera prejuízo atrás de prejuízo, e essa politização só serve àqueles que têm interesses mesquinhos, focados apenas nas suas aspirações de poder. O Brasil precisa imediatamente, ainda que de forma tardia, colocar dinheiro nas vacinas, em todas elas, e combater o coronavírus. É preciso conseguir quantidades de vacinas e insumos de que o País precisa. Que a Câmara dos Deputados e toda a sociedade, a despeito de partidos e disputas eleitorais, que são precoces, compreendam que precisamos valorizar as vidas e, portanto, fazer todos os esforços para que, urgentemente, o nosso País, o nosso povo seja imunizado. Precisamos de vacina para todos, Sr. Presidente.

Que todos tenhamos um bom Natal, uma virada de ano esperançosa e possamos continuar juntos, como Parlamentares, defendendo a vida no Brasil.

Muito obrigada.

Documento 401/513

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 37.2020.B | Sessão Outro Evento | 21/12/2020-13:08 |
| Publ.: DCD - 22/12/2020 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Importância da adoção, pelo Parlamento brasileiro, de ações efetivas para enfrentamento da epidemia de coronavírus.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, estamos na última sessão do ano e cabe aqui um balanço do que foi este ano, duro, difícil, complicado para todos nós. A pandemia distanciou, castigou tanto o povo brasileiro como a população do mundo inteiro.

Nós precisamos, Presidente, ter a compreensão de que este vírus não pode ter vindo só para nos machucar, só para nos matar. Nós temos que tirar lições, tirar um aprendizado disso. Uma delas foram as nossas sessões virtuais, importantes para a Câmara dos Deputados, para o Congresso Nacional, para o Brasil.

Nós temos que tirar aprendizado também da crise. Nós temos que tirar o "s" de "crise", criar e, com criatividade, enfrentar as adversidades. Nós não podemos ficar na beira da estrada, com a boca escancarada, cheia de dentes, esperando a morte chegar. Nós temos que agir, reagir! Não podemos brincar com uma coisa séria. O Presidente diz que é uma gripezinha. Não é uma gripezinha. É uma doença braba! Estamos chegando a 200 mil vidas ceifadas pela COVID-19! Isso não é brincadeira! São quase 8 milhões de pessoas infectadas no Brasil. Isso, Presidente, é preciso ser dito alto e bom som, para que todos compreendam a gravidade da angústia pela qual passamos.

Mas nós, Presidente, tirando o "s" de "crise", criamos mais de 55 projetos de lei, projetos de minha autoria. Sete dessas ideias, incorporadas a projetos de outros colegas, foram aprovadas, o que me honra muito, o que me desafia a seguir esta caminhada (*falha na transmissão*).

Documento 402/513

| | | |
|---|---------------------------|------------------------------------|
| 37.2020.B | Sessão Outro Evento | 21/12/2020-13:08 |
| Publ.: DCD - 22/12/2020 - VICENTINHO-PT -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Homenagem póstuma ao Pastor Davi Alencar, falecido em decorrência da Covid-19, do Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com o coronavírus a cada dia temos as mais tristes notícias. Este é o espaço em que nós também lamentamos os nossos mortos: os nossos amigos, os nossos familiares. Lamentamos a dor das milhares de famílias que sofrem com a perda de entes queridos em virtude de um vírus que poderia ser muito bem enfrentado com administração séria, humana, solidária.

Hoje, eu me refiro ao estimado Pastor Davi Alencar - ou Prof. Davi Alencar, como ele gostaria que o chamasse -, que faleceu ontem de COVID. O sepultamento será hoje.

Eu o conheci de uma maneira interessante.

Ele, missionário da Igreja Batista aqui de São Bernardo, foi até a Acari em missão, onde conheceu o Pastor Fábio, que também faleceu há poucos dias. Lá ele soube que eu era o Vicentinho, de Acari, morador

de São Bernardo, Presidente da CUT e do Sindicato dos Metalúrgicos. Quando ele voltou, nós fizemos uma grande amizade, o que fez com que eu visitasse a casa dele e participasse das lutas em defesa da dignidade do nosso povo em vários momentos da trajetória de vida do querido Prof. Davi, até que um dia ele passou a ser meu funcionário, foi da nossa equipe de trabalho, meu colega de trabalho. Nós trabalhamos muito tempo juntos.

O nosso querido Davi, cuja família inteira eu conheci, era um homem que vivia sempre insatisfeito, que sentia a dor dos outros. Ele era da Igreja Batista. Depois, foi um dos fundadores da Comunidade de Jesus, que existe e resiste, um grupo de homens e mulheres carregados de dignidade e de boa vontade que pregam e Evangelho.

Eu quero aqui transmitir a minha solidariedade e as minhas condolências aos familiares e amigos que passaram pelo Prof. Davi Alencar, nosso irmão e nosso companheiro.

Que o Deus da justiça, o Deus da boa vontade, o Deus contra a exploração, o Deus da solidariedade acolha o nosso estimado Pastor e Prof. Davi!

Obrigado, Presidente.

Documento 403/513

| | | |
|--|---------------------------|------------------------------------|
| 37.2020.B | Sessão Outro Evento | 21/12/2020-13:12 |
| Publ.: DCD - 22/12/2020 - ERIKA KOKAY-PT -DF | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Alcance da casa de 186 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Agravamento do desemprego e da extrema pobreza no Brasil. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pela não votação da proposta de concessão do 13º salário aos beneficiários do Programa Bolsa Família. Repúdio à atuação do Presidente da República. Indignação com atos de violência e assédio sexual praticados por membro do Corpo de Bombeiros Militar no Metrô do Distrito Federal. Caráter fascista do Presidente Jair Bolsonaro. Votos de feliz Ano Novo aos Parlamentares e aos brasileiros.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Nós estamos chegando ao final do ano. Diz o poeta que o ser humano foi muito sábio ao fatiar a vida em anos, porque, no fim do ano, nós vamos

renovando as nossas esperanças.

E é preciso que o ano que vem, realmente, seja um ano revolucionário e radicalmente novo, porque nós estamos encerrando este ano com mais de 186 mil pessoas mortas; nós estamos encerrando este ano com milhões de pessoas na extrema pobreza; nós estamos encerrando este ano com mais de 14 milhões de desempregados; nós estamos encerrando este ano com quase 14 milhões de brasileiros e brasileiras na extrema pobreza; nós estamos encerrando este ano com a faixa presidencial estabelecida no peito estufado do ódio e da mentira.

Vejam o que aconteceu nesta Casa. O Presidente da República disse que o 13º do Bolsa Família não seria votado, porque o Presidente da Casa não queria. Logo em seguida, ele foi desmentido pelo Líder do Governo na Câmara. Em seguida, foi desmentido pelo próprio Ministro da Economia, que disse que o Governo não tinha como conceder a 13ª parcela do Bolsa Família. É um desprezo imenso pelo povo brasileiro!

Este Governo, que produziu quase 6 milhões de comprimidos de cloroquina -- grande parte estocados, inutilizados em Prefeituras e Municípios --, não consegue sentir a dor das famílias que perderam os entes queridos, porque quem parte sempre é amor de alguém, e vai estabelecendo um discurso de ódio, um discurso de mentira. A mentira tornou-se norma, o ódio tornou-se metodologia política que não fica ensimesmada, porque o discurso é ponte entre pensamento e ação. E discurso transforma-se em hematoma, transforma-se em estatística.

Houve um caso no metrô do Distrito Federal em que um bombeiro, com a camiseta de Jair Bolsonaro, empunhou uma arma e agrediu um jovem que queria contestar o assédio que ele praticou contra uma mulher dentro do metrô, ou seja, assédio. É o assédio que nós vimos na Assembleia Legislativa de São Paulo, é o assédio que nós vemos hoje, porque o Presidente é misógino e acha que as mulheres não são donas do próprio corpo, ou da própria vontade, ou da própria vida.

E ali, esse componente do Corpo de Bombeiros, corporação que leva de nós a mais profunda alegria, a mais profunda homenagem, saca uma arma e bate em uma pessoa que dizia que ele não poderia desrespeitar uma mulher daquela forma, com essa posição de assédio.

Por isso, que o ano que vem seja um ano realmente novo! Que seja um ano em que possamos deixar para trás o ódio, a mentira, o fascismo que Jair Bolsonaro representa! Feliz 2021 para todas e todos nós!

Fora, Bolsonaro!

37.2020.B Sessão Outro Evento 21/12/2020-13:16

Publ.: DCD - 22/12/2020 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Protesto conta a não votação pela Casa dos Projetos de Lei de nºs 4.367 e 1.479, de 2020, respectivamente, sobre a criação, de forma excepcional, do abono anual (14º salário) para aposentados e pensionistas do Regime Geral da Previdência Social; e sobre a suspensão, por 120 dias, da cobrança de empréstimos consignados dos trabalhadores da ativa e aposentados. Defesa de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Votos de feliz Natal e próspero Ano Novo aos Parlamentares e à população brasileira.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu agradeço a generosidade de V.Exa. Eu dizia que nós temos que tirar o "s" da crise e, com criatividade, apresentar os nossos projetos.

Foi assim que eu fiz com 55 projetos. Destes, 7 ideias foram aprovadas na forma de projetos de lei, incorporados aos de outros colegas. Nós tentamos minimizar a crise, minimizar a angústia, a dor e o sofrimento do nosso povo e da nossa gente. Mas a Câmara dos Deputados, Presidente, ficou devendo. E ficou devendo para o cidadão, para a cidadania e, especialmente, para o aposentado.

Eu tenho dois projetos, Presidente. Um deles trata do consignado, para que fique suspenso, na folha de pagamento do aposentado, o desconto do valor do financiamento que fica retido no banco todo mês. Essa suspensão é exatamente para que o aposentado, por esse período de 6 meses, tome um fôlego, bote o pão na mesa, a boia no prato, porque esse aposentado, em muitas casas, é arrimo de família, é o único que tem um emprego para sustentar a família. Os bancos podem esperar.

No entanto, Presidente, a Câmara dos Deputados, a Mesa Diretora, os Líderes não tiveram a sensibilidade de compreender essa angústia dos aposentados, que não receberam nada do Governo Federal, nada da Câmara dos Deputados, nada do Senado Federal, nada do Congresso Nacional. Aliás, o que eles receberam foi a antecipação do 13º de dezembro para maio, e que serviu só para ajudar o Governo e a economia, porque, para o aposentado, não serviu de nada. O coronavírus comeu o 13º! O vírus levou o 13º! Agora, então, nós estamos brigando para que haja um 14º salário, para dar dignidade ao aposentado. Essa é a nossa briga, Sr. Presidente. Com muita ênfase: que haja o 14º salário para o aposentado e para o consignado.

Quero encerrar, Sr. Presidente, desejando a todos um feliz Natal e que Deus nos ilumine. Este é o momento de agradecermos e reconhecermos a vida, aquilo que aconteceu de bom para nós, para o aprendizado que nós tivemos durante esta pandemia do coronavírus. Agradecer, agradecer e agradecer. Sempre que nós agradecemos fazemos por merecer um pouco mais!

Para o ano-novo, esperança, Sr. Presidente, e vacina. Sim, vacina! Vacina com convicção, Presidente. Eu quero tomar a vacina e quero que tantos quantos possam tomar a vacina que a tomem, porque, se a doença, se o coronavírus é para a morte, a vacina é para a vida.

Então, eu desejo a todos vida, vida, muita vida! Vida com intensidade, vida com felicidade, vida com qualidade de vida, para podermos viver de bem com a vida em 2021.

Feliz Natal e um feliz Ano-Novo, Sr. Presidente, para todos nós.

Muito obrigado.

Documento 405/513

| | | |
|---|---------------------------|------------------------------------|
| 37.2020.B | Sessão Outro Evento | 21/12/2020-13:20 |
| Publ.: DCD - 22/12/2020 - LEO DE BRITO-PT -AC | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Alcance da casa de 186 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Avanço da doença no Brasil e no mundo. Condução desastrosa da crise sanitária pelo Presidente Jair Bolsonaro. Avanço do coronavírus no Estado do Acre. Falecimento do membro do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, César Souza, em decorrência da Covid-19. Consequências do encerramento do auxílio pecuniário emergencial sobre as famílias de baixa renda. Votos de feliz Natal e próspero Ano Novo aos Parlamentares e ao povo brasileiro.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos chegando ao fim de mais um ano, mas com muita preocupação, evidentemente. O Brasil registrou no último sábado a mais alta taxa de incidência da COVID-19 desde o início da pandemia. Já são mais de 186 mil pessoas que se foram, vítimas dessa pandemia que nos tem atingido. E, o pior, o estado de emergência sanitária encerra-se no dia 31 de dezembro, exatamente no momento em que estamos vivendo a segunda onda.

Obviamente esta Casa tem feito todos os esforços para que nós tenhamos vacina para todos.

Os senhores devem estar observando o que acontece na Europa, inclusive, com a segunda onda, em que vários países estão voltando a decretar *lockdown*.

Mas o que nos preocupa é a condução desastrosa tanto do Sr. Presidente da República, que tem sido um mau exemplo para toda a população, como também do seu Governo. Isso não sou eu nem a Oposição que está falando, mas o próprio Tribunal de Contas da União, que, em sua auditoria, afirmou de maneira muito clara que, em 11 meses de pandemia, o Ministério da Saúde não tem um plano estratégico para atacar ou para dar conta dessa pandemia.

Olhem o exemplo que nós estamos tendo em relação às seringas. O Governo Federal perdeu a licitação das compras com a China, e agora ela será feita de forma escalonada até o fim de 2021. Isso vai prejudicar sensivelmente o processo de vacinação de toda a população brasileira e vai prejudicar a economia, inclusive, Sr. Presidente.

Então, estou muito preocupado com essa situação e, em especial, com o meu Estado do Acre. Entre os dias 6 e 19 de dezembro, foram 2.592 novos casos. São mais de 40 mil casos aqui no Estado, Presidente, sendo 772 óbitos. Entre eles, temos amigos, companheiros nossos de luta, como o companheiro Pelezinho, que eu já citei aqui, e, ontem, fiquei sabendo do falecimento de um grande militante do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e do movimento cultural, César Souza. Portanto, é muito preocupante o momento que estamos vivendo, e nós precisamos superar isso.

E o que dizer do fim do auxílio emergencial? Só aqui, no Acre, mais de 121 mil famílias serão atingidas nesse processo, mais de 325 mil pessoas serão atingidas nesse processo. Então, nós precisamos vencer.

Presidente, 2021 tem que ser o ano da vitória. Temos que vencer o vírus do coronavírus e o vírus que está no Palácio do Planalto, que tem prejudicado tanto a nossa população.

Um feliz Natal a todos e todas e que 2021 seja um ano de grandes vitórias!

Peço que meu pronunciamento seja registrado no programa *A Voz do Brasil* e nos órgãos de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 37.2020.B | Sessão Outro Evento | 21/12/2020-13:24 |
| Publ.: DCD - 22/12/2020 - JOÃO DANIEL-PT -SE | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Pedido à Presidência de votação do Requerimento nº 2.908, de 2020, para apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 3.515, de 2015, sobre a alteração da Lei nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e do art. 96 da Lei nº 10.741, de 2003, (Estatuto do Idoso), para aperfeiçoamento da disciplina do crédito ao consumidor, a prevenção e tratamento do superendividamento. Descaso do Presidente Jair Bolsonaro com a vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Solidariedade aos familiares das vítimas da doença. Desrespeito do Presidente da República para com a ciência e os profissionais da saúde. Defesa da eleição de candidato independente à Presidência da Câmara dos Deputados, comprometido com a democracia e a Constituição Federal. Protesto contra a não apreciação do Veto Parcial nº 46, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 735, de 2020, sobre a adoção de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro quero dar um grande abraço e saudar esse grande Parlamentar, Leo de Brito. Leo, você representará com muita dignidade a nossa bancada e o partido. Estava fazendo falta no nosso Estado do Acre, aquela bancada maravilhosa, de Angelim, de Sibá Machado e você. Você vem trazer energia nova. Então, parabéns!

Sr. Presidente, estamos com uma pauta para ser votada. Nós fizemos um requerimento relativo ao PL 3.515/15. É o Requerimento nº 2.908, de 2020. Nós temos hoje, graças à crise econômica brasileira, mais de 30 milhões de brasileiros e brasileiras que se encontram em situação de inadimplência, pessoas que se encontram endividadadas, e é preciso resolver essa situação.

Esse projeto de lei, que já foi aprovado no Senado e para o qual fizemos o requerimento, ajudará a movimentar a economia. A economia e o PIB são movimentados graças aos consumidores, e esses 30 milhões de brasileiros estão fora do mercado, dos bancos. Eles precisam de um apoio, e o Congresso Nacional pode dar esse apoio. Por isso, nós defendemos esse projeto e pedimos que seja

votado hoje pela Câmara Federal, para que, de fato, o Congresso Nacional faça aquilo que é uma reivindicação de milhões de brasileiros e brasileiras: voltar a consumir e a ter o direito de voltar à economia do Brasil.

Segundo, Sr. Presidente, lamentamos profundamente os pronunciamentos do Presidente da República sobre a vacina. Ele, mais uma vez, joga sua irresponsabilidade, sua falta de compromisso com o povo brasileiro e com a saúde pública, e desconstrói tudo aquilo que é importante para a civilização, que é a ciência, que é a vida.

Aqui fica o nosso repúdio a essa atitude e a nossa mais alta solidariedade a mais de 180 mil brasileiros e brasileiras que perderam familiares durante o período da COVID. Pela vacina já! Pela democratização da saúde brasileira já! Pela garantia de que nós teremos vacina! Que o Presidente da República respeite a ciência e os profissionais de saúde, para que nós possamos, de fato, ter um final de ano mais feliz e acreditar no Brasil, no povo brasileiro.

Essas são as nossas palavras, Sr. Presidente. Nós queremos desejar ao povo brasileiro muito força, muita dignidade, e que o Congresso Nacional, em especial a Câmara dos Deputados, atue para aprovar projetos importantes. Que possamos eleger também um Presidente independente, para valorizar a Câmara, a democracia e a Constituição Federal.

Lamento profundamente que o Congresso Nacional não tenha votado os vetos ao PL 735. Espero que o Presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre, coloque em pauta, na primeira sessão, com urgência, o PL 735, para que nós possamos criar alternativa para a produção de alimentos.

Presidente, peço a V.Exa. que o meu discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e demais meios de comunicação.

Obrigado.

Documento 407/513

| | | |
|--|---------------------------|------------------------------------|
| 37.2020.B | Sessão Outro Evento | 21/12/2020-13:28 |
| Publ.: DCD - 22/12/2020 - VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Paralisação da reforma agrária no Governo Jair Bolsonaro. Defesa da abertura

de processo de impeachment contra o Presidente da República. Descaso do Presidente Jair Bolsonaro com a epidemia de coronavírus, com a vacinação contra a Covid-19 e com a saúde do povo brasileiro. Votos de feliz Natal aos Parlamentares e à população brasileira.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mesmo sabendo que é final de ano, quero trazer um assunto muito importante para o povo brasileiro, que é a tarefa constitucional de fazer a reforma agrária. Este é o dever do Presidente da República: cumprir a Constituição Federal. Os arts. 184 e 186 da Constituição Federal dão ao Presidente da República a responsabilidade de fazer a reforma agrária.

O que está acontecendo hoje no Brasil? Paralisou-se totalmente a reforma agrária. O Governo Bolsonaro não desapropriou uma terra; o Governo Bolsonaro não deu prosseguimento aos processos de vistoria; o Governo Bolsonaro não pagou os créditos dos assentados; o Governo Bolsonaro arquivou todo o processo de reforma agrária. Essa é a grande verdade, Sr. Presidente. São 413 processos de reforma agrária paralisados por Bolsonaro. Os partidos de esquerda e os movimentos sociais entraram no STF com questionamentos sobre o Governo Bolsonaro. E eu sei, Sr. Presidente, que é um crime de responsabilidade que Bolsonaro está cometendo.

Eu e alguns Deputados Federais somos assentados, e, no início do ano, não houve nenhum projeto de reforma agrária. O Deputado João Daniel também é assentado, e não houve nenhum projeto de reforma agrária. O Deputado Marcon é também um Deputado assentado, e não houve nenhum projeto de reforma agrária.

Nós vamos ter que pedir o *impeachment* do Presidente Bolsonaro baseado no descumprimento da Constituição Federal. Quando ele paralisa a reforma agrária, ele está descumprindo a Constituição Federal, e nós não podemos aceitar isso. Os partidos de esquerda e os movimentos sociais têm que estar na luta para fortalecer aqueles e aquelas que acreditam na reforma agrária neste País, Sr. Presidente.

Por último, quero desejar a todos um feliz Natal, mesmo sabendo que há quase 200 mil famílias que perderam um ente querido para o vírus e, por isso, não têm condições de comemorar o Natal; mesmo sabendo que a esperança do povo, neste Natal, era a vacina, mas houve descaso de Bolsonaro na pandemia. Como Bolsonaro não gosta do povo brasileiro, deixou a saúde no Brasil abandonada, tanto que o Ministério da Saúde é um dos Ministérios mais pessimamente avaliados. Ele destruiu, praticamente, a saúde no Brasil.

Sr. Presidente, quero desejar a todos nós, que vimos lutando, um feliz

Natal, porque o nosso Natal não pode depender de Bolsonaro, mas, sim, da nossa família, do nosso povo, da nossa gente. Com fé em Deus, vamos superar esta crise, vamos superar o vírus. O Congresso Nacional trabalhará para que haja uma vacina, sobretudo em defesa do povo brasileiro.

Feliz Natal a todos e todas!

Documento 408/513

| | | |
|---|---------------------------|------------------------------------|
| 37.2020.B | Sessão Outro Evento | 21/12/2020-13:32 |
| Publ.: DCD - 22/12/2020 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Empenho dos partidos opositoristas na votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Razões do posicionamento do Governo Jair Bolsonaro contrário à votação da proposição. Necessidade de prorrogação do prazo de execução dos recursos preconizados na Lei nº 14.017, de 2020, (Lei Aldir Blanc), sobre as ações emergenciais para o setor cultural, adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020. Apelo ao Governo Federal por coordenação do Programa Nacional de Imunização e fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Presidente, todos e todas que nos ouvem, nossos colegas também.

Eu abriria dizendo que gostaria muito de desejar feliz Natal a todo o povo brasileiro. No entanto, é preciso reconhecer que muitos terão dificuldade de ter um feliz Natal, porque já está explícito nos estudos econômicos deste País que 36% das pessoas não terão possibilidade de sobreviver com alimento na mesa sem o auxílio emergencial. E é importante dizer que nós tentamos, a Oposição tentou, votar a MP 1.000 a tempo de aumentarmos o valor do auxílio emergencial; a Oposição tentou prorrogar a renda básica neste País; a Oposição tentou votar a tempo a medida provisória que discutia o tema. No entanto, ela não foi pautada. E, na sexta-feira, quando foi pautada, o Governo obstruiu.

Então, é importante que a população brasileira saiba do nosso esforço, e que ele não foi levado a termo porque o Governo não permitiu. Nós

não conseguimos pautar a medida provisória na Casa porque não houve a pauta. E é importante que se diga que o Governo Bolsonaro não tem nenhum interesse em fazer com que exista uma renda básica permanente neste País. E é bom dizer que as mulheres e os homens que dependem da cultura como ofício não tiveram auxílio emergencial em novembro e dezembro, porque não houve a prorrogação do auxílio para esse setor. A Lei Aldir Blanc dependia de nossa votação da MP 1.000. Votaríamos a emenda que estendia a Lei Aldir Blanc nessa medida provisória.

É importante dizer também que nós precisamos prorrogar a execução da Lei Aldir Blanc para 2021, porque os atrasos na regulamentação e a divisão em três etapas da transferência de recursos vai inviabilizar que esses recursos da Lei Aldir Blanc, que já estão transferidos, sejam executados no ano da calamidade pública, assim determinada desde fevereiro.

Nós já falamos com todos os Líderes da Casa para que o Governo edite a medida provisória que alarga o prazo de execução da Lei Aldir Blanc, não só a execução na liquidação, mas desde o empenho para o ano de 2021, para que nenhum centavo dessa lei seja devolvido aos cofres da União.

Além disso, Sr. Presidente, quero fazer mais um apelo: que o Governo pare de negar a vacina e coordene o Programa Nacional de Imunização de forma concreta, a fim de que este País tenha vacinação, que é a única forma de nós enfrentarmos a pandemia e voltarmos a ter uma economia potente, porque, sem a vacina, nós não defenderemos a vida do nosso povo. Que se defenda o SUS, que se defenda a vacina e que haja uma grande campanha unitária pela vacina no Brasil!

Espero que, de fato, consigamos ter um bom Natal e um ano bom de 2021, com economia, com vacina, com defesa do SUS e com defesa da vida.

Muito obrigada, Presidente.

Documento 409/513

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 37.2020.B | Sessão Outro Evento | 21/12/2020-13:36 |
| Publ.: DCD - 22/12/2020 - LÍDICE DA MATA-PSB -BA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Votos de feliz Natal aos Parlamentares. Alcance da marca de 186 mil mortes

no País em decorrência do coronavírus. Quadro de desemprego reinante no Brasil. Suspensão do auxílio pecuniário emergencial concedido a trabalhadores e famílias carentes. Não suspensão do pagamento de empréstimos consignados aos trabalhadores aposentados, durante a epidemia de coronavírus. Repúdio ao posicionamento do Presidente Jair Bolsonaro, contrário à vacinação do povo brasileiro. Votos de feliz Natal à população brasileira.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, companheiros e companheiras, Deputados e Deputadas, a quem desejo que tenham um bom Natal. É preciso dizer que o Natal é a fé em uma nova era. Uma nova era cuja dificuldade de surgimento nós já percebemos. Um Natal que, no País, vai ser marcado por mais de 186 mil mortes - milhares de pessoas que perderam os entes queridos -, marcado pelo desemprego, marcado pela suspensão do auxílio emergencial, marcado pela não suspensão dos empréstimos consignados dos aposentados, que dão sustentação a milhares de famílias no País.

Dezenas de Líderes políticos em todo o mundo já manifestaram o interesse na vacina e iniciaram o processo de imunização de sua população. Em Israel, o Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu já se vacinou; nos Estados Unidos, os ex-Presidentes George Bush, Barack Obama e Bill Clinton fizeram o mesmo. Na Nova Zelândia, uma mulher dá exemplo a todo o mundo de como conduzir com austeridade a gravidade desse problema de saúde pública em seu país. Agora, a Primeira-Ministra Jacinda Ardern vai além e diz que, mais do que fornecer vacina para seu povo, comprará e dará a vacina a países mais pobres.

O comportamento do nosso Presidente, ou do Presidente do Brasil, continua sendo o de negar ao povo brasileiro o direito à vida. É isso o que ele faz diariamente, sendo perverso permanentemente, e agora desdenha a própria campanha de vacinação.

Nós queremos um Brasil vacinado. O povo precisa de um programa de vacinação. Como temos um Ministério de Saúde incompetente, que não prepara o programa de vacinação no nosso País, é indispensável que o Congresso Nacional mais uma vez assuma a sua tarefa de exigir uma grande campanha pela vacinação no Brasil.

Uma nova era virá, pela força do povo brasileiro, pelo compromisso de todos nós, pela fé que o povo brasileiro tem em conduzir o seu destino para um mundo melhor, para uma vida melhor. Mas, para que isso aconteça, é preciso que nós possamos exigir responsabilidade deste Governo ineficiente, incompetente do Sr. Jair Bolsonaro.

Feliz Natal sem aglomeração para todos e para todas em nosso País!

Muito obrigada.

Documento 410/513

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 37.2020.B | Sessão Outro Evento | 21/12/2020-13:40 |
| Publ.: DCD - 22/12/2020 - MÁRCIO JERRY-PCDOB -MA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Eleição do Governador do Estado do Maranhão, Flávio Dino, para a Presidência do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal. Congratulações ao gestor estadual pela atuação contra a Covid-19. Protesto contra a não prorrogação do auxílio pecuniário emergencial concedido a trabalhadores e famílias carentes. Indignação do orador com a não votação pela Casa da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Votos de feliz Natal e próspero Ano Novo aos brasileiros.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. Sem revisão do orador.) - Presidente, boa tarde. Boa tarde a todos os nossos Deputados e Deputadas presentes a esta sessão e ao povo brasileiro que nos assiste pela Internet, pela TV *Câmara* e pelos demais meios de comunicação desta Casa.

Início trazendo aqui os parabéns por algo que é motivo de muito orgulho para nós, maranhenses. Hoje, o Governador Flávio Dino foi aclamado Presidente do Consórcio dos Estados da Amazônia Legal, em reconhecimento ao trabalho que ele vem realizando e ajudando a liderar em defesa dessa vasta e estratégica região do nosso País.

Aproveito o momento em que parabenizo o Governador por essa escolha importante para também parabenizá-lo pela atuação dedicada, desprendida, correta e vigilante na proteção do direito do povo durante esta pandemia. Quem dera todos, inclusive o Presidente da República, tivessem seguido o exemplo do Governador Flávio Dino e de outros Governadores do nosso País que adotaram e adotam uma postura de extrema responsabilidade no enfrentamento da pandemia, na sua dimensão sanitária, social, econômica, dando, como é correto, um enfrentamento global a esta pandemia tão nociva, de efeitos tão

graves.

Também chamo atenção para algo aqui já referido pela Deputada Jandira Feghali: vejam só, 36% das pessoas que fizeram uso do auxílio emergencial têm nele a sua fonte exclusiva para subsistência. Isso significa que a não continuidade desse auxílio tirará de 25 milhões de brasileiros e brasileiras a possibilidade mínima e elementar da sobrevivência. Isso mostra, de maneira absurda, de maneira grave, de maneira chocante, o nível de irresponsabilidade e negligência do Governo Bolsonaro.

Aqui, muitos colegas Parlamentares já lamentaram - eu enfatizo, ressalto que lamentamos todos, porque se trata de algo muito importante - a não votação da MP 1.000. Nós precisamos assegurar à parcela do povo brasileiro que mais precisa condições de sobrevivência durante a continuidade, infelizmente, desta pandemia. Esse é um chamado importante para fazermos neste momento em que chegamos ao fim do ano.

Concluo, Sr. Presidente, nobres Deputados e Deputadas, levando a todos os que nos assistem agora sincero desejo de um feliz Natal e de um Ano-Novo bem melhor para todos os brasileiros.

Neste momento de Natal, em que o Brasil se une, em que mostramos os melhores sentimentos que há em cada um de nós, é muito importante que o Presidente da República abra o seu coração para a generosidade, para empatia e para a responsabilidade com o povo brasileiro. Que ele aproveite este momento para cessar tamanha irresponsabilidade e tamanha crueldade com o nosso povo.

Vacina já para todos os brasileiros! Que o ano de 2021 seja melhor!
Um Natal de felicidade para todos nós!

Um grande abraço.

Documento 411/513

| | | |
|---|---------------------------|------------------------------------|
| 37.2020.B | Sessão Outro Evento | 21/12/2020-13:44 |
| Publ.: DCD - 22/12/2020 - JOSEILDO RAMOS-PT -BA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Cumprimento, pela Câmara dos Deputados, do seu papel institucional no



combate à epidemia de coronavírus. Importância da atuação do Poder Legislativo contra a desestruturação do Estado brasileiro, e em defesa do sistema de proteção social e da democracia. Relevância da decisão do Supremo Tribunal Federal, a favor da importação de vacinas pelos Estados e Municípios brasileiros. Irresponsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro, demonstrada na nomeação de Ministro da Saúde despreparado para o exercício do cargo. Votos de feliz Natal ao povo brasileiro.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. colegas Deputados, o ano já está no final, e, mesmo com todos os problemas que estamos vivenciando por conta, principalmente, da pandemia, eu entendo que esta Casa cumpriu a contento o seu papel. A partir do envolvimento do Poder Legislativo, nós tivemos condição de atravessar esse período muito triste fazendo com que o mínimo de dignidade estivesse na casa de cada uma daquelas pessoas que tiveram a sua relação de trabalho cortada repentinamente. No ano que vem, eu acho que caberá também a este Poder Legislativo erguer uma trincheira contra o desmonte do Estado de bem-estar social, do sistema de proteção social deste País, na defesa intransigente da democracia, para, sem sombra de dúvida, não pautarmos matérias que retirem a dignidade do povo brasileiro.

Lembro-me muito bem de que o Supremo Tribunal Federal esses dias garantiu a Estados e Municípios o poder de importar e distribuir vacinas, caso a ANVISA ultrapasse o prazo estabelecido pela Lei 13.979, deste ano, que é de 72 horas. Essa lei também acontece no momento em que a desconfiança é muito grande com relação às responsabilidades que caberiam ao Governo Federal, a um Presidente que retirou dois médicos do Ministério da Saúde e o entregou para alguém que não tem a mínima condição de dirigir uma Pasta tão importante para qualquer povo.

O Bolsonaro fez uma crítica à decisão do STF, dizendo que ela seria inócua, porque não haveria vacina para todo mundo. O que ele não enxerga é o ambiente de desconfiança por ele semeado, a perda de credibilidade envolvendo o seu Governo, principalmente o Ministério da Saúde e a própria ANVISA. Daí vem a importância da manifestação do Supremo Tribunal Federal.

O pior é que o Presidente advoga a necessidade de hierarquia da União frente a Estados e Municípios. Isso é ignorância do Presidente. Ele não reconhece o caráter da nossa Federação, que é a única Federação trina. Existem competências diferentes para Estados, Municípios e União, mas jamais hierarquia. Então, o Presidente ignora até a relação que se estabelece na Federação do nosso País.

Feliz Natal para todos! Um abraço para todos os brasileiros e

brasileiras que nos assistem!

Valeu, Presidente!

Documento 412/513

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 37.2020.B | Sessão Outro Evento | 21/12/2020-13:48 |
| Publ.: DCD - 22/12/2020 - PEDRO UCZAI-PT -SC | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Vinculação entre a política econômica adotada pelo Governo Federal e o agravamento das desigualdades sociais e do desemprego no País. Consequências do encerramento do auxílio pecuniário emergencial sobre as famílias de baixa renda. Envolvimento do clã Bolsonaro com corrupção e milícias. Aprovação do Projeto de Lei nº 4.372, de 2020, relativo à regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Expectativa de revogação da Emenda Constitucional nº 95, de 2016, acerca da instituição do novo regime fiscal. Votos de feliz Natal e próspero Ano Novo ao povo brasileiro.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, estamos chegando ao final de 2020, e a política econômica de Paulo Guedes e Bolsonaro aumentou a desigualdade social, aumentou o desemprego. Uma das consequências de como foi conduzido o enfrentamento à crise sanitária causada pela pandemia é mais desigualdade social. Bolsonaro não enfrenta a pandemia, não protege a vida dos brasileiros e, conseqüentemente, produz o aprofundamento das desigualdades sociais, a exclusão social, o desemprego e a desesperança. São mais de 14 milhões de brasileiros desempregados.

Os países que levaram a sério a pandemia lidaram melhor com a economia. O Brasil, como os Estados Unidos, não teve responsabilidade pela vida de seu povo, e, como consequência, houve não só a morte desnecessária de milhares de brasileiros como também o aumento da desigualdade social do nosso povo.

Com o fim do auxílio emergencial, em 2021 haverá mais sofrimento para o povo brasileiro, para os trabalhadores e as trabalhadoras. Além disso, não haverá aumento real do salário mínimo, apesar de nós defendermos que ele reflita inflação mais crescimento. O Governo não quer mais o auxílio emergencial, não quer aumentar o salário mínimo e

tem uma política econômica restritiva, de ajuste fiscal, sem induzir o desenvolvimento econômico e social.

Ademais, o Presidente se envolveu, com a sua família, em processos de corrupção, desmoralizando-se enquanto comandante da Nação. Seus filhos estão envolvidos em rachadinha, em desvio de dinheiro público, em depósito de dinheiro da milícia na conta da mulher do Presidente.

Do ponto de vista moral e ético, há a desmoralização o nosso País. Do ponto de vista do enfrentamento à crise sanitária, a desmoralização é mundial. Do ponto de vista da política econômica e social, há o aprofundamento das desigualdades.

Por isso, de outro lado, vamos resistir! Votamos o novo FUNDEB, uma esperança para a educação pública. Que em 2021 consigamos revogar a Emenda Constitucional nº 95, para haver mais dinheiro para a saúde, para a educação, para a assistência social, para o povo que mais precisa. Não há só crítica, há esperança, e a esperança nós vamos construir com muita mobilização e muita luta.

Feliz Natal! Muita força e energia para o povo brasileiro enfrentar as adversidades! E que 2021, para as nossas famílias, para o nosso povo, seja de saúde, de paz e de novas vitórias, de novas conquistas, apesar de Bolsonaro!

Documento 413/513

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 37.2020.B | Sessão Outro Evento | 21/12/2020-13:52 |
| Publ.: DCD - 22/12/2020 - ANDRÉ JANONES-AVANTE -MG | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Apelo ao Presidente Rodrigo Maia de votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Agravamento da epidemia de coronavírus no País.

O SR. ANDRÉ JANONES (Bloco/AVANTE - MG. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Eu me preparei hoje, Presidente, para fazer aqui um apelo ao nosso Presidente Rodrigo Maia para que a MP 1.000 fosse votada, mas inicio o dia com a surpresa de que a MP realmente não foi colocada em



pauta. Nós temos a nítida e clara sensação de que mais uma vez o povo brasileiro foi usado, foi feito de massa de manobra, foi feito de idiota.

Na quinta-feira, já no final da noite, o Presidente Rodrigo Maia anunciou que pautaria a MP 1.000. Mas, ao que parece, ele disse isso não porque estava preocupado com o povo brasileiro, com os milhões que estão passando fome, mas por uma birrinha, por uma briga com o Presidente Bolsonaro. Ele quis dar o troco, mostrar que ele é o poderoso. Aí, ele se utilizou da esperança das pessoas dizendo que pautaria a MP 1.000.

A MP 1.000 foi pautada, mas, na sexta-feira, os Deputados da base governista se articularam para tirá-la da pauta, e a MP foi retirada. Hoje nós chegamos aqui com a notícia de que os colegas Deputados estão obstruindo. Vamos falar na linguagem popular, povo brasileiro. Sabe o que significa obstruir? Não marcar presença para não haver sessão. Enquanto isso, vocês continuam passando fome, sem emprego, sem renda.

Ainda por cima, tem gente que tem a coragem de usar esta tribuna para desejar um feliz Natal ao povo brasileiro. Primeiro, eu não sei como as pessoas vão ter um feliz Natal sem emprego, sem renda, sem ter o que comer. Ninguém quer textão no Facebook nem mensagem de feliz Natal aqui desta tribuna, não. O que as pessoas querem e do que necessitam é uma possibilidade de recomeçar. E esse recomeço se dará através da extensão do auxílio emergencial.

Nós aqui, eu não tenho nenhuma dúvida, teremos um baita Natal, porque ganhamos 33 mil reais por mês, com o salário em dia, ou melhor, com o salário antecipado. O meu já caiu na conta hoje, e acho que o de todo mundo aqui também. Nós teremos um feliz Natal. Agora, para o povo brasileiro, é difícil acreditar em um feliz Natal nessa situação, sem esperança, na miséria, na fome.

Então, eu quero fazer aqui um último clamor, um último apelo para que esta Casa paute a MP 1.000, para que possamos dar aos brasileiros dignidade. Não é hora de falar em recesso, em descanso, em Natal, em Ano-Novo. É hora de trabalhar pelo povo. Se não dá para pautar a MP 1.000, vamos pelo menos estender o ano legislativo, para que possamos travar uma discussão maior e colocar em votação os projetos que beneficiam a população.

Vamos acordar, gente! Estou falando principalmente para os colegas Deputados. Vamos parar de fingir que não ouvimos a voz do povo. Vocês estão vivendo dentro de uma bolha, onde viram as costas para o povo, fingem que não estão ouvindo o clamor do povo. O mundo está ouvindo o clamor do povo. Por que só esta Casa não está ouvindo? O

número de infectados e de mortes aumentou de forma drástica.

Precisamos dar uma resposta, senão, em 2022, vai vir mais um couro nas urnas, igual ao que muitos aqui levaram nessas eleições. Vão levar outro couro, para aprender a dar voz ao povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 414/513

| | | |
|--|---------------------------|------------------------------------|
| 37.2020.B | Sessão Outro Evento | 21/12/2020-14:04 |
| Publ.: DCD - 22/12/2020 - BENEDITA DA SILVA-PT -RJ | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Votos de feliz Natal aos Parlamentares e ao povo brasileiro. Necessidade de combate ao racismo no País. Solidariedade ao jogador de futebol Gerson Santos, do Clube de Regatas do Flamengo, diante da ofensa de cunho racista desferida pelo jogador Índio Ramirez, do Esporte Clube Bahia. Protesto contra o encerramento do auxílio pecuniário emergencial concedido a trabalhadores e famílias carentes. Repúdio ao posicionamento do Presidente Jair Bolsonaro, contrário à vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Combate à violência contra as mulheres no Brasil.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desejo feliz Natal, porque aquele que nasceu nesta data nasceu para que não houvesse no Brasil e no mundo nenhuma prática de racismo.

Nós vimos o que ocorreu em Istambul e agora, recentemente, na partida de futebol entre Flamengo e Bahia. "*Cala a boca, negro!*" Isso foi o que ouviu o meia central Gerson, cuja reação foi considerada por Ramirez uma reação de malandragem. Já passou da hora de punir seja quem for, técnicos, juízes, clubes, jogadores, comentaristas. Está na hora, Sr. Presidente.

Não é possível dizer "Feliz Natal!" a uma família negra faminta, desabrigada, desempregada. Como dizer "Feliz Natal!" a ela quando o Presidente não faz o seu dever, quando o auxílio emergencial não vai chegar para essa família, para todas as famílias pobres, independentemente de serem negras ou brancas?

Sr. Presidente, nós estamos assistindo ao Presidente Bolsonaro achincalhando o povo brasileiro. Nós sabemos que é ruim ter um

Presidente que se comporta dessa maneira, pedindo que divulguem o perigo das vacinas, jogando contra a população. Como isso é possível? Nós já temos mais de 186.764 mortos! Como o Presidente pode se comportar dessa maneira, dizendo que nós estamos excessivamente ansiosos e angustiados sem necessidade, já que se trata de uma gripezinha?

Agora, Sr. Presidente, nós estamos assistindo ao que está sendo feito na Rússia, na China, nos Estados Unidos, no Canadá, em Cuba, de que ele não gosta que se fale, e em mais outros e outros países. Todos - todos! - estão fazendo um esforço para que as pessoas sejam vacinadas.

Nós sabemos que temos, no Brasil, grandes profissionais cientistas. Quem não acredita em Deus, quem não acredita em Jesus, quem não acredita na ciência é Bolsonaro, porque nem fé ele tem para pedir a Deus um entendimento, um discernimento do que ele está fazendo com a população.

Desejo um feliz Natal para aqueles que realmente têm uma fé, uma esperança no País, que, em meio a essa desgraça, continuam acreditando que a vida vai melhorar, que as coisas vão acontecer. É por isso, Sr. Presidente, que nesta Casa tenho levantado a minha voz contra o racismo e a violência contra a mulher e não digo que isso é menos importante. V.Exa., que tem assistido a todos esses debates, que atenciosamente assiste da Presidência da Mesa a esta sessão, sabe que esta é uma verdade: além das palavras racistas, das agressões verbais, nós também estamos sendo fisicamente agredidos.

Eu estou com o Gerson. Ele não está sozinho, porque a maioria da população brasileira está ao seu lado.

Não ao racismo!

Sr. Presidente, vamos ter um ano novo diferente. Eu espero que a consciência daqueles democratas, cientistas, profissionais, leve ao Presidente Bolsonaro uma solução imediata e emergencial com relação à vacina.

Eu sei que dependem, dizem que é a esquerda que não tem, que as vacinas não são comprovadas, mas tentem! Tentaram para tuberculose, tentaram para HIV, tentaram com muitas outras doenças que hoje têm cura.

O SR. PRESIDENTE (Luis Miranda. DEM - DF) - Para concluir, Deputada.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ) - Por isso, Sr. Presidente, em

nome dessas famílias que ainda precisam continuar vivas, eu quero desejar um feliz ano novo, com vacina, com auxílio emergencial, com cultura, com trabalho, com emprego e sem fome.

Muito obrigado, Sr. Presidente, por sua tolerância.

Documento 415/513

| | | |
|---|----------------------------|------------------------------------|
| 37.2020.B | Sessão Outro Evento | 21/12/2020-14:24 |
| Publ.: DCD - 22/12/2020 - FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Aumento da miséria e da fome no País com a extinção do auxílio pecuniário emergencial. Inexistência, no âmbito do Governo Federal, de plano destinado ao desenvolvimento econômico e à geração de emprego e renda. Queda do Brasil no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, da Organização das Nações Unidas - ONU. Agravamento das desigualdades sociais brasileiras. Repúdio à postura adotada pelo Presidente Jair Bolsonaro no enfrentamento da epidemia de coronavírus.

O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, eu deixo aqui registrado nessas pequenas comunicações que a miséria e a fome vão aumentar cada vez mais a partir de janeiro. Isso vai acontecer, Sr. Presidente, com o fim do auxílio emergencial, no dia 31 de dezembro próximo. O Governo deixará 67 milhões de pessoas sem o benefício. O pior, Sr. Presidente, é que a grande maioria dessas pessoas só possuem essa renda para sobreviver.

Lamentamos ainda o fato de o Governo, mesmo diante de toda essa calamidade, não ter um plano de retomada do crescimento nem de geração de emprego.

Temos o Índice de Desenvolvimento Humano caindo para a quinta posição.

Temos a desigualdade social aumentando 20 posições. E o Governo ainda tem a insensibilidade, Sr. Presidente, de cortar o auxílio emergencial a partir de dezembro. Teremos, para o ano que vem, mais fome e mais miséria no nosso País, a partir de 2021.

Sr. Presidente, senhores telespectadores da *TV Câmara*, Sras. e Srs. Deputados, é lamentável ver que o Brasil tem um Presidente que

governa empurrado pelo Congresso e pela Justiça. Tudo o que saiu em benefício do povo durante a pandemia teve autoria do Congresso Nacional. Se não fosse a força da Câmara e do Senado, não teríamos sequer o auxílio emergencial de 600 reais para o povo e não teríamos a Lei da Cultura, que veio socorrer muitos que vivem da cultura.

O Brasil tem um Presidente que tenta atrapalhar até mesmo a vacinação contra o vírus que já matou mais de 180 mil pessoas. Por isso, Sr. Presidente, eu parabenizo o Congresso Nacional, que, com raras exceções, vem realizando um trabalho que realmente representa os interesses do povo brasileiro. Se o Brasil dependesse só das decisões desse Governo, o dismantelo ainda estaria maior.

Parabenizo o Congresso Nacional, especialmente a Oposição, que têm combatido e têm tomado a defesa do povo brasileiro no dia a dia.

Portanto, Sr. Presidente, solicito de V.Exa. que essas duas breves comunicações sejam publicadas no programa *A Voz do Brasil* e nas redes sociais da Câmara.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 416/513

| | | |
|---|----------------------------|------------------------------------|
| 37.2020.B | Sessão Outro Evento | 21/12/2020-14:32 |
| Publ.: DCD - 22/12/2020 - BIA KICIS-PSL -DF | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Saudações à bancada federal brasileira. Votos de feliz Natal aos Parlamentares e ao povo brasileiro. Indignação com a matéria veiculada pela Folha de S.Paulo, de Marcelo Leite, sobre a responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro, do Deputado Osmar Terra e da oradora por mortes decorrentes da Covid-19. Apoio dos brasileiros ao Presidente da República. Defesa da investigação de denúncia de tentativa de golpe contra o Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PSL - DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, meus nobres pares, povo brasileiro que nos acompanha pela televisão e pela Internet, o titular de todo o poder, a quem eu rendo minhas homenagens agora no final deste ano, na nossa última sessão, quero dizer que estou muito honrada de, nesses 2 anos, haver representado o povo do Distrito Federal e também tantos brasileiros que me seguem pelas redes e que dizem que eu os represento. Eu

tenho procurado cumprir fielmente o meu papel.

Quero cumprimentar o Presidente, o Deputado Luis Miranda, meu colega de bancada, e todos os Parlamentares da bancada do Distrito Federal, que, quando necessário, se unem acima de qualquer ideologia pelo bem da nossa linda Brasília e nosso querido Distrito Federal.

Sr. Presidente, no Natal, nós gostaríamos de ter apenas palavras bonitas para proferir. Infelizmente, embora eu tenha os melhores votos de Feliz Natal a todos os brasileiros e a todos os colegas, e também de um 2021 com mais esperança e melhor para todos nós, eu tenho que registrar aqui a minha indignação absoluta

com uma matéria veiculada na *Folha de S.Paulo*, nesse final de semana, de um jornalista - pelo menos ele se diz jornalista - Marcelo Leite, que acusa o Presidente da República, o Deputado Osmar Terra e a mim, citando nominalmente, de sermos os responsáveis pelo excesso de mortes ocorridas em razão da COVID.

Com as suas ilações nada científicas, esse sujeito faz acusação a mim, uma Parlamentar que não faz nenhum tipo de gestão pública, não faz gestão de política pública, assim como o Deputado Osmar Terra, e acusa também o Presidente da República, que tem sido impedido de decidir sobre como lidar com a crise da COVID, tem sido massacrado por Governadores tiranos e também ficou com as mãos amarradas pelo Supremo Tribunal Federal.

Esse jornalista é tão irresponsável que não pensa que está incitando o ódio contra pessoas que têm nome, CPF e rosto. Se algo acontecer a mim, se eu sofrer qualquer tipo de agressão, eu imputarei a responsabilidade a esse sujeito, que está me tratando como genocida e colocando meu nome e sobrenome num veículo de informação que é distribuído por todo o País.

Então, eu quero registrar aqui a minha revolta, a minha indignação, e dizer que tomarei atitude. Já estou entrando em contato, junto com o Deputado Osmar Terra, com a Procuradoria da Casa. Nós iremos, sim, processar esse sujeito e a *Folha de S.Paulo*, com a qual eu tenho mantido um relacionamento de respeito. Eu sempre me posicionei com firmeza em relação a ela, mas permitindo inclusive a ocupação de espaço. Porém não posso admitir algo tão indigno como o que foi feito por esse jornalista Marcelo Leite. Ele irá, sim, responder nas barras da Justiça porque me caluniou, ao me acusar de um cometer um crime hediondo como o genocídio. Quem cometeu crime foi esse senhor.

Aliás, eu apenas estou experimentando um pouco do que o nosso Presidente da República tem sofrido desde que o dia em que se sentou na cadeira do Planalto. Eu nunca vi uma pessoa tão ofendida, eu

nunca vi uma pessoa tão caluniada...

O SR. PRESIDENTE (Luis Miranda. DEM - DF) - Peço que conclua, Deputada.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PSL - DF) - Vou concluir.

Eu quero dizer que o Presidente da República é reconhecido pelo povo brasileiro. Aonde ele vai, o povo festeja, o povo celebra a sua presença. Em 2022, ele estará aí, apesar do golpe hediondo que tentaram dar nele, segundo reportado pelo Ministro Paulo Guedes.

Quero repudiar também essa tentativa de golpe contra a democracia, ao se tentar desestabilizar o Governo, com a participação do Governador Doria, do Presidente Rodrigo Maia, de Ministros do Supremo e de outros Parlamentares cujos nomes eu não posso dizer porque não conheço.

O que foi revelado pelo Ministro Paulo Guedes merece, no mínimo, uma investigação pelo nosso querido e nobre Procurador-Geral da República, Augusto Aras.

E nós esperamos que a Procuradoria-Geral da República não se furte a investigar esse caso, porque, até agora, o que estão investigando são absurdas ilações contra Parlamentares, que têm tido a sua prerrogativa de imunidade parlamentar ceifada pelo Supremo Tribunal Federal.

Um feliz Natal a todos os brasileiros que me dão a honra de representá-los, especialmente aqui no Distrito Federal, e um ano de 2021 melhor para todos nós, se Deus quiser!

Vamos respeitar a vontade do povo. Vacina para quem quiser tomar. Não vamos ser tiranos e obrigar a população a inocular algo em que ela não tem segurança e sobre o que não tem certeza.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 417/513

| | | |
|---|----------------------------|------------------------------------|
| 37.2020.B | Sessão Outro Evento | 21/12/2020-14:40 |
| Publ.: DCD - 22/12/2020 - JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO-PT -CE | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Postura irresponsável do Presidente Jair Bolsonaro e seus Ministros na

condução das ações de enfrentamento da crise gerada pelo coronavírus. Votação, pela Câmara dos Deputados em 2020, de relevantes matérias de interesse do povo brasileiro e do País. Adiamento da data das eleições municipais de 2020. Necessidade de votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 391, de 2017, sobre a alteração do art. 159 da Carta Magna para disciplinamento da distribuição, pela União, de recursos ao Fundo de Participação dos Municípios - FPM. Destinação, pelo orador, de recursos de emendas orçamentárias para municipalidades cearenses. Votos de feliz Natal e próspero Ano Novo aos Parlamentares e ao povo brasileiro.

O SR. JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO (PT - CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria, neste momento de final de ano, de encerramento praticamente dos trabalhos legislativos do Congresso Nacional, falar sobre o grande desafio que nós tivemos este ano. Foi um ano extremamente atípico, em função sobretudo da pandemia que vem assolando o mundo inteiro. E o Brasil vem sofrendo gravemente as consequências da falta de uma política preventiva, da falta de responsabilidade por parte sobretudo do Presidente da República e dos seus Ministros com relação ao enfrentamento desta crise grave que nós estamos vivenciando.

A pandemia hoje está numa nova fase, inclusive muito mais agressiva, porque está num momento de o vírus se reproduzir de outra forma, e Infelizmente nós estamos vivendo este período dramático da vida nacional.

Este foi um ano também, Sr. Presidente, de grandes desafios para o Congresso, em que esta legislatura apresentou e votou inúmeras matérias importantes para o povo brasileiro. Uma das mais relevantes foi a do auxílio emergencial, que nós conseguimos aprovar em 600 reais, como ajuda para os trabalhadores e trabalhadoras do nosso País. E nós contemplamos dezenas de categorias profissionais com esse benefício. Infelizmente, ainda faltou pautar e votar o veto ao Projeto de Lei 873, que beneficiava diversas outras categorias, entre elas agricultores, pescadores artesanais, etc. Mas foi uma conquista importante o auxílio emergencial. E nós sabemos que, se não fosse pelo auxílio emergencial, a crise social no País estaria muito mais agravada em função das dificuldades e do desemprego que nós estamos vivenciando.

Nós tivemos também o adiamento das eleições municipais, outro momento muito decisivo na história do Brasil; as eleições foram adiadas para 15 de novembro. Esse foi um momento também desafiador que nós tivemos na vida brasileira, sobretudo para consolidar a democracia no País.

Eu queria falar também, Sr. Presidente, do apoio que nós demos nesta

Casa a diversos projetos de lei, entre eles o do auxílio emergencial a Estados e Municípios brasileiros, o que deu condições aos Municípios de suportarem a dificuldade que nós estamos enfrentando; inclusive, nós precisamos votar a PEC 391, que aumenta o Fundo de Participação dos Municípios em um ponto percentual.

Também votamos diversas outras matérias importantes, inclusive o auxílio para as santas casas de misericórdia e as instituições filantrópicas. Então foi um ano também de grandes mobilizações e de conquistas que nós tivemos, graças à sensibilidade do Congresso Nacional, dos representantes do povo, e eu queria fazer esse destaque.

Quero falar também do nosso apoio a diversos Municípios para os quais nós aportamos recursos no Estado do Ceará, assim como aportamos para o Governo do Estado. Para se ter ideia, nós aportamos, neste ano, só de apoio ao combate ao coronavírus, mais de 24 milhões de reais para diversos Municípios do Ceará. Ajudamos precisamente 52 Municípios, além de termos dado apoio ao Governo do Estado em diversas ações que nós conseguimos viabilizar.

Sr. Presidente, eu queria apenas fazer este balanço rápido e lembrar o desafio que nós teremos no ano de 2021.

Aproveito para desejar a todos um feliz Natal e um próspero Ano-Novo, com muita paz e muita saúde. E que Deus possa nos abençoar e nos iluminar para sairmos deste momento de dificuldade que nós estamos vivendo.

Um grande abraço! Que Deus nos abençoe, nos proteja e nos ilumine. Se Deus quiser, o ano de 2021 será muito mais profícuo.

Muito obrigado.

Documento 418/513

| | | |
|--|---------------------------|------------------------------------|
| 37.2020.B | Sessão Outro Evento | 21/12/2020-14:48 |
| Publ.: DCD - 22/12/2020 - JORGE SOLLA-PT -BA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Alcance do patamar de 186.764 mortes no País em decorrência da Covid-19. Visão negacionista do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Aprovação, pela Casa, da proposta de criação do auxílio emergencial de 600 reais para trabalhadores e famílias carentes, diante da crise



gerada pela Covid-19. Inclusão, no projeto sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO de 2020/2021, de recursos para aquisição de vacinas contra o coronavírus. Retirada de direitos trabalhistas e previdenciários dos trabalhadores brasileiros, desestruturação de políticas públicas e do patrimônio público nacional. Redução dos recursos orçamentários destinados à área de ciência e tecnologia. Votos de feliz Natal e próspero Ano Novo aos Parlamentares e à população brasileira. Defesa aprovação de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Sem revisão do orador.) - É um prazer estarmos aqui mais uma vez com nosso amigo Deputado Luis Miranda presidindo a sessão. Eu precisei postergar a minha inscrição porque não podia deixar de falar para registrar o nosso pesar pelos 186.764 brasileiros mortos pela chacina da COVID, pela pandemia da COVID, pelo genocídio que o Governo Bolsonaro vem causando neste País.

Com certeza, 2020 vai ficar registrado como o pior ano da história brasileira, o ano em que o Brasil teve que enfrentar ao mesmo tempo duas pragas, a praga da COVID e a praga do Governo Bolsonaro. Nós temos um Governo negacionista e irresponsável, um Presidente insensato e um Ministério da Saúde que abdicou de liderar o Sistema Único de Saúde.

Presidente Luis Miranda, não podemos deixar de registrar aqui que este Congresso tem que ser parabenizado. Contra a vontade de Bolsonaro, o Congresso aprovou o auxílio emergencial, o que botou comida na mesa de milhões de brasileiros. Infelizmente, não foi pautada aqui a MP 1.000, como nós cobramos há meses, a MP que cortou pela metade o auxílio emergencial, que passou de 600 reais para 300 reais.

E não foi só o auxílio emergencial a contribuição importante do Congresso. Este Parlamento deu ao Governo Bolsonaro um cheque em branco para enfrentar a pandemia. Se não o fez, não foi por falta de orçamento, não foi por falta de disponibilidade financeira, não foi por falta de apoio do Congresso Nacional. Isso tem que ficar bem claro.

Muito pelo contrário, esta semana nós aprovamos na LDO a previsão de recursos para que o Brasil inteiro possa ser vacinado contra a COVID em 2021.

Vacina para todos em 2021, o nosso maior desejo para a população, nós inserimos na LDO contra a vontade do Governo, que não havia mandado essa previsão.

O estrago que vem acontecendo é muito intenso. Em 2021, no próximo



ano, vão completar 5 anos do golpe de Estado que tirou do poder a Presidenta Dilma, contra quem não havia nenhuma denúncia de corrupção. De lá para cá, só vemos destruição de direitos trabalhistas e previdenciários, destruição das políticas públicas mais importantes, destruição do patrimônio público. O estrago não é pequeno, senhores.

Eu peguei um dado, aqui, entre vários - o tempo não permite citar todos -, só para registrar sinteticamente a evolução do orçamento dos principais fundos de apoio à pesquisa. Quando falamos de enfrentamento da pandemia, falamos de pesquisa, de ciência e tecnologia. Antes do Governo do Presidente Lula, o orçamento dessa área era de 4,5 bilhões de reais; em 2015 - fomos evoluindo até 2015 -, chegamos a quase 14 bilhões de reais; em 2020, já voltamos ao estágio anterior ao Governo do Presidente Lula, na área de ciência e tecnologia, com pouco mais de 4,6 bilhões de reais de orçamento.

Então, Presidente Luis Miranda, desejo um 2021 melhor para V.Exa., para todos os nossos colegas Parlamentares e para toda a população brasileira. E o meu maior desejo para o próximo ano, o desejo que sintetiza esse 2021 melhor para todos, a maior medida de saúde pública, a maior medida para melhorar a vida da população brasileira, a medida mais importante para que 2021 seja melhor do que 2020, a medida mais efetiva para melhorar a vida dos brasileiros, é tirar Bolsonaro. *Impeachment* já!

Um grande abraço a todos!

Documento 419/513

| | | |
|--|---|------------|
| 136.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária -21/12/2020- CD | 15:16 |
| Publ.: DCD - 22/12/2020 - PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC | | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Apelo aos partidos governistas de suspensão da obstrução das votações. Necessidade de votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, quero fazer um apelo para os partidos da base do Governo Bolsonaro no sentido de que não obstruam esta sessão. Aliás, esta deve ser a última semana de

trabalhos desta Casa até que entremos em recesso.

Já tivemos um grave prejuízo na semana passada quando a base do Governo Bolsonaro obstruiu a votação da Medida Provisória nº 1.000. A obstrução dos partidos que apoiam o Governo Bolsonaro na semana passada vai fazer com que entremos em janeiro e a população brasileira que depende exclusivamente do auxílio emergencial não tenha nenhuma outra fonte de renda.

O jornal *Folha de S.Paulo* trouxe hoje uma pesquisa que diz que 36% da população brasileira dependem exclusivamente da renda emergencial. Então, a obstrução da base do Governo na semana passada, repito, trouxe um grave prejuízo para esta população. Vejam, quase 40% da população brasileira precisam do auxílio emergencial.

Os partidos e os Deputados que apoiam o Governo Bolsonaro obstruíram a sessão e não deixaram votar a Medida Provisória nº 1.000, que V.Exa., Presidente Rodrigo Maia, botou na pauta. O prejuízo para o País é muito grande. Então, gostaria de fazer um apelo para os Parlamentares e para os partidos que apoiam o Governo Bolsonaro: retirem esta obstrução para que possamos continuar trabalhando nesta última semana antes de entrarmos em recesso.

Documento 420/513

| | | |
|--|------------------------------------|--------------|
| 136.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária | -21/12/2020- |
| | CD | 15:20 |
| Publ.: DCD - 22/12/2020 - ALEXANDRE PADILHA-PT -SP | | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Apelo ao PP, ao Podemos, ao Republicanos e ao PSD de suspensão da obstrução das votações do Projeto de Lei nº 2.809, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.650, de 2018, e a prorrogação, até 31 de dezembro de 2020, da suspensão da obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, estabelecida pelo art. 1º da Lei nº 13.992, de 2020.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu queria fazer um apelo ao PP, ao Podemos, ao Republicanos e agora ao PSD, que estão nessa atitude de obstruir a votação de um projeto tão importante para o dia do dia do atendimento à saúde no nosso País.

Estamos votando a urgência de um projeto de iniciativa do Deputado Leo de Brito, que é um grande defensor das Santas Casas e dos hospitais filantrópicos, sendo que esse projeto é do PSB inclusive.

Esse projeto foi solicitado por toda a Frente Parlamentar das Santas Casas e dos hospitais filantrópicos de todo o País. Eles são responsáveis por quase 70% das internações e foram decisivos na ampliação do atendimento de pacientes de COVID-19.

Se não aprovarmos o mais rápido possível esse projeto, essas entidades não conseguirão prorrogar o seu certificado e podem não mais receber recursos do SUS nem receber recursos de nossas emendas parlamentares.

Esse o apelo que gostaria de fazer: peço a esses partidos que retirem a obstrução.

Documento 421/513

| | |
|--|---|
| 136.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/12/2020- CD 16:00 |
| Publ.: DCD - 22/12/2020 - BIBO NUNES-PSL -RS | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA |
| | DISCUSSÃO DISCURSO |

Sumário

Apoio à renovação da Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social - CEBAS. Inconsistência do discurso da Oposição acerca do posicionamento do Presidente Jair Bolsonaro contrário à imunização do povo brasileiro. Votos de feliz Natal e próspero Ano Novo aos Parlamentares e à população brasileira.

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Digníssimo Presidente Rodrigo Maia, nobres colegas, é uma satisfação estar mais uma vez nesta bancada.

Sou totalmente favorável à renovação da Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social - CEBAS por meio de uma declaração do gestor local do SUS. Isso facilita muito. Eu também tenho um projeto de lei nesse sentido, porque hoje se judicializa demais. Tudo é judicializado, o que complica as coisas.

Mas eu quero aproveitar para falar sobre vacinação no Brasil. Diz-se tanto que o Brasil está passando por momentos difíceis, que o Presidente não quer a vacinação. Isso não tem fundamento algum. O Presidente Bolsonaro editou uma medida provisória no valor de 20

bilhões de reais, dizendo que qualquer vacina, de qualquer lugar, contanto que tenha a certificação da ANVISA, será disponibilizada para todos os brasileiros. Eu tenho que acreditar na ANVISA, senão eu me mudo do Brasil. Eu acredito na ANVISA e vou me vacinar, com o maior prazer.

Então, por favor, não tem fundamento algum a Oposição ficar insistindo nessas falácias, em pronunciamentos de mitômanos, que mentem compulsivamente e acreditam na sua mentira. Nós queremos saúde para todos os brasileiros, acima de tudo. Está chegando o Natal, chegando o fim do ano. Temos que dar esperanças para o povo brasileiro, e a esperança que todos nós queremos no momento é a vacina. Não podem esses urubus de plantão, contra tudo e a favor de nada, que se inspiram nos poetas do mal do século, em Álvares de Azevedo, como eu falei há pouco... Será que eles querem ser também políticos do mal do século, só pregando o mal?

Eu convido a Oposição a pensar no bem. O bem faz bem. Pensem na melhoria para as pessoas. A melhoria vai vir para vocês também. Pregar só o mal, dizer que tudo está ruim, que o Presidente quer o caos do Brasil, e pregar o negativismo faz com que o Universo conspire contra quem fala o negativo. Pensem no melhor. Estamos na última sessão do ano. Não quero ser aqui pudico nem nada, mas este é um momento de reflexão. Fim de ano é para isso. Vamos propagar a irmandade, a bondade, o sentimento na veia verde e amarela do melhor para o País, o melhor para o Brasil. Chega dessa fogueira de vaidades, de políticos que colocam os interesses pessoais acima dos interesses do seu próprio País. Esse tipo de político não serve. Queremos quem ame a sua pátria, quem, com orgulho, diga: *"Eu sou brasileiro e quero o melhor para o Brasil"*. É assim que devemos lutar no ano de 2021.

Hoje eu falarei várias vezes, sempre desejando um feliz Natal e um Ano-Novo de sucesso para todos nós.

Muito obrigado, nobre Presidente.

Documento 422/513

| | | |
|--|--|------------|
| 136.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/12/2020- CD | 16:16 |
| Publ.: DCD - 22/12/2020 - ARNALDO JARDIM-CIDADANIA -SP | | |
| CÂMARA | DOS | COMO LÍDER |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Repúdio ao discurso proferido pelo Deputado Giovani Cherini a respeito do



setor agropecuário e do Projeto de Lei nº 5.028-C, de 2019, sobre a instituição da Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais; e a alteração das Leis de nºs 8.212, de 1991; 8.629, de 1993; e 6.015, de 1973. Visão negacionista de Giovanni Cherini com relação à epidemia de coronavírus, contra a ciência e a vacinação da Covid-19. Descompasso entre o seu discurso a favor da democracia e à obstrução das votações pelo seu partido. Repúdio aos ataques do Parlamentar ao Presidente Rodrigo Mais.

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, seria cômica se não fosse trágica essa intervenção a que eu acabei de assistir, que é uma intervenção descabida, despropositada e desqualificada.

Em primeiro lugar, pretende o Deputado falar em nome do setor produtivo, do setor agropecuário. Ele faz isso e se declara contrário à matéria que nós estamos votando. Esta matéria tem integral e total apoio da Frente Parlamentar da Agropecuária. Eu sou Vice-Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária. Esta matéria concilia as boas práticas ambientais e vai no sentido daquilo que nós queremos ver existir no agronegócio.

Em segundo lugar, também preconiza o Parlamentar mal-informado que esta matéria está em desacordo com o Governo. Dialogamos sobre esta matéria com o Ministério do Meio Ambiente, e ele também tem concordância com ela.

Mas vai além o Parlamentar: ele se diz defensor da saúde, mas o que ele tem sido, useiro e vezeiro, é um negacionista da pandemia, um arauto de remédios sem nenhuma comprovação científica e um militante contra a vacina, contra a ciência.

É de se lamentar que essa posição continue a ser veiculada no mundo. Neste fim de semana, vimos a Inglaterra decretar *lockdown*. Eu não estou falando da Venezuela; estou falando da Inglaterra, estou falando dos Estados Unidos, estou falando de países que ele diz reconhecer e saudar, mas dos quais ele demonstra total incompreensão ou falta de informação.

Em terceiro lugar, ele diz que é defensor da democracia e tenta obstruir as votações. Nós já tivemos quatro votações hoje em que a maioria se manifestou contra a retirada de pauta. Quem é o intransigente? Quem é o antidemocrático? É quem insiste ainda em buscar impedir que a Casa delibere, contra a posição da maioria, ou somos nós, que queremos ver pautas como essas avançar?

Por último, ele faz um ataque pessoal a V.Exa., Deputado Rodrigo Maia. V.Exa., que tem o nosso respeito, a nossa consideração, zelou

pela integridade da Câmara dos Deputados, foi sempre uma pessoa de diálogo e acabou defendendo, o tempo todo, a Câmara, num momento em que esta Casa esteve muitas vezes ameaçada por atitudes autoritárias do Governo. E há um histórico: em determinado momento, quando o Presidente da República fez assaques contra o Supremo Tribunal Federal e falou da Câmara, V.Exa., numa entrevista, se disse disposto a retrucar com flores os ataques que faziam à Câmara dos Deputados.

Então, há versões e há fatos. Os fatos que nós temos são de uma Câmara que operou na crise. Os grandes feitos que o Governo defende na área econômica - e nós estamos falando do liberalismo, que eu e o Presidente Rodrigo Maia defendemos e que alguns dizem que defendem, mas não sabem do que se trata - foram a reforma da Previdência, as atitudes adotadas ao longo da crise, a votação da PEC do Orçamento de Guerra, que deu instrumentos para o Governo enfrentar este momento que nós estamos vivendo.

Há aqueles que falam, há aqueles que fazem, há aqueles que estão querendo agora simplesmente preconizar um novo momento. Nós estamos ao lado do Parlamento, do Parlamento como um grande defensor da democracia e respeitador da maioria. Desse lado não sairemos, Sr. Presidente.

Documento 423/513

| | | |
|--|--|-----------------------|
| 136.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/12/2020- CD | 16:24 |
| Publ.: DCD - 22/12/2020 - JOÃO DANIEL-PT -SE | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | DISCUSSÃO DISCURSO |

Sumário

Elogio ao Presidente Rodrigo Maia pela postura adotada em defesa do Parlamento brasileiro e da democracia. Discussão do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 5.028-C, de 2019, (nº 312-B, de 2015, na Câmara dos Deputados), sobre a instituição da Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais; e a alteração das Leis de nºs 8.212, de 1991; 8.629, de 1993; e 6.015, de 1973. Desrespeito do Presidente Jair Bolsonaro e seus aliados às instituições democráticas. Não realização pelo Presidente da República, ao ensejo do encerramento de 2020, de pronunciamento à Nação brasileira de defesa da saúde pública e da vacinação contra a Covid-19. Militarização do Ministério da Saúde.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Rodrigo Maia, primeiro, queria parabenizar V.Exa. pela

postura que tem tomado em defesa da democracia, em defesa do Parlamento, em defesa do Brasil, em defesa do respeito que a democracia e o Parlamento precisam ter. Todos os setores democráticos da sociedade brasileira devem ter respeito pela Constituição e acreditar que, neste momento, uma das questões mais importantes é a democracia, é o Brasil pensar e organizar projetos para o povo brasileiro.

Quero dizer que sou favorável à matéria e que nós estamos cada dia mais perplexos com a postura do Presidente da República. Toda semana há uma novidade, e toda novidade traz uma piora. Há uma repercussão internacional da forma como o Presidente Bolsonaro e seus aliados se articulam. Demonstam cada dia mais desconhecimento da ciência, desrespeito à democracia, desrespeito ao papel da imprensa democrática, e valorizam cada dia menos aquilo que é mais importante: as instituições democráticas.

Lamentamos que se encerre um ano de pandemia sem um pronunciamento sequer por parte daquele deveria ser o maior na Presidência da República, falando da vida, falando da defesa da saúde pública, falando de um plano de saúde pública, falando de um plano de vacinação, articulando e sendo referência. Este País já foi referência no mundo na área da saúde, basta ver a questão da AIDS e tantas outras doenças. Nós hoje nos envergonhamos de ver os militares, acovardados, no Ministério da Saúde, cumprindo missão de Bolsonaro. É lamentável!

Presidente Rodrigo Maia, espero que V.Exa. e os Líderes que defendem a democracia continuem confiando na democracia, na Constituição e no verdadeiro papel do Parlamento brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 424/513

| | | |
|---|---|------------------------|
| 136.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária -21/12/2020- CD | 17:04 |
| Publ.: DCD - 22/12/2020 - BIA KICIS-PSL -DF | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Moção de repúdio à censura imposta à atividade parlamentar. Repúdio ao artigo sobre a atribuição ao Deputado Osmar Terra e à oradora da responsabilidade por mortes decorrentes da Covid-19, de autoria do jornalista Marcelo Leite, veiculado pela Folha de S.Paulo.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PSL - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, quero fazer aqui uma moção de repúdio à censura que tem sido feita à atividade parlamentar.

É impressionante quando agora o Facebook resolve bloquear Parlamentares que, nas suas redes, colocam sua opinião, inclusive colocam projetos de lei, como o meu projeto de lei para tornar a vacina, ou a máscara, facultativa, baseado em entendimento de médicos, de cientistas. Existem aqueles que pensam o contrário, eu respeito. É por isso que temos que debater, aqui, no Parlamento.

Agora, pior do que isso, a *Folha de S. Paulo*, num artigo de autoria de um jornalista, Marcelo Leite, diz que eu e o Deputado Osmar Terra somos as pessoas responsáveis pelas mortes em excesso pela COVID-19. Eu estou indo, daqui a pouco, com o Deputado Osmar Terra, à Procuradoria Parlamentar, porque isso gravíssimo, sermos acusados de genocidas, sendo que não fazemos gestão de qualquer política pública. O que nós fazemos é expressar nossa opinião publicamente no Parlamento e nas redes sociais e apresentarmos projetos de lei representando grande parcela da população.

Nós somos pessoas que respeitamos o debate, mas não aceitamos que criminosos venham nos caluniar, acusando-nos de um crime hediondo. E eu quero dizer, Sr. Presidente, mais uma vez, insisto, para que seja dada proteção policial à minha vida, porque essa pessoa que escreveu esse texto me coloca como responsável pela morte de milhares de pessoas, milhares de brasileiros, milhões de brasileiros que são vítimas da COVID-19. Se algum familiar, movido por um sentimento de revolta e por ignorância mesmo, por acreditar em alguém que escreveu esse texto e que se diz jornalista, imputar a mim responsabilidade, Sr. Presidente, eu estarei, sim, com minha vida em risco.

Então, eu fiquei muito, muito revoltada. Estou escrevendo um artigo para a *Folha de S. Paulo*, mas eu e o Deputado Osmar Terra, igualmente indignado, iremos à Procuradoria desta Casa, para que tome as providências jurídicas. Mas pedimos a V.Exa. para que reitere o meu pedido de proteção, porque hoje me sinto realmente ameaçada.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sumário

Orientação de bancada na votação do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 5.028-C, de 2019, (nº 312-B, de 2015, na Câmara dos Deputados), sobre a instituição da Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais; e a alteração das Leis de nºs 8.212, de 1991; 8.629, de 1993; e 6.015, de 1973, ressalvados os destaques. Congratulações à Deputada Bia Kicis pelo posicionamento adotado a respeito da epidemia de coronavírus. Inexistência de vacina eficaz e segura contra a doença. Existência de medicamento para o tratamento precoce da Covid-19.

O SR. GIOVANI CHERINI (Bloco/PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PL continua em obstrução.

Quero aproveitar a oportunidade para parabenizar a Deputada Bia Kicis pela luta que tem feito, que também tenho tentado fazer, para poder mostrar que as pessoas foram cegadas pelo medo, pela raiva, pelo ódio, pela ideia: fica em casa, quebre a economia, use máscara e espere a vacina. Infelizmente, elas hoje estão contra nós, mas amanhã estarão contra vocês. Vocês estão torcendo por nós.

Eu penso diferente. Vacina tem que ter segurança. Há remédio, o Ministério da Ciência e Tecnologia encontrou remédio para a COVID, mas ninguém quer falar sobre isso. O negacionista é esse que nega o remédio e que quer a vacina que não existe, que quer a máscara que diminui a imunidade das pessoas. Isso é ser negacionista.

As redes sociais, inclusive da qual estou falando agora, amanhã vão podar a Deputada Bia Kicis. Isso é ditadura da rede social, aliás, ditadura do STF, que está todo mundo aplaudindo. Aqueles que ontem lutavam contra o STF por causa do Lula hoje estão aplaudindo o STF por mandar fazer vacina que não existe, fazer vacina obrigatória. Que coisa absurda!

Vou continuar minha luta. A minha luta é pela vacina que funcione, Presidente.

Documento 426/513

136.2020

Sessão Deliberativa Extraordinária -21/12/2020-
CD 17:28

Publ.: DCD - 22/12/2020 - PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 5.028-C, de 2019, (nº 312-B, de 2015, na Câmara dos Deputados), sobre a instituição da Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais; e a alteração das Leis de nºs 8.212, de 1991; 8.629, de 1993; e 6.015, de 1973, ressalvados os destaques. Editorial O demolidor da República e seus cúmplices, publicado pelo jornal O Estado de S. Paulo.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PCdoB vota "sim" ao projeto de lei pela sua importância aqui já colocada por nós.

Mas aproveito esta oportunidade para chamar a atenção do Plenário desta Casa para um trecho do editorial do *Estadão* de hoje intitulado *O demolidor da República e seus cúmplices*, que diz: "*Já não é mais possível saber qual dos atentados de Bolsonaro foi mais grave nos últimos 2 anos de seu tenebroso governo. Mas terça-feira passada é forte candidata a entrar para a história como o dia em que o Presidente declarou guerra a seus governados. Jamais houve nada parecido com isso em tempos democráticos. Bolsonaro deu declarações em que explicitamente desencorajou seus compatriotas de tomar a vacina contra a Covid-19, fazendo terrorismo acerca de eventuais efeitos colaterais, e ele mesmo dizendo que não ia tomar a vacina*".

Esse é um presidente que não cuida dos brasileiros. E morra-se! Sobre aqueles que morrem é assim que tem dito Bolsonaro: "*E daí? Eu não sou covão*." Esse é um presidente que o Brasil não precisa.

Documento 427/513

| | | |
|--|---|-----------|
| 136.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária -21/12/2020- CD | 18:24 |
| Publ.: DCD - 22/12/2020 - JORGE SOLLA-PT -BA | | |
| CÂMARA | DOS | DISCUSSÃO |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 7.658, de 2014, sobre a obrigatoriedade de preservação do sigilo dos portadores de HIV/AIDS; de hepatites crônicas HBV e HCV; de hanseníase ou tuberculose; e a alteração da Lei nº 6.259, de 1975. Desconhecimento, pelo Ministro da Saúde, das atribuições pertinentes à sua pasta. Pedido ao Presidente Rodrigo Maia de votação do Projeto de Lei nº 1.176, de 2020, acerca da isenção total de impostos incidentes sobre insumos e equipamentos da área de saúde, durante o estado de emergência sanitária

decorrente da epidemia de coronavírus. Repúdio aos discursos proferidos no plenário contra a vacina da Covid-19.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Nós estamos vivendo realmente um momento sem precedentes de destruição de nosso País. É o caso desta pauta que está em questão agora, que se debruça sobre políticas relacionadas ao enfrentamento do HIV/AIDS. O Brasil é um país que é referência internacional de sucesso no combate ao HIV. Mas o atual Governo, o desgoverno Bolsonaro, conseguiu vários feitos, e um deles é fazer faltar teste de HIV e hepatite. Suspendeu contratos, não conseguiu licitar compras de insumos tão imprescindíveis. Mas ele não parou por aí, Presidente Rodrigo: conseguiu fazer faltar medicamentos para hanseníase, conseguiu fazer com que milhões de testes para diagnóstico da COVID estejam parados até agora, porque não compraram todos os insumos necessários. E isso acontece num Ministério cujo Ministro diz que não entende nada de saúde, não conhece o SUS, mas é especialista em logística. É a pior logística que o Ministério da Saúde já teve em décadas!

Presidente Rodrigo Maia, eu peço a sua atenção: não posso encerrar este ano legislativo sem mais uma vez lhe solicitar que seja pautado o PL 1.176/2020, de nossa autoria, para isenção de impostos sobre insumos e equipamentos para o enfrentamento da COVID.

Presidente Rodrigo Maia, é inadmissível que o Governo Bolsonaro queira tirar impostos de revólveres, de armas. E V.Exa. infelizmente não pautou o nosso projeto para tirar os impostos sobre testes de COVID-19, máscaras, gorros, luvas, aventais, equipamentos de UTI e medicamentos necessários para terapia intensiva no enfrentamento.

Por fim, eu não posso deixar de registrar aqui a nossa indignação com Parlamentares que se apossam do cargo de Presidente de frentes que não se reúnem, que não têm o que dizer, e ficam aqui falando em nome da saúde, mas não entendem nada de saúde, nem das práticas tradicionais, nem das alternativas, nem das complementares, nem das integrativas. Ficam aqui falando contra a vacina! Isso deveria ser alvo do Conselho de Ética do Congresso, porque qualquer Parlamentar que fale contra a vacina da COVID-19, Presidente Rodrigo Maia, está falando contra a vida, está falando contra a saúde. Nós não podemos aceitar isso quando nós estamos nos aproximando, a passos largos, da morte de 1% da população brasileira pela mesma doença. Isso nunca aconteceu anteriormente. Isso não pode ser admitido.

Então, eu peço, Presidente Rodrigo: vamos defender a vida, a saúde, a vacina. Para isso, por favor, paute o PL 1.176, para tirar os impostos sobre esses insumos e equipamentos tão essenciais para a vida da

população brasileira.

Muito obrigado.

Documento 428/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 136.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/12/2020- CD | 18:40 |
| Publ.: DCD - 22/12/2020 - GIOVANI CHERINI-PL -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Contestação ao discurso proferido por Parlamentar no plenário, a respeito do número de óbitos provocados pela Covid-19 no País. Existência de medicamento para a cura da doença. Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por duas sessões, da votação do Projeto de Lei nº 7.658, de 2014, sobre a obrigatoriedade de preservação do sigilo dos portadores de HIV/AIDS; de hepatites crônicas HBV e HCV; de hanseníase ou tuberculose; e a alteração da Lei nº 6.259, de 1975.

O SR. GIOVANI CHERINI (Bloco/PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu estou ouvindo e acompanhando atentamente a sessão. Eu tenho o maior respeito pelo mandato de cada colega desta Casa. Não faço ataque pessoal nenhum. Sou o Presidente da Frente Parlamentar de Práticas Integrativas e Complementares de Saúde, sou terapeuta, especialista em saúde pública e em meio ambiente.

O Deputado que me antecedeu me fez uma crítica. Eu acho que ele foi à escola para comer merenda na aula de matemática, porque ele disse que o Brasil está chegando a perto de 1% de mortes por causa da COVID. Ele disse 1%. Seriam 2 milhões de brasileiros, ou eu também fui à escola para comer merenda? É claro que se trata de uma tragédia! É claro que nós todos temos que pensar pelo mesmo caminho, mas eu penso por um caminho um pouco diferente.

Nós precisamos ter remédio. O Ministério da Ciência e Tecnologia já pesquisou e já chegou a um remédio que cura 98% do vírus nos primeiros 8 dias. Mas a Oposição, infelizmente, quer números, quer tragédias, para culpar este ou aquele e para culpar, principalmente, o Presidente Bolsonaro, que está fazendo um bom trabalho pelo País. É claro que este é o mesmo papel que Lula fazia mundo afora, ao andar mundo afora para pregar aquilo que não era certo o que o Brasil vivia.

Portanto, chega de "pandemídia!" A cada dia, a "pandemídia" está

deixando o povo com mais medo. Nós precisamos levar a verdade às pessoas. Há remédio, sim, para a COVID. É preciso tratar, é preciso fazer o tratamento precoce. Se houver uma vacina eficiente, que tenha comprovação científica, vamos fazer! Mas não vamos matar as pessoas com vacinas.

Pelo amor de Deus, vamos ter responsabilidade!

O PL continua em obstrução, Sr. Presidente.

Documento 429/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 136.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/12/2020- CD | 18:48 |
| Publ.: DCD - 22/12/2020 - ERIKA KOKAY-PT -DF | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por duas sessões, da votação do Projeto de Lei nº 7.658, de 2014, sobre a obrigatoriedade de preservação do sigilo dos portadores de HIV/AIDS; de hepatites crônicas HBV e HCV; de hanseníase ou tuberculose; e a alteração da Lei nº 6.259, de 1975. Transcurso do Dia Mundial de Combate à AIDS. Desestruturação, pelo Governo Jair Bolsonaro, das políticas públicas de saúde mental e de combate à AIDS. Repúdio à postura do Presidente da República diante da epidemia de coronavírus. Defesa de vacinação da população brasileira contra a Covid-19.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A Oposição, sem dúvida nenhuma, se posiciona contrariamente.

É bom lembrar que o dia 1º de dezembro é o Dia Mundial de Enfrentamento a HIV/AIDS. Seria uma boa resposta desta Casa ela mostrar a sua intenção real e concreta de proteger de toda a sorte de discriminação as pessoas que vivem com HIV. Nós precisamos avançar em muitos aspectos.

O Governo está fazendo uma intervenção, eu diria, em vários órgãos do Estado, que estão como se fossem ventríloquos do próprio Governo. Isso acontece também com a política de combate à AIDS, que sofre ataques também neste momento, mesmo sendo uma política que é referência mundial. A política de saúde mental igualmente tem sofrido ataques.

Temos também essa lógica de derramar cloroquina Brasil afora. Há quase 6 milhões de comprimidos de cloroquina, e grande parte não foi utilizada. E o Brasil continua ostentando esse nível de mortos.

Respeitem-nos! Respeitem-nos, porque todas nós e todos nós perdemos amigos para a COVID-19. Respeitem-nos! Não queremos cadáver, não queremos mortos. Queremos vida. É por isso que nós lutamos por uma vacinação neste País.

Documento 430/513

| | | |
|--------------------------------|------------------------|--------------------------|
| 136.2020 | Sessão | Deliberativa 21/12/2020- |
| | Extraordinária - CD | 18:52 |
| Publ.: DCD - 22/12/2020 - | GIOVANI CHERINI-PL -RS | |
| DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de votação, artigo por artigo, do Projeto de Lei nº 7.658, de 2014, sobre a obrigatoriedade de preservação do sigilo dos portadores de HIV/AIDS; de hepatites crônicas HBV e HCV; de hanseníase ou tuberculose; e a alteração da Lei nº 6.259, de 1975. Repúdio ao discurso da Oposição favorável à abertura de processo contra o orador junto ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, em face do seu posicionamento a respeito da vacina contra a Covid-19. Existência de medicamento para o tratamento precoce da doença, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

O SR. GIOVANI CHERINI (Bloco/PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PL, Sr. Presidente, continua em obstrução.

Eu gostaria de dizer às pessoas que, de forma desinformada, costumam dizer que se devem colocar Deputados no Conselho de Ética da Casa. Isso é fruto da ditadura de alguns Parlamentares que pensam que as ideias diferentes não podem ser expressas no plenário da Câmara. Eu penso de forma diferente muitas coisas que a Oposição está colocando aí como sendo...

Por exemplo, a vacina do HIV: por que não lutam pela vacina do HIV como lutam pela vacina da COVID? Eu sou a favor da vacina, mas que seja confiável, que tenha ciência e que não seja feita às pressas. Agora, discutir remédio é proibido no Brasil. Então, os médicos, infelizmente, dão dipirona e mandam o paciente para casa. O que vai acontecer? Vão todos para a UTI. Tem que haver remédio, e existe remédio hoje, randomizado cientificamente, duplo-cego, feito pelo

Ministério de Ciência e Tecnologia no Brasil.

Então, eu acho que quem mente para a população tem que ir para o Conselho de Ética. Dizer que está morrendo 1% da população, isso não é mentira? Agora, eu acredito que, como houve remédio para o HIV, há também para a COVID. Pode haver vacina, mas ainda não temos uma vacina segura.

Por isso, Presidente, o PL continua em obstrução.

Documento 431/513

| | | |
|---|--|------------------------|
| 136.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/12/2020- CD | 18:52 |
| Publ.: DCD - 22/12/2020 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de votação, artigo por artigo, do Projeto de Lei nº 7.658, de 2014, sobre a obrigatoriedade de preservação do sigilo dos portadores de HIV/AIDS; de hepatites crônicas HBV e HCV; de hanseníase ou tuberculose; e a alteração da Lei nº 6.259, de 1975. Homenagem aos profissionais da saúde, ao autor e ao relator da proposição, respectivamente, Senador Randolfe Rodrigues e Deputado Alexandre Padilha. Repúdio ao discurso de Parlamentar sobre a existência de medicamento para tratamento e cura da Covid-19.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu quero orientar contra a obstrução, portanto, "não".

Quero fazer uma homenagem à Frente Parlamentar, uma homenagem ao autor, o Senador Randolfe Rodrigues, e uma homenagem ao Relator, o Deputado Alexandre Padilha, que fez um grande trabalho de articulação ao buscar consenso para o projeto na Casa.

Mas eu quero também fazer um registro aqui de homenagem aos profissionais de saúde e aos prescritores, que são os médicos.

Eu acho gravíssimo o que está sendo dito aqui nesta sessão. Se os médicos tivessem de fato um remédio que cura, eles o estariam prescrevendo, Presidente. Os médicos não estão matando os pacientes. Os médicos não estão deixando de curar os pacientes, não estão deixando de prescrever remédios existentes e eficazes. Eles não estão prescrevendo porque esse remédio não existe. Se existisse, as

peças estavam sendo curadas e não estavam morrendo. Então, não pode um Parlamentar falar essas coisas dentro do Parlamento brasileiro para a sociedade ouvir.

A vacina não está matando ninguém. As vacinas que estão sendo usadas têm estudos de eficácia e segurança. E os chefes de Estado no mundo inteiro estão usando, estão se vacinando. Infelizmente, aqui o chefe de Estado que temos quer que as pessoas morram. Essa é a diferença.

Então, não é possível ouvirmos isso e ficarmos calados e acharmos que o remédio que cura existe e que os médicos não o estão usando porque querem que as pessoas morram. Não é possível ouvirmos isso calados e acharmos que isso é correto e que este Parlamentar não tem que ser acusado de estar falando algo e que o Conselho de Ética não tem que observar isso.

Nós não podemos ouvir isso calados, Presidente. Não dá mais!

Documento 432/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 136.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária CD | -21/12/2020- 19:00 |
| Publ.: DCD - 22/12/2020 - JOICE HASSELMANN-PSL -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Apelo aos Deputados de suspensão da obstrução às votações. Importância da aprovação do Projeto de Lei nº 5.029, de 2020, sobre o aumento da participação da União no Fundo Garantidor de Operações - FGO, para a concessão de garantias no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - PRONAMPE.

A SRA. JOICE HASSELMANN (Bloco/PSL - SP. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu quero fazer um apelo aqui, em especial aos Líderes que compõem a base do Governo e os partidos de centro, para que nós possamos destravar a votação nesta Casa e aprovar o PRONAMPE em Plenário.

Veja, Presidente, eu preciso dizer a toda a população brasileira aqui, por dever de justiça, que houve um acordo feito na sexta-feira - eu mesma o costurei - com os Líderes dos partidos de centro, os Líderes da Oposição e o meu partido, incluindo até os partidos de direita.

Também conversei com o Líder do NOVO, e havia um acordo para que

votássemos a urgência do PRONAMPE na sexta-feira. Isso garante mais 10 bilhões de reais em crédito, com juro baixíssimo para o pequeno e microempreendedor, bem como a contrapartida da manutenção do emprego. Todos fecharam o acordo para que fosse votada a urgência e, na sequência, o mérito.

O relatório está disponível no sistema da Câmara dos Deputados, e eu tomei o cuidado de não mexer no relatório a ponto de ele precisar voltar, de maneira regimental, para o Senado. Então, Sr. Presidente, o acordo não foi cumprido lá. E por que esse acordo não foi cumprido? Por uma disputa que envolve a Presidência da Câmara dos Deputados.

Senhores, todos nós sabemos que a obstrução é um ato regimental, que ela está prevista no Regimento. Aliás, o Regimento precisa ser modificado. Precisamos fazer isso nesta Casa.

Agora, nós não podemos colocar questões envolvendo a política da Mesa da Câmara dos Deputados acima dos interesses da população brasileira. Esse acordo de sexta-feira não foi cumprido. O Presidente Rodrigo Maia deu a palavra de que o pautaria e pautou. Ele cumpriu a sua palavra! Porém, os Líderes dos partidos que compõem a base do Governo voltaram atrás. Nós não podemos deixar que a disputa política, a disputa que envolve políticos de alto coturno pela Presidência da Câmara dos Deputados prejudique esses geradores de emprego no País.

Eu estou falando aqui de 99% dos negócios. Noventa e nove por cento dos negócios no Brasil são de pequenos e microempreendedores. Estou falando aqui de 55% dos empregos formais. Nós não podemos cruzar os braços! Se não houver a votação ainda neste ano, esse recurso vai ser perdido. O recurso precisa ser emprestado pelos bancos públicos agora, até o dia 31 de dezembro. As empresas estão à míngua, demitindo, e nós temos a responsabilidade de manter essas empresas de portas abertas e de manter o número de empregos.

Então, eu faço um apelo aos Líderes para que deixem um pouquinho de lado a questão política e a discussão sobre a Mesa. Nós poderemos retomá-las daqui a pouco. Não há problema! Vamos ter o resto do mês de dezembro e todo o mês de janeiro para discutir, para articular e para ter um bom embate político. Está tudo certo!

Agora, nós não podemos colocar esse embate político acima da vida das pessoas, acima da manutenção dos empregos, acima da economia. Isso acaba matando toda a nobreza que pode haver na política. Isso é de uma mesquinhez ímpar. Esse tipo de mesquinhez política não pode matar a nobreza, o que eu acredito, sim, que pode haver na política brasileira.



O que nós estamos vendo não é algo racional. Esta Casa pode ficar marcada. Esses Líderes dos partidos de centro terão a pecha daqueles que organizaram a obstrução e que mataram a terceira fase do PRONAMPE. Eu creio que, com responsabilidade, que não é desejo desses Líderes, que eu respeito muito e com os quais tenho uma boa relação pessoal, ganhar essa medalha, que não é de mérito, mas de terem afundado o PRONAMPE.

Então, eu peço, em nome dos pequenos empreendedores, em nome do comércio, em nome dos empregos, socorro a todos os senhores. Eu peço que os Líderes dos partidos que compõem a base do Governo - do Governo Jair Bolsonaro! - pensem que esse é um texto que foi encaminhado pelo próprio Governo e é um texto que faz parte de um desejo do Governo, e não só desta que vos fala, a Deputada Joice Hasselmann, ou da Oposição.

Esse é um dos poucos temas, Presidente, como foi o FUNDEB, que uniu aqui direita, esquerda, centro, quem se diz independente. Todos nós queremos a manutenção de empregos e que as portas das empresas fiquem abertas. Então, aos Líderes dos partidos, aos Deputados dos partidos que compõem a base do Governo, ao próprio Presidente da República Jair Bolsonaro, ao Ministro Paulo Guedes, ao Senador Jorginho Mello, que também tem responsabilidade nesse texto, porque é o autor do texto no Senado, eu peço uma movimentação para que nós possamos destravar a pauta e, por favor, aprovar isso, para que, a partir de amanhã, as pessoas que precisam desse dinheiro para manter as portas de seus empreendimentos abertos possam correr ao banco e ter acesso a esses 10 bilhões de reais.

Eu creio que nem eu, nem o Sr. Presidente, que pautou a matéria, cumprindo sua palavra comigo, nem os Líderes, nem Deputado nenhum desta Casa quer, de fato, ficar com a pecha de que enterrou um programa que, depois da ajuda emergencial de 600 reais, é o de maior sucesso neste período de pandemia. É o programa que mais deu certo, justamente porque foi fruto de uma união de todos nós.

Era isso, Sr. Presidente. Fica o meu apelo.

Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Líder Joice, nós vamos votar essa urgência e vamos votar também a urgência para o projeto das universidades de Goiás, de Tocantins e do Nordeste. Fique tranquila, porque nós votaremos as urgências hoje.

A SRA. JOICE HASSELMANN (Bloco/PSL - SP) - Obrigada, Sr.

Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Se possível, apresente logo o relatório, deixe-o público aqui no sistema com o secretário-geral.

A SRA. JOICE HASSELMANN (Bloco/PSL - SP) - Já está no sistema, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Peço que o Deputado José Nelto, Relator do outro projeto, também já deixe pronto o seu relatório, porque acho que esses dois nós conseguiremos votar por acordo durante o dia de amanhã, nessas pautas mais consensuais que estão aqui na Ordem do Dia.

A SRA. JOICE HASSELMANN (Bloco/PSL - SP) - Obrigada, Presidente.

O relatório está à disposição.

Documento 433/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 136.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/12/2020- CD | 19:08 |
| Publ.: DCD - 22/12/2020 - GIOVANI CHERINI-PL -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Equívoco da abordagem brasileira com relação ao tratamento da Covid-19. Apresentação do Projeto de Lei nº 4.759, de 2020, acerca da alteração da Lei nº 13.979, de 2020, para permissão do acompanhamento de pessoas internadas em decorrência da Covid-19. Inexistência de vacina eficaz e segura contra a doença. Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global, oferecida pelo Relator da Comissão de Seguridade Social e Família ao Projeto de Lei nº 7.658, de 2014, sobre a obrigatoriedade de preservação do sigilo dos portadores de HIV/AIDS; de hepatites crônicas HBV e HCV; de hanseníase ou tuberculose; e a alteração da Lei nº 6.259, de 1975, ressalvados os destaques.

O SR. GIOVANI CHERINI (Bloco/PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu vou encaminhar pelo PL e pelo PSC.

Eu quero esclarecer aos meus colegas Parlamentares, por quem eu tenho muito respeito, que a morte é uma coisa muito triste, ainda mais em função de uma doença como essa, que tira das pessoas o direito... Inclusive eu apresentei um projeto para que as pessoas que quiserem

acompanhar o seu familiar no hospital possam fazê-lo, porque é muito triste ter COVID, ir para o hospital e não ter ninguém acompanhando.

É uma tragédia o que estamos vivendo. É a "pandemídia" o que estamos vivendo. As pessoas estão morrendo, infelizmente, porque o Brasil adotou um caminho equivocado na saúde, em cima da doença e da enfermidade. Não se admite no Brasil discutir remédio para o tratamento precoce. Cinco mil médicos no Brasil estão inclusive sendo chamados pelo Conselho Federal de Medicina, porque eles não podem fazer tratamento precoce.

A minha luta é contra os inescrupulosos que querem tirar vantagem das mortes, que querem culpar alguém pelas mortes. Então, essa é a minha luta. Se isso me leva à Comissão de Ética, terei o maior prazer no mundo em ir, porque eu quero o remédio, já que a vacina ainda é *fake news*. Quem é que garante que a vacina é segura? Ninguém garante. Então, vamos buscar o remédio. E já temos o remédio.

Sr. Presidente, o PL e o PSC continuam em obstrução.

O SR. SANTINI (Bloco/PTB - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- O PTB está em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Alguém tem que avisar o futuro Presidente americano, que tomou vacina hoje, de que há risco.

Como vota o PP? *(Pausa.)*

O SR. GIOVANI CHERINI (Bloco/PL - RS) - Com certeza, Presidente, há riscos. V.Exa. tem razão. Vai haver muito risco, sim, Presidente. E quem vai pagar depois pela saúde das pessoas? E se a pessoa morrer com a vacina, quem vai pagar?

Documento 434/513

| | | |
|---|--|------------|
| 136.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/12/2020- CD | 19:08 |
| Publ.: DCD - 22/12/2020 - GERVÁSIO MAIA-PSB -PB | | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Obstrução, pela base governista, das votações da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020; e da Proposta de Emenda à Constituição nº 391, de 2017,

sobre a alteração do art. 159 da Carta Magna, para disciplinamento da distribuição, pela União, de recursos ao Fundo de Participação dos Municípios - FPM. Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global, oferecida pelo Relator da Comissão de Seguridade Social e Família ao Projeto de Lei nº 7.658, de 2014, sobre a obrigatoriedade de preservação do sigilo dos portadores de HIV/AIDS; de hepatites crônicas HBV e HCV; de hanseníase ou tuberculose; e a alteração da Lei nº 6.259, de 1975, ressalvados os destaques.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, rapidamente, quero registrar, porque é bem interessante fazer esse registro, que nós não votamos a MP 1.000, que trata da prorrogação do auxílio emergencial, por culpa do Governo, e não estamos votando agora a PEC que eleva o FPM, um desejo de todos os Prefeitos do Brasil, por obstrução da base do Governo.

O PSB vota "sim".

Documento 435/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 136.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/12/2020- CD | 19:16 |
| Publ.: DCD - 22/12/2020 - GIOVANI CHERINI-PL -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 3.515, de 2015, sobre a alteração da Lei nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e do art. 96 da Lei nº 10.741, de 2003, (Estatuto do Idoso), para aperfeiçoamento da disciplina do crédito ao consumidor, e a prevenção e tratamento do superendividamento. Não apresentação, pelos defensores da saúde da população, de ações em prol da imunidade dos brasileiros.

O SR. GIOVANI CHERINI (Bloco/PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PL continua em obstrução.

Eu gostaria muito de saber das pessoas que são entendidas em saúde, que sabem muito mais que eu, por que não defendem a imunidade da população brasileira. Por que não defendem o uso da vitamina D, que é a verdadeira vacina? (*Falha na transmissão*) no Brasil.

Por que nós não podemos falar em imunidade? Por que não podemos fazer exames na população brasileira, que tem uma média de 25 nanogramas de vitamina D no seu organismo? Quando Deus fez o

mundo, ele o fez perfeito, colocou o sol para ser a nossa fonte de energia! Mas o povo brasileiro, infelizmente, tem um nível de vitamina D muito baixo, sem falar na vitamina C, nos linfócitos, nos leucócitos, na vitamina B12 e em outras necessidades do organismo para melhorar a imunidade. E a imunidade baixa por conta da alimentação ruim, pelo estresse e por tantos problemas que temos hoje, inclusive pelo medo e pelo uso de máscara, que as pessoas estão usando de forma desenfreada, sem poder respirar... Por que não se fala nisso, Sr. Presidente? Então, vamos aumentar a imunidade da população brasileira!

O PL continua em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Obrigado. Vamos encaminhar ao Ministério da Saúde a sua proposta.

O SR. GIOVANI CHERINI (Bloco/PL - RS) - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - O único problema da vitamina D, Deputado, é que para gordo não funciona. É um desastre! Há uma pesquisa recente - e não é brincadeira, não - que diz que ela queima na gordura, e nós não ficamos com a imunidade da vitamina D. Então, eu sofri com a COVID.

O SR. GIOVANI CHERINI (Bloco/PL - RS) - Mas há controvérsias, Sr. Presidente. Vamos falar sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Vamos fazer um debate. *(Risos.)*

O SR. GIOVANI CHERINI (Bloco/PL - RS) - Vamos fazer um debate com o Dr. Cícero Coimbra, um médico que estuda isso há 30 anos!

Documento 436/513

| | | |
|---|------------------------------------|--------------|
| 136.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária | -21/12/2020- |
| | CD | 19:32 |
| Publ.: DCD - 22/12/2020 - SÂMIA BOMFIM-PSOL -SP | | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 485, de 2019, sobre a inserção de dispositivo na Lei nº 10.098, de 2000, com vista à prestação de auxílio às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e à oferta de carrinhos de compra adaptados em hipermercados, supermercados e estabelecimentos congêneres. Pedido à

Presidência de inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, sobre os direitos dos trabalhadores em empresas de aplicativos, lotados no setor de entrega de mercadorias e alimentos, durante o estado de calamidade pública decorrente da epidemia de coronavírus.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu queria apenas registrar a posição do PSOL. O PSOL orienta "não" à retirada de pauta. É fundamental avançar na legislação que garante adaptação e acessibilidade.

Eu queria aproveitar também para pedir que fosse pautado o Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, que garante a regulamentação e direitos aos entregadores de aplicativo.

Nós sabemos que este ano aconteceu uma audiência inédita na Câmara dos Deputados, à qual foram representantes de diversos Estados do Brasil que organizaram o breque dos aplicativos, um movimento nacional que apresentou à mídia e à sociedade reivindicações básicas, por exemplo, o direito de não ter a utilização do aplicativo bloqueada sem justificativa para esses trabalhadores; uma remuneração mais justa, que não seja flutuante, que seja minimamente acordada entre a empresa e os entregadores. Essa é uma das pautas fundamentais deste ano. Eles também reivindicam questões sanitárias, diante da pandemia. E nós gostaríamos de pedir que ele pudesse ser pautado. Trata-se do PL 1.665, de autoria do Deputado Ivan Valente, junto a toda a bancada do PSOL, e de relatoria do Deputado Fábio Trad.

Documento 437/513

| | | |
|---|---|------------------------|
| 136.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/12/2020- CD 19:36 | |
| Publ.: DCD - 22/12/2020 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Pedido à Presidência de inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 2.442, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.979, de 2020, com vista ao disciplinamento de pedidos médicos para a realização de exames pré-natal, bem como a garantia da segurança de gestantes durante a epidemia de coronavírus.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Eu encaminhei a V.Exa. o Projeto de Lei nº 2.442, de 2020, que trata da possibilidade de as mulheres grávidas terem seus

exames para o pré-natal validados eletronicamente. Isso é uma coisa bastante simples, mas, no período de pandemia, faz com as mulheres não precisem se aglomerar num posto de saúde para pegar exames.

Isso é importante, porque as mulheres grávidas e puérperas têm visto no Brasil o campeonato de mortes na pandemia. Aliás, no mundo todo.

O relatório está no sistema desde novembro. Se fosse possível encaixar o projeto na pauta antes do final do ano, seria muito importante. Esse pedido eu lhe mandei no privado. Se fosse possível, eu agradeceria muito.

Documento 438/513

| | | | |
|----------------------------|-------------------------------|---------------------|------------------------------------|
| 137.2020 | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa | 21/12/2020-19:44 |
| Publ.: DCD 22/12/2020 - | ERIKA KOKAY-PT -DF | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS | BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Exigência de punição do sargento do Corpo de Bombeiros Militar, Guilherme Marques Filho, diante da importunação sexual e agressão física praticadas no Metrô do Distrito Federal. Apoio do Presidente Jair Bolsonaro à liberação do porte e posse de armas de fogo no País. Defesa da vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu venho aqui expressar o meu repúdio à postura do Sargento do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal chamado Guilherme Marques Filho. Este senhor, portando camisa com foto de Jair Bolsonaro, assediou uma mulher no metrô. Outro jovem, a quem presto minhas homenagens, chamado Jair Reis Canhête, ao perceber aquilo, fez um questionamento ao Sargento Guilherme Marques Filho, que estava importunando uma jovem no metrô. Diante da atitude desse jovem, uma atitude que nos diz que nós temos que nos proteger e que nós temos que combater qualquer tipo de agressão e de assédio, aquele Sargento perseguiu o rapaz, deu dois socos nesse rapaz e apontou-lhe uma arma.

Isso tudo foi devidamente filmado. Não há nenhuma dúvida do que aconteceu com esse Sr. Sargento Guilherme Marques Filho na sua postura de ataque.

É preciso que o Corpo de Bombeiros responda a isso, é preciso que a sociedade inteira responda a isso! Nós não podemos permitir mais essa coisificação, a coisificação das mulheres. Nós não podemos mais permitir que as mulheres lutem todos os dias para dizer que seus corpos são seus corpos. Nós já tivemos, e esta Câmara respondeu com uma moção, o caso envolvendo Isa Penna, Deputada Estadual da Assembleia Legislativa de São Paulo.

Por isso, venho para dizer do meu repúdio, esperando que seja devidamente punido o Sr. Guilherme Marques Filho. Ao mesmo tempo, presto minha solidariedade e minhas homenagens ao jovem que decidiu intervir naquela situação e, por isso, foi agredido com dois socos no rosto, tendo contra ele uma arma empunhada.

Vejam, o Presidente da República quer liberar, mas foi proibido pela Justiça, o imposto sobre a importação de armas. Acha que as armas podem ser liberadas. Nós queremos vacina, nós queremos vida, porque as armas estarão sempre apontadas para os mesmos corpos.

Por isso, o meu completo repúdio ao Sr. Guilherme Marques Filho. Espero que seja devidamente punido pelo Corpo de Bombeiros, pela Justiça e pelos operadores do Direito desta cidade. E manifesto a minha solidariedade a Jair Reis Canhête.

Documento 439/513

| | | |
|----------------------------|-------------------------------|------------------------------------|
| 137.2020 | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa 21/12/2020-19:52 |
| Publ.: DCD 22/12/2020 - | JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Falta de estratégia do Ministério da Saúde no combate à epidemia de coronavírus, segundo relatório divulgado pelo Tribunal de Contas da União - TCU. Conveniência de investigação dos fatos pelo Parlamento brasileiro.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Sem revisão da oradora.) - Eu vi a publicação de relatório do Tribunal de Contas da União bastante preocupante. O Tribunal de Contas revela que não houve estratégia do Ministério da Saúde para confrontar e combater a pandemia. Inclusive, existem algumas revelações muito preocupantes, que mostram que há um estoque de respiradores não distribuídos e um estoque de insumos não distribuídos, inclusive de EPIs. Mostra

também que não há planejamento para a compra de seringas e agulhas e a aplicação das vacinas. Isso é muito grave.

Penso que o Parlamento brasileiro deveria abrir um instrumento de investigação, porque isso é dinheiro público gasto com uma logística absolutamente não definida. E os Estados e Municípios estão precisando desses equipamentos.

É necessário que o Parlamento brasileiro tome conta desse relatório. Já que o Tribunal de Contas da União é um órgão auxiliar do Parlamento brasileiro, auxilia-nos com esses dados tão profundos e tão densos, nós precisaríamos nos dar conta de que isso merece uma investigação nossa em relação ao que fez o Ministério da Saúde com o dinheiro público, já que esses equipamentos estão estocados e já que o próprio Tribunal diz que não houve planejamento do Ministério da Saúde ou do Governo brasileiro no confronto com a pandemia.

Isso é gravíssimo, na medida em que nós temos quase 200 mil brasileiros mortos, mais de 7 milhões de contaminados, pessoas morrendo por falta de leito de UTI. Isso significa respiradores. E, no momento em que estamos buscando a aplicação da vacina, não temos ainda a logística de distribuição e de compra das seringas e das agulhas. Isso é muito grave!

Portanto, em vez de estarmos preocupados em saber se vai virar jacaré quem tomar a vacina, deveríamos estar preocupados em saber como iremos aplicar a vacina no povo brasileiro sem a logística adequada para defender a vida e acabar com a pandemia no País.

Obrigada, Presidente.

Documento 440/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 137.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/12/2020- CD | 20:00 |
| Publ.: DCD - 22/12/2020 - GIOVANI CHERINI-PL -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por duas sessões, da discussão do Projeto de Lei nº 485, de 2019, acerca da alteração da Lei nº 10.098, de 2000, com vista à prestação de auxílio às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e à oferta de carrinhos de compra adaptados em hipermercados, supermercados e estabelecimentos congêneres. Consequências negativas da decisão do Supremo Tribunal Federal de concessão, aos Estados e Municípios, de autonomia para enfrentamento da

Covid-19.

O SR. GIOVANI CHERINI (Bloco/PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PL, querido amigo Kim Kataguiri, continua em obstrução.

Eu quero fazer um registro. Há pouco uma colega Parlamentar culpava o Ministério da Saúde pela "pandemídia". Eu quero dizer que essa mesma Parlamentar deveria culpar o STF, porque o STF tirou todo o poder do Presidente da República sobre qualquer ação em relação à "pandemídia".

Logo após essa decisão, vieram os escândalos no Brasil. O Brasil liberou muito dinheiro para Prefeitos e Governadores, algo impressionante. O País inteiro está cheio de escândalos. Por que a Oposição não fala desses escândalos? Por que a Oposição não questiona o STF ao agir contra a Constituição, exigindo vacina que nem existe ainda. Poderá existir e poderá haver problemas, inclusive com sequelas para a população. Temos que ter responsabilidade quanto a isso.

Se o STF tirou o poder do Presidente da República, V.Exas. tem de cobrar dos Governadores e dos Prefeitos, porque foram eles que fizeram a dor dupla. Qual é a dor dupla? Além da morte da população, ainda a miséria e a fome. E mais: os escândalos no Brasil inteiro.

O PL continua em obstrução. Votamos junto com o PSC.

Documento 441/513

| | | |
|--|--|------------|
| 137.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/12/2020- CD | 20:04 |
| Publ.: DCD - 22/12/2020 - CARMEN ZANOTTO-CIDADANIA -SC | | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por duas sessões, da discussão do Projeto de Lei nº 485, de 2019, acerca da alteração da Lei nº 10.098, de 2000, com vista à prestação de auxílio às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e à oferta de carrinhos de compra adaptados em hipermercados, supermercados e estabelecimentos congêneres. Expectativa quanto à votação do Projeto de Lei nº 5.029, de 2020, sobre a alteração da Lei n.º13.999, de 2020, com vista ao aumento da participação da União no Fundo Garantidor de Operações - FGO, para a concessão de garantias no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de

Pequeno Porte - PRONAMPE.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - "Não" ao adiamento da votação por 2 sessões, Sr. Presidente.

Destaco que há matérias importantes, como o PRONAMPE, que já veio do Senado Federal e destina 10 bilhões de reais para pequenas e microempresas, e a questão da manutenção da filantropia, por meio da declaração dos gestores municipais. Então, precisamos deliberar as matérias.

Documento 442/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 137.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/12/2020- CD 20:08 | |
| Publ.: DCD - 22/12/2020 - PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Derrota do candidato apoiado pelo Presidente Jair Bolsonaro nas eleições à Prefeitura Municipal de Macapá, Estado do Amapá. Excelência do editorial O demolidor da República e seus cúmplices, publicado pelo jornal O Estado de S. Paulo. Constatação, pelo Tribunal de Contas da União - TUC, da inexistência de diretrizes estratégicas para o enfrentamento da Covid-19 no âmbito do Ministério da Saúde. Prejuízos causados às populações carentes pela não votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Descaso do Governo Federal com a imunização da população brasileira contra a Covid-19.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Presidente, queria só lembrar que ontem, domingo, o Presidente Bolsonaro perdeu mais uma. Infelizmente, o fato de ele ter se aproximado do candidato do DEM no Amapá fez com que esse candidato perdesse a eleição.

O que ficou comprovado nesta eleição municipal no Brasil é que o Presidente Bolsonaro virou um Midas ao contrário: onde ele tocou, a pessoa entrou em desgraça eleitoral. Assim foi no Rio de Janeiro, em São Paulo e em vários Estados do Brasil. E agora aconteceu no Amapá. Era bem provável que o irmão de Davi Alcolumbre, Presidente do Senado, ganhasse a eleição, mas o povo do Amapá resolveu mandar um recado a Bolsonaro, dizendo que não votaria no candidato

dele. Assim aconteceu, repito, no Rio de Janeiro, em São Paulo, em vários Estados do Brasil.

Sr. Presidente, agora eu queria abordar outra questão, ainda sobre Bolsonaro. O editorial do *Estadão* do dia 17, cujo título é *O demolidor da República e seus cúmplices*, comenta exatamente os atentados que o Presidente Bolsonaro tem feito ao Brasil. Entre eles, o Presidente Bolsonaro sabota a saúde da população quando desestimula os brasileiros a usarem a vacina; quando ele mesmo diz que não vai usar a vacina; quando impõe uma campanha de *fake news* para amedrontar a sociedade brasileira; quando o seu Governo, o seu Ministério da Saúde, não toma as providências necessárias para que, a exemplo de outros países, a população brasileira tenha acesso à saúde, tenha acesso à vacina. O Brasil está na fila, mas vai ocupar o último lugar de acesso à vacina se continuarmos dependendo do Governo Bolsonaro e do Ministério da Saúde.

Não bastasse isso, junto com essa postura do Presidente Bolsonaro, nós temos...*(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Kim Kataguirí. DEM - SP) - Deputada Perpétua, acho que V.Exa. desligou o microfone acidentalmente.*(Pausa.)*

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (MDB - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O MDB vota "não", Presidente.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC) - Desculpe-me. Vou continuar, Sr. Presidente.

Junto a essa postura sabotadora do Presidente Bolsonaro, há um relatório do Tribunal de Contas da União, que conclui o seguinte: o Governo Bolsonaro, por meio do Ministro da Saúde, não tem um plano estratégico para o enfrentamento da pandemia. O relatório apontou ainda que há um descompasso entre o cronograma de fornecimento das vacinas e a entrega de seringas e agulhas. Nós estamos em uma guerra contra um vírus que já matou 180 mil brasileiros. Mas, infelizmente, o Governo Bolsonaro não chamou e não preparou a indústria para enfrentar o vírus junto com a população, porque ele não quer fazer isso.

Para piorar a situação, Sr. Presidente, segundo pesquisa do Datafolha que saiu hoje, quase 40% da população brasileira, ao deixar de receber neste mês de dezembro o auxílio emergencial, declara que não tem outro meio de vida, não tem de onde tirar mais um centavo para comer.

Este é o número exato: 36%.

Quando o Presidente Rodrigo Maia colocou em votação, na última sexta-feira, a Medida Provisória nº 1.000 - gostaríamos de ter mantido o valor de 600 reais, que o Presidente Bolsonaro cortou pela metade, deixou só 300 reais -, nós tínhamos apresentado emenda. Gostaríamos que fosse dada continuidade ao auxílio emergencial em 2021, pela situação emergencial de saúde pública e pela necessidade da população. Infelizmente, quando o Presidente Rodrigo Maia botou a Medida Provisória nº 1.000 na pauta, a base do Governo começou a fazer obstrução. A base do Governo forçou a retirada da medida provisória da pauta.

É muito preocupante que o Governo não se preocupe com a vacina e sabote a saúde da população, que a sua base no Congresso, os seus apoiadores no Congresso estejam contra o povo, ao não darem condição para que a população possa sobreviver em meio à pandemia.

Vamos encerrar o ano de 2020 com muita tristeza, com muita fome e com muitas mortes no País, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Kim Kataguirí. DEM - SP) - Peço que conclua, Deputada.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC) - Agora quem pede a Deus que cuide desta Nação somos nós, porque estamos vendo o Presidente Bolsonaro sabotar a saúde dos brasileiros.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 443/513

| | | |
|--|------------------------------------|--------------|
| 137.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária | -21/12/2020- |
| | CD | 20:24 |
| Publ.: DCD - 22/12/2020 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG | | |
| CÂMARA | DOS | DISCUSSÃO |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 485, de 2019, acerca da alteração da Lei nº 10.098, de 2000, com vista à prestação de auxílio às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e à oferta de carrinhos de compra adaptados em hipermercados, supermercados e estabelecimentos congêneres. Defesa de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, é um prazer ter V.Exa. dirigindo a sessão.

É claro que somos favoráveis ao projeto de lei, porque se trata de política pública para as pessoas que mais necessitam. Neste caso, não é bom ficar fazendo cálculo, porque o custo disso, além de pequeno, é para uma causa fundamental, como disse a Deputada Erika. Os supermercados devem sim oferecer aos portadores de deficiência condições para que tenham acesso aos produtos que estão dentro do estabelecimento e, ao mesmo tempo, tenham facilidade para fazer suas compras. Isso é fundamental.

Portanto, somos favoráveis a este projeto de lei.

Presidente Kim, aproveito a oportunidade para falar um pouco também sobre essa questão das vacinas. É lamentável que Deputados fiquem alardeando contra algo que, no mundo inteiro, já se iniciou, que é esse importante processo de vacinação. Vi agora este dado: no mundo, já foram vacinadas mais de 1 milhão e 100 mil pessoas, e não houve até agora nenhum problema, a não ser dois casos de alergia, mas as duas pessoas já foram medicadas e passam bem.

Não é verdade, portanto, que essa vacina ofereça risco. A Deputada Jandira, que é médica, explicou bem a questão. Todo esse processo é feito com muito cuidado. São realizados testes. Em todo o mundo, não seria liberada a vacina se ela significasse risco para a sociedade. Agora, quando se alardeia contra ela, aí sim, corre-se o risco de perder mais vidas. Aqui em Belo Horizonte, o Prefeito voltou a fechar os bares à noite, porque o número de casos tem aumentado muito e a ocupação dos leitos de UTI já ultrapassa 70%. Os dados relativos a esta pandemia voltam a ser assustadores, e o avanço alcançado neste ano se refere exatamente ao surgimento da vacina.

Então, em vez de colocar medo nas pessoas, por ignorância ou, às vezes, por questões político-ideológicas, esse Presidente Bolsonaro deveria prezar a vida.

Eu não poderia deixar de reiterar este dado: já foram vacinadas mais de 1 milhão e 100 mil pessoas em todo o mundo, e nada ocorreu com elas, a não ser o fato de terem ficado imunes ao coronavírus.

Portanto, vamos à vacina!

Tomara que o Presidente Jair Bolsonaro não consiga atrapalhar ainda mais o Brasil nem incentivar ainda mais a propagação do vírus e o aumento da pandemia.

Muito obrigado.

| | | |
|--|--|------------------------|
| 137.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/12/2020- CD | 20:44 |
| Publ.: DCD - 22/12/2020 - GIOVANI CHERINI-PL -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por duas sessões, da votação do Projeto de Lei nº 485, de 2019, acerca da alteração da Lei nº 10.098, de 2000, com vista à prestação de auxílio às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e à oferta de carrinhos de compra adaptados em hipermercados, supermercados e estabelecimentos congêneres. Elevado índice de popularidade do Presidente Jair Bolsonaro. Efeitos da concessão aos Estados e Municípios, pelo Supremo Tribunal Federal, de autonomia para enfrentamento da epidemia de coronavírus.

O SR. GIOVANI CHERINI (Bloco/PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PL, Sr. Presidente, continua em obstrução.

Nós somos favoráveis a esta matéria, mas, desde o início da sessão de hoje, nós estamos obstruindo, porque não houve discussão desta pauta, inclusive deste projeto. Não houve respeito aos Líderes da nossa bancada.

Eu queria responder àqueles que costumam bater no Presidente Bolsonaro. Eu queria dizer que, quanto mais batem, mais ele cresce. Ele está com 70% de aprovação. Sabe por quê? Porque o STF, de forma indevida, agiu junto com a oposição e a esquerda no Brasil para tirar o poder do Presidente da República eleito. Imaginem se fosse o PT? Imaginem se viesse o STF e dissesse: "*Você não vai mandar mais nada sobre esse vírus. Vai ser o governador e o prefeito.*" E aí surgiram os reis, os governadores reis, que não ouviram a Assembleia Legislativa e decidiram pelo povo.

Então, gente, nós precisamos salvar vidas. Nós precisamos ser sensíveis a tudo que está acontecendo, mas também temos que falar a verdade. E a verdade é que houve muita corrupção no Brasil inteiro, mas ninguém fala da corrupção. Só falam daquilo que interessa, que é tentar culpar alguém. E, se existem culpados, esses são governadores e prefeitos que resolveram fazer coisas que estão totalmente fora da ciência.

Por isso, o PL continua em obstrução, Sr. Presidente.

de quatro a dez vezes maior. Portanto, nós precisamos incluir as pessoas com deficiência na prioridade para o processo de vacinação.

A vacinação é o que realmente enfrenta a COVID-19. Cloroquina? Tudo isso que se inventou para negar a gravidade da doença talvez nós chamemos de compulsão para mentir de quem diz que isso é fundamental. Ou então podemos chamar de cinismo. É de cinismo que chamamos?

A Oposição vota favorável à proposição.

Documento 446/513

| | | |
|---|--|------------------------|
| 137.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária CD | -21/12/2020- 23:00 |
| Publ.: DCD - 22/12/2020 - SÂMIA BOMFIM-PSOL -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 5.387, de 2019, sobre o mercado de câmbio brasileiro, o capital brasileiro no exterior, o capital estrangeiro no País e a prestação de informações ao Banco Central do Brasil. Imediata votação pela Casa da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para a retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, o PSOL está em obstrução.

São 11 horas da noite, e este projeto prevê mais ataques especulativos à moeda brasileira e aumenta a instabilidade da nossa economia, enquanto nós deveríamos ter pautado a Medida Provisória nº 1.000, de 2020, que é o principal pleito da sociedade brasileira. Aqueles que acompanham a transmissão da *TV Câmara* nas redes sociais podem verificar que essa é a principal preocupação do povo brasileiro.

Hoje pela manhã foram divulgados na *Folha de S.Paulo* dados bastante interessantes da última pesquisa sobre auxílio emergencial: 75% das pessoas que recebem auxílio emergencial reduziram a compra de comida a partir do momento em que passaram a receber 300 reais, e não mais 600, como nós aprovamos aqui na Câmara, e 36% dependem exclusivamente do auxílio para viver. Está previsto o encerramento desse auxílio para o fim de dezembro, sendo que os impactos sanitários e econômicos da pandemia seguem. Tivemos inclusive a maior média móvel de número de mortes, que em janeiro

poderá novamente bater recorde.

Por isso, obstrução. A nossa urgência é votar a MP 1.000, e não medidas que fragilizem ainda mais a economia brasileira.

Documento 447/513

| | | |
|---|---|------------------------|
| 137.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária -21/12/2020- CD | 23:12 |
| Publ.: DCD - 22/12/2020 - JOENIA WAPICHANA-REDE -RR | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 5.387, de 2019, acerca do mercado de câmbio brasileiro, do capital brasileiro no exterior, do capital estrangeiro no País e da prestação de informações ao Banco Central do Brasil. Defesa de votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A REDE orienta "sim", pela retirada de pauta, Sr. Presidente.

Realmente, a matéria está confusa, é complexa e merece uma discussão mais ampla. Neste momento de pandemia, deveríamos estar votando a MP 1.000, o que não estamos fazendo.

Por essa razão, a REDE vai orientar "sim" à retirada de pauta.

Documento 448/513

| | | |
|---|------------------------------|-----------------------------------|
| 38.2020.B | Sessão Outro Evento | 22/12/2020-10:20 |
| Publ.: DCD - 23/12/2020 - VICENTINHO-PT -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVE COMUNICAÇÕES | BREVE COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Repúdio ao posicionamento do Presidente Jair Bolsonaro, contrário à vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Votos de feliz Natal e próspero Ano Novo aos Parlamentares e à população brasileira.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu estou aqui muito indignado com as matérias que estou vendo nos jornais a respeito das vacinas e com a postura, ou melhor, com a falta de postura de Jair Bolsonaro.

Enquanto chefes de Estado, nos seus respectivos países, são os primeiros a se apresentarem para tomar a vacina, aqui no Brasil Bolsonaro desestimula as pessoas a tomá-la. Quantas vacinas nós já tivemos no Brasil? Quantas nós temos? Alguém um dia questionou a vacina, por exemplo, contra o sarampo, contra a febre amarela, contra a poliomielite, contra qualquer outro tipo de doença? Ninguém nunca questionou. Agora, no momento em que vamos chegar, infelizmente, a 200 mil mortes e a milhões de pessoas atingidas, a Presidência da República, no lugar de estimular o nosso povo a tomar a vacina, entra numa briga insana por conta de um Governador, por conta de um laboratório.

Eu boto fé na CoronaVac! Eu boto fé no Instituto Butantan! Nós não podemos, de maneira nenhuma, colocar essa discussão ideológica contra a vacinação, que salva vidas.

Ouvem-se os seguintes comentários: *"Não tome vacina, porque quem tomar vacina vai virar mulher"*, *"Quem tomar vacina vai trocar de sexo"*, *"Não tome vacina, porque quem tomar vacina vai ter um chip dentro do seu corpo"*. Essas são as conversas paralelas dos seguidores do próprio Bolsonaro. Que coisa horrível, meu Deus do céu!

Com sua atitude, Bolsonaro demonstra falta de amor inclusive com os seus seguidores. Os seguidores de Bolsonaro são menos amados por Bolsonaro do que os bois e vacas dos rebanhos são amados pelos pecuaristas, porque os pecuaristas promovem vacinação todos os anos, vacinam o seu gado. Fica aqui o meu protesto quanto a isso.

Como esta é a nossa última sessão, apesar de Bolsonaro, apesar de tudo o que está acontecendo no Brasil, eu desejo a todos um feliz Natal. Mas esse desejo de feliz Natal não é feito esquecendo tudo o que aconteceu - jamais! Não vamos esquecer.

Meu desejo é que o ano que vem seja melhor. Mas o Natal que desejo é um Natal simples, um Natal cristão, um Natal carregado de amor e solidariedade, para que nós forcemos, com base no que é Jesus Cristo, um novo mundo, um novo tempo e uma nova história.

Então, Sr. Presidente, caros colegas, desejo-lhes um feliz Natal e um próspero Ano-Novo.

Obrigado.

Documento 449/513

| | | |
|---|----------------------------|------------------------------------|
| 38.2020.B | Sessão Outro Evento | 22/12/2020-10:28 |
| Publ.: DCD - 23/12/2020 - CORONEL TADEU-PSL -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Homenagem póstuma à médica Jacqueline Vieira, falecida em decorrência da Covid-19, no Município de Itapetininga, Estado de São Paulo. Protesto contra a anunciada adoção pelo Governador do Estado de São Paulo, João Doria, de novas medidas de contenção do avanço da epidemia de coronavírus. Aumento dos recursos da área de comunicação em detrimento da saúde pública, e politização da vacina contra a Covid-19 pelo gestor estadual. Inoportunidade da concessão, pela Câmara Municipal de São Paulo, de reajuste nos vencimentos do Prefeito e do Vice-Prefeito Municipal.

O SR. CORONEL TADEU (Bloco/PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia a todos os nossos colegas Parlamentares.

Primeiro, gostaria de fazer uma singela homenagem à Dra. Jacqueline Vieira, médica do hospital municipal de Itapetininga, que faleceu de COVID-19, faleceu no campo de batalha. Uma pessoa amável e muito querida na cidade nos deixou, mas nos deixou lutando. Deixo aqui registradas uma saudação muito especial a ela, pelo trabalho que desenvolveu no hospital, e as minhas orações de conforto para todos os amigos e familiares.

O segundo ponto destas breves comunicações diz respeito ao Governo do Estado de São Paulo, que ameaça colocar todo o Estado na fase vermelha, fechando, mais uma vez, comércios, parando a atividade econômica e colocando a população de São Paulo novamente de joelhos diante da ditadura que ele implantou no Estado em todos os sentidos. É lamentável que esse Governador João Doria não tenha o mínimo de responsabilidade em nenhum ato que toma.

Por exemplo, ele aumentou em 70% os recursos para a área de comunicação do seu Governo, quando nós precisamos canalizar dinheiro para a saúde, para tantos hospitais que passam por dificuldades no Estado de São Paulo. Além disso, é irresponsável a politização da vacina que esse homem faz. A vacina dele - a vacina que ele intitula que é dele, porque abraçou essa causa - não está

pronta, não está aprovada. Infelizmente, esse sujeito só vem à mídia fazer mais chacinhas, para tumultuar a já tumultuada vida de todos os brasileiros.

Por último, também gostaria de deixar um lamentável registro: a Câmara Municipal do Estado de São Paulo aumentou o salário do Prefeito e do Vice-Prefeito para 35 mil reais, neste momento tão delicado por que passa o Brasil, inclusive o Estado de São Paulo, especialmente a cidade de São Paulo. Isso é de uma irresponsabilidade sem precedentes. Eles vão receber um salário superior ao de um Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Um feliz Natal a todos os meus amigos, a todos os meus queridos Deputados e Senadores e a todos os funcionários da Câmara, do Senado, do Congresso Nacional. Até o próximo ano, se Deus quiser, com muita luta e muito trabalho.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 450/513

| | | |
|---|----------------------------|------------------------------------|
| 38.2020.B | Sessão Outro Evento | 22/12/2020-10:32 |
| Publ.: DCD - 23/12/2020 - PAULÃO-PT -AL | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Desigualdade social reinante no Brasil. Inexistência, no âmbito do Governo Federal, de ações para contenção dos índices inflacionários. Despreparo do Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, para o exercício das funções pertinentes à sua pasta. Nomeação, pelo Presidente da República, de técnico da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN para controle do departamento responsável pelo setor de vacinas contra a Covid-19. Imediata inclusão na pauta, pelo Presidente Rodrigo Maia, de pedido de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Luis Miranda, queria cumprimentá-lo e, na sua pessoa, cumprimentar todos os colegas Parlamentares.

Quer fazer uma homenagem a um compositor questionador importante para o Brasil: Assis Valente, que compôs uma música chamada *Boas Festas*. Naquele momento, ele já fazia um questionamento do ponto de vista sociológico. Veja, Sr. Presidente, a frase lapidar da música: "*Eu pensei que todo mundo fosse filho de Papai Noel*". Com singeleza, ela

demonstra o quanto o Brasil é desigual. O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo. O que hoje enfrentamos no mundo é a desigualdade - no máximo 2% da população controla as riquezas mundiais -, e no Brasil isso não é diferente.

Eu queria, Sr. Presidente, destacar dois assuntos. Primeiro, a inflação está voltando com força. E quem é o mais prejudicado quando a inflação volta? Os mais pobres, a classe trabalhadora. Isso é gravíssimo, e não vemos estratégia nenhuma do Bolsonaro nem de seu Ministro da Economia.

O outro assunto é a respeito da pandemia. O mundo discute soluções, alternativas, a exemplo de vacinas, mas aqui no Brasil o Presidente, que é negacionista, nomeia um general para o Ministério da Saúde cuja formação é em logística, que não entende nada de saúde, é um incompetente.

E o mais grave: nesta semana, o Presidente colocou para controlar o departamento que será responsável pelas vacinas no Brasil, na grande articulação do Governo Federal, um técnico da ABIN. Isso está criando uma verdadeira revolta não só no Ministério da Saúde mas também em todo o mundo acadêmico.

Na realidade, o Bolsonaro é um zombador, não respeita o povo brasileiro. Ontem mesmo ele estava reunido, sem máscara, com o empresário da Havan, um dos grandes financiadores de sua campanha, principalmente no que se refere a *fake news*. Há uma simbologia quando o Presidente da República tem atitudes como essa.

Então, é urgente que o Presidente Rodrigo Maia tenha coragem e coloque o impedimento na Ordem do Dia. Há mais de 30 pedidos. Esta é a pergunta que não quer calar: por que até agora o Presidente Rodrigo Maia não colocou em votação o *impeachment* desse irresponsável, insano, genocida que governa o Brasil, o Sr. Jair Bolsonaro?

Muito obrigado.

Documento 451/513

| | | |
|--|---------------------------|------------------------------------|
| 38.2020.B | Sessão Outro Evento | 22/12/2020-10:36 |
| Publ.: DCD - 23/12/2020 - ERIKA KOKAY-PT -DF | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Homenagem à memória do ambientalista Francisco Alves Mendes Filho, conhecido por Chico Mendes. Desconstrução da política do meio ambiente pelo Governo Jair Bolsonaro. Exclusão da nova Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, pelo Governo Federal, do Ministério Público do Trabalho; do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil; do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA; e da Organização Internacional do Trabalho - OIT. Negligência do Governo Federal sobre a coordenação das ações de enfrentamento da Covid-19, segundo apontamento do Tribunal de Contas da União - TCU. Envolvimento do Presidente da República com milicianos e quadrilheiros. Defesa de afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Eu começo o meu discurso fazendo uma homenagem a Chico Mendes, cuja morte hoje nós lembramos. A morte dele foi uma tentativa de calar os povos da floresta, aqueles que sabem que fazemos parte de uma trama de vida que tem que ser respeitada na sua diversidade.

A voz de Chico Mendes é que faz com que nos coloquemos em movimento para enfrentar essa política antiambiental que está em curso no Brasil, que quer transformar o País em um Brasil das cinzas das nossas florestas; em um Brasil da lama de Brumadinho; em um Brasil, em verdade, do óleo que entrou em nossas praias algum tempo atrás. Portanto, lembrar Chico Mendes é lembrar que, como disse o poeta, há seres humanos que carregam um pacto com a imortalidade, porque ficam. Chico Mendes fica todas as vezes que nos colocamos em movimento para enfrentar essa destruição do meio ambiente de um Governo que tem feito toda sorte de pacto: com madeireiros ilegais, com mineradores ilegais, com segmentos da sociedade que desrespeitam a própria legislação.

Aliás, é uma característica deste Governo querer eliminar qualquer tipo de participação da sociedade civil. Vejam: o Governo excluiu da nova Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil o Ministério Público do Trabalho, o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, a OIT, ou seja, quer calar uma comissão tão importante para enfrentar a situação de trabalho infantil na qual se encontram 1,8 milhão de crianças e adolescentes.

É um governo que não esconde o próprio autoritarismo, não esconde suas características de tentar terceirizar as suas responsabilidades.

O TCU mais uma vez aponta que o Governo não está coordenando o enfrentamento à pandemia. O Governo terceiriza, diz que a responsabilidade não é dele. A responsabilidade é dele, sim, porque é um governo que tem como método de atuação o ódio e a própria

mentira. Vejam que foi rapidamente desmascarado na mentira que tentou impor de que era responsabilidade do Presidente desta Casa não estarmos apreciando ou não termos mantido o 13º do Bolsa Família. E não é só isso. É um governo que se alia com milícias, com quadrilheiros. É um governo que mente e, ao mesmo tempo, que se alia a segmentos que atentam contra a legalidade no País.

Para além disso, tem feito a desconstrução de qualquer enfrentamento à COVID-19. O Governo compra 300 milhões de unidades de seringas e agulhas, mas descasa o cronograma de aplicação de vacinas com a aquisição de seringas e agulhas. Não se articula com Estados e Municípios, porque vive eternamente buscando inimigos imaginários para esconder, através dessas construções fantasiosas, sua própria incompetência e o seu desrespeito ao País.

Por isso, nesta última sessão que provavelmente teremos este ano na Câmara dos Deputados, é muito importante que tenhamos em 2021 um ano realmente novo, um ano radicalmente novo, sem mentiras, sem o peito estufado do fascismo carregar a faixa presidencial, ou seja, um ano em que as crianças possam ser crianças e em que não tenhamos que conviver com as nossas lágrimas pela perda de mais de 186 mil brasileiros e brasileiras.

Portanto, para que o ano seja realmente novo, é preciso arrancar a faixa presidencial do peito do machismo, do peito da LGBTfobia, do peito do racismo, do peito da incompetência e da irresponsabilidade para com o País.

Documento 452/513

| | | |
|---|---------------------------|------------------------------------|
| 38.2020.B | Sessão Outro Evento | 22/12/2020-10:44 |
| Publ.: DCD - 23/12/2020 - AIRTON FALEIRO-PT -PA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Balanço da atuação legislativa do Parlamento brasileiro em 2020. Exigência de adoção, pelo Governo Federal, de plano nacional de vacinação contra a Covid-19.

O SR. AIRTON FALEIRO (PT - PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, inicialmente, quero cumprimentá-lo, cumprimentar os nossos colegas, e, como nós caminhamos para a reta deste ano legislativo, quero mencionar, neste pronunciamento, alguns avanços do Parlamento brasileiro. O nosso mandato esteve integrado em busca de

soluções para questões estruturais e emergenciais.

Primeiro, quero comemorar a aprovação da compensação da Lei Kandir, que há muitos anos não correspondia ao anseio dos Estados, em especial dos Estados mineradores, como o Pará. O Pará vai receber 3 bilhões e 690 milhões com a aprovação dessa compensação.

Quero comemorar, com os movimentos de luta popular e social, os 100% do FUNDEB para a educação pública. Quero comemorar, em nome de Chico Mendes, a aprovação do projeto de pagamento de serviços ambientais. Não basta só cobrar a preservação da Amazônia. É preciso ajudar a preservá-la.

Quero comemorar o auxílio emergencial de 600 reais, que foi uma iniciativa do Parlamento brasileiro. É uma luta que tem que continuar: precisamos aprovar uma lei que assegure um auxílio permanente, independentemente de pandemia. Quero comemorar a Lei Aldir Blanc, que beneficia a cultura brasileira: levamos para o Estado do Pará 120 milhões, para a Secretaria Estadual de Cultura e para os Municípios. Quero comemorar a lei para os nossos irmãos indígenas e quilombolas, tão polêmica, cujo veto derrubamos para poder implementá-la. Quero comemorar a Lei Assis de Carvalho, que beneficia a agricultura familiar, que produz alimentos. Quero comemorar a aprovação da Internet para os alunos de baixa renda e o projeto de esportes para os nossos atletas.

Ressalto que, em conjunto com diversas frentes parlamentares e organizações populares ambientais e socioambientais, travei a luta em defesa dos povos da Amazônia e do meio ambiente na condição de Coordenador do Fórum Nacional Permanente em Defesa da Amazônia.

Por fim, digo que terminamos o ano tendo que cobrar firmemente a dívida do Governo brasileiro no que se refere a um plano de vacina para o povo brasileiro. Seria muito bom se pudéssemos oferecer, como presente de Ano-Novo, uma vacina em escala para a proteção de nosso povo.

Um feliz Natal a todos e todas!

Obrigado.

Documento 453/513

| | | |
|---|---------------------------|------------------------------------|
| 38.2020.B | Sessão Outro Evento | 22/12/2020-10:48 |
| Publ.: DCD - 23/12/2020 - MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-19 no País. Expectativa quanto à imunização da população brasileira contra a doença. Visão negacionista do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Votos de feliz Natal ao povo brasileiro.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, nesta manhã, na última sessão legislativa deste ano, eu me manifesto com solidariedade a todos os que perderam seus entes queridos, a todos os que sofrem neste momento, a um povo que merece muito mais do que um governo genocida, que merece um governo que cuide da vida, que proteja a vida, que crie esperança.

A esperança que tenho é que, em 2021, tenhamos melhores condições de lutar por direitos; possamos afirmar a democracia e a justiça social; possamos realmente ter acesso à vacina, à cura desta doença terrível e à cura da indiferença, que gera o racismo, que gera o ódio contra as mulheres, que gera o ódio político, que gera crianças vivendo nas ruas sem que o governo se importe, que gera um governante que está de costas para o interesse do povo, um governante corrupto, Bolsonaro, que se encontra na Presidência da República.

A cada dia o povo mais se entristece. Diante dessa situação, nós não podemos nos calar. Volto a dizer que não serei cúmplice jamais dos que odeiam, não serei cúmplice jamais daqueles que espalham a desesperança e o negacionismo diante da ciência e do amor ao povo. Jamais serei cúmplice daqueles que promovem o ódio, o fundamentalismo religioso e todas as formas de opressão.

Senhores e senhoras, desejo o bem para o Brasil, o bem para as famílias, o bem para as pessoas, o bem para a vida, para o meio ambiente e para o desenvolvimento econômico e social.

Desejo, inclusive como integrante de um partido que já governou o Brasil com muita responsabilidade, com o Presidente Lula, com a Presidenta Dilma, que tenhamos mais democracia para voltarmos a ser vistos pelo mundo como um país de alegria, como um país da esperança, um país de responsabilidade ambiental, social e econômica, um país de partilha, um país de amor. Eu quero isso.

Nós nunca fomos totalmente um país que respeitasse as pessoas, nós sabemos disso, porque temos uma estrutura desigual e injusta. A história do escravismo e da violência marca nossas vidas, mas podemos superar isso se tivermos uma atitude de amor diante de tudo,

inclusive da ação política.

Por isso, senhores e senhoras, a todos que se encontram nos hospitais, a todos que se encontram entristecidos nesta hora, às famílias que perderam seus entes queridos, vão um abraço solidário e o meu sentimento de amor, de amor profundo, porque só faço política pelo amor, só participo de tudo pelo amor. É o amor que me move. É o amor que deve nos mover, não o amor piegas, mas o amor comprometido com a transformação, o amor comprometido com a esperança, o amor comprometido com o viver com dignidade, com a vida plena de abundância para todas as pessoas. Esse é o meu sentimento de Natal.

Mesmo com perdas, mesmo com o Natal diferente que nós teremos, mesmo com a situação econômica que nos embrutece, que tenhamos esperança, que ela nunca nos falhe. Como disse o Papa Francisco, que esta esperança seja a esperança do nascimento, do nascimento de um menino, de uma menina. Toda vida merece ser dignificada, toda vida merece ser protegida. E é por isso que luto, luto pelo amor. O amor nos move, mas é a luta que nos liberta, a luta justa e transformadora.

Nesta hora, agradeço aos meus pares, a todos aqueles com quem compartilho a construção de projetos de lei transformadores para o Brasil e para o mundo. Agradeço aos médicos, médicas, enfermeiras, enfermeiros, atendentes, técnicos em enfermagem, às pessoas que estão colocando suas vidas em risco. Agradeço aos educadores e educadoras, que não esquecem suas crianças e alunos. Agradeço aos que lutam, agradeço aos movimentos sociais, às ONGs, à sociedade, aos democratas, aos que são verdadeiramente movidos pela transformação, pelo amor e pela luta.

Um grande abraço a todos e todas!

Feliz Natal! Não sei se é possível falar assim hoje, mas, se for um Natal de esperança, mesmo com as perdas, ele será feliz. A morte não vencerá. A vida vencerá. Nós devemos ser os representantes da vida.

Um grande abraço.

Muito obrigada.

Sumário

Protesto contra a não votação pela Casa dos Projetos de Lei de n°s 1.479, de 2020, a respeito da suspensão, por 120 dias, da cobrança de empréstimos consignados de trabalhadores da ativa e aposentados; 2.011, de 2020, sobre o estabelecimento, em caráter excepcional e imediato, da prorrogação do fim da licença maternidade a contar do dia 19 de julho de 2020, em benefício de seguradas do Regime Geral de Previdência Social e servidoras públicas; e 3.913, de 2020, acerca da prorrogação, em caráter excepcional, do fim da licença maternidade até o final do período da declaração do estado de calamidade pública, em prol de seguradas do Regime Geral de Previdência Social e servidoras públicas.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, este foi um ano muito difícil para todos nós na Câmara dos Deputados, no Senado e no Congresso Nacional. Foi um ano muito difícil para os trabalhadores, para os empresários, para os empreendedores. Enfim, todos tivemos muitas dificuldades.

O Congresso Nacional encontrou seu caminho para ser reunir a distância, fazer seus debates virtuais, e nós conseguimos avançar numa série de questões. Mas ao mesmo tempo a Câmara dos Deputados falhou. Em duas coisas ela falhou gravemente.

Primeiro, falhou com os aposentados, Presidente. Deveria ter sido votado o projeto da minha autoria que permite a suspensão dos consignados, para que o dinheiro dos consignados, que fica no banco, fosse para a mesa do aposentado e de sua família: pão na mesa, boia no prato.

Ficou o dinheiro com os bancos, porque a Câmara dos Deputados escolheu os banqueiros, e não os aposentados. Esta Mesa Diretora da Câmara tem lado, e é o lado dos banqueiros!

Segundo, falhou na aprovação do PL 2.011/2020 e do PL 3.913/2020. Os projetos, ambos de minha autoria, preveem a ampliação da licença-maternidade por mais 3 meses. Esta Casa também preferiu o machismo. A Câmara dos Deputados é machista! Recusou-se a votar a ampliação da licença-maternidade por mais 3 meses durante a pandemia, para que as mães não precisassem se expor ao vírus, para que pudessem proteger a criança que está em casa, porque muitas mães não têm com quem deixar o filho na hora de voltar a trabalhar. Terminada a licença-maternidade, a mãe vai trabalhar e deixa a criança com quem? Na creche? Fechada. Na escola? Fechada. Deixa, quem sabe, no Congresso Nacional. Deixa, quem sabe, na Mesa Diretora da

Câmara dos Deputados.

Vão criar vergonha, Presidente! Nós perdemos a vergonha! A Câmara dos Deputados, machista, negou às mulheres o direito de ampliação da licença-maternidade.

É grande a minha indignação, Sr. Presidente! Eu estou indignado, eu estou envergonhado. Espero que outros homens e as mulheres desta Casa se envergonhem também e votem o aumento da licença-maternidade por mais 3 meses, para as mulheres mães, para as mulheres trabalhadoras, cujas famílias necessitam, merecem e têm direito a isso. É uma ignomínia. É uma vergonha. É a vergonha da vergonha de quem tinha vergonha, perdeu a vergonha e ficou sem-vergonha!

Estou muito indignado, Sr. Presidente. Desculpe-me se boto para fora, mas minha angústia é muito grande. Nós falhamos com os aposentados, com quem não poderíamos falhar, para ficarmos do lado dos bancos. Nós falhamos com as mulheres, com as mães, com as crianças, para ficarmos do lado de não sei quem. A verdade é que nós preferimos a morte à vida.

É difícil dizer feliz Natal, mas é bom e é necessário dizer, para que nós possamos ter a esperança de um novo ano. Eu espero que a Câmara dos Deputados mude, porque ficou o ano inteiro pensando só em reeleição e se esqueceu dos trabalhadores, que merecem, das mulheres, que precisam, dos aposentados, que necessitam.

O SR. PRESIDENTE (Luis Miranda. DEM - DF) - Obrigado, Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) - É grande a minha indignação, Presidente, e deixo aqui o meu protesto, nesta última sessão, contra o que fizeram com os aposentados e com o que fizeram com as mulheres mães de família.

Documento 455/513

| | | |
|---|----------------------------|------------------------------------|
| 38.2020.B | Sessão Outro Evento | 22/12/2020-10:56 |
| Publ.: DCD - 23/12/2020 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Alcance do patamar de 190 mil mortes no País em decorrência do coronavírus. Não votação, pelo Presidente Rodrigo Maia, de pedido de impeachment contra o Presidente da República. Incursão do Presidente Jair Bolsonaro nos crimes de

responsabilidade e contra a saúde pública, demonstrada na recusa de imunização do povo brasileiro contra a Covid-19. Votos de feliz Natal à população brasileira.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Presidente, primeiro eu quero cumprimentá-lo, quero cumprimentar a todos os colegas e a todas as colegas que estão participando desta última sessão do ano.

Nós estamos encerrando um ano duríssimo para o País, um ano de muitas perdas na gestão pública e na política brasileira.

Como todos nós temos dito, este ano se encerra sob o impacto de uma pandemia que assusta e desafia o mundo inteiro, mas que aqui no Brasil tem causado os piores impactos, se comparados com o impactos nos demais países do mundo: estamos chegando perto de 190 mil brasileiros e brasileiras mortos pela pandemia do coronavírus.

Somos o segundo país no mundo com o maior número de mortos e, infelizmente, um dos países mais atrasados, Deputada Erika Kokay e Deputada Luiza Erundina, quanto ao acesso à vacinação pelo povo, Deputado Camilo Capiberibe.

O Presidente que dirige a Nação brasileira hoje é indigno do cargo que ocupa. Infelizmente, o Presidente da nossa Casa encerra este ano devendo ao Brasil o início da tramitação de um - pelo menos um que fosse - dos 60 pedidos de *impeachment* que estão protocolados contra o Presidente Bolsonaro. A maior parte desses pedidos, se não a totalidade, tem um embasamento muito sólido relacionado a crimes de responsabilidade reais que o Presidente Bolsonaro cometeu durante o exercício dos primeiros 2 anos de mandato como Presidente da República.

Eu espero que o próximo Presidente da Casa, aquele que sentar nessa cadeira para dirigir a Câmara dos Deputados, dentro do processo democrático, inicie a tramitação de um dos pedidos de *impeachment* contra o Presidente Bolsonaro. Talvez o mais significativo deles seja o que o acusa de inoperância, negação e abandono de iniciativas que deveriam ter sido tomadas para que os brasileiros tivessem hoje o direito a uma vacina contra o coronavírus.

Muitos países já estão vacinando, outros começarão a vacinar nos próximos dias, mas, infelizmente, por responsabilidade de uma única pessoa, e essa pessoa se chama Jair Bolsonaro, nós estaremos meses em atraso na vacinação, que é um direito. O Presidente Bolsonaro, entre outras coisas, orientou o cancelamento da compra de 46 milhões de doses da vacina produzida pelo Instituto Butantan, a CoronaVac, e

tomou outras medidas, como retirar do Brasil boa parte das vacinas a que poderíamos ter acesso, através do processo globalmente organizado da COVAX, a partir do qual o Brasil poderia adquirir 50% das vacinas necessárias para população e adquiriu apenas 10%. Isso é crime de responsabilidade e precisa ser analisado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal do nosso País.

A decisão monocrática do Presidente Rodrigo Maia de manter 60 pedidos de *impeachment* na gaveta, Deputado Joseildo, é absolutamente inaceitável. Nós queremos retomar os caminhos de um Governo dentro da normalidade democrática no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Luis Miranda. DEM - DF) - Deputado Henrique Fontana, peço que conclua, por favor.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS) - Eu concluo, Presidente, desejando aos brasileiros um feliz Natal, dentro das possibilidades, mas que encontrem paz e conforto nas suas famílias e nas suas convicções.

Que nós pressionemos desde hoje até que a vacina esteja disponível para todos os brasileiros. O Brasil tem direito de ter vacina contra a COVID para todos os brasileiros, Presidente.

Documento 456/513

| | | |
|--|---------------------------|------------------------------------|
| 38.2020.B | Sessão Outro Evento | 22/12/2020-11:04 |
| Publ.: DCD - 23/12/2020 - JORGE SOLLA-PT -BA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Votos de próspero Ano Novo aos Parlamentares e ao povo brasileiro. Concessão, pelo Juiz Federal Evandro Reimão dos Reis, de liminar em ação judicial contra o Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, por ameaça de incursão de servidores públicos na Lei de Segurança Nacional. Transformação da Pasta em quartel general. Falta de medicamentos para os portadores de hanseníase, de HIV/AIDS e de elementos essenciais para enfrentamento da Covid-19 no País. Militarização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH. Necessidade aquisição pelo Governo Federal de vacinas contra a Covid-19. Contrariedade à redução dos recursos orçamentários destinados ao Sistema Único de Saúde - SUS; ao Sistema Único de Assistência Social - SUAS e à educação pública. Defesa da prorrogação do auxílio pecuniário emergencial, concedido a trabalhadores e famílias carentes diante da epidemia de coronavírus. Envolvimento do clã Bolsonaro com corrupção e milícias. Defesa

de votação pela Casa de pedido de impeachment contra o Presidente da República.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Agradeço as palavras ao Deputado Luis Miranda.

Eu queria, primeiro, desejar a todos os colegas do Parlamento e a todo o povo brasileiro que 2021 seja um ano muito melhor do que foi o ano de 2020.

Nós estamos muito preocupados com o processo de destruição do Sistema Único de Saúde, que avançou com a militarização do Ministério da Saúde no Governo Bolsonaro. Felizmente, nesta semana, nós conseguimos uma vitória importante. O Juiz Federal Dr. Evandro Reimão dos Reis, na última quinta-feira, concedeu uma liminar, em ação de que fomos autores, proibindo o Ministério da Saúde de ameaçar os servidores com a Lei de Segurança Nacional. Determinou, inclusive, que fossem revogados todos os acordos de confidencialidade que os servidores, pares de V.Exas., foram obrigados a assinar pela direção do Ministério da Saúde.

O milico, o Ministro, transformou o Ministério da Saúde em um verdadeiro quartel. Colocou oficiais que nada entendem de saúde pública em cargos-chave. S.Exa. e a sua turma, que falam tanto em logística, destruíram a logística do Ministério da Saúde.

Pela primeira vez, em mais de 2 décadas, estão faltando medicamentos para hanseníase e para HIV/AIDS, exames para diagnósticos de HIV/AIDS e de hepatite. Estão faltando elementos essenciais para o enfrentamento da COVID e sobrando milhões de comprimidos de cloroquina, adquiridos de forma tosca do laboratório do Exército pelo Ministério da Saúde.

Essas são pessoas que tentam liderar com autoritarismo, na base da força, da mordça, mas a Justiça, felizmente, colocou certo freio na intervenção militar na área da saúde. E não me refiro somente à intervenção feita no Ministério, não. A ANVISA já foi loteada pelos militares. Até a EBSEH - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, que é do Ministério da Educação, também foi entregue a um general. Nesse cenário, nós temos que lutar muito para que 2021 seja melhor.

Destaco algumas questões essenciais na área da saúde. Nós precisamos de vacinas para todos em 2021, a fim de enfrentarmos a COVID. O fato de nós termos colocado na LOA a previsão orçamentária para a aquisição da vacina para toda a população já foi

uma vitória importante, porque Bolsonaro não queria isso.

Também temos que lutar para impedir cortes orçamentários no SUS, no SUAS e na educação pública. Temos que lutar pela extensão do auxílio emergencial para 2021, porque, infelizmente, a pandemia não vai se esgotar no final de 2020, em 31 de dezembro.

A única preocupação que continua tendo o Governo Bolsonaro é a de blindar a quadrilha da família, blindar os filhos, os milicianos, a corrupção que tomou conta do Palácio do Planalto. Quanto ao dinheiro público, há muitos anos eles já desviam. Começaram no mandato de Jair Bolsonaro. A tecnologia de roubar dos assessores foi transferida e ensinada para os filhos. Todo o clã passou a utilizá-la, e são inúmeros os crimes de responsabilidade, crimes de corrupção, crimes comuns, crimes de abuso de autoridade, crimes de apropriação do espaço público e crimes contra a vida e contra a saúde da população. O Presidente que está agora na Mesa, o Deputado Kim, esta semana falou algo com todas as letras. Chamou o Presidente - que deveria ser chamado, sim - de "miliciano", de "corrupto", porque ele nada mais é do que isso.

Até hoje, Bolsonaro não conseguiu perceber o que é ser Presidente da República e vem atacando a vida e a saúde da população. Ele vem sendo o maior aliado do vírus em nosso País nesta crise sanitária e continua destruindo todas as políticas públicas, na educação, na saúde, no meio ambiente, na ciência e tecnologia, na agricultura. Não há um único Ministério nessa Esplanada que ainda não tenha sido alvo da destruição do Governo Bolsonaro, que ainda não teve as suas políticas públicas mais importantes atacadas por esse Governo miliciano e corrupto.

Por isso, Presidente da Câmara de Deputados, precisamos que coloque em votação o *impeachment*. Não faltam processos, são mais de 60 processos de toda natureza de crimes que não foram ainda analisados porque o Presidente Rodrigo Maia, infelizmente, não assumiu a sua responsabilidade como Presidente da Câmara.

Portanto, para concluir, precisaremos de um Presidente da Câmara que tenha a capacidade de assumir a bandeira mais importante para a vida e a saúde da população brasileira em 2021, que é o *impeachment* do Presidente Bolsonaro, da sua "família" e da quadrilha que vem sustentando o atual Governo no Palácio do Planalto.

Impeachment já! Fora Bolsonaro! Fora sua quadrilha!

38.2020.B Sessão Outro Evento 22/12/2020-11:12

Publ.: DCD - 23/12/2020 - CAMILO CAPIBERIBE-PSB -AP

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Derrota do candidato apoiado pelo Presidente Jair Bolsonaro nas eleições municipais de Macapá, Estado do Amapá. Pedido de inclusão na pauta da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Incapacidade gerencial do Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello. Visão negacionista do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Sem revisão do orador.) -
Muito bom dia a todos que acompanham esta sessão.

Nós aqui no Amapá tivemos nesse domingo a conclusão das eleições gerais de 2020 no Brasil. Concluimos a eleição na nossa capital Macapá, que havia sido adiada pelo Tribunal Superior Eleitoral de maneira pouco clara no que diz respeito às questões que fundamentaram o adiamento.

O que é importante saber sobre essa eleição é que foi eleito Prefeito de Macapá o candidato Dr. Furlan, que era Deputado Estadual no terceiro mandato pelo partido Cidadania. Ele disputou, no segundo turno, contra o candidato do Prefeito da Capital, do Governador do Estado e também do Presidente Jair Bolsonaro, que gravou um vídeo do Deputado Federal Eduardo Bolsonaro pedindo apoio a ele nas redes sociais. Mas esse candidato foi derrotado em Macapá. O Presidente Jair Bolsonaro foi derrotado, o Governador Waldez Góes, do PDT, foi derrotado e também o Prefeito Clécio, que era da REDE.

Curiosamente, o PDT e a REDE - ex-REDE, né? - estavam abraçados com o candidato do Presidente Jair Bolsonaro. Foram todos derrotados: 20 dos 24 Deputados Estaduais; 7 dos 8 Deputados Federais; e 2 dos 3 Senadores também.

O que isso mostra? No segundo turno, nós do PSB não tínhamos muita escolha, porque os dois candidatos eram de um viés conservador. No entanto, tomamos a decisão de sermos antifascistas. Nós acreditamos que esse era o caminho para a Oposição, para a Esquerda, em todas as disputas que nos fossem apresentadas e nas que forem no futuro, inclusive para a Presidência da Câmara dos Deputados.

Nós não temos a opção de nos esconder atrás de candidaturas para

marcar posição. Temos que ter uma posição muito clara para podermos promover a derrota final desse Governo Jair Bolsonaro, que foi derrotado nas eleições municipais e que precisa continuar sendo derrotado na eleição geral de 2022.

Sr. Presidente, eu não quero concluir a minha fala sem pedir que seja pautada a Medida Provisória nº 1.000. Este ano está acabando. O auxílio emergencial acabará agora em dezembro. Nós teremos uma situação social explosiva por conta da pandemia - estamos em plena segunda onda - se não houver uma política para substituir o auxílio emergencial.

No Governo do Presidente Jair Bolsonaro, infelizmente, nós não temos um Ministro da Saúde à altura da situação que vivemos. Nós temos um Presidente negacionista, que não se posiciona, que não prioriza a vacina, que oferece cloroquina. Então, para que nós possamos garantir minimamente a sobrevivência daqueles que mais precisam, é preciso estender o auxílio emergencial, devolver ao cidadão o valor de 600 reais pelo menos por mais 4 meses. Isso precisa ser feito, caso contrário, Sr. Presidente, nós viveremos um convulsão social no ano de 2021.

A pandemia não terminará no *réveillon*. Nós precisamos pautar matérias, votá-las e ter a coragem de continuar trabalhando pelo povo brasileiro, como fizemos no início deste ano ao aprovarmos, contra a vontade do Governo, um auxílio emergencial que pudesse garantir a redução da pobreza e a dignidade do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu peço que este meu pronunciamento seja veiculado pelos órgãos de comunicação da Casa.

Documento 458/513

| | | |
|---|--|------------------------|
| 138.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/12/2020- CD | 11:54 |
| Publ.: DCD - 23/12/2020 - SÂMIA BOMFIM-PSOL -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 5.191, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 8.668, de 1993, para a instituição dos Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais - FIAGRO; e da Lei nº 11.033, de 2004. Pedido à Presidência de votação da Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio

emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSOL encaminha favoravelmente ao requerimento de retirada de pauta.

Achamos importante neste final de ano debater temas que de fato são urgentes para a população brasileira. E uma matéria como essa deveria ter um debate mais aprofundado, e não num contexto de calamidade pública que estamos vivendo.

Além disso, este projeto abre ainda mais o setor do agronegócio para o capital especulativo, cria muitos mecanismos de favorecimento do modelo agroexportador, no momento em que a agricultura familiar deveria ser favorecida no Brasil, principalmente diante da crise de desabastecimento de alimentos no País, e também abre ainda mais espaço para a concentração de terras no Brasil, inclusive por investidores e compradores estrangeiros, o que é contrário ao modelo de sociedade que todos nós defendemos.

Pedimos que no dia de hoje seja pautada a Medida Provisória nº 1.000, relativa ao auxílio emergencial, porque o que de fato preocupa é a barriga, é a fome da sociedade brasileira, mas infelizmente esse tema vem sendo preterido desde quando a MP foi editada. Precisamos dar uma resposta para a sociedade quanto a isso.

Documento 459/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 138.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/12/2020- CD | 11:58 |
| Publ.: DCD - 23/12/2020 - MÁRCIO JERRY-PCDOB -MA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Urgente necessidade de votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 5.191, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 8.668, de 1993, para a instituição dos Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais - FIAGRO; e da Lei nº 11.033, de 2004.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. Pela ordem. Sem revisão do

orador.) - Presidente Kim Kataguirí, como disse a Deputada Sâmia Bomfim há pouco, nada é mais importante no momento do que apreciarmos e votarmos a MP 1.000. É isso que é de urgência absoluta, é a questão da hora presente. Nada é mais importante do que isso. Eu ratifico aqui as palavras proferidas pela Deputada.

E digo mais: nós temos neste PL um exagero nos incentivos tributários, e isso requereria que amadurecêssemos mais os termos ali contidos. Acho que podemos avançar no tema preliminarmente a sua aprovação. Portanto, somos favoráveis à retirada de pauta.

Votamos "sim", Presidente.

Documento 460/513

| | | |
|---|--|------------------------|
| 138.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/12/2020- CD | 12:02 |
| Publ.: DCD - 23/12/2020 - FELIPE CARRERAS-PSB -PE | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Dificuldades enfrentadas pelo setor de produção de eventos diante da epidemia de coronavírus. Apresentação do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, sobre as ações emergenciais destinadas ao setor de eventos, diante da crise gerada pela Covid-19.

O SR. FELIPE CARRERAS (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, venho pela primeira vez à tribuna da Câmara dos Deputados falar sobre um setor que, neste ano de tanta dificuldade, hoje todos nós sabemos que é o setor mais penalizado por esta pandemia: o setor de entretenimento, o setor de produção de *shows* e eventos.

Eu estou Deputado e estou aqui representando a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Produção Cultural e Entretenimento. Quero pedir a todos os colegas que tenham a compreensão de que esse setor trata de alegria, de felicidade, mas, por trás dele, existe gente séria que gera emprego e que gera renda. Solicito que o poder público tenha atenção com esse setor.

Estamos hoje apresentando um projeto de lei para tentar amenizar o sofrimento dos profissionais dessa área. É grande a angústia deles. É grande o sofrimento de quem produz entretenimento e de quem produz *shows*.

E não só de quem produz, mas também de toda a cadeia produtiva, que vai do empresário de entretenimento aos artistas, passando pela empresa de som, pelo segurança, pelo porteiro, pelo vendedor de cachorro-quente na porta de uma casa de espetáculos.

Precisamos que esta Casa dê respostas a essa situação. Que não façamos com que esse povo perca a esperança, mas com que gere empregos. Outros países tomaram medidas importantes, emergenciais, para salvar esse setor.

Então, findando o ano, quero dizer que a Câmara dos Deputados tem voz, vai fazer esse reconhecimento e vai ajudar esse setor, para que nós possamos, em breve, quando houver a vacina, com responsabilidade, voltar a funcionar para que esse setor possa cumprir com o seu papel, gerando emprego e renda. O querido e aguerrido Deputado Ricardo Silva, da nossa bancada, também está conosco nesta luta.

Obrigado, Presidente.

Documento 461/513

| | | |
|---|--|------------------------|
| 138.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/12/2020- CD | 12:06 |
| Publ.: DCD - 23/12/2020 - RICARDO SILVA-PSB -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Associação à luta do Deputado Felipe Carreras em defesa do setor de produção de eventos.

O SR. RICARDO SILVA (PSB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero falar da minha alegria de compartilhar com o Deputado Felipe Carreras neste tema.

Eu me reuni, na última semana, com o Deputado Felipe Carreras e com o pessoal que representa o setor de eventos no Brasil todo e disse a eles que, no Estado de São Paulo, podem contar com o meu apoio, com a minha luta em favor do setor, Sr. Presidente. O setor de eventos e *shows* fechou primeiro e até agora não reabriu. Então, este Parlamento tem que dar uma resposta positiva a esse setor.

Conte comigo, Deputado Felipe Carreras, e com o nosso esforço também no Estado de São Paulo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 462/513

| | | |
|--|---|-----------------------|
| 138.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária -22/12/2020- CD | 12:30 |
| Publ.: DCD - 23/12/2020 - NILTO TATTO-PT -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | DISCUSSÃO DISCURSO |

Sumário

Necessidade de votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes. Defesa de rejeição do Veto Parcial nº 46, de 2020, apostado ao Projeto de Lei nº 735, de 2020, (Projeto Assis Carvalho), a respeito das medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e da alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016; e 13.606, de 2018. Discussão do Projeto de Lei nº 5.191, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 8.668, de 1993, para a instituição dos Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais - FIAGRO; e da Lei nº 11.033, de 2004.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, a prioridade neste momento é votar a Medida Provisória nº 1.000, restabelecer a ajuda emergencial de 600 reais e prorrogar o prazo dessa ajuda emergencial durante o período da pandemia. A prioridade neste momento era derrubar os vetos ao projeto chamado Lei Assis Carvalho, que cria políticas de ajuda emergencial para a agricultura familiar. A prioridade neste momento é fomentar a produção de alimentos, porque já temos problema de desabastecimento e de inflação.

É um absurdo que o Brasil tenha que importar produtos básicos de alimentação. Aqueles que acreditam que o mercado resolve o problema acabaram com os estoques no País, e o Brasil tem que importar produtos básicos, como arroz, trigo, feijão e, daqui a pouco, mandioca - até mandioca.

Aqui se diz agora que os fundos de investimento vão trazer investimentos, para que não se utilizem os recursos públicos de apoio à agricultura. Quando outra lei foi aprovada, 2 anos atrás, o discurso era o mesmo, o de que o grande agronegócio buscaria recursos na iniciativa privada, nos fundos de investimento e sobraria mais dinheiro para a agricultura familiar. O que vemos hoje é que a maior parte dos recursos públicos vão para o grande negócio, para o agronegócio de

exportação de *commodities*, que continua tendo subsídios.

Há outro ponto que precisamos debater: o cuidado com a soberania nacional. Esse é um dos nossos papéis enquanto Parlamentares. Nós vamos deixar que estrangeiros, os que vão acabar dominando esses fundos, ditem o que produzir, quando produzir e como produzir no território brasileiro? Isso não é cuidar da soberania, e nós fomos eleitos para cuidar do povo brasileiro, para cuidar da soberania nacional.

Esses fundos de investimento vão acabar ditando quem deve ser proprietário de terra. Nós vivemos um momento em que houve a paralisação de todos os processos de reforma agrária, de demarcação de terras indígenas e territórios quilombolas; em que houve a redução ou a paralisação dos programas de apoio à agricultura familiar. E viemos votar aqui um projeto para fomentar esse modelo de agronegócio que explora os recursos naturais só para atender os interesses do capital financeiro internacional, que hoje domina, inclusive, grande parte do agronegócio brasileiro.

Por isso, vou votar contra este projeto, que é não urgente. Temos outras urgências nesta Casa.

Documento 463/513

| | | |
|--|------------------------------------|--------------|
| 138.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária | -22/12/2020- |
| | CD | 14:30 |
| Publ.: DCD - 23/12/2020 - AFONSO FLORENCE-PT -BA | | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Importância da aprovação do Projeto de Lei nº 4.113, de 2020, sobre a instituição de normas de caráter transitório, aplicáveis a parcerias celebradas pela administração pública durante o estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020. Possibilidade de aprovação da propositura por aclamação.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. Parlamentares, Srs. Parlamentares, Sras. e Srs. Líderes, está na pauta desta sessão o PL 4.113. A previsão é que seja o próximo projeto a ser apreciado.

O PL 4.113 é produto do trabalho de inúmeras frentes parlamentares, Parlamentares indistintamente localizados no espectro partidário desta

Casa, de todos os partidos, e tem por objetivo dar segurança jurídica para que as organizações da sociedade civil, filantrópicas ou não, possam, a partir do chamamento da administração pública, adequar a prestação de contas dos seus termos de colaboração, termos de fomento, contratos de gestão e até de convênios. Não há nenhuma regra nova flexibilizadora, mas apenas segurança jurídica para milhares e milhares de entidades. São bilhões de reais que, por meio de Prefeituras, Governos Estaduais ou Governo Central, estão contratualizados com organizações da sociedade civil.

Os milhões e milhões de pessoas atendidas por essas organizações da sociedade civil esperam que não haja inadimplência e interrupção desses instrumentos jurídicos.

Por isso, estamos aqui realizando negociação. Quero lhes dizer que considero que é possível a aprovação do projeto por aclamação. Não há nenhum regramento novo. O regramento é a Lei nº 13.019 e os decretos estaduais e municipais. Se houver alguma questão relacionada a calendário, a objeto - durante período em que houve isolamento social integral, um serviço de acompanhamento presencial pode não ter sido cumprido, um bem pode não ter sido entregue -, obviamente a recontratualização será submetida aos órgãos de controle.

Registro essa importante apreciação pelo Plenário desta Casa.

Obrigado, Presidente.

Documento 464/513

| | | | |
|----------------------------|-------------------------------|--------------------------------------|----|
| 138.2020 | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa 22/12/2020-15:02 | |
| Publ.: DCD 23/12/2020 - | JOENIA WAPICHANA-REDE -RR | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | REPRESENTANTE PARTIDO DISCURSO | DO |

Sumário

Desafios enfrentados pelo País em 2020 em decorrência da epidemia de coronavírus. Relevância da aprovação, pela Câmara dos Deputados, de proposições destinadas ao combate à Covid-19, notadamente da Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2020, (a chamada PEC do Orçamento de Guerra), acerca da instituição do regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento da calamidade pública nacional decorrente de epidemia de coronavírus; do Projeto de Lei nº 1.066, de 2020, a respeito da concessão de auxílio emergencial durante a emergência de saúde pública



decorrente da Covid-19; do Projeto de Lei nº 1.282, de 2020, sobre a instituição do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - PRONAMPE; e do Projeto de Lei nº 1.142, relativo às medidas de apoio aos povos indígenas diante da epidemia de coronavírus. Importância da aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 5.028-C, de 2019, sobre a instituição da Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais; e a alteração das Leis de nºs 8.212, de 1991; 8.629, de 1993; e 6.015, de 1973; e do Projeto de Lei nº 4.372, de 2020, a respeito da regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Desafios impostos ao Estado de Roraima em 2021. Eleição de indígenas no pleito municipal de 2020. Contribuição da oradora e da Rede Sustentabilidade para o desenvolvimento de Roraima.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Como Representante. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, demais membros desta Casa, população brasileira que assiste à sessão, chegamos ao final de mais um ano, 2020, atravessando bastantes desafios, enfrentando uma pandemia desconhecida, que nos pegou de forma desprevenida e forçou, digamos assim, o mundo inteiro a desacelerar e a se unir em busca de soluções para a sobrevivência de todos.

Estamos em tempo de grandes crises -- de saúde, social, ambiental, econômica, principalmente moral e de valores --, o que nos coloca numa grande crise civilizatória.

Fico confiante, senhoras e senhores, ao ver que, ao contrário do Palácio do Planalto, que agiu de forma irresponsável e genocida, podemos dizer assim, por sua incompetência, descrença e negacionismo, este Congresso Nacional deixou de lado questões político-partidárias e se uniu em torno de medidas urgentes que o nosso Brasil precisava para atravessar todas essas dificuldades.

Rapidamente, aprovamos a PEC nº 10, estabelecendo um "orçamento de guerra", necessário para criar os marcos legais para o financiamento das medidas excepcionais de que o País precisa neste momento.

No campo social, esta Câmara propôs e aprovou um auxílio emergencial, dando perspectivas financeiras para milhões de brasileiros que sentiam e sentem a falta de um prato de comida, a perda de empregos, a diminuição de renda, das funções necessárias e de importantes medidas de isolamento.

As medidas que aprovamos nesta Casa têm impacto nacional e se

refletem em nossos Estados, os quais representamos.

No campo econômico, aprovamos o PRONAMPE e outras medidas de apoio às pequenas e médias empresas, que contribuem para o empreendedorismo, muitas vezes social, necessárias para diminuir, em cada Estado e Município, os impactos econômicos decorrentes desta pandemia.

O projeto de pagamento de serviços ambientais, aprovado ontem por nós, visa diminuir o desmatamento e a degradação ambiental, principalmente as queimadas, que assolaram os nossos biomas, e contribuir para a sustentabilidade dos povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e Amazônia.

Nós aprovamos aqui um projeto extremamente necessário para os povos indígenas, o Projeto de Lei nº 1.142, transformado na Lei nº 1.421, que hoje precisa ser implementada. Essa lei visa garantir um plano de enfrentamento à COVID-19, que já ocasionou a morte de quase mil indígenas.

Nós aprovamos o novo FUNDEB, medida constitucional e permanente.

O ano de 2021 será um ano de grandes desafios para o meu Estado. Além de enfrentar esta pandemia e suas consequências, temos a responsabilidade de administrar as nossas conquistas. Pela primeira vez, os povos indígenas elegeram indígenas que vão fazer parte da gestão municipal.

No Uiramutã, Município de Normandia, e em Bonfim, temos Tuxaua Benisio, temos Veralice, temos Mário Nicácio, que estão com o desafio de mostrar a capacidade na gestão de acordo com a lei municipal e com a nossa Constituição, de mostrar duramente que os povos indígenas são competentes sim.

Eu espero que, nesse ano de 2021, nós possamos trabalhar de forma unida e retomar a economia com a participação dos povos indígenas, no sentido de respeitar seus direitos constitucionais. Nós merecemos políticas positivas.

Reforço aqui a disposição do meu mandato e da REDE Sustentabilidade de Roraima em contribuir para o desenvolvimento sustentável do nosso Estado de Roraima. Junto com os Vereadores indígenas eleitos e também com os que estão nos Municípios de Boa Vista e de Uiramutã, vamos fazer com que esta representação tenha os mesmos propósitos e o comprometimento que nós temos.

Que 2021 seja realmente um ano de mudanças positivas e de

superação e renovação!

A todos os brasileiros e brasileiras, em especial aos povos indígenas e aos roraimenses, desejo um feliz Natal e um ano-novo de muito cuidado e atenção às medidas de segurança.

Reforço que é superimportante nós nos unirmos para combater a corrupção, enfrentar esta pandemia e trabalhar pelo respeito à nossa população, inclusive no Estado de Roraima.

Peço, Sr. Presidente, que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigada.

Documento 465/513

| | | |
|---|--|------------------------|
| 138.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/12/2020- CD | 15:26 |
| Publ.: DCD - 23/12/2020 - DANILO FORTE-PSDB -CE | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Repúdio a oligarquia exercida pela família Ferreira Gomes no Estado do Ceará. Manipulação, por institutos de pesquisas, das eleições municipais realizadas no Estado em 2020. Apresentação, pelo Ministério Público Eleitoral, de ação impugnatória da chapa eleita à Prefeitura Municipal de Fortaleza, José Sarto/Elcio. Denúncia de corrupção e compra de votos no pleito eleitoral cearense. Urgente necessidade de revisão do processo eleitoral e de retomada do desenvolvimento econômico do Estado do Ceará. Elevado número de óbitos provocados pela Covid-19 e de homicídios ocorridos no Ceará em 2020. Equívoco do aqodamento na desmontagem de hospital de campanha no Estado.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, chegamos a mais um fim de ano, num ano de muitas dificuldades.

O ano de 2020 foi um ano em que os obstáculos se superaram, criando um desânimo, um descrédito e uma certa angústia muito grande em toda a população brasileira, mas foi também um ano de grandes ensinamentos, que marcou fortemente a história política, principalmente, do meu Estado do Ceará.

Ao longo dos últimos 16 anos, o Estado do Ceará vem sendo governado por um só grupo político, num sistema oligárquico de gestão

pública em que irmãos de um grupo se revezam no poder, ignorando toda a possibilidade de alternância de poder, o que é lamentável.

Todas as incoerências e as problemáticas derivadas de um poder monolítico vão se concretizando ao longo dessa história, no que diz respeito ao monopólio da ação política; no que diz respeito aos desvios de conduta que se sucedem quando um único grupo político detém a hegemonia política de um Estado; e também no que diz respeito ao desrespeito à população, à liberdade política, à liberdade de imprensa, com manipulação, inclusive, de certos segmentos do Poder Judiciário.

O que houve nas eleições no Estado do Ceará neste ano foi uma verdadeira aberração. Houve o anúncio de pesquisas manipuladas em véspera de eleição. Na Capital Fortaleza, a 24 horas da eleição, institutos de pesquisa davam uma diferença superior a 20% entre o primeiro colocado e o segundo colocado. Na realidade, essa constatação, no dia da eleição, foi de apenas 2,6%. Nas principais cidades do interior, também houve essa constatação. Na cidade de Caucaia, onde a diferença chegava a 22%, ocorreu o inverso: o candidato que era dito como perdedor foi o grande ganhador - o nosso colega ex-Deputado Vitor Valim. Em Juazeiro do Norte, o gestor a serviço da oligarquia dos Ferreira Gomes tinha uma maioria superior a 12% e perdeu a eleição.

Isso foi uma demonstração clara daquilo que esta Casa votou, daquilo que nós votamos, quando fizemos a reforma política, a respeito da necessidade de proibição da exibição de pesquisas em véspera de eleição, porque não contribui em nada - absolutamente nada! - para fortalecer o jogo democrático e serve única e exclusivamente de instrumento para enganar o eleitor e criar um sentimento falso de vitórias que foram desconstruídas na reta final da campanha.

Houve também uma surpresa no que diz respeito à corrupção eleitoral. Eu quero inclusive parabenizar a coragem do Ministério Público Eleitoral do meu Estado, que abriu nesta semana uma ação pedindo a impugnação das candidaturas do Prefeito eleito, o Deputado José Sarto, e do Vice Élcio. Eram tão visíveis e concretos os espaços de corrupção que afloraram no nosso Estado que todos perceberam que aquele resultado era desonesto, no sentido literal da palavra. A compra de votos - gravações foram feitas no período eleitoral, inclusive de um Deputado Estadual comprando apoio partidário e garantindo que os recursos eram oriundos de segmentos da própria Prefeitura - e o acúmulo de denúncias que foram feitas ao longo do processo ensejaram a oportunidade para que o Ministério Público Eleitoral do meu Estado pedisse uma ação de impugnação, que nós esperamos, na brevidade possível, seja julgada, a fim de que seja dado ao povo de Fortaleza, novamente, o direito de escolher, com licitude, legalidade,

transparência e honestidade, um gestor para o nosso Município.

A mim mesmo chegou um material farto. Nós estamos esperando a construção de outra denúncia de impugnação com esse material. Mais de 18 mil pessoas foram contratadas - entre empresas terceirizadas e cargos comissionados a serviço da chapa de vereadores, a serviço da chapa majoritária - para trabalhar como cabos eleitorais no dia da eleição. Essa denúncia também foi ensejada por um movimento que correu o Estado do Ceará, chamado Movimento Eleições Limpas, que entregou o material ao Ministério Público. Nós esperamos da Procuradoria Eleitoral do Estado do Ceará mais um pedido de impugnação pela Justiça Eleitoral desse resultado manipulado no Estado.

Isso expôs ao Brasil a cara, a forma, o conteúdo que é levado ao processo eleitoral no meu Estado, um Estado que precisa urgentemente ser repensado, que precisa se reencontrar com o desenvolvimento econômico e que precisa dar resposta inclusive à população, porque é lamentável que o Estado do Ceará conclua o ano de 2020 com mais de 4 mil homicídios. São mais de 4 mil crimes violentos contra a vida.

É um Estado campeão nacional de mortes por COVID. E aí há mais um escândalo que é o do hospital de campanha, que foi desmontado a uma velocidade muito grande, como quando um criminoso quer se desfazer das provas do crime e destrói o ambiente em que o crime foi executado. Isso foi o hospital de campanha. Se agora essa onda nova de COVID vier, nós não vamos ter UTI para colocar aquelas pessoas que precisam desse espaço, até por que, tirando São Paulo e Rio de Janeiro, no Estado do Ceará hoje é onde mais morre gente por COVID.

Então, esses fatos todos foram expostos. A população cearense teve condições de ter conhecimento de tudo isso, e, graças a essa ação, a esse momento novo da Justiça do Estado do Ceará, do ponto de vista eleitoral poderemos ter retribuída a oportunidade para que nós consigamos trilhar o caminho da democracia e tirar do Ceará aquilo que há de mais perverso: a oligarquia da família Ferreira Gomes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 466/513

| | | |
|---|--|------------------------|
| 138.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/12/2020- CD | 15:34 |
| Publ.: DCD - 23/12/2020 - RICARDO GUIDI-PSD -SC | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Pedido aos Parlamentares de aprovação do Requerimento nº 1.401, de 2020, para apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 2.735, de 2020, acerca da instituição do Programa Extraordinário de Regularização Tributária, da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, diante do estado de calamidade pública decretado em face da epidemia de coronavírus.

O SR. RICARDO GUIDI (Bloco/PSD - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho aqui pedir o apoio dos pares da Casa ao requerimento de urgência ao PL 2.735/20, que está em votação, projeto importante de refinanciamento dos tributos federais. É um projeto que, no meu entender, garante condições para muitas empresas poderem manter as suas portas abertas, manter os seus empregos, gerar novos empregos e também garante o pagamento de tributos vencidos, que poderiam ser nunca mais recuperados. Com a atividade dessas empresas, sem dúvida alguma, esses novos tributos serão gerados.

É claro que o projeto, nessa fase de discussão, pode ser aprimorado. Sem dúvida alguma, junto com os demais pares, nós vamos fazer um projeto que venha de acordo com o interesse dos brasileiros e, principalmente, do nosso País.

Muito obrigado pelo apoio de todos. Muito obrigado pela oportunidade.

Um abraço a todos!

Documento 467/513

| | | |
|---|--|------------------------|
| 138.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/12/2020- CD | 16:02 |
| Publ.: DCD - 23/12/2020 - SÂMIA BOMFIM-PSOL -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Impactos sociais, psicológicos e econômicos decorrentes da Covid-19. Defesa de vacinação do povo brasileiro contra a doença. Dificuldades enfrentadas pelas famílias brasileiras diante do desemprego provocado pelo coronavírus. Luta da oradora a favor da votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para a retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores desempregados e famílias carentes. Enfraquecimento político do Presidente Jair Bolsonaro diante dos resultados das eleições municipais de 2020. Utilização, pelo Presidente da República, da estrutura do Estado

brasileiro para proteção de seus familiares. Inadmissibilidade de transformação da Câmara dos Deputados em braço da Presidência da República. Regozijo com as decisões do Supremo Tribunal Federal, contrária a revogação de portarias pertinentes à saúde mental, e em defesa da autonomia dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e das universidades federais. Aprovação, pela Casa, do Projeto de Lei nº 4.372, de 2020, sobre a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB; e do Projeto de Lei nº 1.075, de 2020, acerca das ações emergenciais para o setor cultural adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020. (transformado na Lei 14.017, de 2020 - Lei Aldir Blanc). Continuidade da luta pelo impeachment do Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente. Eu estava registrando o meu voto, mas posso registrá-lo depois.

Nós estamos chegando ao fim de um ano muito difícil para a população brasileira; um ano em que fomos completamente mexidos; um ano em que a nossa vida foi completamente tomada pela pandemia da COVID-19. Neste ano, quase 190 mil brasileiros faleceram em função desse vírus terrível; mais de 7 milhões de brasileiros foram contaminados. Foram muitas as vidas perdidas e muitos os impactos do ponto de vista da vida social, os impactos psicológicos, os impactos na atividade econômica no Brasil.

E agora que nós temos, finalmente, a oportunidade de ter um plano de imunização, para que a população possa finalmente ser vacinada, novamente, nós precisamos enfrentar um discurso obscurantista e negacionista da ciência por parte do Governo Bolsonaro.

Nós, felizmente, aprovamos aqui na Câmara a medida provisória que possibilita a parceria com laboratórios que produzem a vacina e, inclusive, um modelo de distribuição pelos Estados. Mas precisamos ficar muito vigilantes, porque não está só no discurso, mas também na prática do Ministério da Saúde e da sua base de apoio a indisposição para que a população brasileira possa ter acesso à vacina - cientificamente comprovada e que passou por várias fases de testes.

Nós vemos pessoas em outros países do mundo sendo vacinadas e aqui, no Brasil, ainda estamos nessa situação desesperadora. Esta é a nossa principal tarefa agora, no final deste ano, mas também no início do próximo ano: estar 100% vigilantes para que a população brasileira tenha direito, de fato, à vacina.

Mas este também foi um ano muito difícil para as famílias brasileiras.

Muita gente ficou desempregada, muita gente passou a depender do auxílio emergencial. Segundo o último dado que saiu, 36% das pessoas que recebem o auxílio emergencial o têm como fonte exclusiva de renda. O que vai ser dessas famílias agora, no final do ano, quando o auxílio vai ser encerrado, em função da Medida Provisória nº 1.000?

Vocês se lembram que nós lutamos muito para aprovar o auxílio emergencial no Congresso. Através de uma emenda do PSOL, apoiada pela bancada feminina, nós conseguimos uma dupla cota para as mulheres que são mães e chefes de família. Mas, com a medida provisória, o Governo, numa canetada, diminuiu de 600 reais para 300 reais o auxílio emergencial. Isso teve um impacto para 75% das pessoas que recebem o auxílio. Essas pessoas têm menos alimento na mesa da sua família em função dessa redução.

Nós poderíamos ter votado a Medida Provisória nº 1.000, mas, infelizmente, ela não foi pautada, isto é, entregou-se para o Governo Bolsonaro esse absurdo, e ele acabou implementando a sua política de morte pelas duas vias: pela ausência do enfrentamento à pandemia, em razão do seu negacionismo - em vez disso, ele colaborou para que a pandemia virasse essa coisa caótica no Brasil -, e também negando o direito ao alimento, à renda para as famílias brasileiras.

Este também foi um ano marcado pelo autoritarismo, pois foi justamente no contexto de maior isolamento social que o Governo e seus apoiadores tentaram avançar em propostas de mudança de regime, de ataque às liberdades democráticas, as quais, felizmente, foram respondidas à altura pela sociedade brasileira.

No entanto, nós não nos enganamos. O Governo Bolsonaro está enfraquecido desde o resultado das eleições municipais, pois todo mundo que ele apoiou perdeu - o Amapá foi o último lugar -, mas ele vai fazer de tudo para tentar ganhar nova musculatura para seguir com o seu plano, que é o plano da austeridade econômica, do genocídio negacionista, mas também da restrição das liberdades democráticas.

Peço mais 1 minuto, Presidente, apenas para concluir a minha fala.

Este ano se encerra, mas as nossas lutas e as nossas responsabilidades seguem ainda maiores, na verdade, para impedir que as instituições brasileiras sejam cada vez mais dominadas por essa corja, que se utiliza do seu poder político para aparelhar as instituições, a fim de proteger a sua família. Fez isso com a ABIN, faz isso com a Polícia Federal, tenta fazer o tempo todo com a Procuradoria-Geral da República, vai querer fazer com a Câmara dos Deputados - nós sabemos que é isso que está em jogo, infelizmente,

no processo da eleição para a Mesa Diretora no próximo ano.

Nós temos muita responsabilidade e não vamos compactuar com a política bolsonarista de fazer da Câmara mais um braço da sua política genocida.

Este também foi um ano de lutas fundamentais. Nós lutamos em defesa da educação inclusiva - felizmente, o STF derrubou a portaria do Governo Bolsonaro -, em defesa da saúde mental, em defesa da autonomia dos institutos e das universidades federais. Foi o ano em que conseguimos aprovar o FUNDEB e a Lei Aldir Blanc.

E esse é o signo também para 2021: vamos seguir vigilantes; vamos seguir em luta; vamos seguir batalhando pelo *impeachment* do Bolsonaro, que nós protocolamos no mês de março; e vamos seguir lutando em defesa dos direitos do povo brasileiro.

Obrigada, Presidente.

Documento 468/513

| | | |
|---|--|------------------------|
| 138.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/12/2020- CD | 16:06 |
| Publ.: DCD - 23/12/2020 - RICARDO BARROS-PP -PR | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Aprovação, pelo Poder Legislativo, de relevantes matérias para enfrentamento dos impactos econômicos e sanitários decorrentes da Covid-19. Importância do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda e do Programa Emergencial de Acesso ao Crédito, aprovados pela Câmara dos Deputados. Edição de medidas provisórias destinadas à aquisição de vacinas contra o coronavírus. Criação do Programa Casa Verde e Amarela. Regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Criação de programa de estímulo à navegação de cabotagem - BR do Mar. Votação da proposta sobre a nova Lei de Falência. Atualização do Código Brasileiro de Trânsito. Concessão de créditos aos Estados brasileiros para compensação de perdas de receitas provocadas pela Lei Kandir. Apoio à pauta feminina pelo Governo Federal. Utilização do Fundo Nacional de Segurança Pública no combate à violência doméstica contra a mulher. Desafios impostos ao Poder Legislativo em 2021 no enfrentamento das reformas tributária e administrativa, da PEC Emergencial, do pacto federativo, da autonomia do Banco Central do Brasil e das privatizações. Defesa de manutenção do teto de gastos públicos. Importância do ajuste fiscal para a atração de novos investimentos externos e

consequente geração de emprego e renda.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tive a honra de assumir, em agosto deste ano, a convite do Presidente Bolsonaro e com o apoio de minhas colegas e meus colegas Parlamentares, a Liderança do Governo na Câmara dos Deputados.

Cumpro essa missão com o objetivo de ajudar o nosso País a crescer. Minha atuação visa agregar, ceder, buscar um permanente diálogo em todas as forças políticas representadas nesta Casa.

É nesse espírito que, mesmo em um período desafiador para o Brasil e para o mundo diante da pandemia da COVID-19, temos construído entendimentos e viabilizado a formação de maiorias para aprovar projetos de interesse do Brasil.

O trabalho em harmonia com os partidos, com os Srs. Líderes do Governo no Senado e no Congresso, Fernando Bezerra Coelho e Eduardo Gomes, tem sido fundamental para avançarmos nas pautas que o Brasil e os brasileiros esperam. Em poucos meses, conseguimos aprovar muitas matérias de grande relevância no enfrentamento aos impactos econômicos e na saúde provocados pelo coronavírus.

A simplificação do acesso ao crédito em bancos públicos, tema de medida provisória que votamos aqui, tem sido fundamental para socorrer brasileiros durante a crise provocada pela pandemia. A regulamentação do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda, aprovada por nós, convertida em lei, já possibilitou a preservação de 11 milhões de empregos até 18 de dezembro, segundo informação do Ministro Paulo Guedes.

Trata-se, bem como ressaltou o Ministro da Economia, de um dos programas de maior sucesso em todo o mundo no combate aos efeitos econômicos da COVID.

Essa iniciativa é complementada pelo Programa Emergencial de Acesso ao Crédito, também votado na Câmara, sob nossa articulação, que liberou 20 bilhões de reais para garantir a sobrevivência de empresas brasileiras durante este período.

Juntos, aprovamos, também, um crédito de 10 bilhões de reais para socorrer os Estados, os Municípios e o Distrito Federal nas ações contra a pandemia.

Aprovamos medida provisória que assegurou ao Brasil os 2 bilhões de reais necessários para a compra da vacina de

Oxford/AstraZeneca/FIOCRUZ. O Governo editou também a Medida Provisória nº 1.015, que destina mais 20 bilhões de reais para adquirir todas as vacinas necessárias, e nós vamos apreciá-la em breve.

Ainda no contexto da pandemia, tivemos sucesso nas votações das MPs de apoio à exportação, simplificação das contratações públicas, reforço da infraestrutura do turismo, redução das tarifas de energia, ampliação da Poupança Social Digital, que facilita o recebimento do auxílio emergencial contra a COVID.

Aprovamos também a MP 1.003, que autoriza a adesão do Brasil à Aliança Global, coordenada pela Organização Mundial da Saúde, chamada Covax Facility, que nos permite acesso a mais de 40 milhões de doses de vacinas.

Os desafios em outras áreas continuam. Por isso, votamos também a medida provisória que criou o Programa Casa Verde Amarela, programa habitacional que será um marco deste Governo.

Concluimos a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

Aprovamos o projeto de lei BR do Mar, que cria o programa de estímulo à navegação de cabotagem, uma iniciativa fundamental para modernizar nossa logística e reduzir o Custo Brasil.

Garantimos o sucesso do projeto que moderniza a indústria do gás natural, que está, hoje, na pauta, voltando do Senado.

Votamos o projeto da nova Lei de Falência, que contribui para manter a geração de empregos e viabilizar financiamento de empresas em dificuldades.

Após resolver problemas de tramitação, conseguimos aprovar projeto de lei do Presidente Bolsonaro que atualiza o Código de Trânsito, com o qual ele pretendia simplificar a vida do cidadão, mantendo o critério de segurança.

Votamos, na semana passada, a concessão de crédito extra de 4 bilhões de reais para compensação aos Estados pela Lei Kandir.

Aprovamos um importante projeto da renegociação das dívidas dos Estados, além do crédito de 3,3 bilhões de reais para quitar obrigações do Brasil com organismos internacionais. Na verdade, o PLP 101/20 dá 216 bilhões de reais aos Estados para prorrogação de dívidas, suspensão de pagamento de dívidas e prorrogação de pagamento de

organismos internacionais.

Como se pode ver, o nosso trabalho neste Governo foi marcado pela busca do diálogo democrático com os representantes de todas as correntes políticas, postura que traz benefícios diretos ao Brasil. Foi nesse espírito que apoiamos as pautas da bancada feminina, contribuindo para a aprovação, por exemplo, dos projetos de combate à discriminação contra a mulher na política e do uso do Fundo Nacional de Segurança Pública no combate à violência doméstica.

Até agora, já aprovamos 19 projetos de lei, 22 medidas provisórias, 6 projetos de lei complementar, 5 acordos internacionais, tudo isso neste período em que estou na Liderança, com meus Vice-Líderes, cada qual de um partido da base aliada do Governo, que muito contribuem para o nosso trabalho - cito aqui o Líder Evair, que está no plenário.

Tenho convicção de que, com o apoio dos Srs. e das Sras. Parlamentares, este será apenas o início da nossa missão em prol do Brasil.

Que Deus ilumine o nosso trabalho. Que nós possamos ter um ano de 2021 muito produtivo aqui no Legislativo, enfrentando matérias como reforma tributária, reforma administrativa, PEC Emergencial, pacto federativo, autonomia do Banco Central, privatizações e tantas outras de que o Brasil tanto precisa para ser um país cada vez melhor.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Srs. Parlamentares. Agradeço a todos os que contribuíram com o Presidente Rodrigo Maia para a produtividade que tivemos aqui na nossa Casa Legislativa.

Quero também, Presidente, dizer que nós estamos, sob a sua presidência, com a participação dos Srs. Líderes aqui e dos Srs. Parlamentares, produzindo, sim, votações que são importantes para o nosso País. Superamos muitas matérias novas, inclusive a lei do pagamento por serviços ambientais, que votamos ontem e é muito importante para a preservação ambiental, e tantas outras matérias da Frente Parlamentar da Agricultura.

Eu espero que juntos possamos modernizar o País, fazer as reformas constitucionais necessárias, enfrentar votações duras, difíceis, mas necessárias. Se queremos manter o teto de gastos, precisamos conter a despesa. Inevitavelmente, este é o único caminho para podermos dar o sinal de que, no longo prazo, teremos contas públicas equilibradas: votar a reforma administrativa, que nos garantirá um Estado mais leve, mais ágil, um Estado capaz de implantar a meritocracia e valorizar o funcionário que bem atende ao interesse público e de demitir o funcionário que não atende ao interesse público. É assim que nós vamos fazer um Brasil mais leve. Nós gastamos 14% do PIB só com a

máquina pública, com a estrutura do Governo. O Japão gasta 5%. A média desse tipo de gasto nos países da OCDE é de 9%. Então, nós temos, sim, que ter coragem de modernizar o Estado, de extinguir privilégios e de pensar no contribuinte em primeiro lugar.

Temos que seguir o mantra do nosso Presidente Bolsonaro: "*Não haverá aumento da carga tributária, não haverá extrapolação do teto e não haverá prorrogação do orçamento de guerra*".

Vamos ter que enfrentar um ano difícil, de orçamento justo, de rigor fiscal, mas vamos, sim, Presidente, conseguir avançar na direção das reformas, dar um sinal ao mercado de que o Brasil tem compromisso com o ajuste fiscal e, com isso, atrair mais investimentos, que nos permitirão gerar oportunidades de emprego para os nossos jovens, melhor qualidade de vida para a população e mais esperança de que este Brasil gigante se levantará e será a grande Nação que liderará este mundo.

Um abraço! Obrigado aos Srs. Parlamentares.

Documento 469/513

| | | |
|---|--|------------------------|
| 138.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/12/2020- CD | 16:34 |
| Publ.: DCD - 23/12/2020 - RICARDO SILVA-PSB -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Saudações aos bancários brasileiros. Apresentação de requerimentos de indicações para a inclusão de bancários, Oficiais de Justiça, garis e motoristas de ônibus no grupo prioritário de vacinação contra a Covid-19.

O SR. RICARDO SILVA (PSB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, eu faço uso deste minuto para deixar um abraço a todos os bancários do Brasil. O meu pai, Rafael Silva, Deputado Estadual pelo Estado de São Paulo, o primeiro Deputado cego do Brasil - hoje nós temos também o Deputado Federal Felipe Rigoni, que muito nos orgulha -, é bancário e participa da luta pelos bancários no Estado de São Paulo. Eu apresentei uma indicação, Sr. Presidente, para incluir no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação a carreira dos bancários também como prioritária para a imunização contra o coronavírus. Eles estão na linha de frente, atendendo à população, e merecem esse tratamento, por uma questão de justiça.

A mesma indicação para priorização na imunização nós estamos pedindo para os oficiais de Justiça, que são a minha categoria - sou oficial de Justiça -, para os garis, que estão nas ruas, limpando as praças, as vias públicas, e merecem vacinação prioritária, e também para os motoristas de ônibus, que estão andando e circulando em veículos lotados. Muitos deles já morreram no Brasil todo, por isso também merecem estar na categoria prioritária para imunização contra a COVID-19.

Essas são indicações que fiz oficialmente ao Ministro da Saúde.

Obrigado, Presidente.

Documento 470/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 138.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/12/2020- CD | 16:34 |
| Publ.: DCD - 23/12/2020 - AFONSO FLORENCE-PT -BA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Importância da atuação da Liderança da Minoria, especialmente no combate à epidemia de coronavírus e suas consequências. Prática de crime de responsabilidade pelo Presidente da República no tocante à saúde pública. Tramitação na Casa de elevado número de pedidos de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro. Exigência, pela Minoria, de investigação de crimes cometidos pelo Chefe da Nação. Saudações aos partidos opositoristas, aos Parlamentares e ao povo brasileiro.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estou falando como Líder da Minoria.

Nós sabemos que na próxima sessão haverá projetos sobre a mesa que poderão ser objeto de obstrução. Não vou usar todo o tempo de 10 minutos, mas quero saudar esta Casa em nome do Líder José Guimarães e também das Líderes e dos Líderes dos demais partidos da Minoria.

Neste ano atípico de 2020, a Minoria cumpriu um papel importante nesta Casa e no País, em sintonia com os movimentos sociais organizados, com as forças políticas, as entidades, as associações, as organizações da sociedade civil que defendem o Estado Democrático de Direito e a Constituição brasileira. Trabalhamos intensamente para, no período da pandemia, garantir renda aos que mais precisam e garantir o funcionamento democrático das instituições. Um exemplo é o

trabalho da CPMI das Fake News. E obtivemos importantes êxitos, como os 600 reais para a renda emergencial, a Lei Aldir Blanc, a Lei Assis Carvalho e a política de apoio a micros e pequenas empresas e a microempreendedores individuais.

Nós, infelizmente, temos um Presidente da República que patrocina uma política que não é de promoção à saúde e que comete crime de responsabilidade. Há mais de 50 pedidos de *impeachment*, e nós da Minoria queremos que haja investigação dos crimes cometidos por este Presidente.

Como nós não sabemos se na próxima sessão haverá quórum para enfrentarmos as obstruções que virão pela frente, vou concluir a minha intervenção sendo muito sucinto, trazendo uma saudação da Minoria nesta Casa, do PT, do PSOL, do PCdoB, do PDT, do PSB e da REDE, a todo o povo brasileiro e dizendo que vamos continuar trabalhando para proteger o Estado brasileiro. Essas reformas são produto do golpe de 2016. Querem reescrever a Constituição, extinguindo a capacidade do Estado de promover políticas públicas e fomentar o desenvolvimento econômico e social. Vamos continuar resistindo.

Queremos saudar todas e todos desta Casa pelas providências tomadas no combate à pandemia neste vazio de exercício do poder ocasionado por este Presidente, que tem responsabilidade direta pelas mortes por COVID no Brasil.

Deixo uma saudação dos Parlamentares e das Parlamentares da Minoria ao povo brasileiro.

Obrigado, Presidente.

Documento 471/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 138.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/12/2020- CD | 16:38 |
| Publ.: DCD - 23/12/2020 - ZÉ NETO-PT -BA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Conveniência de suspensão do recesso parlamentar para a votação do Orçamento Geral da União de 2021, e da proposta de prorrogação do auxílio pecuniário emergencial concedido a trabalhadores desempregados e famílias carentes, diante da crise gerada pela Covid-19.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, eu queria aqui registrar o meu posicionamento acerca desta situação que nós estamos vivendo na Casa. A Casa Legislativa não deveria ter recesso. Não cabe, neste momento, na minha opinião, recesso legislativo sem a aprovação do Orçamento e sem uma decisão exata sobre o que fazer com relação ao auxílio emergencial. Ontem, o jornal *Folha de S.Paulo* publicou que 36% da população brasileira precisa desse recurso. Isso interfere diretamente no setor produtivo, na economia, no PIB e no desenvolvimento do País. Além do mais, nós não resolvemos ainda, Sr. Presidente, a questão crucial de como será a vacinação.

Portanto, quero registrar aqui que nós não deveríamos - este é o meu posicionamento - adentrar outra coisa senão o trabalho neste tempo do recesso, para podermos entregar ao povo brasileiro e à Nação o nosso empenho em resolver as problemáticas do Brasil.

Documento 472/513

| | | |
|--|------------------------------------|--------------|
| 138.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária | -22/12/2020- |
| | CD | 16:42 |
| Publ.: DCD - 23/12/2020 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG | | |
| CÂMARA | DOS | COMO LÍDER |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Gestão desastrosa do Presidente Jair Bolsonaro. Posicionamento do Presidente da República contrário à vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Defesa da taxação de grandes fortunas. Contrariedade à aprovação da proposta governamental de reforma administrativa. Protesto contra a extinção do auxílio emergencial concedido a trabalhadores desempregados e famílias carentes. Elevação dos índices inflacionários. Necessidade de adoção, pelo Parlamento brasileiro, de pautas positivas para a população brasileira em 2021. Inadmissibilidade de oposição de vetos ao Projeto de Lei nº 4.372, de 2020, sobre a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Votos de feliz Natal e próspero Ano Novo aos Parlamentares. Matéria publicada pelo jornal *Folha de S.Paulo*, a respeito dos Governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Defesa da abertura de CPI para investigação da atuação do então Juiz Federal Sérgio Moro e do Procurador da República, Deltan Dallagnol, no comando da Operação Lava Jato.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Deputado, muito obrigado pela compreensão. Eu não vou usar todo o tempo da Liderança do Partido dos Trabalhadores.

Mas é preciso, neste momento em que terminamos o ano, deixar algum



balanço crítico do que aconteceu no País e também no Parlamento durante este período. Nós não concordamos que temos um saldo positivo. Não, pelo contrário: o saldo é extremamente negativo para o País.

Temos um governo, em primeiro lugar, obscurantista, que quis colocar pautas que foram barradas, muitas vezes, pela força da própria população, do movimento social e, por vezes, até do Congresso Nacional e do STF. Pautas autoritárias foram postas pelo Presidente da República durante um longo período. Os filhos chegaram a dizer que, com um cabo e dois soldados, fechariam o Supremo. O Presidente se lançou contra o Congresso Nacional. Foram períodos terríveis. O próprio Supremo Tribunal Federal teve que agir para impedir que esses atos autoritários continuassem. Até pretensos jornalistas estão presos por fazerem com que o ódio fosse destilado no País em favor de um regime autoritário e da desobediência ao sistema democrático. As pautas obscurantistas foram enormes, inúmeras.

Agora, o Presidente, que prefere a cloroquina à vacina, fica insuflando o nosso povo contra os cuidados necessários e a vacina. E nós vemos que no mundo inteiro se avança no combate à pandemia com esse instrumento legítimo que é a vacina, o único instrumento que pode nos trazer tranquilidade. Já foram vacinadas quase 1,5 milhão de pessoas pelo mundo. Evidentemente, a vacinação tem sido um sucesso: não houve nenhum caso de morte, nenhuma reação grave à vacina. Mas os negacionistas, incluindo o Presidente, insistem em fazer com que a pandemia prevaleça, causando a morte de centenas de milhares de pessoas. Portanto, também não temos o que comemorar no que diz respeito à pandemia que assolou o mundo, que no Brasil causou uma verdadeira tragédia.

Do ponto de vista econômico, por que não dividir renda no Brasil? A Argentina e a Bolívia acabam de aprovar leis que vão permitir que as grandes fortunas sejam taxadas, mas, no Brasil, só se pensa em taxar o pequeno.

E o Governo vem de novo falar em reforma administrativa para tirar direitos de servidor público; em inovação na reforma trabalhista, com aquela Carteira Verde e Amarela, que era a carteira da escravidão e que, felizmente, na Câmara e no Senado, nós conseguimos barrar; em reforma da Previdência, para tirar direitos dos idosos, como se o que tivesse que ser feito fosse, de novo, pedir sacrifício ao povo brasileiro.

E agora, num período dramático, em que 36% das pessoas não têm outra renda a não ser o auxílio emergencial, o Governo simplesmente diz que não teremos nada a partir de janeiro. Como ficará o povo brasileiro? Já se fala num aumento no número de desempregados, que hoje está em 14 milhões de pessoas, para 20 milhões a partir de

janeiro. O que tem o Governo a comemorar? A tragédia do País? A tragédia do povo? Até mesmo os índices inflacionários aumentaram.

Sr. Presidente, eu disse que não iria usar todo o tempo. Eu teria muito ainda para dizer sobre a situação dramática deste País. Mas uma coisa é certa: o nosso Parlamento precisa, a partir do ano que vem, ter pautas que sejam positivas para o povo. Nós não podemos olhar apenas o desejo do mercado, dos banqueiros, dos grandes capitalistas. É preciso olhar o que passa o povo brasileiro. Durante a campanha eleitoral, nós não pudemos sair muito, mas quem fez campanha viu que o índice de miséria vem aumentando, que a situação do nosso povo vem piorando no campo e na cidade, que programas da agricultura familiar vêm sendo desfeitos pelo Governo.

Aliás, Bolsonaro disse que veio para desconstruir. É impressionante como ele desconstruiu muitas coisas e tentou desconstruir outras. Felizmente, existiram reações. A reação principal veio das universidades, das escolas públicas. Talvez seja por isso que Bolsonaro tem tanto ódio da escola pública brasileira e não se comprometeu com o FUNDEB. Tomara que ele não tenha coragem de vetar o FUNDEB depois da vitória maravilhosa que a sociedade teve ao se aprovar dinheiro público para a escola pública. Com certeza Bolsonaro está pensando em maldades, assim como pensou em privatizar o SUS em plena pandemia.

Faço essas denúncias aqui para dizer que, ano que vem, nós vamos precisar de muito mais luta para evitar que essas pautas conservadoras e reacionárias persistam e que pautas preconceituosas façam parte do Brasil. Nós precisamos é de um País com mais solidariedade e união entre as pessoas. O Governo Bolsonaro governa na divisão. Ele traz assuntos que dividem o povo, para não permitir ao povo enxergar a necessidade da sua unidade, das bandeiras que transformem a vida em situações melhores para o conjunto do povo brasileiro.

Então, nós nos despedimos deste ano com um balanço, infelizmente, negativo do Brasil. É certo que o Parlamento muitas vezes agiu para impedir essa pauta do Presidente da República. Se não fossem o Parlamento e o próprio Supremo Tribunal Federal, com certeza as coisas tinham sido ainda piores. Mas é necessária uma unidade ainda maior nossa para evitar que o obscurantismo, o ultraliberalismo e o autoritarismo façam parte do programa a que o Brasil vai assistir no ano que vem, com ainda mais dificuldades.

Quero desejar um feliz Ano-Novo e um feliz Natal a toda a Câmara dos Deputados, aos Deputados e às Deputadas, independentemente dos posicionamentos políticos, e também ao povo brasileiro. Que possamos, unidos, traçar melhores caminhos, fazer com que o Brasil

volte a sorrir de novo. É disso que nós precisamos.

Abro aqui um parêntese: o jornal *Folha de S. Paulo*, reconhecendo a década em que Lula e Dilma governaram, chamou-a de década do avanço.

A década tem nome: Governos de Lula e de Dilma. Foram governos de esquerda que buscaram, minimamente, dividir renda e fazer com que o salário mínimo crescesse, com que a reforma agrária avançasse, com que os pobres tivessem acesso ao trabalho, ao emprego, com que os negros e negras entrassem nas universidades, com que os homossexuais não fossem reprimidos. Tudo isso esteve na pauta daquela década. O que a *Folha* chama de década nós chamamos de Governo Lula e Governo Dilma.

Presidente, termino dizendo que estou abismado também pela entrevista que o *hacker* deu em relação a como agiram Dallagnol e Moro, exemplificando o que foi o golpe neste País e como aquelas ações levaram à mudança dos rumos do nosso Brasil, a partir de mentiras e falsidades. Hoje é impossível não pensar em realizar uma Comissão Parlamentar de Inquérito para saber qual foi o papel que esses senhores tiveram para atravancar, paralisar o processo democrático e fazê-lo retroceder no Brasil.

Um grande abraço, Presidente! Muito obrigado pela sua compreensão. Estamos firmes na luta.

Documento 473/513

| | | |
|--|---|------------|
| 139.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária -22/12/2020- CD | 16:52 |
| Publ.: DCD - 23/12/2020 - CARMEN ZANOTTO-CIDADANIA -SC | | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Realização da centésima reunião da Comissão Externa de Enfrentamento da Covid-19. Importância da votação pela Casa do Projeto de Lei nº 2.809, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.650, de 2018, para prorrogação até 31 de dezembro de 2020, da suspensão da obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, estabelecida pelo art. 1º da Lei nº 13.992, de 2020. Agradecimento por doações às municipalidades atingidas por inundações no Estado de Santa Catarina. Pedido ao Presidente da República de edição de medida provisória acerca da liberação de recursos aos Municípios catarinenses. Expectativa de votação pela Casa do Projeto de Lei nº 5.029, de 2020, sobre o aumento da participação da União no Fundo

Garantidor de Operações - FGO, para a concessão de garantias no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - PRONAMPE.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, apenas quero fazer um apelo aos colegas Deputados e Deputadas. Nós da Comissão Externa que trata do enfrentamento da COVID-19 realizamos hoje a centésima reunião temática. Eu queria fazer este apelo porque nós temos dois projetos de lei a serem apreciados. Um deles é o Projeto de Lei nº 2.809, de 2020, ligado diretamente às ações da Comissão Externa. Está na pauta e será relatado pelo nobre Deputado Rubens Bueno. Trata dos hospitais filantrópicos, ou seja, da garantia da filantropia para 2021 e a garantia de que esses hospitais possam receber, sem considerar as metas qualitativas e quantitativas, em razão da pandemia, já que estão atendendo pacientes com COVID-19, em enfermaria ou em UTI.

Sr. Presidente, quero agradecer a toda a população brasileira, em especial à do meu Estado de Santa Catarina, o gesto de generosidade, de doação que está fazendo com as cidades que foram atingidas pelos temporais na última semana, especialmente o Município de Presidente Getúlio. Tivemos ontem decretado estado de calamidade pública - e publicado no *Diário Oficial* - nos Municípios de Presidente Getúlio, com 20 óbitos até o dia de ontem, Rio do Sul e Ibirama. Em situação de emergência estão os Municípios de Vidal Ramos e Aurora.

O Presidente da República esteve sobrevoando a área no último sábado. Quero agradecer ao Presidente da República e a toda a equipe do Ministro Rogério Marinho, e quero fazer um pedido: se possível, edite uma medida provisória para que os recursos cheguem aos Municípios, principalmente a Presidente Getúlio, que foi devastada. Vivi as enchentes e as fortes chuvas de 2008 e sei o que isso significa para uma população, para uma cidade, para um Governo municipal que tem que praticamente reconstruir sua cidade. Portanto, faço esse apelo ao Presidente da República, para que emita uma medida provisória.

No mais, Sr. Presidente, vou torcer por que votemos na tarde de hoje pelas Santas Casas, assim como o projeto do PRONAMPE - Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, porque são 10 bilhões de reais para ajudar no enfrentamento desta pandemia, em especial a microempresa e a pequena empresa.

CD

17:04

Publ.: DCD - 23/12/2020 - RUBENS BUENO-CIDADANIA -PR

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Apelo à Presidência de votação do Projeto de Lei nº 2.809, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.650, de 2018, para prorrogação até 31 de dezembro de 2020, da suspensão da obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, estabelecida pelo art. 1º da Lei nº 13.992, de 2020. Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 5.387, de 2019, sobre o mercado de câmbio brasileiro, o capital brasileiro no exterior, o capital estrangeiro no País e a prestação de informações ao Banco Central do Brasil.

O SR. RUBENS BUENO (CIDADANIA - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, eu quero fazer um apelo à Presidência. Nós temos o Projeto de Lei nº 2.809, de 2020, que trata exatamente da comprovação de requisito para a certificação de entidades filantrópicas, em que estão envolvidas as Santas Casas de todo o Brasil, num momento tão difícil para a saúde pública.

Portanto, eu faço um apelo a V.Exa. para votarmos o Projeto de Lei nº 2.809, de 2020, que já tem um requerimento de urgência, de nossa autoria, aprovado ontem.

Com relação a este projeto, nós votamos "não" ao requerimento.

Documento 475/513

139.2020

Sessão Deliberativa Extraordinária -22/12/2020-
CD 18:12

Publ.: DCD - 23/12/2020 - FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Obstrução, pelo PSOL, das votações do Projeto de Lei nº 5.387, de 2019, sobre o mercado de câmbio brasileiro, o capital brasileiro no exterior, o capital estrangeiro no País e a prestação de informações ao Banco Central do Brasil. Sugestão à Presidência de votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 391, de 2017, sobre a alteração do art. 159 da Carta Magna, com vista ao disciplinamento da distribuição, pela União, de recursos ao Fundo de Participação dos Municípios - FPM; e do Projeto de Lei nº 5.029, de 2020, acerca do aumento da participação da União no Fundo Garantidor de

Operações -FGO, para a concessão de garantias no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - PRONAMPE.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, uma matéria como essa, com todo o respeito que eu tenho pelo Deputado Otto, nada contra o trabalho dele, que mexe em 6 normas, que mexe em 24 leis e dispositivos parcialmente revogados, e mais, com a possibilidade de perda de soberania monetária, uma matéria extremamente complexa, que não é prioridade, ainda mais em tempo de pandemia, Deputado - já ia chamá-lo de Senador, lembrando do seu pai, que foi Relator de um projeto meu no Senado -, deveria ser objeto de Comissão Especial. A matéria não poderia ser votada assim, como está sendo feito nesta Casa. Não se justifica sequer ela ter entrado na pauta nos 45 minutos do segundo tempo.

Nós faremos toda a obstrução possível e necessária para que essa matéria não seja enfrentada hoje, usando todos os dispositivos regimentais, de questões de ordem a obstrução, a destaques. De fato, eu não consigo nem entender como se faz uma discussão dessa natureza sem uma Comissão Especial.

Então, gostaria de sugerir, para o bem dos trabalhos, que matérias que sejam consensuais, como a PEC dos Municípios - e não vi o Presidente falar dela, não sei se há acordo, mas nós estamos de acordo, obviamente -, matérias que já tramitam, como o tema do PRONAMPE, matérias que foram levantadas e são úteis ao País sejam inclusive invertidas, para que possamos enfrentá-las nesta última sessão legislativa.

Documento 476/513

| | | |
|--|---|------------------------|
| 139.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária -22/12/2020- CD | 18:20 |
| Publ.: DCD - 23/12/2020 - RUBENS BUENO-CIDADANIA -PR | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Pedido à Presidência de votação do Projeto de Lei nº 2.809, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.650, de 2018, para prorrogação até 31 de dezembro de 2020, da suspensão da obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, estabelecida pelo art. 1º da Lei nº 13.992,

de 2020.

O SR. RUBENS BUENO (CIDADANIA - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Rodrigo Maia, a proposta que está sendo feita é muito importante. O Projeto de Lei nº 2.809 trata das Santas Casas, de entidades filantrópicas, que estão na linha de frente da pandemia e atendem mais da metade do serviço público de saúde do Brasil.

Então, eu faço um apelo mais uma vez. Fiz o apelo e o Deputado Paulo Ganime não falou agora do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Mas eu falei.

O SR. RUBENS BUENO (CIDADANIA - PR) - Então, insisto em votar o Projeto de Lei nº 2.809, de 2020, da Deputada Carmen Zanotto, do Deputado Luizinho e do Deputado Antonio Brito.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Deputado, eu o citei.

O SR. RUBENS BUENO (CIDADANIA - PR) - Acho que ele é muito importante num momento tão grave como este.

Documento 477/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 139.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/12/2020- CD | 18:24 |
| Publ.: DCD - 23/12/2020 - FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Continuidade da luta pela vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Pedido à Presidência de inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, sobre os direitos dos trabalhadores em empresas de aplicativos, lotados no setor de entrega de mercadorias e alimentos, durante o estado de calamidade pública decorrente da epidemia de coronavírus.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Várias pessoas me fizeram perguntas, em função da obstrução do PSOL, que não é só do PSOL, é da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - É claro.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS) - V.Exa. é

testemunha de como fomos sérios ao votarmos matérias para o bem do País, enquanto o Governo, infelizmente, seguiu uma linha negacionista em relação à pandemia e à gravidade da situação no Brasil. Nós achamos que a situação é grave e que a luta pela vacina está na centralidade da luta de todos nós. Eu não vou reviver tudo o que nós fizemos.

Quem não cumpriu nenhum acordo aqui todo este ano foi o Governo Bolsonaro. Nós votamos o PL sobre os profissionais da saúde, e ele o vetou. O veto não foi sequer votado, após lamentável articulação do Líder do Governo, do Governo Bolsonaro e do Presidente do Senado, o Senador Davi Alcolumbre.

Estamos fazendo um apelo para que se tire a obstrução e se incluam muitos projetos na pauta - alguns são bons, outros não.

Nós tínhamos um acordo com V.Exa. para a votação do PL 1.665, o referente a trabalhadores de aplicativos. Foi feita reunião com os trabalhadores de aplicativos e elaborado um relatório pelo Deputado Fábio Trad. Esse relatório é o possível, não é o ideal que o PSOL quer, não é o ideal que ninguém quer, mas apresenta alguns avanços importantes para os trabalhadores de aplicativos. Esse PL é do Deputado Ivan Valente.

Eu gostaria de lhe pedir também, Presidente, não discordando de V.Exa. quanto a seguir o debate e ver se a obstrução é retirada ou não, levando-se em conta a palavra e não só o Regimento, que V.Exa. considerasse a inclusão do PL 1.665.

Quero reiterar ao Deputado Otto e aos Líderes que me fizeram apelo que matéria como esta tinha passar, pelo menos, por Comissão Especial. Não entendo como ela está na pauta hoje. Estão fazendo um apelo para se votar matéria que não passou por Comissão Especial.

Documento 478/513

| | | |
|---|--|------------------------|
| 139.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/12/2020- CD | 18:28 |
| Publ.: DCD - 23/12/2020 - ZÉ SILVA-SOLIDARIEDAD -MG | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Temas debatidos pelo orador em reunião realizada pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER do Estado de Minas Gerais, ao ensejo do transcurso do 72º aniversário de sua criação. Construção de novo modelo para a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG.

Modernização do serviço de assistência técnica e extensão rural. Agradecimento à bancada federal do Solidariedade, ao Presidente Rodrigo Maia e à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Expectativa quanto à vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19 em 2021.

O SR. ZÉ SILVA (Bloco/SOLIDARIEDADE - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, quis a história que hoje, no último dia do ano legislativo, eu encerrasse uma audiência realizada na querida EMATER de Minas Gerais, que completou 72 anos. Essa é uma empresa à qual dediquei todo o meu trabalho, minha energia, meus sonhos, uma empresa que me capacitou para estar hoje na Casa do Povo, no Congresso Nacional.

Participou da audiência a Presidente Luisa Barreto, uma gestora preparada, colega nossa de carreira no Estado, da Secretaria de Planejamento. Levei à Presidente o pacto da extensão rural, falando da necessidade de se revitalizar esse serviço, essencial à agricultura brasileira. Falei sobre a necessidade de se reestruturar o sistema de extensão rural brasileiro e também as fontes de financiamento.

Levei a preocupação manifestada pelo Governo do Estado. Já tive a oportunidade de debater com a Secretária, de debater com o Governador e de debater com o Secretário de Governo. O projeto de fusão, que não conheço ainda, não se viabiliza se não houver um amplo debate com todos os atores envolvidos.

Eu disse a ela, quando a Secretária de Estado Ana Valentini me falou sobre o projeto de integração, que, considerando minha visão a respeito da fusão, destaquei três pontos. O primeiro: não se integram culturas por lei ou por decreto. O segundo: é fundamental o debate. O terceiro: há necessidade de se construir um novo modelo para a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG e fortalecer a EMATER.

Saí de lá muito tranquilo, porque disse a Presidente, com seu preparo, com seu conteúdo, junto com o Diretor Administrativo e Financeiro, Cláudio Bortolini, que o Estado ainda não tem um projeto.

Se não tem ainda um projeto escrito, concebido, nós vamos ajudar a construí-lo, considerando nova personalidade jurídica para esse órgão de pesquisa de Minas Gerais. Poderá ser uma agência, poderá ser como a nossa ANATER, que realiza um serviço social autônomo.

Eu apresentei a ela minha disposição, como extensionista daquela casa, que presidi durante 8 anos; como ex-Secretário de Estado de Agricultura; e como Parlamentar.

Com certeza, 2021 será um ano de prosperidade, em que, estando ela aberta ao diálogo e à participação de todos os atores envolvidos, construiremos uma EMATER mais forte, com o extensionista - talvez ele represente para a família rural e para o agricultor a primeira e a última esperança de acesso a inovação tecnológica, especialmente nos grtões, e de atendimento por meio da presença do Estado brasileiro - e com a pesquisa. Ela precisa de demanda, de prospecção, mas elas não têm que estar necessariamente juntas. Temos consenso quanto à necessidade de cada vez mais se redesenhar e se modernizar o serviço de assistência técnica e extensão rural, e não só em Minas Gerais. Esse consenso nos une.

Portanto, saí de lá animado. Tenho certeza de que os meus colegas, os agricultores, as suas organizações e os técnicos competentes do Estado nos ajudarão a construir uma EMATER mais forte e uma EPAMIG também viável, que vai garantir um futuro cada vez melhor para a agricultura mineira.

Quero agradecer também aos meus colegas da bancada do Solidariedade, que me permitiram, neste ano, ser Líder do partido. Este foi um ano de pandemia, algo sombrio, que parece mais um filme de ficção científica. Eu quero agradecer a confiança de cada um, quero agradecer à equipe da Liderança e à equipe do nosso gabinete.

Agradeço também à Mesa da nossa Câmara dos Deputados, ao Presidente Rodrigo Maia, que nos permitiu construir debates importantes, promoveu o equilíbrio entre teses divergentes a respeito do Estado brasileiro e as demandas da população. Com certeza, estou mais preparado.

No ano de 2021, todos sairemos desta sombria pandemia, com vacinas, e todo mundo terá paz e muita alegria. Cumpriremos o nosso papel no Congresso Nacional de trazer as demandas legítimas da população, transformá-las em leis, em políticas públicas, para que o País seja mais justo e igualitário.

É isso que desejo a todos os brasileiros e brasileiras. Desejo especialmente muita paz, muita saúde e muita harmonia a todos nós.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 479/513

| | | |
|----------------------------|-------------------------------|----------------------------------|
| 139.2020 | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa 22/12/2020-18:32 |
| Publ.: DCD 23/12/2020 - | FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS | |

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de votação, artigo por artigo, do Projeto de Lei nº 5.387, de 2019, sobre o mercado de câmbio brasileiro, o capital brasileiro no exterior, o capital estrangeiro no País e a prestação de informações ao Banco Central do Brasil. Equívoco da inclusão da propositura na pauta. Defesa da votação de matérias de relevante interesse do País e da sociedade brasileira, a exemplo do Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, acerca dos direitos dos trabalhadores em empresas de aplicativos, lotados no setor de entrega de mercadorias e alimentos, durante o estado de calamidade pública decorrente da epidemia de coronavírus.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Sem revisão da oradora.) - Obrigada.

Em primeiro lugar, acho que matéria como esta tinha que ser analisada por Comissão Especial. Eu não consigo entender como V.Exa. pautou, aos 45 minutos do segundo tempo, matéria tão complexa, e tão complexa não só para nós Deputados. Deve haver aqueles que sempre defendem os mercados, e esses, sim, estão dizendo que ela é ótima. Um deles estava dizendo: *"Este projeto é bom para o mercado. Agora somos a favor"*. É um dos que obstruiu toda a pauta de ontem, na qual havia projetos a favor do povo.

Mas vamos ao mérito do projeto. Esta matéria mexe em seis normas; revoga 24 artigos parcialmente; trata, sim, da possibilidade de ampliação de abertura de contas, de instrumentos financeiros em que sejam utilizadas moedas estrangeiras; cria, no mínimo, uma previsão de instabilidade econômica neste País, que passa por uma crise econômica profunda, uma crise que é anterior à pandemia, uma crise econômica que é resultado de uma agenda ultraliberal, crise que se potencializou durante a pandemia. O Brasil amplia a desigualdade social. Hoje tem mais bilionários, por exemplo, do que tinha antes da pandemia.

Este projeto, na verdade, amplia a volatilidade do País, porque pode acontecer um processo de substituição monetária, em que os agentes prefiram ter reserva em dólar, colocando a economia brasileira ainda mais em risco e, possivelmente, desvalorizando a nossa moeda. Isso significa que, se houver uma gripe nos Estados Unidos, como disse o Líder do PT, o Deputado Enio Verri, nós vamos espirrar no Brasil. Ocorreria algo parecido com o que aconteceu na Argentina na década de 90, embora lá se tenha dolarizado completamente a economia. Aquele país acabou tendo uma crise econômica profunda. Aconteceu

inclusive o que foi chamado de *corralito*, que, felizmente, levou o movimento de massa a se levantar e a derrubar cinco Presidentes. Felizmente, o movimento de massas entrou. Mas a crise foi profunda. É claro que aqui não se trata da total dolarização da economia, mas se abre margem para isso.

À medida que se desvaloriza também a moeda, pode ser que se vá aumentando os juros, para que se segure o valor da moeda; pode ser que se aumentem os juros dos títulos, ou seja, que se aumente a dívida pública, que nunca foi auditada no Brasil! Nós estamos falando de um momento extremamente grave do nosso País. Essa política econômica já gerou 14 milhões de desempregados, de acordo com dados oficiais, do IBGE.

Como é que nós podemos, no dia 22 de dezembro - estamos no dia 22 de dezembro -, votar matéria como esta, sem que tenha sido analisada antes por Comissão Especial? É claro que é melhor que os destaques fiquem para depois, porque senão vão atrapalhar toda a pauta. O PT, com toda a sua legitimidade, retirou a obstrução. Tem legitimidade para fazer isso, é evidente. Essa é uma decisão do PT. Mas nós não aceitamos que este projeto seja pautado dessa forma.

Existem aqueles defensores do mercado que nós conhecemos - sempre arranjam um jeito bonito de defender o mercado -, mas parece que há outros que, às vezes, não sabem do que estão falando. Este projeto trata de um tema de difícil compreensão para a população, porque os termos técnicos são extremamente difíceis, e ele pode pavimentar um caminho extremamente grave para a economia brasileira. Nós não compactuamos com isso.

Temos muita tranquilidade, gostaríamos de votar o projeto sobre o superendividamento (o Deputado tem lutado desde a semana passada para que esse projeto fosse incluído na pauta, e eu o estava ajudando para que houvesse essa inclusão); queremos votar, sim, o projeto do Deputado Florence; queremos votar o projeto sobre as Santas Casas; queremos votar a PEC dos Municípios. São matérias importantes que o Parlamento tem para votar neste período de pandemia, a qual já vitimou 184 mil pessoas.

Nós temos muitas matérias relevantes para o País, inclusive o PL 1.665, sobre os trabalhadores de aplicativos, que seguem trabalhando durante a pandemia, e ganhando menos. Esse projeto não está na pauta, lamentavelmente, embora o relatório seja bastante equilibrado.

Eu quero dizer que para nós, portanto, é impossível tirar essa obstrução. Sigo inconformada com o fato de este projeto ter entrado na pauta. Acho que é lamentável que o Parlamento brasileiro faça isso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Da mesma forma que se está votando o projeto sobre a Lei Cambial, poderíamos votar só o mérito do PL 1.665, no final, o que atenderia também ao PSOL.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS) - Obrigada, Presidente. Com certeza nós lhe agradecemos muito.

Documento 480/513

| | | |
|--|---|------------------------|
| 139.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária -22/12/2020- CD | 18:56 |
| Publ.: DCD - 23/12/2020 - GENERAL PETERNELLI-PSL -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Informação à Deputada Sâmia Bomfim a respeito do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF dos cidadãos brasileiros.

O SR. GENERAL PETERNELLI (Bloco/PSL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, para tranquilizar a Deputada Sâmia Bomfim, informo que todos os que receberam o auxílio emergencial tiveram que obter o CPF. Na realidade, têm CPF todos os que recebem BPC, todos os que recebem Bolsa Família, todos os que utilizam o SUS, todos os que têm identidade. Portanto, esses 38 milhões estão contemplados. Isso é uma tranquilidade.

Documento 481/513

| | | |
|--|---|---------------------|
| 139.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária -22/12/2020- CD | 19:00 |
| Publ.: DCD - 23/12/2020 - EDUARDO BARBOSA-PSDB -MG | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PARECER DISCURSO |

Sumário

Emissão de parecer ao Projeto de Lei nº 4.113, de 2020, acerca da instituição de normas de caráter transitório, aplicáveis a parcerias celebradas pela administração pública, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB - MG. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este

projeto de lei foi apresentado pelo Deputado Afonso Florence após ausculta de todas as organizações da sociedade civil, já que temos na Câmara dos Deputados uma frente em defesa dessas organizações. Hoje o Presidente dessa frente é o Deputado Afonso Florence, mas eu também já a presidi em tempos anteriores. Na realidade, quero que fique bem claro que toda a proposição aqui apresentada é de caráter transitório, aplicável a parcerias celebradas enquanto durar a calamidade pública, que é regida pelo Decreto nº 6, de 20 de março de 2020.

Esta Casa sempre se preocupou, ao longo da pandemia, em contemplar trabalhadores, empresários, artistas e conceder benefícios para a população que precisava de uma renda. Neste projeto, temos também uma condição de assegurar a continuidade das organizações da sociedade civil que fizeram as parcerias antes da calamidade pública, da pandemia, e que, por isso mesmo, muitos dos processos foram interrompidos.

Essas organizações e essas entidades, para se apresentarem como parceiras do Estado nos três níveis federativos, precisam ter constituídas as suas equipes, precisam ter constituídas todas as suas estruturas e estarem à disposição de uma parceria que é feita e realizada com o Estado, levando em conta os interesses do ente público.

Por isso mesmo, está sendo mantido aqui, a partir desse projeto de lei, a possibilidade da continuidade disso. No entanto, fazendo a revisão dessa relação de parceria com o Estado, justamente para que ela tenha uma segurança, inclusive para não demitir os seus funcionários, aqueles que estão envolvidos no processo, até que as coisas voltem à normalidade.

Inclusive, foi citado pelo Líder do NOVO justamente um questionamento sobre, por exemplo, a questão da aprovação das suas contas. É lógico que, se nós estamos vivendo um processo de exceção e se esse termo de parceria não foi executado em tempo hábil, precisaremos ter um tempo a mais, de 180 dias após a questão da solução do termo de parceria, para que ela possa realmente prestar contas junto ao Tribunal de Contas.

É por isso mesmo que precisamos dar uma retaguarda, para que os gestores públicos, nos três entes federados, não fiquem ali descobertos, numa condição de poder garantir a continuidade do processo interrompido justamente por uma crise de pandemia.

Sendo assim, Presidente, em função da disseminação do coronavírus em território nacional, nós presenciemos essas distorções na relação entre a administração pública e as entidades do chamado terceiro

setor.

A proposição em exame tem como propósito responder a tais dificuldades, com regras que permitam, tanto ao poder público quanto aos seus parceiros, remover obstáculos potencialmente danosos à relação jurídica entre eles estabelecida.

Nitidamente, o projeto faz com que o ente federado chame (*falha no áudio*) e vá trabalhar dentro do contexto de cada uma das (*falha no áudio*).

Em razão do exposto, nós também estamos aqui aproveitando a oportunidade para sugerir aos Parlamentares uma alteração em norma correlata oriunda, registre-se, do mesmo contexto que suscitou a apresentação do projeto em apreço.

Trata-se da necessidade de promover nova prorrogação da suspensão decorrente do art. 1º da Lei nº 13.992, de 22 de abril de 2020. Já se reconheceu a necessidade de extensão do prazo fixado naquela oportunidade, porque houve prorrogação estabelecida pela Lei nº 14.061, de 23 de setembro de 2020. Isso significa que as entidades conveniadas ao SUS vão poder ter a prorrogação das transferências dos recursos, independente do alcance de metas até março de 2021.

Sendo assim, em razão do exposto, com indispensável elogio a todos os Parlamentares que se empenharam para apresentação e aprovação deste projeto, concluo:

"Ante o exposto, na Comissão de Finanças e Tributação, vota-se pela adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 4.113, de 2020, e, no mérito, por sua aprovação, nos termos do substitutivo em anexo, que promove exclusivamente a modificação a que se fez referência. No que diz respeito ao exercício da competência da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, vota-se pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do aludido Projeto de Lei, igualmente nos termos do substitutivo apresentado."

Esse é o voto, Sr. Presidente.

Documento 482/513

| | | | |
|----------------------------|-------------------------------|---------------------------------------|----|
| 139.2020 | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa 22/12/2020-19:08 | |
| Publ.: DCD 23/12/2020 - | TIAGO MITRAUD-NOVO -MG | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO | DE |

Sumário

Posicionamento do partido Novo a respeito do Projeto de Lei nº 4.113, de 2020, acerca da instituição de normas de caráter transitório, aplicáveis a parcerias celebradas pela administração pública, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020.

O SR. TIAGO MITRAUD (NOVO - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu entendo as considerações do Deputado Eduardo Barbosa de que há dificuldades sendo enfrentadas por organizações do terceiro setor que têm contratos com o Estado.

Não veria problemas em nós endereçarmos essas dificuldades na dose com que elas estão sendo enfrentadas. O problema que nós identificamos no texto apresentado por este PL, tanto nós quanto o Relator agora, que corroborou o texto original apresentado pelos autores, é que ele ultrapasse muito as necessidades das instituições, devido à pandemia.

Cito, por exemplo, esse diferimento do prazo na prestação de contas. Se houvesse nexa entre a capacidade de prestação de contas e a pandemia, nesses casos específicos não haveria problema. Agora, aqui já estamos estendendo automaticamente, na prática, essa prestação de contas.

Eu respeito o Deputado Eduardo Barbosa, sei que ele tem um trabalho com organizações do terceiro setor. Eu mesmo já trabalhei, durante muitos anos, numa organização do terceiro setor e entendo que a pandemia pode ter afetado inúmeras delas, mas nós precisamos que essa flexibilização observe regras de boa governança e de bom uso dos recursos públicos.

Nós mesmos já aprovamos, este ano, por conta da pandemia, a Lei nº 13.979, de 2020, que flexibilizou as normas de contratação emergencial durante a pandemia, mas essa mesma lei trouxe também mecanismos que ampliaram a atuação dos órgãos de controle e a transparência dessas contratações.

Neste PL, nós estamos flexibilizando os convênios entre organizações do terceiro setor e o Estado, mas sem trazer o necessário mecanismo de controle, a nosso ver. Seria razoável, por exemplo, prever a possibilidade de revisão das metas, o cronograma das entregas e a contrapartida dos repasses, mas essas inúmeras outras medidas que estão presentes no PL, como eu falei, abrem brechas.

Isso não é interesse do autor, não é interesse do Relator, nem de nenhum de nós aqui, mas sabemos como esses convênios podem ser

executados na ponta. E essas flexibilizações abrem brechas para mais desvios de recursos públicos.

Documento 483/513

| | | |
|--|--|---------------------|
| 139.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/12/2020- CD | 19:32 |
| Publ.: DCD - 23/12/2020 - RUBENS BUENO-CIDADANIA -PR | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PARECER DISCURSO |

Sumário

Emissão de parecer à Emenda de Plenário nº 1, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.809, de 2020, relativo à alteração da Lei nº 13.650, de 2018, e à prorrogação até 31 de dezembro de 2020, da suspensão da obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, estabelecida pelo art. 1º da Lei nº 13.992, de 2020.

O SR. RUBENS BUENO (CIDADANIA - PR. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, as emendas já foram incorporadas ao texto que eu apresentei definitivamente, conforme acabei de ler.

Então, está incorporada, inclusive, a questão das quantidades, porque as próprias entidades filantrópicas e Santas Casas fizeram a proposta.

Documento 484/513

| | | |
|--|--|---------------------|
| 139.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/12/2020- CD | 19:36 |
| Publ.: DCD - 23/12/2020 - JOICE HASSELMANN-PSL -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PARECER DISCURSO |

Sumário

Emissão de parecer ao Projeto de Lei nº 5.029, de 2020, acerca do aumento da participação da União no Fundo Garantidor de Operações - FGO, para a concessão de garantias no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - PRONAMPE.

A SRA. JOICE HASSELMANN (Bloco/PSL - SP. Para proferir parecer. Sem revisão da oradora.) - Presidente, quero só ressaltar que são mais

10 bilhões de reais do PRONAMPE para empréstimo a pequenos e microempresários. Já foram emprestados 32 bilhões de reais até agora e chegam mais 10 bilhões de reais nesta terceira fase. A primeira fase também foi relatada por mim.

"III - Conclusão:

Em nome da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços - CDEICS, pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.029, de 2020, e pela rejeição dos Projetos de Lei nºs 3.767, de 2020, 4.184, de 2020, 4.659, de 2020, e 5.339, de 2020, apensados.

Em nome da Comissão de Finanças e Tributação - CFT, pela adequação financeira e orçamentária dos Projetos de Lei nºs 5.029, de 2020, 3.767, de 2020, 4.184, de 2020, 4.659, de 2020, e 5.339, de 2020, e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.029, de 2020, e rejeição dos demais.

Em nome da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC, pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa dos Projetos de Lei nºs 5.029, de 2020, 3.767, de 2020, 4.184, de 2020, 4.659, de 2020, e 5.339, de 2020."

Documento 485/513

| | | |
|--|------------------------------------|--------------|
| 139.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária | -22/12/2020- |
| | CD | 19:48 |
| Publ.: DCD - 23/12/2020 - GIOVANI CHERINI-PL -RS | | |
| CÂMARA | DOS | COMO LÍDER |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Defesa do uso de medicamento no tratamento precoce da Covid-19. Apoio à produção de vacina segura contra a doença. Frustração do orador com a não implantação do liberalismo no País. Estagnação das privatizações e continuidade das deficiências do serviço público. Necessidade de redução da estrutura do Estado brasileiro. Importância da implementação do empreendedorismo e das parcerias público-privadas no País. Inconformismo com a não realização de reformas constitucionais, especialmente da administrativa. Não aprovação, pelo Poder Legislativo, da proposta de estabelecimento do teto salarial no serviço público. Necessidade de privatização de empresas públicas improdutivas. Defesa da contratação, pelos cidadãos brasileiros, de serviços particulares de saúde.

O SR. GIOVANI CHERINI (Bloco/PL - RS. Como Líder. Sem revisão

do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente da Mesa.

Colegas Deputados e Deputadas, estamos chegando ao final do ano, e cada um fez a sua parte em defesa da vida. Depois que veio esse vírus do demônio - eu o chamo assim -, nós passamos a discutir: de um lado, um grupo querendo vacina; de outro, um grupo, em que me incluo, querendo remédio e vacina segura. Eu defendi o tempo todo a imunidade, o autocuidado. O próprio Presidente da República, Jair Bolsonaro, também defendeu a vida o tempo todo dizendo que a economia tinha que ser preservada e que nós tínhamos que encontrar remédios para essa doença e também uma vacina segura.

Na verdade, todos nós - Governo, Oposição, demais partidos, inclusive o Partido Liberal - trabalhamos pela vida. Não há nenhum suicida, não há ninguém que queira outra coisa senão defender a vida do cidadão brasileiro. Talvez alguns façam de um jeito e outros façam de outro jeito, mas a verdade é uma só: quem ganha a eleição tem que governar, quem ganha a eleição tem que imprimir o seu ritmo no Governo.

Eu saio deste ano um pouco frustrado, porque imaginava que, na medida em que ganhou um Presidente liberal, nós teríamos o liberalismo sendo implantado no Brasil. Eu sou do Partido Liberal, sou Presidente do Partido Liberal no Rio Grande do Sul. O liberalismo é o direito natural à vida, à liberdade e à propriedade. Os direitos sagrados do cidadão são estes: os direitos naturais da vida, o liberalismo econômico, o Estado regulador e não o Estado gestor, o Estado regulador por si mesmo, o Estado que faz gestão na economia, o Estado que tem a mão invisível, o Estado que não se transforma no ser maior, no elefante que amassa as vontades e as liberdades das pessoas. Esse é o país que eu imagino, é o país que ganhou a eleição há 2 anos.

As privatizações não andaram. Nós não tivemos apoio dentro do Congresso. O serviço público continuou com as mesmas ineficiências e com as mesmas dificuldades de sempre. Precisamos reduzir o máximo o Estado ineficiente. Precisamos reduzir o máximo o Estado que interfere na economia. Precisamos ter menos Estado, porque o Estado é amarrado, o Estado é demorado, o Estado é muitas vezes incompetente.

Precisamos caminhar para o empreendedorismo, para as parcerias público-privadas, para a livre iniciativa, para o empreendedorismo tão salutar para a liberdade das pessoas, tão importante para motivar os nossos jovens, que infelizmente, por muitos e muitos anos, foram incentivados - inclusive, eu escrevi um livro sobre isso -, nos seus objetivos de vida, na grande maioria, a estudar para fazer um concurso público. Nós precisamos ensinar os jovens a serem empreendedores,

para terem mais motivação, porque a liberdade é muito mais importante do que qualquer outra coisa nessa vida.

Eu termino o ano um pouco frustrado em relação a isso, porque nós não avançamos nas reformas muito importantes para o País, como a reforma administrativa, para discutir a questão da estabilidade no emprego, para que o Estado possa demitir funcionários incompetentes, funcionários que desviam dinheiro público. Hoje é muito branda a lei nessa área. Nós precisamos valorizar, sim, o funcionário que trabalha, o cidadão que cumpre a missão, o cidadão que valoriza o seu concurso público.

A reforma tributária que está tramitando na Câmara, infelizmente, pode aumentar ainda mais os impostos. Se não houver a reforma administrativa primeiro, nós não teremos como diminuir impostos e teremos que aumentar os impostos.

Não aprovamos a Lei do Extrateto e temos ainda no Brasil funcionários públicos que ganham 100 mil, 120 mil, 150 mil reais por mês.

Eu bati nisso sozinho durante o ano todo, para que fosse votado o projeto de lei que está dormindo em berço esplêndido na Presidência da Câmara. O projeto do extrateto realmente pode economizar milhões para o Brasil. Não é merecido que uma pessoa ganhe 150 mil reais por mês. Há hoje no Brasil mais de 5 mil pessoas que ganham mais do que 50 mil reais por mês, e o teto que está na Constituição é o salário dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

As empresas públicas que não dão resultado precisam ser privatizadas. É preciso encontrar outro caminho. O grande caminho para as nossas escolas e para a educação brasileira é ensinar aos nossos jovens que o empreendedorismo é o que dá sentido à vida, é o que dá sentido à sua emoção. Crescer, cair e se levantar faz parte da vida. Não teremos lugar para que todos façam concurso público e fiquem pelo resto da vida com emprego garantido. Nós precisamos correr mais riscos na vida. Que graça tem viver e saber tudo o que vai acontecer amanhã? O segredo da vida é caminhar rumo ao desconhecido, rumo à criatividade, rumo ao empreendedorismo.

Este é o liberalismo que eu defendo, ou seja, que respeita a liberdade, mas valoriza aqueles que menos têm, com o Bolsa Família, com o auxílio emergencial, com a comida, para que aqueles que estão por baixo possam se levantar e não fiquem a vida inteira no Bolsa Família, não fiquem a vida inteira pequenos, pois um dia podem ser grandes através do seu trabalho, através da sua luta, e não através do "apoio", entre aspas, do Estado brasileiro, o Estado protetor, o Estado que, na realidade, acaba não protegendo nada.

Por exemplo, na área da saúde, defende-se tanto o SUS. Eu sou defensor do SUS. Mas o que o cidadão tem que fazer? Pagar um serviço particular ou, às vezes, pagar, mesmo pelo SUS, alguma coisa por fora para poder ser atendido.

Por isso, encerro dizendo que terminamos o ano um pouco frustrados, porque o liberalismo ainda precisa ocupar espaço dentro do Congresso Nacional e melhorar dentro do Governo, para que realmente nós possamos saber se é bom ou se é ruim, porque o passado já sabemos que não deu certo.

Agora vamos pensar no futuro. E o futuro a Deus pertence. Nós temos a responsabilidade de construir esse novo futuro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 486/513

| | | |
|---|--|------------------------|
| 140.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/12/2020- CD 20:12 | |
| Publ.: DCD - 23/12/2020 - PAULO GANIME-NOVO -RJ | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Apelo à Presidência de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, a respeito dos direitos dos trabalhadores em empresas de aplicativos, lotados no setor de entrega de mercadorias e alimentos, durante o estado de calamidade pública decorrente da epidemia de coronavírus.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

É uma pena isso que está acontecendo. Desde o início, quando o PL 1.665/20 foi colocado com requerimento de urgência na pauta, o Presidente Rodrigo Maia falou que esse tema do projeto não seria votado em menos de 1 mês - já passou 1 mês, isso ele cumpriu - e que entraríamos em acordo para votação. O Relator, o Deputado Fábio Trad, me procurou, com todo o respeito, e me passou o relatório; eu apresentei a ele várias sugestões; e, não por culpa dele, nós não tivemos tempo depois disso, inclusive porque ele ficou acometido da COVID, para que retornasse ou não as sugestões desse projeto.

Esse é um projeto muito caro, muito sensível para as pautas que nós defendemos. Também é um projeto que vai no sentido contrário e que vai criar vários problemas para aqueles que querem empreender e

investir. Na semana passada nós aprovamos o marco legal das *startups*, para avançar no sentido de dar mais flexibilidade, melhorar, incentivar o Brasil a ter *startups*, e agora nós vamos votar um projeto que coloca em risco toda a segurança jurídica desse mercado importantíssimo, do qual o Brasil tem tudo para ser líder, ou um dos líderes, no futuro. Então, é muito lamentável que ele seja votado a toque de caixa, no final de uma sessão, no final de um ano legislativo.

Portanto, reforço meu pedido ao Presidente Rodrigo Maia e também a V.Exa., que preside esta sessão, para que esse projeto não seja votado no dia de hoje.

Diferente daquilo que é o mérito do projeto - inclusive respeito os partidos e os Deputados que o apresentaram -, ele vai no sentido contrário, gerando não só mais insegurança jurídica para quem quer investir, para as empresas que querem gerar trabalho, mas também para aqueles que trabalham nesse setor. Vamos justamente colocar em risco o trabalho de milhares de trabalhadores desse setor. Por conta desse projeto, da insegurança que estaremos gerando daqui para frente, possibilitando que outros projetos no mesmo sentido sejam apresentados, inclusive a judicialização por parte desses trabalhadores, vamos colocar em risco todo um setor, toda uma atividade, que pode ser a solução, não só para o enfrentamento dessa crise econômica, mas também para o futuro do trabalho, do emprego, no nosso País e no mundo todo.

Mais uma vez, quero dizer que não foi respeitado aquilo que havia sido acordado com o Presidente Rodrigo Maia. Em relação ao mês, ele respeitou; mas em relação ao texto final, não se respeitou a plena discussão com o Relator. E também não é culpa do Relator, que me procurou.

Deixo aqui registrado meu protesto e peço, mais uma vez, que esse projeto seja retirado de pauta.

Obrigado, Presidente.

Documento 487/513

| | | |
|---|--|------------------------|
| 140.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/12/2020- CD | 20:16 |
| Publ.: DCD - 23/12/2020 - SÂMIA BOMFIM-PSOL -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Defesa de cumprimento do acordo proposto pelo Presidente Rodrigo Maia para

a votação do Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, a respeito dos direitos dos trabalhadores em empresas de aplicativos, lotados no setor de entrega de mercadorias e alimentos, durante o estado de calamidade pública decorrente da epidemia de coronavírus.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Deputada Erika.

Bem rapidamente, há poucos minutos, o Presidente Rodrigo Maia propôs que nós do PSOL, assim como os demais partidos de oposição, retirássemos a obstrução em troca de votarmos o PL 1.665. Esse acordo foi feito de maneira pública. Nenhum dos Líderes contestou publicamente esse acordo que foi selado. Inclusive, como o próprio Deputado Paulo Ganime colocou, esse projeto tem sido debatido há muitos meses. O Relator Fábio Trad acolheu uma série de demandas que o Deputado Ivan Valente e o conjunto da nossa bancada e dos entregadores de aplicativos propuseram. Foi um projeto muito bem construído, debatido. Houve uma audiência pública presencial inédita na Câmara dos Deputados. Esse projeto está na boca do povo há muito tempo, afinal de contas, aconteceram duas grandes manifestações ao longo do ano de 2020 que publicizaram a situação bastante precária desses trabalhadores.

O acordo feito é que possamos votar a matéria e deixar os destaques para o ano que vem, ou seja, se o Deputado Ganime ou qualquer outro Líder tem alguma questão sobre o texto que está sendo proposto, eles podem apresentar em outro momento. O que não podemos admitir é que um acordo que foi feito publicamente, proposto pelo Presidente Rodrigo Maia, e que foi cumprido da nossa parte seja desfeito simplesmente porque o Deputado Ganime está insatisfeito com o mérito do projeto. Ele tem todo o direito de ser contrário ao mérito. Eu estou do lado dos empregadores, ele prefere estar do lado das empresas de aplicativo. É uma escolha política, não tem problema nenhum. Mas ele que manifeste o seu voto contrário.

Agora, o que não se pode é, aos 45 minutos do segundo tempo, porque ele é contrário ao projeto, desfazer o acordo que, da nossa parte e da parte de todos os outros partidos, está sendo cumprido. Isso nós não vamos admitir.

Por isso, vamos, sim, votar o PL 1.665. O Partido Novo que registre o seu voto contrário e, ano que vem, apresente os destaques que forem necessários. Mas nós vamos até o fim para cumprir o acordo. Aqui nós temos palavra na condução da matéria, na condução da sessão. E é muito importante que todos os partidos também tenham. Não vamos admitir nenhuma manobra.

Obrigada, Presidente.

Documento 488/513

| | | |
|---|--|------------------------|
| 140.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/12/2020- CD 20:20 | |
| Publ.: DCD - 23/12/2020 - PAULO GANIME-NOVO -RJ | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Não participação do partido Novo em acordo para a votação do Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, a respeito dos direitos dos trabalhadores em empresas de aplicativos, lotados no setor de entrega de mercadorias e alimentos, durante o estado de calamidade pública decorrente da epidemia de coronavírus.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a manobra não é por parte do Partido Novo. Nós nos manifestamos no momento, sim, e não aceitamos o acordo.

Então, não há manobra alguma. E quem quer colocar matéria na pauta aos 45 segundos do segundo tempo não é o Partido Novo. A matéria não estava na pauta de hoje e não foi acordado votá-la hoje.

O acordo foi que nós debateríamos esse mérito com o NOVO, o que não foi debatido. O Deputado Fábio Trad, Relator, procurou-me, e eu lhe passei as sugestões. Porém, não tive nem retorno. Esse era o acordo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. DEM - PB) - Perfeito, Deputado.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ) - O NOVO não aceitou o acordo de hoje, e nós nos manifestamos no momento correto.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. DEM - PB) - Entendemos.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP) - O Deputado sabe muito bem que acordos são feitos ao longo da sessão. Vários deles foram feitos ao longo desta semana. Esse é mais um deles, Deputado.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ) - Ao longo da sessão, eu me manifestei e disse que não concordava com o acordo.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP) - Eu não entendo por que só nesse projeto V.Exa. se levanta para contestar o acordo que já foi feito

publicamente.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ) - O NOVO não fez acordo.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP) - Houve o momento para V.Exa. contestar. Se V.Exa. não contestou, paciência. Ótimo! Isso é contra, mas o acordo vai ser cumprido.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ) - O NOVO não fez acordo.

Documento 489/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 140.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/12/2020- CD | 20:20 |
| Publ.: DCD - 23/12/2020 - MARCEL VAN HATTEM-NOVO -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Não participação do partido Novo em acordo para a votação do Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, a respeito dos direitos dos trabalhadores em empresas de aplicativos, lotados no setor de entrega de mercadorias e alimentos, durante o estado de calamidade pública decorrente da epidemia de coronavírus.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, esse projeto não está nem no sistema para podermos nos inscrever para a discussão. A situação é tão absurda e tão lamentável que eu, como Deputado Federal, não consigo entrar no sistema Infoleg para discutir o projeto.

Não houve acordo. É mentira que houve acordo! Qualquer menção à palavra "acordo" não condiz com a realidade, Sr. Presidente, porque o NOVO não fez acordo nem para mérito nem para coisa nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. DEM - PB) - Perfeitamente! O projeto não está no sistema ainda.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - E não deveria estar na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. DEM - PB) - Concordando com a palavra de V.Exa. Até que o projeto entre no sistema, nós vamos dar sequência à fala de Líder, que está com a Deputada Erika Kokay, da Oposição.

Acolhendo o seu pedido, Deputado Marcel, vamos aguardar que o

projeto entre no sistema para podermos...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Mesmo assim, Presidente! Não houve acordo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. DEM - PB) - E sem acordo...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Não houve acordo para esse projeto, e ele está na pauta.

Documento 490/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 140.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/12/2020- CD 20:20 | |
| Publ.: DCD - 23/12/2020 - BENEDITA DA SILVA-PT -RJ | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Votos de condolências aos familiares das vítimas da Covid-19. Importância da vacinação do povo brasileiro contra a doença. Congratulações ao jornal Folha de S.Paulo pela reportagem Negros estão na faculdade e não (só) para fazer faxina. Transcurso do Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e do Dia Nacional da Consciência Negra. Desafios impostos ao País pela epidemia de coronavírus. Elevação das taxas de homicídio e de desemprego entre os jovens negros brasileiros.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos hoje no final da última sessão do ano. E é importante ressaltar que esta Casa, mesmo de forma remota, trabalhou, e trabalhou muito. O povo brasileiro está atento às nossas votações e ao que nós defendemos.

Eu não poderia deixar de me solidarizar e de dar as condolências aos milhares de famílias que estão de luto pela COVID-19, porque perderam seus entes. E eu me incluo nisso.

Este momento de Natal, de nascimento e de renascimento, também é o momento de ajudar a acabar com o sofrimento deste povo, desta Nação.

Ter a vacina como um antídoto é muito importante. Se ela vai ou não surtir os efeitos que nós queremos, isso veremos. Se assim não fosse, outras doenças não teriam sido curadas, se não ousássemos usar vacinas, com toda a segurança. Isso porque os dados de nossos cientistas e pesquisadores podem perfeitamente garantir que o povo

brasileiro tome as vacinas.

Mas não é só disso que eu quero falar, Sr. Presidente. Quero falar também sobre a matéria da *Folha de S.Paulo*, em sua retrospectiva da década, intitulada: *Negros estão na faculdade, e não (só) para fazer faxina*. Eu quero parabenizar aqui o jornal *Folha de S.Paulo*, porque penso que nós temos que enegrecer esse debate da questão do racismo estrutural.

O jornal faz, com muita propriedade, toda uma retrospectiva dos avanços adquiridos por essa população, oriundos dos movimentos negros, oriundos de todos os movimentos daqueles que são contra o racismo, oriundos de atos de gestores públicos que se acostumaram a executar ações afirmativas, ações de políticas de cotas, ações que inserem negros, negras e pardos deste País nos espaços expressamente necessários a sua visibilidade e coisas como tais.

Esqueceu-se de dizer o papel do PT nesta década. Quem estava na década era o Partido dos Trabalhadores, que colocou os negros na faculdade. De 2010 a 2020, houve o direito ao conhecimento, ao ensino superior, coisa que não havia. As cotas foram importantes. Mudamos a cor da nossa universidade. Colocamos a cor do Brasil nas universidades, com as ações afirmativas para índios, para negros e negras, para outros movimentos, para quilombolas, jovens, mulheres negras e outros segmentos da sociedade brasileira.

Cito ainda o Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra no Brasil, colocando Zumbi dos Palmares como líder brasileiro, e não apenas um líder dos negros e das negras.

É importante ressaltar que eles disseram que foi a década do protagonismo das mulheres negras. Não foi a década do protagonismo das mulheres negras, não, foi o Partido dos Trabalhadores junto com o protagonismo das mulheres negras, neste momento e nessas datas.

Por isso, fica aqui o meu registro.

Vou concluir dizendo que ainda temos desafios, como a pandemia, que atingiu consideravelmente essa população, e os homicídios, cuja taxa aumentou 11,5%. As crianças negras têm 25% mais chance de morrer - de 0 e 19 anos, há muitas mortes violentas. Os subempregados, os desempregados, todos eles estão e são negros.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

CD

20:36

Publ.: DCD - 23/12/2020 - AFONSO FLORENCE-PT -BA

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Existência de acordo para a votação do Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, a respeito dos direitos dos trabalhadores em empresas de aplicativos, lotados no setor de entrega de mercadorias e alimentos, durante o estado de calamidade pública decorrente da epidemia de coronavírus.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Só quero registrar, Presidente, que eu testemunhei aqui um acordo segundo o qual as obstruções e as oposições ao mérito ficariam registradas, e os projetos seriam votados. Estou dando esse testemunho porque eu participei do apelo feito ao Presidente Rodrigo Maia.

A Deputada Fernanda Melchionna entrou ao vivo e retirou a obstrução a todos os projetos, porque o Presidente Rodrigo Maia se comprometeu a conduzir da mesma forma que conduziu a apreciação dos projetos que já foram votados. S.Exa. disse textualmente - e deve constar das notas taquigráficas - que votaria o mérito do PL 1.665/20, ficando os destaques para momento posterior.

Tenho o dever de ofício de fazer este registro.

Obrigado, Presidente.

Documento 492/513

140.2020

Sessão Deliberativa Extraordinária -22/12/2020-
CD 20:52

Publ.: DCD - 23/12/2020 - MARCEL VAN HATTEM-NOVO -RS

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO
DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 7.843, de 2017, acerca dos princípios, regras e instrumentos para o governo digital e a eficiência pública; e da alteração das Leis de nºs 7.116, de 1983; 13.460, de 2017; 12.682, de 2012, e 12.527, de 2011. Posicionamento do partido Novo contrário à votação do Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, a respeito dos direitos dos trabalhadores em empresas de aplicativos, lotados no setor de entrega de mercadorias e alimentos, durante o estado de calamidade pública decorrente da epidemia de coronavírus.



O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, quero saudar, em primeiro lugar, tanto o autor do projeto, Deputado Alessandro Molon, como o Relator, Deputado Felipe Rigoni, e também os coautores da proposição, entre os quais, o Deputado que me sucederá na fala, o Deputado Tiago Mitraud, porque este projeto que trata de GovTech é fundamental para que tenhamos uma maior digitalização no nosso serviço público, seja na União, seja nos Estados, seja nos Municípios.

Traçar diretrizes para que de fato haja uma modernização maior da máquina pública é fundamental, e é para isso também que serve esta Casa Legislativa. E é por isso, Sr. Presidente e caros colegas Deputados, que eu não entendo como nós, de um lado, para o serviço público, estamos legislando, ampliando as possibilidades de modernização, por meio de um projeto como este, de GovTech, e, por outro lado, discutimos a possibilidade de colocar em pauta um projeto de lei, para o qual o NOVO não deu acordo, que vai acabar com o serviço de aplicativos no Brasil. É isso que o Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, vai fazer.

Ou seja, de um lado, há um amplo consenso de que a máquina pública precisa se modernizar, precisa se digitalizar, e, de outro lado, para a iniciativa privada, está sendo proposta uma penalização, por meio de um projeto que não estava em pauta, embora estejamos vendo na iniciativa privada uma revolução que os aplicativos estão trazendo.

Por isso, Sr. Presidente, a nossa revolta quando vimos que, mesmo sem o acordo do NOVO, este projeto veio à pauta. Nada contra a condição de V.Exa. Aliás, V.Exa. está aqui devido à ausência do Presidente Rodrigo Maia, que fez esse acordo com o PSOL, mas não chamou o NOVO, e, agora, sai da presidência dos trabalhos, deixando V.Exa. com esse dilema, com esse problema para resolver.

Se nós formos seguir aquilo que diz o bom senso e que tem sido seguido em todas as sessões realizadas durante este período de pandemia - e, aliás, desde o início do nosso mandato -, não há possibilidade de discutir e aprovar um projeto de lei, mesmo no mérito, cujo relatório não está disponível no sistema com as necessárias 24 horas de antecedência. Tem sido essa a regra nesta Casa, respeitada por todos, Deputado Elias. Nós precisamos respeitar o que é costume!

Quero dizer que sou totalmente favorável, Deputado Evair, ao projeto sobre o GovTech. Vamos aprová-lo, vamos discuti-lo, vamos discutir outros projetos bons para o País. E este projeto sobre o aplicativo, se for para ser pautado, que seja depois de vermos o seu relatório, depois de sabermos o que exatamente está proposto. Até este momento, até o momento em que subi a esta tribuna, nem no Infoleg estava disponível

o Projeto de Lei nº 1.665 para que eu pudesse me inscrever para discuti-lo. Como é que vamos votar o mérito do projeto nesta noite?

As disputas políticas com vistas à Presidência desta Casa, perdoem-me a franqueza, não podem ser maiores do que o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. DEM - PB) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Não podem elas ser maiores do que o Brasil e levar a uma votação e uma discussão à margem da responsabilidade! Nós precisamos ser responsáveis aqui.

Por isso, o NOVO é favorável ao GovTech e contra a inclusão não só deste projeto sobre aplicativos, mas contra a inclusão na pauta de qualquer projeto cujo relatório não esteja divulgado 24 horas antes, como tem sido a praxe.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 493/513

| | |
|--|--|
| 140.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/12/2020- CD 21:04 |
| Publ.: DCD - 23/12/2020 - JOICE HASSELMANN-PSL -SP | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA |
| | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Contentamento com a aprovação do Projeto de Lei nº 5.029, de 2020, acerca do aumento da participação da União no Fundo Garantidor de Operações - FGO, com vista à concessão de garantias no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - PRONAMPE. Regozijo com a união partidária em prol da aprovação da propositura. Apelo ao Presidente da República por imediata sanção da matéria. Vinculação entre a aprovação de proposições pela Casa e a queda do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro abaixo das previsões do mercado. Aprovação, pela Câmara dos Deputados, de relevantes matérias em meio à epidemia de coronavírus. Apresentação de projetos de lei destinados ao combate à corrupção e ao enfrentamento da crise gerada pela Covid-19. Apresentação de proposta de emenda à Constituição, a chamada PEC Aras, sobre o estabelecimento do mandato de quatro anos para o Procurador-Geral da República com a vedação da recondução ao cargo. Rejeição da emenda em benefício das escolas comunitárias, apresentada pela oradora ao Projeto de Lei nº 4.372, de 2020, sobre a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Empenho da bancada feminina na revisão da Lei Maria da Penha, destinada ao

combate à violência doméstica contra as mulheres. Desinteresse do Governo Jair Bolsonaro na realização das reformas administrativa e tributária.

A SRA. JOICE HASSELMANN (Bloco/PSL - SP. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas Deputados, eu confesso que, sendo esta a última sessão do ano, é uma sessão que me traz muita felicidade, porque finalmente acabamos de aprovar o PRONAMPE, ou a terceira fase desse projeto de crédito que vai destinar mais 10 bilhões de reais, além dos 32 bilhões de reais que já destinou, para salvar pequenos negócios no Brasil, responsáveis por mais da metade dos empregos formais e, obviamente, para salvar esses empregos.

E eu não estou registrando essa felicidade, essa alegria, como Parlamentar, apenas pela aprovação desse projeto, mas sim pela união desta Casa. Se os senhores olharem o painel, do PT ao NOVO, ou melhor, do PSOL ao NOVO, do PT ao PSL - acho que fica mais equilibrado assim, não é Deputado Molon? -, todos nós dissemos "sim" a esse projeto. Passamos pelo centro e fomos para os dois lados mais ideológicos desta Casa, e todos nós dissemos "sim" a esse projeto. Então, de antemão, eu agradeço a cada um dos Líderes. Fiz questão de conversar com todos, e a palavra foi cumprida agora. Demorou um pouquinho, porque na semana passada houve um entrevero por conta da eleição da Mesa, o que acabou atrasando um pouquinho a aprovação do PRONAMPE, mas foi o próprio grupo que compõe a base do Governo que fez isso.

Eu registro esse momento porque nós mostramos aqui que é possível fazer política desse jeito, que é possível fazer política de forma diferente, que é possível fazer política de forma madura, conversando, dialogando, colocando as pautas que fazem bem para o nosso País à frente de qualquer processo ideológico.

Vejam, eu registro mais uma vez que o PRONAMPE foi aprovado hoje, e o atraso aconteceu porque houve uma confusão dentro da base do próprio Governo. E esse é um projeto que trata de dinheiro já está disponível. São 10 bilhões de reais que vêm de outro programa de crédito que não teve o sucesso que teve o PRONAMPE. É um dinheiro que está parado. E, se não for usado até o dia 31 de dezembro deste ano, ele se perde, pelo menos para esse fim.

Aqui nós conversamos e aqui nós acordamos. Cabe agora ao Sr. Presidente da República sancionar imediatamente a matéria, e eu apelo para que ele o faça.

Sr. Presidente da República, em que pese às diferenças que tenho com o senhor, pela postura inadequada, pela postura agressiva, pela



postura desleal que o senhor tem com aqueles que o apoiaram, por tantas traições às pautas que nos trouxeram até aqui, em 2018, pautas que nos colocaram aqui Parlamento e que colocaram o senhor na Presidência da República; em que pese a todas as facadas nas costas dos seus aliados de primeira hora que foram dadas pelo senhor e pelo seu grupo; em que pese às traições envolvendo pautas tão importantes e tão caras para o povo, como o combate à corrupção, como o fim do "toma lá, dá cá", como indicações técnicas e decentes para o Supremo e para a PGR; em que pese a todas essas diferenças que nos afastaram, porque eu me mantenho exatamente no mesmo lugar, defendendo a agenda anticorrupção, sim; defendendo o fim do foro privilegiado, sim; defendendo a prisão em segunda instância, sim...

De tudo isso o senhor abriu mão. Bastou chegar ao poder, sentir o gostinho do poder e o calor de uma eventual visita da Polícia Federal à casa do seu filho que o senhor rasgou todas as pautas. Mas, em que pese a tudo isso, Presidente, eu faço um apelo para que o senhor desta vez pense, e rapidamente, nos empregos, nos negócios, na economia.

As matérias aprovadas nesta Casa fizeram com que a retração do PIB fosse de menos da metade daquilo que era a expectativa negativa por conta da pandemia. Havia uma expectativa de queda de até 10% do PIB, uma desgraça. Nós conseguimos aprovar aqui nesta Casa projetos importantes de crédito e medidas importantes que seguraram, pelo menos dentro do possível, uma retração maior na economia. Então, Presidente, em que pese a todas as nossas diferenças, de um jeito muito maduro, eu peço, eu faço um apelo para que o senhor sancione amanhã, logo cedo, o texto aprovado aqui.

Eu não fiz alterações no texto justamente para que não houvesse a possibilidade de voltar para o Senado, tamanha a preocupação que todos nós temos. Federações da indústria, federações do comércio, federações dos serviços, associações ligadas a essas entidades, todos aguardam ansiosamente a possibilidade de ter acesso ao crédito que tem juro real de 1,25% ao ano. E a melhor maneira de ajudarmos no processo econômico é manter empresas abertas e salvar empregos.

Presidente, eu sei que eu falo aqui também pelo Senador Jorginho, que foi o pai, digamos assim, do PRONAMPE no Senado, e que sei que também está pressionando para que a sanção aconteça.

Espero que, com a sua caneta, o Presidente possa consertar o atraso que a sua própria base criou aqui nesta Casa, para que, a partir de amanhã, as pessoas que já estão na fila dos bancos públicos, aguardando o empréstimo, possam ter acesso a esse dinheiro.

Eu finalizo, Sr. Presidente, claro, lamentando pelo ano terrível que nós



passamos, porque foi um ano em que muitos de nós perdemos entes queridos e enfrentamos essa doença terrível. Eu mesma peguei a COVID-19 e senti na pele que não é uma gripezinha. Mas, mesmo neste ano terrível, nós pudemos avançar muito e pudemos mostrar que, através de um celular, todos nós continuamos trabalhando - e vejam que este plenário está vazio. O quórum nas votações sempre esteve acima de 500 Parlamentares. Nós aprovamos aqui a PEC do Orçamento de Guerra, o FUNDEB, o auxílio emergencial e tantos outros projetos de crédito, como esse do PRONAMPE, e mostramos que, de novo, em que pese às confusões políticas que temos que enfrentar, muitas vezes, entre este prédio e o prédio do outro lado da rua, pela sucessão de besteiras, de provocações e de erros que comete o nosso Presidente, lamentavelmente, nós conseguimos avançar. Mas há muito mais a se fazer.

Eu apresentei, desde que assumi o mandato, 159 propostas, 159 projetos de lei. Entre as proposições que apresentei, há um grande pacote de medidas envolvendo o combate à corrupção e outro envolvendo medidas essenciais para o enfrentamento desta crise. Apresentei também a PEC Aras - e ainda dá tempo, senhores.

O que é esta PEC batizada de PEC Aras? Minha gente, o cargo de Procurador-Geral da República não pode ser usado como puxadinho ou moeda de troca do Presidente da República. Pessoas que estão, por exemplo, na Procuradoria-Geral da República não podem simplesmente atravessar uma rua a mando do Presidente da República e assumir uma vaga no Supremo. Os Ministros do Supremo não podem ter um cargo *ad aeternum*. É preciso que haja mandato.

Tantas propostas sobre as quais já há discussões nesta Casa, tanto aqui quanto no Senado, não vão sair do papel, não vão virar uma lei de fato, se nós não nos unirmos como nos unimos neste tempo de pandemia, como nos unimos pela economia.

Outros assuntos importantes devem voltar logo no começo do ano que vem, como a emenda do FUNDEB para as escolas comunitárias. Essa emenda foi rejeitada aqui porque houve outros penduricalhos colocados no meio do texto, mas eu vou trazer um projeto. Uma frente parlamentar já está sendo criada, e eu vou trazer um projeto aqui, logo no começo do ano, para que possamos corrigir o erro que foi feito nesta Casa.

Nós da bancada feminina trabalhamos incansavelmente pela modificação da Lei Maria da Penha. Apresentei texto neste sentido e fui coautora de projetos com caminhos semelhantes a esse.

Acredito que nós perdemos um pouco o bonde da reforma administrativa e da reforma tributária. Vou dizer por quê: o Governo

não quis a aprovação nem de uma, nem de outra. Como Líder do Governo no ano passado, eu disse ao Presidente da República, olhando nos olhos dele, e ao Ministro Paulo Guedes que o momento da aprovação dessas reformas era na sequência da reforma da Previdência. Seria o ano das reformas: aprova-se uma, aprovam-se duas, aprovam-se três - primeiro, a reforma previdenciária; depois, a administrativa; em seguida, a tributária. Infelizmente, o Governo sentou em cima delas, e nós sabíamos que este ano, um ano eleitoral, pouco poderia ser feito em relação a isso.

Lamento que nós não tenhamos avançado em relação a esses textos. Talvez, se todos nós olharmos com bastante responsabilidade, em especial este Governo, nós possamos abrir o ano que vem com uma boa reforma administrativa - não esse arremedo que foi colocado, mas uma boa reforma administrativa. Já me coloquei, inclusive, à disposição do atual Presidente da Casa para relatar o projeto. Será outro no ano que vem, mas este ano eu me coloquei como nome para relatar a reforma, porque este é um assunto em que pouca gente quer mexer, como um vespeiro. Pouca gente quer colocar a mão numa reforma administrativa.

Mas encerramos o ano entregando boas pautas para o Brasil. Agradeço a confiança de cada um de V.Exas., a parceria de cada um dos Líderes, a parceria do Presidente desta Casa, a parceria do meu partido e a parceria até da Oposição nos temas relevantes que aprovamos aqui.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 494/513

| | | | |
|----------------------------|-------------------------------|---------------------------------------|----|
| 140.2020 | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa 22/12/2020-21:24 | |
| Publ.: DCD 23/12/2020 - | MARCEL VAN HATTEM-NOVO -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO | DE |

Sumário

Encaminhamento da votação do Projeto de Lei nº 7.843, de 2017, acerca dos princípios, regras e instrumentos para o governo digital e a eficiência pública; e da alteração das Leis de nºs 7.116, de 1983; 13.460, de 2017; 12.682, de 2012, e 12.527, de 2011. Congratulações ao Deputado General Paternelli pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.422, de 2019, referente à adoção do número único para os documentos especificados, e a declaração do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como documento único para identificação do cidadão nos bancos

de dados de serviços públicos. Reiteração do discurso do partido Novo contrário à votação do Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, a respeito dos direitos dos trabalhadores em empresas de aplicativos, lotados no setor de entrega de mercadorias e alimentos, durante o estado de calamidade pública decorrente da epidemia de coronavírus.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.)
- Da mesma forma que o nosso colega Deputado Tiago Mitraud, eu vou encaminhar favoravelmente a este projeto do GovTech, obviamente. Lembro que o que queremos é que o poder público seja tão ágil quanto a iniciativa privada, e muitas vezes isso não acontece, Deputado General Peternelli.

Aliás, parabéns a V.Exa. pelo projeto que foi aprovado hoje que versa sobre o documento único. É importantíssimo que exista uma integração maior no País. É absurdo que hoje existam 27 RGs no Brasil, que o mesmo cidadão possa andar com 27 números de RG. Para quem não sabe, isso é possível. Quem mais sabe que isso é possível é o bandido, é o ladrão, é aquele que não quer ser encontrado. Por isso, é preciso estabelecer uma digitalização maior, uma conexão maior. E esse projeto de GovTech ajuda nisso e na transparência.

Quero mais uma vez dizer que não seria necessário todo esse tempo de encaminhamento de nossa parte. No fundo, isso também acaba sendo uma estratégia de obstrução contra o acordo que foi feito com o PSOL, do qual o NOVO não participou, para se pautar um projeto que vai arrebentar com os aplicativos.

Não é demais lembrar que, há poucos dias, havia a previsão de se pautar aqui à noite o projeto do Marco Legal das Startups, relatado pelo Deputado Vinicius Poit. Quem criou problema foi o PSOL, que só quis obstruir por obstruir, sem sugerir nada. O que foi sugerido foi aceito, e mesmo assim não quiseram que o projeto fosse pautado. Por conta disso, ele foi aprovado só na sessão seguinte. Além do mais, eles agora querem destruir os aplicativos, com o Projeto de Lei nº 1.665, querem atrasar a iniciativa privada.

Enquanto estamos aqui, de um lado, trabalhando para aprovar um projeto para modernizar o setor público, o PSOL parece querer que vigore mais uma vez o pacto pela mediocridade, quer fazer com que o setor público encoste mais no privado e puxar o privado para baixo, para todo o mundo ficar no mesmo nível. É isso que, lamentavelmente, nós vemos acontecer muitas vezes. É preciso estimular a competição, é preciso estimular as novas tecnologias, e não fazer o que lamentavelmente está sendo feito.

Eu lamento, Sr. Presidente, que nesta sessão de hoje à noite dois

pesos e duas medidas estejam sendo usados. Há pouco, a Líder do PCdoB disse que não dava acordo para este projeto, e por causa do PCdoB, que tem apenas dois Deputados a mais do que o NOVO - corrija-me, Deputado Paulo Ganime -, este projeto do GovTech poderia ter sido retirado de pauta. Já o NOVO, que tem oito Deputados e que tem Liderança nesta Casa, tem dito reiteradamente que não deu acordo para o PL 1.665, que não tem relatório publicado há pelo menos 24 horas, e mesmo assim insistem em pautar o projeto.

Somos contra o PL 1.665.

Encaminho favoravelmente ao projeto do GovTech.

Documento 495/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 140.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/12/2020- CD | 21:32 |
| Publ.: DCD - 23/12/2020 - GIOVANI CHERINI-PL -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global, oferecida pelo Relator da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania ao Projeto de Lei nº 7.843, de 2017, acerca dos princípios, regras e instrumentos para o governo digital e a eficiência pública; e da alteração das Leis de nºs 7.116, de 1983; 13.460, de 2017; 12.682, de 2012, e 12.527, de 2011, ressalvados os destaques. Contrariedade à votação do Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, a respeito dos direitos dos trabalhadores em empresas de aplicativos, lotados no setor de entrega de mercadorias e alimentos, durante o estado de calamidade pública decorrente da epidemia de coronavírus.

O SR. GIOVANI CHERINI (Bloco/PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Deputado Efraim Filho, nós somos favoráveis a esse projeto. O Partido Liberal concorda com a votação e vota "sim".

No entanto, Deputado Efraim, gostaríamos que V.Exa., que sempre cumpriu com seus deveres de Deputado Federal, desse a nós, na votação dos demais projetos, o mesmo tratamento que deu ao PCdoB: conceder algum tempo para o partido decidir. Isso foi muito justo, mas é preciso ser justo também com demais partidos.

Que nesta noite façamos a conclusão de todos os projetos, mas que haja acordo de 100% deste Plenário. Nós do PL queremos receber o mesmo tratamento que V.Exa. deu ao PCdoB.

Nós votamos "sim" a este projeto e nos declaramos contrários ao PL 1.665. Repito: somos contrários ao PL 1.665, Sr. Presidente.

Documento 496/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 140.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/12/2020- CD | 21:32 |
| Publ.: DCD - 23/12/2020 - ERIKA KOKAY-PT -DF | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global, oferecida pelo Relator da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania ao Projeto de Lei nº 7.843, de 2017, acerca dos princípios, regras e instrumentos para o governo digital e a eficiência pública; e da alteração das Leis de nºs 7.116, de 1983; 13.460, de 2017; 12.682, de 2012, e 12.527, de 2011, ressalvados os destaques. Existência de acordo para a votação do Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, a respeito dos direitos dos trabalhadores em empresas de aplicativos, lotados no setor de entrega de mercadorias e alimentos, durante o estado de calamidade pública decorrente da epidemia de coronavírus.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nós somos favoráveis ao projeto que está em discussão, porque ele digitaliza, protege os dados e, portanto, facilita que tenhamos um sistema público que possa chegar mais perto de todas as pessoas, além de ajudar na transparência, protegendo os dados.

Mas eu queria aqui me referir, Sr. Presidente, a um acordo que foi claramente feito sem a oposição de ninguém, para que pudéssemos apreciar o PL 1.665, que é um projeto muito importante. Eu fico muito impressionada diante do fato de alguém achar que modernização é manter esse nível de violação de direitos a que os entregadores de aplicativos são submetidos: sem jornada, sem segurança, absolutamente desprotegidos frente a uma sanha de lucro muito intensa.

Quero dizer ainda, Presidente, que o parecer do Relator sobre esse mesmo projeto está, desde o dia 10, à disposição para apreciação.

Documento 497/513

| | | |
|----------|--|-------|
| 140.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/12/2020- CD | 21:36 |
|----------|--|-------|

Publ.: DCD - 23/12/2020 - EDUARDO CURY-PSDB -SP

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global, oferecida pelo Relator da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania ao Projeto de Lei nº 7.843, de 2017, acerca dos princípios, regras e instrumentos para o governo digital e a eficiência pública; e da alteração das Leis de nºs 7.116, de 1983; 13.460, de 2017; 12.682, de 2012, e 12.527, de 2011, ressalvados os destaques. Caráter temerário da votação do Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, sobre os direitos dos trabalhadores em empresas de aplicativos, lotados no setor de entrega de mercadorias e alimentos, durante o estado de calamidade pública decorrente da epidemia de coronavírus.

O SR. EDUARDO CURY (PSDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB, logicamente, vai encaminhar de forma favorável a esse projeto. Ele é extremamente importante. Trata-se de um avanço.

De vez em quando, nós andamos dois passos para trás, mas agora vamos dar um passo para frente. A modernização do setor público e a transparência são ações pró-cidadão, e nós temos sempre que forçar o setor público a se modernizar.

Eu quero, no entanto, trazer a preocupação do PSDB relativamente ao PL 1.665, que é um projeto polêmico. Neste final de ano em que nós estamos aqui com pautas mais consensuais - a grande preocupação dos brasileiros é o enfrentamento do coronavírus, e nós temos projetos para que a vacinação aconteça o mais rapidamente possível -, acho temerário votarmos projetos desse tipo, projetos que vão impactar a vida de milhares de trabalhadores e até prejudicá-los, tirando a liberdade de tomada de decisão de quem quer empreender, de quem quer trabalhar.

Nós vemos com enorme preocupação a votação do PL 1.665 no dia de hoje. Deixo esse alerta do PSDB.

Documento 498/513

140.2020

Sessão Deliberativa Extraordinária -22/12/2020-
CD 21:36

Publ.: DCD - 23/12/2020 - FRANCO CARTAFINA-PP -MG

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO



Sumário

Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global, oferecida pelo Relator da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania ao Projeto de Lei nº 7.843, de 2017, acerca dos princípios, regras e instrumentos para o governo digital e a eficiência pública; e da alteração das Leis de nºs 7.116, de 1983; 13.460, de 2017; 12.682, de 2012, e 12.527, de 2011, ressalvados os destaques. Necessidade de ajuste do Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, sobre os direitos dos trabalhadores em empresas de aplicativos, lotados no setor de entrega de mercadorias e alimentos, durante o estado de calamidade pública decorrente da epidemia de coronavírus. Pedido à Presidência de votação do Projeto de Lei nº 3.515, de 2015, sobre a alteração da Lei nº 8.078, de 1990, (Código de Defesa do Consumidor), e do art. 96 da Lei nº 10.741, de 2003, (Estatuto do Idoso), para aperfeiçoamento da disciplina do crédito ao consumidor; da prevenção e tratamento do superendividamento.

O SR. FRANCO CARTAFINA (Bloco/PP - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de orientar o voto "sim" pelo Progressistas. Entendemos a importância da matéria e o avanço que esse projeto traz.

Também quero deixar com V.Exa. a solicitação sobre que falamos na semana passada. O PL 1.665 ainda carece de um ajuste, mas, se esse for o entendimento da maioria, que ele seja colocado em apreciação. Porém, se não houver contexto para isso no Plenário, eu gostaria de sugerir que o senhor pautasse o PL 3.515, para que ele fosse próximo a ser votado, afinal, trata-se de um projeto que já foi exaustivamente discutido.

Penso que nós teremos uma votação rápida e objetiva em defesa da população que mais precisa, pois ela está superendividada.

Conto com a compreensão de V.Exa., que tem conduzido muito bem os trabalhos.

Obrigado.

Documento 499/513

| | | |
|--|------------------------------------|--------------|
| 140.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária | -22/12/2020- |
| | CD | 21:40 |
| Publ.: DCD - 23/12/2020 - TIAGO DIMAS-SOLIDARIEDAD -TO | | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global, oferecida pelo Relator da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania ao Projeto de Lei nº 7.843, de 2017, acerca dos princípios, regras e instrumentos para o governo digital e a eficiência pública; e da alteração das Leis de nºs 7.116, de 1983; 13.460, de 2017; 12.682, de 2012, e 12.527, de 2011, ressaltados os destaques. Defesa de adiamento da votação do Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, sobre os direitos dos trabalhadores em empresas de aplicativos, lotados no setor de entrega de mercadorias e alimentos, durante o estado de calamidade pública decorrente da epidemia de coronavírus. Defesa da votação do Projeto de Lei nº 3.515, de 2015, sobre a alteração da Lei nº 8.078, de 1990, (Código de Defesa do Consumidor), e do art. 96, da Lei nº 10.741, de 2003, (Estatuto do Idoso), para aperfeiçoamento da disciplina do crédito ao consumidor; da prevenção e tratamento do superendividamento; e do Projeto de Lei Complementar nº 266, de 2020, referente à alteração da Lei Complementar nº 173, de 2020, acerca da instituição do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus.

O SR. TIAGO DIMAS (Bloco/SOLIDARIEDADE - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Nobre Presidente Efraim, primeiro gostaria de manifestar a nossa posição favorável a esse projeto de lei do GovTech e saudar todos os autores e coautores.

Gostaria também de manifestar nossa preocupação com o PL 1.665 e com esse item que já vem gerando muita discussão e que pode colocar em risco votações importantes, como a do projeto que o nobre Deputado Franco Cartafina mencionou, o PL 3.515, essencial para prevenir e combater o superendividamento dos consumidores, e também a do PLP 266/20, que vai dar uma base de sustentação para que projetos de universidades federais em implementação sejam concretizados, a exemplo da Universidade Federal do Norte do Tocantins - UFNT.

Então, solicito também que, o quanto antes, passemos à apreciação do PLP 266/20 e deixemos para mais adiante, pois não há tanta urgência, o PL 1.665.

Documento 500/513

| | | |
|---|------------------------------------|--------------|
| 140.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária | -22/12/2020- |
| | CD | 21:40 |
| Publ.: DCD - 23/12/2020 - SÂMIA BOMFIM-PSOL -SP | | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global,

oferecida pelo Relator da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania ao Projeto de Lei nº 7.843, de 2017, acerca dos princípios, regras e instrumentos para o governo digital e a eficiência pública; e da alteração das Leis de nºs 7.116, de 1983; 13.460, de 2017; 12.682, de 2012, e 12.527, de 2011, ressaltados os destaques. Esclarecimento ao Plenário sobre o Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, sobre os direitos dos trabalhadores em empresas de aplicativos, lotados no setor de entrega de mercadorias e alimentos, durante o estado de calamidade pública decorrente da epidemia de coronavírus. Necessidade de cumprimento de acordo celebrado para a votação da propositura.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSOL orienta "sim", Presidente.

Eu quero aproveitar este 1 minuto para esclarecer algumas coisas a respeito do PL 1.665. A primeira delas é que, sim, há um relatório que foi apresentado em tempo hábil. Ele foi apresentado no dia 10 de dezembro. Para aqueles que ainda têm alguma dúvida, basta olhar o projeto que foi protocolado. Consta a data da apresentação do relatório do Deputado Fábio Trad, que o fez em amplo diálogo, tanto com a nossa bancada, como com os trabalhadores, os entregadores de aplicativo, e também com outras bancadas.

O segundo esclarecimento é que nós vamos votar o mérito, e os destaques vão ficar para o próximo ano. Então, todos aqueles que se opõem a algum trecho do projeto vão ter oportunidade de apresentar seus argumentos em uma próxima sessão, no próximo ano.

Quero agradecer ao Deputado Vinicius Carvalho pela compreensão e retirada do *kit* obstrução, para que nós possamos avançar na votação desse projeto. E quero dizer também que nós somos favoráveis a que se vote posteriormente o projeto em defesa dos consumidores.

Também quero esclarecer que, na hora que o Presidente Rodrigo Maia propôs o acordo, com exceção, de fato, do Partido Novo - nós conferimos isso nas notas taquigráficas -, nenhum dos partidos apresentou nenhuma objeção ao projeto, inclusive o Governo, que agora, contraditoriamente, está manifestando contrariedade ao projeto. É fundamental que os Deputados possam manter suas palavras, manter o acordo que foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. DEM - PB) - Obrigado, Deputada.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP) - Nós cumprimos a nossa parte, que foi retirar a obstrução do PL 5.387, o projeto de lei sobre câmbio. Agora é necessário que os demais partidos também cumpram com suas palavras e façam sua parte de manter o PL 1.665 - se quiserem ser contrários no mérito, é da vida - e depois, em outro momento,

apresentem os seus destaques. Mas nós precisamos votar, porque esse foi o acordo feito por todos os partidos.

Obrigada.

Documento 501/513

| | | |
|---|--|------------------------|
| 140.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/12/2020- CD 21:44 | |
| Publ.: DCD - 23/12/2020 - PAULO GANIME-NOVO -RJ | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global, oferecida pelo Relator da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania ao Projeto de Lei nº 7.843, de 2017, acerca dos princípios, regras e instrumentos para o governo digital e a eficiência pública; e da alteração das Leis de nºs 7.116, de 1983; 13.460, de 2017; 12.682, de 2012, e 12.527, de 2011, ressalvados os destaques. Contrariedade à votação e aprovação do Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, sobre os direitos dos trabalhadores em empresas de aplicativos, lotados no setor de entrega de mercadorias e alimentos, durante o estado de calamidade pública decorrente da epidemia de coronavírus.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Primeiro, quero parabenizar tanto o autor, o Deputado Alessandro Molon, quanto os coautores, dos quais eu faço parte. Parabenizo também o Relator, o Deputado Felipe Rigoni, que fez um trabalho brilhante.

Esse projeto é fundamental. Trata-se de um projeto de 2017, mas que ganha ainda mais importância depois deste ano, por conta da pandemia, que mostra que a digitalização é um caminho necessário, fundamental. Ela dá acesso a pessoas que hoje não conseguem acessar de forma correta o serviço público, pessoas que estão distantes das capitais, dos centros de serviço. O projeto vai também no momento em que aprovamos, neste mesmo dia, o projeto do Deputado Felipe Rigoni e do Deputado General Peternelli no sentido da unificação do número único, ou seja, são vários avanços no mesmo dia. E tudo isso praticamente 10 dias depois da aprovação do Marco Legal das Startups.

Modernização e digitalização avançando com Brasil para um país mais moderno. Espero que não votemos o retrocesso disso, o PL 1.665, que vai no sentido contrário a todos esses avanços.

Obrigado, Presidente.

Documento 502/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 140.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/12/2020- CD | 21:48 |
| Publ.: DCD - 23/12/2020 - AFONSO FLORENCE-PT -BA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global, oferecida pelo Relator da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania ao Projeto de Lei nº 7.843, de 2017, acerca dos princípios, regras e instrumentos para o governo digital e a eficiência pública; e da alteração das Leis de nºs 7.116, de 1983; 13.460, de 2017; 12.682, de 2012, e 12.527, de 2011, ressalvados os destaques. Repúdio ao posicionamento do partido Novo contrário à votação do Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, sobre os direitos dos trabalhadores em empresas de aplicativos, lotados no setor de entrega de mercadorias e alimentos, durante o estado de calamidade pública decorrente da epidemia de coronavírus.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Minoria orienta o voto "sim", Presidente, mas eu quero usar o tempo da Minoria para reiterar o meu testemunho de que foi feito um acordo aqui.

Outros projetos foram votados nos mesmos termos, inclusive com o próprio NOVO, que foi o único partido que objetou o acordo de que entrasse na pauta o Projeto de Lei nº 1.665. A Líder Fernanda, depois da solicitação feita por esta Mesa, pelo Presidente Rodrigo Maia e por mim, a pedido dele, por telefone, entrou no sistema e declinou da obstrução que o PSOL tinha apresentado. Não estou entrando no mérito do PL 1.665, que discutirei oportunamente, mas eu tenho que dar meu testemunho e nós temos que fazer um esforço. Considero legítimo que o PSOL tenha esse projeto ingresso na pauta, sendo apreciado hoje. E o NOVO, que registrou sua objeção, poderá, então, registrar seu voto. O Presidente Rodrigo Maia conduziu isso com serenidade. Espero que façamos a mesma coisa. É claro que os outros partidos são responsáveis por seus atos politicamente, mas somente o NOVO objetou o ingresso na pauta.

Obrigado, Presidente.

Documento 503/513

140.2020 Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/12/2020-
CD 21:48

Publ.: DCD - 23/12/2020 - ERIKA KOKAY-PT -DF

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Corroboração pela oradora da celebração de acordo partidário para a votação do Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, sobre os direitos dos trabalhadores em empresas de aplicativos, lotados no setor de entrega de mercadorias e alimentos, durante o estado de calamidade pública decorrente da epidemia de coronavírus.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Eu tenho absoluta clareza do que aconteceu aqui no dia de hoje: havia um *kit* obstrução do projeto acerca do câmbio, que teve nosso voto contrário, e foi feito um acordo para que nós não apreciássemos os destaques do projeto do câmbio e apreciássemos o PL 1.665, sem os destaques. Portanto, esse é um projeto que não terá o término de sua tramitação no dia de hoje, ou neste ano, mas no próximo ano. Isso é o que foi dito. Eles fazem toda uma confusão dizendo inclusive... Está aqui bem claro no sistema (*mostra celular*): no dia 10 de dezembro houve a apresentação do parecer da proposição, e aqui já se disse inclusive que não havia parecer, o que não é verdade! Num momento se acordou a retirada dos instrumentos de obstrução, o que possibilitou que nós votássemos, de forma muito célere, o projeto do câmbio - não só ele, mas todas as outras proposições, inclusive esta que nós estamos votando agora, que não pode servir como discurso contra o serviço público.

Tem razão a Deputada Alice: o serviço público criou o Pix, o serviço público criou as melhores tecnologias sociais de todo o mundo, o serviço público tem muita eficiência. Esta Casa está funcionando hoje graças aos seus servidores públicos, que possibilitaram a realização das sessões remotas. Portanto, valorizamos os servidores públicos, assim como valorizamos os entregadores de aplicativos.

Eu fico pensando, e vou concluir, Sr. Presidente, que é como era o olhar na época da escravidão, em que era preciso preservar o lucro dos donos ou daqueles que se utilizavam do povo escravizado.

Documento 504/513

140.2020 Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/12/2020-
CD 21:52

Publ.: DCD - 23/12/2020 - MARCEL VAN HATTEM-NOVO -RS

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Protesto contra a inobservância, do prazo de 24 horas da publicação, para a apresentação do novo parecer ao Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, sobre os direitos dos trabalhadores em empresas de aplicativos, lotados no setor de entrega de mercadorias e alimentos, durante o estado de calamidade pública decorrente da epidemia de coronavírus.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

De novo, parabéns pela condução dos trabalhos e, aliás, também pelo projeto anterior, que de fato teve o acordo de todos.

Eu gostaria de esclarecer à Deputada Erika que ela tem razão quando diz que o relatório já está publicado com mais de 24 horas. Quando eu subi à tribuna para falar das 24 horas, eu me referi ao fato de não estar publicado na pauta o projeto e de o Relator ter dito que ainda faria algumas alterações no seu relatório. Pelo menos era sempre essa a nossa expectativa, porque trabalhamos em contato com o Relator.

O Relator, quando sabe que uma matéria pode vir à pauta, o que não estava previsto para o dia de hoje, ele muitas vezes vai deixando para recolher as contribuições mais perto do prazo final de 24 horas para apresentar o seu relatório. Acontece que ele não teve essa oportunidade. O que vier a ser votado no PL 1.665 provavelmente vai ser diferente do relatório apresentado já há mais de uma semana.

Por isso, Sr. Presidente, registro aqui o nosso protesto, porque nós entendemos que esse relatório vem fatalmente a ser diferente daquele apresentado e, por isso, deveria ter as 24 horas de antecedência na sua apresentação.

Documento 505/513

| | | |
|----------|--|-----------------------|
| 140.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária CD | -22/12/2020- 21:56 |
|----------|--|-----------------------|

Publ.: DCD - 23/12/2020 - MARCELO RAMOS-PL -AM

| | | |
|---------------------|---------------------|------------------------|
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |
|---------------------|---------------------|------------------------|

Sumário

Retratação do pronunciamento do orador, a respeito da não apresentação de

parecer ao Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, sobre os direitos dos trabalhadores em empresas de aplicativos, lotados no setor de entrega de mercadorias e alimentos, durante o estado de calamidade pública decorrente da epidemia de coronavírus.

O SR. MARCELO RAMOS (Bloco/PL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero, ao concordar com a fala do Deputado Marcel, pedir desculpas a V.Exa. por ter dito que não existia o relatório e ter pedido a V.Exa. que o retirasse da pauta. Efetivamente o relatório deve ser trocado, para o texto original, mas o relatório preliminar, efetivamente, segundo a Secretaria-Geral me apresentou, está na pauta desde o dia 10.

Eu quero pedir desculpas a V.Exa. pela minha fala anterior.

Documento 506/513

| | | |
|--|--|------------------------|
| 140.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/12/2020- CD 22:00 | |
| Publ.: DCD - 23/12/2020 - ERIKA KOKAY-PT -DF | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção de consumidores amapaenses abrangidos pelo estado de calamidade pública, do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002. Existência de acordo para a votação do Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, sobre os direitos dos trabalhadores em empresas de aplicativos, lotados no setor de entrega de mercadorias e alimentos, durante o estado de calamidade pública decorrente da epidemia de coronavírus.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, o PT acha que podemos apreciar a matéria. Trata-se de uma matéria que veio atender uma situação de absoluta emergência.

Aliás, essa situação demonstrou a fragilidade do que é privado, que é muito endeusado. É sacralizado o privado em detrimento do público, mas foram os trabalhadores e trabalhadoras da ELETRONORTE, que o Governo quer entregar por preço algum... É bom lembrar que, nos Estados Unidos, as hidrelétricas são protegidas pelo exército, porque soberania energética é soberania nacional. Foram os trabalhadores da ELETRONORTE que foram buscar consertar o que provocou esse

apagão e esse impacto na vida das pessoas do Amapá.

Apenas para lembrar, Sr. Presidente, acabamos de aprovar uma medida, o Projeto de Lei nº 7.843, de 2017, cujo novo parecer foi apresentado hoje, e o projeto foi colocado na pauta hoje. O processo legislativo é um processo dinâmico. Nós temos um parecer, e esse parecer é modificado, muitas vezes, no plenário. Acabamos de votar uma medida, sobre as relações de consumo, que foi alterada no próprio plenário.

Portanto, há acordo para que se vote o Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, e não há justificativa que impeça que o acordo seja cumprido.

Documento 507/513

| | | |
|---|--|------------------------|
| 140.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/12/2020- CD | 22:24 |
| Publ.: DCD - 23/12/2020 - JOSÉ NELTO-PODE -GO | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Frustração do orador com a não votação, pela Casa, da Proposta de Emenda à Constituição nº 199, de 2019, sobre a alteração dos arts. 102 e 105 da Carta Magna, com vista à transformação dos recursos extraordinário e especial em ações revisionais de competência originária do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça (prisão de condenados em segunda instância); e da Proposta de Emenda à Constituição nº 333, de 2017, a respeito da alteração dos arts. 5º, 37, 96, 102, 105, 108 e 125 da Carta Magna, com vista à extinção do foro especial por prerrogativa de função no caso dos crimes comuns, e à revogação do inciso X do art. 29 e o § 1º do art. 53 da Lei Maior. Não realização das reformas administrativa e tributária. Repúdio à atuação do dos membros do Supremo Tribunal Federal. Defesa de extinção da Justiça do Trabalho, da Justiça Eleitoral e da Justiça Militar. Votos de feliz Natal aos Parlamentares e às famílias brasileiras. Defesa de imunização dos brasileiros contra a Covid-19.

O SR. JOSÉ NELTO (PODE - GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Efraim Filho, que preside tão bem esta sessão, quero saudar V.Exa., todos os demais Srs. Deputados e a imprensa do nosso País.

Sr. Presidente, depois de 2 anos de trabalho - e hoje é o último dia -, eu confesso que estou frustrado, e muito, como todo o povo goiano e o povo brasileiro. Estou frustrado com esta Casa. Nós rendemos pouco para o Brasil. Deixamos de votar matérias de suma importância que

iriam mudar a vida do povo brasileiro. A PEC da prisão após segunda instância não foi colocada em pauta. Poderia ter sido colocada, mas não houve vontade política deste Parlamento.

Eu falo também porque isso irá proteger os crimes de colarinho-branco, irá proteger as organizações criminosas. Nós estamos protegendo. Irá proteger os crimes hediondos. A cada dia que passa a violência aumenta no Brasil.

O Brasil seria outro também se votássemos o fim do foro privilegiado, aprovado no Senado da República, mas que não foi votado por esta Casa. A população brasileira está de olho nas ações de cada Parlamentar, porque isso é jogar contra o Brasil. Mais ainda, Srs. Parlamentares, esta Casa deveria ter votado ou ter feito um grande debate em torno da reforma administrativa. O Ministro Paulo Guedes não teve a competência de debater a reforma administrativa. O Estado é pesado, custa caro para os pagadores de impostos.

Vou dar um exemplo, Deputado Peternelli. Se cortarmos 30% do orçamento do Congresso Nacional, o Congresso irá funcionar? Nada irá mudar? Se forem 30% de todo o Poder Legislativo dos Estados e de todas as Câmaras de Vereadores? Vejam que a economia poderia construir uma casa a mais para aquele cidadão, para aquela dona de casa que não tem um teto para morar. Não fizemos. Paulo Guedes é o Ministro do amanhã: "*Amanhã eu vou fazer*", "*Amanhã vai acontecer*". E não está acontecendo nada.

A reforma tributária é outra grande reforma. Não há mais como continuar com essa carga tributária pesadíssima na iniciativa privada, que paga caro. E o Estado burocrata? O Brasil é o país da burocracia, dos cartórios, de bater carimbo.

Nós temos um STF do nada, um STF que envergonha a Nação brasileira. Esse STF não representa o povo brasileiro. Eu estou aqui assumindo, dizendo o que quer dizer o empresário, o pequeno empresário; o que quer dizer a dona de casa, o jovem. Esse STF não representa mais o povo brasileiro.

Srs. Deputados, vejam bem onde nós estamos. A Justiça do Trabalho não precisa desses castelos e de salários de 150 mil reais! É a grande burocracia.

A partir daí, eu falo da PEC sobre os altos salários.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. DEM - PB) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. JOSÉ NELTO (PODE - GO) - Esta Casa não a votou, Sr.

Presidente. É uma vergonha aceitarmos que alguém ganhe acima de 40 mil reais, que é o teto dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Vou concluir, Presidente. Agradeço pela sua paciência. Peço 1 minuto só.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, é esse o Brasil. Pobre do povo brasileiro! Esperar o que de Tribunal de Justiça do Trabalho? Temos que acabar com a Justiça do Trabalho e ter um juiz normal, um juiz do trabalho, como há o juiz para a vara cível e para a criminal. São castelos! Temos que acabar com a Justiça Eleitoral, que é uma das mais corruptas do Brasil. Temos que acabar com a Justiça Militar. Justiça é uma só no Brasil. É esse o Brasil que eu quero. Mas este em que nós estamos vivendo... Eu digo a V.Exas.: pobre do povo brasileiro!

Mas eu não vou desanimar, não. No ano que vem, eu estarei aqui para falar com a voz do povo goiano, para falar com a voz do povo brasileiro, daqueles que não têm voz.

Sr. Presidente, peço que conste no programa *A Voz do Brasil* o meu pronunciamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Até o ano que vem, se Deus quiser. Feliz Natal a todos os Deputados e Deputadas e a todo o povo brasileiro!

No ano que vem, que venha a vacina. Seja com a CoronaVac, seja com qualquer vacina, eu quero me vacinar. E o povo brasileiro quer se vacinar.

Muito obrigado.

Documento 508/513

| | | |
|---|--|------------|
| 140.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/12/2020- CD | 22:40 |
| Publ.: DCD - 23/12/2020 - EDUARDO CURY-PSDB -SP | | |
| CÂMARA | DOS | COMO LÍDER |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Inconformismo com a não realização das reformas tributária e administrativa. Não votação pela Casa do Projeto de Lei nº 6.726, de 2016, referente à regulamentação do limite remuneratório no serviço público. Indignação com o descaso do Presidente Jair Bolsonaro com a vacinação do povo brasileiro

contra a Covid-19.

O SR. EDUARDO CURY (PSDB - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Efraim Filho.

Nobres colegas, provavelmente esta será a nossa última do ano. Primeiro, em relação ao caso do Amapá, vou tratar desse enfoque na hora do encaminhamento. Acho absolutamente justa a aprovação disso.

Em relação ao término do ano, foram obtidas algumas vitórias, não há dúvida nenhuma, frente a essa tragédia que foi a pandemia do coronavírus. Mas nós temos que lamentar - e aqui vou pegar um pouco do gancho do Líder José Nelto -, pois é uma frustração muito grande que o País, na situação em que está, não tenha nem avançado numa reforma tributária. O Governo não conseguiu enviar uma proposta de reforma tributária. Convenhamos, proposta de reforma tributária sem mexer no ICMS é coisa de criança, não é proposta de reforma tributária. O ICMS é o pior dos impostos para o bolso do contribuinte, e nós não tivemos coragem de mexer nisso.

Não tivemos coragem de enfrentar uma reforma administrativa, por menor que fosse. Reforma administrativa não é só atacar servidor. É uma grande injustiça achar que reforma administrativa é só para atacar servidor. Não, reforma administrativa é para valorizar o servidor. Muita coisa do serviço público, do serviço prestado pelo Governo Federal ao cidadão, pode ser melhorado com a reforma administrativa. Essa reforma não se refere só ao servidor, não. Não tivemos coragem de fazer isso. O Governo não teve coragem, enviou uma proposta atrasada. O Parlamento não teve como se debruçar sobre isso. Grandes reformas só se fazem com o Governo focado nisso.

Dentro da reforma administrativa, é uma vergonha não mexermos com os supersalários. É uma vergonha isso! Por quanto tempo nós vamos ter que encarar isso? Se alguma categoria tem que ser mais bem remunerada, vamos ter transparência e coragem de falar que essa categoria tem que ganhar mais. Agora, não pode continuar a ser uma terra de ninguém, onde não há regras para os supersalários. É uma vergonha para quem faz as regras não poder criar um regramento claro para isso.

Maior vergonha ainda é existir uma regra e esta não ser cumprida. É uma desmoralização! Como representante do povo, faço um apelo, um chamamento aos meus colegas. É uma vergonha que um representante do povo aprove uma lei e que essa lei não tenha validade, porque inúmeras interpretações do Judiciário rasgam o que nós escrevemos. Se um Parlamentar erra ao fazer uma lei, é simples:

depois de 4 anos, o povo o manda embora para casa. É assim que funciona uma democracia. Não há sentido se esforçar e se debater por longos anos para aprovar uma lei e depois essa lei não valer, porque há uma interpretação dizendo que aquela lei não vale, sem nenhum embasamento. Temos visto isso de forma corriqueira ao longo dos anos.

Há um projeto do Deputado Rubens Bueno que trata dos supersalários e regulariza essa situação, põe um pouco de ordem, um pouco de transparência nesse processo. Não tivemos condição, em 2020, de enfrentar isso. Entendo que a pandemia criou dificuldades para todos nós, e é claro que o foco tinha que ser a pandemia. Mas nem conseguimos andar com isso. O Governo nem conseguiu apontar a direção do que gostaria nesses dois temas: reforma administrativa e reforma tributária minimamente razoável, para simplificar a vida das pessoas.

Sr. Presidente, colegas Deputados, eu queria bater um pouco nessa tecla da insegurança jurídica. Isso é um desrespeito com os mandatos dos representantes do povo, com os seus mandatos.

Eu gostaria de mexer um pouco com o brio dos senhores. Os senhores vão às ruas, pedem votos, têm o apoio da população, vêm, discutem, cedem, trocam o ótimo pelo bom para o Brasil avançar, fazem uma lei, depois de uma longa maturação, e essa lei não vale! Depois de muito tempo, essa lei não vale, um juiz de primeira instância diz que essa lei não vale! Isso é uma insegurança jurídica tremenda. Como é que um cidadão lá fora pode ter confiança no processo democrático se na verdade cada um está saindo do seu quadrado? O Executivo quer inventar a fazer leis; o Legislativo às vezes se mete a querer governar; e o Judiciário se mete a inventar leis. Desse jeito, nós passamos ao cidadão uma crença de que a democracia pode não estar funcionando. Ela está funcionando, mas passamos a crença de que ela pode não estar funcionando. Isso é muito ruim! Isso é muito ruim!

Este ano, que foi um ano de pandemia, foi mais difícil ainda. Eu espero que em 2021 todos os colegas Srs. Parlamentares e autoridades venham com o fôlego renovado, para que nós possamos valer a procuração que a população deu aos eleitos para fazer leis e enfrentar os problemas. Mesmo que não sejam leis perfeitas, que não sejam leis ótimas, depois podemos corrigi-las. Temos que enfrentar os problemas. O Governo tem que assumir a sua responsabilidade. Não dá mais para enfiar a cabeça embaixo da terra e fingir que não há problema.

Por último, vou falar sobre a questão da pandemia. Eu tenho uma enorme compreensão e um enorme respeito àqueles que achavam que não pode haver um *lockdown* total em relação à pandemia. Também tenho um enorme respeito por aqueles que, do lado contrário, achavam

que teriam que se preservar as vidas, e eu sempre defendi isso também. Contudo, em relação à vacinação não pode haver dúvida! Nós estamos em 2020, não pode haver dúvida quanto a isso! As pessoas querem se vacinar. Não faz sentido o Governo não ter um plano de vacinação. Perdeu o bonde, não comprou a vacina da Pfizer. Confiou na vacina de Oxford, a da AstraZeneca, que ainda está na etapa 3, não está pronta. Não tem sentido isso! Nós olhamos e não vemos segurança.

Nós vemos uma série de Prefeitos e Governadores correndo para assinar um convênio com o Butantan, e não é porque haja a garantia da vacina do Butantan, pois qualquer vacina pode não ser homologada e não ser autorizada, mas isso é o desespero de um Prefeito e de um Governador ao ver o seu povo morrendo, ao ver as pessoas morrendo, o desespero de olharem e verem que não há um plano! O Brasil tem um plano de imunização de excelência. Nós fazemos vacinações anuais. Bastava antecipar. O SUS é todo descentralizado. Bastava o Governo comprar as vacinas e descentralizar. Nós não temos isso até agora! Em entrevistas coletivas, passam uma insegurança para nós. Quem já foi gestor fala: "*Caramba, esses caras não têm nada na mão!*"

E a cada mês - eu queria fazer este alerta, eu queria realçar isto, pois é algo que me dói bastante -, pelos números que temos hoje, a cada mês, 25 mil brasileiros vão perder a vida.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. DEM - PB) - Peço a V.Exa. que conclua, Deputado.

O SR. EDUARDO CURY (PSDB - SP) - Isso é um atraso por incompetência ou até um atraso proposital, na vacinação. Na verdade, haverá mais 25 mil pessoas mortas. Não faz sentido isso!

Fica aqui o meu alerta para tentar mobilizar os nossos colegas Parlamentares. Nós temos grandes desafios no início do próximo ano.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 509/513

| | |
|---|--|
| 140.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/12/2020- CD 22:48 |
| Publ.: DCD - 23/12/2020 - CAMILO CAPIBERIBE-PSB -AP | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA |
| | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Apelo à Presidência por votação do Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, a respeito



dos direitos dos trabalhadores em empresas de aplicativos, lotados no setor de entrega de mercadorias e alimentos, durante o estado de calamidade pública decorrente da epidemia de coronavírus. Conciliação entre o desenvolvimento econômico e a proteção do meio ambiente na região amazônica. Realização de investimentos na área de ciência e tecnologia no Estado do Amapá e na Amazônia. Acolhimento parcial, pelo Relator Acácio Favacho, da Emenda nº 7 oferecida pelo orador à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção de consumidores amapaenses abrangidos pelo estado de calamidade pública, do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002. Responsabilidade do Governo Federal pelo colapso no abastecimento de energia elétrica no Estado do Amapá. Apelo ao Bloco do Partido Progressistas de aprovação do substitutivo oferecido pelo Relator Acácio Favacho à Medida Provisória nº 1.010, de 2020.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente Efraim Filho.

Inicialmente, eu gostaria de apelar para que seja cumprido o acordo firmado e possamos votar o Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, que trata de proteger os trabalhadores de aplicativos, neste momento de pandemia. Houve um acordo com o Presidente Rodrigo Maia de que seria votado o texto principal e de que os destaques ficariam para o ano que vem. Faço este apelo aqui, inicialmente, para que o acordo seja cumprido.

Sr. Presidente, eu escutei as falas que foram feitas sobre o problema que aconteceu no Amapá. Nós estamos aqui na Amazônia e somos o único Estado que não tem acesso terrestre ao resto do Brasil. Somos separados do Brasil pelo Rio Amazonas, completamente isolados. Durante muitos anos, há muito tempo atrás, fomos uma área contestada, por onde franceses, holandeses, ingleses, portugueses e brasileiros andavam e a qual disputavam, até que, em 1900, o Barão de Rio Branco resolveu essa questão. O Amapá sempre foi pouco habitado, até que o Presidente Getúlio Vargas decidiu desmembrar o Estado do Pará, transformando-o em território federal em 1943. Depois disso, veio a Constituição de 1988 e nos transformou em Estado.

Vejam que o Amapá tem mais 76% das suas terras protegidas. O maior parque de conservação e de proteção integral do mundo fica no Amapá. E vejam que não há uma contrapartida de investimentos em ciência e tecnologia. Acreditamos que é possível, sim, proteger o meio ambiente e, ao mesmo tempo, desenvolver o Estado. Mas não vem investimento em ciência e tecnologia que possa fazer isso, e não só pelo Amapá, mas pela Amazônia inteira, que sofre boa parte dos problemas que sofremos. No entanto, aqui no Amapá, nós geramos a energia que é consumida no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, em São Paulo e no resto do Brasil. E durante o apagão, Sr. Presidente,

enquanto os mais de 800 mil habitantes do Amapá estavam sem energia, a energia que é gerada aqui estava chegando aos lares fora daqui.

Portanto, eu queria fazer dois reparos à fala do Relator, o Deputado Acácio Favacho, a quem cumprimento pelo brilhante relatório. S.Exa. acatou parcialmente a nossa emenda, a Emenda nº 7, que pedia que dezembro também fosse incluído. Incluiu 50% da tarifa de dezembro. Não acatou integralmente, mas deu um toque social importante, que foi estender por 130 dias essa isenção acertada pela Companhia de Eletricidade do Amapá.

Isso não é presente, não é presente de Natal! Isso é reparação!

Nós vivemos 21 dias distópicos aqui. Nós vivemos 4 dias inteiros sem energia! E o que eu peço é que este Plenário se coloque no nosso lugar. Não se trata apenas de ficar sem energia e de ficar sem água, como fiquei aqui na casa onde moro. Foram 4 dias inteiros sem água, sem energia, sem telefonia e sem Internet. Depois, foram mais 21 dias com racionamento. Portanto, vejam: não é presente. As pessoas perderam tudo o que elas tinham armazenado, coisas perecíveis. Os comerciantes perderam. Esse discurso de que o Amapá custa caro... O Amapá é Brasil! Dar subsídio a empresário não incomoda a muitos, mas neste momento nós não estamos querendo tirar subsídio de empresários, estamos querendo reparação para o povo do Amapá, que ficou abandonado durante esses 21 dias.

O outro reparo que eu faço à fala do Líder é que a responsabilidade pelo que nós vivemos é do Governo Federal sim! A concessão foi da ELETRONORTE para a empresa, e esta não fez a parte dela. O Operador Nacional do Sistema é do Governo Federal. A ANEEL, que deveria fiscalizar, é do Governo Federal. O Ministério de Minas e Energia é do Governo Federal. A responsabilidade foi, sim, do Governo Federal.

E isso pode aprofundar-se, Sr. Presidente, com essa política de privatização da ELETROBRAS. O que nós vivemos no Amapá é o que estão planejando para o Brasil. *"Ah, a empresa privada é mais eficiente!"* Olhem o que a eficiência da empresa privada levou ao povo do Amapá, todo esse sofrimento e todas essas perdas!

Portanto, eu quero fazer um apelo ao Plenário da Câmara dos Deputados. O que nós sentimos aqui durante o apagão foi abandono e falta de empatia do Brasil com uma região que produz energia. O que é mais triste é saber que nós estamos produzindo energia.

E o Presidente, ao editar a Medida Provisória nº 1.010, de 2020, reverteu um benefício do IOF, o que gerou uma arrecadação de 1,2

bilhão de reais para o Governo Federal, quando o que ele está destinando para cá, para o Amapá, para essa isenção, são 80 milhões de reais. O Relator explicou muito bem que as modificações que estão no substitutivo não alteram o quantitativo de recurso que foi destinado para fazer essa operação aqui no Amapá. Então, por que não aprovar?

Portanto, eu faço este apelo ao Bloco do Partido Progressistas: que nós possamos votar o substitutivo e, com isso, garantir essas medidas, que são medidas maiores para garantir uma reparação mínima. A reparação é mínima, porque para as pessoas que sofreram violência, pela criminalidade, nos 4 dias sem energia, não há como reparar. Comércio faliram, porque não puderam funcionar durante esse período. Nós estamos no meio de uma crise econômica e no meio de uma pandemia! Pessoas foram contaminadas porque não podiam lavar as suas mãos, porque não tinham água na torneira e perderam as suas vidas. A essas pessoas não podem reparar. Doentes morreram nos hospitais aqui. No primeiro dia, os hospitais, em particular, não conseguiram operar com os seus geradores. Essas vidas que se perderam não podem ser reparadas.

Portanto, não é uma questão de 80 milhões de reais. Se tudo está dentro do que foi previsto no substitutivo do Deputado Acácio Favacho, por que não aprovar? Quais são os princípios que nos levam a negar ao povo do Amapá, depois de tanto sofrimento, uma pequena reparação? Eu, sinceramente, não consigo entender.

Peço aos Parlamentares: votemos o substitutivo. Vamos aprová-lo e vamos dizer ao povo do Amapá que o Amapá é Brasil, que o Amapá merece respeito e que o povo do Amapá tem dignidade. É isso que nós vamos votar esta noite, não são 80 milhões de reais: é se o povo do Amapá merece, de fato, respeito. Por isso, eu faço este apelo: votemos o substitutivo do Deputado Acácio Favacho. Vamos dar uma resposta positiva do Brasil para este Estado do Amapá, que preserva suas florestas, que fornece energia, que gera energia para o Brasil inteiro. Vamos dar essa resposta! É esse o meu pedido, o meu apelo.

E vamos colocar em pauta o Projeto de Lei nº 1.665, de 2015, porque acordo é feito para ser cumprido, Sr. Presidente.

Eu agradeço a V.Exa., Sr. Presidente.

Documento 510/513

| | | |
|---|------------------------------------|---------------|
| 140.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária | - 22/12/2020- |
| | CD | 23:00 |
| Publ.: DCD - 23/12/2020 - SÂMIA BOMFIM-PSOL -SP | | |
| CÂMARA | DOS | COMO LÍDER |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Apelo à Presidência de votação do Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, a respeito dos direitos dos trabalhadores em empresas de aplicativos, lotados no setor de entrega de mercadorias e alimentos, durante o estado de calamidade pública decorrente da epidemia de coronavírus.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sr. Presidente.

Eu queria, mais uma vez e com mais tempo, defender por que nós queremos pautar, votar e aprovar o Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, que foi construído junto com as Lideranças que organizaram os breques dos aplicativos, os movimentos de greve, de paralisação, que tomaram as ruas do País para reivindicar direitos mínimos e básicos para esses milhões de brasileiros, em sua maioria muito jovens, que muitas vezes têm nessa atividade a única possibilidade de subsistência, de fornecimento de renda para suas famílias.

O projeto, em primeiro lugar, não trata de regulamentação de CLT, diferentemente do que alguns Deputados estão dizendo na tribuna ou mesmo nas redes sociais, porque essa não é uma reivindicação direta desses trabalhadores.

Estamos propondo, na verdade, aquilo que eles mesmos puderam nos apresentar através da organização desses breques: que haja um critério justo de bloqueios, porque muitos deles, de uma hora para outra, são bloqueados e impedidos de utilizar o aplicativo, que, junto com a motocicleta ou a bicicleta, é seu instrumento de trabalho. As empresas por um critério absolutamente arbitrário os impede de trabalhar.

Além disso, queremos taxas justas para cada uma dessas entregas. Muitos deles sequer sabem qual o valor vão receber, porque os critérios também são flutuantes e impostos somente pelas empresas. Nesse trabalho não existe nenhum tipo de acordo, nenhum tipo de garantia. Muitos dos entregadores relatam que recebem muito pouco pelas entregas, e, ao final do mês, não conseguem sequer completar um salário mínimo. Vocês sabem que aumentou muito o trabalho dos entregadores de aplicativo durante a pandemia e vocês podem pensar que, com isso, eles acabam ganhando mais. Pelo contrário, o relato da maioria deles é o de que acabam recebendo menos, já que o dinheiro que entrou pelos aplicativos ficou para as empresas, não foi repassado aos trabalhadores.

As empresas até hoje não se responsabilizam pelo básico, que é material de proteção para que eles possam se proteger da pandemia

da COVID-19. Também não garantem direito a afastamento - remunerado, evidentemente - caso eles contraíam COVID-19, tampouco seguro por COVID ou por adoecimento. Então, eles ficam com uma mão atrás da outra, sem nenhum tipo de proteção caso se acidentem no trabalho. Isso não acontece com nenhum outro trabalhador no País e é muito grave!

E vou lhes dizer que a maioria dos Governadores e Prefeitos está anunciando a fase vermelha, porque a situação da COVID-19 tem piorado em todo o País. Isso significa que os restaurantes vão ter seus salões fechados, só vão poder vender através de serviços de entrega, serviços de aplicativo, ou seja, essas pessoas, esses trabalhadores vão entregar alimento na casa de todo mundo que está aqui, de todos os Deputados e Deputadas e do restante da população brasileira.

Não é possível que ninguém fique minimamente sensibilizado com esses direitos! Aparentemente, eles tinham ficado, afinal de contas o Presidente Rodrigo Maia propôs um acordo para que retirássemos a obstrução e o projeto entrasse em pauta. Não sei o que aconteceu, quais interesses eles têm ou quais telefonemas estão recebendo, mas, ao longo da sessão, os mesmos Líderes que haviam feito esse acordo passaram a dizer que não há mais acordo sobre o projeto. É importante que saibam que esses trabalhadores estão organizados, pararam o País duas vezes neste ano. Estão vendo que há Líderes partidários contrários a suas reivindicações e que o Governo Bolsonaro também é contra as reivindicações dos entregadores.

O PL 1.665 é o justo, é o mínimo, é o necessário. Essas pessoas estão servindo às famílias brasileiras, estão se dedicando ao seu trabalho, mas estão sendo muito ignoradas pelo poder público, já que, infelizmente, boa parte dos Parlamentares só atendem aos interesses das empresas e não olham para esses milhares de jovens trabalhadores que deveriam ter o nosso respeito.

Por isso, vamos seguir na luta pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.665, para que esses trabalhadores possam ser protegidos e tenham sua dignidade e suas reivindicações atendidas. Eles merecem isso porque se dedicam muito à sociedade brasileira. Não é possível que boa parte dos Parlamentares e o Governo Bolsonaro fiquem de costas para a realidade de milhões de brasileiros!

Obrigada, Presidente.



23/12/2020 -

CÂMARA
DEPUTADOSDOS
ORDEM DO DIAENCAMINHAMENTO DE
VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de votação, artigo por artigo, da Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção de consumidores amapaenses abrangidos pelo estado de calamidade pública, do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002. Não participação do partido Novo em acordo para a votação do Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, a respeito dos direitos dos trabalhadores em empresas de aplicativos, lotados no setor de entrega de mercadorias e alimentos, durante o estado de calamidade pública decorrente da epidemia de coronavírus.

O SR. TIAGO MITRAUD (NOVO - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, o NOVO gostaria de apresentar esse requerimento que solicita a votação da matéria artigo por artigo. Acreditamos que os efeitos dessa medida provisória já foram exauridos com a sua aprovação. Questionamos inclusive parte da motivação para edição dessa medida provisória que, pelo que temos notícia, teve também grande motivação eleitoreira, visto que o Presidente Bolsonaro gostaria de priorizar um candidato específico na eleição que ocorreu em Macapá no último final de semana.

Mas, além disso, acreditamos que o texto original da matéria é muito mais benéfico para a população brasileira do que o substitutivo apresentado pelo Relator, a quem respeitamos muito. Entendo as motivações dele, mas, infelizmente, acreditamos que não são benéficas para a população brasileira e que expandem demasiadamente os objetivos da medida provisória original. Por mais que o Relator tenha ali colocado uma trava, que acredito que foi importante, não creio que esse substitutivo deva ser aprovado aqui hoje.

Aproveito ainda esta oportunidade para retomar outro ponto. Aprovamos, agora há pouco, o projeto do Governo Digital. Foi apresentada pela Mesa uma proposta ao PCdoB, que a princípio não daria acordo ao projeto, no sentido de que, se o PCdoB não fizesse o acordo, o projeto seria retirado de votação. Já foi dito isso aqui antes, mas gostaria de reforçar. O PCdoB é um partido que tem uma bancada de dez Deputados. E isso foi inclusive aqui já esclarecido pelo próprio PSOL, e o Deputado do PT também deixou isso claro.

Quando foi proposto o acordo pelo Presidente Rodrigo Maia para a votação do Projeto de Lei nº 1.665, o Partido Novo deixou claro que era

contrário à inclusão desse projeto, que nem estava previsto na pauta desta semana. A pauta, no início da semana, tinha quase 30 itens. Infelizmente, esse projeto foi inserido na sessão de hoje - e já era tarde quando esse projeto foi sugerido. O Partido Novo deixou muito claro que não faria acordo para essa votação.

Agora, eu pergunto: por que esse tratamento diferenciado com o Partido Novo, que não fez acordo para a votação do Projeto de Lei nº 1.665, enquanto foi dada a possibilidade de o PCdoB se colocar contrariamente ao projeto que trata do Governo Digital, levando-se em conta que são partidos com praticamente o mesmo tamanho?

Então, gostaria aqui de reforçar que o Partido Novo nunca fez acordo quanto ao Projeto de Lei nº 1.665 e que seja respeitada a posição do nosso partido, para que esse projeto não seja votado na noite de hoje, porque muito nos preocupa o impacto negativo que vai ter sobre os trabalhadores do setor de entrega de aplicativos, caso o referido projeto avance nesta Casa.

É a solicitação que faço à Presidência da Casa: que respeite a posição do Partido Novo, que foi declarada no momento correto de contrariedade à inserção desse projeto na pauta.

Muito obrigado.

Documento 512/513

| | | |
|--|--|------------|
| 140.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/12/2020- CD | 23:32 |
| Publ.: DCD - 23/12/2020 - MARCEL VAN HATTEM-NOVO -RS | | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Não participação do partido Novo em acordo para a votação do Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, a respeito dos direitos dos trabalhadores em empresas de aplicativos, lotados no setor de entrega de mercadorias e alimentos, durante o estado de calamidade pública decorrente da epidemia de coronavírus.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Quero aproveitar 1 minuto, Sr. Presidente, para dizer que, infelizmente, há Parlamentares do PSOL que não estão reconhecendo a realidade. O NOVO não fez acordo para o PL 1.665. Eu reconheci aqui e disse que me expressei mal na tribuna, quando falei das 24 horas para disponibilização do relatório.

Disse que a nossa preocupação é que todas as alterações que foram pedidas ao Relator ainda não figuravam do sistema e que o projeto dos aplicativos não constava na pauta, mas que foi incluído hoje. Isso tudo é verdade. Também disse que o NOVO não deu acordo. E Parlamentares do PSOL estão nas redes sociais e aqui também dizendo que nós rompemos o acordo. Como se rompe um acordo do qual você não é parte? Ou o acordo inclui você ou não é acordo. É acordo dos outros. Nós não temos o condão, o poder de romper acordos feitos pelos outros. Podemos denunciar que um acordo foi feito sem a participação do NOVO. E isso é verdade. Dizer algo diferente disso é mentira.

Documento 513/513

| | | | |
|----------------------------|-------------------------------|---------------------------------------|------------------|
| 140.2020 | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa | 22/12/2020-23:40 |
| Publ.: DCD 23/12/2020 - | TIAGO MITRAUD-NOVO -MG | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO | DE |

Sumário

Encaminhamento da votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida pelo Relator da Comissão Mista à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção de consumidores amapaenses abrangidos pelo estado de calamidade pública, do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002, ressalvados os destaques. Posicionamento do partido Novo contrário à votação do Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, a respeito dos direitos dos trabalhadores em empresas de aplicativos, lotados no setor de entrega de mercadorias e alimentos, durante o estado de calamidade pública decorrente da epidemia de coronavírus.

O SR. TIAGO MITRAUD (NOVO - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, foi feito um questionamento agora, se eu não me engano, pelo Deputado Giovani Cherini, sobre o que acontece se não votarmos essa medida provisória hoje à noite.

Eu gostaria de lembrar a todos que há muitos Deputados aqui que se manifestaram a favor do texto original da MP. Esse texto original da MP é o texto que está valendo e vai continuar valendo até o dia 4 de abril de 2021, que é quando essa MP vence. Então não há necessidade, para aqueles que preferem o texto original da medida provisória, de votá-la hoje à noite.

Nós achamos, como o Deputado Marcel disse anteriormente, que a



medida provisória original tem diversas falhas, mas acreditamos que ela, por mais que respeitemos o trabalho do Relator Acácio, é melhor do que esse substitutivo apresentado aqui.

Então aqueles que concordam com esta avaliação do NOVO de que é melhor o texto original da medida provisória não deveriam querer votar esta medida provisória esta noite. Inclusive, os efeitos da medida provisória já foram atingidos. Não existe prejuízo algum em não votar essa medida provisória hoje à noite. Existe prejuízo, a nosso ver, se nós votarmos o substitutivo, que não é o texto mais adequado.

E existe um prejuízo maior ainda para toda a sociedade brasileira se, além desse substitutivo, nós votarmos os outros projetos que foram acordados, não com o apoio do NOVO, mas com outros partidos, para serem votados esta noite, como o projeto que vai colocar na rua milhares e milhares de entregadores de aplicativos.

Estão dizendo aqui que quem é contra o Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, é contra os entregadores. Pelo contrário! O IBOPE fez uma pesquisa neste ano que mostra que 70% dos entregadores de aplicativo querem continuar tendo a flexibilidade que têm hoje para trabalhar, podendo se vincular a diferentes aplicativos, podendo escolher o horário de trabalho que eles querem, podendo escolher se querem ou não trabalhar em determinado dia, enquanto há partidos aqui, como o PSOL, que querem cada vez mais enrijecer o vínculo que esses entregadores têm com os seus aplicativos. Então, quem está do lado dos entregadores é quem é contra o PL 1.665.

Por isso nós não só estamos aqui aproveitando o tempo disponível para defender que a medida provisória não seja votada hoje e possa cumprir o seu prazo até caducar, no dia 4 de abril - como disse aqui, seus efeitos já foram produzidos -, mas também estamos em obstrução para que não se vote o PL 1.665 esta noite, preservando os empregos de milhares de entregadores por aplicativos, que viram nos *apps* a possibilidade de conseguir renda; que viram nos *apps* a possibilidade de, mesmo durante a pandemia, continuar trabalhando e sustentar as suas famílias, e também de milhões de consumidores, que, especialmente neste período de pandemia, querendo ficar em casa para não ter que ir até supermercados ou restaurantes, viram nos *apps* a possibilidade de conseguir ter em seu domicílio, em segurança, acesso a medicamentos, acesso a comidas, acesso ao que quiserem com a proliferação dos *apps* no Brasil, que só foi permitida graças à forma como eles hoje atuam junto aos seu entregadores.

Então, o NOVO, em relação à MP, orienta contrariamente e confirma sua obstrução ao projeto.